



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Laureano Secundino Ascensão de Macedo

IDENTIFICAÇÃO E REUNIFICAÇÃO DOS FUNDOS MADEIRENSES DISPERSOS ENTRE O ARQUIVO REGIONAL E BIBLIOTECA PÚBLICA DA MADEIRA E O ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO

LIMITES E POSSIBILIDADES

VOLUME 1

Tese no âmbito do Doutoramento em Ciência da Informação, orientada pela Professora Doutora Maria Cristina Vieira de Freitas e pelo Professor Doutor Carlos Guardado da Silva e apresentada ao Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Maio de 2022

**Faculdade de Letras
da Universidade de Coimbra**

**IDENTIFICAÇÃO E REUNIFICAÇÃO DOS FUN-
DOS MADEIRENSES DISPERSOS ENTRE O AR-
QUIVO REGIONAL E BIBLIOTECA PÚBLICA
DA MADEIRA E O ARQUIVO NACIONAL
TORRE DO TOMBO
Limites e Possibilidades**

Laureano Secundino Ascensão de Macedo

VOLUME 1

Tese no âmbito do Doutoramento em Ciência da Informação, orientada pela Professora Doutora Maria Cristina Vieira de Freitas e pelo Professor Doutor Carlos Guardado da Silva e apresentada ao Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Maio de 2022

Matri dilectissimae

† *Auis, Sorori Patrique, in memoriam gratissimam*

Agradecimentos

De uma simples semente, agora uma espécie de árvore, cuidei de saciar a terra para que esta pudesse germinar e crescer, sempre na incerteza do que viria a tornar-se. E ei-la.

Não cheguei até aqui por saber sobre algo. Devo esta aprendizagem aos excelentes Mestres que tive e tenho, dos melhores, e ao Amor daqueles – a quem tantas vezes falhei, entre silêncios e ausências – que acreditaram incondicionalmente em mim para que esta sementeira alguma vez pudesse dar certo. Não posso deixar de recordar os meus Antepassados, onde trago comigo não apenas a projeção dos seus sonhos e esperanças mas também a força da sua coragem e determinação. Dedico este estudo primeiramente à Senhora, minha Mãe, que, de resto, é a minha inspiração em tudo o que fizer de bem nesta vida. À minha querida sobrinha Matilde, para sempre *corculum meum*. À minha doce Irmã, Marlene, “Alma minha gentil, que te partiste / Tão cedo desta vida”...

Desde a última vez que defendi a dissertação de Mestrado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 2015, citei Séneca: *sciant, quae optima sunt, esse communia* (*Epist. Moral. Ad Lucilium*, XII). Ainda mantenho a crença de que as boas ideias devem ser propriedade de todos. Quanto às imprecisões que este estudo tiver, estas são da minha exclusiva responsabilidade e assumi-las-ei sem qualquer orgulho.

Devo uma especial gratidão aos meus orientadores, à Professora Doutora Maria Cristina Vieira de Freitas, da Universidade de Coimbra, e ao Professor Doutor Carlos Guardado da Silva, da Universidade de Lisboa, pela honra de os poder ter mais uma vez neste percurso, guiando-me, aconselhando-me, ao longo deste sendeiro sinuoso da investigação científica, mas sempre gratificante. A vossa generosidade, confiança e apoio não só académico mas também emocional foram cruciais para que os resultados deste intenso plantio pudessem dar os seus frutos.

Também, devo à Exma. Senhora Professora Doutora Maria Manuel Lopes de Figueiredo Costa Marques Borges, Diretora do curso de Doutoramento em Ciência da Informação da Universidade de Coimbra, um especial agradecimento pela forma dedicada e atenciosa, sempre disponível para ajudar-me. Igualmente, à Exma. Senhora Professora Doutora Ana Isabel Ribeiro, Subdiretora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pelo apoio concedido no que concerne aos assuntos académicos. Igualmente aos membros do júri, à Ex.ma Sra. Professora Doutora Ana Célia Rodrigues e ao Ex.mo Sr. Professor Doutor José Luís Bonal Zazo, muito obrigado pelo incentivo. Uma nota de agradecimento à Professora Doutora Maria da Graça Simões, que nos deixa muitas saudades, recordá-la-ei sempre com carinho. Também aos docentes do curso de Doutoramento em Ciência da Informação da Universidade de Coimbra, incluindo os docentes de Espanha e do Brasil, o meu mais sincero agradecimento e admiração.

Aos meus colegas e queridos amigos do curso de Doutoramento em Ciência da Informação da Universidade de Coimbra, em especial ao Neto, ao Ari, à Fernanda, à Rita, à Cátia, ao Paulo, à Helena, à Márcia, ao João, pelo incentivo e pelo privilégio de poder caminhar ao vosso lado, pessoas por quem tenho enorme estima. Brindaremos todos juntos, um dia, algures nas margens do Mondego. Agradeço a muitas pessoas, que direta e indiretamente me apoiaram. À Universidade de Coimbra, por todo o apoio e suporte, minha segunda *alma mater studiorum*.

Ao Rogério Capelo, meu melhor Amigo e confidente (tu sabes).

Resumo

Este estudo é motivado pelo fenómeno dos arquivos deslocados constantes da Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro, em que a Assembleia Legislativa da Madeira reivindica ao Governo da República a restituição dos arquivos removidos do arquipélago da Madeira em finais do século XIX na custódia do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Como tal, incidimos a investigação no problema da representação da informação arquivística a partir dos instrumentos de acesso à informação que descrevem os conjuntos documentais reclamados pela Resolução. Para este efeito, pretende-se responder a quatro questões de investigação: (1) como é que a literatura científica abordou o tópico “arquivos deslocados” e (em relação à) representação da informação arquivística? (2) Quais são os instrumentos de acesso à informação relativos aos conjuntos documentais reivindicados pela Resolução da Assembleia Legislativa da Madeira n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro? (3) Como é que os conjuntos documentais reivindicados pela supramencionada Resolução foram representados nos instrumentos de acesso à informação em termos evolutivos? E (4) quais os factores incoativos que conduziram à remoção dos conjuntos documentais reivindicados pela Resolução? Dois objetivos gerais guiaram a presente investigação: identificar como os arquivos referidos na mencionada Resolução foram representados em instrumentos de acesso à informação produzidos pelo ANTT e pelo Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira (ABM), e apurar os limites e as possibilidades de reunificação destes conjuntos documentais dispersos entre entidades custodiantes.

Numa primeira fase, realizamos uma revisão de literatura, estruturada por uma revisão de escopo, uma metassíntese e uma metassumarização. Procurou-se identificar a natureza, a dimensão e as características em termos conceptuais, metodológicos e teóricos sobre os arquivos deslocados num horizonte de literatura científica produzida entre 1954 a 2019. Ainda, analisamos a legislação portuguesa produzida entre 1801 e 2019, que permita relacionar fenómenos associados à remoção de arquivos dos seus contextos originários e a sua representação.

Numa segunda etapa, estabelecemos os pressupostos metodológicos que permitam explorar o fenómeno de interesse veiculado pela supramencionada Resolução, amparando-nos no Realismo Crítico. O desenho da investigação apoia-se num modelo de explanação causal, configurado num estudo de casos múltiplos de tipo causal, aplicando métodos mistos, de tipo não reativo, de base documental e retrospectiva. Para a delimitação da população e constituição da amostra, este estudo apoia-se na análise de covariação e de rastreamento processual, aplicando métodos de análise genológico-documental, de análise estemática e de investigação arquivística.

Numa terceira etapa, apresentam-se e discutem-se os resultados da investigação empírica, em consonância com as questões de investigação acima formuladas. A revisão de literatura aponta para a prevalência de uma literatura científica tendencialmente focalizada para casos internacionais, onde subsiste diversidade terminológica em torno dos arquivos deslocados. Os resultados obtidos com base na segunda etapa indicam que a análise de covariação fez emergir um universo de onze fundos ($n = 12.890$ u.i.), não cinco, como reportado pela Resolução. Emergiram dois cenários: sete fundos do mesmo produtor repartidos entre duas entidades custodiantes e quatro fundos na custódia global de uma única entidade. Constituímos uma amostra intencional ($n=100$ u.i.) de um caso crítico (*Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo*) e de um caso extremo (*Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal*), a partir da análise de 19 instrumentos de acesso à informação. A análise estemática, como estratégia de rastreamento processual, realizada a partir da meta-informação de título extraída dos instrumentos de acesso à informação que integram a amostra, sugere a tendência de as entidades custodiantes não terem procurado realizar uma representação técnica e cientificamente reunificada dos fundos em disputa, tanto física como digital. Realizámos uma análise retrodutiva através do rastreamento processual a partir dos “arquivos dos arquivos” que expliquem os mecanismos e estruturas associadas à remoção dos arquivos para o ANTT. Foi

possível verificar que não só a Portaria do Ministério do Reino de 9 de junho de 1886 não se encontra documentalmente atestada como também a natureza da disputa se concentra no diferendo entre cânones arquivísticos em contexto subnacional.

Sugere-se que qualquer estratégia de representação reunificada dos conjuntos documentais reivindicados deve ser concretizada não só *com* as comunidades reivindicantes mas também explorando abordagens que apontem para uma representação da informação arquivística cientificamente reunificada de fundos dispersos (física e/ou digital).

PALAVRAS-CHAVE: Arquivos deslocados em contexto subnacional; Representação da Informação Arquivística; Instrumentos de Acesso à Informação; Realismo Crítico; Cânone Arquivístico.

Abstract

This study deals with the phenomenon of displaced archives presented by Resolution no. 3/2017/M, of January 12th, 2017, in which the Legislative Assembly of Madeira issues claims for the Portuguese Government to return the archives removed from the Madeira archipelago in late 19th century, in the custody of the National Archives of Portugal known as “Torre do Tombo” (ANTT). As such, we focused the research on the problem of representation of archival information in finding aids that described the archival fonds claimed by the said Resolution. For this purpose, we intend to answer four research questions: (1) how has the scientific literature approached the topics “displaced archives” and (in relation to) the representation of archival information? (2) What are the finding aids regarding the sets of fonds claimed by the mentioned Resolution? (3) How were the fonds claimed by the cited Resolution represented in the instruments of access to information (finding aids) in evolutionary terms? And (4) what are the inchoative factors that led to the removal of the archival fonds claimed by the Resolution to the “Torre do Tombo”? Thus, two general objectives guided this investigation. First, we intend to identify how the archival fonds referred in the Resolution were represented in finding aids produced by the ANTT and the Regional Archive and Public Library of Madeira (ABM), and to investigate the limits and possibilities of reunification of these documental sets dispersed among custodians.

In the first stage, we conducted a literature review, structured by a scoping review, a metasynthesis and a metasummary. We sought to identify the nature, dimension and characteristics in conceptual, methodological and theoretical terms on displaced archives produced between 1954 and 2019 in the scientific literature. Next, we carried out an analysis of Portuguese legislation produced between 1801 and 2019, that points to different scenarios for removing archives from their original contexts.

In a second stage, we established the methodological assumptions of the phenomenon conveyed by Resolution of the Legislative Assembly of Madeira No. 3/2017/M, of January, 12th, 2017. The metatheoretical framework of this study is supported by Critical Realism. The research design is based on the causal explanation model, configured in a causal multiple case studies, applying a mixed methodology, making use of unobstrusive, documentary and retrospective methods. For the delimitation of the study universe and the constitution of the sample, we relied on the analysis of covariation and process tracing, applying methods of genre analysis, of stemmatic analysis and archival research.

In the third phase, we present the results and discussions of the empirical research. The literature review showed us a tendency in the scientific literature that put focus mainly on international archival claims, prevailing a conceptual diversity on displaced archives. The results of the covariation analysis brought out, as a step of description and analytical resolution, that a universe of eleven archival fonds ($n=12,890$ units) had emerged, and not five, as reported by the Resolution. We identified two scenarios: seven archival fonds from the same producer shared between two custodians and four archival fonds in the global custody of a single archival entity. We constituted an intentional sample ($n=100$ units) of a critical case (*Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira and Porto Santo*) and an extreme case (*Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal*), essential to deepen aspects of information representation in the 19 finding aids. The stemmatic analysis, as a strategy for process-tracing using the meta-information “title” extracted from the sample of finding aids, suggests that the custodians did not seek to carry out a scientifically reunified representation of the archival fonds, both physical and digital. Finally, through the retrodution

stage, we analyzed the inchoative factors that led to the removal of the Madeira archipelago archives to the ANTT. It was possible to verify that not only the Royal Ordinance of the Ministry of the Realm dated from June 9th, 1886 is not attested, and that the nature of the claim centers on the dispute between archival canons in a subnational context.

We suggest that any strategy for the reunified representation of the claimed archival fonds must be implemented, not only *with* the originary communities, but also by exploring new approaches for a scientifically reunification of archival representation of scattered archival fonds, both physical and digital.

KEYWORDS: Displaced archives in a subnational context; Representation of Archival Information; Finding Aids; Critical Realism; Archival Canon.

Sumário

VOLUME 1

AGRADECIMENTOS	III
RESUMO	V
ABSTRACT	VII
SUMÁRIO	IX
LISTA DE QUADROS, TABELAS, FIGURAS E GRÁFICOS	XIV
Lista de quadros	xiv
Lista de tabelas	xv
Lista de figuras	xvi
Lista de gráficos	xvii
LISTA DE ACRÓNIMOS, ABREVIATURAS E SÍMBOLOS	XVIII
INTRODUÇÃO GERAL	1
Importância do tema	2
Estudos prévios relacionados com tema	3
Identificação de lacunas de investigação	5
Apresentação genérica do caso	7
Necessidade, motivação e propósito do estudo	8
Questões de investigação	9
Objetivos de investigação	13
Apresentação e delimitação deste estudo, significado e implicações	15
Resumo dos critérios e métodos de investigação	17
Conceitos nucleares	17
Pressupostos metodológicos	19
População e amostra	19
Estrutura da tese	20
Síntese	20

PARTE I REVISÃO DE LITERATURA	22
1. Apresentação	23
1.1. Questões de investigação	24
1.2. Objetivos específicos desta Parte I	25
1.3. Estrutura da Parte I	25
2. Arquivos deslocados, removidos, capturados, (e)migrados, fugitivos, diaspóricos? Uma revisão de escopo	27
2.1. Questões e objetivos de investigação	30
2.2. Materiais e métodos	31
2.2.1. Protocolo e registo	31
2.2.2. Critérios de elegibilidade	32
2.2.3. Fontes de informação	36
2.2.4. Estratégia de pesquisa	36
2.2.5. Recolha de dados e análise	38
2.2.6. Síntese de resultados	38
2.3. Resultados	39
2.3.1. Seleção de estudos	39
2.3.2. Características dos estudos	40
2.3.3. Síntese dos resultados	48
2.4. Discussão	51
2.4.1. Síntese das evidências	52
2.4.2. Limitações	60
2.5. Nota de conclusão	61
3. Representação da informação arquivística em arquivos deslocados: uma metassíntese de literatura científica	63
3.1. Formulação de questões e de objetivos	66
3.2. Materiais e métodos	68
3.2.1. Escolha do método	68
3.2.2. Estratégia de pesquisa	69
3.2.3. Recolha de dados e critérios de elegibilidade	71
3.2.4. Critérios para a análise de dados	73
3.2.5. Validação, triangulação e reporte	76
3.3. Resultados	77
3.3.1. Características dos estudos	77
3.3.2. Descrição dos estudos incluídos	80
3.3.3. Descrição dos temas e apresentação da teoria	81
3.3.3.1. Construto teórico 1: “Anarquismo” como (não) representação	82
3.3.3.2. Construto teórico 2: “Arquivo do arquivo” como “meta-arquivo” e “arqui-arquivo”	90
3.3.3.3. Construto teórico 3: Cânone arquivístico	101
3.4. Discussão	112
3.4.1. Características gerais da amostra	112
3.4.2. Limitações e possibilidades de investigação	115
3.5. Conclusões e implicações	117
4. Identificando “arquivos deslocados” em Portugal: uma metassumarização	119
4.1. Materiais e métodos	121
4.1.1. Escolha do método	121
4.1.2. Formulação de questões e de objetivos	122
4.1.3. Estratégia de pesquisa	123

4.1.4.	Critérios de seleção	125
4.1.5.	Análise agregativa de resultados	126
4.2.	Resultados	128
4.2.1.	Seleção de textos	128
4.2.2.	Características dos textos incluídos	129
4.2.3.	Análise dos temas	131
4.2.3.1.	Período I: Legislação Régia ([1802]-1910)	133
4.2.3.2.	Período II: I República (1910-1926)	140
4.2.3.3.	Período III: II República (1926-1974)	144
4.2.3.4.	Período IV: III República (1974-[2019])	152
4.3.	Discussão	160
4.3.1.	Seleção de textos	160
4.3.2.	Limitações	162
4.4.	Considerações finais	162
5.	Síntese da Parte I	164
PARTE II METODOLOGIA E MÉTODOS		166
1.	Apresentação	167
1.1.	Objetivos dos capítulos integrantes da Parte II	169
1.2.	Estruturas dos capítulos	169
2.	Configuração da investigação	171
2.1.	Quadro referencial de investigação	171
2.1.1.	Dimensões metateóricas na Ciência da Informação	173
2.1.2.	Dimensões metateóricas na Arquivística	181
2.1.3.	Enquadramento metateórico desta investigação	191
2.2.	Desenho de investigação	206
2.2.1.	Abordagem filosófica	209
2.2.1.1.	Dimensão ontológica	209
2.2.1.2.	Dimensão epistemológica	212
2.2.1.3.	Dimensão axiológica	215
2.2.2.	Modelo de investigação	216
2.2.2.1.	Abstração conceptual	217
2.2.2.2.	Modelo de explanação causal	220
2.2.3.	Quadro metodológico	228
2.2.3.1.	Estratégia de investigação	230
2.2.3.2.	Métodos de investigação	238
2.2.3.3.	Métodos para recolha de dados	244
2.3.	Descrição dos procedimentos de recolha de dados, mensuração das variáveis e de análise de dados	246
2.3.1.	Identificação e seleção dos casos e dos instrumentos de acesso à informação: análise covariacional	247
2.3.1.1.	Localização, tamanho, descrição da população e critérios de seleção da amostra	248
2.3.1.2.	Análise genológico-documental dos instrumentos de acesso à informação	259
2.3.2.	Representação dos arquivos deslocados em instrumentos de acesso à informação: análise de rastreamento processual (etapa abdutiva/redescrição teórica)	262
2.3.2.1.	Seleção de unidades de análise	264
2.3.2.2.	Análise Estemática	265
2.3.3.	Cânone arquivístico como estrutura de representação da informação: análise de rastreamento processual (etapa retrodutiva)	280
2.3.3.1.	Identificação, recolha e seleção de informação nos “arquivos dos arquivos”	282
2.3.3.2.	Método de análise arquivística aos “arquivos dos arquivos”	284

2.4.	Justificação dos métodos de recolha e análise de dados	290
3.	Considerações éticas	293
4.	Síntese da Parte II	295

VOLUME 2

PARTE III RESULTADOS E DISCUSSÃO	1
1. Apresentação	2
1.1. Objetivos da Parte III	2
1.2. Estrutura dos capítulos	3
2. Identificação, análise e seleção dos casos: análise covariacional	5
2.1. Localização, tamanho, descrição da população e critérios de seleção da amostra	5
2.1.1. Localização	5
2.1.2. Tamanho da população	11
2.1.3. Descrição da população	14
2.1.3.1. Alfândega do Funchal	14
2.1.3.2. Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal	24
2.1.3.3. Convento de Santa Clara do Funchal	31
2.1.3.4. Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal	37
2.1.3.5. Cabido da Sé do Funchal	43
2.1.3.6. Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo	48
2.1.3.7. Convento de São Francisco do Funchal	51
2.1.3.8. Convento de São Bernardino de Câmara de Lobos	56
2.1.3.9. Convento de São Sebastião da Calheta	61
2.1.3.10. Convento de Nossa Senhora da Porciúncula da Ribeira Brava	63
2.1.3.11. Convento de Nossa Senhora da Piedade de Santa Cruz	66
2.1.3.12. Síntese dos elementos constitutivos da população	69
2.2. Seleção da amostra e análise genológico-documental dos instrumentos de acesso à informação 74	
2.2.1. Seleção da amostra	74
2.2.2. Análise genológico-documental aos instrumentos de acesso à informação da amostra selecionada	75
2.2.2.1. Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo (caso crítico)	76
2.2.2.2. Convento de Nossa da Encarnação do Funchal (caso extremo)	83
2.3. Discussão	90
2.4. Síntese	100
3. Representação da informação em instrumentos de acesso à informação: análise de rastreamento processual segundo o método estemático	102
3.1. Caso crítico: <i>Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo</i> (ANTT)	103
3.1.1. Fontes críticos	103
3.1.2. Collatio	103
3.1.2.1. Loci críticos e transcriptio	103
3.1.2.2. Collatio, examinatio e selectio	110
3.1.3. Representação estemática (constitutio stemmatis)	117
3.2. Casos extremos: <i>Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal</i> (ANTT e ABM)	122
3.2.1. Fontes críticos	122
3.2.2. Collatio	122
3.2.2.1. Loci críticos e transcriptio	122
3.2.2.2. Collatio, examinatio e selectio	139
A) Tradição de instrumentos de acesso à informação de O ₁	148

B) Tradição de instrumentos de acesso à informação de O _M	157
3.2.3. Representação estemática (constitutio stemmatis)	162
3.3. Discussão	166
3.4. Síntese	177
4. Cânone arquivístico como estrutura de representação: análise de rastreamento processual (etapa retrodutiva)	180
4.1. “Arquivos dos arquivos”: enfoque na agência	180
4.1.1. Arquivo Nacional da Torre do Tombo	181
4.1.2. Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos	187
4.1.3. Arquivo Distrital do Funchal	193
4.2. “Arquivos nos arquivos”: enfoque nas estruturas	199
4.2.1. Aquisições de fundos ‘ope legis’	205
4.2.2. Operações de transferências	213
4.2.3. Cânones arquivísticos em confronto, acesso e serendipidade	217
4.3. Discussão	226
4.4. Síntese	234
5. Síntese da Parte III	236
CONCLUSÕES: LIMITES E POSSIBILIDADES	240
Apresentação	241
Consolidando a investigação e tecendo conclusões	242
Implicações, recomendações e perspectivas futuras	256
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	262
APÊNDICES	346

Lista de quadros, tabelas, figuras e gráficos

Lista de quadros

(Vol. 1)

Quadro 1 – Formato de questão de investigação <i>ProPheT</i>	30
Quadro 2 – Relação de termos e definições incluídos da terminografia arquivística de expressão inglesa	33
Quadro 3 – Relação de termos e definições excluídos da terminografia arquivística de expressão inglesa	35
Quadro 4 – Estratégia de reporte de pesquisa	37
Quadro 5 – Formato de questão de investigação <i>SPICE</i>	67
Quadro 6 – Estratégia de reporte de pesquisa <i>STARLITE</i>	70
Quadro 7 – Quadro temático	75
Quadro 8 – Síntese de dados: construto teórico 1 “anarquismo” como (não) representação”	83
Quadro 9 – Síntese de dados: construto teórico 2 “Arquivo do arquivo” como “meta-arquivo” e “arqui-arquivo”	91
Quadro 10 – Construto teórico 3: Cânone arquivístico	103
Quadro 11 – Formato de questão de investigação <i>PICo</i>	123
Quadro 12 – Estratégia de reporte de pesquisa	124
Quadro 13 – Critérios de seleção de textos	125
Quadro 14 – Roteiro temático	127
Quadro 15 – Perspetivas paradigmáticas da Ciência da Informação	178
Quadro 16 – Viragens metateóricas em torno da Arquivística	183
Quadro 17 – Ontologia estratificada segundo o Realismo Crítico	195
Quadro 18 – Desenho da investigação	208
Quadro 19 – Modelo de investigação	225
Quadro 20 – Formato de pesquisa em bases de dados de arquivo <i>Septem Circumstantiae</i>	251
Quadro 21 – Formato de pesquisa <i>CLFm</i>	252
Quadro 22 – Requisitos para a descrição arquivística (nível de fundo)	253
Quadro 23 – Amostragem e critério de seleção de casos múltiplos <i>COV</i>	259
Quadro 24 – Constituição de estema em linguagem dot.	279
Quadro 25 – Requisitos para a descrição do metadado “história custodial e arquivística”	288
Quadro 26 – Requisitos para a descrição do metadado “fonte imediata de aquisição ou de transferência”	289
Quadro 27 – Estrutura sinótica da investigação	296

(Vol. 2)

Quadro 28 – Corpus de instrumentos de acesso à informação relativo ao caso crítico	77
Quadro 29 – Corpus de instrumentos de acesso à informação sobre os casos extremos	84
Quadro 30 – Seleção de <i>loci critici</i> a partir do original OL	104
Quadro 31 – Seleção de <i>loci critici</i> a partir do testemunho F1b	105
Quadro 32 – Seleção de <i>loci critici</i> a partir do testemunho F2	106
Quadro 33 – Seleção de <i>loci critici</i> a partir do original L3	106
Quadro 34 – Seleção de <i>loci critici</i> a partir do testemunho F4	107
Quadro 35 – Seleção de <i>loci critici</i> a partir do testemunho L5	107
Quadro 36 – Seleção de <i>loci critici</i> a partir do testemunho L6	107
Quadro 37 – Seleção de <i>loci critici</i> a partir do testemunho H1	109
Quadro 38 – Seleção de <i>loci critici</i> a partir do original OL	123
Quadro 39 – Seleção de <i>loci critici</i> a partir do testemunho L1	126
Quadro 40 – Seleção de <i>loci critici</i> a partir do testemunho F1a	127
Quadro 41 – Seleção de <i>loci critici</i> a partir do testemunho F2	127
Quadro 42 – Seleção de <i>loci critici</i> a partir do testemunho F4	128
Quadro 43 – Seleção de <i>loci critici</i> a partir do testemunho L7	129
Quadro 44 – Seleção de <i>loci critici</i> a partir dos testemunhos L8 e L9	131
Quadro 45 – Seleção de <i>loci critici</i> a partir do testemunho H2	133
Quadro 46 – Seleção de <i>loci critici</i> a partir do original OM	135
Quadro 47 – Seleção de <i>loci critici</i> a partir do testemunho F3	138
Quadro 48 – <i>Collatio</i> tabular dos títulos extraídos de OF liv. 1 e F3 liv. 1	158
Quadro 49 – <i>Collatio</i> tabular dos títulos extraídos OF liv. 2 e F3 liv. 2	158
Quadro 50 – Formato de pesquisa <i>FmLPT</i>	185
Quadro 51 – Documentos incluídos do fundo “arquivo do arquivo” (ANTT)	186
Quadro 52 – Formato de pesquisa <i>FmLPT</i>	192
Quadro 53 – Documentos incluídos do fundo ISBA (ANTT)	192
Quadro 54 – Formato de pesquisa <i>FsFmPT</i>	197
Quadro 55 – Documentos incluídos do fundo ARM (ABM)	198
Quadro 56 – Mecanismos de aquisição de fundos	200
Quadro 57 – Mapa argumentativo de rastreamento processual	204

Lista de tabelas

(Vol. 1)

Tabela 1 – Síntese de dados	40
Tabela 2 – <i>Ranking</i> de revistas	43
Tabela 3 – Produção científica por país de correspondência do autor	44
Tabela 4 – Clusters de co-citações entre documentos	46
Tabela 5 – Produção científica por país de correspondência do autor	50
Tabela 6 – Síntese dos tópicos e estudos incluídos (n= 70)	57
Tabela 7 – Síntese dos métodos utilizados	59
Tabela 8 – Diplomas incluídos sobre arquivos em Portugal entre 1801 e 2019 (n=184)	130
Tabela 9 – Síntese de frequência dos temas	131

(Vol. 2)

Tabela 10 – Resultado da seleção por amostragem de casos múltiplos	74
Tabela 11 – Concordância de cotas entre testemunhos	111
Tabela 12 – Concordância de cotas entre testemunhos da família O _L	139
Tabela 13 – Concordância de cotas entre O _F e F ₃	147
Tabela 14 – Número de palavras dos títulos das unidades de instalação	165

Lista de figuras

(Vol. 1)

Figura 1 – Estrutura da revisão de literatura	26
Figura 2 – Fluxo de pesquisa	39
Figura 3 – Produção científica por país (por filiação acadêmica dos autores)	43
Figura 4 – Mapa de rede de relações de autores por domínio <i>WoS</i>	45
Figura 5 – Mapa de rede de co-citações de autores	45
Figura 6 – Mapa de rede de referências citadas	47
Figura 7 – Rede de palavras-chave em relação aos domínios <i>WoS</i>	49
Figura 8 – Rede de palavras-chave atribuídas pelos autores	51
Figura 9 – Fluxo de pesquisa	79
Figura 10 – Fluxo de pesquisa	129
Figura 11 – <i>Heatmap</i> de diplomas da Legislação Régia (n = 45)	139
Figura 12 – <i>Heatmap</i> de diplomas da I República (n = 28).	144
Figura 13 – <i>Heatmap</i> de diplomas da II República (n = 62)	151
Figura 14 – <i>Heatmap</i> de diplomas da III República (n = 47).	160
Figura 15 – Dimensões estratificadas aplicadas aos arquivos deslocados.	209
Figura 16 – Quadro conceptual de “memória cultural”.	213
Figura 17 – Dimensões estratificadas aplicadas à representação da informação em arquivos deslocados.	215
Figura 18 – Modelo de análise do concreto para o abstrato entre estratos.	218
Figura 19 – Abstração a partir da Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro.	219
Figura 20 – Estrutura de explanação causal no âmbito do Realismo Crítico.	221
Figura 21 – Modelo de Explanação das Ciências Sociais	224
Figura 22 – Estratégia de seleção de casos.	235
Figura 23 – Hipótese de representação ontologicamente estratificada.	237
Figura 24 – Modelo de análise intensiva e extensiva entre estratos.	240
Figura 25 – Aferição da validade entre estratos.	241
Figura 26 – Delimitação dos procedimentos de análise extensiva e intensiva	244
Figura 27 – Alinhamento das questões de investigação aos métodos.	246
Figura 28 – Etapas de localização e recolha de instrumentos de acesso à informação	248
Figura 29 – Exemplo de estema.	266
Figura 30 – Modelo de <i>collatio</i> assistido por computador.	278

(Vol. 2)

Figura 31 – Fluxo PRISMA de localização de fundos (ANTT e ABM).	6
Figura 32 – Colação baseada em grafos relativa ao título de CFMPS Liv. 1.	113
Figura 33 – Representação Estemática da tradição de instrumentos de acesso à informação referentes à CFMPS.	119
Figura 34 – Colação baseada em grafos relativa ao título de CNSEF Liv. 8	152
Figura 35 – Representação Estemática da tradição de instrumentos de acesso à informação referentes à CNSEF.	163
Figura 36 – Fluxo PRISMA de identificação de documentos do “arquivo do arquivo” (ANTT).	185
Figura 37 – Fluxo PRISMA de identificação de documentos do fundo ISBA (ANTT).	192
Figura 38 – Fluxo PRISMA de identificação de documentos do fundo ADF (ABM).	197
Figura 39 – Mapa argumentativo de rastreamento processual.	203

Lista de gráficos

(Vol. 1)

Gráfico 1 – Produção de artigos (1962-2018) (n= 70) 40

(Vol. 2)

Gráfico 2 – População de fundos custodiados no ANTT e no ABM (n= 12890 u. i.) 12

Gráfico 3 – Proposta de estema de representação reunificada de fundos a partir do arquétipo concepturo \aleph . 175

Lista de acrónimos, abreviaturas e símbolos

#r	Recto (precedido de numeração de fólio)
#v	Verso (precedido de numeração de fólio)
.csv	<i>Comma-separated values</i> (formato de ficheiro)
.dot	linguagem de descrição de grafos (formato de ficheiro)
.ead	<i>Encoded Archival Description</i> (formato de ficheiro)
.gephi	<i>Open Graph Viz Platform</i> (formato de ficheiro)
.graphviz	linguagem de descrição de grafos (formato de ficheiro)
.ris	<i>Research Information Systems</i> (formato de ficheiro)
.txt	<i>Textfile</i> (formato de ficheiro)
.xls(x)	<i>Microsoft Excel Open XML Spreadsheet File</i> (formato de ficheiro)
.xml	<i>Extensible Markup Language</i> (formato de ficheiro)
[.]	Reconstrução de texto ou desenvolvimento de abreviaturas
>	maior do que (símbolo)
±	quantificação aproximada (símbolo)
≈	aproximadamente igual (símbolo)
A/Ω	Originais (perdidos)
ABM	Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira
ACP	análise de componentes principais
ADF	Arquivo Distrital do Funchal
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
ALF(UN)	Alfândega do Funchal (fundo)
Anón.	Anónimo (em referências bibliográficas)
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
APEF	<i>Archives Portal Europe Foundation</i>
<i>apud</i>	Locução latina (em casos de arquivos deslocados, significando “junto de”)
art.º	Artigo
CEPESE	Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (Universidade do Porto, Fundação Eng. António de Almeida)
cf.	Confrontar
CFMPS	Comissão da Fazenda do Distrito da Madeira e Porto Santo (fundo)
CIA	Conselho Internacional de Arquivos
<i>CLFm</i>	Formato de questão de investigação (ver Quadro 23)
CNSEF	Convento de Nossa Senhora da Encarnação do Funchal (fundo)
CNSPRB	Convento de Nossa Senhora da Porciúncula da Ribeira Brava (fundo)
CNSPSC	Convento de Nossa Senhora da Piedade de Santa Cruz (fundo)
Cód.	Códice
COV	Análise covariacional

<i>CPT</i>	Análise de rastreamento processual (<i>process-tracing</i>)
CSBCL	Convento de São Bernardino de Câmara de Lobos (fundo)
CSCF	Convento de Santa Clara do Funchal (fundo)
CSF	Cabido da Sé do Funchal (fundo)
CSFF	Convento de São Francisco do Funchal (fundo)
CSSC	Convento de São Sebastião da Calheta (fundo)
cumFreq	Frequência acumulada
Cx(s).	Caixa(s)
DGLAB	Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas
DRE	Diário da República Eletrónico
<i>DREI</i>	<i>Description, retrodution, elaboration, identification</i> (Bhaskar, 1986)
EAD	<i>Encoded Archival Description</i>
<i>Ed(s)</i> .	Editor(es), edição(ões)
eng	Inglês (International Organization for Standardization, 1998)
<i>et al.</i>	Locução latina (em referências bibliográficas)
<i>f.fól(s)</i> .	Fólio(s)
<i>FCO</i>	Foreign & Commonwealth Office (UK)
<i>fl.</i>	<i>Floruit</i> (locução latina)
<i>fm+p</i>	Formato de questão de investigação
<i>Fm+T</i>	Formato de questão de investigação
<i>fra</i>	Francês (International Organization for Standardization, 1998)
Freq.	Frequência
HC#	Hipótese causal (seguido de numeração)
<i>i. e.</i>	<i>id est</i> (locução latina, <i>isto é</i>)
IAN/TT	Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo
ICA	<i>International Council on Archives</i>
IDD	Instrumento de descrição documental
IGBA/ISBA	Inspeção Geral/Superior das Bibliotecas e Arquivos
ISAAR(CPF)	Norma Internacional de Registos de Autoridade Arquivística para Pessoas. Colectivas, Pessoas Singulares e Famílias
ISAD(G)	Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística
ISDF	Norma Internacional de Descrição de Funções
ISDIAH	Norma Internacional de Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
LP	Legião Portuguesa (fundo)
<i>Lv(s)</i>	Livros
Mç(s).	Maço(s)
Mf(s).	Microfilme(s)
Ms(s).	Manuscrito(s)
NA	Não aplicável
NB	<i>Nota bene</i> (locução latina)
O _L	Originais (ANTT)
O _M	Originais (ABM)
<i>OSF</i>	<i>Open Science Framework</i>
PIDE/DGS	Polícia Internacional e de Defesa do Estado (fundo)
PJRFF	Provedoria e Junta da Real Fazenda do Funchal (fundo)

<i>PMTFs</i>	Formato de questão de investigação
por	Português (International Organization for Standardization, 1998)
PPA	Portal Português de Arquivos
Proc(s).	Processo(s)
QIG#	Questão de investigação geral (numerado)
Reimp.	Reimpressão
RENATES	Registo Nacional de Teses e Dissertações
<i>RiC</i>	<i>Records in Contexts</i>
<i>RRREI</i>	<i>Resolution, redescription, retrodiction, elimination</i> (Bhaskar, 1986)
<i>s. u.</i>	<i>sub verbo</i> (locução latina)
séc.	Século
<i>Sic</i>	Locução latina (em transcrição de texto)
spa	Espanhol (International Organization for Standardization, 1998)
<i>STARLITE</i>	<i>sampling strategy, type of study, approaches, range of years, limits, inclusion and exclusions, terms used, electronic sources</i> (Booth 2006).
<i>u. g.</i>	<i>uerbi gratia</i> (locução latina, <i>por exemplo</i>)
<i>u.i.</i>	Unidade de instalação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
<i>Vid.</i>	Vide (locução latina)
α/ω	Arquétipo(s)
\aleph	Arquétipo (concepturo)

Introdução geral

[...] é inaceitável a comparação da Madeira a outros países, porque efectivamente os documentos no Arquivo Regional da Madeira continuariam em território português, tratando-se unicamente de uma transferência para o local de origem.

“Voto de protesto” (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2005a, p. 11)

Importância do tema

A restituição de bens culturais às comunidades originárias constitui um tema atual e controverso, que divide sociedades, instituições e o meio acadêmico e/ou profissional. Esta questão assume maior proeminência quando uma comunidade de âmbito nacional, regional ou local reclama a outra comunidade ou nação a restituição de bens culturais que lhes foram retirados em determinadas conjunturas ocorridas no passado. Muitos destes casos derivaram de fenômenos acontecidos em contexto de conflito armado (O’Keefe, 2006; Toman, 1996), do tráfico ilícito (Kila & Balcells, 2015), de processos secessionistas ou de descolonização, com consequências na reorganização político-administrativa do território (Jakubowski, 2015), ou de decisões *ope legis* emanadas pelo poder central ou por determinados contextos políticos, incidindo especialmente sobre comunidades locais, comunidades autóctones ou indígenas (Kuprecht, 2016). A dimensão desta disputa pode envolver tanto dois ou mais países como pode ocorrer dentro de um país, ou seja, em contexto intranacional ou subnacional (Fishman, 2010; Watkins, 2009)¹.

O destino dos bens culturais pode ser, também, diverso. Muitos destes bens culturais encontram-se custodiados em instituições de memória, entidades do domínio público ou privado, permanecendo distantes ou inacessíveis em relação às comunidades desapossadas. Entre os principais fatores, podemos enumerar razões de natureza preventiva ou de conservação (Barkan, 2002; Merryman, 2005); de mecanismo de exercício de soberania sobre determinado território ou de legitimação da ascendência identitária sobre uma comunidade (Boardman, 2016; Messenger, 1999) ou, ainda, derivadas de operações de inteligência militar (Nemeth, 2009, 2014). Deve acrescentar-se, também, outros fatores como práticas de ocultação ou de destruição deliberada (Layton *et al.*, 2011; Novic, 2016; Turku, 2018). Contudo, o destino destes bens não permanece por aqui: o retorno, a repatriação, a relocação ou a restituição (Cornu & Renold, 2010; Stamatoudi, 2011; Taşdelen, 2016) constituem mecanismos que a literatura jurídica internacional desenvolveu para ressarcir as comunidades desapossadas (Silverman, 2011), em função das circunstâncias incoativas que conduziram à sua desposseção (Chechi, 2014; Kowalski, 2005). Em último caso, por vezes, pode não ser possível determinar sucessores quando a restituição de tais bens seja possível, por terem ficado na condição de “órfãos” (Leventhal & Daniels, 2012).

Ainda que a investigação no domínio da museologia concentre grande parte da produção científica sobre a disputa pela propriedade de bens culturais, tem crescido, embora esparsamente, o interesse em torno do mesmo tema em relação ao património documental (arquivístico e bibliográfico). Dado

¹ A literatura relativa a conflitos de custódia pelos bens culturais aplica os termos intranacional e subnacional de forma equivalente (Fishman, 2010; Silverman, 2011; Watkins, 2009). Suksi distingue *sub-state* de *sub-national*, considerando que o primeiro é “focused on institutions, procedures and competences of the intermediate layer of state organisation than on the issue of nationality or ethnicity” (2011, p. 4). Utilizamos subnacional como termo preferencial e mais consolidado na literatura, remetendo o uso de intranacional em citações.

que os bens culturais se encontram protegidos em diversos instrumentos jurídicos nacionais e internacionais (Blake, 2015; Stamatoudi, 2011; Taşdelen, 2016), no caso dos arquivos tem havido especial proteção em acordos e tratados internacionais desde há vários séculos (Auer, 2017; D. Cox, 2017; International Council on Archives, 2005). Dispõe-se, assim, de um *corpus* jurídico internacional como a *Convenção de Haia de 1954* (Convention for the Protection of Cultural Property in the Event of Armed Conflict with Regulations for the Execution of the Convention, The Hague, 14 May 1954, 1954), a *Convenção da UNESCO* (UNESCO, 1970), a *Convenção UNIDROIT* (UNIDROIT Convention on Stolen or Illegally Exported Cultural Objects, Rome, 24 June 1995, 1995), as Resoluções do Parlamento Europeu (RESOLUÇÃO Sobre o Direito Dos Povos à Informação Sobre a Sua História e à Restituição Dos Arquivos Nacionais, 1991; Parlamento Europeu e do Conselho, 2014) e Convenção de Viena (Vienna Convention on Succession of States in Respect of State Property, Archives and Debts, 1978-04-08, 2005), acrescendo também a legislação arquivística de cada país e região. É de realçar, também, o Conselho Internacional de Arquivos que tem assumido um papel importante na identificação de casos (Auer, 1998; Lowry, 2020) e no lançamento de recomendações (International Council on Archives, 1995), especialmente aquelas provenientes do *Grupo de Peritos para os Assuntos Jurídicos* (International Council on Archives, 2016b) e do recente *Grupo de Peritos para o Património Arquivístico Partilhado* (International Council on Archives, 2016c). Este último grupo de peritos realizou em finais de 2018 e inícios de 2019 um questionário baseado em Auer (1998) para conhecer o estado da arte, cujos resultados foram recentemente publicados por Lowry, a pedido do Grupo de Peritos para o Património Arquivístico Partilhado do Conselho Internacional de Arquivos (2020). Porém, subsiste uma postura *naïf* relativamente ao conceito de “património arquivístico partilhado” como forma de encerrar o contencioso arquivístico, considerando que o elemento chave da disputa consiste num acordo entre partes em providenciar o acesso digital como um fim em si.

Todavia, a restituição de arquivos às comunidades originárias reside no estatuto – que não se fundamenta somente no plano jurídico – dos conjuntos documentais junto das entidades custodiantes a quem se lhes reclama a devolução. Muitos dos casos analisados sobre arquivos deslocados restringem-se a disputas internacionais envolvendo duas ou mais nações, como já apontámos. Para casos subnacionais, a produção científica disponível é muito escassa, o que requer uma investigação mais aprofundada para a compreensão deste fenómeno pouco abordado no plano científico.

Estudos prévios relacionados com tema

A literatura produzida em torno dos arquivos deslocados tem sido realizada, por um lado, para servir de suporte para o desenvolvimento de iniciativas legislativas de âmbito internacional (Kecskeméti,

1977; Kecskeméti & Laar, 1981) e, por outro, para a caracterização da dimensão dos casos internacionais (Auer, 1998; Lowry, 2020). A criação do Conselho Internacional de Arquivos (1948) emerge do cenário de pós-guerra, em que se analisaram questões sobre arquivos capturados em contexto de conflito armado e dos problemas de restituição (Posner, 1942).

Conforme já referimos, a atividade do Conselho Internacional de Arquivos sobre esta questão tem sido tratada pela Comissão para os Assuntos Jurídicos em matéria de Arquivos (*Committee on Archival Legal Matters*), criada no Congresso de Montreal em 1992 (Gränström, 2006), e pelo recente Grupo de Peritos para o Património Arquivístico Partilhado (*Expert Group on Shared Archival Heritage*), criado pela Comissão de Programação do Conselho Internacional de Arquivos no Congresso de Seoul em 2016 (International Council on Archives, 2016c). O Conselho Internacional de Arquivos é uma das poucas entidades que produziram informação relevante sobre este tópico, como a *Declaração de Cantão* (International Council on Archives, 1995) e a produção de um dossiê específico sobre o tema (International Council on Archives, 2005). Apesar de a produção científica ser esparsa, os arquivos deslocados têm sido objeto de estudo por diversos investigadores. Tal exige uma revisão de literatura mais aprofundada.

Embora a questão dos arquivos deslocados tenha sido desenvolvida a partir de casos de disputa de âmbito internacional, pouco tem sido produzido sobre casos subnacionais. Entre os casos mais divulgados têm sido os estudos de Bastian (2001, 2003) sobre arquivos retirados às comunidades das Ilhas Virgens quando esteve sob domínio da Dinamarca e, depois, dos Estados Unidos da América. Além disto, temos a disputa subsistente pelos “Papeles de Salamanca”, reivindicados pela Generalitat de Catalunya ao Centro Documental de la Memoria Histórica, respeitante aos arquivos confiscados por Franco a indivíduos e instituições catalãs após a Guerra Civil Española (Balcells, 2014; Comissió de la Dignitat, 2004; Cruanyes, 2003), com o objetivo de restituí-los aos legítimos proprietários ou herdeiros. No que respeita à produção científica de expressão portuguesa, refira-se o *I Simpósio Nacional de Políticas Arquivísticas – acesso, jurisdição e domicílio legal de documentos*, realizado em 1996 em Ouro Preto (Brasil), que decorreu num contexto particular de conflito pela “domiciliação legal” da documentação custodiada pelo Arquivo Público Mineiro ao Arquivo Público Municipal de Ouro Preto mencionado no estudo de Silva (2008). Sobre o caso que opõe a Região Autónoma da Madeira e o Arquivo Nacional Torre do Tombo, apenas se dispõe de alguns estudos de Macedo (2017c, 2019c). Para alguns investigadores portugueses há preferência para o conceito de “património arquivístico partilhado”, especialmente para os arquivos das instituições coloniais portuguesas (Martins, 2018) ou arquivos voluntariamente deslocados pelo possuidor e na custódia de diversas instituições de memória (Seccareccia *et al.*, 2021), correspondendo a casos internacional e/ou subnacional. Deve-se realçar os estudos de Ribeiro (1998, 2013c) em torno dos instrumentos de acesso à informação, que realçou a ausência da representação reunificada de fundos dispersos entre diversas entidades custodiantes, em que se pode dar como exemplo os fundos conventuais estudados por Ribeiro (2006).

Não se dispõem de um levantamento sistemático sobre casos congêneres noutros países e regiões, com incidência para os países de língua oficial portuguesa, os arquivos deslocados em contexto subnacional constituem um tópico insuficientemente explorado na literatura científica, mais ainda no que concerne à sua representação em instrumentos de acesso à informação, razão por que nos motiva a condução deste estudo.

Identificação de lacunas de investigação

A literatura preliminarmente compulsada sobre arquivos deslocados centrou-se nos problemas jurídicos de restituição de bens arquivísticos em contexto internacional (Auer, 1998; Kecskeméti, 1977; Kecskeméti & Laar, 1981). Muito pouco se refletiu sobre casos ocorridos em contexto subnacional², tanto no âmbito do Direito Internacional, da Ciência Política, da História como na Ciência da Informação. Dado que as soluções de âmbito jurídico presentes na legislação internacional em matéria de restituição de arquivos tiveram um impacto pouco expressivo na resolução de conflitos de custódia (D. Cox, 2017; Lowry, 2019a, 2019b; Mnjama, 2020), a abordagem alternativa que se divisa ser mais produtiva consiste em inflectir a análise no âmbito da Ciência da Informação.

A representação da informação arquivística em torno de arquivos deslocados tem sido escassamente explorada, apesar de o seu enorme potencial teórico e metodológico (R. Cox, 2008; MacNeil, 2012). O mais próximo em relação a esta perspetiva relaciona-se com a produção de substitutos e reunificação virtual (Punzalan, 2014a, 2014b). No entanto, alguns autores não revelam consenso no que concerne à produção de substitutos (microfilmagem, digitalização, quase-originais) como critério fungível à restituição de documentos ou de conjuntos documentais originais às comunidades ou entidades reivindicantes (Bastian, 2002; Kecskeméti, 1977; Winn, 2015).

Deste modo, com base nos elementos preliminarmente analisados no reconhecimento do terreno de investigação em torno dos arquivos deslocados, realçamos os seguintes aspetos:

- (1) **quadro conceptual pouco clarificador.** Verifica-se a prevalência de múltiplas denominações na terminologia inglesa, como *alienated record/archives*, *expatriated archives*, *fugitive records/archives*, *migrated archives*, *removed archives*, *captured archives*, *seized archives*, *replevin*, *relay*, *diasporic archives* (International Council on Archives, 1964, 1984, 2004a, 2013), ao contrário da terminografia portuguesa, onde os mais recentes instrumentos não apresentam qualquer entrada, como o *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* (Arquivo Nacional do Brasil, 2005) e

² O recente *Relatório* de Lowry (2020), encomendado pela EGSAH, incluiu pela primeira vez dois casos que se apresentam como reivindicações subnacionais ou intranacionais e que correspondem às Regiões Autónomas da Madeira *versus* Portugal e Gronelândia *versus* Dinamarca. É notório que os casos subnacionais são possivelmente os menos conhecidos ou interpretados sob outra dimensão, como podemos observar no seguinte passo: “It should be noted that the claims from Greenland (claims 8 and 9) arguably constitute ‘sub-national or intranational’ claims, like the claim made by Madeira, because Greenland is officially an autonomous region of the Kingdom of Denmark. Nevertheless, the claims have been aggregated in the ‘decolonisation’ category as this was the category selected by the respondent” (Lowry, 2020, p. 14).

a NP 4041:2005 (Biblioteca Nacional de Portugal, 2010) ou dependente das preferências dos autores (*u. g.*, M. B. Cunha & Cavalcanti, 2008). Não é possível perceber na terminografia arquivística se estamos na presença de um mesmo fenómeno ou se são fenómenos distintos (contexto colonial, secessão, tráfico ilícito, etc.). Também não é claro se os fenómenos de remoção de arquivos dos seus contextos originários constituem formas de desposseção de arquivos ou se incidem na totalidade ou parte de fundos. Este aspecto é importante, pois concita a uma prospeção na literatura científica, dado que constituem os principais descritores deste estudo.

- (2) **foco para casos internacionais ou de âmbito inter-estatal.** Um dos aspetos menos abordados em torno da dimensão e da diversidade das disputas pela custódia de arquivos são de âmbito subnacional ou misto. Trata-se de um aspeto importante para a delimitação dos factores incoativos de desposseção de bens culturais. Por exemplo, as disputas internacionais pela custódia de arquivos retirados às comunidades no período colonial ocorreram *ipso tempore* em contexto subnacional. No entanto, as regiões e as comunidades que estão sob a soberania de um país, como as regiões autónomas ou ultraperiféricas, têm permanecido invisíveis no cenário internacional.
- (3) **prevalência de soluções orientadas para a restituição/conciliação.** Predominam soluções jurídicas orientadas para a restituição, retorno ou repatriação ou para a conciliação. Porém, são poucos os casos de sucesso de restituição de bens culturais conhecidos, especialmente arquivos. Por exemplo, a *Convenção de Viena sobre Sucessão de Estados em matéria de Propriedade do Estado, Arquivos e Dívidas, de 8 de abril de 1978* constituiu um insucesso diplomático devido ao facto de muitos poucos países terem ratificado o documento (Kecskeméti, 2017). Por outro, as propostas de herança conjunta e de reunificação digital apresentam debilidades diversas devido às mutações políticas, sociais e tecnológicas que afetam diretamente as comunidades de âmbito nacional, regional/local ou diaspórico. A atenção para as estratégias de representação da informação por via de substitutos também tem sido pouco explorada. Para poder determinar-se qualquer decisão reparatória importa sobretudo compreender os factores incoativos de desposseção de bens culturais e suas representações (se houve).
- (4) **literatura científica incipiente sobre arquivos deslocados.** Foi possível verificar que, para além dos problemas em torno dos conceitos utilizados, a literatura científica sobre arquivos deslocados é esparsa e abordada em domínios epistémicos distintos. No âmbito da produção científica de expressão portuguesa é praticamente omissa quanto ao tópico. Não se possuem revisões sistemáticas de literatura que se enfoquem nos métodos, quadro teórico ou domínios científicos onde o tópico é mais explorado. Menos ainda sobre a sua representação em instrumentos de acesso à informação.

O facto de não ter sido possível localizar estudos específicos que reflitam sobre este tópico não corresponde necessariamente à inexistência deste tipo de casos. Se as perspetivas teóricas desenvolvidas no âmbito da Arquivística, especialmente as analisadas na subsecção *supra*, são parcas no que concerne

a esta questão, devemos considerar que não são suficientes para compreender os contornos do fenómeno e necessitamos de explorar outros âmbitos teóricos.

Apresentação genérica do caso

Na sequência das comemorações dos 600 anos do descobrimento e povoamento das ilhas do Porto Santo e da Madeira³, a Resolução da Assembleia Legislativa da Madeira n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), recomendou ao Governo da República que tome as diligências necessárias para “proceder à transferência dos documentos produzidos por instituições regionais que se encontram na Torre do Tombo para o Arquivo Regional da Madeira” (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017, p. 409). Trata-se de um pedido formal feito por um organismo legislativo da administração regional autónoma para a restituição de arquivos, que foram transferidos⁴ no último quartel do século XIX para o Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT). Por outras palavras, estamos na presença de um pedido de restituição de arquivos em contexto intranacional ou subnacional⁵.

Desde a criação do Arquivo Distrital do Funchal (ADF), através do Decreto n.º 19952, de 30 de julho de 1931 (Ministério de Instrução Pública, 1931f), que retificou o Decreto n.º 19952, de 27 de junho de 1931 (Ministério de Instrução Pública, 1931a)⁶, foi João Cabral do Nascimento, seu primeiro diretor, que efetuou formalmente, em 1934, o primeiro pedido de restituição dos fundos custodiados pelo ANTT à Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos (IGBA). Em janeiro desse mesmo ano, a IGBA declinou tal possibilidade de restituição. Em 1937, o ADF descobriu na Repartição de Finanças do Funchal os mesmos conjuntos documentais remanescentes que foram transferidos para o ANTT. Esta situação suscitou o problema de reunificação dos fundos, com consequências não só em termos de acesso à informação como também de acesso ao património documental pela comunidade insular.

As entidades que tutelaram o Arquivo Nacional Torre do Tombo alegavam que tal “transferência” poderia, por um lado, provocar a “desorganização e, porventura, a destruição do Arquivo geral do

³ Sobre as datas comemorativas 1418-1419, não se pode falar com segurança de “descoberta” das ilhas da Madeira e de Porto Santo, dado que a cartografia trecentista já mencionava, com denominações distintas, o arquipélago, especialmente na carta atribuída aos irmãos venezianos Pizzigani (1367), o denominado *Atlas Medicis* ou *Mediceo* (ca. 1370), o planisfério catalão de Abraão Cresques (1375), a carta de Pinelli-Walckenaer (ca. 1384) e a carta de Soller (1385). Sobre os problemas historiográficos relativos ao (re)descobrimento e povoamento do arquipélago da Madeira, remete-se para Veríssimo (2016) e Vieira (2018) para maior elucidação. As comemorações para os 600 anos do arquipélago decorrem da recomendação expressa na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 13/2015/M, de 15 de dezembro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2015).

⁴ As guias de remessa produzidas para o ANTT utilizam verbo transferir: “Relação dos Livros e documentos existentes no Archivo do Convento de Sta. Clara de N.ª. Snr.ª. da Conceição do Funchal que em virtude do decreto de 2 d’Outubro de 1862 e portaria do Ministerio do Reino de 9 de Junho de 1886 são transferidos para o Archivo Nacional da Torre do Tombo” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1887).

⁵ Cf. nota 1.

⁶ A confusão sobre a data de criação do Arquivo Distrital do Funchal subsiste em muitos documentos e iniciativas oficiais das entidades governamentais e legislativas da administração regional autónoma. O “Dia Regional dos Arquivos da Região Autónoma da Madeira” (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2020) é comemorado a 27 de junho, tendo como referência o Decreto n.º 19952, de 27 de junho de 1931, quando, de facto, a instituição foi criada *de iure* a 30 de julho de 1931. Sobre a data de criação do Arquivo Distrital do Funchal, cf. Dantas (1932) e Macedo (2019a).

país, que é a Torre do Tombo” (Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos, 1934a) e, por outro, o recurso “às tecnologias de digitalização e de microfilmagens dispensam, hoje, a transferência física de documentos” (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2005a, p. 10). Este problema ainda persiste até ao dia de hoje, considerado pelas autoridades públicas insulares como um dos “contenciosos autonómicos” por resolver no contexto de III República Portuguesa.

Necessidade, motivação e propósito do estudo

Atendendo que a produção científica sobre a representação da informação de arquivos deslocados nos instrumentos de acesso à informação no cenário subnacional se encontra pouco desenvolvida, não só nos países de língua oficial portuguesa como também de âmbito internacional, este estudo parte de um caso real, tendo como referência Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017). Dado estarmos na presença de um fenómeno pouco conhecido, este estudo propõe explorar um tema insuficientemente tratado na literatura, especialmente no domínio da Ciência da Informação e da Arquivística. Pretende-se perscrutar aspetos etiológicos subjacentes ao tema proposto, procurando compreender este fenómeno em toda a sua complexidade sob a lente do Realismo Crítico. Já referimos que a hipótese de Winn (2015), em que a inexistência de instrumentos de acesso à informação constitui um factor limitador para a identificação de arquivos deslocados, se nos afigura insuficiente, torna-se indispensável perscrutar, no caso de tais instrumentos de acesso à informação existirem, como é que os arquivos presuntamente deslocados são representados e como a descrição arquivística pode, com uma boa margem de razoabilidade, indiciar sobre a sua condição. O que mais se aproxima à nossa perspetiva foi apontada por Ribeiro, em torno dos arquivos conventuais portugueses confiscados ao longo do século XIX e transferidos para o Arquivo Nacional Torre do Tombo, conforme seguinte extrato atesta:

O facto de cada entidade detentora, na linha da Arquivística tradicional, considerar como um “fundo” autónomo a parte do acervo que tem à sua guarda, conduz a que a organização e a representação desse “pedaço” informacional não levem em linha de conta as outras partes do mesmo sistema de informação. Nesta perspetiva, não é de admirar que os instrumentos de acesso à informação elaborados consumem e consagrem esta visão parcelar e desviante. Não é raro encontrarmos dois, ou mais, instrumentos de acesso à informação respeitantes ao acervo da mesma casa monástica que ignoram, em absoluto, partes do mesmo sistema de informação custodiadas por uma instituição diferente. (F. Ribeiro, 2006, p. 311)

Este excerto concita a exploração mais aprofundada do caso supramencionado neste estudo. Realçamos que o nosso propósito não consiste em resolver a restituição, por tratar-se de um problema do

domínio jurídico e político-institucional, de modo que as questões jurídicas relacionadas com a restituição de bens culturais estão fora do âmbito deste estudo. O que nos interessa em particular é a identificação das opções políticas e institucionais subjacentes à representação da informação arquivística sobre conjuntos documentais do mesmo produtor dispersos em múltiplas entidades custodiantes.

Questões de investigação

A formulação das questões de investigação constitui um ponto central em toda a atividade científica, como Gadamer refere: “the path of all knowledge leads through the question” (2006, p. 357). Formular de forma precisa a questão de investigação constitui não só o ponto de partida como também permite determinar sob que ângulo o problema pode ser analisado e como a investigação será conduzida (Alvesson & Sandberg, 2011; Creswell, 2014). Porém, nem todas as tipologias de questões são aplicáveis em qualquer estudo, requerendo uma correta formulação (Alvesson & Sandberg, 2011, 2013; Dillon, 1984; Sandberg & Alvesson, 2011).

Explorar questões em torno dos arquivos deslocados particularizados a casos específicos impele-nos à exploração das causas deste fenómeno. Dada a dificuldade de como se pode reconhecer que determinado arquivo se encontra deslocado, partindo do referencial exposto em secções anteriores e aplicado ao caso subnacional que opõe a Região Autónoma da Madeira ao Arquivo Nacional Torre do Tombo, expresso na Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), as questões que se pretendem formular têm como referência o seguinte texto preambular.

Nos finais do século XIX, foram levados para Lisboa vários documentos produzidos na Região Autónoma da Madeira, nomeadamente, os documentos do Cabido da Sé do Funchal, do Convento de Santa Clara, do Convento da Encarnação, da Provedoria da Real Fazenda e da Alfândega do Funchal. Estes documentos, que integram o Património Cultural da Região Autónoma da Madeira, na sua vertente de Património Arquivístico são, desde 1932, solicitados pela Região, tendo sido a sua reivindicação reafirmada após a inauguração das novas instalações do Arquivo Regional da Madeira, e constantemente renovada, através do Governo Regional, da Assembleia Legislativa e da Assembleia da República, perante os sucessivos governos da República. Recorde-se o voto de protesto aprovado pela Assembleia Legislativa, em 2005, no qual se reiterou que os referidos documentos foram transferidos para Lisboa com o compromisso de ali permanecerem somente até o novo arquivo ficar concluído. O Arquivo Regional da Madeira integra serviços de excelência no âmbito da arquivis-

tica e da preservação, conservação e restauro do património de reconhecida importância histórica e cultural, reunindo, assim, todos os requisitos para receber a documentação que, no presente, se encontra na Torre do Tombo, em Lisboa, e que foi produzida na Região, pelo que, consubstancia a base da memória coletiva, diversa e múltipla da Região Autónoma da Madeira. Entende-se que a transferência deste acervo para a Região permitiria democratizar e simplificar o contacto da população «originária» com os documentos que construíram a sua própria história, instituindo-se esta transferência, inclusivamente, como fator de cidadania. (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017, p. 409)

A partir deste excerto, é possível realçar os seguintes aspetos:

- a) Estamos na presença de duas entidades: a primeira que se apresenta como entidade reivindicante, (a.1) Região Autónoma da Madeira, genericamente expressa como “Região” ou por extenso “Região Autónoma da Madeira”, por instituição em “Arquivo Regional da Madeira”, por representantes políticos em órgãos executivos e legislativos em “Governo Regional, da Assembleia Legislativa e da Assembleia da República” ou, genericamente, “população ‘originária’”; a segunda corresponde à entidade destinatária e oponente, (a.2) Arquivo Nacional Torre do Tombo (genericamente “Torre do Tombo”). Estamos na presença de uma disputa entre duas entidades públicas: a reivindicante corresponde a uma entidade da administração regional autónoma, que representa os interesses da “população ‘originária’”, a oponente corresponde a uma entidade da administração central do Estado.
- b) O objeto da questão consiste em “vários documentos produzidos na Região Autónoma da Madeira” ou, genericamente, “documentos” e “acervo”, enumerados no primeiro parágrafo do excerto: “documentos do Cabido da Sé do Funchal, do Convento de Santa Clara, do Convento da Encarnação, da Provedoria da Real Fazenda e da Alfândega do Funchal” (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017, p. 409). O teor da reivindicação não realça claramente a dimensão e o conteúdo dos conjuntos documentais.
- c) As circunstâncias temporais e espaciais do fenómeno encontram-se expressas através de marcadores discursivos: (c.1) de tempo: “Nos finais do século XIX”, “desde 1932”, “reivindicação reafirmada após a inauguração”, “constantemente renovada”, “sucessivos governos da República”, “em 2005”⁷, “até o novo arquivo ficar concluído” e “no presente”, sugerindo uma sequência cro-

⁷ Sobre o “Voto de Protesto” apresentado pelo grupo parlamentar do PSD na Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, na sequência da inauguração do imóvel do Arquivo Regional da Madeira em 2004, apresenta diversas imprecisões que não se sustentam nos factos, como o seguinte passo claramente ilustra: “Os documentos em questão foram depositados na Torre do Tombo porque as antigas instalações do Arquivo Regional da Madeira não permitiam o seu acondicionamento, com o compromisso de ali permanecerem até o novo Arquivo ficar concluído” (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2005a, p. 11). Os arquivos foram removidos do arquipélago porque não existia qualquer serviço de arquivo histórico público no arquipélago antes de 1931.

nológica de ações feitas pela Região Autónoma da Madeira; (c.2) de espaço: (c.2.1) “para Lisboa”, “na Torre do Tombo, em Lisboa” e (c.2.2.) “na Região” e “para a Região”, indicando dois *loci* de referência relacionados com o deslocamento de documentos referido na alínea b), situados precisamente no tempo e no espaço.

- d) O modo como estes conjuntos documentais, referidos em b) em relação a (c.2.1), são apresentados como (d.1) “levados para Lisboa”, “transferidos para Lisboa”, “que (...) se encontra na Torre do Tombo, em Lisboa” e “com o compromisso de ali permanecerem”, pretendendo-se o mesmo modo em sentido inverso para (a.1), expresso como (d.2) “a transferência deste acervo para a Região”, “instituído-se esta transferência”, sugerindo que os conjuntos documentais expressos em b) se encontrarem deslocados em (c.2.1) na custódia de (a.2) e que este processo só seria ressarcido com a sua transferência a Região Autónoma da Madeira.
- e) A justificação apresentada por (a.1) para a realização de (d.2) consiste no facto de os conjuntos documentais expressos em b) serem “Património Cultural da Região Autónoma da Madeira, na sua vertente de Património Arquivístico”, porque “consubstancia a base da memória coletiva, diversa e múltipla da Região Autónoma da Madeira”, “permitiria democratizar e simplificar o contacto da população ‘originária’ com os documentos que construíram a sua própria história” e “inclusivamente, como fator de cidadania”.

Ainda que as abordagens para formulação de questões de investigação características de métodos mistos sejam diversas (Plano Clark & Badiee, 2010), tais questões permitem estabelecer uma “framework for conducting the study, helping the researcher to organize the research and giving it relevance, direction, and coherence, thereby helping to keep the researcher focused during the course of the investigation” (Onwuegbuzie & Leech, 2006, p. 478). Realçamos o ponto 2 do *Código de Ética* do Conselho Internacional de Arquivos, quando se interpela que “archivists should cooperate in the repatriation of displaced archives” (International Council on Archives, 1996, sublinhado nosso), ou seja, apela-se ao conhecimento prático (fronese) na resolução de casos que exigem intervenção especializada. Em complemento, o acesso aos arquivos deslocados é realçado nos pontos 17, 18 e 19 dos *Princípios Básicos sobre o Papel dos Arquivistas na Defesa dos Direitos Humanos* (Conselho Internacional dos Arquivos, 2016), apelando a que os profissionais dos arquivos assumam uma postura interventiva face a este tipo de fenómenos. Estes preceitos confluem com a perspetiva de Ketelaar: “that effort may well begin with making the disputed archives accessible, not only making them available for consultation on the premises and abroad, but also by providing finding aids and other tools that will enable any interested individual or community to use the archives effectively” (Ketelaar, 2017b, p. ix, sublinhado nosso).

A seguir formulam-se as seguintes quatro questões de investigação de âmbito geral (QIG) e sequencial, sendo que as questões mais específicas serão formuladas ao longo desta tese.

QIG1 Como é que a literatura científica abordou os tópicos “arquivos deslocados” e (em relação à) representação da informação arquivística? Esta questão de investigação visa explorar o quadro conceptual e teórico subjacente aos arquivos deslocados e (em relação) à representação da informação arquivística a partir da literatura científica. Partindo de uma abordagem bibliométrica (quantitativa) e de uma síntese de conhecimento de literatura (qualitativa), esta questão visa constituir um mapeamento abrangente em torno destes tópicos, numa ótica predominantemente qualitativa e conducente à geração de nova teoria (Finfgeld-Connett, 2014). Por não se dispor de estudos científicos suficientes para casos referentes aos países de língua oficial portuguesa, importa realizar os mesmos procedimentos especialmente no âmbito da legislação de modo a identificar indícios que apontem para o deslocamentos de arquivos. Esta questão proporciona uma abordagem aprofundada e estruturada em torno destes tópicos, que servirão de referencial ao longo deste estudo. Esta questão constitui a base para a Parte I *Revisão de literatura*.

QIG2 Quais são os instrumentos de acesso à informação relativos aos conjuntos documentais reivindicados pela Resolução da Assembleia Legislativa da Madeira n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro? Esta pergunta de investigação visa explorar empiricamente os instrumentos de acesso à informação produzidos pelo ANTT e pelo ABM relativos aos fundos mencionados na Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017). Esta questão desdobra-se em etapas de descrição e de resolução analítica conforme o modelo de Danermark *et al.* (2005). Para uma exploração dos instrumentos de acesso à informação e seus fundos, como eventos que se manifestam no domínio do empírico, o tipo de estudo de casos múltiplos de natureza causal que melhor se ajusta é a análise covariacional (Blatter & Haverland, 2014). Esta abordagem é essencial para a constituição da amostra de fundos/instrumentos de acesso à informação, cingindo-se a um caso extremo e a um caso crítico, submetidos a uma análise geneológico-documental. As descrições dos procedimentos encontram-se descritos no item 2.3.1 *Identificação e seleção dos casos e dos instrumentos de acesso à informação: análise covariacional* (Parte II *Metodologia e métodos*) e os resultados e discussão no capítulo 2 *Identificação, análise e seleção dos casos: análise covariacional* (Parte III *Resultados e discussão*).

QIG3 Como é que os conjuntos documentais reivindicados pela Resolução da Assembleia Legislativa da Madeira n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro, foram representados nos instrumentos de acesso à informação em termos evolutivos? Esta questão incide na identificação dos mecanismos subjacentes à representação da informação em instrumentos de acesso à informação, em termos de similaridade/dissimilaridade, relativos à amostra de fundos constituída na ***QIG2***. O estudo de casos múltiplos de tipo causal que melhor suporta a identificação de mecanismos consiste na análise baseada no rastreamento processual (Beach & Pedersen, 2013, 2016; Blatter

& Haverland, 2014). Sendo um exercício que corresponde à etapa abduativa/redescritção teórica de Danermark *et al.* (2005), a exploração da similaridade/dissimilaridade entre os diversos instrumentos de acesso à informação que representam a amostra de fundos implica recorrer a métodos de genealogia textual (ou método estemático), de modo a poder identificar-se os mecanismos subjacentes à sua representação. A descrição mais detalhada destes procedimentos metodológicos encontra-se desenvolvida no item 2.3.2 *Representação dos arquivos deslocados em instrumentos de acesso à informação: análise de rastreamento processual (etapa abduativa/redescritção teórica)* (Parte II *Metodologia e métodos*) e os resultados e discussão são apresentados, por seu turno, no capítulo 3 *Representação da informação em instrumentos de acesso à informação: análise de rastreamento processual segundo o método estemático* (Parte III *Resultados e discussão*).

QIG4 *Quais os factores incoativos que conduziram à remoção dos conjuntos documentais reivindicados pela Resolução da Assembleia Legislativa da Madeira n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro?* Esta questão incide na identificação das etiologias em termos de mecanismos e estruturas subjacentes à remoção dos conjuntos documentais e à representação da informação dos fundos em instrumentos de acesso à informação. A análise incide na amostra de fundos constituída na **QIG2**. O estudo de casos múltiplos continua com a análise baseada no rastreamento processual (Beach & Pedersen, 2013, 2016; Blatter & Haverland, 2014), mas apoiada na etapa retrodutiva de Danermark *et al.* (2005). Pretende-se identificar, a partir da investigação documental, mediante análise arquivística, informação que ateste as estratégias de remoção e de representação da informação adotadas pelas entidades custodiantes. A descrição mais detalhada destes procedimentos metodológicos encontra-se desenvolvida no item 2.3.3 *Cânone arquivístico como estrutura de representação da informação: análise de rastreamento processual (etapa retrodutiva)* (Parte II *Metodologia e métodos*) e os resultados e discussão são apresentados no capítulo 4 *Cânone arquivístico como estrutura de representação: análise de rastreamento processual (etapa retrodutiva)* (Parte III *Resultados e discussão*).

As questões sugerem o recurso a multimétodos, tendo como quadro metateórico o Realismo Crítico de Bhaskar (1975, 1979, 1989), sustentados em fontes não reativas (Baker, 2008; Webb *et al.*, 1966), *i. e.*, de base documental, bibliográfica, arquivística e retrospectiva, que se encontram explicitadas mais detalhadamente na Parte II *Metodologia e métodos*.

Objetivos de investigação

Esta tese propõe-se analisar as estratégias de representação em instrumentos de acesso à informação em torno dos conjuntos documentais que se encontram dispersos entre o Arquivo Nacional Torre do Tombo e o Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. Os conjuntos documentais em causa

são os que se encontram referenciados na Resolução da Assembleia Legislativa da Madeira n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017). A finalidade deste estudo consiste em identificar matrizes configuradoras de nova teoria em torno da representação da informação de arquivos deslocados em contexto subnacional.

Os objetivos gerais (OG) e específicos (OE) deste estudo, em consonância com as questões atrás formuladas, consistem:

OG1 Identificar contextos de utilização dos arquivos deslocados na literatura científica e técnica, mais especificamente

OE1 mapear ocorrências e relações dos diversos termos e conceitos associados a arquivos deslocados na literatura científica;

OE2 rever de modo sistemático a literatura em torno dos arquivos deslocados e “representação da informação arquivística”, do ponto de vista do referencial teórico, métodos aplicados e resultados;

OE3 explorar na literatura técnica a evolução institucional dos arquivos para a identificação de evidências de deslocamento de arquivos em Portugal e nos países e regiões de língua oficial portuguesa.

OG2 Analisar e comparar os instrumentos de acesso à informação, que descrevem os arquivos referidos na Resolução da Assembleia Legislativa da Madeira n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), mais especificamente em

OE1 coligir e analisar *corpora* diacrónicos de instrumentos de acesso à informação do ponto de vista genológico e estemático a partir de uma amostra intencional.

OG3 Investigar aspetos etiológicos que conduziram à transferência dos conjuntos documentais do arquipélago da Madeira para o Arquivo Nacional Torre do Tombo atendendo às consequências supervenientes deste processo, mais especificamente em

OE1 perscrutar nos “arquivos dos arquivos” informações sobre decisões que conduziram à deslocalização de arquivos de Funchal para Lisboa;

OE2 comparar argumentos utilizados para a (não) restituição ou de (negação de) acesso aos arquivos.

OG4 Discutir os conceitos de “cânone arquivístico” e “representação da informação arquivística”, mais especificamente em

OE1 analisar os limites e possibilidades de representação reunificada de arquivos dispersos entre entidades custodiantes;

OE2 propor coordenadas teóricas em torno de arquivos deslocados em contexto subnacional a partir do conceito de cânone arquivístico institucional.

Apresentação e delimitação deste estudo, significado e implicações

Esta tese centra-se no estudo da representação da informação em instrumentos de acesso à informação sobre arquivos que se encontram dispersos entre o Arquivo Nacional Torre do Tombo e o Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, mencionados na Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), através de uma interpretação suportada no Realismo Crítico.

Uma vez que, como reiteradamente apontado, este estudo não tem como ânimo resolver a restituição mencionada na Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), consideramos que as questões de restituição de bens culturais arquivísticos constituem um problema de índole política e institucional. Ainda que seja quase inevitável tocar na questão da restituição, repatriação, retorno ou relocação (Cornu & Renold, 2010) ou de reunificação virtual (Punzalan, 2014a), consideramos que explorar fatores incoativos deste fenómeno revela ser mais produtivo.

O enfoque na causalidade encontra no Realismo Crítico um quadro metateórico adequado para o fenómeno de interesse escolhido para este estudo, uma vez que permite uma análise baseada nas estruturas e nos mecanismos causais que conduziram à remoção dos arquivos dos seus contextos sociais e territoriais originários e nas diversas formas de representação em instrumentos de acesso à informação. Diferentemente dos estudos sobre arquivos deslocados que incidiram com maior prevalência em torno de casos internacionais (Auer, 1998; Lowry, 2020; Macedo, 2019b), o contributo principal deste estudo consiste na apresentação de um caso subnacional, assinalado no *Relatório* de Lowry (2020).

Dentro do contexto mais amplo dos problemas relacionados com conflitos de custódia de bens arquivísticos, este estudo limita-se a investigar os mecanismos de representação da informação em instrumentos de acesso à informação a partir de uma amostra de fundos constantes da Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), produzidos pelo Arquivo Nacional Torre do Tombo e pelo Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira.

Ainda que este estudo tenha como foco um caso subnacional em particular, não se pretende de modo algum subestimar ou diminuir o papel fundamental das instituições arquivísticas nacionais e regionais

na preservação e na conservação do património arquivístico. Pretende-se que este estudo estimule uma reflexão crítica sobre os aspetos subjacentes ao processo de elaboração de instrumentos de acesso à informação, especialmente em torno daqueles arquivos que se encontram numa condição especial como os arquivos deslocados. O Arquivo Nacional Torre do Tombo é uma instituição multissecular – apesar de o Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira ser uma instituição relativamente recente não significa com que tenha menos importância – que representa todo um conjunto de vicissitudes históricas de aquisição de fundos. No entanto, as instituições arquivísticas não podem continuar a sustentar o argumento de neutralidade e imparcialidade na descrição de conjuntos documentais que custodiam, uma vez que “archivists continually reshape, reinterpret, and reinvent the archive (Cook & Schwartz, 2002, p. 1). Como Terry Cook referiu, em arquivos “nothing is neutral. Nothing is impartial. Nothing is objective” (2001, p. 7).

A decisão que nos impeliu a adotar este tema resultou de um contexto muito particular: as comemorações dos 600 anos do descobrimento e povoamento das ilhas do Porto Santo e da Madeira (1419/2019). Em primeiro lugar, interessa-nos aprofundar as causas desta reivindicação e das implicações subjacentes da pretensão manifesta pela Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017). Devemos reconhecer que o Arquivo Nacional Torre do Tombo não é a única instituição do país que custodia conjuntos documentais provenientes do arquipélago da Madeira. À medida que as instituições arquivísticas (e, em geral, outras instituições de memória) disponibilizam os seus instrumentos de acesso à informação e representações digitais através da *web*, há situações que podem suscitar perplexidade e decepção para as comunidades despossadas, quando dados contextualizadores de aquisição de fundos não se manifestarem de modo claro. Em segundo lugar, este diploma abre um precedente que não tem paralelo em outros casos subnacionais conhecidos em Portugal. Apesar de o Decreto-Lei n.º 47/2004, de 3 de março (Ministério da Cultura, 2004), ter estabelecido o regime geral das incorporações da documentação de valor permanente em arquivos públicos, estipulando “a que arquivos definitivos deve ser remetida a documentação histórica” (Ministério da Cultura, 2004, p. 1161), não se repararam, contudo, situações que potenciassem a restituição ordenada dos conjuntos documentais que, por conveniência ou devido a impedimentos de ordem operacional ou outra justificação, foram deslocados para fora do seu âmbito jurisdicional em conjunturas passadas.

O significado deste estudo reside na abordagem científica que se inscreve no domínio da Ciência da Informação⁸, que liga a teoria arquivística com as perspetivas do Realismo Crítico. Pretende-se, também, analisar questões etiológicas em torno da reivindicação de arquivos e dos limites e possibilidades de reunificação, física e/ou digital. Além disto, é possível, por um lado, prever que os resultados deste estudo serão do interesse não só para a comunidade reivindicante e para as entidades envolvidas

⁸ Quando nos referimos ao domínio de Ciência da Informação, refiromos-nos que esta tese se inscreve no âmbito do Doutoramento em Ciência da Informação da Universidade de Coimbra.

como também para encorajar a exploração de outros casos similares em Portugal, nas comunidades de países de língua oficial portuguesa ou nas comunidades portuguesas na diáspora (A. Rodrigues, 2016, 2017; A. Rodrigues *et al.*, 2014). Por outro lado, pretendemos contribuir para o reconhecimento de casos de disputa de arquivos em contextos subnacionais junto dos organismos governamentais e não-governamentais internacionais para que estes casos não se mantenham na invisibilidade. Propõe-se, em contrapartida, medidas que apontem para uma melhoria substancial não só dos direitos das comunidades despossadas aos seus bens culturais, mas também das práticas profissionais e das garantias literárias que suportam toda a atividade arquivística.

Resumo dos critérios e métodos de investigação

Esta secção propõe-se apresentar e justificar de forma muito sucinta os conceitos-chaves, os materiais e métodos de investigação escolhidos para este estudo, especialmente o tipo de investigação, estratégias de recolha de dados, seleção por amostragem da população e resultados espectáveis de investigação.

Conceitos nucleares

Este estudo aplica um conjunto de conceitos operacionais que são centrais, baseados na literatura técnica da especialidade como garantia literária. Recorremos a estes textos não só porque refletem uma posição minimamente consensual adotada pela comunidade arquivística, mas também constituem um ponto de partida para o seu estudo crítico neste estudo. Em sentido oposto, recorremos a conceitos presentes na literatura científica a título supletivo, também com o mesmo propósito para o seu estudo crítico.

Por “aquisição” entende-se a “obtenção da propriedade e/ou custódia de documentos ou arquivos por um arquivo” (Alves *et al.*, 1993, p. 3; Biblioteca Nacional de Portugal, 2010, p. 386). O valor hiperonímico do conceito ‘aquisição’ é utilizado genericamente para as diversas modalidades de aquisição, designadamente a título de compra, dação, depósito, depósito legal, doação, incorporação, ingresso, legado, permuta ou reintegração legal.

Entre as diversas aceções em torno do conceito “arquivo”, realçamos pelo menos três dimensões: (1) a de unidade arquivística (por vezes similar a fundo), como “conjunto orgânico de documentos, independentemente da sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica, singular ou colectiva, ou por um organismo público ou privado, no exercício da sua actividade e conservados a título de prova ou informação” (Biblioteca Nacional de Portugal, 2010, p. 379); (2) serviço de arquivo, como “instituição ou serviço responsável pela custódia, conservação e comunicação dos documentos de arquivo” (Biblioteca Nacional de Portugal, 2010, p. 385), independentemente

do ciclo vital; (3) construto social, “a conceptual construct of a storehouse of recorded knowledge with outsized social and political significance that generally controls meaning and discourse and serves as a simulacrum of truth and fact” (Dictionary Working Group of the Society of American Archivists, 2018b).

Usamos o conceito de “arquivo(s) deslocado(s)”, entre as diversas denominações e definições, como “arquivos que foram transferidos e estão sob a custódia de pessoa ou instituição que, legalmente, não tem direito a eles. Inclui arquivos removidos do país em que foram originalmente acumulados e arquivos capturados” (Conselho Internacional dos Arquivos, 2016, p. 16). Os fundos podem estar na condição de dispersos total ou parcialmente, voluntária ou involuntariamente, causados por diversos mecanismos de despossessão (*u. g., ope legis* ou tráfico ilícito), na custódia de diversas entidades a quem se lhes reivindica a restituição. Toma-se o conceito de “arquivo deslocado” como hiperónimo às diversas variantes sinónimas. Também, recorremos a denominações perifrásticas de modo equivalente, como arquivo(s) removido(s) dos contextos sociais e territoriais originários.

Utilizamos de modo equivalente o conceito de fundo, que, de acordo com as garantias literárias adotadas internacionalmente, definem como (1) a de unidade arquivística (similar a arquivo⁹); (2) nível de representação máximo em instrumentos de acesso à informação. Preferimos o termo “fundo” em detrimento de outras denominações como “arquivo”, “acervo” ou “sistemas de informação” (Conselho Internacional dos Arquivos, 2002, 2004; International Council on Archives, 2000, 2004b, 2011a, 2011b).

Relativamente aos “instrumentos de acesso à informação”, proposto por Ribeiro (1998, 2006, 2013c), utilizamos este conceito aqui como “qualquer instrumento de descrição ou de referência, elaborado ou recebido por um serviço de arquivo, com vista ao controlo administrativo ou intelectual dos documentos de arquivo” (Conselho Internacional dos Arquivos, 2002, p. 14), que pode materializar-se, em termos genológicos, em roteiros, guias, inventários, catálogos, registos e índices, incluindo bases de dados eletrónicas. Embora existam diferenças conceptuais que são produto da sua evolução histórica e contextual, recorremos a “instrumento de acesso à informação” para, operacionalmente, simplificar a diversidade de denominações, como “instrumento de pesquisa”, “instrumento de recuperação”, “instrumento de busca”, “instrumento de descrição documental” (Alves *et al.*, 1993), “instrumento de descrição” (Conselho Internacional dos Arquivos, 2002) e “sistema de recuperação da informação” (Biblioteca Nacional de Portugal, 2010).

No que concerne à “representação da informação arquivística”, coincidimos com Alvarenga quando refere que “representar significa o ‘ato de colocar algo no lugar de’” (2007, p. 20). Contudo, “representação da informação arquivística” não consta na terminografia arquivística de língua portuguesa.

⁹ A norma ISAD(G) define “fundo” como “conjunto de documentos, independente de sua forma ou suporte, organicamente produzido e/ou acumulado e utilizado por um indivíduo, família ou entidade coletiva no decurso das suas atividades e funções” (Conselho Internacional dos Arquivos, 2002, p. 13).

Neste sentido, considera-se que a representação da informação arquivística consiste numa atividade ou processo de “arrangement (respecting or disrespecting order) and description, such as the creation of access tools (guides, inventories, finding aids, bibliographic records) or systems (card catalogs, bibliographic databases, EAD databases) resulting from those activities” (Yakel, 2003, p. 2). Aplicamos este conceito ao longo deste estudo em associação a ‘instrumentos de acesso à informação’.

Outros conceitos e definições mais específicos serão utilizados ao longo deste estudo.

Pressupostos metodológicos

Atendendo à natureza do tema e em consonância com as questões de investigação atrás formuladas, este estudo pretende compreender os mecanismos subjacentes à representação da informação arquivística em instrumentos de acesso à informação relativos aos fundos disputados pela Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), como estando na condição de deslocados. A identificação dos fatores etiológicos – *i. e.*, a explanação dos mecanismos causais que conduziram à remoção e à dispersão dos arquivos dos seus contextos (sociais, territoriais ou históricos) originários e às estratégias de representação da informação em instrumentos de acesso à informação pelas entidades custodiantes, partindo da identificação dos seus mecanismos e estruturas – encontra no Realismo Crítico a base metateórica e metodológica mais consistente.

População e amostra

Devido à extensão dos conjuntos documentais reclamados pelas autoridades madeirenses (2178 unidades de instalação só no ANTT), por motivos de exequibilidade, cingir-nos-emos a uma amostra que possibilite compreender, e com um certo grau de profundidade, como foram representados estes fundos em instrumentos de acesso à informação.

A opção por uma amostra intencional e qualitativa conduz-nos a ter de selecionar fundos que configurem arquivos que se encontram, em termos de integridade, na custódia total no Arquivo Nacional Torre do Tombo e aqueles que se encontram com a custódia repartida entre o Arquivo Nacional Torre do Tombo e o Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. Os instrumentos de acesso à informação, como objeto de estudo, encontram-se materializados de forma diversa, não só em termos de suporte como também do ponto de vista genológico.

A descrição detalhada dos critérios de seleção da amostra, bem como dos critérios de análise e apresentação dos dados encontram-se aprofundados na Parte II *Metodologia e métodos* desta tese.

Estrutura da tese

Nesta parte, pretende-se descrever a estrutura externa deste estudo.

Na presente *Introdução geral*, configurada segundo a estrutura CaRS (*Create a Research Space*) de Swales (1990, 2004), com adaptações baseadas no modelo de Bunton (2014)¹⁰, consta a apresentação genérica do caso, a contextualização do problema do ponto de vista teórico e conceptual, a identificação de lacunas e o estabelecimento de questões e objetivos de investigação, síntese dos procedimentos metodológicos.

A Parte I *Revisão de literatura* consiste numa síntese de conhecimento de literatura, contendo um capítulo introdutório e seguido por três capítulos: uma revisão de escopo (2), uma metassíntese (3) e uma metassumariação (4). A Parte I termina com uma síntese. Pretende-se responder à *QIG1*, através de métodos aplicados a sínteses de conhecimento de literatura.

A Parte II *Metodologia e métodos* consiste na explicitação dos métodos e dos procedimentos metodológicos a desenvolver no âmbito do tema deste estudo. Encontra-se estruturado por uma nota introdutória e por dois capítulos: *Configuração da investigação* (explicitação do paradigma(s) e quadro teórico de investigação, descrição dos procedimentos de recolha de dados, desenho e análise dos dados investigação) e *Considerações éticas*. Termina com uma síntese global.

Nesta sequência, a Parte III *Resultados e discussão* consiste na apresentação dos resultados de investigação empírica e discussão. Contém um capítulo introdutório que explicita a sua estrutura interna, seguido por três capítulos: (2) análise de covariação, (3) análise de rastreamento processual (abdução/redescrição teórica) e (4) análise de rastreamento processual (retrodução). Termina com uma síntese. Pretende-se responder às questões *QIG2*, *QIG3* e *QIG4*.

Por último, apresentam-se as *Conclusões* deste estudo, evidenciando as potencialidades e os limites no curso da investigação, apresentando perspectivas alternativas de estudo em torno da representação da informação em arquivos deslocados em contexto subnacional.

Síntese

Esta *Introdução geral* apresenta o tema desta tese: a questão dos arquivos reivindicados pela Região Autónoma da Madeira ao Arquivo Nacional Torre do Tombo através da Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017) sob o enfoque das

¹⁰ Este modelo tem sido utilizado para explicar ou descrever a disposição de conteúdo e estratégias retóricas nas diversas partes constituintes dos diversos géneros de comunicação científica (resumo, introdução, revisão de literatura, metodologia, resultados, discussão e conclusão). Sinteticamente, o modelo CaRS aplicado às introduções de textos científicos tende a apoiar-se em movimentos retóricos e, dentro destes, por etapas, a saber: Movimento 1 Reconhecimento do território (*Establishing a territory*), 2 Estabelecer o nicho (*Establishing a niche*) e 3 Ocupar o nicho (*Occupying the niche*).

possibilidades e limitações de identificação e de reunificação de fundos dispersos entre entidades custodiantes.

Os arquivos deslocados constituem um tópico pouco explorado na literatura Arquivística e na Ciência da Informação, tanto em termos teóricos como conceptuais. O problema de investigação consiste em saber até que ponto estes arquivos podem ser considerados como estando deslocados e como foram representados em instrumentos de acesso à informação pelas entidades custodiantes. Deste modo, formulámos cinco questões gerais de investigação e respetivos objetivos gerais e específicos, sinteticamente expostos no Quadro 27 (*infra*).

Sendo um caso subnacional, que envolve um número de fundos documentais dispersos entre as instituições custodiantes dentro de um país, denominados de forma diversa nos instrumentos de acesso à informação, considera-se necessário recorrer a métodos mistos ou multimetodológicos, de natureza exploratória, e a estudos de casos múltiplos que permitam analisar do ponto de vista genológico e estemático como estes conjuntos documentais têm sido descritos. Referimos que a base metateórica em que este estudo se desenvolve consiste no Realismo Crítico de Bhaskar (1975, 1979, 1989), baseando-nos no modelo de Danermark *et al.* (2005) e de Sayer (2010).

Parte I

Revisão de literatura

No canon constructs itself. A canon is always in the process of being constructed, and the process expresses prevailing relations of power.

(V. Harris, 2004, p. 212)

1. Apresentação

Nesta primeira parte, realiza-se uma síntese de conhecimento de literatura sobre a relação entre arquivos deslocados e representação da informação arquivística, adotando uma abordagem por camadas e de modo incremental.

As sínteses de conhecimento de literatura constituem um tipo de revisão de literatura, que se caracteriza pela abordagem estruturada do processo de análise, realizado de forma clara e precisa, em torno de *corpora* de estudos relevantes subordinados a um tópico ou a questão(ões) de investigação. As revisões sistemáticas de literatura são “systematic, explicit, and reproducible method for identifying, evaluating, and synthesizing the existing body of completed and recorded work produced by researchers, scholars, and practitioners” (Fink, 2014, p. 3). Gough, Oliver e Thomas definem revisão sistemática como uma “review of research literature using systematic and explicit, accountable methods” (2012, p. 2). As revisões sistemáticas de literatura podem ser desenvolvidas através de métodos qualitativos, quantitativos ou mistos (Creswell, 2014), que, consoante a natureza das questões e dos métodos empregues, podem revestir-se de diversas tipologias de revisão de literatura (Grant & Booth, 2009).

Os arquivos deslocados derivam de fenómenos complexos, que podem ocorrer em qualquer tempo, envolver diversas geografias, comunidades, contextos históricos e artefactos de diversas dimensões e materialidades. Atendendo à diversidade e à complexidade de fatores etiológicos associados aos arquivos deslocados, os capítulos integrantes desta Parte I adotam métodos predominantemente qualitativos aplicados à revisão sistemática de literatura (Creswell & Creswell, 2014). Revisões sistemáticas em torno do tópico arquivos deslocados são escassas (*u. g.*, Macedo, 2019b). Muitos dos estudos realizados incidem sobre artefactos culturais removidos dos seus contextos originários (maioritariamente relacionados com a museologia e a arqueologia) e focalizam-se em aspectos jurídicos de propriedade cultural, com ênfase para questões de restituição ou repatriação (Chechi, 2014; Ewing, 2011; Forrest, 2012; Hauser-Schäublin & Prott, 2016; Liu, 2016; R. Peters, 2011; Sarr & Savoy, 2018; Silverman, 2014; Taşdelen, 2016; Zeidler, 2016). No entanto, a restituição ou repatriação de arquivos constitui um tópico ainda menos sistematizado na literatura. Estudos e relatórios, como Kecskeméti (1977), Kecskeméti & Laar (1981), Auer (1998), Bastien (1997; 2005) e, mais recentemente, Lowry (2017a, 2019b, 2020), indicam que os arquivos deslocados constituem um fenómeno pouco aprofundado e compreendido, especialmente no domínio da Ciência da Informação e da Arquivística. Apesar de estes estudos oferecerem bases teóricas importantes – até porque constituem os estudos de referência a nível internacional – a manifestação mais evidente ocorre na falta de sistematização de ordem conceptual (Lowry, 2017a, 2019b, 2020; Macedo, 2019b), onde se verifica a persistência de diversas denominações para o mesmo fenómeno.

No quadro da produção científica em língua portuguesa, Macedo (2017b, 2019c) focaliza-se em questões de representação dos arquivos deslocados em instrumentos de acesso à informação. Corrêa (2020), por seu turno, incide o seu estudo sobre o princípio da territorialidade para a resolução de conflitos de custódia de arquivos. Consideramos, no entanto, que não será possível resolver ou determinar a restituição de arquivos com base neste último princípio se não dispusermos de instrumentos que permitam o seu acesso e a identificação. Por outro lado, Costa (2019) analisa o fenómeno de fundos pessoais dispersos entre entidades custodiantes no Brasil, apesar de o seu estudo focar-se em aspetos que não derivam claramente de uma contestação realizada por uma comunidade reivindicante em contexto subnacional. Se bem que a realidade portuguesa e lusófona sobre os arquivos deslocados tenha permanecido por explorar na literatura científica, torna-se indispensável perscrutar a sua dimensão em fontes documentais alternativas.

Portanto, importa para esta revisão de literatura focalizar em aspetos conceptuais e teóricos sobre a relação entre o fenómeno dos arquivos deslocados e a representação da informação arquivística em instrumentos de acesso à informação e identificar indícios no caso português de modo a poder aferir-se sobre a condição destes arquivos a partir dos seus fatores etiológicos. Os resultados desta revisão de literatura constituem matéria indispensável para o estudo empírico em torno de um tema pouco explorado, servindo de sustentáculo para um reconhecimento do terreno de investigação.

1.1. Questões de investigação

A presente revisão de literatura visa responder a três questões de investigação específicas, que desdobra a *QIGI* formulada atrás:

(a) Que produção científica foi publicada sobre ‘arquivos deslocados’ entre 1954 e 2018?

Dado que os arquivos deslocados são um problema conceptual, importa recorrer à terminologia arquivística para se aferir sobre as suas ocorrências e contextos de utilização na literatura científica. Os aspetos conceptuais são o ponto de partida para a compreensão sobre os domínios epistémicos onde o conceito de arquivo deslocado (e suas variantes) é aplicado. Esta questão serve de base para o capítulo 2 *Arquivos deslocados, removidos, capturados, (e)migrados, fugitivos, diaspóricos? Uma revisão de escopo.*

(b) Que evidências podem ser extraídas da literatura científica produzida entre 1954 e 2019 no domínio da Ciência da Informação em relação às estratégias de representação da informação arquivística em instrumentos de acesso à informação relativos a arquivos deslocados? Em função das evidências extraídas em (a), esta questão aponta para a constru-

ção de teoria relativamente à representação da informação arquivística em arquivos deslocados. O foco da questão incide especificamente em estudos produzidos no domínio da Ciência da Informação. Esta questão encontra-se desenvolvida no capítulo 3 *Representação da informação arquivística em arquivos deslocados: uma metassíntese de literatura científica*.

- (c) **Que legislação se dispõe sobre tomadas de decisão quanto ao destino dado aos arquivos em termos de remoção e *situ*/manutenção *in situ* em Portugal e territórios sob jurisdição portuguesa entre 1801 e 2019?** Esta revisão incide especificamente sobre a realidade portuguesa (colonial e pós-colonial) em matéria dos arquivos. A análise de legislação supre a falta de literatura científica sobre o tópico, tratada aqui como literatura técnica e legal. Esta questão serve de base ao capítulo 4 *Identificando “arquivos deslocados” em Portugal: uma metassumarização*.

1.2. Objetivos específicos desta Parte I

Em alinhamento às questões de investigação, os objetivos específicos desta revisão visam:

- (a) realizar uma revisão de escopo em torno do conceito arquivos deslocados de modo a identificar a natureza, a dimensão e as características em termos conceptuais, metodológicos e teóricos do conjunto de textos incluídos;
- (b) perscrutar na literatura perspectivas teóricas sobre como os arquivos deslocados têm sido representados em instrumentos de acesso à informação, através de uma metassíntese geradora de teoria;
- (c) efetuar uma metassumarização de literatura jurídica que aponte para fenómenos relacionados com a remoção de arquivos dos seus contextos originários e sua representação em Portugal.

Os objetivos específicos encontram-se explicitados nos capítulos correspondentes.

1.3. Estrutura da Parte I

Esta revisão de literatura caracteriza-se por uma abordagem predominantemente qualitativa, exploratória e descritiva. Três tipologias de revisão qualitativa de literatura são adotadas: a revisão de escopo (Arksey & O’Malley, 2005; Colquhoun *et al.*, 2014; Levac *et al.*, 2010; M. Peters *et al.*, 2015; J. Peterson & Pearce, 2017; Pham *et al.*, 2014), a metassíntese (Finfgeld-Connett, 2018; Finfgeld, 2003; Sandelowski & Barroso, 2010) e a metassumarização (Sandelowski & Barroso, 2010). Cada um destas tipologias de revisão de literatura serão definidas nas respetivas secções.

Estas tipologias de revisão de literatura encontram-se alinhadas à natureza das questões. A sequência dos capítulos encontra-se ilustrada na Figura seguinte.

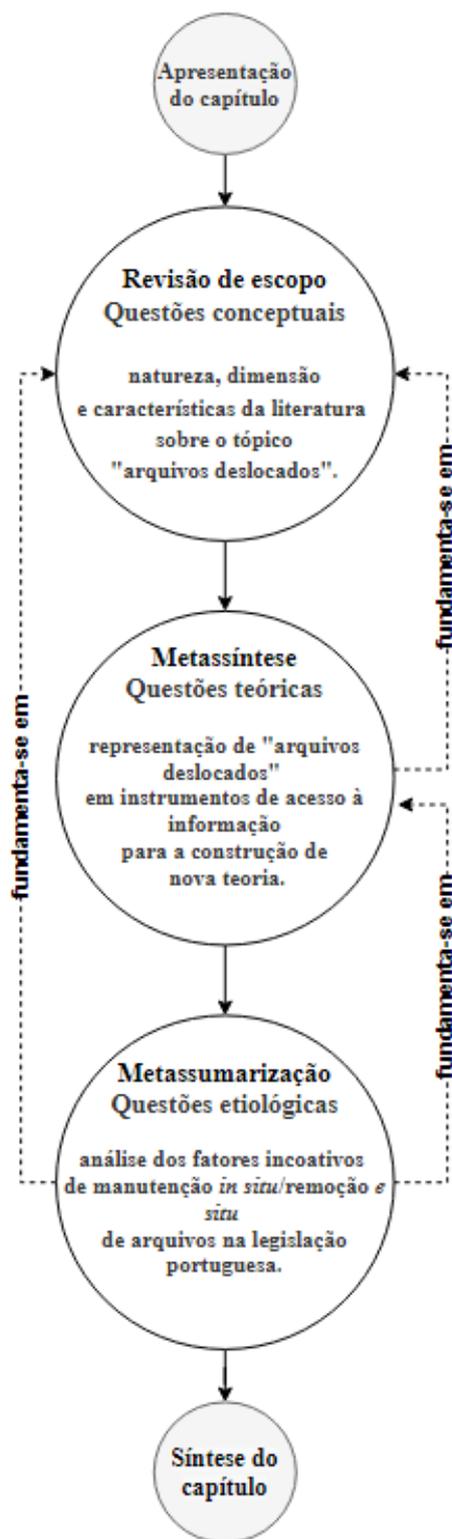


Figura 1 – Estrutura da revisão de literatura

Fonte: elaboração própria. Dados da investigação: acessível <<https://osf.io/8zqcf/>>

2. Arquivos deslocados, removidos, capturados, (e)mi-grados, fugitivos, diaspóricos? Uma revisão de escopo¹¹

Como se denominam os arquivos que foram “desalojados do seu *habitat* original” (F. Ribeiro, 1998, p. 522)? Os conceitos constituem unidades fundamentais para a comunicação científica. Constituem “basic building blocks of theory” (Turner, 1989, p. 5). Lune e Berg definem teoria como “the meaning that we assign to things that we observe in order to make sense of them” (2017, p. 23). Contudo, a construção de significados varia consideravelmente em função das comunidades científicas (Kuhn, 1962), ou de campo científico (Bourdieu, 1976, 2018).

Na Ciência da Informação, os conceitos assumem um papel central na construção, organização e compreensão de fenômenos, quadros teóricos, paradigmas filosóficos, domínios de conhecimento ou comunidades discursivas (Capurro & Hjørland, 2005; Hjørland, 2000, 2002b, 2005b, 2005c, 2012; Saracevic, 2008).

Ainda assim, muitos dos conceitos utilizados por determinadas comunidades discursivas carecem de clarificação, especialmente no âmbito da Arquivística. É o caso do conceito “arquivos deslocados”, que se manifesta na terminologia arquivística de expressão inglesa através de diversos termos como *displaced archives*, *alienated record/archives*, *expatriated archives*, *fugitive records/archives*, *migrated archives*, *removed archives*, *captured archives*, *seized archives*, *replevin*, *relay*, *diasporic archives*, *(disputed) archival claims* (International Council on Archives, 1964, 1984, 2004a; Richard Pearce-Moses, 2005)¹². Apesar de estes termos serem considerados sinónimos, a terminografia arquivística por vezes não os fundamenta na literatura de modo a dispormos de uma perceção mais clara sobre o(s) seu(s) contexto(s) de utilização. Exemplo disto pode ser visto em *fugitive archives*, considerado sinónimo de *removed archives* e, por vezes, “are sometimes called migrated, fugitive or captured archives” (International Council on Archives 2004a). Pearce-Moses refere que “fugitive connotes materials that are not held by the designated archives or library charged with their preservation” (2005, p. 179). Apesar de o conceito estar atestado em Adams (1939, 1940), o Conselho Internacional de Arquivos manifesta preferência por *removed archives* em vez dos “incorrectly called fugitive archives” (International Council on Archives, 1984). Contudo, o conceito de *displaced archives* não aparece no *Multilingual Archival*

¹¹ Esta secção constitui uma versão ampliada, com ligeiras modificações, do artigo publicado por Macedo (2019b).

¹² Chaterera-Zambuko inclui outras denominações, sem atestá-los na literatura, conforme refere: “a plethora of terms have been invariably used to seemingly suit the views and interests of those using the terms. Such terms include but may not be limited to migrated archives, displaced archives, shared archival heritage, disputed archives, expatriate archives, seized archives, exiled archives, requisitioned archives, lost archives, archives in the diaspora, confiscated archives, contested archives, colonial archives, archives in the wilderness, archives purchased under duress and archives gone astray” (2020).

Terminology (International Council on Archives, 2013).

A presença destes termos em *instrumenta* terminográficos de língua portuguesa tem sido, também, irregular e escassamente fundamentado na literatura. As únicas exceções manifestam-se na terminografia arquivística brasileira (Camargo & Bellotto, 1996; M. B. Cunha & Cavalcanti, 2008; Nagel, 1989), baseadas na tradução de textos terminográficos do Conselho Internacional de Arquivos. Nagel define “arquivos removidos” como “arquivos que foram deslocados ou afastados do lugar ou posição em que se achavam originalmente ou para outro(s) lugar(es) ou posição(ões), transferindo a sua custódia ou conservação para outra entidade ou país. Também chamados incorretamente de arquivos fugitivos” (1989, p. 20). Esta entrada encontra-se em Cunha e Cavalcanti, definido (em alternativa a “arquivo deslocado”) como “arquivo cuja custódia passou de instituição legalmente encarregada de sua guarda, ou do país onde se encontrava originalmente, para outra instituição” (2008, p. 30). Por seu turno, Camargo e Bellotto apresentam a entrada “arquivo deslocado” como “conjunto de documentos indevidamente removidos do organismo responsável por sua custódia” (1996, p. 6). A única exceção em Português Europeu ocorre em “documento deslocado”, como “documento subtraído à sua custódia legal ou ao património arquivístico a que pertence” (Alves *et al.*, 1993, p. 38; Biblioteca Nacional de Portugal, 2010, p. 394). Esta diversidade ocorre, em maior ou menor grau, em outros sistemas linguísticos¹³.

Os “arquivos deslocados” têm sido definidos pelo Grupo de Trabalho para os Direitos Humanos do Conselho Internacional de Arquivos como: “Archives that have been transferred to and are in the custody of a person or institution not legally entitled to them. They include archives that have been removed from the country in which they were originally accumulated and captured archives” (International Council on Archives, 2016a, p. 15). Outra definição foi apresentada pela Society of American Archivists como “records of continuing value that have been removed from the control of their rightful owner” (Dictionary Working Group of the Society of American Archivists, 2018b). A nota referente a esta entrada refere:

Archivists use the term displaced archives most often when discussing records illegally or extralegally removed from the custody of national governments, particularly when this occurs in times of military conflict. However, the term is also used generically to cover any records alienated from their legal owner. Archivists in Commonwealth countries, excepting Canada, frequently use the term migrated archives instead. The term expatriate archives, created by Timothy Lovering, is

¹³ No *Multilingual Archival Terminology*, é apresentada a entrada em espanhol “archivos/documentos desplazados”, definido como “archivos que han sido desalojados del país en el que se acumularon en un principio. Algunas veces los archivos desalojados se denominan desterrados, fugitivos o archivos capturados” (International Council on Archives, 2013). Na terminografia francesa, “archives déplacées” são definidos como “archives transférées hors du service chargé officiellement de leur conservation, ou du pays où elles se trouvaient originellement”. O seu antónimo é “archives récupérées”, definido como “archives reprises par le pays dans lequel elles ont été initialement produites” (International Council on Archives, 2013). Outros termos são apresentados, como no alemão em “Erobertes Archivgut”; holandês “ontvoerde archiefbescheiden”; croata, “premešten arhiv”; em grego, “Εκτοπισμένα αρχεία”; em russo, “перемещенные архивы”.

sometimes used by other archivists, in part to highlight the expatriation of records from a sovereign country. (Dictionary Working Group of the Society of American Archivists, 2018b)

De acordo com a Society of American Archivists, as diferenças entre “displaced archives” e “migrated archives” dependem dos usos de cada comunidade arquivística dos países da *Commonwealth*, com a exceção do Canadá (Dictionary Working Group of the Society of American Archivists, 2018b). Outros termos foram criados por alguns investigadores, como “expatriated archives” (Lovering, 2009, 2017) para denominar contextos específicos, apesar de não reunir consensos entre a comunidade científica (Lowry, 2019a, 2019b).

Esta diversidade deve-se, na ótica de Karabinos, ao facto de, ao que tudo indica, o tópico ter sido analisado por “non-archivists in non-archival terms” (2018b, p. 208). Tentativas para a definição destas variantes conceptuais têm sido apresentadas, para além da terminografia arquivística, por diversos autores (Auer, 1998; Banton, 2012b; Katuu, 2015; Kecskeméti, 1977; Lowry, 2017a, 2019b; Nsibandze, 1996; Wallot, 1996). Lowry reconhece que “defining displaced archives (...) it goes to the essence of the problem” (2017a, p. 5). Como tal, sugere como definição “those removals that are arguably not illicit *thefts* but somehow legitimised or defensible by virtue of the fact of their being removed by states, regimes or exiled groups rather than individuals” (Lowry, 2017a, p. 4). Para Lowry, definir “arquivos deslocados” constitui “an important prerequisite for action on repatriation and other possible solutions”, considerando “their spatial and temporal contexts as opposed to their social and political contexts” (2017a, p. 5), ou seja, focalizando nos aspetos etiológicos subjacentes ao fenómeno. A opção pelo termo “arquivos deslocados” adotado por alguns autores deriva da necessidade de estabelecer uma relação de hiperonímia perante a diversidade de variantes. A prevalência de formas adjetivas sugere metaforicamente uma espécie de movimento migratório de arquivos (*expatriated, migrated, displaced, exiled, removed, fugitive, diasporic*), como bens culturais móveis, ocorridos por força de determinados contextos e conjunturas¹⁴. Apesar de diversos autores apresentarem diferentes termos para caracterizar manifestações distintas do mesmo fenómeno, há um aspecto importante que pode constituir-se como um elemento aglutinador, que tem a ver com fenómenos de desposseção de bens culturais às comunidades originárias.

Consideramos que a dimensão conceptual em torno dos arquivos deslocados exige uma análise sobre os seus usos na literatura científica.

Este capítulo organiza-se do seguinte modo: para além desta apresentação, estabelecem-se as questões e objetivos de investigação, definem-se os pressupostos metodológicos, especialmente

¹⁴ Por exemplo, Lovering criticou esta diversidade de termos, que o autor considera eufemísticos, para denominar fenómenos de expatriação de arquivos, que se caracteriza como uma “systematic, deliberate removal of archives from their place of creation [...] These archives had explicitly been *deracinated* from their place of origin; they had been expatriated” (2017, p. 97).

no que concerne à fundamentação do procedimento e dos critérios da pesquisa, bem como a seleção das fontes de informação. Com base nestes critérios metodológicos, apresentam-se os resultados em conformidade com as questões de investigação formuladas; por último, discutem-se os resultados e apresentam-se as conclusões.

2.1. Questões e objetivos de investigação

Pesquisas preliminares em bases de dados até meados de 2018, como *Dimensions* e *Google Scholar*, não apontaram para a existência de revisões sistemáticas de literatura, publicadas ou em curso, em torno do tópico “arquivos deslocados”. Lowry observou que, enquanto novas teorias pós-modernas no âmbito da Ciência da Informação continuaram a emergir, “displaced archives have not been under discussion in the international archival community for some time, (...) long-standing cases have not been resolved and some new cases have arise” (2017a, p. 9). Consequentemente, optámos por realizar um mapeamento de literatura sob a configuração de uma revisão de escopo (*scoping review*), no sentido de se explorar a literatura visível em termos de natureza, características e dimensão. Sendo um tópico pouco abordado no domínio da Ciência da Informação, sobretudo na Arquivística, justifica-se realizar um estudo partindo do conceito hiperonímico “arquivo deslocado”.

Para a formulação estruturada de questões de investigação em revisões de escopo (Booth, 2006b), adota-se a estratégia *ProPheT* (*Problem/Problema, Phenomenon of Interest/Fenómeno de interesse e Time/Período*) (Booth *et al.*, 2016). Partindo da questão delimitam-se os objetivos de investigação (Booth, 2004). As especificações da questão de investigação encontram-se no Quadro 1.

Quadro 1 – Formato de questão de investigação *ProPheT*

<i>ProPheT</i>	<i>Parâmetros</i>
Problema (<i>Problem</i>)	Produção científica revista por pares (artigos)
Fenómeno de interesse (<i>Phenomenon of Interest</i>)	“Arquivos deslocados”, termos extraídos da terminografia arquivística de expressão inglesa: alienated records, captured archives, conflicting archival claims, custody, displaced archives, fugitive archives, migrated archives, removed archives, repatriation, replevin (Dictionary Working Group of the Society of American Archivists, 2018b, 2018a, 2018c; International Council on Archives, 1964, 1984, 2004a, 2013, 2016a; Richard Pearce-Moses, 2005)
Período (<i>Time</i>)	1954 e 2018.

Fonte: elaboração própria, adaptado de Booth, Sutton, e Papaioannou (2016).

Assim, a questão de investigação principal deste estudo formula-se da seguinte forma: “que produção científica foi publicada sobre ‘arquivos deslocados’ entre 1954 e 2018?”. Para um contacto preliminar do processo de mapeamento, considera-se que o problema de investigação se centra na identificação de artigos científicos em termos de volume, características e dimensão. O tópico em estudo, arquivos deslocados, constitui o fenómeno de interesse, tomando como referência a

terminografia arquivística de expressão inglesa, especialmente artigos produzidos em inglês. A data inicial tem como referência a *Convenção de Haia* de 14 de maio de 1954 (Convention for the Protection of Cultural Property in the Event of Armed Conflict with Regulations for the Execution of the Convention, The Hague, 14 May 1954, 1954), para delimitação temporal da produção científica em torno do tópico.

Pretende-se com este capítulo (1) descrever as características da produção científica publicada em torno dos “arquivos deslocados” em termos quantitativos; (2) mapear relações conceituais em torno dos arquivos deslocados a partir dos títulos, resumos e palavras-chave das publicações selecionadas; (3) mapear as características destes estudos em termos conceituais, metodológicos e teóricos; (4) identificar a natureza e dimensão do problema em torno dos arquivos deslocados, em termos de dimensão geográfica, periodológica, histórico-contextual e documental.

2.2. Materiais e métodos

Esta secção adota um tipo de síntese de conhecimento de literatura, que combina o mapeamento sistemático de literatura (Chen, 2017), configurado numa revisão de escopo (Booth & Brice, 2004; Grant & Booth, 2009). É uma abordagem que aplica métodos quantitativos e qualitativos e que se caracteriza por uma investigação documental, de base bibliográfica e descritiva a partir da análise de fontes de dados secundários (Marrelli, 2007). O objetivo das revisões de escopo consiste em estimar o tamanho e as características da literatura disponível sobre um determinado tópico (Levac *et al.*, 2010; J. Peterson & Pearce, 2017; Tricco, Lillie, *et al.*, 2016; Tricco, Soobiah, *et al.*, 2016). Pretende-se realizar um mapeamento de conceitos, métodos aplicados e uma síntese em torno de um tema complexo e pouco sistematizado na literatura (Pham *et al.*, 2014). No que concerne ao mapeamento sistemático de literatura, que incorpora métodos cientiométricos (Chen, 2013, 2017), pretende-se obter uma perceção sobre o volume, a diversidade ou as lacunas em torno do tópico através de uma visualização gráfica da produção científica. Assim, este estudo adota a abordagem metodológica proposta por Arksey e O’Malley (2005), com as recomendações de Levac, Colquhoun, e O’Brien (2010) e de Colquhoun *et al.* (2014), materializado no modelo de reporte adaptado à *notre besoin* do *PRISMA-ScR* (Tricco *et al.*, 2018).

2.2.1. Protocolo e registo

Este estudo encontra-se registado sob o identificador 101579284 no sistema de informação nacional RENATES (Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, 2018), a 2018-05-24, integrante no âmbito dos estudos de doutoramento em Ciência da Informação na Universidade de Coimbra. Os dados de investigação foram tratados preliminarmente em *Open Science Framework*, registado a 2017-03-15 e acessível no repositório através deste endereço

<<https://osf.io/c8ev5/>>.

2.2.2. Critérios de elegibilidade

Para a identificação de literatura relevante em torno do tópico “arquivos deslocados”, a abordagem *ProPhetT* (Booth *et al.*, 2016) constitui igualmente uma estratégia para a seleção de textos científicos, conforme já exposto no Quadro 1. Como critério de inclusão, seleccionámos textos científicos materializados genologicamente em artigos publicados em revistas científicas, analisados por pares e publicados em inglês. Todas as tipologias documentais não mencionadas atrás encontram-se excluídas.

Tomámos como referência a terminografia arquivística de expressão inglesa como garantia literária (Barité, 2017), a partir da qual extraímos termos candidatos a descritores, constantes *supra* do Quadro 1. O recurso a instrumentos terminográficos constitui uma base para a identificação de termos utilizados num domínio específico e para a prospeção de literatura. Os termos foram selecionados, conforme *infra* Quadro 2, a partir da terminografia arquivística multilíngue e glossários integrantes em normas do Conselho Internacional de Arquivos (International Council on Archives, 1964, 1984, 2004a, 2013, 2016a).

O *Multilingual Archival Terminology* constitui uma compilação que tem como objetivo de “to facilitate communication and understanding of concepts and usage of related terms across a variety of languages, cultures, and traditions of archival practice” (Duranti *et al.*, 2014, p. 17). Além disto, este instrumento compila outros *instrumenta* terminográficos de outros países e tradições terminológicas.

Dado existir diversa produção terminográfica sobre termos arquivísticos em diversos países, um dos problemas evidenciados no processo de trabalho terminográfico no âmbito da Arquivística consistiu na dificuldade de harmonização de termos e conceitos arquivísticos entre diversas tradições (Dryden, 2005; Gómez Díaz, 2010), especialmente aqueles que ocorrem em contexto intralinguístico (Macedo, 2018).

Quadro 2 – Relação de termos e definições incluídos da terminografia arquivística de expressão inglesa

#eng	Entrada	Definição/nota de remissão	Fonte	Equivalentes noutras línguas ¹⁵
1	<i>alienated records</i>	“a record that has left the physical custody of its holder either illegally or extralegally”. Nas notas apresenta: “For the most part, the concept of alienated records is restricted to records that have left the custody of a governmental entity, but the term could be used to describe any records that have been removed from the physical custody of an archives or other organization without prior consent of the record holder”. Remissão para <i>alienation, custody, displaced archives, estray, legal custody, migrated archives, physical custody, removed archives, replevin</i> .	(Dictionary Working Group of the Society of American Archivists, 2018a)	sem equivalentes
2	<i>alienation</i>	“the loss of custody or ownership of records (1)/archives (1) by their custodian or owner to someone not legally entitled to them”; “in general archival usage, the transfer or loss of custody of records/archives by their custodian or owner to someone not legally entitled to them”; “the transfer of ownership of property”. Remissão para <i>estray, removed archives e replevin</i> .	(International Council on Archives, 1984, 2004a, 2013; Richard Pearce-Moses, 2005)	fra: <i>aliénation</i> ; spa: <i>enajenación de fondos; expolio</i>
3	<i>captured archives</i>	Remete para <i>removed archives</i> .	(International Council on Archives, 1984, 2013; Richard Pearce-Moses, 2005)	sem equivalentes
4	<i>(conflicting/disputed) archival claims</i>	“conflicting claims of political or administrative entities regarding legal title to, custody of, and/or access to archives (1) especially following changes in sovereignty, including decolonization and changes in territorial organisation”. Remissão para <i>removed archives</i> .	(International Council on Archives, 1984)	fra: <i>contentieux archivistique</i> ; spa: <i>contencioso archivístico</i>
5	<i>displaced archives</i>	“archives that have been transferred to and are in the custody of a person or institution not legally entitled to them. They include archives that have been removed from the country in which they were originally accumulated and captured archives”; “records of continuing value that have been removed from the control of their rightful owner”. Remissão para <i>alienated record, expatriate archives, fugitive record, migrated archives</i> e relacionado como <i>alienation, cultural heritage, cultural property, cultural patrimony, imprescriptibility, inalienability, inviolability, repatriation, replevin</i> .	(Dictionary Working Group of the Society of American Archivists, 2018b; International Council on Archives, 2016a)	sem equivalentes

¹⁵ Utiliza-se neste contexto a codificação trilítera para língua (International Organization for Standardization, 1998).

#eng	Entrada	Definição/nota de remissão	Fonte	Equivalentes noutras línguas ¹⁵
6	<i>fugitive archives</i>	“When used of documents or records, fugitive connotes materials that are not held by the designated archives or library charged with their preservation”. Remissão para <i>removed archives</i> .	(International Council on Archives, 1984, 2004a, 2013; Richard Pearce-Moses, 2005)	sem equivalentes
7	<i>inalienability</i>	“The quality of archives (1) deriving from their relationship to the sovereignty of a state or the legal authority of any other body, which prevents their removal or abandonment or the transfer of ownership contrary to law. Also called inviolability”; “The quality of public records/archives that prevents such materials from being alienated, surrendered, or transferred to anybody not entitled by law to their ownership. This concept is also called inviolability”; “A prohibition against the transfer or assignment of title. Notes: As regards public records, inalienability prevents such materials from being given, surrendered, or transferred to anybody except those the law allows to possess them” . Remissão para <i>imprescriptibility, inviolability</i>	(International Council on Archives, 1984, 2004a; Richard Pearce-Moses, 2005)	fra: <i>inaliénabilité</i> spa: <i>inalienabilidad</i>
8	<i>migrated archives</i>	“The archives of a country that have moved from the country where they were originally accumulated; removed archives”; “Older computer files that have been moved to a new medium or software format”. Remissão para <i>removed archives</i> .	(International Council on Archives, 1984, 2004a; Richard Pearce-Moses, 2005)	sem equivalentes
9	<i>removed archives</i>	“Archives that have been removed from the country in which they were originally accumulated. Removed archives are sometimes called migrated, fugitive or captured archives”; “Archives (1) that have been removed from official custody or from the country in which they were originally accumulated. Also incorrectly called fugitive archives”; “Archives that have been taken from the country in which they were originally accumulated; migrated archives”. Remissão para <i>alienation, replevin, conflicting archival claims, alienation, estray, replevin, captured archives</i> .	(International Council on Archives, 1984, 2013; Richard Pearce-Moses, 2005)	fra: <i>archives déplacées</i> ; spa: <i>archivos/documentos desplazados</i> .
10	<i>repatriation</i>	“The return of cultural materials (particularly archival records) to the country or people who created them” Relacionado com <i>alienation, cultural patrimony, imprescriptibility, inalienability, inviolability, replevin</i> .	(Dictionary Working Group of the Society of American Archivists, 2018c)	

#eng	Entrada	Definição/nota de remissão	Fonte	Equivalentes noutras línguas ¹⁵
11	<i>replevin</i>	“An action to recover property that has been improperly or illegally taken. Notes: Replevin is frequently used to describe efforts to recover public records that are in private hands”; “A legal action for the recovery of records/archives by an agency, organization or individual claiming ownership of them”; “A legal action for the recovery of records (1)/archives (1) by an agency, institution or person claiming ownership”. Relacionado com <i>alienation</i> , <i>removed archives</i> .	(International Council on Archives, 1984, 2004a; Richard Pearce-Moses, 2005)	fra: <i>revendication</i> ; spa: <i>recuperación</i> ; <i>reivindicación de documentos</i> .

Fonte: Elaboração do autor.

Exluímos, conforme Quadro 3, por não terem devolvido qualquer registo bibliográfico na pesquisa preliminar, conceitos como *estray*, *imprescriptibility*, *joint archives/joint archival heritage* (herança conjunta) (International Council on Archives, 1984) e *withdrawal* (devolução de documentos, em resultado de uma reavaliação ou *deaccession*) (International Council on Archives, 1984; Richard Pearce-Moses, 2005).

Quadro 3 – Relação de termos e definições excluídos da terminografia arquivística de expressão inglesa

#eng	Entrada	Definição/nota de remissão	Fonte	Equivalentes noutras línguas ¹⁶
1	<i>estray</i> ¹⁷	“A document not in the possession of its legal custodian”; “a document not in the possession of the authorized custodian, especially government records in private hands”. Remissão para <i>alienation</i> e <i>removed archives</i> .	(International Council on Archives, 1984, 2004a; Richard Pearce-Moses, 2005)	fra: <i>document qui n'est pas en possession de son propriétaire légal</i> spa: <i>documento ilegalmente custodiado</i> .
2	<i>imprescriptibility</i>	“The concept that archives (1) which are inalienable remain subject to replevin without limitation of time”; “The concept that because public records/archives are inalienable public property, they remain permanently subject to replevin”; “Not capable of having ownership transferred as the result of continuous possession over a statutory period of time. Notes: As it pertains to public records, imprescriptibility means that records remain permanently subject to replevin because they are inalienable public property”. Remissão para <i>removed archives</i> , <i>inalienability</i>	(International Council on Archives, 1984, 2004a; Richard Pearce-Moses, 2005)	fra: <i>imprescriptibilité</i> spa: <i>imprescriptibilidad</i>
3	<i>joint archives/joint archival heritage</i>	“Archives (1) forming part of the national archival heritage of two or more states, which cannot be physically divided without destroying their archival integrity”	(International Council on Archives, 1984)	fra: <i>patrimoine archivistique commun</i> spa: <i>patrimonio documental común</i>
4	<i>withdrawal</i>	“The return of documents from the physical and legal custody of archives (2) to the	(International Council on	fra: <i>restitution</i> ; <i>sortie définitive</i> ;

¹⁶ Utiliza-se neste contexto a codificação trilítera para língua (International Organization for Standardization, 1998).

¹⁷ Pearce-Moses integra uma entrada para a tipologia documental “*estray record*”, definida como “a register giving public notice of valuable, tame animals, either lost or found wandering and presumed escaped from their owners, allowing the owners to reclaim the animals” (2005, p. 151). Exluímos *estray* e *estray records* por não serem pertinentes.

#eng	Entrada	Definição/nota de remissão	Fonte	Equivalentes noutras línguas ¹⁶
		creating agency or its successor(s), or in the case of deposited private records/archives to their owner”; “The removal of holdings from a repository's collections”. Remissão para <i>deaccessioning, permanent withdrawal</i> .	Archives, 1984, 2004a; Richard Pearce-Moses, 2005)	spa: devolución de documentos; salida definitiva de fondos.

Fonte: Elaboração do autor.

De modo a ampliar as possibilidades de recuperação de textos científicos relevantes, quando a estrutura do conceito se materializa de forma monolexemática (*u. g. inalienability, replevin, repatriation*), combinamos com *archive* e *record* no sentido de limitar o âmbito da pesquisa. Da mesma forma, para estruturas polilexemáticas (*u. g., alienated records, removed archives, etc.*), duplicamos os descritores com a inserção por substituição de formas nominais e adjetivas (*archive(s), archival* ou *record, u. g., alienated records* e *alienated archives* ou *archival alienation*). Utilizamos *displaced archives* (“arquivos deslocados”) como conceito operacional, tendo como referência a definição dada nos *Princípios Básicos sobre o Papel dos Arquivistas na Defesa dos Direitos Humanos*: “Arquivos que foram transferidos e estão sob a custódia de pessoa ou instituição que, legalmente, não tem direito a eles. Inclui arquivos removidos do país em que foram originalmente acumulados e arquivos capturados” (Conselho Internacional dos Arquivos, 2016, p. 16).

2.2.3. Fontes de informação

As pesquisas foram realizadas de forma iterativa entre setembro e outubro de 2019 na base de dados *Web of Science (WoS)*, acessível através da *web* por subscrição institucional (Universidade de Coimbra), dado ser o sistema de informação mais utilizado pela comunidade científica (López-Cózar *et al.*, 2018; Martín-Martín, Orduna-Malea, & Delgado López-Cózar, 2018). Os dados bibliográficos recuperados foram importados e tratados no gestor bibliográfico (*EndNoteTM*).

2.2.4. Estratégia de pesquisa

Aplica-se neste estudo a abordagem *ProPheT* (Booth *et al.*, 2016) combinada com a estratégia de reporte de pesquisa STARLITE (Booth, 2006b)¹⁸.

A base de dados *WoS* permite truncaturas e pesquisas em campos de título e tópicos, pelo que se

¹⁸ A abordagem STARLITE consiste numa denominação mnemónica para apoiar a padronização de revisões sistemáticas de literatura qualitativa, sigla derivada de estratégia de amostragem (*sampling strategy*), tipo de estudo (*type of study*), abordagens (*approaches*), âmbito cronológico (*range of years*), limites (*limits*), inclusão e exclusão (*inclusion and exclusions*), termos usados (*terms used*) e recursos eletrónicos (*electronic sources*). Trata-se de uma abordagem utilizada tanto para apoiar a pesquisa de literatura como o seu reporte.

justifica apresentar os parâmetros utilizados, presentes no Quadro 4. Pretende-se assegurar a replicabilidade deste estudo (C. Cooper et al., 2018).

Os conceitos do fenómeno de interesse referenciados no Quadro 1 foram objeto de processamento prévio de *stemming*, com recurso ao algoritmo de Porter (Porter, 1980; Porter & Boulton, 2002) aplicado à língua inglesa¹⁹, eliminação de duplicados e constituição de descritores com truncaturas e expressões delimitadas entre aspas, aplicado às bases de dados *WoS*.

Realizamos, também, pesquisas manuais na mesma base de dados partindo das referências citadas dos registos recuperados, especialmente em ocorrências de palavras no título, palavras-chaves e resumos. As pesquisas em bases de dados *WoS* limitaram-se às áreas afins à Arquivística como à Ciência da Informação, às Ciências da Computação, à História, às Artes e Humanidades em geral e à Jurisprudência.

Quadro 4 – Estratégia de reporte de pesquisa

<i>Método Pro-PheT</i>	<i>WoS</i>
<i>Pro</i>	Idioma: (<i>english</i>) and tipos de documento: (<i>article</i>); refinado por: idiomas: (<i>english</i>) and tipos de documento: (<i>article</i>) and categorias do <i>Web of Science</i> : (<i>law or humanities multidisciplinary or history or information science library science or computer science information systems or computer science theory methods or music</i>). índices: SCI-EXPANDED, SSCI, A&HCI, CPCI-S, CPCI-SSH, BKCI-S, BKCI-SSH, ESCI. (n=110)
<i>Phe</i>	(TS=(<i>alien* archiv* OR alien* record* OR archiv* alien* OR archiv* inalien* OR inalien* archiv* OR inalien* record* OR record* inalien* OR archiv* captur* OR captur* archiv* OR captur* record* OR record* captur* OR archiv* claim* OR disput* archiv* claim* OR record* claim* OR claim* archiv* OR claim* record* OR conflict* archiv* claim* OR archiv* displac* OR displac* archiv* OR displac* record* OR record* displac* OR archiv* fugit* OR archiv* fugu* OR fugit* archiv* OR fugit* record* OR fugu* archiv* OR fugu* record* OR record* fugit* OR record* fugu* OR migrat* archiv* OR migrat* record* OR migrat* migrat* OR archiv* migrat* OR archiv* remov* OR record* archiv* OR remov* record* OR archiv* repatri* OR record* repatri* OR repatri* archiv* OR repatri* record* OR replevin* archiv* OR replevin* record* OR archiv* replevin* OR record* replevin* OR "archiv* custod*" OR "record* custod*" OR "custodi archiv*" OR "record* custod*" OR "custod* record*" OR "custod* archiv*" OR TI=(<i>alien* archiv* OR alien* record* OR archiv* alien* OR archiv* inalien* OR inalien* archiv* OR inalien* record* OR record* inalien* OR archiv* captur* OR captur* archiv* OR captur* record* OR record* captur* OR archiv* claim* OR disput* archiv* claim* OR record* claim* OR claim* archiv* OR claim* record* OR conflict* archiv* claim* OR archiv* displac* OR displac* archiv* OR displac* record* OR record* displac* OR archiv* fugit* OR archiv* fugu* OR fugit* archiv* OR fugit* record* OR fugu* archiv* OR fugu* record* OR record* fugit* OR record* fugu* OR migrat* archiv* OR migrat* record* OR migrat* migrat* OR archiv* migrat* OR archiv* remov* OR record* archiv* OR remov* record* OR archiv* repatri* OR record* repatri* OR repatri* archiv* OR repatri* record* OR replevin* archiv* OR replevin* record* OR archiv* replevin* OR record* replevin* OR "archiv* custod*" OR "record* custod*" OR "custodi archiv*" OR "record* custod*" OR "custod* record*" OR "custod* archiv*"))</i></i>
<i>T</i>	TEMPO ESTIPULADO: 1954-2018.

Fonte: Elaboração do autor, modelo adaptado STARLITE (Booth, 2006b).

¹⁹ O processo de *stemming* de Porter consiste num algoritmo que permite reduzir palavras flexionadas ou derivadas à sua raiz. Por exemplo, palavras como *archives*, *archival*, *archive*, etc. reduzir-se-iam à raiz *archiv-*. Utilizámos o programa em linha (existindo outros), acessível: <<http://textanalysisonline.com/nltk-porter-stemmer>>. Recorremos a esta abordagem para a geração de descritores de pesquisa com truncaturas.

Importa realçar que foram feitas pesquisas manuais na base de dados *WoS*, recuperando registos a partir das referências bibliográficas, recorrendo a ocorrências dos termos nos títulos dos artigos.

2.2.5. Recolha de dados e análise

Os resultados dos motores de pesquisa foram exportados integralmente em formatos normalizados (.txt, .ris), no gestor *EndNoteTM* e disponibilizados no repositório supramencionado como dados da investigação (Macedo, 2019b). Os dados bibliográficos em duplicados foram resolvidos numa primeira instância no gestor *EndNoteTM*. Tratando-se de um estudo realizado de forma independente, utilizámos, numa segunda etapa, o *software Rayyan* (Ouzzani *et al.*, 2016), uma aplicação *web open access*. A aplicação *Rayyan* permite não só importar dados estruturados do gestor *EndNoteTM* como também proporciona um fluxo de trabalho simples e automatizado e um ambiente controlado para o processamento e a deteção mais refinada de duplicações, seleção de registos a incluir ou excluir e análise de conteúdo, que a seguir se descreve.

A seleção decorreu em duas fases: (a) leitura dos títulos, palavras-chave e resumos; (b) leitura de texto integral para aferir a adequação do conteúdo ao tópico da pesquisa, através de uma codificação dos termos, definições e métodos utilizados. Em consonância com os objetivos de investigação, as unidades de análise comportam:

- (1) caracterização do volume documental, que consiste na identificação de número de autores, número de artigos e revistas, fontes mais citadas, países/instituições e títulos mais produtivos, que permita explorar temas, padrões de colaboração e tópicos mais frequentes;
- (2) recolha dos conceitos relacionados com o fenómeno dos arquivos deslocados, comunidades/países envolvidos, conjuntos documentais disputados, contextos históricos e geográficos.

2.2.6. Síntese de resultados

Para auxiliar a interpretação e visualização dos dados bibliográficos, recorreremos às ferramentas *web* de acesso livre *bibliometrix* (Aria & Cuccurullo, 2017), *CorText* (INRA, 2017) e *CitNetExplorer* (van Eck & Waltman, 2014) para representar graficamente a estrutura conceptual e intelectual da produção científica. A ferramenta *bibliometrix* ocorre em ambiente R (R Core Team, 2013), através do parâmetro *biblioshiny*, disponibilizando um fluxo de trabalho baseado no processamento automatizado de dados bibliográficos, o seu cálculo e a sua visualização em termos de produtividade (número de autores, artigos e revistas científicas), estrutura conceptual (palavras-chave ou termos mais frequentes) e intelectual (redes de colaboração, evolução da produção). No caso de *CorText*, disponibiliza um fluxo de trabalho automatizado que possibilita uma prospeção de dados textuais, quantificação em termos de frequência e visualização em mapas de rede.

Ambas as aplicações produzem cálculos automatizados, que constituem dados integrantes da presente investigação. Recorremos também ao *CitNetExplorer* para análise e visualização da rede de citações de publicações científicas.

Para uma análise mais granulada dos textos, recorremos à ferramenta *Voyant Tools* (Sinclair & Rockwell, 2016) para leitura, cálculo automatizado de frequências e visualização em contexto dos termos e conceitos em estudo.

2.3. Resultados

2.3.1. Seleção de estudos

Recuperámos um total de 160 artigos, conforme exarado na Figura 2.

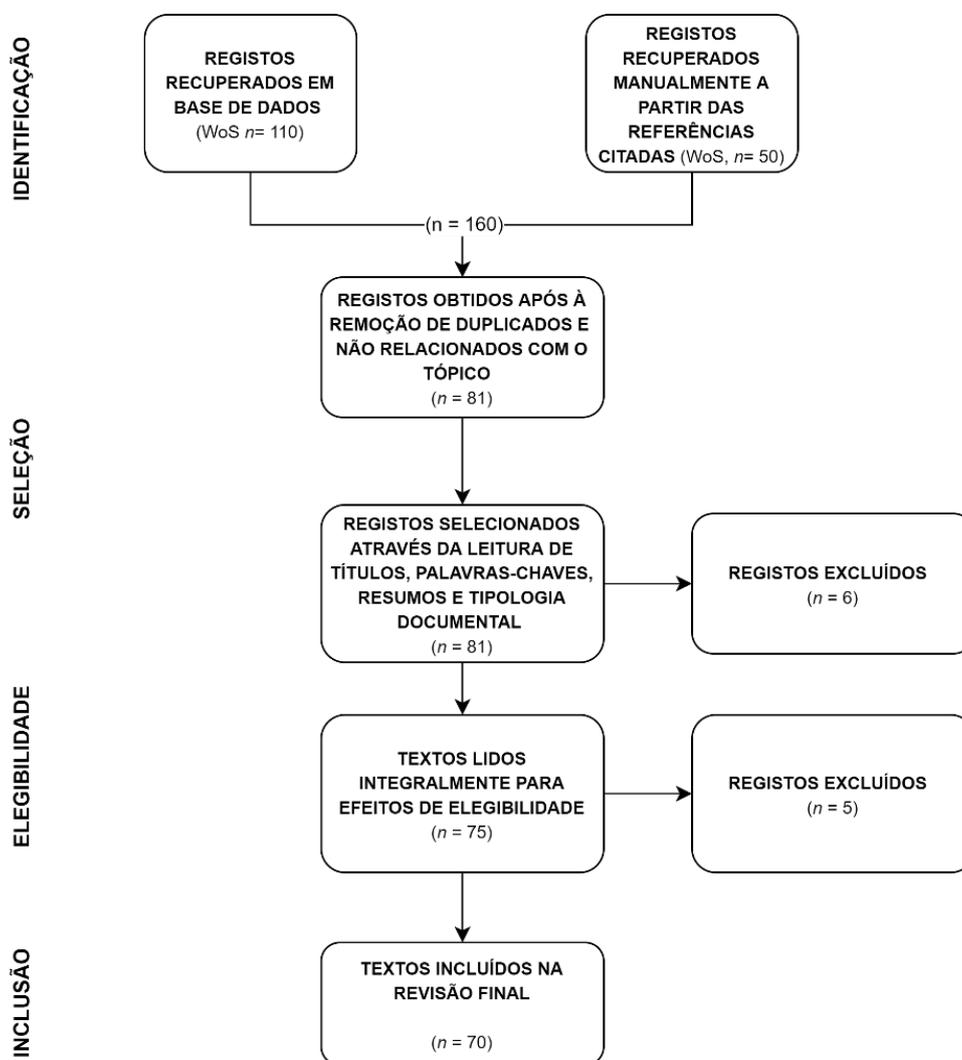


Figura 2 – Fluxo de pesquisa

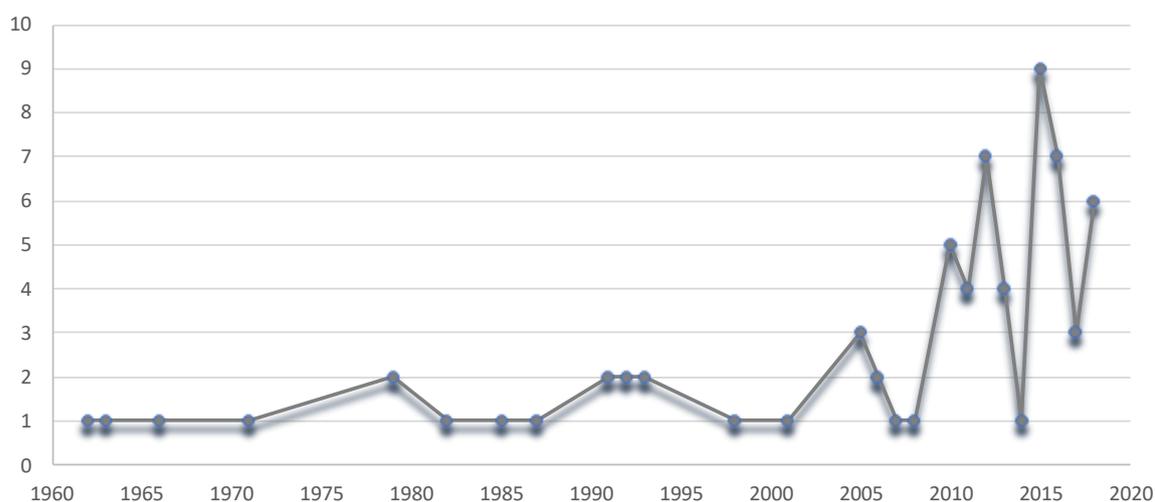
Fonte: dados da investigação, adaptado de PRISMA-ScR (Tricco *et al.*, 2018). Dados da investigação: <<https://osf.io/xygd3/>>

Com base na análise do título e resumo, 90 (56,8%) registos foram excluídos, por não corresponderem ao tópico em estudo, por terem devolvido a tipologia documental não requerida (*u. g.*, capítulo em livro, notas, artigo de conferência e *data paper*) e por a data de publicação não corresponder ao parâmetro estipulado. A amostra consiste em 70 artigos (43,1%), que correspondem aos critérios de elegibilidade deste estudo. Os artigos recuperados encontram-se em inglês.

2.3.2. Características dos estudos

Do conjunto de artigos recuperados na *WoS* ($n= 70$), a produção científica compreende o período entre 1962 a 2018, com uma taxa de crescimento anual na ordem de 7,43%, verificável no Gráfico 1. A maior parte dos artigos é de autor único ($n= 66$, 94,2%), tendo 8 autores (14,8%) colaborado em modo de co-autoria.

Gráfico 1 – Produção de artigos (1962-2018) ($n= 70$)



Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da investigação (processado em “bibliometrix”). Dados da investigação: <<https://osf.io/dvc3w/>>

No entanto, a produção científica entre 1962 e 2004 é muito esparsa ($n= 17$; 24,6%), havendo períodos em que não se recuperou qualquer artigo na *WoS*, não significando com isto que não exista produção nestes hiatos temporais. A partir de 2005 até 2018, assiste-se a uma produção consistente e em sentido ascendente, com 52 artigos (75,3%), sendo o ano de 2015 o mais produtivo (9 artigos), conforme o Gráfico 1 ilustra. Verifica-se que o tópico adquire maior interesse a partir de 2010, sendo os *migrated archives* o tópico que mais contribuiu com estudos. As características gerais da produção científica selecionada encontram-se a seguir listadas:

Tabela 1 – Síntese de dados

Categorias	Resultados	
<i>Descrição</i>	Documentos recuperados (artigos)	70
	Período	1962-2018
	Número de autores	53
	Artigos de autoria única	66
	Artigos de autoria múltipla	8
	Média de documentos por autor	1,3
	Média de autores por documento	0,757
	Média de co-autores por documento	1,07
	Índice de colaboração	2
	Palavras-chave de autor	128
Taxa anual de crescimento	9,93	
<i>Língua</i>	Inglês	69
<i>Data de publicação</i>	1960-1969	3 (4,35%)
	1970-1979	3 (4,35%)
	1980-1989	3 (4,35%)
	1990-1999	7 (10,14%)
	2000-2009	8 (11,59%)
	2010-2018	46 (65,71%)
<i>Local de publicação (continentes)</i>	América	32 (45,71%)
	Europa	14 (20,29%)
	Oceania	8 (11,59%)
	África	6 (8,70%)
	Ásia	4 (5,80%)
	Local desconhecido	6 (10,14%)
<i>10 palavras-chaves mais frequentes</i>	<i>archives</i>	9
	<i>decolonization/decolonisation</i>	3
	<i>migrated archives</i>	3
	<i>repatriation</i>	3
	<i>colonial archives</i>	2
	<i>cultural heritage</i>	2
	<i>memory</i>	2
	<i>national archives</i>	2
	<i>ownership</i>	2
	<i>archives plunder</i>	1
<i>10 palavras mais frequentes no título</i>	<i>archives</i>	36
	<i>records</i>	15
	<i>repatriation</i>	10
	<i>colonial</i>	7
	<i>heritage</i>	7
	<i>cultural</i>	7
	<i>migrated</i>	5
	<i>sound</i>	5
	<i>displaced</i>	4
	<i>restitution</i>	4
<i>Métodos</i>	<i>Método histórico (com materializações sob forma de ensaio, opiniões e estudos de caso)</i>	32
	<i>Estudos de caso (simples e múltiplos)</i>	21
	<i>Análise conceptual e teórica</i>	5
	<i>Etnografia/auto-etnografia</i>	3
	<i>Investigação-ação participativa</i>	2
	<i>Entrevista</i>	1
	<i>Revisão de literatura</i>	1
	<i>Ensaio literário</i>	1

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da investigação da WoS (processado em “bibliometrix”). Dados da investigação: <<https://osf.io/2peb7/>>.

No que concerne às revistas científicas com maior impacto, recorreremos ao *ranking* de revistas da SCImago (2019) para classificar as 10 revistas com maior produção de artigos e classificadas no quartil 1 (Q1) e quartil 2 (Q2), com referência para o ano de 2018. A maior parte dos artigos

recuperados ($n= 9$) foram publicados na *Archival Science*, integrando-se no âmbito da História (Q1) e em Biblioteconomia e Ciência da Informação (Q2). Esta revista integra tópicos relacionados com arquivos e fenómenos migratórios (Schenkolewski-Kroll, 2016; Wurl, 2005b), arquivos coloniais (Bastian, 2006; Karabinos, 2018b; Namhila, 2015), questões éticas de acesso aos arquivos removidos às comunidades originárias e problemas de repatriação (Barber, 2012; Iacovino, 2010; Ngoepe & Netshakhuma, 2018) e mecanismos de recuperação de arquivos ou de documentos públicos na posse de privados (Mattern, 2016). De seguida, a revista *American Archivist* congrega outro conjunto de artigos ($n= 8$). Contudo, a coleção WoS apenas disponibiliza registos entre 1956 a 1995 ($n= 2851$) desta revista. A SCImago classifica esta revista no domínio das Artes e Humanidades (miscelânea) (Q2). Os temas mais recorrentes consistem nos arquivos confiscados ou deslocados em contexto de conflito armado (Brower, 1963; Glenn, 1962; Kecskeméti, 1992), problemas de segurança e de recuperação de arquivos ou de documentos públicos na posse de privados (Rhoads, 1966) e os arquivos em contexto de secessão de Estados, com especial realce para a ex-União Soviética (Grimsted, 1971, 1992, 1993b). Nesta ordem, o *International Journal of Cultural Property* congrega 6 artigos, sendo, de acordo com a SCImago, uma revista classificada no âmbito das ciências da Conservação, Estudos Culturais, História e Museologia (Q2). A propriedade de bens culturais constitui um tema emergente no caso dos arquivos, especialmente nos problemas de repatriação (D. Cox, 2011; Grimsted, 2010b, 2010a; Montgomery, 2013) e de direito à memória das comunidades desapossadas (Montgomery, 2011, 2015b). No que concerne à revista *Journal of Imperial and Commonwealth History*, a SCImago classifica-a como revista do domínio da História (Q1), com realce para a questão sensível dos “arquivos migrados” reivindicados pelo Quênia ao Reino Unido (Anderson, 2011; Banton, 2012a; Sato, 2017). Dentro do mesmo tema, a revista *American Historical Review* ($n= 3$) está classificada pela SCImago no âmbito da Arqueologia, História e Museologia (Q1), com realce para o problema da descolonização e destino dos arquivos (Bailkin, 2015; El Shakry, 2015; Elkins, 2015; Shepard, 2017). As revistas *Holocaust and Genocide Studies*, *Cahiers du Monde Russe* e *American Jewish History*, classificadas pela SCImago no âmbito da História (Q2), aponta para temas relacionados com, respetivamente, o confisco de arquivos na II Guerra Mundial pelos nazis (Grimsted, 2001, 2005, 2006), a restituição de bens culturais às comunidades vítimas do Holocausto (Sinkoff, 2016) e as consequências supervenientes da queda da União Soviética e secessão de Estados (Grimsted, 1987, 1993a). Os temas relacionados com a repatriação de arquivos sonoros às comunidades de origem constituem um tópico emergente (Nannyonga-Tamusuza & Weintraub, 2012; Treloyn *et al.*, 2016), publicados no *Ethnomusicology Forum* (Q2) e *Australian Aboriginal Studies* (Q2). A tabela seguinte sintetiza as 10 revistas com maior impacto no âmbito do tópico em estudo, aplicando a Lei de Bradford.

Tabela 2 – Ranking de revistas

Rank	Título	País	ISSN	Freq.	cumFreq.	SCImago (2019)
#1	<i>Archival Science</i>	NL	1389-0166	9	9	Q1
#2	<i>American Archivist</i>	US	0360-9081	8	17	Q2
#3	<i>International Journal of Cultural Property</i>	UK	0940-7391	6	23	Q2
#4	<i>Journal of Imperial and Commonwealth History</i>	UK	0308-6534	4	27	Q1
#5	<i>American Historical Review</i>	US	0002-8762	3	30	Q1
#6	<i>Holocaust and Genocide Studies</i>	UK	1476-7937	3	33	Q2
#7	<i>Cahiers du Monde Russe</i>	FR	1252-6576	2	35	Q2
#8	<i>Ethnomusicology Forum</i>	UK	1741-1920	1	37	Q2
#9	<i>American Jewish History</i>	US	1086-3141	1	38	Q2
#10	<i>Australian Aboriginal Studies</i>	AU	0729-4352	1	39	Q2

Fonte: Elaboração do autor a partir da extração da *SCImago* (2019) e dos dados da investigação (processado em *bibliometrix*). Dados da investigação: <<https://osf.io/2apgk/>>.

Conforme a Figura 2, a maior produção científica provém do continente americano (Estados Unidos da América, $n=29$; Canadá, $n=3$), seguido do continente europeu (Reino Unido, $n=7$; Países Baixos, $n=4$; Dinamarca, $n=1$; França, $n=1$; Alemanha, $n=1$), da Oceânia (Austrália, $n=6$; Nova Zelândia, $n=2$), de África (África do Sul, $n=2$; Uganda, $n=1$; Botsuana, $n=1$ e Namíbia, $n=1$) e de Ásia (Israel, $n=3$; Japão, $n=1$). Os países que concentram maior volume de citações, refira-se os Estados Unidos da América ($n=126$; média anual 4,5), seguido do Reino Unido ($n=76$; média anual 10,8), Austrália ($n=33$, média anual 11), Nova Zelândia ($n=12$, média anual 6), Uganda ($n=12$, média anual 6), Israel ($n=6$, média anual 2), Japão ($n=4$, média anual 4), Países Baixos ($n=4$, média anual 1,33), Dinamarca ($n=3$, média anual 3), Botsuana ($n=2$, média anual 2), Alemanha ($n=2$, média anual 2), Namíbia ($n=2$, média anual 2) e França ($n=1$, média anual 1).

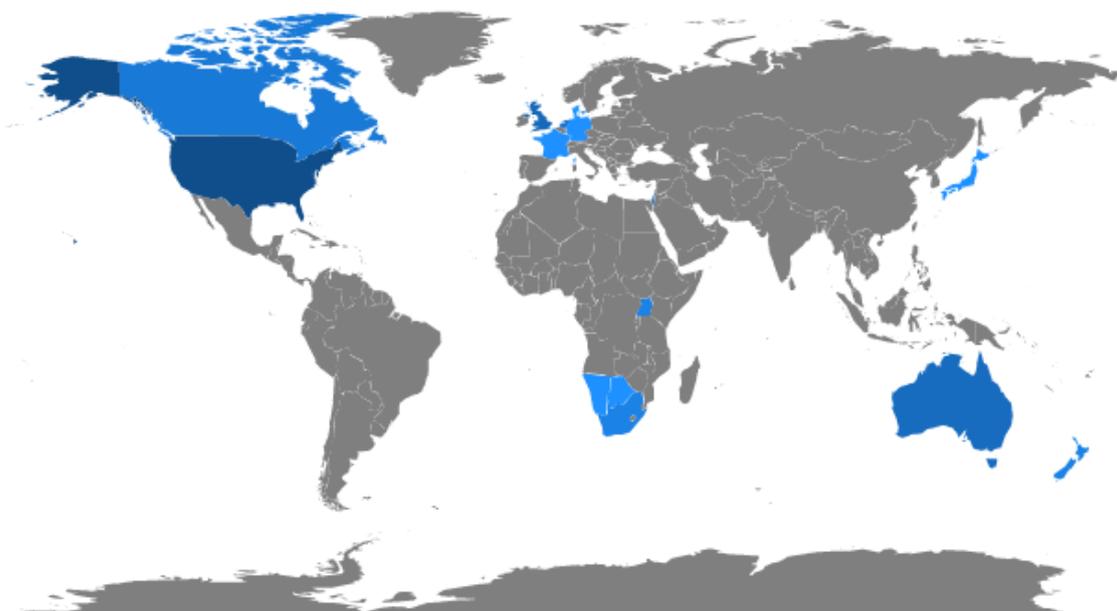


Figura 3 – Produção científica por país (por filiação académica dos autores)

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da investigação da *WoS* (processado em “*bibliometrix*”). Dados da investigação: <<https://osf.io/8yge7/>>.

Do ponto de vista de colaboração internacional, apenas os Estados Unidos acumulam a maior produção ($n= 7$) artigos, seguidos da Austrália ($n= 1$), Países Baixos ($n= 1$) e Uganda ($n= 1$). A restante produção provém de um único país, como a tabela seguinte atesta.

Tabela 3 – Produção científica por país de correspondência do autor

País	N.º de artigos	Frequência (%)	N.º de publicações de um único país	N.º de publicações de múltiplos países	Rácio de publicações de múltiplos países (%)
Estados Unidos da América	28	0.4828	21	7	0.250
Reino Unido	7	0.1207	7	0	0.000
Austrália	3	0.0517	2	1	0.333
Países Baixos	3	0.0517	3	0	0.000
Israel	3	0.0517	2	1	0.333
Uganda	2	0.0345	2	0	0.000
Nova Zelândia	2	0.0345	1	1	0.500
Botsuana	1	0.0172	1	0	0.000
Canadá	1	0.0172	1	0	0.000
Dinamarca	1	0.0172	1	0	0.000
França	1	0.0172	1	0	0.000
Alemanha	1	0.0172	1	0	0.000
Japão	1	0.0172	1	0	0.000
Namíbia	1	0.0172	1	0	0.000
África do Sul	1	0.0172	1	0	0.000

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da investigação da WoS (processado em “bibliometrix”). Dados da investigação: <<https://osf.io/xfwkj/>>.

Entre as 44 instituições científicas, a Universidade de Harvard (EUA) acumula a maior produção de artigos (22,7%), seguida da Universidade de Rutgers (EUA) (6,82%), da Universidade de Pittsburgh (EUA) (6,82%), da Universidade de Leiden (Países Baixos) (4,55%) e da Universidade de Melbourne (Austrália) (4,55%). Verifica-se a predominância da produção individual como tendência no âmbito do estudo deste tópico.

No total, os 70 artigos selecionados foram escritos por 53 autores (a média de autores por documento é de 0,76). Aplicando a lei de Lotka, 45 autores publicaram 1 documento (0,849), 5 autores publicaram 2 artigos (0,094) e 1 autor publicou pelo menos 21 textos (0,057). Os autores mais produtivos são Grimsted (13 artigos), seguido de Montgomery (4 artigos), Karabinos (3 artigos), Anderson (2 artigos), Kecskeméti (2 artigos), Sela (2 artigos), Treloyn (2 artigos) e Cox (2 artigos). Sobre os restantes autores (88,64%), apenas se recuperou 1 artigo de cada. Entre os autores mais citados (>10 citações) está Anderson (2011) ($n= 52$), Grimsted (1971) ($n= 49$), Bastian (2006) ($n= 25$), Iacovino (2010) ($n= 21$), Lancefield (1998) ($n= 15$), Banton (2012a) ($n= 14$), Treloyn e Emberly (2013) ($n= 12$) e El Shakry (2015) ($n= 11$). Verifica-se, desta forma, que a maioria dos artigos e dos seus autores se inscreve em domínios da História e da Biblioteconomia e Ciência da Informação. No caso de Grimsted, por exemplo, a sua produção científica tem sido realizada em domínios como a História, a Biblioteconomia e Ciência da Informação e áreas multidisciplinares das Humanidades. Realce para áreas como a Música e a Antropologia no tratamento dos arquivos deslocados, como a Figura 4 ilustra.

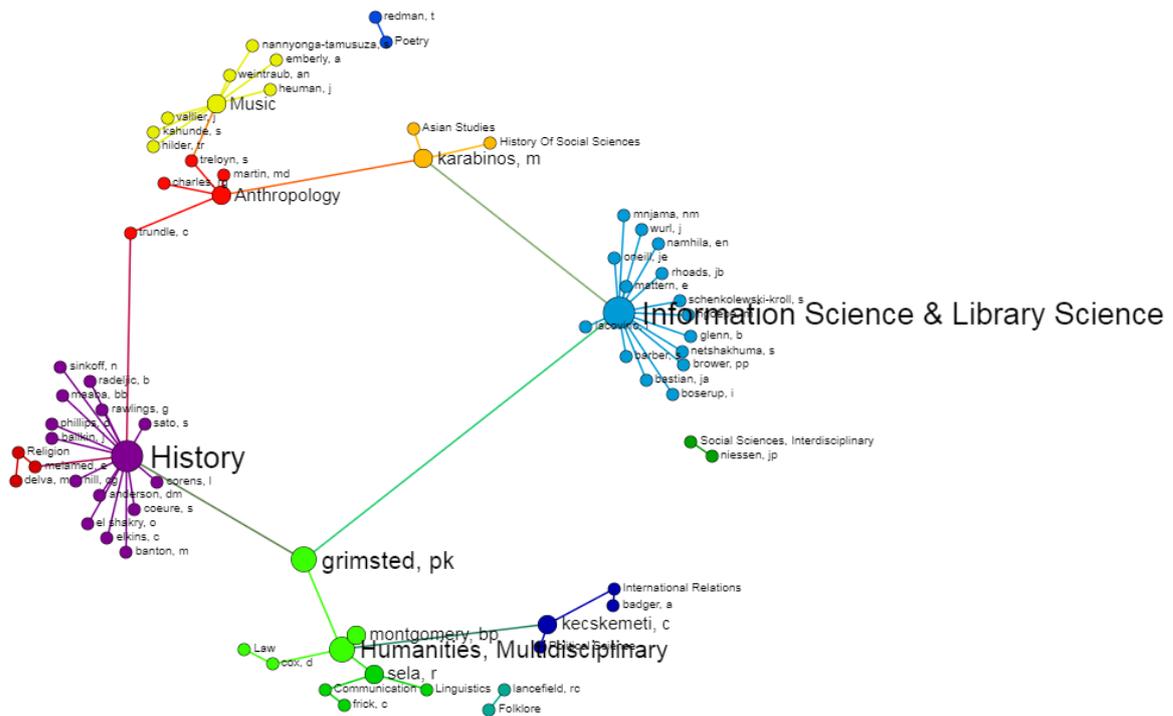


Figura 4 – Mapa de rede de relações de autores por domínio WoS

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da investigação da WoS (processado em *CorText Manager*). Dados da investigação: <<https://osf.io/5rwdt/>>.

A análise de cocitações, conforme exposto a seguir na Figura 5, constitui uma abordagem métrica para o estudo da estrutura evolutiva de um tópico e das relações entre autores (Leydesdorff, 1998). As práticas de citação entre autores apontam para as continuidades ou descontinuidades no estudo de um tópico de investigação, constituindo-se como um elemento importante para a produção de síntese de conhecimento.

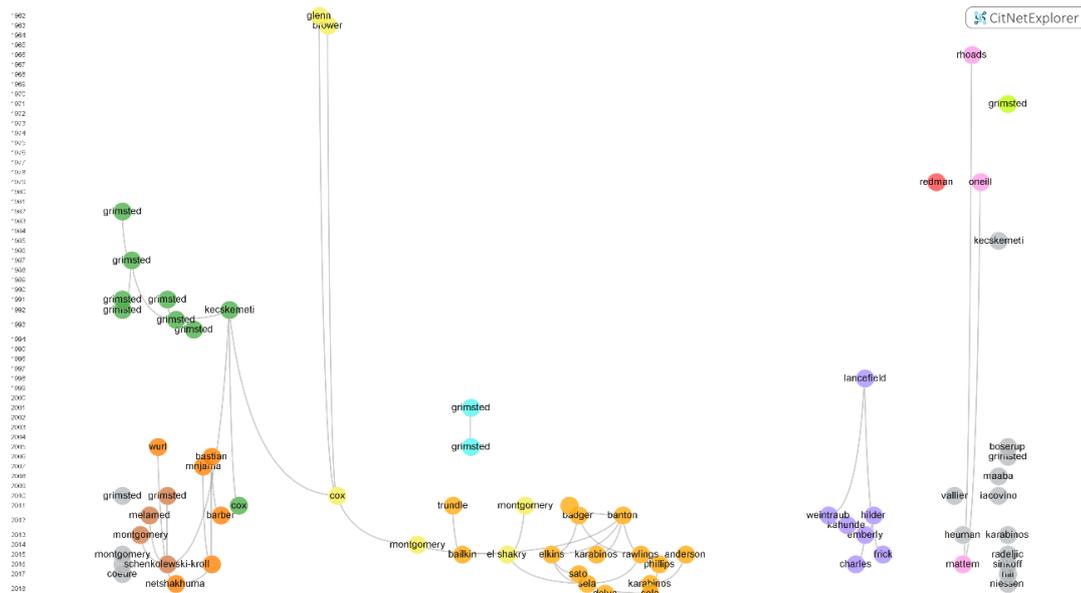


Figura 5 – Mapa de rede de co-citações de autores

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da investigação da WoS (processado em “*CitNetExplorer*”). Dados da investigação: <<https://osf.io/3yscd/>>.

Conforme exposto anteriormente na figura anterior, cada publicação está representada por um círculo e etiquetada pelo último nome do autor. Na coordenada vertical encontra-se representado o ano de publicação. Na coordenada horizontal, as publicações encontram-se posicionadas em função das relações em termos de citação (van Eck & Waltman, 2017). As linhas curvas representam as relações diretas entre documentos citantes e citados. A técnica de *clustering* em *CitNetExplorer* (van Eck & Waltman, 2014) baseia-se nas relações entre documentos citantes e citados. Assim, obtivemos 65 vínculos nos 70 artigos e 26 *clusters*, conforme Tabela 4.

Tabela 4 – Clusters de co-citações entre documentos

<i>Cluster</i>	N.º de publicações	N.º de vínculos	Período	Autores
1	12	22	2011-2018	(Anderson, 2011, 2015; Badger, 2012; Bailkin, 2015; Banton, 2012a; Elkins, 2015; Karabinos, 2015, 2018b; Phillips, 2016; Rawlings, 2015; Sato, 2017; Trundle, 2011)
2	9	9	1991-2016	(D. Cox, 2011; Grimsted, 1991a, 1993a, 1993b, 2010b; Kecskeméti, 1992; Melamed, 2012; Montgomery, 2013; Schenkolewski-Kroll, 2016)
3	9	9	1962-2018	(Brower, 1963; D. Cox, 2010; Delva, 2018; El Shakry, 2015; Glenn, 1962; Montgomery, 2011, 2014; Sela, 2018a, 2018b)
4	7	9	1998-2016	(Frick, 2015; Hilder, 2012; Kahunde, 2012; Lancefield, 1998; Nannyonga-Tamusuza & Weintraub, 2012; Treloyn <i>et al.</i> , 2016; Treloyn & Emberly, 2013)
5	6	5	2005-2018	(Barber, 2012; Bastian, 2006; Mnjama, 2007; Namhila, 2016; Ngoepe & Netshakhuma, 2018; Wurl, 2005b)
6	4	3	1982-1992	(Grimsted, 1982, 1987, 1991b, 1992)
7	3	2	1966-2016	(Mattern, 2016; O’Neill, 1979; Rhoads, 1966)
8	2	1	2001-2005	(Grimsted, 2001, 2005)
9-26	18	0	1971-2018	(Boserup, 2005; Coeuré, 2017; Corens, 2016; Grimsted, 1971, 2006, 2010a; Heuman, 2013; C. G. Hill, 2017; Iacovino, 2010; Karabinos, 2013; Kecskeméti, 1985; Maaba, 2008; Montgomery, 2015b; Niessen, 2018; Radeljic, 2015; Redman, 1979; Sinkoff, 2016; Vallier, 2010)

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da investigação da *WoS* (processado em “*CitNetExplorer*”). Dados da investigação: ver Figura 5.

De acordo com a tabela anterior, é possível verificar que o *cluster* 1 aponta para um grupo de autores que se centra na questão dos “migrated archives”, com realce para os casos britânicos e indonésio-holandeses. O *cluster* 2 aponta para duas realidades relacionadas com os “captured archives”, especialmente arquivos confiscados em contexto de conflito armado, com realce para os cenários do pós II Guerra Mundial e comunidades judias, secessão de Estados (Rússia e ex-regiões sob domínio soviético) e Guerra no Médio Oriente. Relacionado com este último, o *cluster* 3 engloba autores que se centraram nos arquivos confiscados em contexto de conflito armado, com enfoque para os Estados Unidos da América *versus* Iraque e Israel *versus* Palestina. De seguida, o grupo 4 individualiza-se pelo facto de abordar a questão da repatriação de arquivos audiovisuais às comunidades originárias. Outro grupo (5) corresponde a questões pós-custodiais em torno dos arquivos coloniais, com especial realce para os casos dos arquivos removidos em contexto de descolonização reclamados por países africanos. Relacionado com o *cluster* 2 estão os grupos 6, 8 e 9, que se focalizam, respetivamente, sobre o destino dos arquivos em contexto pós-soviético e o confisco de bens culturais durante o Terceiro Reich. Ainda nesta sequência, o *cluster*

7 corresponde a um conjunto restrito de textos relacionados com o conceito de *replevin*. Os restantes grupos correspondem a textos sobre os quais não se recuperaram vínculos de citação, apesar de se integrarem nos tópicos atrás realçados. Esta verificação coincide com a perspetiva de Karabinos (2018b) ao considerar que cada área de especialização procura introduzir uma denominação diferente em função do contexto dos arquivos em análise.

Para além dos autores atrás referenciados, é de realçar o relatório de Cary (2011), cinco vezes citado, em torno do polémico caso britânico dos “migrated archives”. Akinsha (2010b, 2010a) e Akinsha, Kozlov e Hochfield (1995) centraram-se nos destinos dos bens culturais confiscados pelas autoridades soviéticas. No caso dos arquivos sonoros, Seeger (1986) é citado quatro vezes. No âmbito dos arquivos coloniais e pós-coloniais, Stoler (2002, 2008) é citada quatro vezes e Allman (2013) e Bennett (2011), respetivamente, três. Importa realçar a presença de documentos de arquivo (“anonymous”) e artigos da imprensa escrita, que apresentam problemas de citabilidade, verificável nos 24 artigos incluídos. No que diz respeito às referências citadas, como ilustrado à frente pela Figura 6, o conjunto de artigos incluídos cita documentos produzidos entre 1702 e 2018.

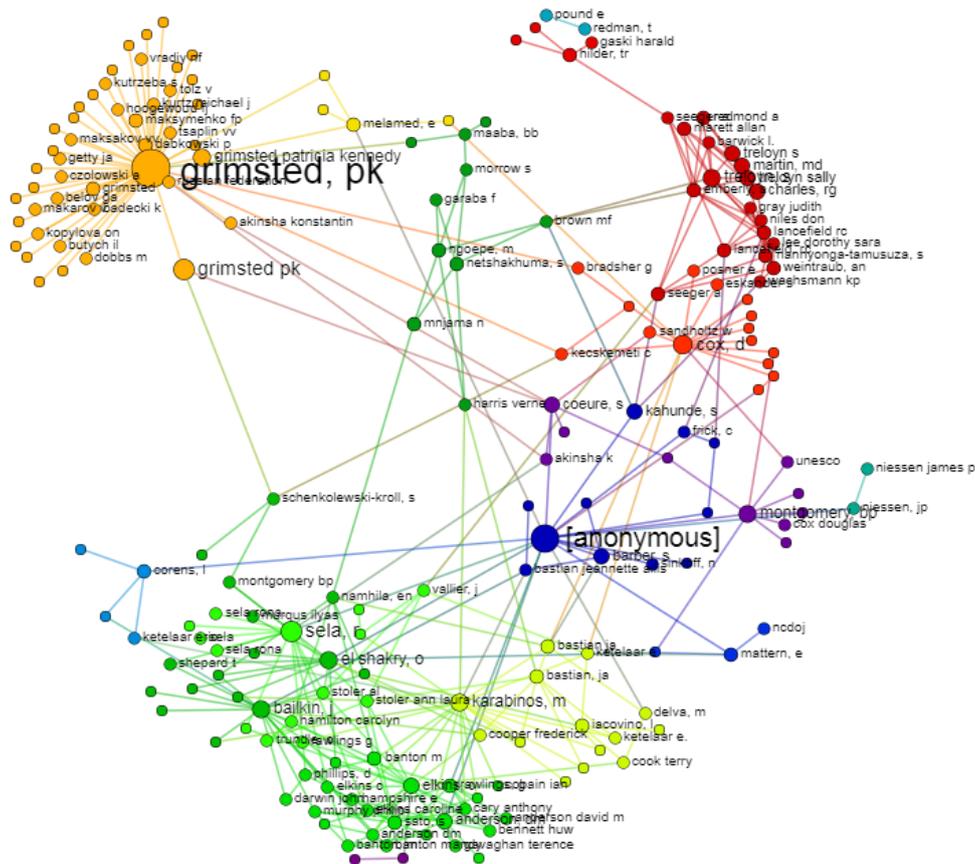


Figura 6 – Mapa de rede de referências citadas

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da investigação da WoS (processado em *CorText Manager*). Dados da investigação: <<https://osf.io/ug84m>>.

2.3.3. *Síntese dos resultados*

As ocorrências de palavras no título e palavras-chave constituem os elementos mais visíveis para a descoberta de tópicos e por representarem sinteticamente o conteúdo do texto (Haggan, 2004). Atendendo aos critérios de inclusão supra-exarados no Quadro 2, as palavras ou expressões mais frequentes devolveram “descolonização”, “arquivos migrados”, “repatriação (de arquivos)”, “arquivos coloniais”, “herança cultural”, “memória”, “arquivos nacionais”, “restrição de acesso”, “confisco de arquivos” e “arquivos sonoros”.

O aspeto mais relevante é o facto de os conceitos de “arquivo migrado” (*migrated archives*), “arquivo colonial” (*colonial archives*) e “arquivos confiscados” (*seized archives*) se encontrarem estreitamente relacionados entre si, utilizados em casos específicos de descolonização e de secessão de Estados, enquanto *looting archives* ou *archives plunder* (“arquivos saqueados”) são mais recorrentes para casos decorrentes de conflito armado ou tráfico ilícito de bens culturais. No entanto, *seized archives* (arquivos confiscados), *colonial archives* (arquivos coloniais) e *looting* ou *plunder archives* (arquivos saqueados) não constam como entradas na terminografia arquivística de expressão inglesa (International Council on Archives, 1964, 1984, 2004a, 2013; Richard Pearce-Moses, 2005) e encontram-se totalmente ausentes da terminografia de expressão portuguesa (Alves *et al.*, 1993; Arquivo Nacional do Brasil, 2005; Biblioteca Nacional de Portugal, 2010; Camargo & Bellotto, 1996; M. B. Cunha & Cavalcanti, 2008; Dannemann *et al.*, 1972; Nagel, 1989).

A relação entre as palavras-chaves e área disciplinares da WoS encontra-se ilustrada na seguinte figura.

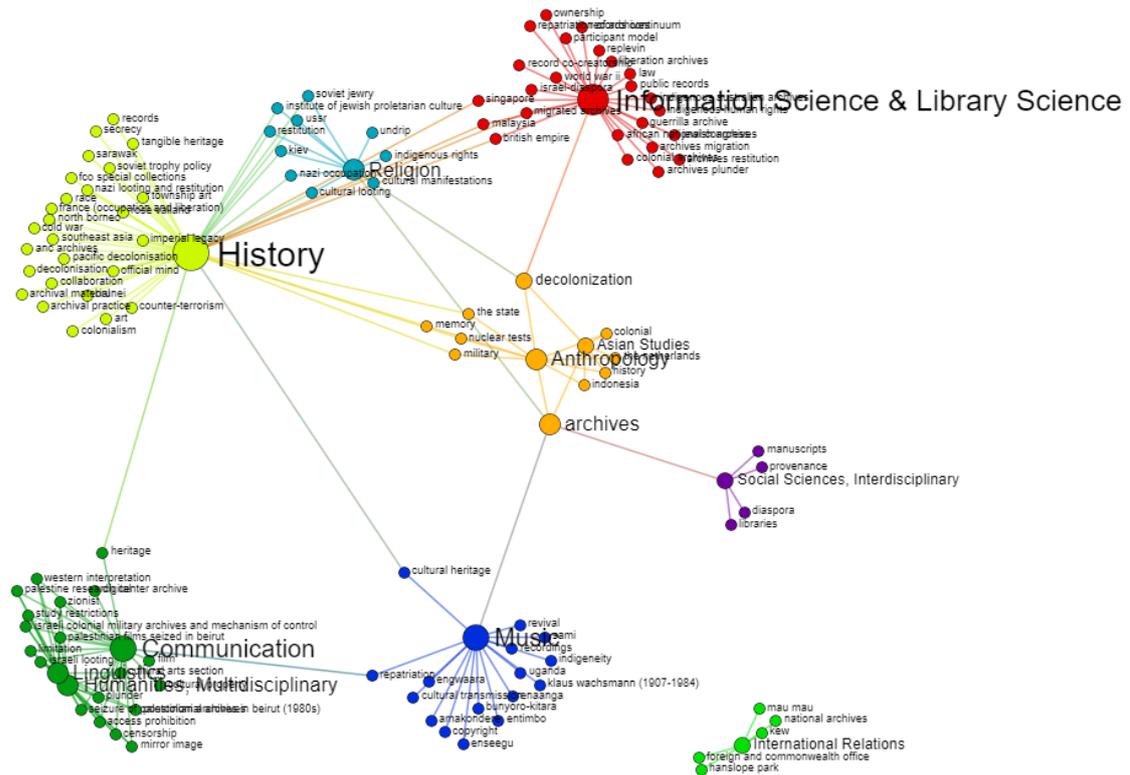


Figura 7 – Rede de palavras-chave em relação aos domínios WoS

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da investigação extraído da WoS (processado em *CorText Manager*).
 Dados da investigação: <<https://osf.io/3sh5w>>

Entre as áreas científicas da WoS, os “arquivos deslocados” constituem um tópico frequente em domínios como Ciência da Informação (*Information Science & Library Science*, 30%) e História (30%), seguido das áreas multidisciplinares das Humanidades (14%), Música (12%), Religião (5%) e Antropologia (5%), Comunicação (2%) e Relações Internacionais (2%).

Tabela 5 – Produção científica por país de correspondência do autor

Cluster	Palavras-chaves (ponderação <i>between centrality</i>) (n= 128)
1	malaysia (304,5); singapore (304,5); migrated archives (415,8); british empire (51,8); records continuum (0); repatriation of archives (0); guerrilla archive (0); african national congress (0); liberation archives (0); brunei (0); colonialism (0); counter-terrorism (0); decolonisation (0); north borneo (0); sarawak (0); southeast asia (0); archival practice (0); pacific decolonisation (0);
2	israeli looting (0); plunder (0); seizure of palestinian archives in beirut (1980s) (0); mirror image (0); zionist (0); israeli colonial military archives and mechanism of control (0); censorship (0); study restrictions (0); access prohibition (0); limitation (0); western interpretation (0); postcolonial archives (0); palestine research center archive (0); palestinian films seized in beirut (0); cultural arts section (0);
3	archives migration (0); archives plunder (0); archives restitution (0); israel-diaspora (0); jewish archives (0); world war ii (0);
4	cold war (0); cultural heritage (450); france (occupation and liberation) (0); nazi looting and restitution (0); soviet trophy policy (0); rose valland (0);
5	decolonization (1598,72857142857); cultural manifestations (0); indigenous rights (0); undrip (0); libraries (0); diaspora (0); provenance (12,7238095238095); records (291,771428571429); indonesia (0); the netherlands (0); colonial (25,5); history (0); collective memory (0); community (0); post colonial (0);
6	manuscripts (14,2); public records (0); law (0); ownership (276); replevin (0); antigua (0); barbuda (0); slavery (0); codrington (0); public (0); private (0); copyright (55,9761904761905);
7	institute of jewish proletarian culture (0); ussr (0); kiev (0); nazi occupation (0); cultural looting (0); restitution (0); soviet jewelry (0);
8	archives (3185); cultural property (0); digital (0); film (0); repatriation (136,5); sami (0); indigeneity (0); revival (0); cultural transmission (0); klaus wachsmann (1907-1984) (0); recordings (0); bunyoro-kitara (0); uganda (0); amakondere (0); engwaara (0); entimbo (0); enseegu (0); enaanga (0);
9	colonial archives (850); recordkeeping practices (0); post-colonial studies (0); vital records (0); national archives (364); africa (0); namibia (0); hanslope park (0); mau mau (0); kew (0); foreign and commonwealth office (0);
10	memory (534); imperial legacy (0); official mind (0); secrecy (0); collaboration (0); race (0); fco special collections (0); nuclear tests (0); military (0); the state (0);
11	participant model (0); indigenous australian archives (0); indigenous human rights (0); record co-creatorship (0);
12	heritage (450); archival material (0); art (0); anc archives (0); tangible heritage (0); township art (0).

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da investigação da WoS (processado em “bibliometrix”).

Do ponto de vista de co-ocorrência de palavras, agrupamos as palavras-chave de autor por *clusters* com recurso ao algoritmo de Lovaina²⁰ obtido automaticamente por *bibliometrix*, alcançando-se, assim, 12 *clusters*, expostos na Tabela 5 e ilustrado na Figura 8 seguinte.

²⁰ O algoritmo de Lovaina consiste num método algorítmico para deteção de comunidades extensas, *i. e.*, possibilita identificar pequenas comunidades através da otimização da modularidade local para todos os nós, os quais formam comunidades que se conglomeram com outras à medida que se repete o processo. Para maior aprofundamento, cf. Blondel *et al.* (2008).

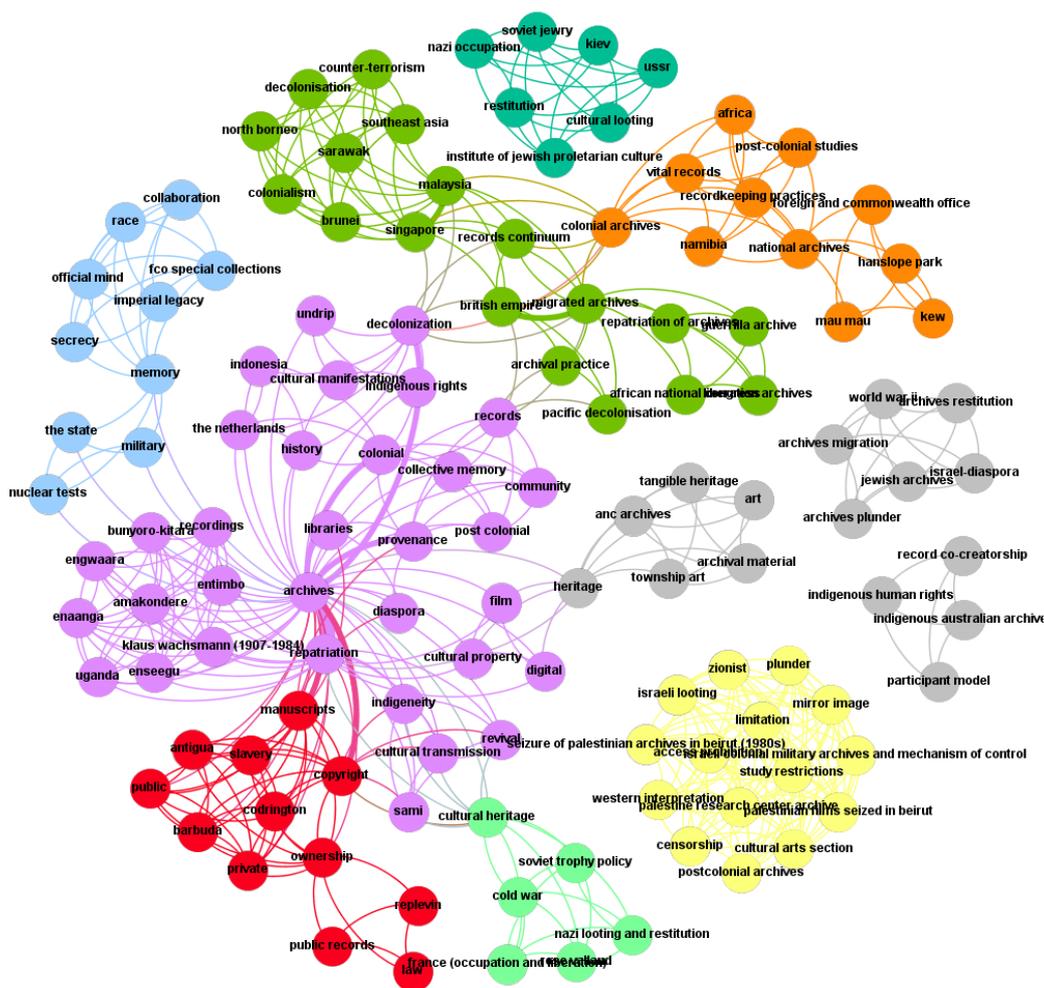


Figura 8 – Rede de palavras-chave atribuídas pelos autores

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da investigação da WoS (processado em *bibliometrix* e *gephi*). Dados da investigação: <<https://osf.io/kqdc9>>.

2.4. Discussão

A revisão de escopo constitui uma variante genológica de síntese de conhecimento, que visa explorar a dimensão, a diversidade e a natureza dos estudos científicos sobre um tópico em concreto. Dos 160 artigos recuperados, identificámos 70 artigos, que responderam aos parâmetros de inclusão propostos. Verificámos que, entre 2010 e 2018, houve uma produção significativa sobre este tópico, correspondendo a um salto de 54,12% em relação ao decénio anterior. Esta revisão vai ao encontro do problema da diversidade conceptual patente em diversos autores na forma como denominam o estado ou o estatuto destes arquivos. A terminologia arquivística emanada do Conselho Internacional de Arquivos aponta como termo preferencial para *removed archives* (arquivos removidos), enquanto a maior parte dos títulos indica *migrated archives* e *displaced archives*. Nesta secção, apresentaremos uma visão geral dos estudos incluídos, seguidos de implicações para pesquisa e prática e, por último, os pontos fortes e as limitações desta revisão.

2.4.1. *Síntese das evidências*

Nesta subsecção, pretende-se resumir os tipos de evidência mais relevantes em torno do *corpus* de textos incluídos, especialmente na apresentação de uma visão geral dos conceitos e dos temas, em articulação com a pergunta e os objetivos da revisão de escopo.

No que respeita às questões conceptuais, verifica-se que grande parte dos autores não apresenta uma clara definição dos conceitos arquivísticos utilizados com sustentação na terminologia arquivística. É perceptível o recurso a metáforas conceptuais baseadas nos movimentos migratórios (*displaced, fugitive, migrated, repatriation*), no vocabulário derivado de contextos de conflito (*captured, removed*) e jurídico (*archival claims, replevin*). É possível divisar dois âmbitos subjacentes ao conceito de “arquivos deslocados”. Por um lado, é um problema concernente ao estado ou estatuto dos conjuntos documentais removidos do local ou da comunidade originária, de uma proveniência que não se circunscreve apenas ao espaço territorial, expressos *displaced archives, fugitive archives, removed archives, captured e migrated archives*; por outro, estamos também perante um problema relacionado com a atribuição da titularidade da propriedade deste tipo de bens (*custody, repatriation, replevin*).

Analisando cada um destes conceitos em função dos contextos de utilização feitos pelos autores, com base no Quadro 2 *supra*, a predominância de certos termos sobre outros decorre da importância do tema que se expressa no número de artigos produzidos. Os denominados *migrated archives* têm sido aplicados na literatura especificamente para “records from nearly forty former British colonies that were sent to London on the eve of independence and hidden in a Foreign Office warehouse for almost fifty years, where their existence was unknown to the public” (Karabinos, 2015, pp. 387–388). Alguns autores atribuem a Shitla Prasad, diretor dos Arquivos Nacionais da Índia, a criação do termo em 1972, quando defendia que “morally these records belong to the developing countries concerned, they are vitally necessary for reconstructing its history... The developing countries feel strongly and unanimously that these migrated archives must be restored to them” (como citado em Banton, 2012a, p. 14). Para além da importância dos arquivos para a memória nacional, também é realçada a sua importância para a boa governança das administrações e proteção de direitos dos cidadãos (Banton, 2012a, p. 322). Grande parte dos artigos que versam sobre os denominados *migrated archives* (Anderson, 2011, 2015; Badger, 2012; Bailkin, 2015; Banton, 2012a; Elkins, 2015; Karabinos, 2018b; Mnjama, 2007; Namhila, 2016; Rawlings, 2015; Sato, 2017) incide na disputa pela repatriação de arquivos às antigas colónias britânicas (hoje países independentes), que adquiriram maior proeminência com o relatório de Cary (2011). No entanto, a questão não se limita apenas a uma ideia que se fundamenta na proveniência territorial dos conjuntos documentais produzidos e acumulados nessas antigas possessões. A maior parte dos artigos recuperados incide nos problemas éticos de ocultação de arquivos removidos às ex-colónias para a metrópole, sobretudo aqueles que, conforme despacho de

1961 da antiga Secretaria de Estado para as Colônias, “(a) might embarrass HMG or the Government; (b) might embarrass members of the police, military forces, public servants or others, e.g. police informers; (c) might compromise sources of intelligence information; or (d) might be used unethically by ministers in a successive government” (como citado em Anderson, 2015; Badger, 2012; Banton, 2012a; Elkins, 2015; Karabinos, 2018b; Sato, 2017). Exemplo disto é o caso da comunidade *Mau Mau* (Quênia) que reivindica a repatriação dos arquivos custodiados em Londres com o objetivo de exigir a reparação de graves violações contra os direitos humanos por instituições coloniais britânicas junto de instâncias judiciais internacionais. No entanto, a definição dada por Pearce-Moses, como “archives of a country that have moved from the country where they were originally accumulated” (2005, p. 252), coloca o foco do problema como uma mera questão de disputa de âmbito internacional. O problema em torno da relação entre *migrated archives* com os arquivos coloniais consiste em determinar se a maior parte destas remoções não ocorreu (e sobretudo) em contexto subnacional e se os arquivos disputados pertencem à potência colonizadora ou à comunidade colonizada (Bastian, 2001).

As ocorrências relativas a *displaced archives* nos textos incluídos (D. Cox, 2010; Grimsted, 1993a, 2001, 2010b; Karabinos, 2013, 2015, 2018b; Namhila, 2016; Ngoepe & Netshakhuma, 2018) aparecem com aplicações diversas e não apresenta qualquer definição do conceito. Grimsted reconhece que “displaced archives need to be handled differently from art or library books” (2001, p. 221). Os autores caracterizam o conceito por comparação com outros, como “captured records and displaced archives are closely related” (Grimsted, 1993a) e como “displaced archives caused by the decolonization process” (Karabinos, 2015, p. 372). Apesar de os princípios da profissão e a legislação internacional serem favoráveis na repatriação de arquivos aos seus lugares de criação (Ngoepe & Netshakhuma, 2018), verificando-se uma estreita conexão entre os arquivos deslocados e o princípio da proveniência territorial, a terminologia arquivística realça a titularidade do bem em termos de propriedade (pública ou privada e/ou singular ou coletiva) (Dictionary Working Group of the Society of American Archivists, 2018b; International Council on Archives, 2016a). Portanto, os arquivos deslocados correspondem a um estado em que não só aponta para a necessidade de repriminção da proveniência como também da reposição da propriedade ao titular desse bem, como forma de reparação.

Outro conceito que aparece, mas com menor frequência, é *captured archives* (arquivos capturados) e, por vezes, como equivalente a *seized archives* (arquivos confiscados) (D. Cox, 2011; Karabinos, 2013, 2015). Verifica-se uma clara relação entre casos concernentes a contextos de conflito armado, especialmente nos casos decorrentes da pós-II Guerra Mundial e conflagrações mais recentes (*u. g.* a Guerra do Golfo), e atividades dos serviços de inteligência e o tráfico ilícito de bens culturais (Brower, 1963; D. Cox, 2010; Grimsted, 1992, 1993b, 2010b; Melamed, 2012; Montgomery, 2014; Sela, 2018b; Whiting, 2019). Porém a sua utilização surge de forma variada.

Grimsted utiliza “displaced, captured, or “trophy” archives” (2001, p. 222) para o caso dos arquivos custodiados pela Rússia. Com estreita relação com *captured archives* está *removed archives* (arquivos removidos), considerados sinónimos pela terminografia arquivística do Conselho Internacional de Arquivos (International Council on Archives, 1984). No entanto, as suas ocorrências são escassas (D. Cox, 2010; Kecskeméti, 1992) e não possibilita uma interpretação contextualizada nos estudos incluídos.

O conceito mais comum entre os denominados *displaced archives* consiste em *repatriation* (repatriação). Apesar de *return* (retorno) e *restitution* (restituição) serem termos que ocorrem com maior incidência nos artigos incluídos, encontram-se relacionados, respetivamente, com *migrated archives* e *captured* ou *seized archives*. De acordo com Cornu e Renold, o termo *restitution* (restituição) aplica-se a casos de roubos ou pilhagens em contexto de conflito armado, enquanto *return* (retorno) “is preferred for property displaced for the benefit of the colonial power and restored to its country of origin, and also for cases of unlawful export” (2010, p. 2) e *repatriation* consiste numa “specific form of restitution (...) either to the country wherethe cultural property belongs or to the ethnic group that owns it” (2010, p. 2). No caso dos arquivos, estes conceitos são aplicados operacionalmente no âmbito legal em função dos contextos incoativos de desposseção (descolonização, secessão, conflito armado, etc.). A determinação da custódia de arquivos constitui um elemento essencial à repatriação, que não se restringe, conforme já dito, apenas a um aspeto territorial mas a uma vinculação dos bens culturais em relação à comunidade reivindicante (Iacovino, 2010; Wurl, 2005b). No entanto, apesar dos muitos casos apresentados pelos autores digam respeito a conflitos de carácter internacional, os casos subnacionais ou intranacionais não foram realçados no que concerne às suas especificidades em relação aos conflitos internacionais. A única ocorrência sobre casos subnacionais encontra-se em Frick, quando refere “international repatriation projects have always received the most attention, and for many (...). Subnational or intranational repatriation projects merit substantive funding and efforts as well, if less politically obvious then for purely economic and educational import” (2015, p. 128). Frick (2015) e Hill (2017) realçam o exemplo das comunidades indígenas dos Estados Unidos da América, cuja repatriação de bens culturais (incluindo arquivos) em contexto intranacional se encontra protegida pela lei *Native American Graves Protection and Repatriation Act* (vulgo, NAGPRA) de 1990. Um dos aspetos mais relevantes dos artigos incluídos consiste na repatriação de arquivos sonoros e audiovisuais como estratégia para revitalização de comunidades em situação de vulnerabilidade (Frick, 2015; Heuman, 2013; Hilder, 2012; Kahunde, 2012; Lancefield, 1998; Nannyonga-Tamusuza & Weintraub, 2012; Treloyn *et al.*, 2016; Vallier, 2010). Treloyn *et al.* define repatriação como “transport and movement of physical and digital materials from centralised archives and collections back to communities of origin”, considerando este método e processo como “relational, done by organisations and individuals in relationship with one another: be it collecting

institutions seeking to make their collections accessible to community-based organisations as a matter of equity and justice” (Treloyn *et al.*, 2016, p. 99). Lancefield utiliza *return* como forma abreviada de *repatriation*, “to any conveyance of copies of sound recordings made and deposited as scholarly documents from archives to people who feel that the sound is part of their heritage” (1998, p. 48), considerando que pode ser “equally important as an affirmative marker of continuity” (Lancefield, 1998, p. 48). As principais limitações em torno da repatriação de arquivos audiovisuais decorrem de limitações legais em termos de direitos autorais: “sound recordings belong to the persons making the recordings, and not the people whose music is recorded” (Kahunde, 2012, p. 199).

Num conspecto mais específico de restituição de arquivos em contexto subnacional, o conceito de *replevin* ocorre exclusivamente como mecanismo para a recuperação de arquivos ou de documentos públicos na posse de privados (Rhoads, 1966; O’Neill, 1979; Mattern, 2016). Mattern esclarece que esta abordagem consiste em “an action that can be leveled against any party that improperly is in possession of a public record; an improper possessor of a public record may be a private individual, a public employee who has wrongfully retained custody, or a repository that is not the government archives” (2016, p. [3]). A autora descreve um processo de reivindicação em seis etapas: descoberta, identificação, seleção, negociação, determinação da custódia e incorporação.

No caso de *alienated archives*, as ocorrências deste termo aparecem associadas ao conceito de *replevin* (reivindicação), em casos de apropriação indevida de documentos públicos na posse de privados, analisado por Rhoads (1966), O’Neill (1979) e Mattern (2016). Outras variantes aparecem como *alienated archival materials* e *diasporic (archives)*, em Grimsted (1992, 1993b). No entanto, os fatores incoativos de desposseção subjacentes ao conceito de arquivos alienados não se restringem apenas ao roubo ou furto. Grimsted, tendo como exemplo os arquivos de proveniência soviética, especifica:

- 1) *illegally alienated from the fatherland by theft or wartime looting;*
- 2) *legitimately alienated by gifts or official presentations;*
- 3) *deliberately alienated by commercial sale by the state or undercover agents;*
- 4) *"justifiably" alienated for political or cultural preservation in the face of an alien regime;*
- and 5) *taken abroad as private property by émigrés or their families fleeing from oppression or economic catastrophe.* (Grimsted, 1992, p. 107).

Por fim, o termo *fugitive archives* constitui um conceito residual e sem qualquer desenvolvimento nos textos integrados para análise.

Apesar de Karabinos ter reconhecido o facto de a maior parte dos estudos versados sobre este tema ter sido tratado por “non-archivists in non-archival terms” (2018b, p. 208), Ngoepe e

Netshakhuma realçaram que os estudos mais recentes e especializados (Lowry, 2017b) também não apontaram para uma clarificação conceptual: “Garaba (...) refers to these records as ‘fugitive archival materials’, while Lowry (...) refers to them as displaced archives, Mnjama (...) calls them ‘migrated archives’ and Gilliland (...) refers to them as ‘diasporic archives’” (2018, p. 53). Ainda que os recentes estudos sobre o tópico apontem para “displaced archives” como conceito hiperonímico de preferência, o recurso a variantes hiponímicas são utilizadas para denominar problemas específicos de despossessão, independentemente se se trata de arquivos como bens culturais ou arquivos como informação em fase administrativa. Exemplo disto, é a presença de “expatriate(d) archives”, considerado como neologismo criado por Lovering (2009, 2017) para referir-se ao problema dos arquivos em contexto de secessão de Estados (como a ex-Jugoslávia e a ex-Rodésia) (Dictionary Working Group of the Society of American Archivists, 2018b). Nesta ordem de ideias, os denominados arquivos na diáspora (“diasporic archives”) constituem uma outra ocorrência, que pode focalizar-se tanto no papel das comunidades em contraposição com os discursos centrados na proveniência territorial (nacionalistas ou regionalistas) (Grimsted, 1993a; Montgomery, 2013; Ngoepe & Netshakhuma, 2018; Niessen, 2018; Schenkolewski-Kroll, 2016), como nos conjuntos documentais da mesma entidade produtora (por vezes voluntariamente) deslocados e na custódia de diversas entidades custodiantes (nacional ou internacional).

Entre os autores mais produtivos do conjunto de estudos incluídos em torno do tópico “arquivos deslocados”, com maior impacto, está Grimsted (1971, 1982, 2006, 2010b, 2010a, 1987, 1991a, 1991b, 1992, 1993a, 1993b, 2001, 2005). A sua produção científica aborda questões de confisco e deslocamento de arquivos europeus no durante e pós-II Guerra Mundial para a antiga União Soviética, a secessão de Estados na década de 1990 e problemas de restituição de bens culturais sob custódia russa (arquivos, bibliotecas e museus). Em segundo lugar, Montgomery (2011, 2013, 2014, 2015b) centrou-se nos temas de confisco e restituição de arquivos em contexto de conflito armado, capturados para fins de informação de inteligência, pelos Estados Unidos da América aos países do Médio Oriente, especialmente na Guerra do Iraque. Nesta sequência, Karabinos (2013, 2015, 2018b) incidiu a sua investigação nos problemas pós-coloniais concernentes aos denominados “arquivos migrados” em contexto colonial, com enfoque para casos entre Indonésia *versus* Países Baixos e Quénia *versus* Reino Unido. Sobre os arquivos migrados de ex-colónias britânicas e regiões do sudeste asiático, verifica-se a presença de um número significativo de estudos (Anderson, 2011, 2015; Badger, 2012; Bailkin, 2015; Banton, 2012a; Ngoepe & Netshakhuma, 2018; Phillips, 2016; Rawlings, 2015). Deve-se realçar que uma parte significativa das disputas pela repatriação de arquivos têm origem de regiões insulares, quer se encontrem na condição atual de estados independentes quer subordinados à soberania de um Estado mas com um estatuto político-administrativo especial.

Um segmento emergente são arquivos sonoros e audiovisuais, com enfoque para a repatriação como estratégia de revitalização de culturas em perigo (Frick, 2015; Heuman, 2013; Hilder, 2012; Kahunde, 2012; Lancefield, 1998; Nannyonga-Tamusuza & Weintraub, 2012; Treloyn *et al.*, 2016; Vallier, 2010). Um outro exemplo análogo, pouco convencional, consiste na transposição dos mecanismos de repatriação de arquivos aplicados aos bancos de sementes como elementos importantes para o apoio à revitalização de comunidades vulneráveis como os indígenas (C. G. Hill, 2017).

É possível perceber em quase todos os estudos incluídos que o tópico “arquivos deslocados” constitui um tema emergente na crítica pós-colonial e pós-custodial (Bastian, 2006; Karabinos, 2018b; Stoler, 2002, 2008). Os “arquivos migrados” constituem um tema fundamental da crítica pós-colonial, graças aos estudos sobre discursos da subalternidade de Spivak (1999) e sobre epistemologia colonial e crítica da raça e de gênero de Stoler (2002, 2008).

A tabela seguinte (Tabela 6) realça os tópicos mais relevantes do conjunto de estudos incluídos, verificando-se que há uma tensão entre o princípio da proveniência territorial e o princípio da pertinência territorial na abordagem dada pelas partes antagônicas.

Tabela 6 – Síntese dos tópicos e estudos incluídos (n= 70)

Tópicos	Casos	Âmbito	Síntese	Referências	Freq. absoluta	Freq. relativa (%)
Arquivos capturados	Argélia vs. França, Coreia do Sul vs. França, Indonésia vs. Países Baixos, vários países vs. EUA, Alemanha vs. EUA, Europa vs. EUA, Iraque vs. EUA, Kuwait vs. EUA, países eslavos vs. França, Palestina vs. Israel, Polónia vs. Alemanha, Rússia vs. Alemanha, Ucrânia vs. Rússia e Alemanha	Internacional	Arquivos removidos aos países/regiões em contexto de conflito armado (para suportar como informação de inteligência à força ocupante, incidindo em arquivos privados e públicos) ou decorrente de tráfico ilícito de bens culturais.	(Brower, 1963; Coeuré, 2017; D. Cox, 2010; El Shakry, 2015; Glenn, 1962; Grimsted, 1971, 2001, 2005, 2006, 2010b; Kecskeméti, 1992; Melamed, 2012; Montgomery, 2011, 2013, 2014, 2015b; Sela, 2018a, 2018b; Shepard, 2015; Sinkoff, 2016)	20	28,6
Repatriação de arquivos	Comunidades indígenas dos EUA, Austrália, Canadá e Escandinávia; Nova Zelândia vs. EUA, África do Sul vs vários países, Uganda vs Reino Unido,	Internacional e Subnacional	Restituição de arquivos como forma positiva para a revitalização de comunidades vulneráveis ou países em desenvolvimento, embora com limitações em termos de ética da repatriação (física e/ou digital) e ao nível legal.	(Boserup, 2005; Delva, 2018; Frick, 2015; Grimsted, 2010b; Heuman, 2013; Hilder, 2012; C. G. Hill, 2017; Iacovino, 2010; Kahunde, 2012; Lancefield, 1998; Maaba, 2008; Nannyonga-	17	24,3

Tópicos	Casos	Âmbito	Síntese	Referências	Freq. absoluta	Freq. relativa (%)
	várias ex-colônias africanas, ex-regiões da URSS			Tamusuza & Weintraub, 2012; Ngoepe & Netshakhuma, 2018; Redman, 1979; Treloyn <i>et al.</i> , 2016; Treloyn & Emberly, 2013; Vallier, 2010)		
Arquivos migrados	Antigua e Barbuda vs. Reino Unido, Bornéu vs. Reino Unido, Fiji, Vanuatu (Novas Hébridas), Ilhas Salomão Islands, Kiribati e Tuvalu vs. Reino Unido, Namíbia vs. África do Sul, Quênia vs. Reino Unido	Internacional	Remoção de arquivos das antigas possessões britânicas, especialmente em contexto de descolonização.	(Anderson, 2011, 2015; Badger, 2012; Bailkin, 2015; Banton, 2012a; Barber, 2012; Elkins, 2015; Karabinos, 2013, 2015, 2018b; Mnjama, 2007; Namhila, 2016; Phillips, 2016; Rawlings, 2015; Sato, 2017)	15	21,4
Arquivos deslocados	Ex-regiões da URSS, ex-Jugoslávia; Ucrânia vs. Alemanha, Polónia, Rússia	Internacional	Identificação de arquivos em contexto de secessão de Estados, especialmente nos casos pós-guerra ou reorganização territorial.	(Grimsted, 1982, 1987, 1991a, 1991b, 1992, 1993b; Radeljic, 2015)	7	10,0
Arquivos na diáspora	Arquivos religiosos, Estónia, Canadá, comunidades húngaras em vários países, Israel, Rússia	Internacional	Arquivos que se encontram na custódia de instituições estrangeiras, especialmente junto das comunidades na diáspora (judias, exilados, emigrantes em geral), com maior incidência para arquivos privados.	(Corens, 2016; Grimsted, 1993a; Niessen, 2018; Redman, 1979; Schenkolewski-Kroll, 2016; Wurl, 2005b)	6	8,6
Recuperação de arquivos/documentos públicos na posse de privados	EUA	Subnacional	Mecanismos de recuperação de arquivos/documentos na posse de privados, por furto, roubo ou apropriação ilícita.	(Mattern, 2016; O'Neill, 1979; Rhoads, 1966)	3	4,3
Arquivos coloniais	Reino Unido; Nova Zelândia	Internacional e intranacional	Correção de injustiças sociais em contexto colonial, propondo uma leitura pós-colonial e pós-custodial; enfoque nas estratégias de produção de informação em contexto colonial em relação às comunidades colonizadas.	(Bastian, 2006; Trundle, 2011)	2	2,9

Fonte: Elaboração do autor.

Dado que os arquivos deslocados constituem fenômenos complexos, a amostra aponta para a predominância da metodologia qualitativa. Embora uma parte significativa dos autores não denomine com clareza os métodos adotados, verifica-se, em alguns artigos, o recurso a abordagens metodológicas compósitas. Cerca de 50,0% ($n= 35$) dos artigos recorreram ao método histórico, com prevalência para o método arquivístico ou documental (M. Hill, 1993; Ventresca & Mohr, 2017). Os artigos recuperados materializam-se em análises históricas (Anderson, 2015; Banton, 2012a; Brower, 1963; Coeuré, 2017; D. Cox, 2011; Grimsted, 2010a, 1992, 1993a, 1993b, 2005, 2010b; Karabinos, 2013, 2015; Kecskeméti, 1992; Melamed, 2012; Montgomery, 2014; Phillips, 2016; Radeljic, 2015; Rawlings, 2015; Sato, 2017), ensaios ou ensaios opinativos (Badger, 2012; Bailkin, 2015; El Shakry, 2015; Elkins, 2015; Glenn, 1962; Niessen, 2018; O'Neill, 1979; Rhoads, 1966; Shepard, 2015; Wurl, 2005b) e estudos de caso narrativos (Grimsted, 2001, 2006; Montgomery, 2013, 2015b; Schenkolewski-Kroll, 2016). Outros artigos (20,0%; $n= 14$) mencionam o recurso aos estudos de caso como método (Anderson, 2011; Barber, 2012; Boserup, 2005; Delva, 2018; Grimsted, 1991b; Heuman, 2013; Kahunde, 2012; Karabinos, 2018b; Mattern, 2016; Montgomery, 2011; Namhila, 2016; Nannyonga-Tamusuza & Weintraub, 2012; Sinkoff, 2016; Treloyn & Emberly, 2013), para além dos já mencionados *supra*. A análise conceptual e teórica ocupa 7,1% ($n= 5$) (Bastian, 2006; D. Cox, 2010; C. G. Hill, 2017; Kecskeméti, 1985; Lancefield, 1998). Cerca de 5,7% ($n= 4$) dos artigos recuperados empregam os métodos etnográficos e auto-etnográficos (Hilder, 2012; Treloyn *et al.*, 2016; Trundle, 2011; Vallier, 2010). Com menor frequência, alguns autores optaram pelos métodos de investigação-ação participativa (2,8%, $n= 2$) (Frick, 2015; Iacovino, 2010); o inquérito/entrevista (Ngoepe & Netshakhuma, 2018), a revisão de literatura cinzenta (Mnjama, 2007) e ensaio literário (Redman, 1979). A Tabela seguinte sintetiza o exposto.

Tabela 7 – Síntese dos métodos utilizados

Métodos	Absoluto	Freq. relativa(%)
Análises históricas (combinado ou não com estudo de caso)	35	50,0
Ensaio ou ensaios opinativos	10	14,3
Estudos de caso narrativo	5	7,1
Análise conceptual	5	7,1
Métodos etnográficos e auto-etnográficos	4	5,7
Investigação-ação participativa	2	2,8
Inquérito/entrevista	1	1,3
Revisão de literatura	1	1,3
Ensaio literário	1	1,3
Não especificado	6	8,6

Fonte: Elaboração do autor.

2.4.2. *Limitações*

Esta revisão de escopo contém várias limitações. Em primeiro lugar, as fontes de informação cingiram-se aos dados obtidos pela *WoS* e apenas em artigos científicos publicados em inglês. A exclusão de textos que não se encontrem em inglês pode contribuir para a subrepresentação de contributos científicos importantes. Possivelmente a ausência dever-se-á ao recurso a palavras-chave ou ocorrências de palavras no título atribuídos de forma *sui generis* pelos autores e, por isso, não recuperados pelas bases de dados. Apesar de o enfoque desta revisão de escopo se cingir apenas a artigos publicados em revistas científicas revistas por pares, textos e autores fundamentais como Kecskeméti (1977) e Auer (1998) são escassamente referenciados nos artigos incluídos. De igual forma, estudos especializados mais recentes, como Lowry (2017b) e Gunderson, Lancafield e Woods (2019), não foram devolvidos pela *WoS* nos critérios de pesquisa adotados. O recurso à *WoS* está estreitamente relacionado com a seleção das ferramentas computacionais de suporte à análise bibliométrica e de visualização de conteúdo, por proporcionar um ambiente controlado.

A principal dificuldade que se verificou na análise dos artigos incluídos consistiu na ausência de uma definição clara dos conceitos empregues nos textos em relação aos casos reportados. São poucas as exceções (Mattern, 2016) onde os conceitos utilizados se encontram fundamentados em garantias literárias. Apesar da prevalência do conceito arquivo, não é claro se estamos na presença de conjuntos documentais (fundos) íntegros ou dispersos entre diversas custódias. Exemplo disto pode ser verificado nos diversos artigos que se versaram sobre o fenómeno dos “migrated archives” (Anderson, 2011, 2015; Badger, 2012; Bailkin, 2015; Banton, 2012a; Barber, 2012; Elkins, 2015; Karabinos, 2013, 2015, 2018b; Mnjama, 2007; Namhila, 2016; Phillips, 2016; Rawlings, 2015; Sato, 2017), em que os cenários não são claros sobre o que efetivamente foi removido para a metrópole e o que permaneceu na antiga colónia (hoje país independente).

A segunda limitação consiste no facto de os problemas de acesso aos arquivos na condição de deslocados não se encontrarem relacionados com as estratégias de representação da informação arquivística, com exceção do estudo de Grimsted (1993a). Permanece dúvida a questão da repatriação digital como mecanismo fungível à repatriação física dos arquivos aos países ou comunidades reivindicantes entre os diversos autores. Ainda, verifica-se a predominância em torno dos arquivos analógicos nos estudos incluídos, sendo escassas as referências para os arquivos nado-digitais deslocados, exceto o estudo de Heuman (2013), que pode induzir a novos problemas como propriedade intelectual e soberania de informação.

A terceira limitação consiste na dificuldade de comparabilidade entre os casos analisados pelos autores, que exige um conhecimento aprofundado do problema, dado os contextos sócio-culturais,

históricos, tecnológicos, institucionais e legais serem muito diversos no espaço e no tempo. Associado a isto, verifica-se, também, que nenhum estudo abordou a comparação do tópico em estudo com outros âmbitos, especialmente em museus e bibliotecas.

Apesar destas condicionantes, os critérios de inclusão cingiram-se a um objetivo espectável de uma revisão de escopo: identificar lacunas que justifiquem uma revisão de literatura mais aprofundada (Colquhoun *et al.*, 2014; Munn *et al.*, 2018).

2.5. Nota de conclusão

Esta revisão de escopo constitui um tipo de síntese de conhecimento de literatura científica em torno do tópico “arquivos deslocados”. Considera-se que esta revisão de escopo constitui um reconhecimento primeiro em torno de questões conceptuais. Pode perceber-se que os arquivos deslocados consistem num fenómeno de dispersão de conjuntos documentais que foram “desalojados do seu *habitat* original” (F. Ribeiro, 1998, p. 522), especialmente aqueles que não se encontram sob uma determinada jurisdição territorial. Ainda assim, o que são alguns dos arquivos (na acepção de instituições) senão entidades que custodiam um conjunto de fundos documentais deslocados dos seus contextos originários? Contudo, os artigos analisados apontam para arquivos deslocados como fenómenos de desposseção de arquivos às comunidades reivindicantes.

Ainda assim, esta revisão de escopo possibilita lançar algumas conclusões relevantes:

- (i) **Inconsistência terminológica.** Existe uma relação entre o pouco conhecimento sobre o tópico “arquivos deslocados” e a ausência de uma harmonização conceptual e terminológica, dado que diversos autores adotam termos distintos para denominar fenómenos semelhantes. É possível perceber que a maior parte dos estudos não é consistente nos termos aplicados para denominar o fenómeno em estudo. Vários autores já assinalaram esta inconsistência (Ngoepe & Netshakhuma, 2018). Pode existir uma relação entre o pouco conhecimento sobre o fenómeno dos arquivos deslocados e a diversidade terminológica procedente de diversas áreas disciplinares.
- (ii) **Incremento de novas áreas disciplinares.** Embora a tendência de estudos recuperados na *Web of Science* seja do domínio da Ciência da Informação e da História, o tópico emerge em outras áreas disciplinares como a Música e áreas interdisciplinares das Humanidades, e, em menor grau, as Ciências Sociais, a Antropologia, o Direito, as Relações Internacionais, a Linguística, a Religião e o Folclore.
- (iii) **Prevalência de casos internacionais.** Os estudos mais visíveis sobre arquivos deslocados dizem respeito a conflitos de custódia de âmbito internacional. Verifica-se que existem dois

problemas prevaletentes decorrentes de contextos históricos distintos: (a) recuperação de arquivos confiscados em contexto de pós-conflito armado e (b) recuperação de arquivos removidos em contexto pós-colonial.

- (iv) **Representação da informação em arquivos deslocados.** O conjunto de estudos incluídos não aponta para o problema da representação da informação, exceto em Grimsted (1993a), que explorou a relação entre os princípios arquivísticos (proveniência e pertinência) a partir da análise de instrumentos de acesso à informação. Isto sugere que os critérios de pesquisa para esta revisão de escopo devem ser ampliados com outros métodos e parâmetros de modo a extrair-se o seu estado da arte.

Recomenda-se, neste sentido, uma clarificação dos conceitos que emergiram deste estudo, designadamente *seized archives* (arquivos confiscados), *colonial archives* (arquivos coloniais) e *looting* ou *plunder archives* (arquivos saqueados), nos *instrumenta* terminográficos.

Embora não seja propósito desta secção elaborar um quadro conceptual, considera-se que os estudos incluídos não são suficientes para a compreensão deste fenómeno em específico. Conforme já expusemos, cingimo-nos apenas aos artigos recuperados na *WoS*. Finalmente, as lacunas identificadas permitem expandir a análise do tópico com outros, em sentido incremental.

3. Representação da informação arquivística em arquivos deslocados: uma metassíntese de literatura científica

Um dos elementos fundamentais para a identificação de arquivos deslocados consiste na existência de instrumentos de acesso à informação²¹. Catálogos, inventários, guias, roteiros, listagens, índices e bases de dados constituem variantes genológicas de “instrumentos de acesso à informação”, segundo Ribeiro (1998). Porém, coexiste denominação terminológica diversa em contexto intralinguístico, como “instrumentos de pesquisa” (Arquivo Nacional do Brasil, 2005; Associação Brasileira de Normas de Técnicas, 1986; Camargo & Bellotto, 1996; Nagel, 1989) ou “instrumentos de descrição documental” (Alves *et al.*, 1993; Biblioteca Nacional de Portugal, 2010)²². O conceito de “instrumento de descrição documental” é definido como “documento secundário que referencia e/ou descreve as unidades arquivísticas, quantificando as respectivas unidades da instalação, tendo em vista o seu controlo e/ou acessibilidade” (Alves *et al.*, 1993, p. 59), “termo genérico que se aplica a qualquer instrumento de descrição ou de referência, elaborado ou recebido por um serviço de arquivo, com vista ao controlo administrativo ou intelectual dos documentos de arquivo” (Conselho Internacional dos Arquivos, 2002, p. 14) ou “documento segundo elaborado para efeitos de controlo e/ou comunicação, que descreve as unidades arquivísticas, acervos documentais ou colecções factícias” (Biblioteca Nacional de Portugal, 2010). Os instrumentos de acesso à informação constituem ferramentas de mediação da informação arquivística. O elemento comum a estes dois conceitos consiste na descrição arquivística, que se materializa em instrumentos de acesso à informação.

A terminografia arquivística de expressão portuguesa define “acesso” como “possibilidade de aceder à informação veiculada pelos documentos” (Alves *et al.*, 1993, p. 3), “possibilidade de utilizar documentação de um fundo, geralmente sujeita a regras e condições” (Conselho Internacional dos Arquivos, 2002, p. 13), “possibilidade de consulta a um arquivo, como resultado de autorização legal” ou “possibilidade de consulta a uma arquivo, como resultado da existência de instrumentos de pesquisa” (Camargo & Bellotto, 1996, p. 1). Esta última acepção é muito relevante dado que a existência de instrumentos de acesso à informação arquivística é condição *sine qua non* para a determinar não só a comunicabilidade de unidades documentais ao(s) utilizador(es) como também são as principais ferramentas de recuperação de informação. Estes aspetos

²¹ Em relação às definições do conceito, consulte-se *supra* “Conceitos nucleares” na *Introdução Geral*.

²² Há outras denominações presentes na terminografia arquivística portuguesa, como “instrumento de busca” (Alves *et al.*, 1993), “instrumento de descrição” (Conselho Internacional dos Arquivos, 2002), “instrumento de descrição documental/arquivística” (Biblioteca Nacional de Portugal, 2010), “instrumento de pesquisa” ou “instrumento de recuperação” (Alves *et al.*, 1993). De acordo com a terminografia arquivística brasileira, coexistem “instrumento de gestão” (Camargo & Bellotto, 1996) e “instrumento de recuperação da informação” (Arquivo Nacional do Brasil, 2005).

também são realçados nos *Princípios de Acesso aos Arquivos* do Conselho Internacional de Arquivos (Conselho Internacional dos Arquivos, 2012) e nos *Princípios Básicos sobre o Papel dos Arquivistas na Defesa dos Direitos Humanos* (Conselho Internacional dos Arquivos, 2016).

Num outro conspecto, a mediação da informação é um conceito novo, entendido como “toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais” (Almeida Júnior, 2015)²³. Almeida Júnior considera a existência de dois tipos de mediação da informação: (1) a mediação explícita, que implica a interação direta entre o utilizador (presencial ou não presencial) e o profissional da informação, e (2) a mediação implícita, que decorre das atividades da organização no tratamento da informação (Almeida Júnior, 2009). Apesar de os estudos sobre mediação da informação se terem focalizado em questões de natureza teórico-conceptual, a produção científica sobre mediação da informação em arquivos centrou-se em tópicos como os estudos de utilizador (Rhee, 2015); na interação arquivística em serviços de referência (Duff, 2010; Duff & Yakel, 2017); na dimensão da mediação info-comunicacional (A. M. da Silva, 2009); nas diferenças entre a mediação custodial e pós-custodial (F. Ribeiro, 2001, 2010; A. M. da Silva, 2009; A. M. da Silva & Ribeiro, 2011b); na mediação humana, cultural e tecnológica, na geração, produção, comunicação e apropriação da informação e na busca, acesso e uso da informação (H. F. Gomes, 2010).

No que concerne à “descrição arquivística” ou “descrição documental”, a terminografia arquivística portuguesa define como “identificação, através da notação de conteúdo e/ou da indicação de elementos formais pré-determinados das unidades arquivísticas e/ou de instalação, a fim de as referenciar em instrumentos de descrição documental ou em citações” (Alves *et al.*, 1993, p. 32), “a elaboração de uma representação exacta de uma unidade de descrição e das partes que a compõem, caso existam, através da recolha, análise, organização e registo de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar a documentação de arquivo, assim como o contexto e o sistema de arquivo que a produziu (...)” ou “resultado desse processo” (Conselho Internacional dos Arquivos, 2002, p. 13) ou “operação que consiste na representação das unidades arquivísticas, acervos documentais e colecções factícias, através da sua referência e de outros elementos, nomeadamente os atinentes à sua génese e estrutura, assim como, sempre que for o caso, à produção documental que as tenha utilizado como fonte. A descrição arquivística tem como objectivo o controlo e/ou a comunicação dos documentos” (Biblioteca Nacional de Portugal, 2010, p. 389).

²³ Esta definição apresenta diferenças em relação à formulação inicial dada pelo autor (cf. Almeida Júnior, 2009). Esta definição integra a mediação humana, por meio dos profissionais de informação, e a mediação material (sistemas de informação eletrónicos) (Lousada, 2016).

A descrição arquivística visa, em última instância, representar a informação, que pode ser estruturada de acordo com determinadas garantias literárias. As garantias literárias (*literary warrants*) – conceito também inexistente na terminografia arquivística convencional – materializam-se em normas, legislação, terminologias, boas práticas, recomendações, especialmente aquelas validadas por uma instituição, grupos profissionais, indivíduos ou comunidades de prática a quem se lhes atribui consensualmente autoridade sobre uma determinada área de atuação²⁴ (Barité, 2017). Para Duff e Cumming, os métodos suportados em garantias literárias são “a flexible, scalable, powerful method that can be used to collect, analyse and compare data, as well as to test, validate, communicate and revise research” (Duff & Cumming, 2016, p. 464). Normas emanadas pelo Conselho Internacional de Arquivos, como, por exemplo, o *ISAD(G)* (Conselho Internacional dos Arquivos, 2002; International Council on Archives, 2000), *ISAAR(CPF)* (Conselho Internacional dos Arquivos, 2004; International Council on Archives, 2004b), *ISDF* (International Council on Archives, 2011a), *ISDIAH* (International Council on Archives, 2011b) e *RiC* (International Council on Archives, 2016d), acompanhada de especificações, recomendações ou modelos conceituais por cada órgão responsável pela política arquivística nacional, têm tido grande impacto na promoção da interoperabilidade e acesso à informação arquivística. Porém, as garantias literárias para a descrição arquivística podem ser instrumentalizadas ao ponto de gerar falsas percepções sobre autenticidade, integridade, organicidade e transparência no processo de representação da informação em instrumentos de acesso (Charlton, 2017; MacNeil, 2009). Recomendações práticas de descrição arquivística normalizada para a proteção de direitos humanos têm sido igualmente emanadas pelo Conselho Internacional de Arquivos (T. Peterson, 2012), não se verificando, porém, orientações similares para os múltiplos casos de arquivos deslocados.

O conceito de “representação da informação arquivística” não consta na terminografia arquivística de expressão portuguesa (J. H. Silva & Albuquerque, 2018), apesar de este ter sido desenvolvido no quadro teórico da Organização do Conhecimento (Aguiar & Kobashi, 2013; T. H. B. Barros & Martins, 2015; J. H. Silva & Albuquerque, 2018; Tognoli, 2012; Tognoli & Guimarães, 2012; Vital *et al.*, 2017). Yakel refere que a representação arquivística consiste numa “fluid, evolving, and socially constructed practice” (2003, p. 2), centrada em processos de organização (respeitando ou não a ordem) e de descrição de conjuntos documentais com vista à produção de instrumentos de acesso (como guias, inventários, catálogos ou bases de dados), produção de substitutos (por exemplo, micrografias e objetos digitais) e de sistemas eletrónicos com vista a facilitar o acesso à informação. Assim, Zhang define representação arquivística como “the core of archival description produced to facilitate access to archival materials in the background of their creation

²⁴ Duff e Cumming referem que “defining characteristic of warrant sources is not their scale or breadth of impact, but their authority, importance and resonance within the culture, jurisdiction, location, country, environment, community, profession, or society where they have applicability or relevance” (2017, p. 460).

and custodial history” (2012, p. 49), especialmente como a proveniência, ordem original e conteúdo são representados em instrumentos de acesso.

Apesar de estes conceitos se encontrarem vinculados entre si, estas relações não são evidentes na literatura sobre arquivos deslocados. A revisão de escopo realizada no capítulo anterior apontou algumas evidências presentes em um número reduzido artigos em torno da importância da existência de instrumentos de acesso à informação como condição para a identificação de arquivos na condição de deslocados, presente não só em Grimsted (1993a) mas também em Boserup (2005) e Karabinos (2018b). Contudo, as limitações resultantes dos critérios de pesquisa concitam-nos a explorar como a questão da representação da informação em arquivos deslocados tem sido abordada na literatura científica.

Deste modo, com base no exposto, justifica realizar uma síntese qualitativa de conhecimento de literatura científica denominada por metassíntese (Finfgeld-Connett, 2018; Grant & Booth, 2009; Sandelowski & Barroso, 2010). Conforme revisão na secção anterior, grande parte dos estudos sobre arquivos deslocados aplicou métodos qualitativos, razão por que se optou pela metassíntese como um tipo alternativo de síntese de literatura científica. Pretende-se expandir a revisão de literatura anterior a um conjunto de tópicos mais precisos com o objetivo de se identificar aspetos não tratados no mapeamento de literatura anterior. Neste capítulo, estabelecem-se as questões e objetivos de investigação, definem-se os pressupostos metodológicos configurados num tipo de síntese qualitativa de literatura e apresentação dos resultados em consonância com as questões de investigação formuladas; por último, discutem-se os resultados e apresentam-se as conclusões.

3.1. Formulação de questões e de objetivos

Os arquivos deslocados derivam, como já vimos, de fenómenos complexos. Perscrutar como os instrumentos de acesso representaram conjuntos documentais deslocados constitui um elemento fulcral para a sua identificação. A inexistência de instrumentos de acesso à informação limita inequivocamente a possibilidade de identificar-se, de conhecer-se e de aceder-se à informação sobre arquivos que se encontram na condição de deslocados (Winn, 2015). Conforme a revisão de escopo anterior, verificámos como a representação da informação arquivística, as garantias literárias e os instrumentos de acesso à informação constituem elementos poucos explorados na literatura sobre o tópico em apreço. A literatura sobre a representação da informação em instrumentos de acesso à informação sugere que, no conspecto da corrente pós-moderna dos arquivos, não é possível assegurar a neutralidade ou imparcialidade na representação do conteúdo e da estrutura de um fundo (MacNeil, 2012). Tais descrições arquivísticas sustentam-se em abordagens

interpretativas que dependem das políticas adotadas pelas entidades custodiantes e, particularmente, por quem descreve, que não são alheias aos contextos políticos, históricos, sócio-culturais e institucionais do meio onde foram produzidos.

De acordo com Ketelaar, na esteira de Foucault (1969) e de Derrida (1995b), “archival institutions, unlike libraries, do not publicly display their holdings to offer a panoptic view to their clients. But they do display the knowledge-power of the finding aids, as representation of what the public may not see openly, but may expect to find behind the closed doors of the prison-like repository” (2002, p. 234). Estes aspetos resultam ser pertinentes se aplicados na compreensão etiológica do fenómeno dos arquivos deslocados, especialmente como os instrumentos de acesso à informação podem esclarecer ou obscurecer a proveniência deste tipo de bens e que tipo de evidências se pode extrair da revisão sistemática de literatura qualitativa sobre este tema.

Para a presente revisão de literatura científica, pretende-se realizar uma metassíntese (*metasynthesis*) (Grant & Booth, 2009), focalizada em dois tópicos de modo interrelacionado: (1) representação da informação arquivística e (2) arquivos deslocados. Pretende-se identificar na literatura como estes tópicos têm sido abordados do ponto de vista teórico e metodológico.

Para formular a questão de investigação, adotamos a estratégia *SPICE*²⁵ (Booth, 2006a; Booth *et al.*, 2016), por consistir numa abordagem concebida no âmbito da Ciência da Informação e aplicada a estudos qualitativos. Atendendo que a metassíntese constitui uma abordagem de síntese de dados qualitativos extraídos da literatura, a pergunta de investigação não se focalizará apenas na descrição, exploração e compreensão de fenómenos ou dos conceitos, mas na exploração e explicação deste fenómeno em particular conducente à geração de novos pressupostos teóricos (Finfgeld-Connett, 2018). Como tal, a pergunta de investigação deve ser formulada em sentido amplo, podendo ser reformulada de modo iterativo (Finfgeld-Connett, 2018) e em função dos resultados obtidos (Walsh & Downe, 2005). As especificações da questão de investigação encontram-se no quadro seguinte.

Quadro 5 – Formato de questão de investigação *SPICE*

<i>SPICE</i>	Parâmetros
<i>Setting</i>	Instituições arquivísticas (instituições custodiantes)
<i>Perspective</i>	representação da informação arquivística
<i>Intervention</i>	arquivos deslocados
<i>Comparison</i>	instrumentos de acesso à informação
<i>Evaluation</i>	literatura científica no domínio da Ciência da Informação (1954-2019)

Fonte: Adaptado de Booth *et al.* (2016, 2019).

²⁵ Sigla mnemónica para *setting* (cenário ou contexto, para responder “onde?”), *perspective* (perspetiva, para questão “de/para quem?”), *intervention* ou *phenomenon of interest* (intervenção ou fenómeno de interesse, para “o quê?”), *comparison* (comparação, para responder “comparado com o quê?”) e *evaluation* (avaliação, para responder “com que resultado?”) (Booth, 2006a).

A questão de investigação pode ser formulada da seguinte forma: “Como as entidades arquivísticas [S] têm representado [P] os arquivos deslocados [I] através dos instrumentos de acesso à informação [C] de acordo com a literatura científica produzida entre 1954 e 2019 no domínio da Ciência da Informação [E]?”

Conforme se pode verificar, o problema de investigação associa o fenómeno de interesse (arquivos deslocados) com o processo de descrição arquivística. Além disto, os instrumentos de acesso à informação são construídos pelas instituições arquivísticas em conformidade com as suas políticas de descrição, sustentadas ou não em garantias literárias. O que se pretende extrair da literatura consiste em perceber como o problema (representação da informação arquivística) tem sido abordado e que estratégias ou mecanismos foram aplicados em relação ao fenómeno de interesse, especialmente no âmbito do enquadramento teórico (metateoria), dos métodos aplicados (metamétodos), das tipologias de dados (metadados) (Finfgeld, 2003). O conceito de arquivo deslocado será entendido aqui como hiperónimo, incluindo, por definição, as formas hiponímicas constantes do Quadro 2 e do Tabela 6 supramencionados, que não reproduziremos aqui por ser redundante²⁶.

O propósito deste estudo consiste em perscrutar na literatura científica perspectivas teóricas sobre como os arquivos deslocados têm sido representados em instrumentos de acesso à informação. Para esse efeito, propõe-se (a) levantar a dimensão e as características dos artigos publicados entre 1954 e 2019 em pelo menos duas bases de dados académicas; (b) identificar no conteúdo dos textos incluídos evidências sobre a importância da representação da informação arquivística em instrumentos de acesso à informação para a identificação de arquivos na condição de deslocados; e (c) avaliar questões sobre possibilidades e limitações na identificação de arquivos deslocados em instrumentos de acesso à informação. O resultado que se espera desta metassíntese de literatura consiste em criar bases para a geração de nova teoria (Finfgeld-Connett, 2018; Finfgeld, 2003), estendendo as perspectivas existentes sobre a representação da informação arquivística aplicadas aos arquivos deslocados.

3.2. Materiais e métodos

3.2.1. Escolha do método

Para sistematizar o conhecimento que atualmente se dispõe sobre a representação da informação em arquivos deslocados e das tendências da investigação na abordagem deste tema, recorreremos a um tipo de síntese de literatura denominada por metassíntese (Finfgeld-Connett, 2018; Finfgeld,

²⁶ Recorreremos a expressões equivalentes ao longo deste estudo, como “arquivos removidos dos seus contextos ou comunidades originárias” e similares.

2003; Saini & Shlonsky, 2012; Thorne *et al.*, 2004). A metassíntese, contrariamente às meta-análises (abordagem quantitativa), consiste num método de síntese qualitativa de literatura baseada numa análise interpretativa dos resultados obtidos de estudos de natureza qualitativa (Sandelowski & Barroso, 2010). A escolha da metassíntese constitui um corolário da secção anterior, em que se identificou 70 artigos que recorreram a métodos predominantemente qualitativos. Para Finfgeld (2003), as metassínteses podem categorizar-se como descritivas (*i. e.*, análise compreensiva de fenómenos), para explicação de teorias (*i. e.*, reconceptualização dos fenómenos) e para construção de teoria (*u. g.*, geração de nova teoria ou a sua refinação a partir de síntese de teorias). Além disto, as metassínteses constituem uma abordagem de revisão de literatura qualitativa em Ciência da Informação (Catalano, 2013; Tránsito *et al.*, 2016; Urquhart, 2010; J. Xu *et al.*, 2015).

Apesar de existirem diversas denominações para esta variante genológica de síntese de literatura qualitativa (*u. g.*, meta-etnografia, metassíntese qualitativa, meta-análise qualitativa, entre outras) (Herber & Barroso, 2019; Saini & Shlonsky, 2012; Thorne, 2017), a abordagem adotada consiste na metassíntese geradora de teoria (Finfgeld-Connett, 2013, 2018; Finfgeld, 2003). De acordo com Finfgeld-Connett (2018), a metassíntese geradora de teoria inscreve-se num paradigma de investigação qualitativa baseada na Teoria Fundamentada (*grounded theory*) (Strauss & Corbin, 1990). A Teoria Fundamentada consiste numa “systematic, yet flexible guidelines for collecting and analysing qualitative data to construct theories 'grounded' in the data themselves” (Charmaz, 2006, p. 2). Operacionalmente, o método faz “uso da comparação constante e sistematizada, entre os dados e entre estes e a literatura científica; a busca de respostas, estimulada pela formulação de questões sensibilizadoras; o recurso às amostras teoricamente induzidas; e a interpretação fundamentada nas perspectivas obtidas no próprio terreno” (M. C. V. de Freitas, 2012, p. 109). Pretende-se, no presente caso, explorar como o fenómeno dos arquivos deslocados tem sido analisado na literatura em termos de representação da informação arquivística que possibilite a geração de nova teoria.

Para tal, necessitamos de um *corpus* textual que seja representativo de onde se possa extrair e explicar dinâmicas entre processos e conceitos sobre um determinado fenómeno (Finfgeld-Connett, 2018).

3.2.2. Estratégia de pesquisa

Considerando os pressupostos da metassíntese como síntese de literatura qualitativa, partimos da abordagem *SPICE* (Booth *et al.*, 2016, 2019) e da estratégia de reporte de pesquisa *STARLITE*

(Booth, 2006b) como ferramenta de suporte ao processo de recolha de dados²⁷. As pesquisas decorreram de forma iterativa entre 2019-11-19 e 2020-04-21 nas bases de dados *WoS* e *EBSCO* (via *b-on*), por facilitar o uso de truncaturas em campos de título e de tópicos, expostos abaixo no Quadro 6.

Procurámos uma abordagem cumulativa, expandindo os critérios de pesquisa expostos no Quadro 4 do capítulo anterior, acrescentando os descritores “arquivos coloniais” (*colonial archives*), “diáspora de arquivos” (*diasporic archives*), “confisco de arquivos” (*seized archives*), “arquivos saqueados” (*looted archives*) e “arquivos expatriados” (*expatriated archives*).

Como na revisão de escopo anterior, aplicámos a estes novos descritores o algoritmo de *stemming* de Porter para a língua inglesa (Porter, 1980; Porter & Boulton, 2002)²⁸. Consideramos que estes tópicos são contextualmente relevantes para uma metassíntese geradora de teoria (Fingfeld-Connett, 2018) por fazer parte dos temas emergentes, em especial, no âmbito da Ciência da Informação.

Quadro 6 – Estratégia de reporte de pesquisa STARLITE

Estratégia <i>SPICE</i>	<i>WoS</i>	<i>EBSCO (via b-on)</i>
S + P	Arquivos deslocados em instituições arquivísticas	
I + C	(TS=(archiv* AND (alien* OR captur* OR claim* OR *colon* OR custod* OR diaspor* OR displac* OR fugit* OR fugu* OR inalien* OR loot* OR migrat* OR remov* OR repatri* OR replev* OR restit* OR return* OR seiz*) AND record* AND (alien* OR captur* OR claim* OR *colon* OR custod* OR diaspor* OR displac* OR fugit* OR fugu* OR inalien* OR loot* OR migrat* OR remov* OR repatri* OR replev* OR restit* OR return* OR seiz*)) OR TI=(archiv* AND (alien* OR captur* OR claim* OR *colon* OR custod* OR diaspor* OR displac* OR fugit* OR fugu* OR inalien* OR loot* OR migrat* OR remov* OR repatri* OR replev* OR restit* OR return* OR seiz*) AND record* AND (alien* OR captur* OR claim* OR *colon* OR custod* OR diaspor* OR displac* OR fugit* OR fugu* OR inalien* OR loot* OR migrat* OR remov* OR repatri* OR replev* OR restit* OR return* OR seiz*)))	SU (archiv* AND (alien* OR captur* OR claim* OR *colon* OR custod* OR displac* OR fugit* OR fugu* OR inalien* OR loot* OR migrat* OR remov* OR repatri* OR restit* OR return* OR seiz*)) OR SU (record* AND (alien* OR captur* OR claim* OR *colon* OR custod* OR displac* OR fugit* OR fugu* OR inalien* OR loot* OR migrat* OR remov* OR repatri* OR restit* OR return* OR seiz*)) AND TI (archiv* AND (alien* OR captur* OR claim* OR *colon* OR custod* OR displac* OR fugit* OR fugu* OR inalien* OR loot* OR migrat* OR remov* OR repatri* OR restit* OR return* OR seiz*)) OR TI (record* AND (alien* OR captur* OR claim* OR *colon* OR custod* OR displac* OR fugit* OR fugu* OR inalien* OR loot* OR migrat* OR remov* OR repatri* OR restit* OR return* OR seiz*))
E	AND IDIOMA: (English) AND TIPOS DE DOCUMENTO: (Article OR Book Chapter); Refinado por: CATEGORIAS DO WEB OF SCIENCE: (INFORMATION SCIENCE LIBRARY SCIENCE) AND TIPOS DE DOCUMENTO: (ARTICLE OR BOOK CHAPTER); Tempo estipulado: 1954-2019. Índices: SCI-EXPANDED, SSCI, A&HCI, CPCI-S, CPCI-SSH, BKCI-S, BKCI-SSH, ESCI. (n = 156)	Limitadores – Revistas Científicas (Analisadas pelos Pares); Data de Publicação: 19540101-20191231; Tipo de Publicação: Academic Journal; Tipo de Documento: Article, Book Chapter; Tipo de Publicação: Academic Journal; Tipo de Documento: Article, Book Chapter; Idioma: English; Modos de pesquisa – Booleana/Frase; Interface – EBSCOhost Research Databases; Ecrã e Pesquisa – Pesquisa Avançada; Base de dados

²⁷ Sobre esta abordagem, cf. nota 18.

²⁸ Sobre este método, cf. nota 19.

Estratégia <i>SPICE</i>	<i>WoS</i>	<i>EBSCO (via b-on)</i>
		– Library & Information Science Source; Library, Information Science & Technology Abstracts (<i>n</i> = 150)

Fonte: Elaboração do autor, modelo adaptado STARLITE (Booth, 2006b).

3.2.3. *Recolha de dados e critérios de elegibilidade*

O objetivo deste processo de recolha de dados consiste em reunir uma amostra de textos científicos que perfilhem um paradigma metodológico qualitativo ou mistos e que possibilite a construção de teoria (Finfgeld-Connett, 2018; Finfgeld-Connett & Johnson, 2013). A construção de teoria é um método a partir do qual “the logic that is used to build the theory is made explicit and accessible to the user of the resulting theory” (A. J. Gilliland & McKemmish, 2004, p. 155). O processo de recolha de dados parte de uma amostra teoricamente induzida. Três fases foram aplicadas, que a seguir se descrevem:

Fase 1: Pesquisa em bases de dados. Elegemos duas bases de dados: *WoS* e *EBSCO*, acessíveis por subscrição institucional (Universidade de Coimbra). Estas bases de dados contêm um conjunto de funcionalidades que os motores de pesquisa mais comuns (*Google*, *Microsoft Academic* ou *Dimensions*) não proporcionam para o propósito deste estudo (Gusenbauer, 2019; Haddaway *et al.*, 2015; Harzing, 2019; Martín-Martín, Orduna-Malea, Thelwall, *et al.*, 2018; Orduña-Malea & Delgado-López-Cózar, 2018; José Luis Ortega, 2014; José Luis Ortega & Aguillo, 2014). Cingimo-nos a textos materializados genologicamente em artigos publicados em revistas científicas e capítulos de monografias, revistos por pares, em inglês. Utilizámos a estratégia de pesquisa constante do Quadro 6 *supra*. Todas as tipologias documentais que não sejam artigos e capítulos de monografias foram excluídas. Ainda, circunscrevemos as pesquisas no domínio da Ciência da Informação: na *WoS*, com registos classificados em *Library and Information Science*; e na *EBSCO*, as bases de dados *Library & Information Science Source* (LISS) e *Library, Information Science & Technology Abstracts* (LISTA). Os registos obtidos de cada uma das bases de dados foram exportados eletronicamente para o gestor bibliográfico *EndNote*TM.

Fase 2: Seleção de textos. Como critérios de inclusão, analisámos cuidadosamente, numa primeira etapa, os títulos, as palavras-chave (ou tópicos) e resumos em inglês onde ocorram os descritores constantes do Quadro 2 e do Quadro 4 *supra*-exarados e que sejam alusivos ao fenómeno dos “arquivos deslocados”. Através da leitura dos títulos, palavras-chave e resumos, efetuámos uma triagem de textos suscetíveis de serem excluídos, dado serem os mais visíveis e por representarem hipoteticamente o teor do seu conteúdo (Haggan, 2004). Os dados foram importados e analisados no gestor bibliográfico *EndNote*TM, onde foram criteriosamente verificados, atendendo

à completude dos dados, disponibilidade de textos para leitura integral e à remoção de duplicados (Kwon *et al.*, 2015). Além disto, numa segunda etapa, adotámos uma estratégia de pesquisa expansiva recomendada por Finfgeld-Connect (2018). Assim, em adição aos registos obtidos da *WoS* e *ESBCO*, os critérios de seleção foram os seguintes:

- (a) Artigos: para além dos artigos candidatos à inclusão, escrutinámos as respetivas referências bibliográficas, com base nos mesmos critérios de seleção adotados para esta fase, conferindo manual e iterativamente nas bases de dados *WoS*, *EBSCO* e *Google Scholar*, preferencialmente aqueles textos que se encontrem disponíveis, esgotadas as opções, de forma integral e dentro dos parâmetros base do Quadro 6.
- (b) Capítulos de livro: incluímos os capítulos integrantes de *Displaced Archives* (Lowry, 2017b) e de *Archival returns* (Barwick, Green, & Vaarzon-Morel, 2019); excluímos as seguintes obras, apesar de responderem ao tópico: *Saisies, spoliations, restitutions* (Sumpf & Laniol, 2019), por encontrar-se exclusivamente em francês; *The Future of Literary Archives: Diasporic and Dispersed Collections at Risk* (“Future of Literary Archives: Diasporic and Dispersed Collections at Risk,” 2018) e *The Oxford Handbook of Musical Repatriation* (Gunderson *et al.*, 2019), por não disponibilizarem textos em regime de acesso aberto; e, por último, *Engaging colonial knowledge: reading European archives in world history* (Roque & Wagner, 2012), por não se focalizar no deslocamento ou repatriação de arquivos.

Fase 3: Processamento dos dados. Uma vez feita esta verificação, os registos foram exportados a partir do *EndNote*TM em formatos normalizados (.ris e .txt) e armazenados na plataforma *Open Science Framework* como dados da investigação, acessível em <osf.io/c8ev5/>. Os dados candidatos à análise foram importados para a ferramenta *EPPI Reviewer 4* (Thomas *et al.*, 2010), uma plataforma *web* proprietária, que proporciona um fluxo de trabalho automatizado, concebida pela *Evidence for Policy and Practice Information and Co-ordinating Centre*. A escolha desta aplicação eletrónica consiste no facto de permitir um ambiente controlado para o processo de gestão integral de registos, desde a importação até à codificação de conteúdo de textos elegíveis. Nesta fase, que está relacionada com a subsecção seguinte, a triagem decorrerá através da codificação de conteúdo. Textos que não respondam ao problema exposto no Quadro 5 supra-exarado são excluídos. A amostra resultante deste processo constituirá a base de análise do presente tema. A amostra que se pretende obter na relação com o tópico em estudo dependerá do processo de codificação do conteúdo. Cada uma destas fases será representada num fluxo de reporte normalizado adaptado do PRISMA (Moher *et al.*, 2009).

3.2.4. *Crêterios para a análise de dados*

Adotamos as recomenda es para a análise de dados com base em Finfgeld-Connett (2013) e Sandelowski e Barroso (2010) no âmbito desta metassíntese. Para Finfgeld-Connett (2018), a extra o de dados de estudos qualitativos para o propósito de gera o ou refina o de teoria consiste em dois tipos de análise: (a) enfoque na extra o de dados a partir dos resultados qualitativos; e (b) caraterísticas dos estudos, em termos de objetivos, objeto de estudo e métodos. Esta autora, conforme já expusemos, privilegia o método *Grounded Theory* de Strauss e Corbin (1990). Para Corbin e Holt, “Grounded theory is a theory generating research methodology (...) a set of grounded concepts integrated around a central category/theme to form a theoretical framework that explains how and why persons, organizations, communities, or nations experience and respond to events, challenges, or problematic situations” (2011, p. 113). Esta abordagem metodológica para a síntese de literatura qualitativa possibilita o processo de sele o e inclusão/exclusão de textos a uma amostra teoricamente induzida e não probabilística, suportada na circularidade, reflexividade e compara o constante ao longo da análise interpretativa dos registos incluídos (M. C. V. de Freitas, 2012). Para o processo de codifica o, partimos da terminologia arquivística e das suas variantes, dado que já se dispõe de uma base conceptual sobre este fen meno (Finfgeld-Connett, 2018).

Consideramos que o pressuposto epistemológico desta metassíntese geradora de teoria não conflitua com a proposta de “critical displaced archives theory”, que tem como objetivo “to explain injustices in cases of archival displacement, posit practical goals for their resolution, and provide a set of norms for achieving those aims” (Lowry, 2019a, p. 353). No entanto, consideramos que a proposta de Lowry não está suficientemente madura no quadro “critical archival studies” (Caswell *et al.*, 2017), por infletir a sua proposta em prol da resolu o do conflito de custódia em vez do estudo da causalidade do fen meno.

O fen meno que se pretende analisar nos textos incluídos tem como unidade de análise os conceitos de arquivo deslocado (e suas variantes) e de representa o da informa o arquivística em instrumentos de acesso. Assim, a codifica o no contexto da *Grounded Theory* possibilita a redu o e descontextualiza o das unidades de análise no sentido de se poder transformar e gerar associa es e interpreta es que respondam   questão principal em estudo (M. C. V. de Freitas, 2012). Apesar de coexistirem perspetivas distintas de codifica o de conteúdo em *Grounded Theory* (Kenny & Fourie, 2015), optámos por uma vertente epistemológica construtivista e pragmática (Charmaz, 2008). Esta abordagem distingue-se da codifica o clássica (Holton, 2010) e straussiana (Strauss & Corbin, 1990), pelo facto de ser mais flexível, menos prescritiva que as anteriores e mais aberta   interpreta o (Belgrave & Seide, 2019). Como a autora refere, “we construct codes [...] we define what we see as significant in the data and describe what we think

is happening [and] interpret [...] tacit meanings” (Charmaz, 2006, pp. 114–116). Partimos, também, do pressuposto de que não existem quadros conceituais desenvolvidos no âmbito de *Grounded Theory* em torno do tema em estudo. Sendo assim, aplicámos três etapas, de forma incremental:

Etapa 1: Codificação inicial. Depois de determinado o número de textos incluídos em *EPPI Reviewer 4* (Thomas *et al.*, 2010), os dados foram importados para a plataforma *ATLAS.ti cloud* (ATLAS.ti Scientific Software Development GmbH, 2020), uma vez que esta aplicação suporta a análise de conteúdo segundo o método da Teoria Fundamentada. Procedemos à (1) importação de textos incluídos; (2) realização de uma leitura cuidada dos textos; (3) identificação de segmentos de dados textuais onde se manifestem ocorrências dos descritores de forma explícita ou implícita, com recurso à codificação *in uiuo*, conforme o Quadro 2 e o Quadro 4 supra-exarados; (4) associação dos conceitos constantes do Quadro 2 e do Quadro 4, ampliados com a codificação *in uiuo* quando se verificarem ocorrências de palavras associadas a *finding aid(s)* (instrumentos de acesso à informação e suas variantes genológicas, como catálogos, inventários, etc.), *archival representation* (representação arquivística), *literary warrant* (garantias literárias). O processo de codificação realiza-se por abordagens dedutivas-indutivas, comparativas, interativas e iterativas na leitura dos textos. Esta estratégia permite que a codificação inicial “should remain close to the data” (Finfgeld-Connett, 2018, p. 35). Além disto, concentrámo-nos também em codificar potenciais pistas teóricas, bem como *memoranda* em torno de segmentos textuais que de forma direta ou indireta se relacionem com a representação da informação em casos de arquivos deslocados. Apesar de a abordagem construtivista (Charmaz, 2006, 2008) ser flexível, de natureza intuitiva e interpretativa, a codificação é um processo incremental e provisório, dado que, à medida que se avança com a análise, podem ser necessários realizar ajustamentos (Charmaz, 2006). Finfgeld-Connett reconhece que “alterability is important since one aim of qualitative systematic reviews is to test, adapt, expand, and in general, improve upon the relevance and validity of existing frameworks” (2013, p. 342).

Etapa 2: Codificação focalizada. Este estágio de codificação consiste numa focalização mais particular em torno de códigos e agrupações em categorias teóricas, em estreita relação com os incidentes (porções textuais codificadas pelo analista), até à redação de memorandos, que identifiquem lacunas e conjecturas teóricas, comparação constante e saturação teórica. Os *memoranda* produzidos na etapa 1 são categorizados nesta fase, constituindo-se como parte integrante do processo de reflexão. Os métodos da metassíntese possibilitam que os resultados se limitem às interpretações do investigador. No entanto, para limitar vieses de interpretação, as matrizes de análise de dados são obtidas a partir do *ATLAS.ti cloud*, proporcionando um ambiente computacionalmente controlado para o processo de codificação e categorização. Esta etapa permite constituir

matrizes que integram os resultados mais relevantes para a construção de teoria, incluindo os dados brutos e os *memoranda*, dispostos lado a lado (Finfgeld-Connett, 2013, 2018).

Etapa 3: Interpretação e síntese dos resultados. Nesta etapa, pretende-se integrar, interpretar e sintetizar os achados mais relevantes da prospeção de conteúdo textual. Posto isto, a abordagem na produção de teoria será essencialmente interpretivista, dado que o critério da comparação constante consiste na saturação da análise dos conceitos e das suas interrelações (Finfgeld-Connett, 2013). Além disto, conforme já expusemos, pretende-se identificar bases para a construção de nova teoria em torno da representação da informação arquivística em arquivos deslocados. A interpretação de resultados parte do agrupamento de conceitos (obtidos pela codificação *in uiuo*) por categorias relacionadas com a perspectiva e com o fenómeno de interesse acima identificados (Sandelowski & Barroso, 2010). Assumimos uma postura reflexiva e interpretivista em torno dos dados qualitativos que atribuímos como relevantes para esta metassíntese. Os dados obtidos a partir destas etapas resultam em quadros que sintetizam o teor dos textos incluídos e das características emergentes relacionadas com o problema em análise. Assim, foi constituído *a priori* um quadro temático para guiar a constituição de categorias e subcategorias, que apontem para os mecanismos de representação da informação em arquivos deslocados, explicitado no Quadro 7.

Quadro 7 – Quadro temático

#	Tema	Estratégia de codificação
1	Remoção	Códigos que representem mecanismos de (não) representação da informação arquivística independentemente dos fatores incoativos de remoção de arquivos e do destino que foi dado pelas partes intervenientes. Pode incidir no reuso ou na destruição de sistemas de representação da informação existentes ou elaborados para diversos fins, independentemente do estado do conjunto documental (total/parcial) quando do processo de remoção.
2	Recuperação	Códigos que representem estratégias de (não) recuperação da informação arquivística. Incide em mecanismos de (não) representação da informação arquivística e das vicissitudes custodiais dos conjuntos documentais. Integra representações sobre o estado/estatuto destes arquivos identificados <i>in situ</i> ou <i>ex situ</i> pelas partes (reivindicantes/custodiantes) e sobre as estratégias/mecanismos de (não) mediação da informação pelas entidades custodiantes.
3	Reconstituição	Códigos que representem estratégias de reconstituição da informação arquivística sobre conjuntos documentais removidos, dispersos ou restituídos às comunidades originárias. Incide em processos, técnicas, métodos ou formas de representação de conjuntos documentais com vista à restauração, reparação ou reunificação e pós-restituição.

Fonte: elaboração própria.

Cada um dos temas possibilita a constituição de *clusters*, que permitirá a sua diferenciação em função dos contextos (conflito armado, descolonização, secessão de Estados, contexto subnacional e diáspora *e sitibus/extra situs*) e usos dos conjuntos documentais no processo de representação, agrupados nos seguintes subtemas iniciais: (a) instrumentos de acesso à informação; (b) substituição de suporte; (c) acessibilidade e custódia; (d) classificação e descrição arquivística; (e) representação da integridade e organicidade; (f) garantias literárias; (g) representação de entida-

des produtoras/custodiantes. A constituição de categorias finais, como parte do processo de construção de teoria, ampara-se na perspectiva da “critical theory of displaced archives” (Lowry, 2019b, p. 350).

3.2.5. *Validação, triangulação e reporte*

A validade em metassíntese consiste na credibilidade dos resultados obtidos (Finfgeld-Connett, 2018). Finfgeld-Connett (2018) considera que os critérios de validade nas metassínteses geradoras de teoria consistem na saturação, adequação e transferibilidade. Ainda, a autora considera que a saturação advém da conscientização do investigador de que os dados recolhidos, apesar de haver outros que possam atestar o contrário, não alterarão os resultados de forma substancial. Além disto, análise centra-se em dados por definição não interferentes (Bouchard, 1976; Marrelli, 2007; Webb *et al.*, 1966).

Sendo os arquivos deslocados um tópico emergente em diversos domínios, entre os quais a Ciência da Informação, é possível que os dados permaneçam insaturados, reconhecendo que não recolhemos informações em todas as bases de dados científicas disponíveis. A saturação pode ser percebida nos critérios de busca adotados. Outro critério é adequação ou ajuste, que advém do processo síntese de dados recolhidos nos diversos estudos incluídos, cujos elementos ou propriedade desses dados possibilitam novo desenvolvimento teórico para além da simples redefinição dos conceitos existentes.

Para o processo de triangulação, no sentido de reduzir distorções de interpretação por estarmos perante um estudo conduzido de forma individual, Finfgeld-Connett considera que, no contexto da metassíntese, a “triangulation involves the use of findings from topically related qualitative research studies which have been triangulated *a priori* as part of the original research investigation” (2010, p. 249).

A transferibilidade ou generalização, ainda, visa assegurar que o processo de análise possa guiar a tomada decisão no mundo real, especialmente no grau de generalização da teoria gerada (Finfgeld-Connett, 2010; Gobo, 2008). A generalização, neste contexto, dependerá de como os resultados desta metassíntese poderão servir na construção de nova teoria, especialmente “the ability to use theory outside of the context in which it was developed” (Finfgeld-Connett, 2018, p. 72). Embora se divise lacunas nos estudos que abordaram o fenómeno dos arquivos deslocados em relação com a representação da informação arquivística, Finfgeld-Connett recomenda, apoiando-se em Gobo (2008), o desenvolvimento de teorias “around points of similarity rather than strictly focusing on outliers, extreme cases, social irregularities, phenomenological idiosyncrasies and other non-representative findings” (2010, p. 251). Este aspeto é importante para a

presente tese quando confrontado com os resultados e discussão do presente estudo, onde procuraremos apoiar-nos na literatura sobre arquivística pós-moderna e pós-custodial.

Apesar de haver metodologias de conferição de qualidade (como *CERQual*) e de reporte de sínteses de conhecimento de literatura qualitativa específicos para o domínio da Ciência da Informação (Catalano, 2013; Flemming *et al.*, 2018), não excluimos textos em função de critérios de qualidade conforme recomendado por Sandelowsky e Barroso (2010). No que concerne ao reporte de resultados, optámos por uma adaptação *à notre besoin* do modelo proposto por Finfgeld-Connett (2018).

3.3. Resultados

3.3.1. *Caraterísticas dos estudos*

A presente metassíntese consiste em identificar literatura qualitativa que aborde questões relacionadas com a representação da informação arquivística em arquivos deslocados.

Assim, foram obtidos no total 443 registos bibliográficos: 306 registos foram obtidos de acordo com os critérios de pesquisa do Quadro 6 e foram integrados manualmente 137 registos bibliográficos a partir da *WoS*, *EBSCO* e *Google Scholar*, com base nas referências citadas dos primeiros. Foram removidos 114 registos, entre duplicados, dados incompletos, tipologias documentais não requeridas e datas fora do âmbito da pesquisa. Foram excluídos 164 registos, através da leitura do título, palavras-chaves e resumos, por não responderem ao tópico de estudo ($n= 160$), por ter devolvido tipologias documentais não requeridas ($n= 3$), por não se dispor de acesso a texto integral ($n= 1$) e por a leitura integral dos artigos e dos capítulos de livro não terem devolvido os tópicos em estudo, quando do processo de codificação ($n= 10$).

A amostra foi reduzida a 155 artigos (um aumento de 85 textos em relação à revisão de escopo do capítulo anterior), produzidos entre 1962 e 2019 e textos em inglês.

A cobertura geográfica de estudos incluídos aponta para uma tendência crescente em torno de casos de arquivos deslocados tanto em contexto internacional como subnacional. A procedência da produção científica indica vários países ($n= 22$) de diversos continentes. Verifica-se um volume de estudos oriundos do continente americano, designadamente dos Estados Unidos da América ($n= 78$) e Canadá ($n= 2$); segue-se os países da Oceania, liderado pela Austrália ($n= 18$), Nova Zelândia ($n= 2$) e Papua Nova Guiné ($n= 1$). Entre os países europeus mais produtivos, destaque para o Reino Unido ($n= 24$), Países Baixos ($n= 5$), França ($n= 4$), Dinamarca ($n= 2$), Finlândia ($n= 2$), Alemanha ($n= 1$), Itália ($n= 1$) e Áustria ($n= 1$). Do continente africano, obtivemos produções procedentes da África do Sul ($n= 5$), Uganda ($n= 2$), Gana ($n= 1$), Zimbabué ($n= 1$) e Namíbia ($n= 1$). Do continente asiático, é de realçar Israel ($n= 3$), Qatar ($n= 1$) e Japão

($n=1$). Entre os autores mais produtivos refira-se Grimsted ($n=15$), Montgomery ($n=9$), Banton ($n=4$), Cox ($n=4$), Karabinos ($n=4$), Caswell ($n=3$), Kecskeméti ($n=3$), Lowry ($n=3$), Namhila ($n=3$), Punzalan ($n=3$), Anderson ($n=2$), Bastian ($n=2$), Frings-Hessami ($n=2$), Gilliland ($n=2$), Lovering ($n=2$), Phillips ($n=2$), Sela ($n=2$), Shepard ($n=2$). Sobre os restantes autores, apenas obtivemos uma única produção.

As principais revistas onde os artigos foram recuperados²⁹ foram *Archival Science* ($n=23$); *American Archivist* ($n=16$); *International Journal of Cultural Property* ($n=6$); *Journal of Imperial and Commonwealth History* ($n=5$); *Archivaria* ($n=5$); *American Historical Review* ($n=4$); *RBM: A Journal of Rare Books, Manuscripts & Cultural Heritage* ($n=3$); *Holocaust and Genocide Studies* ($n=3$); *Ethnomusicology Forum* ($n=3$); *Archives and Manuscripts* ($n=3$); *Archives* ($n=3$); *Journal of Information Ethics* ($n=2$); *Ethnomusicology* ($n=2$); *Cahiers du Monde Russe* ($n=2$); *Archives and Records* ($n=2$). Entre os capítulos de livro, foram integrados os textos de *Displaced Archives* (Lowry, 2017b) e 11 capítulos de *Archival returns* (Barwick, Green, & Vaarzon-Morel, 2019). Pelo que é possível verificar, de acordo com os critérios de pesquisa utilizados, persiste a ausência de produção científica procedente de países, entre outros, de língua ibero-românica, em específico.

Consideramos que limitar a seleção de artigos em função das ocorrências de palavras em metadados de título, palavras-chave e resumos seria um processo muito limitador. Desta forma, optámos por uma abordagem expansiva, ou seja, não restringindo em demasia os critérios de seleção, com o risco de excluir textos teoricamente relevantes para este estudo por motivo de restrições formais (Finfgeld-Connett & Johnson, 2013). Portanto, a leitura de textos integrais e a codificação foi determinante para chegar a uma amostra teoricamente induzida para este estudo.

Uma parte significativa dos registos recuperados sobre representação da informação arquivística foi excluída por não estar relacionada com o fenómeno de interesse, por exemplo, questões relacionadas com os processos de descrição arquivística, aspetos técnicos na construção de garantias literárias ou de sistemas de informação eletrónicos ou, ainda, análises teórico-conceptuais sobre representação da informação arquivística em instrumentos de acesso à informação não associadas a casos de arquivos deslocados.

²⁹ Listamos as revistas académicas de que obtivemos apenas um artigo: *Advances in Anthropology*; *African Journal of Library Archives and Information Science*; *African Research & Documentation*; *American Indian Culture and Research Journal*; *American Jewish History*; *Arts and Social Sciences Journal*; *Australian Aboriginal Studies*; *Bijdragen Tot De Taal- Land- En Volkenkunde*; *Borneo Research Bulletin*; *Boston University International Law Journal*; *Catholic University Law Review*; *College & Research Libraries*; *Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies*; *East European Jewish Affairs*; *ESAR-BICA Journal*; *Historian*; *History Workshop Journal*; *Hungarian Cultural Studies*; *IASA Journal*; *IFLA Journal*; *Ifla Journal-International Federation of Library Associations*; *Informaattotutkimus*; *Information & Culture*; *Intermedialities*; *Jahrbucher Fur Geschichte Osteuropas*; *Jewish Culture & History*; *Journal of American Studies*; *Journal of Contemporary History*; *Journal of Documentation*; *Journal of Folklore Research*; *Journal of Pacific History*; *Journal of the South African Society of Archivists*; *Libraries & the Cultural Record*; *Library Quarterly*; *Libri*; *Musicology Australia*; *Notes*; *Popular Music*; *Problems of Post-Communism*; *Prologue-Quarterly of the National Archives and Records Administration*; *Provenance, Journal of the Society of Georgia Archivists*; *Records Management Journal*; *records of the Federation of Rhodesia and Nyasaland*; *Slavonic and East European Review*; *Small Wars and Insurgencies*; *Social Semiotics*; *South African Historical Journal* e *Unesco Courier*.

Desta forma, a Figura 9 identifica o fluxo de trabalho PRISMA conducente ao processo de seleção de estudos incluídos e excluídos por etapas.

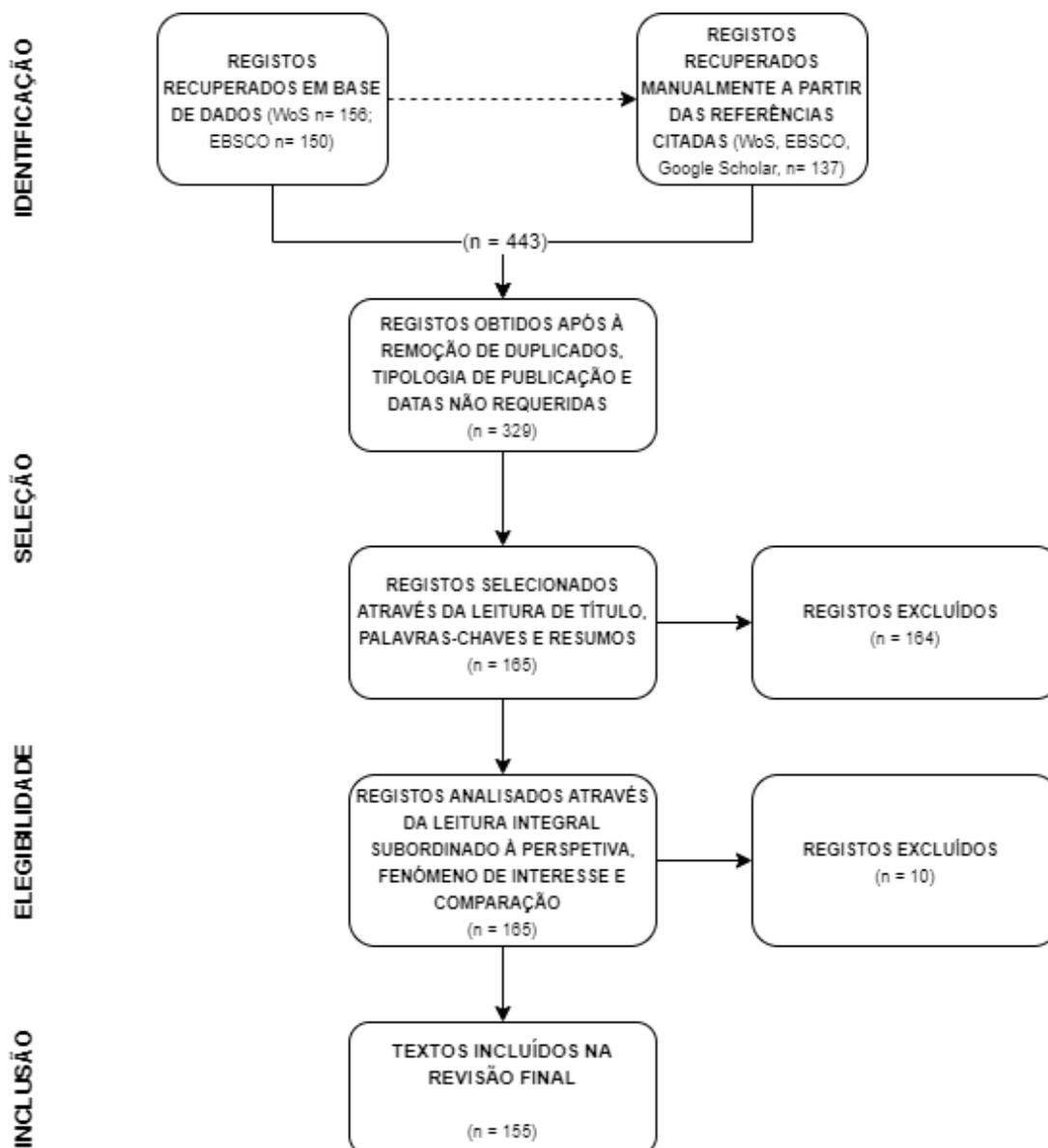


Figura 9 – Fluxo de pesquisa

Fonte: dados da investigação, adaptado de PRISMA (Tricco *et al.*, 2018). Dados da investigação: <<https://osf.io/mrpaj>>.

O que é significativo é que, apesar de a maioria dos artigos não centrar-se no tópico em estudo em específico, os estudos incluídos apresentam indícios relevantes que respondem aos elementos de perspectiva, fenómeno de interesse e comparação (*i. e.*, a representação da informação arquivística em instrumentos de acesso sobre arquivos na condição de deslocados) para a construção de teoria. Os resultados da análise metassintética serão descritos a seguir.

3.3.2. *Descrição dos estudos incluídos*

Foram incluídos 155 textos produzidos entre 1962 e 2019. Entre as décadas de 1960 a 2000, a produção de textos situa-se em 14% ($n= 21$)³⁰, enquanto, a partir de 2001 a 2019, se assiste a um aumento significativo na ordem dos 86% ($n= 134$).

Deve realçar-se que, a partir de 2008, se verifica um aumento consistente e em sentido ascendente na produção científica referente ao tópico em estudo, sendo os anos de 2017 ($n= 17$) e de 2019 ($n= 21$) os mais produtivos.

Verifica-se que a maior parte dos estudos qualitativos incorporaram abordagens metodológicas diversas, nem sempre claramente explicitadas pelos seus autores. Predominam estudos de caso, explícitos ou não, simples ou sobrepostos com outros métodos (análises teórico-conceituais, métodos biográficos, retórica coletiva) ($n= 50$); análises históricas ($n= 41$); análises teórico-conceituais ($n= 21$); métodos etnográficos, auto-etnográficos e investigação naturalística ($n= 17$); opinião, tomada de posição, ponto de vista ($n= 5$); revisão de literatura ($n= 3$); investigação-ação ($n= 3$); comentário de jurisprudência ($n= 3$); artigos de reação crítica a determinado artigo ($n= 2$) e entrevista ($n= 2$). Os métodos menos frequentes aplicam a análise de conteúdo ou temática, a análise documental, o estudo longitudinal e eclético, o relato de investigação e o relatório ($n= 8$). Muitos dos textos incluídos abordam contextos internacionais e subnacionais.

Atendendo à extensão dos resultados, remetemos os dados individuais para o Apêndice 1 deste estudo.

Para uma apreciação sobre as temáticas, vários artigos abordaram casos internacionais que dizem respeito ao confisco de arquivos em contexto de conflito armado, remoção de arquivos em contexto de descolonização, irredentismo ou de secessão de Estados. Nos casos subnacionais, abordam-se questões de problemas jurisdicionais na custódia de arquivos, centralização de arquivos removidos às comunidades (étnicas ou indígenas, continentais ou insulares), confiscos extra-legais em contexto de conflito armado ou de paz, ambientes políticos repressivos e problemas de gestão de arquivos junto das comunidades.

É importante sublinhar que os casos de arquivos deslocados em contexto subnacional constituem um tópico emergente na literatura, com o foco em componentes que envolvem contexto, comunidade, territorialidade e propriedade. Apesar de os casos subnacionais se apresentarem de forma latente ou subentendida na maior parte dos artigos analisados, é possível depreender a partir dos

³⁰ É importante referir que, devido aos critérios de seleção de textos por exclusão, as décadas de 60, 70 e 80 do século XX foram muito importantes em termos de estudos sobre arquivos deslocados, especialmente em encontros científicos e profissionais realizados sob a égide do Ramo Regional de África do Conselho Internacional de Arquivos (ECARBICA e ESARBICA), especialmente por motivo dos arquivos removidos pelas antigas potências coloniais em contexto de descolonização (Leisinger, 1982; Lekaukau, 1983; Mazikana, 1983; Mukula, 1983; Musembi, 1983; Mwiyeriwa, 1983).

textos elementos que envolvem disputas entre comunidades étnicas e instituições públicas ou privadas, a transferência de soberania territorial entre Estados e arquivos ou documentos públicos na posse de privados. Este aspeto não tem sido reconhecido nos relatórios de Kecskeméti (1977) e Auer (1998), pelo menos considerando que grande parte dos contextos de remoção de arquivos às comunidades originárias ocorreu em contexto colonial ou pré-secessão de Estados. Assim, os casos subnacionais podem constituir uma variante alternativa às perspetivas pós-nacionais ou transnacionais lançadas por Gilliland (2017) na abordagem aos arquivos deslocados. No entanto, verifica-se a predominância de temas sobre restituição de arquivos às comunidades indígenas.

Os textos incluídos, igualmente, exploram possibilidades e barreiras na restituição, repatriação, retorno ou relocação de arquivos às comunidades originárias, tanto física como digitalmente. No entanto, não é linear a forma como os autores identificam fatores incoativos de desposseção de arquivos em contexto subnacional e convertidos posteriormente em casos internacionais. Por exemplo, a descolonização e o conflito armado proporcionaram, em alguns casos, fenómenos de dispersão ou diáspora de arquivos privados, enquanto outros foram constituídos fora do território originário (*extra situs*), especialmente por motivo de exílio. Além disto, o ciberespaço constitui um tema emergente em relação aos arquivos deslocados na nuvem, sobretudo quando estão em causa questões sobre jurisdição territorial dos dados, propriedade intelectual e apropriação/corrompimento de dados ou de sistemas de informação (*hacking/cracking*). Não obstante, a literatura incluída recai maioritariamente em torno da custódia e propriedade dos suportes analógicos, sendo muito escassos os estudos que incidem sobre o universo nado-digital.

A seguir, descrevem-se os principais temas relacionados com o fenómeno de interesse, perspetiva e comparação (representação da informação arquivística em instrumentos de acesso à informação sobre arquivos deslocados).

3.3.3. Descrição dos temas e apresentação da teoria

Para a prospeção de conteúdo, estabelecemos *a priori* três eixos temáticos (cf. Quadro 7) a fim de explorar, no conjunto de textos incluídos, como a representação da informação arquivística nos instrumentos de acesso à informação tem sido abordada em torno do fenómeno dos arquivos deslocados: remoção, recuperação e reconstituição. Estes eixos temáticos proporcionam, a partir dos dados recolhidos (*vide* Apêndice 1), a criação de categorias metafóricas, que apontam para motivações, estratégias e mecanismos de desposseção física e intelectual através da (não) representação da informação arquivística. As sub-categorias não constituem unidades fechadas sobre si próprias, dado partilharem entre si vínculos e interconexões com as categorias principais.

A análise do *corpus* de textos incluídos resultou na criação de três categorias (“anarquivo”, “arquivo do arquivo” e “cânone arquivístico”), contendo por sua vez diversas sub-categorias, distribuídas por treze *clusters* em função dos contextos de despossessão.

3.3.3.1. Construto teórico 1: “Anarquivismo” como (não) representação

Constituímos esta categoria tendo como referência o conceito de *anarchive*³¹ (Derrida, 1995b, 1995a), entendido como “la pulsion de mort, la violence de l’oubli, la *sur-répression*” (Derrida, 1995b, p. 126). O “anarquivo” é um fenômeno indissociável da natureza constitutiva de “la violence de l’archive même” (Derrida, 1995b, p. 19), associada tanto “à l’oubli, à l’amnésie, à l’annihilation de la mémoire” como “l’effacement radical, en vérité l’éradication de (...) l’archive, la consignation, le dispositif documentaire ou monumental” (Derrida, 1995b, p. 26). Simplesmente, o “anarquivismo” consiste em “destructive forces of the archive”, que podem ser representados como “indexes of loss and absence” (C. Huang, 2020, p. 264).

A literatura relativa às etiologias de remoção de arquivos dos seus contextos originários não se reduz apenas a uma deslocação física de “from place A to place B” (Ketelaar, 2017b, p. viii): tal remoção pode ocorrer também ao nível da representação intelectual.

Os arquivos removidos (física e intelectual) dos seus contextos originários podem ter sido submetidos a uma hermenêutica “anarquívica”, especialmente como os traços ou vínculos dos arquivos gerados nos seus contextos originários – sociais, geográficos, de proveniência e materiais, de acordo com Punzalan (2014b) – foram (intencionalmente) removidos (ou destruídos) através de mecanismos de (não) representação da informação. Estes mecanismos, podem ter efeitos “ponerológicos”, estendendo o conceito de Łobaczewski (1998)³² sobre os arquivos, especialmente como a ocultação, a deturpação ou a destruição deliberadas têm motivações ideológicas.

Para explorar a hermenêutica “anarquívica” subjacente ao processo de (não) representação de arquivos removidos, constituímos duas subcategorias interrelacionadas – reapropriação/recetação e reconfiguração – que a seguir se explanam com o suporte dos dados constantes do Quadro 8 (*infra*).

³¹ Neologismo formado a partir do grego antigo, onde *ἀναρχεῖον (**anarcheion*) é composto por ἀνα- (sentido de negação, privação) e ἀρχεῖον (sentido de lugar: edifício dos magistrados, arquivo ou quartel general; e de pessoas/instituições: magistrados, cargo público), baseado no conceito de ἀρχή (no acepção de autoridade, poder, mando, regra).

³² Łobaczewski define patocracia como “a disease of great social movements followed by entire societies, nations, and empires” no modo como “has affected social, political, and religious movements, as well as the accompanying ideologies, characteristic for the time and the ethnological conditions” (1998, p. 199).

Quadro 8 – Síntese de dados: construto teórico 1 “anarquismo” como (não) representação”

Temas iniciais	Códigos emergentes/estudos que corroboram	Sub-categorias	Categorias finais/ construtos teóricos
Remoção	<p>(C1) Conflito armado: <i>(C1a) instrumentos de acesso:</i> produção de instrumentos de acesso para fins de inteligência militar (Brower, 1963; Grimsted, 2010a; Montgomery, 2011, 2014, 2015b, 2017; Sela, 2018a) e suporte à justiça transicional (Montgomery, 2011); <i>(C1b) substituição de suporte:</i> apropriação através da produção de substitutos (microfilmagem/digitalização) ou datificação (Auer, 2017; Montgomery, 2001; Pennell, 2019); <i>(C1c) classificação e descrição arquivísticas:</i> sistemas de classificação eufemizadas ou para obscurecimento da proveniência (Montgomery, 2001; Sela, 2018a; Wood <i>et al.</i>, 2014); <i>(C1d) representação da integridade e organicidade:</i> fragmentação de fundos (Brower, 1963) e reanálise/reconfiguração de instrumentos descritivos para restringir acesso (Brower, 1963; Grimsted, 2010a; Montgomery, 2011, 2014, 2015b, 2017; Sela, 2018a); destruição de arquivos como “memoricídio” (Montgomery, 2015b); questões sobre legitimidade das entidades custodiantes em aplicar a avaliação arquivística na determinação do destino dos arquivos confiscados (Glenn, 1962); <i>(C1e) representação de entidades produtoras/custodiantes:</i> fundos representados como “enemy records” (Brower, 1963); mudança de denominação das instituições custodiantes para obscurecer a natureza dos fundos custodiados (Grimsted, 2010a); arquivos privados representados como documentos públicos (Glenn, 1962).</p> <p>(C2) Descolonização/sucessão de Estados: <i>(C2a) instrumentos de acesso:</i> acesso aos arquivos removidos pelas potências coloniais dependente da existência/disponibilização de instrumentos descritivos (Anderson, 2015; Bailkin, 2015; Elkins, 2015; Hampshire, 2013; Mnjama, 2011; Sato, 2017); subjetividade nas estratégias de representação da informação (Banton, 2013); <i>(C2b) substituição de suporte:</i> produção de substitutos como tecnologias de dominação colonial e pós-colonial (Agostinho, 2019; Banton, 2009; Mnjama, 2011; Mnjama & Lowry, 2017); reencontro digital pode reabrir fraturas sociais (Agostinho, 2019); <i>(C2c) acessibilidade e custódia:</i> remoção e ocultação deliberadas para limitar a localização e acesso aos fundos (Agostinho, 2019; Anderson, 2015; Banton, 2013; Karabinos, 2018b; Sato, 2017); fosso digital entre países ricos vs. países pobres (Banton, 2009); obsolescência tecnológica como fator limitador no acesso continuado à informação (Banton, 2009, 2013); produção de substitutos como argumento de fungibilidade à não repatriação (Danielson, 2013); <i>(C2d) classificação e descrição arquivísticas:</i> concepção de sistemas de classificação racializados (Bailkin, 2015); classificação como tecnologia de dominação colonial e pós-colonial (Mnjama & Lowry, 2017); classificação como mecanismo de ocultação ou de restrição de acesso (Sato, 2017); <i>(C2e) representação da integridade e organicidade:</i> avaliação arquivística como mecanismo de “higienização” do passado colonial (Anderson, 2015; Elkins, 2015; Hampshire, 2013; Karabinos, 2018b); destruições não documentadas (Elkins, 2015; Hampshire, 2013; Sato, 2017); <i>(C2f) representação de entidades produtoras/custodiantes:</i> constituição de cânones arquivísticos baseados na memória-nação (Butler, 2009).</p>	Reapropriação/recetação, reconfiguração	‘Anarquismo’ como (não) representação

Temas iniciais	Códigos emergentes/estudos que corroboram	Sub-categorias	Categorias finais/ construtos teóricos
	<p>(C3) Subnacional: <i>(C3a) instrumentos de acesso:</i> produção de instrumentos de acesso como forma de apropriação de arquivos (Belton, 2010); instrumentos de acesso não concebidos para representar de forma reunificada conjuntos documentais dispersos (Bastian, 2001); existência de instrumentos de acesso e de meta-arquivos como condição para a identificação e recuperação de arquivos alienados (Kratz, 2014; Mattern, 2016); instrumentos de acesso tendem a obscurecer e a não representar comunidades “nativa” como informação não existente (Namhila, 2015); <i>(C3b) acessibilidade e custódia:</i> fronteira da língua como elemento limitador no acesso (Bastian, 2001); <i>(C3c) representação da integridade e organicidade:</i> deficiências de gestão dos arquivos conduziram à destruição, dispersão e fragmentação de fundos (Kratz, 2014); fragmentação de fundos com base na pertinência territorial, esboroando a proveniência (Balcells, 2014); apropriação de documentos públicos na posse de privados afeta a organicidade e integridade dos fundos (Rhoads, 1966); reconfigurar a ordem/organicidade dos arquivos para obscurecer o conteúdo do arquivo (Frings-Hessami, 2019a, 2019b); <i>(C3d) representação de entidades produtoras/custodiantes:</i> comunidades excluídas potenciam a destruição de arquivos como fator regenerador (Caswell, 2009); representação de arquivos disseminados em sistemas de informação sem consentimento das comunidades indígenas pode levantar questões éticas (Brenda <i>et al.</i>, 2019); mudança de denominação das entidades custodiantes (Balcells, 2014; Grimsted, 1987, 1998, 2001).</p>		

Fonte: Elaboração própria. Dados da investigação: <<https://osf.io/gzj3u>>.

Reapropriação/Recetação. Esta subcategoria aponta para mecanismos de (não) representação da informação arquivística como forma de empossamento por via da remoção da custódia dos arquivos à entidade custodiante originária (instituição, comunidade ou indivíduos), tomando-os como se fossem próprios ou adquiridos por vias extra-legais ou ilegais (recetação). Existe uma contiguidade conceptual entre representação da informação por reapropriação ou recetação e a “apropriação cultural”, onde os arquivos se integram. O elemento principal contido nestes conceitos consiste na questão da propriedade (tangível e intangível). Para Young (2008), existem três tipologias de apropriação cultural: apropriação do tema, apropriação do conteúdo e apropriação do artefacto tangível³³. Embora nem toda a apropriação cultural tenha necessariamente de ter uma conotação negativa (Siems, 2019; Young & Haley, 2009), a representação deturpada do bem ou manifestação cultural apropriada pode constituir uma forma supressiva do seu valor (intrínseco e/ou extrínseco), da sua autenticidade, da sua integridade, enquanto elementos indiciadores de desposseção (Battley, 2019; Lehane, 2012). No entanto, para o presente caso, enquanto a apro-

³³ Lalonde sintetizou as tipologias de apropriação cultural de Young (2008) como: “Subject appropriation consists of a representation of culture by an outsider (...). Content appropriation involves an outsider presenting cultural property as their own or utilizing pieces of cultural property for their work. (...). Finally, tangible object appropriation occurs when an outsider takes physical items from the culture” (Lalonde, 2019, p. 5).

priação de arquivos removidos dos contextos originários constitui uma primeira forma de desposseção, local e temporalmente determinável – uma “technology of disinheritance” (Butler, 2009, p. 58) – entendemos aqui que, para efeitos operacionais, a reapropriação e a recetação equivalem a formas de apropriação de arquivos removidos por via da representação intelectual. Para Lane e Hill, “physical control of archives is reinforced through the means by which we intellectually control them” (2010, p. 11). Estas asserções sustentam-se em diversos elementos identificados no conjunto de textos incluídos. Por exemplo, Frings-Hessami (2019a, 2019b) expandiu o modelo de *records continuum* em “modelo de *continuum* de arquivo apropriado”, aplicado ao caso do arquivo do Museu do Genocídio Tuol Sleng dos Khmer Vermelho (Camboja), que foi “politically appropriated by the successor government” (Frings-Hessami, 2019a, p. 260) – *i. e.*, apropriação pela posse física – e reapropriado intelectualmente no sentido de “misrepresent the content of the archive” (Frings-Hessami, 2019a, pp. 273–274). Este fenómeno que ocorre em contexto intraestatal pode ter repercussões em contexto internacional. Outro exemplo diz respeito aos arquivos removidos em contexto de conflito armado pelas forças ocupantes aos adversários que tendem a representá-los como “enemy records” (Brower, 1963), os quais foram reapropriados para fins de inteligência militar (Brower, 1963; Grimsted, 2010a; Montgomery, 2011, 2014, 2015b, 2017; Sela, 2018a) ou para fins de justiça transicional, para suportar casos na justiça por motivo de violação de direitos humanos (Montgomery, 2011). Além disto, a reapropriação em contexto de conflito armado é mais notória com o recurso às tecnologias de reprodução (micrografia/digitalização) ou de datificação (Auer, 2017; Montgomery, 2001; Pennell, 2019), não só para suportar à análise de inteligência militar através da prospeção de dados sobre o inimigo (ou para limitação de acesso) mas também como mecanismo fungível à repatriação (física) de arquivos. Em alguns casos, os arquivos privados capturados durante o conflito armado foram representados como documentos públicos, aos quais foram aplicados os mecanismos de avaliação arquivística com destino à destruição, devido ao facto de terem permanecido na condição de *bona uacantia* (Glenn, 1962). Montgomery sublinhou que, apesar de a inalienabilidade e a imprescritibilidade constituírem princípios introduzidos recentemente na terminologia arquivística internacional³⁴, “the laws of armed conflict prevail over national laws on the inalienability of public documents, consider seized wartime enemy records as spoils of war, do not prohibit or regulate their removal from the country of origin, and impose no obligation of return at the end of hostilities” (2015a, p. 306).

Outro exemplo decorre de casos ocorridos de processos de descolonização ou de secessão/sucessão de Estados, onde se verificam abordagens distintas de reapropriação por via da remoção (normalmente, para as metrópoles) e da ocultação de arquivos (públicos ou privados) (Agostinho,

³⁴ Montgomery refere que os princípios de inalienabilidade e de imprescritibilidade foram atribuídos ao jurista e diplomata argelino Mohammed Bedjaoui na década de 1970, antigo embaixador na UNESCO e nas Nações Unidas, especialmente em torno de “rights and problems of newly independent nations whose public records and archives had been alienated from their territorial provenance during colonial rule” e da II Guerra Mundial (2015a, p. 290). Caswell (2013) criticou a interpretação da inalienabilidade sob a perspetiva do nacionalismo cultural, que pode conduzir a uma apropriação com vista à adulteração ou destruição deliberada de fundos.

2019; Anderson, 2015; Banton, 2013; Karabinos, 2018b; Sato, 2017). O caso mais paradigmático consiste nos *migrated archives*³⁵, arquivos removidos durante a descolonização britânica, os quais permaneceram ocultos ao longo de mais de cinco décadas. Estes *migrated archives* foram “redescobertos” nas instalações da *Foreign and Commonwealth Office* em Hanslope Park, por motivo da ação movida pelos Mau Mau (Quênia) contra o Governo Britânico, em 2011, relativo a casos de violação de direitos humanos (Anderson, 2015; Badger, 2012; Bailkin, 2015; Banton, 2012b, 2012a, 2013, 2017; Elkins, 2015; Hampshire, 2013; Hiribarren, 2017; Karabinos, 2018b; Lowry, 2019a; Mnjama, 2011; Phillips, 2013, 2016; Sato, 2017). Os casos de arquivos removidos das ex-colónias constituem os de mais difícil resolução entre as partes envolvidas na disputa (Lowry, 2017a, 2019b). A maior parte dos casos que envolveram arquivos removidos em contexto colonial para as metrópoles encontra subterfúgio na estratégia de reapropriação com recurso às novas tecnologias, como as micrografias ou digitalizações, constituindo tecnologias de dominação colonial em contexto pós-colonial (Agostinho, 2019; Banton, 2009; Danielson, 2013; Mnjama, 2011; Mnjama & Lowry, 2017). Sobre este aspeto, Agostinho (2019) realçou as estratégias de as entidades custodiantes de arquivos removidos das ex-colónias disseminarem conjuntos documentais sem consentimento ou participação das comunidades desapossadas. Esta prática é entendida como estratégia para suportar a narrativa de legitimação da custódia e a promoção de um “reencontro digital”, potencialmente gerador de novas fraturas sociais às comunidades afetadas.

Outro mecanismo de reapropriação de arquivos removidos em contexto subnacional consiste na conceção de instrumentos de acesso à informação nem sempre orientados para representar de forma orgânica e reunificada conjuntos documentais dispersos entre diversas entidades custodiantes (Bastian, 2001; Belton, 2010). Os instrumentos de acesso à informação tendem, por vezes, a desvincular a relação entre as comunidades desapossadas e a proveniência dos arquivos, através da sua não representação (Namhila, 2015). De mais a mais, a reapropriação de arquivos em contexto subnacional muitas vezes deriva das dificuldades de manutenção dos arquivos junto das comunidades originárias. Porém, verificam-se casos de reapropriação ou recetação com a finalidade de destruição, dispersão e fragmentação deliberadas de conjuntos documentais tanto por via da ação repressiva do Estado como das próprias comunidades, grupos ou indivíduos (Balcells, 2014; Caswell, 2009; Kratz, 2014; Mattern, 2016; Rhoads, 1966). A destruição de arquivos em contexto de conflito armado pode revestir-se como uma forma “memoricídio” ou de *damnatio memoriae* (Montgomery, 2015b, 2017). Montgomery refere como “the archives may have been intentionally destroyed as part of Saddam Hussein’s aim to obliterate Kuwait’s national identity and annex the emirate as Iraq’s nineteenth province” (2015b, p. 61).

Em síntese, a remoção de arquivos por reapropriação intelectual sugere a existência de uma dimensão da representação “anarquívica” que se caracteriza pelo obscurecimento ou apagamento dos

³⁵ Sobre o conceito *migrated archives*, cf. subsecção anterior (2.4.1 Síntese das evidências).

traços que representam a proveniência, a ordem original, a organicidade e a integridade dos conjuntos documentais, como forma de desvinculação da sua relação com as entidades custodiantes originárias.

Reconfiguração. Esta subcategoria emerge do conjunto de estudos incluídos como um processo interrelacionado com a reapropriação de arquivos removidos dos contextos originários e com o tema de recuperação. A reconfiguração sobressai, também, como uma dimensão “anarquívica” da (não) representação de arquivos deslocados, especialmente quando o objetivo consiste em obscurecer o conteúdo dos arquivos através de mecanismos diversos de (não) representação da informação arquivística. Por exemplo, como já se referiu acima, Frings-Hessami (2019a, 2019b) reconfigurou o modelo de *records continuum* em “modelo de *continuum* de arquivo apropriado” para o caso dos arquivos dos Khmer Vermelhos, para explicar como “records were captured in a different context as evidence of something else” e como “they were re-created, re-captured and reorganised in a new context for different purposes and for a different audience” (2019a, p. 260). Embora nem toda a reapropriação conduza necessariamente a uma reconfiguração, esta pode constituir-se como uma forma reapropriação e uma relação de poder através de uma representação da informação modificada em função dos objetivos e dos interesses da entidade custodiante executante desta estratégia. Vários exemplos sustentam esta ideia, que se enumeram a seguir:

Representações eufémicas. Os arquivos confiscados durante ou após os conflitos armados apoiaram-se em sistemas de classificação eufémicos, concebidos para obscurecer não só a proveniência dos arquivos mas também o seu conteúdo (Montgomery, 2001; Sela, 2018a). Por exemplo, os arquivos iraquianos do partido Ba'ath³⁶ recorriam a descritores eufemísticos para atenuar atos relacionados com o genocídio da comunidade curda, conhecidos como “Operação Anfal” (1986-1989). Os instrumentos de recuperação de informação iraquianos representavam tais atos como “‘collective measures’, a ‘return to the national ranks’ and the ‘resettlement in the south’” para referir-se a um tipo de “numbing bureaucratic language about ‘liquidations’, ‘expulsions’, and ‘transfers’ of the Kurdish victims” (Montgomery, 2001, pp. 88–89). Esta informação somente emergiu depois de as forças americanas terem confiscado estes arquivos como informação de inteligência militar. Outra estratégia de eufemização consiste no tratamento dado aos arquivos capturados aos palestinianos pelas forças militares israelitas, as quais procuraram evitar a reutilização dos sistemas de representação “according to the criteria originally employed by the Palestinians” e, como tal, os arquivos capturados foram “catalogued according to Zionist terminology (...) with no relation to their Palestinian characteristics/cataloging” e “treating them as materials of minor cultural importance” (Sela, 2018b, p. 211). Esta abordagem, no seu entender, revela o recurso a uma reconfiguração de acordo com a “terminology of the colonizer and not the original

³⁶ Arquivos removidos do Iraque e custodiado pela *Iraq Memory Foundation* junto da *Hoover Institution* (Estados Unidos da América) referente ao partido liderado por Saddam Hussein (1937-2006), denominado *Hizb Al-Ba'ath Al-'Arabī Al-Ishtirākī* (حزب البعث العربي الاشتراكي, Partido Socialista Árabe Ba'ath), acessível em <<https://oac.cdlib.org/findaid/ark:/13030/c84j0cg3/>>.

terminology” (Sela, 2018b, p. 216), suportada por “laws, rules, norms, methods and archive procedures such as censorship, restricted study, access prohibition/limitation, control over what is declassified (to whom and to what extent), cataloguing and labeling according to Zionist codes and terminology that differ from the original Palestinian terminology, signifying Israeli ownership over the material” (Sela, 2018b, p. 202). Acresce, além disto, outra estratégia de reconfiguração por eufemização que consiste no recurso à mudança de denominação oficial das instituições custodiantes contestadas como forma obscurecer a natureza dos fundos custodiados (Balcells, 2014; Grimsted, 2010a). Grimsted (1987) demonstrou ter sido prática sistemática das autoridades soviéticas em alterar as denominações das instituições arquivísticas nacionais e de diversos *oblasti*, dificultando a localização de fundos confiscados aos nazis como “troféus de guerra” durante e após à Segunda Guerra Mundial. Grimsted exemplificou, no contexto da revelação mediática, em 1990, dos bens culturais confiscados aos nazis pelas forças soviéticas, como as autoridades russas “euphemistically renamed” (Grimsted, 1998, p. 6) ou “euphemistically rebaptized” (Grimsted, 2001, p. 192) o então “Arquivo Especial do Estado Central da URSS” (*Центральный государственный архив СССР*) para “Centro de Preservação de Coleções Histórico-Documents” (*Центр хранения историко-документальных коллекций*) em 1992. De forma similar, o caso espanhol “Papeles de Salamanca”, que opõe as autoridades públicas da Comunidade Autónoma da Catalunha contra o arquivo nacional localizado em Salamanca, foi despoletado pela abertura em 1999 do *Archivo General de la Guerra Civil Española*, cujos fundos e coleções foram objeto de reivindicação pelas autoridades e comunidades catalãs, com o fito de mediar a restituição dos bens documentais aos legítimos proprietários ou herdeiros. Em consequência desta reivindicação pela restituição de arquivos, o governo espanhol decidiu alterar a estrutura orgânica em 2007 para uma denominação mais eufemística, como *Centro Documental de la Memoria Histórica* (Balcells, 2014), designação que se mantém atualmente.

Representações ‘contra gentes’. Esta estratégia “anarquívica” de representação da informação ocorre quando os agentes da remoção se apoiam ou desenvolvem sistemas de representação arquivísticos baseados na discriminação segundo a etnicidade e/ou o credo religioso (Bailkin, 2015; Chilcott, 2019; Mnjama & Lowry, 2017; Montgomery, 2001; Sela, 2018b; Stoler, 2002) ou, ainda, de não representação de determinadas comunidades como forma de exclusão (Caswell, 2012; Namhila, 2004, 2015). Trata-se de mecanismos de limitação de recuperação de informação às comunidades visadas. Sela exemplifica como “a longstanding Zionist tradition, a Palestinian is classified as an enemy and a terrorist”, ao ponto de “Palestinian settlements are referred to by Hebrew names to erase their Palestinian identity” (2018b, p. 211). Outras abordagens de reconfiguração para reapropriação em contexto subnacional consistem em práticas coloniais na relação para com as comunidades aborígenes australianas, especialmente como “the intellectual inaccessibility of the descriptions” se manifestava na forma como “settler rather than Indigenous place

names were used to denote the communities from which children were removed thus making it harder to locate one's birth family" (Wood *et al.*, 2014, pp. 408–409). Similarmente, Montgomery revelou como os sistemas de classificação arquivísticos iraquianos representaram os curdos “commonly referred to as ‘traitors’, ‘saboteurs’, ‘criminals’, or ‘human cargo’” (2001, pp. 88–89). Outro mecanismo de representação *contra gentes* foi demonstrada por Namhila, que identificou como arquivos das comunidades “nativas” têm sido preteridas por motivo de “a preconceived attitude that the “Natives” were not important” e como “Native estates were simply not on the “radar” of the archivists who prepared finding aids and databases” (2015, p. 4). A exclusão de comunidades dos cânones arquivísticos institucionais constitui outra forma de segregação social, como é o caso da tentativa de destruição de manuscritos na *Bhandarkar Oriental Research Institute* (भांडारकर प्राच्यविद्या संशोधन मंदिर, Índia), pelas comunidades de casta marata (Brigada Sambhaji, संभाजी ब्रिगेड), consideradas de condição social inferior em relação à casta brâmane (Caswell, 2009). Este exemplo aponta também para o facto de os arquivos deslocados não se circunscreverem apenas à ideia de “movimento físico” de conjuntos documentais, mas de apartamento da comunidade aos seus bens culturais por motivos políticos-institucionais, raciais e sociais, que ocorre em contexto subnacional.

Representações pelos ‘*archiuorum falsarii*’³⁷. A alteração deliberada da organicidade/integridade para obscurecer, ocultar ou descaracterizar os arquivos também constitui outra estratégia de reconfiguração “anarquívica”. Exemplos desta prática podem ser verificados com a adulteração dos arquivos de Tuol Sleng dos Khmer Vermelho (Caswell, 2012; Frings-Hessami, 2019a), onde as forças governamentais atuaram no sentido de expurgar peças potencialmente incriminatórias sobre atos de violação de direitos humanos e, desta forma, “the archive was taken out of its context, and its structure was changed” (Frings-Hessami, 2019a, p. 260). Esta abordagem está relacionada, também, com a instrumentalização da avaliação arquivística como mecanismo de “higieneização” do passado colonial e dos crimes de guerra (Anderson, 2015; Elkins, 2015; Grimsted, 1992; Hampshire, 2013; Karabinos, 2018b), especialmente através de destruições insuficientemente documentadas pelas entidades custodiantes ou baseados em critérios axiológicos conducentes à ocultação, dispersão e eliminação (Elkins, 2015; Hampshire, 2013; Namhila, 2015; Sato, 2017). Desta forma, os instrumentos de acesso à informação sobre arquivos removidos tendem a ser reconfigurados pelas entidades custodiantes com o intuito de restringir o acesso e possibilidade de identificação (Brower, 1963; Grimsted, 2010a; Montgomery, 2011, 2014, 2015b, 2017; Sela, 2018a). Sela realçou como os arquivos palestinianos capturados pelas forças israelitas foram reconfigurados pelos “centros de produção de conhecimento”, “with tactics of silencing, fabrication and false image of the non-Western” (2018b, p. 10), que se manifesta através de “subjugating

³⁷ Extraímos esta expressão em *De Archiuis Liber Singularis* de Baldassare Bonifacio, no seguinte contexto: “Violant autem archiuos *falsarii*, qui publicorum instrumentorum sinceritatem corumpunt” (1632, p. 12). Sobre os *falsarii*, Bonifacio inclui nesta categoria os *expilatores* (ladrões) e os *incendiarii* (incendiários).

Palestinian archives to Israeli law; burying these materials and hiding them from the public sphere; having control over what materials will be declassified (if declassified) and which researchers will be given access to them; charging the looted archives with new interpretations; cataloguing them according to the colonizer's norms, procedures, and terminology; and claiming ownership" (2018b, p. 10).

3.3.3.2. *Construto teórico 2: "Arquivo do arquivo" como "meta-arquivo" e "arqui-arquivo"*

Embora os conceitos de *meta-archive* e *archi-archive* se encontrem atestados em Derrida (1995a, pp. 44, 45), estes têm sido escassamente desenvolvidos na literatura arquivística, com aplicações distintas e sem uma definição clara e consistente (Brothman, 1991; Heald, 1996; Henry, 2009; A. Y. Kaplan, 1990; Morsel, 2015; Ricci, 2008; Vallier, 2010; Vermeersch, 2019). A intenção epistemológica que nos motiva a adotar estes conceitos consiste na ideia de "arquivo do arquivo"³⁸, como base para a recuperação de informações com potencial reconstitutivo de arquivos removidos dos seus contextos de criação e de acumulação originários. Por esta razão consideramos que "arquivos dos arquivos" devem ser perspetivados em "how archives can be held accountable for their own actions" (2009, p. 6). Sobre os "arquivos dos arquivos", apoiamo-nos em Foucault, que define o arquivo como "le système de la discursivité, aux possibilités et aux impossibilités énonciatives qu'il ménage" e, como tal, "c'est d'abord la loi de ce qui peut être dit, le système qui régit l'apparition des énoncés comme événements singuliers" (1969, p. 170). Esta perspetiva encontra-se relacionada com a noção de poder dos arquivos, também presente em Derrida: "nul pouvoir politique sans contrôle de l'archive, sinon de la mémoire" (1995a, p. 15). Embora Schwartz e Cook considerem os arquivos como "social constructs" (2002, p. 3), estes têm, no entanto, "the power to privilege and to marginalize" (2002, p. 13). Como tal, os arquivos "are not neutral: some facts count, others are excluded" (Ketelaar, 1999, p. 55). Apesar de existirem diversas perspetivas sobre as relações entre arquivos e poder de representação (*u. g.*, Blouin, 1999; Cook e Schwartz, 2002; Kaplan, 2002; Ketelaar, 2002; Schwartz e Cook, 2002), a análise dos elementos que sustentaram o tema anterior ("anarquismo" como (não) representação) fez emergir, no quadro dos

³⁸ "Meta-arquivo" e "arqui-arquivo" são neologismos formados a partir do grego, composto, respetivamente, por *μετα-* (sentido de reflexão sobre si) e por *ἀρχι-* (sentido de importância ou autoridade) seguido de *ἀρχεῖον* (sentido de lugar: edifício dos magistrados, arquivo ou quartel general; e de pessoas/instituições: magistrados, cargo público). Os usos deste conceito podem ser vistos em diversos estudos. Por exemplo, Fraiz, que analisou o arquivo de Gustavo Capanema, definiu "meta-arquivo" como "documentos de autoria do titular, referentes ao planeamento e à organização do próprio arquivo e, secundariamente, à classificação adotada para a sua biblioteca particular" (1998, p. 60), onde "a desordem quando da chegada à instituição que o recolheu - foi possível, examinando o *meta-arquivo*, resgatar sua ordem original" (1998, p. 68). Outros autores, como Accatino e Collins, que considera meta-arquivo, no contexto de justiça transicional, um "repository of tested and validated truth which may reinforce, challenge, complete or utterly discredit previous versions of events" (2016, pp. 81–82) e que pode ter "impact on societal opinion and institutional practice, exposing the transitory nature even of established archival truths" (2016, p. 97). Caputo aplica o conceito inspirado em Derrida, ao referir que "archi-archive," como "the subject of a 'general archivology.'" We never stand in the presence of the *arche* itself but are always already delivered over to the trace, assigned to ano archive or another, to one archive inside another, *en abîme*, 'archived' *ad infinitum* (...)" (Caputo, 1997).

sub-temas de reapropriação e de reconfiguração, um novo tema, designadamente como a recuperação dos arquivos removidos dos contextos originários depende do acesso aos “arquivos dos arquivos” (“meta-arquivos”/“arqui-arquivos”). Assim, o “meta-arquivo”/“arqui-arquivo”, como sugere Ketelaar, pode constituir uma espécie de panóptico, onde se encontra representado “the knowledge-power of the finding aids, as representation of what the public may not see openly, but may expect to find behind the closed doors of the prison-like repository” (2002, p. 234). Os “arquivos dos arquivos” possibilitam a recuperação com vista a restaurar ou revidar representações de arquivos na condição de deslocados, os quais serão analisados a seguir a partir dos elementos extraídos do conjunto de textos incluídos.

Quadro 9 – Síntese de dados: construto teórico 2 “Arquivo do arquivo” como “meta-arquivo” e “arqui-arquivo”

Temas iniciais	Códigos emergentes/estudos que corroboram	Sub-categorias	Categorias finais/construtos teóricos
Recuperação	<p>(C4) Conflito armado: (C4a) instrumentos de acesso: existência de instrumentos de acesso como relevante para a identificação de arquivos capturados dispersos em diversas entidades custodiantes em contexto pós-guerra (Bernbaum, 1970; Coeuré, 2017; Grimsted, 1998; Karabinos, 2015; Kecskeméti, 1992; Winn, 2015); os instrumentos de acesso e grau de atualização (Grimsted, 2017); tendência de representação de arquivos sem respeito pelo princípio da proveniência (Grimsted, 1998; Karabinos, 2013); arquivos identificados pela força ocupante não dão garantia de repatriação devido a lacunas legais (Montgomery, 2010); (C4b) substituição de suporte: produção de substitutos como forma de resolução de conflitos de custódia (Karabinos, 2013, 2015; Montgomery, 2013; T. Peterson, 2000; Winn, 2015) e para apoio à justiça transicional (Hennerbichler & Montgomery, 2015); reunificação virtual como hipótese satisfatória (Grimsted, 2006); (C4c) acessibilidade e custódia: países que confiscam arquivos como “troféus de guerra” têm a tendência de os ocultar (Grimsted, 2001); problemas de identificação, recuperação e reconstituição de conjuntos documentais da mesma proveniência dispersos em diversos países (Grimsted, 2001); “duplo-confisco” de arquivos capturados dá prioridade às comunidades afetadas e não ao país reivindicante (Montgomery, 2010); cooperação e diplomacia cultural como fator facilitador na repatriação (Montgomery, 2013); a ausência de mecanismos que assegurem o acesso aos arquivos pode conduzir à diáspora de comunidades (Moustafa, 2018); distância física como barreira de acesso (Winn, 2015); (C4d) classificação e descrição arquivísticas: entidades custodiantes alteram o sistema de classificação que rompe com o sistema anterior, obscurecendo a proveniência (Grimsted, 2017); arquivos capturados para fins de inteligência militar produzem instrumentos de acesso mais detalhados (Grimsted, 2001, 2005; Montgomery, 2015a); arquivos capturados para fins de inteligência militar são analisados, descritos, indexados, digitalizados e traduzidos no momento da captura (D. Cox, 2010); (C4e) representação da integridade e organicidade: cooperação entre entidades custodiantes em contexto pós-colonial é recomendada, especialmente na identificação e descrição reunificada (Karabinos, 2013); representação de arquivos capturados não obedece a princípios arquivísticos (a análise das capacidades e intenções</p>	Restauração, Revidação	‘Arquivo de arquivo’ (como ‘meta-arquivo’ e ‘arqui-arquivo’)

Temas iniciais	Códigos emergentes/estudos que corroboram	Sub-categorias	Categorias finais/ construtos teóricos
	<p>do inimigo) (D. Cox, 2010); mistura de fundos, um factor limitador no processo de descrição arquivística (Grimsted, 1998; Karabinos, 2015); (C4f) representação de entidades produtoras/custodiantes: problema da identificação de entidades sucessoras, para que os arquivos não fiquem na condição de órfãos (Grimsted, 2017); arquivos capturados são representados de forma vaga (D. Cox, 2010); comunidades afetadas podem ter um papel ativo na identificação de arquivos (Montgomery, 2013); o arquivo do arquivo como fonte importante na reconstituição do destino dado aos arquivos (Grimsted, 2005, 2006; Melamed, 2012).</p> <p>(C5) Descolonização: (C5a) instrumentos de acesso: existência de instrumentos de acesso como relevante para a identificação de arquivos dispersos em diversas entidades custodiantes em contexto pós-colonial e sobre o seu estatuto (Anderson, 2011; Badger, 2012; Banton, 2012a; Garaba, 2011; Grimsted, 1992; Rawlings, 2015; Winn, 2015); indisponibilidade de instrumentos de acesso dificulta a resolução de casos na justiça (Anderson, 2011; Badger, 2012; Banton, 2012a); representação da informação em instrumentos de acesso como legitimação do colonialismo (Dritsas & Haig, 2014); comunidades afetadas podem ser marginalizadas nos instrumentos de acesso por motivos político-ideológicos (Namhila, 2016; Stein, 2015); instrumentos de acesso pouco precisos conduzem a interpretações enviesadas (Namhila, 2016); interoperabilidade técnica e semântica como requisito indispensável na representação reunificada de arquivos dispersos (Grimsted, 1992); ausência de instrumentos de acesso pode induzir às comunidades a imaginarem um arquivo alheio (Lowry, 2019a); instrumentos de acesso devem ser descritos de forma participada com as comunidades afetadas (Nannyonga-Tamusuza & Weintraub, 2012); (C5b) substituição de suporte: digitalização sem respeito pelo princípio da proveniência e ordem original do arquivo (Frings-Hessami, 2019a); produção de substitutos como forma fungível à restituição analógica (Kahunde, 2012; Nannyonga-Tamusuza & Weintraub, 2012; T. Peterson, 2000; Shepard, 2015, 2017; Winn, 2015); produção de substitutos usada para a construção da narrativa do nacionalismo cultural (Ahmed, 2018); produção de substitutos sem consentimento das comunidades desapossadas levanta questões éticas (Namhila, 2004); custos da custódia refletida na produção de substitutos (Grimsted, 1992); digitalização como abordagem neoliberal que pode induzir no “otimismo cruel”, de reapropriação de arquivos para interesse privados (Lowry, 2019a); (C5c) acessibilidade e custódia: comunidades afetadas impedidas de aceder aos arquivos por motivos político-ideológicos (Stein, 2015); não representação de arquivos por motivos político-ideológicos provoca controvérsias em torno da transparência dos atos governamentais (Banton, 2012a); fronteira da língua como barreira de acesso (Grimsted, 1992; Winn, 2015); dependência de contextos políticos e financeiros na condução de projetos (Grimsted, 1992); custódia de fundos em Arquivos Nacionais preserva igualmente representações das ausências, silêncios e distorções nos documentos (Dominy, 2013); capacidade de identificação de arquivos dispersos fundamentais do cânone arquivístico constitui uma base para a sua recuperação (Dominy, 2013); distância física como barreira de acesso (Winn, 2015); difícil conciliação entre a proteção de propriedade intelectual e a revitalização cultural de comunidades em situação de vulnerabilidade (Kahunde, 2012); (C5d) classificação e descrição arquivísticas: classificação de segurança</p>		

Temas iniciais	Códigos emergentes/estudos que corroboram	Sub-categorias	Categorias finais/construtos teóricos
	<p>como estratégia de limitação do acesso aos arquivos pelas comunidades afetadas (Banton, 2017); autenticidade e confiabilidade das descrições arquivísticas e dos instrumentos de <i>accountability</i> (Frings-Hessami, 2019a); sistemas de classificação serviram para obscurecer a localização e conteúdo (Hiribarren, 2017); a estratégia de desposseção não é apenas física mas também pode ser ideológica e intelectual (Hiribarren, 2017); poder de “nomear” unidades informacionais depende da postura ética dos profissionais (Caswell, 2012); a classificação arquivística pode ter motivações político-ideológicas (Caswell, 2012); sistemas de classificação racializados (Dominy, 2013); (C5e) representação da integridade e organicidade: reestruturação de arquivos por motivos político-ideológicos para manipular interpretação (Frings-Hessami, 2019a); fragmentação de fundos delimitados por critérios “de soberania” e de “gestão” (Shepard, 2015, 2017); avaliação arquivística aplicada a arquivos coloniais pode interferir nos mecanismos de (não) representação de arquivos em instrumentos de acesso (Lowry, 2019a); (C5f) garantias literárias: reestruturação e harmonização na representação de fundos passam pela adoção de garantias literárias para a descrição arquivística (Ahmed, 2018); (C5g) representação de entidades produtoras/custodiantes: dispersão de arquivos motiva aos arquivos nacionais preencherem lacunas através de histórias orais (Namhila, 2004).</p> <p>(C6) Secessão de Estados: (C6a) instrumentos de acesso: instrumentos de acesso sobre os arquivos deslocados devem ser atualizados e pormenorizados (Grimsted, 1982, 2017); existência de instrumentos de acesso facilita a produção de substitutos (T. Peterson, 2000); imprecisão dos instrumentos de acesso dificulta a abertura dos arquivos para a investigação (Grimsted, 1991b); existência de instrumentos de acesso é fundamental para assegurar a continuidade de negócio da comunidade sucessora (Grimsted, 1982); metadados constituem unidades de representação básicas (A. J. Gilliland, 2017); (C6b) substituição de suporte: a herança conjunta concita a produção de substitutos (T. Peterson, 2000); (C6c) classificação e descrição arquivísticas: entidades custodiantes alteram o sistema de classificação que rompe com o sistema anterior, obscurecendo a proveniência (Grimsted, 2017); granularidade descritiva e diversidade de instrumentos de acesso ajuda a compreender a dimensão dos arquivos deslocados (Grimsted, 1991b); identificação e descrição de arquivos em contexto de guerra e de pós-guerra contribuíram para o desenvolvimento da teoria arquivística (A. J. Gilliland, 2018); conjuntos documentais podem ser objeto de representação em diversos contextos geográficos e institucionais e formas materiais (A. J. Gilliland, 2017); (C6d) representação da integridade e organicidade: avaliação conjunta transnacional (T. Peterson, 2000); representação arquivística baseada nos princípios arquivísticos é desafiada com o universo digital, onde ordem física e lugar têm novos contornos (A. J. Gilliland, 2017); (C6e) garantias literárias: a adoção de garantias literárias para a descrição arquivística como forma de normalização da representação da informação arquivística (T. Peterson, 2000); (C6f) representação de entidades produtoras/custodiantes: identificação de entidades sucessoras, caso contrário fica na condição de arquivos órfãos (Grimsted, 2017).</p> <p>(C7) Diáspora (e sitibus/extra situs): (C7a) instrumentos de acesso: produção de instrumentos para constituição de cânones arquivísticos (Grimsted, 1993a; Schenkolewski-Kroll, 2016); proveniência como critério para a identificação na</p>		

Temas iniciais	Códigos emergentes/estudos que corroboram	Sub-categorias	Categorias finais/ construtos teóricos
	<p>construção de instrumentos de acesso (Grimsted, 1993a); produção de instrumentos de acesso ajuda à investigação judicial (Barrera, 2009); produção de instrumentos de acesso deve ser como processos participados (Vallier, 2010); produção de instrumentos de acesso sobre conjuntos documentais dispersos pode ser representada de forma reunificada em ambiente web (Edelstein, 2017; Schenkolewski-Kroll, 2016); (C7b) substituição de suporte: produção de substitutos como prática internacional para assegurar a continuidade de negócio nos países sucessores (Grimsted, 1993a; Montgomery, 2013); produção de instrumentos de acesso não é suficiente sem a produção de substitutos como forma de facilitar o acesso ao conteúdo (Niles, 2012); o acesso é providenciado por meio de substitutos (digitalização) e cooperação (Frick, 2015; Schenkolewski-Kroll, 2016); produção de substitutos responde às necessidades de preservação dos originais (Ashie-Nikoi, 2019); (C7c) acessibilidade e custódia: instituições arquivísticas do país recetor de fundos podem apoiar financeiramente para armazenamento de arquivos, mas não para descrição e conservação de arquivos estrangeiros (Montgomery, 2013); cooperação com instituições terceiras relacionadas com as comunidades afetadas constitui uma estratégia para a identificação de arquivos (Montgomery, 2013); controlo intelectual é mais importante do que o controlo físico (Edelstein, 2017); acesso aos arquivos pelas comunidades científicas é limitado por motivo da destruição/remoção de arquivos e pelo desmantelamento dos serviços de informação (Moustafa, 2018); inexistência de fontes conduz à diáspora forçada da comunidade científica por não ser possível realizar investigação nos arquivos <i>in situ</i> (Moustafa, 2018); políticas de constituição de cânones arquivísticos tendem a focalizar nos arquivos na diáspora ignorando a presença das comunidades nos países recetores como parte interessada (Ashie-Nikoi, 2019); acesso aos arquivos <i>web</i> de livre acesso pode gerar problemas de delimitação da propriedade intelectual quando a custódia se encontra distribuída entre diversos membros participantes (Heuman, 2013); propriedade e a custódia dos dados são desconhecidas no ambiente de nuvem, devido ao modelo de multilocação (Goh, 2014); terceirização de produção/armazenamento de dados levanta questões sobre a confiabilidade dos registos dado que o acesso/controlo aos metadados é limitado (Goh, 2014); (C7d) representação da integridade e organicidade: centralização de arquivos procedentes das comunidades na diáspora pode ser representada de forma centralizada com recurso às novas tecnologias (Schenkolewski-Kroll, 2016); (C7e) garantias literárias: garantias literárias para a descrição arquivística fundamentais para a representação reunificada (Grimsted, 1993a); <i>web</i> pode facilitar a representação reunificada de fundos dispersos (Edelstein, 2017).</p> <p>(C8) Subnacional: (C8a) instrumentos de acesso: acessibilidade condicionada pela falta de instrumentos de acesso à informação, por motivo da qualidade descritiva e da fronteira da língua (Grimsted, 1971); instrumentos de acesso empoderam a entidade custodiante, para controlo, gestão e definição de políticas de acesso aos utilizadores (O'Neill, 1979); existência de instrumentos de acesso como elemento fulcral na identificação e repatriação de arquivos, mas não relevante em relação às comunidades desapossadas, que pretendem o acesso aos conjuntos documentais (Lancefield, 1998); instrumentos de acesso marcados pela provisoriedade (Yeo, 2009); representação da informação arquivística em instrumentos de acesso produzido por entidades públicas pode obscurecer a proveni-</p>		

Temas iniciais	Códigos emergentes/estudos que corroboram	Sub-categorias	Categorias finais/ construtos teóricos
	<p>ência dos arquivos (Caswell, 2013; C. G. Hill, 2017); participação das comunidades é fundamental da (re)interpretação da proveniência dos arquivos em instrumentos de acesso (Caswell, 2013); (C8b) substituição de suporte: representação digital possibilita a reunificação de conjuntos documentais dispersos do mesmo produtor (Yeo, 2009); representação de arquivos por meio de substitutos acarreta limitações por motivo de obsolescência tecnológica (Treloyn <i>et al.</i>, 2016); acesso digital empodera as comunidades desapossadas (Frick, 2015; Vaarzon-Morel & Kelly, 2019); (C8c) acessibilidade e custódia: completar lacunas depende da disponibilidade das entidades custodiantes em dar a conhecer em instrumentos de acesso (O’Neill, 1979); comunidades podem não reconhecer as descrições como representações suas e podem ficar longe da lista de resultados nos motores de pesquisa (Battley, 2019); tecnologias de informação podem ser limitadoras para as comunidades que não possuem competências digitais (Vaarzon-Morel & Kelly, 2019); (C8d) classificação e descrição arquivísticas: descreve-se o que existe sob a custódia de uma instituição (O’Neill, 1979); conceção de esquemas de metadados como um processo interrelacionado com as dinâmicas da memória das comunidades (Treloyn <i>et al.</i>, 2016); (C8e) representação da integridade e organicidade: arquivos/documentos públicos na posse de privados afeta a integridade e organicidade dos arquivos públicos (O’Neill, 1979); (C8f) garantias literárias: recurso a garantias literárias para a descrição arquivística nem sempre é suficiente para identificar a organicidade/integridade de um fundo (Yeo, 2009).</p>		

Fonte: Elaboração própria. Dados da investigação: <<https://osf.io/gzj3u>>.

Restauração. Entre os aspetos mais importantes apontados pelos autores no que concerne à recuperação de arquivos na condição de deslocados dizem respeito à existência de instrumentos de acesso à informação, como Lowry assertivamente referiu, “the catalogue is the key” (2017a, p. 8). A existência de instrumentos de acesso à informação constitui um requisito determinante para assegurar o acesso, desde a sua identificação até à reconstituição de conjuntos documentais dispersos (Grimsted, 2001; Winn, 2015). Trata-se de um aspecto fulcral seja em contexto de (pós-) conflito armado (Bernbaum, 1970; Coeuré, 2017; A. J. Gilliland, 2018; Grimsted, 1998; Karabinos, 2015; Kecskeméti, 1992; Winn, 2015), seja (pós-)colonial (Anderson, 2011; Badger, 2012; Banton, 2012a; Garaba, 2011; Grimsted, 1992; Rawlings, 2015; Winn, 2015), seja, ainda, na (pós-)secessão ou sucessão de Estados (A. J. Gilliland, 2017), contextos subnacionais (Balcells, 2014; Grimsted, 1971, 1991b) e comunidades na diáspora (Ashie-Nikoi, 2019; Grimsted, 1982; T. Peterson, 2000; Schenkolewski-Kroll, 2016). Os instrumentos de acesso permitem não só identificar arquivos que podem estar na condição de deslocados como também possibilitam aferir sobre o grau de dispersão dos fundos removidos dos contextos de produção e/ou de acumulação originários. Além disto, a disponibilidade dos instrumentos de acesso permite assegurar a continuidade de negócio e os direitos patrimoniais das comunidades sucessoras (A. J. Gilliland, 2018; Lemmon, 1992). O requisito fundamental destes instrumentos de acesso consiste

no grau de atualização e nível de granularidade descritiva que atestem sobre o estado, estatuto e proveniência dos arquivos removidos dos seus contextos originários (Grimsted, 1982, 1991b, 1993a, 2017). Estas condições visam garantir a confiabilidade das descrições como instrumentos de *accountability* (Frings-Hessami, 2019a). Por exemplo, os arquivos confiscados pelas forças ocupantes em contexto de conflito armado tendem a produzir instrumentos de acesso mais detalhados, seja para fins de inteligência militar (Grimsted, 2001, 2005; Montgomery, 2015a), seja para suportar investigação judicial em casos de violação de direitos humanos e/ou de justiça transicional (Barrera, 2009). Além disto, os instrumentos de acesso não são por si sós suficientes sem a produção de artefactos substitutos (micrografias/digitalizações) (Frick, 2015; Niles, 2012; T. Peterson, 2000). Uma das tendências subjacentes à produção de instrumentos de acesso consiste na constituição de cânones arquivísticos (Grimsted, 1993a; Schenkolewski-Kroll, 2016), preferencialmente nos contextos em que as comunidades desapossadas participam na identificação da proveniência dos arquivos removidos e na produção instrumentos descritivos de forma participada (Caswell, 2013; Nannyonga-Tamusuza & Weintraub, 2012; Vallier, 2010). Como tal, entre os aspetos restaurativos apontados pelos autores – que, não obstante, não reúne total consenso, como verificaremos no ponto a seguir – consiste na fungibilidade da produção de artefactos substitutos (micrografias/digitalizações), em alternativa à restituição física dos arquivos (Frick, 2015; Kahunde, 2012; Karabinos, 2013, 2015; Montgomery, 2013; T. Peterson, 2000; Winn, 2015). Nos casos em que os arquivos tivessem sido restituídos aos países originários, especialmente em contextos pós-conflito armado, a produção de substitutos tinha uma função precaucional, como Grimsted exemplificou: “captured Nazi German and Italian Fascist records found by the Western allies were eventually transferred to various archival centers, (...) where most of them were microfilmed before restitution, and subsequently opened for public and scholarly study” (1991a, p. 76). Em alternativa, os casos relacionados com arquivos coloniais removidos dos territórios originários para as metrópoles subsumem-se a uma questão de produção de substitutos como solução alternativa à repatriação (Kahunde, 2012; Nannyonga-Tamusuza & Weintraub, 2012; T. Peterson, 2000; Shepard, 2015, 2017; Winn, 2015). Apesar de as entidades custodiantes de arquivos capturados durante conflagrações armadas considerarem que a legislação internacional não determina a obrigação de restituí-los, a produção de substitutos constitui, em última instância, a solução plausível na resolução de conflitos de custódia (Montgomery, 2015a). Assim, diversos autores confluem na ideia de que a produção de substitutos resolve o problema do acesso ao conteúdo em vez da custódia física dos arquivos removidos (Ashie-Nikoi, 2019; Banton, 2009; Boserup, 2005; Chebotarev, 2005; D. Cox, 2017; Danielson, 2013; Frick, 2015; Karabinos, 2017; Lyons & Sands, 2009; Montgomery, 2013; Niles, 2012; T. Peterson, 2000). Esta perspetiva assume maior relevância não só em contexto de sucessão de Estados (Grimsted, 1993a; Montgomery, 2013) mas também em casos subnacionais, especialmente quando não é possível manter arquivos junto das comunidades originárias por motivo de dificuldade de preservação dos originais (Kahunde, 2012;

Lyons & Sands, 2009; Treloyn *et al.*, 2016; Treloyn & Emberly, 2013). Sobre isto, Wood *et al.* argumentaram que “preservation, storage and staff costs may be prohibitive for a source community to provide access and care for materials” (2014, p. 411). Em última análise, a representação reunificada de arquivos deslocados requer cooperação entre as partes para possibilitar a sua restauração, independentemente dos contextos incoativos de despossessão. Tal cooperação pode ser concretizada tanto ao nível inter-institucional como entre instituições e comunidades afetadas (Karabinos, 2013; Montgomery, 2013). Conforme exposto, este conjunto de aspetos – a importância dos instrumentos de acesso, a produção de substitutos e das tecnologias de informação, a cooperação inter-institucional – sugere que os “arquivos dos arquivos” são uma base fundamental para a reconstituição do destino dado aos arquivos que se encontram na condição de deslocados. Por exemplo, Grimsted (1991a) e Melamed (2012) realçaram a importância dos “arquivos dos arquivos” para a reconstituição de conjuntos documentais capturados e concentrados em Kiev (Ucrânia), numa primeira fase, pelos nazis e, numa segunda fase, removidos pelas forças soviéticas para Moscovo. Se os instrumentos de acesso (“meta-arquivos”) não existissem ou se mantivessem inacessíveis (por questões político-ideológicas), os “arqui-arquivos” poderiam conter informação sobre o destino dado não só aos fundos documentais removidos dos contextos originários (Grimsted, 1992; Hampshire, 2013; Karabinos, 2013, 2017; Mattern, 2016) mas também sobre “archivists’ appraisal and processing choices” (Lehane, 2012, p. 177). Para além das instituições arquivísticas de âmbito nacional e territorial, o exemplo clássico do que pode configurar um “arqui-arquivo” em contexto de conflito armado consiste no fundo *Einsatzstab Reichsleiter Rosenberg*³⁹ (Grimsted, 2005, 2006, 2010b) e no serviço governamental americano, *Office of Alien Property Custodian* (Glenn, 1962).

Revidação. Esta subcategoria emergiu do conjunto de textos incluídos como consequência da recuperação. A (re)descoberta de conjuntos documentais deslocados junto de entidades custodiantes pode gerar um conjunto de críticas e linhas argumentativas relacionadas com a questão da legitimidade da custódia. Como Karabinos refere, “custody does not guarantee access, while access does not require custody” (2017, p. 69). O problema do acesso aos arquivos removidos às comunidades originárias levanta questões sobre a “ética da custódia” (2019b, p. 353) e sobre confiabilidade das instituições custodiantes contestadas por parte das comunidades reivindicantes (Banton, 2012a; Caswell, 2013). Por exemplo, Grimsted (1992) e Winn (2015) identificaram, como principais barreiras no acesso aos arquivos deslocados, a ausência de instrumentos de acesso, a distância física e a fronteira da língua. De facto, a inexistência de instrumentos de acesso (O’Neill, 1979) ou a sua imprecisão descritiva (D. Cox, 2010; Grimsted, 1971, 1991b; Namhila,

³⁹ Arquivo de uma entidade associada ao Partido Nazi, responsável pelo confisco de bens culturais durante a II Guerra Mundial. O arquivo encontra-se disperso entre diversos países (Bélgica, França, Alemanha, Lituânia, Países Baixos, Rússia, Ucrânia, Reino Unido e Estados Unidos da América) (Grimsted, 2011).

2004) ou provisória (Yeo, 2009) pode ter consequências negativas para com as comunidades desalojadas, como, por exemplo, a resolução de casos na justiça por motivo de violação de direitos humanos (Anderson, 2011; Badger, 2012; Banton, 2012a; Lowry, 2019a). Se nos contextos de confisco de arquivos em contexto de conflito armado a prática consistia em descrever pormenorizadamente os recursos informacionais capturados ao inimigo (D. Cox, 2010; Montgomery, 2010, 2014), também existe a prática de ocultar arquivos sob a sugestiva sinédoque de “troféus de guerra” (Grimsted, 1998, 2001, 2010a, 2010b) ou representados por antropomorfismos como “imprisoned photographs” (Sela, 2018a) ou “prisoners of war” (Grimsted, 2017). Além disto, a distância física entre as comunidades desalojadas e as instituições custodiantes pode conduzir à diáspora de comunidades científicas, por o acesso estar limitado por motivo de destruição ou remoção de arquivos e, conseqüentemente, o desmantelamento dos serviços de informação que se encontravam originariamente *in situ* (Moustafa, 2018). Porém, existem outros aspetos a ter em consideração, especialmente quando os instrumentos de acesso que descrevem arquivos que estão na condição de deslocados se encontram disponíveis e as entidades custodiantes se encontram identificadas. Por exemplo, O’Neill (1979) reconhece que a função dos instrumentos de acesso visa empoderar as entidades custodiantes, especialmente no controlo, gestão e definição de políticas de acesso aos utilizadores. Ainda assim, a existência de instrumentos de acesso pode não ser um recurso relevante para as comunidades desalojadas, que pretendem o acesso direto – o que implica a custódia física – aos conjuntos documentais (Lancefield, 1998). Esta perspetiva reforça o argumento de Sela ao referir que as representações da informação arquivística em instrumentos de acesso são concebidas “to serve a Western audience and never a native audience” (2018b, p. 10). Acresce a isto o recurso às novas tecnologias de informação para disponibilizar virtualmente o acesso aos arquivos deslocados, desconsiderando os níveis de literacia, o fosso digital existente entre as comunidades desalojadas, muitas vezes disseminados sem o seu consentimento, seja em contexto subnacional (Namhila, 2004; Vaarzon-Morel & Kelly, 2019), seja na diáspora (Moustafa, 2018), seja, ainda, em contexto pós-guerra (Montgomery, 2014). Às questões de acesso levantam outros imponderáveis relacionados com os arquivos deslocados: o problema da propriedade e da custódia dos dados no ambiente de nuvem, devido ao modelo de multilocação, e a confiabilidade/autenticidade dos dados de arquivo (Goh, 2014); a obsolescência tecnológica (Treloyn *et al.*, 2016); os custos da custódia quando da produção de substitutos (Grimsted, 1992); as classificações de segurança (Banton, 2017); as questões de propriedade intelectual (Heuman, 2013; Kahunde, 2012); as dificuldades de identificação de entidades sucessoras, para que os arquivos na condição de deslocados não permaneçam como “órfãos” (Grimsted, 2017), e as dificuldades na recuperação de arquivos na posse de entidades privadas (Dominy, 2013; O’Neill, 1979). Acrescem, ainda, as que dizem respeito à representação da informação em instrumentos de acesso e às garantias literárias que suportam a descrição arquivística. Yeo (2010a) criticou como o recurso às garantias literárias para a descrição arquivística tem sido aplicada de forma

pouco consistente na representação da organicidade/integridade dos arquivos dispersos do mesmo produtor. Alguns autores evidenciaram casos de interpretações enviesadas dos princípios arquivísticos (D. Cox, 2010; Grimsted, 1998; Karabinos, 2013). Por exemplo, Frings-Hessami realçou como o recurso à microfilmagem e à digitalização não tiveram em conta para o facto de a ordem original, a organicidade e a proveniência dos arquivos Tuol Sleng terem sido deliberadamente “reconstruídas” para eliminar “irrefutable evidence of the crimes against humanity committed by the Khmer Rouge” (2019a, p. 256). De igual forma, Hiribarren (2017), Grimsted (2017) e Caswell (2013) criticaram a forma como os arquivos removidos dos contextos originários foram representados em sistemas de classificação para obscurecer a sua proveniência e conteúdo pelas entidades públicas estatais. É, portanto, iniludível que as motivações subjacentes a estas formas de desposseção intelectual têm motivações políticas e ideológicas (Caswell, 2012; Dominy, 2013; Namhila, 2016; Stein, 2015), que não se cingem apenas no “poder de nomear” (Caswell, 2012) mas também na instrumentalização da avaliação arquivística como forma de exercer o “poder de decidir” sobre o destino atribuído aos arquivos deslocados (Lowry, 2019a). Estas motivações de ordem política e ideológica amparam-se, também, em narrativas que visam suportar o nacionalismo cultural através da legitimação da constituição de cânones arquivísticos (Ahmed, 2018; Ashie-Nikoi, 2019) e do reforço do conceito de inalienabilidade (Caswell, 2013; Montgomery, 2015a). Chebotarev (2005) exemplificou como as reivindicações das autoridades russas pela repatriação do fundo Bakhmeteff não tinham fundamento, por o arquivo ter sido constituído pelos *émigrés* russos em solo americano, suportando o seu argumento a partir dos dados recolhidos através do “arquivo do arquivo”. A mesma crítica é também reconhecida por Ashie-Nikoi (2019), para o caso dos fundos ganeses constituídos *extra situs*, sobre a tendência de as entidades públicas pretenderem constituir cânones arquivísticos focalizados em arquivos na diáspora, ignorando a presença das comunidades residentes nos países recetores como parte interessada. Outro exemplo consiste na fragmentação de fundos argelinos sob custódia francesa, delimitados por critérios de *archives de souveraineté* e de *archives de gestion*, pondo em causa a sua integridade e a organicidade (Shepard, 2015, 2017). Esta abordagem, de acordo com Mnjama e Lowry, advém de uma perspetiva de que “european refusals to return displaced archives suggest that there is a view that they are properly european archives and constitute an element of the imperial heritage, but by that logic we would see european claims for the colonial records that could not be evacuated from Africa” (2017, p. 103). Além disto, as descrições arquivísticas em instrumentos de acesso tendem a representar os arquivos removidos dos contextos originários como forma de legitimação do colonialismo (Dritsas & Haig, 2014), fazendo com que as comunidades despossadas não só não se identifiquem com as descrições feitas por arquivistas como também não recuperem dados ou informações nos instrumentos de acesso convencionais (Battley, 2019; Namhila, 2004, 2016). Lowry (2019a) associa tais abordagens, adotando o conceito de Berlant, ao “otimismo cruel”, em como as entidades custodiantes de arquivos removidos se refugiam no argumento da fungibilidade

da produção de substitutos para suportar a inalienabilidade em alternativa à não restituição às comunidades originárias. Esta abordagem gera, assim, uma nova relação de poder, desta vez mediada pela tecnologia custodiada pelas entidades contestadas. Todos estes elementos identificados confluem com os argumentos apresentados contra a restituição de arquivos removidos às comunidades originárias, como ilustrado no excerto que se segue:

1. *Physical custody is presented as proof of ownership, a finders/keepers argument.*
2. *Payment for the displaced archives is presented as proof of ownership.*
3. *With unclaimed or unprotected archives, someone else less responsible would have taken them without protective custody.*
4. *War booty is frequently justified as ancient custom, 'to the victor the spoils'.*
5. *Archives can be claimed as reparations, as compensation for other lost property.*
6. *Removing the archives was legal at the time it happened (generally before 1970) even if that is no longer the case.*
7. *Removing the archives was acceptable practice at the time it happened even if attitudes have since changed.*
8. *"Partage," the practice of dividing up finds between foreign scholars and an undeveloped source country has been defended as a practical way to fund recovery, research, and preservation.*
9. *There is so much displaced archival material scattered in repositories around the country, even around the world, that returning them just opens the floodgates and sets precedents that would empty out worthy archival institutions.*
10. *The purpose of removing the archives is or was to promote scholarship by experts.*
11. *The purpose of removing the archives is or was to promote access, use, and exhibition for the public benefit.*
12. *The archives were rescued for the benefit of the culture that produced them.*
13. *The archives are joint heritage and belong in a world class repository; efforts to retain archives in the country of origin are nationalistic, even in some scholars' terms "retentionist."*
14. *Developed countries and advanced institutions are better equipped to maintain cultural property.*
15. *The end justifies the means if archives are rescued, taken to preserve them for the future.*
16. *There are digital surrogate copies available so the originals do not need to be returned. (Danielson, 2013).*

3.3.3.3. *Construto teórico 3: Cânone arquivístico*

O conceito de “cânone arquivístico” emergiu da análise do conjunto de textos incluídos como função teleológica da custódia de arquivos.

As ocorrências do conceito de *archival canon* na literatura arquivística surgem por via da transposição de conceitos oriundos dos Estudos Literários, aplicados ao conjunto de autores representativos de uma tradição ou escola de pensamento da Arquivística (Ashton, 2017; Cline, 2014; V. Harris, 2004; Tang, 2017; Trace & Ovalle, 2012). Servem como exemplo *Die deutschen Archivare: 1500-1945* (Leesch, 1992) e *Encyclopedia of Archival Writers, 1515-2015* (Duranti & Franks, 2019). O conceito de cânone – derivado da palavra grega *κανών* (*kanón*, de *κάννυς/kánna*, cálamo) – tem o sentido metafórico e metonímico de regra, medida, norma (Kolbas, 2001). O conceito foi ampliado para a ideia de *corpus* de textos selecionados por autoridade de acordo com um quadro axiológico de importância e de qualidade. Não obstante, a acepção que se adota aqui cinge-se ao cânone arquivístico institucional, como *corpus* documental derivado de um processo de escolha por instituições arquivísticas, através de mecanismos de aquisição e de representação da informação, cuja consagração pode gerar reconhecimento ou contestação por parte das comunidades.

As instituições arquivísticas, especialmente os arquivos históricos – considerados como instituições cruciais e configurações simbólicas da memória social (Jacobsen *et al.*, 2013) – concentram conjuntos documentais que derivam de “dominant cultural and political aims as defined by evolving attitudes within constructs of the nation-state” (Blouin, 1999, p. 102) e como “tools for the symbolic legitimation of power” (Assmann, 2008, p. 102). Harris acrescenta que “a canon is always in the process of being constructed, and the process expresses prevailing relations of power” (2004, p. 212). Matienzo (2008) estabelece uma relação entre canonização e o conceito de *archivalization* de Ketelaar (1999). Enquanto a *archivalization* incide particularmente como decisões (conscientes ou não) sobre o que é arquivável são determinadas por contextos sócio-culturais, a canonização “occur within an institutional context” (Matienzo, 2008). Por exemplo, a avaliação arquivística constitui um dos mecanismos para a constituição de cânones arquivísticos (R. Cox, 2004).

Os arquivos como instituições de memória adquiriram maior projeção após à Revolução Francesa (1789), o que significou uma mudança, no sentido kuhniano, de paradigma, “concebidos como serviços públicos, (...) ao serviço da memória do novo Estado-Nação” e com “o propósito de liberalização do acesso à informação dos arquivos pela generalidade da população” (F. Ribeiro, 2018, p. 18). Se a partir da Revolução Francesa a Arquivística obteve um impulso decisivo para o seu desenvolvimento teórico-metodológico, *le tour de force* decorreu com a deslocalização massiva de arquivos removidos dos seus contextos de criação e de acumulação originários, tanto ao

nível subnacional como internacional, através de “‘incorporationist’ policies, responsible for the concentration of archives under State tutelage” (F. Ribeiro, 2001, p. 297). Este tipo de paradigma – denominado, *inter alia*, como “historicista, patrimonialista e custodial” (F. Ribeiro, 2001, 2002a, 2002b, 2018; A. M. da Silva & Ribeiro, 2012) e, acrescente-se, colonialista – tinha como referência a formação de um cânone arquivístico institucional sob quadro axiológico baseado em “romantic, nationalist, historicist and centralist model” (F. Ribeiro, 2001, p. 307). O cânone arquivístico institucional consubstancia-se, assim, como “a historical grand narrative, consisting of selected figures, events, story lines, ideas and values, colligated by definite plots, perspectives and explanations” (Grever & Stuurman, 2007, p. 3). Assmann coincide com esta perspectiva ao associar o conceito de cânone arquivístico como um processo de “santificação”, “to endow texts, persons, artifacts, and monuments with a sanctified status” (Assmann, 2008, p. 100). Assim, o processo de “canonização” baseia-se em critérios de seleção, de valor e de durabilidade, conforme explicita: “selection presupposes decisions and power struggles; ascription of value endows these objects with an aura and a sacrosanct status; duration in cultural memory is the central aim of the procedure” (Assmann, 2008, p. 100). Ketelaar integra a relação entre arquivo e cânone proposto por Assmann no quadro do “representational turn”, especialmente em “how to define the unique qualities of archives as “touchstones” for memory” (Ketelaar, 2017a, p. 256). A constituição da memória coletiva deriva desta relação de poder dos arquivos institucionais – como “arquivos-templos” ou “arquivos-prisões”, tropos sugeridos por Ketelaar (2002) – especialmente da capacidade de constituir cânones entre o que pode ser lembrado ou esquecido e entre o que pode ser mostrado ou ocultado. Como tal, pode proporcionar uma “tension between the canon and the archive, or, in other words, between the contraction of cultural memory and its expansion” (Assmann, 2008, p. 102).

O cânone arquivístico corresponde, em certa medida, àquilo que Foucault referiu como “la loi de ce qui peut être dit” (1969, p. 170). Como tal, o cânone arquivístico pode ser interpretado, na esteira de Lyotard (1979), como uma metanarrativa (*métarécit*), como assertivamente Harris refere: “every canon *is* a metanarrative” (2004, p. 218). Os arquivos como instituições de memória constituem, desta forma, espaços simbólicos para a construção de uma narrativa de memória nacional patrocinada pelo Estado (Berger, 2013) e que simbolizam o poder Estatal (Skarpelis, 2020). São representados por antonomásia como “‘national memory’, ‘collective memory’, ‘national identity’, ‘heritage’ and ‘public access’” (Karabinos, 2018a, p. 177), incorporados “as a master narrative of a community’s history, embodied in the social routines and professional mentalities of its recognized (...) specialists” (Grever & Stuurman, 2007, pp. 4–5). No entanto, a custódia dos arquivos está a ser desafiada pela emergência de novas tecnologias, que podem gerar novas geografias de poder e estratégias retóricas de representação (N. R. Johnson, 2020), o que torna o

cânone arquivístico institucional contextualmente dependente da tecnologia dominante e desafiando concepções clássicas de territorialidade, inalienabilidade e soberania (Lemieux, 2019; Rogers & Duranti, 2017) em contexto pós-nacional (A. J. Gilliland, 2017).

Considerando que o cânone arquivístico institucional se exprime, também, através de diversos mecanismos de representação da informação arquivística, importa perscrutar como o fenómeno dos arquivos deslocados “have lost their original “place in life” (*Sitz im Leben*) and entered a new context which gives them the chance of a second life that considerably prolongs their existence” (Assmann, 2008, p. 103). O cânone arquivístico institucional pode constituir-se naquilo que Caswell, apoiando-se no conceito de essencialismo estratégico de Spivak, refere como “as community archives practitioners, can simultaneously build archives around identity categories and collect materials that denaturalize the categories themselves” e que “through strategic essentialism, we can both acknowledge that identity categories are often socially constructed by the powerful in order to marginalize those who are perceived to fit within those categories” (2014, p. 41).

Com base nestes pressupostos, constituímos o tema de “cânone(s) arquivístico(s)” como parte integrante da teoria da representação da informação arquivística em arquivos deslocados, na forma como evoluem os discursos de representação em termos de contestação pós-moderna de narrativas estabelecidas pelas entidades custodiantes em relação aos arquivos removidos dos seus contextos originários. Para tal, constituímos duas subcategorias que emergiram da literatura sob o tema de reconstituição – reunificação e revitalização – que a seguir se explanam.

Quadro 10 – Construto teórico 3: Cânone arquivístico

Temas iniciais	Códigos emergentes/estudos que corroboram	Sub-categorias	Categorias finais/construtos teóricos
Reconstituição	(C9) Conflito armado: (C9a) <i>instrumentos de acesso:</i> arquivos confiscados tendem a ser descritos de forma meticolosa (fins de inteligência) (Grimsted, 1991a); existência de instrumentos de acesso como elemento fulcral na identificação e repatriação de arquivos (Grimsted, 1991a); justificação da inalienabilidade pela via reapropriação de bens por meio de instrumentos de acesso (D. Cox, 2011); instrumentos de acesso sobre arquivos removidos pelas forças ocupantes nem sempre divulgam dados consistentes em termos de volume (D. Cox, 2014); ausência de instrumentos de acesso constitui uma forma de privação das comunidades afetadas em termos de acesso (D. Cox, 2014); arquivos confiscados após o conflito armado tendem a ser identificados e descritos para repatriação/constituição de cânones arquivísticos (Sinkoff, 2016); (C9b) <i>substituição de suporte:</i> produção de substitutos (digital/microfilme) como forma de assegurar o acesso ao conteúdo (Montgomery, 2012); produção de substitutos necessita não apenas a descrição do artefacto informacional mas também do conteúdo (Wood <i>et al.</i> , 2014); produção de substitutos requer modelos de participação com as comunidades representadas (Wood <i>et al.</i> , 2014); (C9c) <i>acessibilidade e custódia:</i> disseminação de arquivos confiscados na web por motivos políticos-ideológicos levanta problemas éticos relativamente às comunidades	Reunificação, Revitalização	Cânone(s) arquivístico(s)

Temas iniciais	Códigos emergentes/estudos que corroboram	Sub-categorias	Categorias finais/construtos teóricos
	<p>afetadas (Montgomery, 2012); tratados internacionais de restituição de bens culturais não determinam o dever de repatriação de arquivos na posse da força ocupante (Montgomery, 2012); casos de violação de direitos humanos podem ser suspensos, devido aos problemas de acesso volume (D. Cox, 2014); representações das materialidades em arquivos deslocados podem expor questões axiológicas subjacentes ao acesso (Lowry, 2019a); (C9d) classificação e descrição arquivísticas: descrição depende dos objetivos ideológicos da força ocupante (fins de inteligência) (Grimsted, 1991a); deficiências da organização dos arquivos confiscados, que não respeitam o princípio da proveniência, dificultam não só a recuperação mas também a sua representação reunificada (D. Cox, 2011; Grimsted, 1991a); ausência de marcas de posse tornou as unidades documentais como “por identificar” e “sem herdeiros” (Sinkoff, 2016); questões de equidade no acesso devem expor relações de assimetria de poder entre as comunidades e entidades custodiantes (Lowry, 2019a); descrição arquivística evoluiu consideravelmente com a evolução tecnológica, porém a representação da informação em relação às comunidades afetadas tem sido enviesada por motivos político-ideológicos (Wood <i>et al.</i>, 2014).</p> <p>(C10) Descolonização: (C10a) instrumentos de acesso: instrumentos de acesso construídos de forma colaborativa (P. Cooke, 2015); (C10b) substituição de suporte: produção de substitutos como forma de resolução de conflitos de custódia, como a herança conjunta e de reconstituição do património arquivístico (P. Cooke, 2015; Kecskeméti, 1985); produção de substitutos gera novos problemas como sustentabilidade, fosso tecnológico, cooperação longo prazo (Kecskeméti, 1985); produção de substitutos como forma de facilitar o acesso ao conteúdo (Kahunde, 2012); (C10c) acessibilidade e custódia: acesso livre digital está condicionado pela entidade custodiante, devido à difícil conciliação entre a proteção de propriedade intelectual e a revitalização cultural de comunidades em situação de vulnerabilidade (Kahunde, 2012); responsabilidade do Estado em tornar os arquivos removidos públicos (Phillips, 2013, 2016); ocultação de arquivos removidos motivos políticos-ideológicos para evitar crises em contexto pós-colonial (Phillips, 2013, 2016); fenómeno dos arquivos coloniais removidos falha na dimensão da pluralização, por terem sido deliberadamente ocultados pelas entidades custodiantes (Frings-Hessami, 2019b); questões de equidade no acesso devem expor relações de assimetria de poder entre as comunidades e entidades custodiantes (Lowry, 2019a); (C10d) classificação e descrição arquivísticas: arquivos coloniais exigem uma compreensão das taxonomias ou sistemas de classificação adotados, enquanto formas de hierarquização e de exclusão de comunidades (Stoler, 2002); representações da informação arquivística (colonial) constituem estruturas onto-epistemológicas de construção de poder (Stoler, 2002); descrição arquivística deve ser de forma participada com as comunidades afetadas (P. Cooke, 2015); classificação de arquivos como de soberania e de gestão conduziu à fragmentação de fundos (Shepard, 2017); classificação de arquivos coloniais deve ser analisada de forma crítica (Shepard, 2017); arquivo apropriado e reaproveitado incide na apropriação de bens para reinterpretção com propósito distinto da sua criação (Frings-Hessami, 2019b); questões de equidade no acesso devem expor relações de assimetria</p>		

Temas iniciais	Códigos emergentes/estudos que corroboram	Sub-categorias	Categorias finais/construtos teóricos
	<p>de poder entre as comunidades e entidades custodiantes (Lowry, 2019a).</p> <p>(C11) Secessão de Estados: (C11a) instrumentos de acesso: ausência de instrumentos de acesso ou a sua qualidade deficiente limita a identificação de arquivos dispersos entre diversas entidades custodiantes provenientes de uma determinada comunidade (Grimsted, 1987); importância dos instrumentos de acesso para identificar conjuntos documentais repatriáveis (Kamba & Mazikana, 1988); automação de instrumentos de acesso como processo para a identificação de arquivos (Grimsted, 1993b); necessidades de informação condicionadas pela qualidade dos instrumentos de acesso por motivos político-ideológicos (Grimsted, 1993b); produção de instrumentos de acesso deve ser feita segundo bases científicas (Grimsted, 1993b); instrumentos de acesso inadequados podem obscurecer a dimensão de arquivos (Lovering, 2017); (C11b) substituição de suporte: produção de substitutos e repartir entre países sucessores como forma de assegurar o acesso (Kamba & Mazikana, 1988); produção de substitutos requer um quadro de cooperação entre as partes interessadas (Grimsted, 1993b); meios digitais como estratégia de representação reunificada de arquivos dispersos (Boserup, 2005); produção de microfílm/digitalização como solução alternativa de repatriação material (Lovering, 2017); (C11c) acessibilidade e custódia: desclassificação de arquivos confiscados é uma condição <i>sine qua non</i> para a descrição dos arquivos, (re)organização e comunicabilidade (Grimsted, 1993b); arquivos nacionais que custodiam arquivos coloniais mantêm comunidades sub-representadas, para fundamentar o nacionalismo cultural em contexto de descolonização (Punzalan, 2006); (C11d) representação da integridade e organicidade: constituição de cânones arquivísticos sobre bens dispersos do que sobre os conjuntos documentais que custodiam (Grimsted, 1993b); (C11e) garantias literárias: importância das garantias literárias para a representação de arquivos expatriados (Lovering, 2017).</p> <p>(C12) Diáspora (e <i>sitibus/extra situs</i>): (C12a) instrumentos de acesso: instrumentos de acesso analógicos tornaram-se inadequados face às possibilidades das novas tecnologias (Blouin, 1992); preparação de instrumentos de acesso tem sido uma prática importante no processo de transferência de soberania desde a era moderna, especialmente como importante para a continuidade de negócio da comunidade sucessora (Lemmon, 1992); existência de instrumentos de acesso como condição <i>sine qua non</i> para a preparação de substitutos (Lemmon, 1992); instrumentos de acesso por meios digitais possibilitam a identificação e acesso aos documentos (Patkus, 2005); automação dos instrumentos de acesso como possibilidade de “repatriação” digital (Heverly, 2005); (C12b) substituição de suporte: recurso a novas tecnologias empodera as entidades custodiantes no controlo e acesso aos registos (Blouin, 1992); produção de substitutos (microfilme) como estratégia de “repatriação” e possibilidade de reunificação (Patkus, 2005); suportes digitais de elevada qualidade são fundamentais para assegurar o acesso contínuo (Lyons & Sands, 2009); a digitalização tem custos elevados, levantam questões de propriedade intelectual e de privacidade que variam entre países (Ngoepe & Netshakhuma, 2018); (C12c) acessibilidade e custódia: meios digitais ou constituição de arquivos locais (novos ou existentes) para assegurar o acesso às comunidades (Lyons</p>		

Temas iniciais	Códigos emergentes/estudos que corroboram	Sub-categorias	Categorias finais/construtos teóricos
	<p>& Sands, 2009); meio digital constitui um espaço de interações entre comunidades afetadas (Halilovich, 2014); cooperação é um aspeto fundamental na reunificação digital (Punzalan, 2014b); recuperação destes arquivos dispersos, suportados por medidas <i>ope legis</i>, visa a constituição de cânones arquivísticos (Niessen, 2018); o meta-arquivo pode ser uma fonte para a compreensão da proveniência dos arquivos removidos (Lehane, 2012); (C12d) classificação e descrição arquivísticas: avaliação da qualidade dos instrumentos de acesso é indispensável para se aferir sobre as suas (in)consistências descritivas (Blouin, 1992); entidades custodiantes podem representar narrativas diversas na representação de fundos (Punzalan, 2014b); instrumentos de descrição permitem identificar a propriedade, a proveniência e a ordem original dos arquivos deslocados (Punzalan, 2014b); (C12e) representação da integridade e organicidade: princípio da proveniência é fundamental para definir os parâmetros de representação reunificada (Blouin, 1992); destruição/fragmentação de arquivos e dispersão das comunidades afetadas conduzem a novas formas de reconstituição da memória através de história oral (Halilovich, 2014); dimensões da dispersão de arquivos do mesmo produtor podem ser geográficas, temporais, de proveniência e materiais (Punzalan, 2014b); identificação de arquivos constituídos no exílio não dispõe de métodos claros, sendo difícil de identificar lacunas ou destruições documentadas (Ngoepe & Netshakhuma, 2018); recurso às novas tecnologias possibilitam a representação reunificada de bens documentais dispersos (Niessen, 2018); processo de remoção de arquivo do local originário tende a ser não descrito pelos arquivistas, que tendem a ser construções artificiais procedentes da interpretação subjetiva (Lehane, 2012); (C12f) garantias literárias: dispersão de fundos do mesmo produtor permitiu o desenvolvimento de garantias literárias para a descrição arquivística em ambiente eletrónico (Blouin, 1992); recurso a garantias literárias aplicadas ao universo digital constitui uma base fundamental no processo de reunificação (Punzalan, 2014b); automatação deve ser suportada por garantias literárias para a descrição arquivística para representação e e reunificação (Heverly, 2005).</p> <p>(C13) Subnacional: (C13a) instrumentos de acesso: instrumentos de acesso devem ter em conta não apenas a descrição da entidade produtora como também representar as comunidades, elemento importante da proveniência (Bastian, 2006); instrumentos de acesso podem representar pejorativamente manifestações culturais de comunidades indígenas em resultado de uma “etnografia selvagem” e podem ter impacto emocional negativo nas comunidades (Curran, 2019); acesso digital pode não ser uma componente suficiente na repatriação sem um processo de mediação (Curran, 2019); (C13b) substituição de suporte: produção de substitutos como prática de repatriação para fins de revitalização de culturas (Amoros, 2019; Hilder, 2012); produção de substitutos de elevada qualidade é fundamental para assegurar o acesso contínuo (Treloyn & Emberly, 2013); repatriação digital pode levantar problemas de obsolescência tecnológica (E. M. Ellis <i>et al.</i>, 2019); dispersão das comunidades pode ser minimizada com o acesso digital aos recursos informacionais (Nordlinger <i>et al.</i>, 2019); (C13c) acessibilidade e custódia: restituição digital constitui uma forma para facilitar o acesso às comunidades indígenas (Crouch, 2010); questões éticas (propriedade intelec-</p>		

Temas iniciais	Códigos emergentes/estudos que corroboram	Sub-categorias	Categorias finais/construtos teóricos
	<p>tual) na disseminação de arquivos na <i>web</i> sem consentimento das comunidades (Crouch, 2010; Hilder, 2012); envolvimento das comunidades é fundamental não só no acesso e descrição de recursos mas na revitalização de práticas culturais em situação de vulnerabilidade (Barwick, Green, Vaarzon-Morel, <i>et al.</i>, 2019; Treloyn & Emberly, 2013); tecnologias de informação (móveis) podem ter um papel renovador no processo de revitalização (Treloyn & Emberly, 2013); problemas de sustentabilidade na gestão de arquivos e proveniências mal justificadas podem conduzir a que os arquivos fiquem órfãos (Barwick, Green, Vaarzon-Morel, <i>et al.</i>, 2019); sistemas de informação eletrônicos podem não ser adequados às comunidades (Barwick, Green, Vaarzon-Morel, <i>et al.</i>, 2019); rede de arquivos locais pode assegurar a revitalização de práticas culturais em comunidades vulneráveis (E. M. Ellis <i>et al.</i>, 2019); metodologias de decolonização constituem uma estratégia para revitalização de culturas através da repatriação de arquivos (Gibson, 2019; Kimberly, 2019); repatriação digital como processo de facilitação de acesso ao conteúdo pelas comunidades (Gibson, 2019); dispersão de recursos digitais enfrenta os mesmos problemas que os suportes analógicos no que concerne ao controlo do volume e acessibilidade (Gibson <i>et al.</i>, 2019); tecnologias digitais possibilitam a preservação e a acessibilidade aos recursos informacionais (Nordlinger <i>et al.</i>, 2019); acesso e regime de privacidade são estabelecidos pelas comunidades (Thorner <i>et al.</i>, 2019); (C13d) classificação e descrição arquivísticas: modelos participados na representação arquivística são um fator crítico de sucesso (Crouch, 2010); representação da proveniência e propriedade não podem esquecer os direitos indígenas e modelos participados podem enriquecer a forma como se descrevem arquivos (Christen, 2011; Iacovino, 2010); esquemas de metadados e ferramentas de prospecção de dados digitais devem ser feitos com ética e de forma participada no processo de descrição arquivística (Bracknell & Scott, 2019); “lógica da extração” como prática colonialista prevalecente na representação da informação arquivística, transposta para as novas tecnologias (E. M. Ellis <i>et al.</i>, 2019); participação das comunidades como processo importante na descrição arquivística (Gibson <i>et al.</i>, 2019); descrição arquivística aplicada à documentalização de conhecimentos das comunidades (McKemmish <i>et al.</i>, 2019); representações coloniais como extração, hierarquização e exclusão de comunidades (McKemmish <i>et al.</i>, 2019); adaptação de metainformação ao sistema de conhecimento indígena no processo de retorno de arquivos (Thorner <i>et al.</i>, 2019); (C13e) garantias literárias: garantias literárias para a descrição arquivística devem ser adaptadas em função do sistema de representação do Conhecimento Indígena (Christen, 2011; Iacovino, 2010); adoção de garantias literárias condicionada por abordagens idiossincrásicas das entidades custodiantes (Barwick, Green, Vaarzon-Morel, <i>et al.</i>, 2019).</p>		

Fonte: Elaboração própria. Dados da investigação: <<https://osf.io/gzj3u>>.

Reunificação. A dispersão de arquivos do mesmo produtor entre diversas entidades custodiantes, qualquer que tenha sido os fatores incoativos, instiga a que se definam estratégias para uma reunificação de arquivos. A reunificação não se limita, contudo, à junção de artefactos dispersos entre entidades custodiantes – que até podem estar na custódia de uma única entidade na sua

totalidade – mas na reunificação *com* as comunidades desapossadas. Punzalan (2014b) identificou quatro dimensões contextualizadoras em torno dos fenômenos de dispersão de arquivos, que consistem nas dimensões geográficas, temporais, de proveniência e materiais. Apesar de esta abordagem ser útil para a compreensão dos fatores etiológicos de dispersão, a literatura apenas considera duas vias para a concretização da reunificação material: uma consiste na via da reunificação física e a outra na reunificação virtual. A reunificação física constitui um dos mais complexos processos de resolução, dado que envolve questões patrimoniais que interferem no âmbito jurídico. Apesar de a reunificação física – pela via da restituição, repatriação, retorno ou relocação – constituir uma matéria que motiva a congregação de esforços entre os organismos internacionais e nacionais (tanto governamentais como não governamentais) para a resolução de conflitos de custódia de arquivos, Lowry (2017a, 2019b), Cox (2017), Kecskeméti (2017) e Montgomery (2012) realçaram que a via legal tem sido pouco eficaz. Conforme já analisado anteriormente, a reunificação física conflitua com questões relativas à inalienabilidade dos bens culturais, conceito vinculado à soberania e ao nacionalismo cultural (Caswell, 2013; D. Cox, 2010, 2017; Montgomery, 2015a). Restituições físicas de arquivos aos países ou comunidades originárias como valor reconstitutivo, se ocorreram, foram muito escassas, comparativamente aos inúmeros casos que permaneceram por resolver (Sinkoff, 2016). A outra via consiste na reunificação virtual (ou digital), que Punzalan define como “the strategy of putting together physically dispersed heritage collections in order to produce a consolidated, digitized representation of scattered artifacts, literary and artistic works, and/or archival records attributable to a single origin or common provenance” (2014a, p. 300). Entre as razões que motivam às instituições a apoiarem-se nesta estratégia, Punzalan enumera: “(1) transcend geographic dispersion for objects that cannot be physically reunited due to vague or contentious ownership concerns, (2) overcome physical limitations of formats and genre, (3) collaborate with institutions holding complementary collections, (4) show how dismantled collections or missing fragments of artifacts appeared in their entirety, (5) preserve or conserve original artifacts, (6) represent or exhibit collections in a new way by means of new and emerging technology, and, finally, (7) open up opportunities for institutions to work collaboratively with researchers and scholars in making an online product” (Punzalan, 2014a, p. 300). A dispersão de arquivos proporcionou um salto teórico e metodológico relevante para o desenvolvimento de garantias literárias com vista à descrição arquivística em ambiente eletrônico, como sugerido por Blouin (1992), no caso dos arquivos do Vaticano⁴⁰, e por Heverly (2005), referente aos arquivos literários de *émigrés* na custódia entre universidades americanas e alemãs. Como já referimos acima, a existência de instrumentos de acesso que representem arquivos na condição de deslocados constitui um requisito indispensável para o processo de reunificação tanto física como digital (Grimsted, 1987, 1991a, 1993b; Heverly, 2005; Kamba & Mazikana, 1988;

⁴⁰ Apesar de o texto não ter sido recuperado dentro dos critérios da presente metassíntese, cf. o artigo de Cuccia (2013) para melhor clarificação sobre este caso.

Lemmon, 1992; Patkus, 2005). A existência de instrumentos de acesso não é, contudo, um elemento suficiente em si. Tais *instrumenta* devem ser avaliados para poder-se aferir sobre as suas (in)consistências descritivas em matéria de representação da propriedade, da proveniência e da ordem original sobre arquivos na condição de deslocados (Blouin, 1992; D. Cox, 2011, 2014; Grimsted, 1991a; Lehane, 2012; Lovering, 2017; Punzalan, 2014b) e sobre qualidade dos esquemas de metainformação (Bracknell & Scott, 2019). Também, diversos autores apontaram para a importância de se perscrutar o recurso às garantias literárias como requisito crítico para a representação reunificada. Por um lado, as garantias literárias possibilitam a normalização das descrições arquivísticas com vista à uma representação reunificada (Barwick, Green, Vaarzon-Morel, *et al.*, 2019; Blouin, 1992; Grimsted, 1993b; Lovering, 2017; Punzalan, 2014b) e, por outro, minimizam vieses de descrição por motivos políticos e ideológicos (Grimsted, 1993b), designadamente na forma como as entidades custodiantes justificam a aquisição de arquivos removidos dos seus contextos originários em instrumentos de acesso (D. Cox, 2011). Se a produção de instrumentos de acesso automatizados facilita a representação reunificada dos conjuntos documentais e a produção substitutos (micrografias/digitalizações) de forma consistente, a disponibilização de conteúdos digitais como processo de “repatriação digital” deve ser proporcionada com o suporte da mediação informacional, especialmente para minimizar o fosso digital entre as comunidades reivindicantes e as instituições custodiantes (Curran, 2019; Gibson *et al.*, 2019). A via da “repatriação digital” tem sido apontada, como já se aludiu atrás, como solução possível na resolução de conflitos de custódia, constituindo-se uma espécie de “via diplomática” (Boserup, 2005; Christen, 2011; Kamba & Mazikana, 1988; Niessen, 2018; Patkus, 2005), especialmente em projetos de herança conjunta (P. Cooke, 2015; Kecskeméti, 1985) e na facilitação do acesso ao conteúdo (Heverly, 2005; Kahunde, 2012; Montgomery, 2012; Nordlinger *et al.*, 2019; Wood *et al.*, 2014). No entanto, diversos estudos apontaram para a importância da sustentabilidade dos projetos de produção de substitutos, atendendo aos riscos de obsolescência tecnológica e de cooperação a longo prazo (E. M. Ellis *et al.*, 2019; Kecskeméti, 1985; Punzalan, 2014a). Projetos de microfilmagem e de digitalização devem ser realizados segundo padrões de elevada qualidade para assegurar o acesso contínuo por parte das comunidades a quem os conjuntos documentais dizem respeito (Treloyn & Emberly, 2013). Para além dos objetivos de reunificação de arquivos já apontados por Punzalan (2014a, 2014b), as entidades reivindicantes procuram constituir cânones arquivísticos a partir de conjuntos documentais que se encontram na diáspora, tanto os que foram removidos *e sitibus* (por motivo de conflito armado, descolonização, secessão, etc.) ou constituídos *extra situs* (*u. g.*, por iniciativa das comunidades na diáspora em contexto pós-guerra ou pós-colonial). A principal característica que corrobora esta estratégia de reunificação consiste no interesse das entidades reivindicantes em pretenderem representar conjuntos documentais dispersos sob denominações etnonímicas latinizadas, como *Rossica/Sovietica* (Grimsted, 1993a), *Ucrainica*

(Grimsted, 1987, 1991a, 1993a), *Baltica* (Grimsted, 1993a), *Polonica* (Grimsted, 1993a), *Rhodesiana* (Dritsas & Haig, 2014), *Judaica* (Schenkolewski-Kroll, 2016) e *Hungarica* (Niessen, 2018), entre outras formas. Esta estratégia também tem sido adotada para os arquivos das frentes de liberação constituídos no exílio durante o *Apartheid* (Garaba, 2011; Ngoepe & Netshakhuma, 2018). Porém, estas abordagens reconstitutivas encontram-se condicionadas a um conjunto de factores que podem ser limitadores para as comunidades desapossadas, como os problemas de desclassificação de arquivos capturados em contexto pós-guerra (Grimsted, 1993b) ou durante a descolonização (Shepard, 2015, 2017) e na custódia estrangeira; ou com a apropriação em contexto subnacional ou de sucessão de Estados para fins de reinterpretação ou modificação (Frings-Hessami, 2019a, 2019b). Além disto, a disseminação de arquivos confiscados via internet levanta problemas éticos relativamente às comunidades afetadas (Montgomery, 2012), especialmente quando as entidades custodiantes se sustentam em narrativas que visam transmitir uma ideia de legitimação da custódia para, conseqüentemente, obscurecer a proveniência (Grimsted, 1993a; Lowry, 2019a).

Revitalização. Os estudos sobre património cultural dão especial ênfase para a importância da repatriação, restituição ou retorno – seja física, seja digital – como forma de revitalização das comunidades em situação de vulnerabilidade. A revitalização permite que as comunidades despossadas recuperem e reinterpretem os seus “cânones(s) arquivístico(s)”. Como já foi apresentado acima, a remoção de arquivos dos seus contextos originários pode gerar contextos disruptivos no ecossistema social, como a desvitalização da diversidade cultural ou a dificuldade de assegurar o normal funcionamento das instituições (públicas ou privadas) e das comunidades despossadas. Por exemplo, a ausência de instrumentos de acesso sobre arquivos removidos dos seus contextos originários, por motivo do conflito armado ou em contexto de descolonização, deixou diversas comunidades privadas da possibilidade de recorrerem à justiça para poderem ser ressarcidas de violações de que foram alvo ou de os seus direitos (de identidade, de propriedade, de acesso à informação, etc.) terem permanecido suspensos (D. Cox, 2014). A ausência de *instrumenta* que assegurem a possibilidade de identificação de arquivos removidos pode ser intencionalmente mantida oculta por motivos políticos-ideológicos para evitar crises em contexto pós-colonial (Phillips, 2013, 2016). Porém, esta situação também pode conduzir a que conjuntos documentais fiquem na condição de “órfãos” ou “sem herdeiros”, devido à falta de elementos contextualizadores sobre a sua proveniência (Barwick, Green, Vaarzon-Morel, *et al.*, 2019; Sinkoff, 2016). Esta estratégia de desposseção também se manifesta na forma como as instituições custodiantes representam os arquivos removidos em novos sistemas de informação através do prolongamento de práticas colonialistas baseadas na “lógica da extração”, na “etnografia selvagem”, na representação pejorativa de comunidades, na hierarquização e na exclusão, com o suporte das novas tecnologias e disseminados sem o consentimento das comunidades despossadas (Crouch, 2010;

Curran, 2019; E. M. Ellis *et al.*, 2019; Hilder, 2012; C. G. Hill, 2017; McKemmish *et al.*, 2019; Stoler, 2002; Wood *et al.*, 2014). Diversos autores sugerem uma análise “along the grain” (Stoler, 2002, p. 100), especialmente como as entidades custodiantes representaram as comunidades desapossadas em diversos *instrumenta* (instrumentos de acesso, taxonomias, etc.) (Punzalan, 2006; Shepard, 2017). O que está em causa na representação da informação sobre arquivos removidos dos seus contextos originários consiste no problema da equidade no acesso, onde subsistem assimetrias de poder na relação entre as comunidades desapossadas e as entidades custodiantes (Lowry, 2019a). A responsabilidade das entidades custodiantes, especialmente em entidades públicas, consiste em envidar esforços em assegurar o acesso aos arquivos deslocados (Grimsted, 1993a; Phillips, 2013, 2016), que deve procurar formas de conciliação entre regimes jurídicos nem sempre compatíveis entre países e territórios, como as questões de propriedade intelectual e regime de proteção de dados (Kahunde, 2012; Ngoepe & Netshakhuma, 2018). Para fazer face a isto, diversos autores apontaram para modelos participados na representação da informação arquivística – por vezes denominados como metodologias de descolonização (Gibson, 2019; Kimberly, 2019) – como forma de desconstruir narrativas dominantes que representaram as comunidades desapossadas (P. Cooke, 2015; Crouch, 2010) e como estratégia para a revitalização de culturas em situação de vulnerabilidade (música, tradição oral, língua, etc.) (Barwick, Green, Vaarzon-Morel, *et al.*, 2019; E. M. Ellis *et al.*, 2019; Treloyn & Emberly, 2013). Tais metodologias participadas na representação da informação arquivística oferecem a possibilidade de as comunidades (*lato sensu*) definirem critérios de acessibilidade e regimes de privacidade (Blouin, 1992; Thorner *et al.*, 2019), de definirem esquemas de metainformação adaptados (*u. g.*, conformidade com a ontologia indígena) (Christen, 2011; Iacovino, 2010; McKemmish *et al.*, 2019; Thorner *et al.*, 2019), de contruírem garantias literárias (Christen, 2011; Iacovino, 2010) e dos requisitos para a produção de substitutos (Amoros, 2019; Grimsted, 1993a; Hilder, 2012; Lyons & Sands, 2009; Wood *et al.*, 2014). Além disto, diversos autores realçaram que, apesar de a restituição física acarretar custos por vezes proibitivos para as comunidades em termos de preservação e custódia, o acesso através das novas tecnologias pode constituir um meio fungível se o processo de restituição for um processo participado (Amoros, 2019; Crouch, 2010; Gibson, 2019; Hilder, 2012; Nordlinger *et al.*, 2019) e gerar efeitos multiplicadores no processo de revitalização (Treloyn & Emberly, 2013). Porém, nem todos os sistemas de informação eletrónicos podem ser adequados às comunidades reivindicantes (Barwick, Green, Vaarzon-Morel, *et al.*, 2019) e a produção de substitutos (digitalizações ou microfimes) pode acarretar custos elevados se os ambientes sociais, políticos, tecnológicos e financeiros mudarem (Ngoepe & Netshakhuma, 2018; Punzalan, 2014a). Lowry (2019a) sublinhou as inconsistências dos argumentos das entidades custodiantes ao defenderem a fungibilidade entre o analógico e o digital baseados, como já apontamos mais acima, no “otimismo cruel”. Estas abordagens endossam o papel da participação das

comunidades no processo de representação da informação de arquivos removidos como um elemento crítico para a revitalização de práticas culturais, especialmente aquelas que estão em risco. Desta forma, Bastian (2006) sugere uma expansão da representação da proveniência que inclua os sujeitos representados – “community of records” – e não apenas as entidades produtoras como princípio norteador da custódia de arquivos.

3.4. Discussão

3.4.1. Características gerais da amostra

O objetivo desta metassíntese consistiu em perscrutar na literatura perspectivas teóricas sobre como os arquivos deslocados têm sido representados em instrumentos de acesso à informação. Tal nos permitiu identificar estudos qualitativos relacionados com o fenômeno dos arquivos deslocados, de modo a possibilitar a construção de teoria em torno de questões de representação da informação arquivística em instrumentos de acesso à informação. Foram incluídos, para este efeito, 155 estudos, que resultaram da abordagem metodológica da revisão sistemática de estudos qualitativos. O conjunto de textos incluídos evidencia uma diversidade de contextos de desposseção, que abrange, do ponto de vista territorial, casos subnacionais e internacionais. Os principais fatores incoativos de remoção de arquivos dos seus contextos originários derivam, *inter alia*, do conflito armado, de processos de descolonização e/ou de secessão/sucessão de Estados e do tráfico ilícito de bens culturais. Além disto, emergiram novos casos de arquivos constituídos na diáspora (*u. g.*, por motivo de exílio), casos de conflito de custódia em contexto subnacional (*u. g.*, transferência de soberania entre Nações ou reformulação das fronteiras nacionais) e em ambiente de Nuvem computacional. Esta diversidade também se manifesta em conjuntos documentais não só com valor histórico/administrativo para as comunidades desapossadas, mas também nas suas múltiplas materialidades (analógico/digital, audiovisual, textual, iconográfico, etc.). Como resultado desta diversidade de contextos, acrescem questões de consistência conceptual, que derivam da dificuldade de definição do estatuto dos arquivos removidos dos seus contextos originários para os novos contextos de custódia.

Como resultado deste mapeamento, constituímos três categorias finais. Tais categorias emergiram do conjunto de textos incluídos em torno de processos de representação da informação arquivística em contexto de remoção, de recuperação e de reconstituição respeitantes a arquivos na condição de deslocados, a saber: (i) “anarquismo como (não) representação”, (ii) “arquivo de arquivo” (como “meta-arquivo” e “arqui-arquivo”) e (iii) “cânone(s) arquivístico(s)”. Sobre o tema (i), agrupámos em duas subcategorias, a reapropriação/recetação e a reconfiguração como processos de representação “anarquívica” em contexto de remoção de arquivos. No tema (ii), explorámos como os “arquivos dos arquivos” possibilitam não só uma representação restaurada de

arquivos removidos dos seus contextos originários como também proporcionam ambientes de revidação entre representações. Por último, o tema (iii) explorou como a representação de arquivos deslocados em instrumentos de acesso à informação se posiciona em relação à reunificação e à revitalização como estratégia reconstitutiva de cânones arquivísticos.

Pudemos perceber que poucos estudos dão ênfase à importância da existência de instrumentos de acesso à informação como base para a identificação de arquivos na condição de deslocados. Porém, alguns elementos corroborados na literatura reconhecem que a simples existência de instrumentos de acesso à informação não é garantia em si mesma de que tais *instrumenta* sejam fiáveis. Algumas entidades custodiantes de arquivos removidos dos seus contextos originários tendem a manipular, com ou sem o suporte de garantias literárias para a descrição arquivística, o conteúdo por motivos políticos e ideológicos para obscurecer a proveniência (Dritsas & Haig, 2014; Grimsted, 1998; Karabinos, 2013; Lovering, 2017; Namhila, 2016; Stein, 2015) e descaracterizar a ordem original (Caswell, 2012; Frings-Hessami, 2019a). Além disso, a representação da propriedade e da custódia sobre bens arquivísticos deslocados dos seus contextos originários tende a eufemizar mecanismos de aquisição (Balcells, 2014; Grimsted, 1987, 1998, 2001; Montgomery, 2001; Sela, 2018b), o que exige uma prospeção hermenêutica não só dos instrumentos de acesso como também dos sistemas de “meta-arquivo” e de “arqui-arquivo”. Se bem que a automatização de instrumentos de acesso possibilitou o desenvolvimento de garantias literárias para a descrição arquivística em ambiente digital – como, por exemplo, a transposição dos esquemas de metainformação do ISAD(G) em EAD – alguns autores realçaram as potencialidades que o universo digital pode oferecer para a representação reunificada e para a reunificação digital, como forma de proporcionar-se o acesso à informação (Blouin, 1992; Grimsted, 1993a, 1993b; Yeo, 2009) e a “repatriação digital” (Amoros, 2019; Boserup, 2005; Curran, 2019; Heverly, 2005; Hilder, 2012; Patkus, 2005; Punzalan, 2014a). Um dos aspectos importantes realçados pelos autores consiste no papel que as garantias literárias para a descrição arquivística podem assumir na normalização da representação da informação arquivística, especialmente no ambiente digital (Ahmed, 2018; Blouin, 1992; Heverly, 2005; Lovering, 2017; T. Peterson, 2000; Punzalan, 2014a, 2014b). Porém, Yeo (2009) concluiu que o recurso a garantias literárias para a descrição arquivística sobre arquivos em custódia dispersa não assegura que o produto final adote uma representação reunificada. Verificamos, também, a difícil conciliação entre o ensejo de normalização para minimizar descrições arquivísticas idiossincrásicas (Barwick, Green, Vaarzon-Morel, *et al.*, 2019) e a necessidade de adaptação em função de públicos muito diversos, como, por exemplo, a adaptação dos esquemas de meta-informação de acordo com o sistema de conhecimento indígena (Christen, 2011; Iacovino, 2010).

Estes aspectos confluem na questão da fungibilidade entre a produção de cópias de substituição, como forma de facilitação do acesso ao conteúdo, e a não restituição dos originais. Diversos autores consideram esta perspectiva como forma positiva de resolução de conflitos de custódia colocando a ênfase no acesso à informação (Ashie-Nikoi, 2019; Boserup, 2005; P. Cooke, 2015; Frick, 2015; Grimsted, 2006; Hennerbichler & Montgomery, 2015; Kahunde, 2012; Kamba & Mazikana, 1988; Karabinos, 2013, 2015; Kecskeméti, 1985; Lovering, 2017; Lyons & Sands, 2009; Montgomery, 2012, 2013; Nannyonga-Tamusuza & Weintraub, 2012; Nordlinger *et al.*, 2019; T. Peterson, 2000; Schenkolewski-Kroll, 2016; Shepard, 2015, 2017; Treloyn & Emberly, 2013; Vaarzon-Morel & Kelly, 2019; Winn, 2015; Wood *et al.*, 2014). Contudo, alguns autores, se não refutam esta perspectiva, ao menos reconhecem que não é uma solução perfeita, devido aos custos associados à custódia física resultantes da obsolescência tecnológica, do fosso digital, das questões de propriedade intelectual, da sustentabilidade a longo prazo em ambientes sociais, políticos, económico-financeiros e tecnológicos em constante mutação (E. M. Ellis *et al.*, 2019; Kecskeméti, 1985; Ngoepe & Netshakhuma, 2018; Treloyn *et al.*, 2016). Lowry (2019a), por exemplo, criticou a forma como os argumentos em torno da “repatriação digital” proporciona um ambiente de “otimismo cruel”, que amplifica as assimetrias de poder entre as entidades custodiantes e as comunidades desapossadas. Além disto, as entidades custodiantes apoiam-se na produção de substitutos, seja pela via de micrografias, seja pela via das novas tecnologias (digitalização e/ou disseminação na *web*) como forma de reapropriação da custódia dos arquivos ou de reafirmação do seu “cânone arquivístico” (Ahmed, 2018; Frings-Hessami, 2019a; Grimsted, 1993a, 2010b; Lowry, 2019a; Namhila, 2016). Sobre esta abordagem, Jim Enote, antigo director do *A:shiwi A:wam Museum and Heritage Center* (Estado Unidos da América), questionou “If digital surrogates were so good, why didn’t the institutions, researchers, and scholars keep them, and return the original, nondigitized, analog object to the community instead?” (Bell *et al.*, 2013, p. 197).

Se o acesso constitui um elemento crítico em torno da questão dos arquivos deslocados – uma vez que o acesso por meios digitais, por exemplo, não é equivalente ao acesso e à posse física dos arquivos, e, como tal, “digital surrogates do not capture the physical format, lose the context and clues to original order and provenance” (Danielson, 2013) – vários autores apontaram para modelos conciliatórios baseados na participação entre comunidades desapossadas e entidades custodiantes. Este modelo de participação propicia um espaço para as comunidades desapossadas na (re)interpretação das representações arquivísticas sobre conjuntos documentais removidos, tanto em processos de descrição como na produção de representações digitais e, ainda, na determinação de regimes de acessibilidade (Bracknell & Scott, 2019; Caswell, 2013; Christen, 2011; P. Cooke, 2015; Crouch, 2010; Gibson *et al.*, 2019; Iacovino, 2010; Nannyonga-Tamusuza & Weintraub, 2012; Vallier, 2010; Wood *et al.*, 2014).

Do conjunto de aspetos relevantes identificados no processo construção de teoria – “anarquismo como (não) representação”, “arquivo do arquivo” (como “meta-arquivo” e “arqui-arquivo”) e “cânone(s) arquivístico(s)” – a presente análise também aponta para a dimensão ética subjacente às questões de representação da informação em instrumentos de acesso arquivísticos relativos a arquivos na condição de deslocados (Barwick, Green, Vaarzon-Morel, *et al.*, 2019; Danielson, 2013; Grimsted, 2010b; Iacovino, 2010; Irvine, 2009; Winn, 2015). Lowry propõe uma “ethics of custodianship” que desafia “individual archivists to take responsibility, rather than directing (and diffusing) responsibility at the institutional level” (2019b, p. 353). A nosso ver, à ética da custódia de arquivos deslocados acrescentaríamos *a fortiori* a ética da representação da informação sobre arquivos removidos dos seus contextos originários, dado constituir um elemento crítico para a sua identificação. Consideramos que a representação da informação sobre arquivos deslocados pode suportar a proposta de Lowry de “critical displaced archives theory” (2019b, p. 353), na exploração das dimensões discursivas, retóricas e genológicas em torno dos instrumentos de acesso à informação e das suas garantias literárias, mas não pode prescindir uma compreensão sobre a causalidade subjacente ao fenómeno. Apesar de alguns autores apontarem nesta direcção (A. Silva *et al.*, 2015), o *Código de Ética* do Conselho Internacional de Arquivos recomenda que “archivists should cooperate in the repatriation of displaced archives” (International Council on Archives, 1996), aspecto reforçado também nos *Princípios Básicos sobre o Papel dos Arquivistas na Defesa dos Direitos Humanos* (International Council on Archives, 2016a). Para Ketelaar, o dever ético e deontológico dos arquivistas passa por “making the disputed archives accessible, (...) by providing finding aids and other tools that will enable any interested individual or community to use the archives effectively” (2017b, p. ix).

3.4.2. Limitações e possibilidades de investigação

Os resultados obtidos desta metassíntese enfrentaram algumas limitações. A principal limitação consistiu na dimensão de estudos que, se tivessem sido aplicadas restrições, poderiam não ser teoricamente relevantes para o fenómeno de interesse e perspectiva escolhidos. Apesar dos critérios formais, resolvemos esta dificuldade seguindo a recomendação de Finfgeld-Connett (2010, 2013, 2014, 2018) em adotar uma abordagem expansiva e recorrer ao método da Teoria Fundamentada. Dado que a maior parte dos textos se basearam em métodos qualitativos materializados em análises históricas e em estudos de caso, grande parte dos estudos incluídos não se centrou especificamente em torno da representação da informação arquivística em instrumentos de acesso. Para poder-se extrair informação relevante para a construção de teoria, tivemos de atermos-nos ao texto recorrendo à codificação *in uiuo*. Apesar de a análise dos conteúdos dos textos derivar de interpretações subjetivas na descrição do fenómeno, sustentamos a interpretação a partir dos textos incluídos, controlando assim, até certo ponto, a subjetividade na interpretação dos dados.

Um dos aspetos que permaneceu fora da presente análise consiste no conceito de comunidade desapossada e como se manifesta na questão do acesso aos arquivos que lhes foram removidos. O cerne da disputa pela custódia de bens requer o envolvimento entre as partes litigantes e os conflitos de custódia de arquivos só se consumam se uma das partes manifestar reivindicação. Alguns dos estudos que exploraram estratégias de revitalização de comunidades em situação de vulnerabilidade limitaram-se a casos que envolvem somente comunidades indígenas. Porém, esta leitura não está testada ou transposta a outras práticas de revitalização aplicada a outras comunidades desapossadas dos seus bens culturais que não se incluem na “indigenous-versus-settler template” (Fishman, 2010, p. 350).

Todavia, há todo um conjunto de aspetos que permaneceram por esclarecer. Até que ponto as garantias literárias para a descrição arquivística possibilitam a reunificação de arquivos dispersos entre diversas entidades custodiantes? Uma das hipóteses consiste no facto de haver representações idiossincrásicas em instrumentos de acesso à informação (tanto analógico como digital) que tendem a reproduzir “silos” informacionais. Como tal, as estratégias conducentes a uma representação reunificada tornam-se incompatíveis, especialmente quando estão em causa questões de interoperabilidade semântica. Esta hipótese pode ser parcialmente corroborada em Grimsted (1992, 1993a) e em Punzalan (2014a, 2014b).

É importante notar que as garantias literárias para a descrição arquivística, especialmente para o novo ambiente digital, tinham como propósito, também, representar e facilitar o acesso à informação sobre conjuntos documentais do mesmo produtor dispersos entre diversas entidades custodiantes. O desenvolvimento, por exemplo, do *Encoded Archival Description* visava “to provide a tool to help mitigate the fact that the geographic distribution of collections severely limits the ability of researchers, educators, and others to locate and use primary sources”, para resolver “the problem of universal physical access to the materials themselves, or, more accurately, to their intellectual content” (Pitti, 1997, p. 269). No entanto, como contornar o efeito que denominamos por “ditadura dos metadados” que condiciona *tout à fait* a identificação de arquivos removidos dos seus contextos e comunidades originárias? De facto, não se dispõe de uma abordagem metodológica que permita identificar arquivos na condição inequívoca de deslocados: todas as instituições arquivísticas, em maior ou menor grau, custodiam arquivos removidos dos seus contextos originários e, normalmente, não se encontram representados como estando nessa condição, principalmente em contexto subnacional. Devemos considerar até que ponto, em última análise, seria mais produtiva a realização de estudos genológicos sobre os instrumentos de acesso à informação, dado que o conjunto de textos incluídos não apontaram nesta direção⁴¹.

⁴¹ Grimsted (1993a), Karabinos (2017) e Sela (2018a, 2018b) analisaram casos de arquivos deslocados a partir dos instrumentos de acesso. Porém, a análise realizada por estes autores não evidencia como a análise genológica pode constituir um método de prospeção hermenêutica sobre estratégias de representação da informação arquivística sobre fundos documentais removidos dos seus contextos originários.

3.5. Conclusões e implicações

Esta revisão metassintética possibilitou aferir sobre como o fenômeno dos arquivos deslocados desafia a Arquivística e a Ciência da Informação em termos epistemológicos e metodológicos. Pudemos verificar que qualquer uma das funções da Arquivística – como o acesso, a classificação ou a avaliação – pode obscurecer ou esclarecer a proveniência e a ordem original de arquivos na condição de deslocados.

Esta metassíntese identificou 155 textos que apontam para a necessidade de um aprofundamento sobre a representação da informação arquivística em instrumentos de acesso à informação sobre arquivos removidos dos seus contextos originários. Pudemos verificar que grande parte dos textos não abordou de forma aprofundada esta questão, permanecendo como um tópico pouco explorado na literatura da especialidade.

Lowry (2019b) sugeriu uma “teoria crítica sobre arquivos deslocados”, propondo a exploração do fenômeno no quadro da “ética da custódia”. Contudo, consideramos que a ética da representação da informação sobre arquivos deslocados constitui um fator crítico que interperla às entidades custodiantes maior transparência e *accountability* sobre os conjuntos documentais custodiados.

Podemos tecer, a título de síntese, as seguintes conclusões:

- (i) **Remoção associada a fenômenos “anarquivísticos”**. A representação da informação sobre arquivos deslocados tende a serem reapropriados/recetados com vista à sua ocultação ou a serem reconfigurados, através da descaracterização da sua organicidade ou do obscurimento da sua proveniência por meio de denominações eufemísticas ou discriminatórias.
- (ii) **Recuperação relacionada com o “arquivo do arquivo”**. A literatura incluída indicou uma pista que aponta para o lugar dos “arquivos dos arquivos” (“arqui-arquivos” e “meta-arquivos”) na forma como estes influem na representação arquivística de arquivos removidos dos seus contextos territoriais e sociais originários. A restauração tende a representar arquivos removidos com recurso a instrumentos de acesso à informação e às novas tecnologias de reprodução, produzidos pelos “arqui-arquivos”. Tal estratégia pode suscitar cenários de revidação não só em relação aos argumentos sobre o acesso à informação como também às formas de relação de poder sobre as comunidades desapossadas. No entanto, verifica-se a prevalência do enfoque para aspetos tecnicistas da representação da informação em instrumentos de acesso à informação, onde se atribui mais importância às garantias literárias para a descrição arquivística e ferramentas de disseminação e de transferência de suporte e menos nas questões de representação semântica da informação.

- (iii) **Reconstituição como formação de “cânones arquivísticos”**. A tendência, que se verifica no conjunto de textos incluídos, consiste na constituição de cânones arquivísticos institucionais a partir da remoção dos arquivos dos seus contextos sociais e territoriais originários. A reunificação e a revitalização de arquivos deslocados podem ser reconstituídas dependendo da participação das comunidades desapossadas no processo de representação da informação. No entanto, é possível depreender que a restituição de arquivos pode corresponder a uma “desanonização” não só dos fundos, mas também do papel das instituições arquivísticas.

Esta metassíntese fornece evidências para a necessidade de se explorarem outras dimensões relacionadas com a representação da informação sobre arquivos deslocados. Entre as implicações práticas desta revisão sistemática, pudemos verificar que a existência de instrumentos de acesso à informação, suportados ou não por garantias literárias para a descrição arquivística, não assegura a identificação inequívoca de arquivos na condição de deslocados. A análise genológica e/ou retórica aos instrumentos de acesso à informação pode constituir-se como uma via de aferição sobre como se constituem e se legitimam cânones arquivísticos institucionais e das etiologias conducentes à remoção de arquivos dos seus contextos originários.

4. Identificando “arquivos deslocados” em Portugal: uma metassumarização

Portugal, considerando o seu percurso histórico, tem sido uma importante potência imperial e colonial europeia entre os séculos XV a XX. Os fenómenos de secessão/sucessão e de descolonização das dependências territoriais portuguesas ocorreram com maior ênfase com a independência do Brasil (1822), dos territórios integrantes do antigo Estado Português da Índia (1961), da Guiné-Bissau (1973), de Angola (1975), de Moçambique (1975), de Cabo Verde (1975), de São Tomé e Príncipe (1975), de Timor Leste (1975) e, por fim, com a transferência da soberania de Macau (1999). Devido ao extenso domínio territorial, foram constituídas instituições arquivísticas nas suas antigas possessões em contexto imperial e colonial, como Goa (1595), Angola (1930), Moçambique (1934), Macau (1952), Cabo Verde (1958) e São Tomé e Príncipe (1969). As restantes instituições arquivísticas das antigas possessões portuguesas foram criadas após à independência, como, por exemplo, o Brasil (1838), Guiné Bissau (1984) e Timor-Leste (2008).

Depois da Revolução dos Cravos (1974), para além do processo de descolonização subsequente, trouxe como corolário a reorganização político-administrativa do território nacional remanescente. Tal implicou, por exemplo, a conversão das ilhas adjacentes dos Açores e da Madeira, criadas pela Constituição de 1822, para a figura de Regiões Autónomas, com a Constituição Portuguesa de 1976. De igual forma, foi consagrado em 1931 uma rede nacional *avant la lettre* de arquivos e bibliotecas públicas nas sedes de distrito, não só no continente português, mas também nas ilhas. Contudo, a criação destas entidades não significou necessariamente a restituição ou a repatriação/relocação de arquivos que foram removidos para Portugal continental antes da sua institucionalização. No entanto, os estudos sobre história institucional destes arquivos permanecem incipientes, contando atualmente com escassa produção (Alpern, 1997; Dulley, 2017; Miller, 1974; R. Pereira, 2018; A. Sousa, 1992; T. R. Souza, 2003; Tembe, 2006, 2013), especialmente em torno dos seus “arquivos dos arquivos” e de formação dos seus “cânones arquivísticos institucionais”.

Apesar das vicissitudes históricas relacionadas com a manutenção, perda ou mudança de soberania sobre determinados territórios, tanto em contexto imperial ou/e colonial como pós-colonial/pós-nacional, houve consequências no destino dado aos bens documentais, especialmente aqueles que foram removidos dos seus contextos territoriais originários. Se os arquivos coloniais portugueses continham informação que “has been identified with projects of imperialist or colonialist domination” (Roque & Wagner, 2012, p. 1), a perceção com que se ficou em contexto pós-colonial e pós-nacional é que muitos arquivos foram removidos dos seus contextos territoriais originários ainda em período colonial e subnacional. Na entrevista feita a Alexandra Aparício, na

qualidade de diretora do Arquivo Nacional de Angola, foi referido que “em 1891, foi passada a ordem de que toda documentação anterior a 1874 deveria ser recolhida à Torre do Tombo, em Portugal” (Dulley, 2017, p. 231), apesar de muitos arquivos da administração portuguesa que permaneceram em Angola terem sido afetados por motivo de conflito armado em contexto pós-colonial (Simão, 2019). Noutro passo, Joel Tembe, como diretor do Arquivo Histórico de Moçambique, realçou que “since its independence, Mozambique has always placed importance on preserving and recovering its historical patrimony, paying particular attention to documents scattered elsewhere, mainly in Portugal” (Tembe, 2006, p. 2). Outra perceção foi a de que permaneceu “the impression that the Portuguese had carted off all the colonial records when Sao Tome and Principe became independent in 1975” (Alpern, 1997, p. 399). Grande parte da documentação removida tinha como entidades recetoras os arquivos nacionais portugueses, não só o Arquivo Nacional Torre do Tombo e o Arquivo Histórico Ultramarino, mas também outros arquivos históricos de âmbito ministerial, universitário e distrital, ou seja, entidades que integram o perímetro da administração central do Estado.

Existem exemplos de como diversos investigadores procuraram desenvolver instrumentos de acesso, estudos e projetos com vista a recuperar e a reconstituir sistemas de informação arquivísticos de antigas instituições coloniais dispersos entre entidades custodiantes portuguesas (Abrantes, 1997; Arruda, 2006; Boschi, 2018; Curto, 1987; Leme, 1997; J. Machado *et al.*, 2012; Martins, 2018; Paixão, 1997; Serrão, Leal, *et al.*, 1984; Tavares & Santos, 1998). O interesse em conhecer os arquivos insulares lusófonos do espaço atlântico, tanto em contexto pós-colonial como subnacional, também foi manifesto especialmente em torno dos arquipélagos da Madeira, dos Açores, de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe (F. Barros, 1999; M. F. Barros & Jardim, 1997; Barroso, 1999; Branquinho, 1997; J. G. R. Leite, 1999; Lopes, 1999; Medeiros, 1997; Rocha, 1999).

Apesar da consciência da dispersão de arquivos removidos dos seus contextos originários, as entidades custodiantes procuraram envidar esforços para desenvolver projetos de herança conjunta. Sobre isto, há alguns exemplos, como o desenvolvimento de guias e roteiros sobre países africanos de expressão lusófona (Instituto Português de Arquivos, 1992) e projetos de herança conjunta nas relações bilaterais entre Brasil-Portugal (Boschi, 2018) e *Registo Memória do Mundo da UNESCO*, no caso dos Arquivos dos Dembos (C. M. Santos, 2009), repartido entre Angola e Portugal. Sobre este último caso, Santos apontou como “les archives ndembu furent soigneusement sauvegardées tout au long des siècles par les chefs locaux dans leurs villages, avant que l’anthropologue António de Almeida ne les découvre et ne les transfère à Lisbonne, au cours des années 1930” (2009, p. 770).

As vicissitudes históricas que conduziram à remoção de conjuntos documentais dos seus contextos originários têm vários precedentes em Portugal. Entre os casos mais conhecidos, refira-se, a

título de exemplo, o confisco e/ou remoção dos bens documentais quando da extinção da Companhia de Jesus (1759), da extinção das ordens religiosas durante o Liberalismo (1834 e 1862) e a implantação da República (1911) e da Revolução dos Cravos (1974). Diversos autores exploraram contextos e mecanismos de despossessão, como, por exemplo, o confisco das livrarias e cartórios conventuais em Portugal no século XIX (Barata, 2003, 2004, 2005, 2011; Campos & Roque, 2016; Giurgevich & Leitão, 2016; F. Ribeiro, 2006). Ribeiro (2008b) explorou a partir do “arquivo do arquivo” da Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos as vicissitudes custodiais de diversos fundos removidos dos seus contextos originários e as motivações dos seus agentes na constituição de “cânones arquivísticos institucionais”. No entanto, no contexto de criação de entidades pelo regime liberal, como o Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos (1834-1841) (Barata, 2003, 2005), a arrecadação das livrarias das entidades monásticas não decorreu de forma ordenada, removendo não só as suas bibliotecas ou livrarias mas também os seus arquivos ou cartórios, nem sempre descritos de forma rigorosa no passado (Barata, 2011).

Ainda assim, os fenómenos conducentes à remoção de arquivos dos seus contextos territoriais originários, ocorridos ao longo de diversas épocas, não permitem obter um quadro mais completo por não se dispor de investigação científica relevante em torno dos arquivos deslocados, especialmente no âmbito da Ciência da Informação. Partindo da perspectiva de que muitas das medidas tomadas para a remoção de arquivos dos seus contextos originários tiveram origem em decisões *ope legis*, o propósito desta metassumarização consiste em explorar legislação portuguesa, que aponte para decisões de realocação de arquivos dos seus contextos de origem ou de manutenção dos arquivos junto da comunidade originária. Pretende-se identificar as entidades recetoras dos fundos relocados e os motivos subjacentes à remoção.

4.1. Materiais e métodos

4.1.1. Escolha do método

A metassumarização (*meta-summary*) é definida como “a quantitatively oriented aggregation of qualitative findings that are themselves topical or thematic summaries or surveys of data” (Sandelowski & Barroso, 2010, p. 151). Constitui, também, “a quantitatively-oriented aggregation of qualitative findings derived from primary investigations” e “an aggregation of qualitative findings that are themselves topical or thematic summaries of data” (Herber & Barroso, 2019, p. 9). É uma abordagem baseada em métodos mistos, com o suporte de uma abordagem quantitativamente agregativa de tópicos, que emergem da amostra de textos incluídos em função da sua frequência e similaridade. Sandelowsky e Barroso indicam uma abordagem em cinco fases, “(a) extracting findings, separating them from other elements of the research report; (b) editing findings to make them accessible to any reader; (c) grouping findings in common topical domains;

(d) abstracting findings; and (e) calculating manifest frequency and intensity effect sizes” (Sandelowski & Barroso, 2010, p. 152). Na ótica destas autoras, este método difere da metassíntese, porque esta inclui “findings that are conceptual/thematic descriptions or interpretive explanations (Herber & Barroso, 2019, p. 9).

Pretende-se, com isto, fazer esta metassumariação qualitativa a partir da legislação portuguesa. A escolha desta abordagem metodológica adequa-se à natureza dos textos a analisar, mais concretamente, a legislação portuguesa sobre arquivos. Pesquisas preliminares em bases de dados de grande divulgação (como *Google Scholar*, *Dimensions* e *Microsoft Academic*) não apontaram para a existência de revisões sistemáticas de literatura que tenha como *corpus* de análise a legislação sobre arquivos, pelo que esta metassumariação constitui uma aproximação estruturada ao tópico em estudo.

Consideramos, com efeito, que a metassumariação constitui a abordagem mais apropriada para o propósito deste estudo, dado que se pretende realizar uma análise em torno dos temas emergentes do *corpus* de textos incluídos, ao contrário das abordagens interpretivistas que são mais características das metassínteses. Os dados dos achados são apresentados de forma bruta e agrupados por temas para facilitar a análise comparativa e sumarização, através de tabelas (Herber & Barroso, 2019; Sandelowski & Barroso, 2010).

Assumimos que a legislação, apesar da sua diversidade genológica, resulta de atos de decisão governamental que dizem respeito a “the power and control of government as expressed through the legal instruments that constitute the state’s legal system” (Bhatia *et al.*, 2012, p. 3). O propósito desta metassumariação consiste em identificar em *corpora* jurídicos portugueses evidências de decisões *ope legis* relativas a remoção ou manutenção dos arquivos nos seus contextos originários e vínculos etiológicos. Pretende-se identificar nos textos quem decide, sobre o quê, a quem se destina e com que propósito ou mecanismo de exercício de poder. Esta estratégia possibilita extrair informações pertinentes tanto nos metadados das bases de dados como no conteúdo dos textos. Os critérios de análise integrativa encontram-se mais detalhadamente descritos no ponto deste capítulo.

4.1.2. *Formulação de questões e de objetivos*

Para a elaboração estruturada de questões no quadro desta metassumariação, adotamos a estratégia *PICO* (acrónimo de população ou problema (P), fenómeno de interesse (I) e contexto (Co)), por consistir numa abordagem qualitativa (Stern *et al.*, 2014). Os elementos integrantes da questão de investigação encontram-se no Quadro 11.

Quadro 11 – Formato de questão de investigação *PICo*

<i>PICo</i>	<i>Parâmetros</i>
<i>P</i>	Legislação portuguesa
<i>I</i>	Decisões sobre o destino dado aos arquivos
<i>Co</i>	Âmbito territorial: Portugal e domínios territoriais; Datas: entre 1801 a 2019

Fonte: elaboração própria, adaptado de Stern *et al.* (2014).

Assim, podemos formular a seguinte questão de investigação: “Que legislação se dispõe sobre tomadas de decisão quanto ao destino dado aos arquivos em termos de remoção *e situ*/manutenção *in situ* em Portugal e territórios sob jurisdição portuguesa entre 1801 e 2019?”. Esta questão aponta para uma metodologia mista de tipo sequencial quan → QUAL (Teddlie & Tashakkori, 2009), com predominância para uma abordagem orientada para a sumarização de dados qualitativos. Esta questão possibilita “to understand complex events or phenomena that occurred in the past” (Teddlie & Tashakkori, 2009, p. 101).

Esta metassumarização propõe:

- (i) identificar em bases de dados especializadas textos jurídicos que respondam ao fenómeno de interesse,
- (ii) analisar o conteúdo da amostra de textos incluídos com base na abordagem em cinco fases, enunciada mais atrás.

4.1.3. *Estratégia de pesquisa*

Um dos desafios na identificação de textos jurídicos consiste na disponibilidade de bases de dados especializadas, dado que constitui uma condição para a reproducibilidade desta pesquisa (Giustini, 2019). Trata-se de bases de dados de cujos motores de pesquisa diferem em relação aos sistemas de informação bibliográficos convencionais, fazendo com que o processo de pesquisa se caracterize pela sua iteratividade e idiosincrasias dos seus motores de pesquisa (Booth *et al.*, 2016; Giustini, 2019). Embora existam compilações sistemáticas de legislação sobre bibliotecas e arquivos (Estevens, 1949; A. S. Santos & Bicas, 1999), uma vez que as bases de dados acessíveis na *web* sobre textos jurídicos podem apresentar lacunas, focalizámo-nos apenas em duas bases de dados especializadas em legislação portuguesa (M. O. Ramos, 1991):

- (i) *Legislação Régia (LR)* (Assembleia da República, 2010; Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2016b): contém os 94 volumes da *Collecção da legislação portuguesa* (1603-1910);
- (ii) *Diário da República Eletrónico (DRE)* (Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2016a): contém o *Diário do Governo* (1869-1976) e no *Diário da República* (1976-2019);

Apenas duas bases de dados se encontram disponíveis em regime de livre acesso em texto integral. Excluimos bases de dados proprietárias (*u. g.*, DATAJURISTM), porque exige subscrição pecuniária, e o DIGIGOV (CEPESE, 2014), por apresentar limitações nos filtros de pesquisa. As bases de dados *web* escolhidas disponibilizam módulos de pesquisa avançada. Os critérios de pesquisa, que a seguir se adotam, permitem gerar uma trilha de auditoria em torno dos resultados, em consonância com a estratégia *PICo*, conforme Quadro 12.

Quadro 12 – Estratégia de reporte de pesquisa

<i>Estratégia PICo</i>	<i>LR</i>	<i>DRE</i>
<i>P</i>	<i>Collecção da legislação portuguesa</i>	<i>Diário do Governo (1869-1976) e Diário da República (1976-)</i>
<i>I</i>	Assunto/texto: <i>archiv*</i> ; <i>arquiv*</i> ; <i>cartor*</i> ; <i>tomb*</i>	Sumário: “arquivo”, “archivo”, “arquivo” e “arquivos”
<i>Co</i>	Âmbito territorial: Portugal e domínios territoriais; Âmbito cronológico: 1801-1910	Âmbito territorial: Portugal e domínios territoriais; Data de publicação: “1910-01-01/2019-12-31”, ordenação: data de publicação ascendente.

Fonte: dados da investigação, modelo adaptado STARLITE (Booth, 2006b).

Uma vez que os dados se encontram disponíveis em bases de dados na *web*, consideramos que os métodos de extração devem ser suportados através de ferramentas de prospeção de dados semi-estruturados aplicada à *web* (vulgo *web content mining*). A prospeção de dados na *web* consiste num método para uma “automated discovery of useful information from the Web documents using data mining and natural language processing techniques” (Maceli & Song, 2011, p. 637) e que se aplica a um conjunto de “Web objects including Web documents, Web linkage structures, Web user transactions, Web semantics” (G. Xu *et al.*, 2011, p. 6). Para a extração de dados em bases de dados *web* de literatura cinzenta jurídica, recorreremos a aplicações denominadas *web crawlers* (rastreador *web*), que consistem em ferramentas que exploram a estrutura hipertextual da *web* para a recolha de dados (Giromelakis & Veglis, 2018; Mukhopadhyay & Sinha, 2019). Recorreremos ao *web-crawler OctoparseTM* (Octopus Data, 2020), dado haver limitações relativas aos serviços de exportação das bases de dados escolhidas. O processo de extração decorre em três etapas: (i) recolha de resultados de URI das pesquisas efetuadas nas bases de dados; (ii) seleção e extração de dados e (iii) exportação em formatos abertos.

Na etapa (i), realiza-se uma pesquisa iterativa com recurso ao *web-crawler*, introduzindo os descritores de pesquisa constantes do Quadro 12, a partir dos URI das bases de dados seleccionadas. Na etapa (ii), o *web-crawler* deteta automaticamente não só os metadados de título, URI do título (que hiperliga ao recurso digital), Sumário, Autoria e URI da página, mas também as subpáginas de resultados. Por fim, a etapa (iii) possibilita extrair dados em formatos .csv e .xlsx. Os ficheiros exportados constituem dados de investigação, armazenados neste endereço <<https://osf.io/c8ev5/>>.

Dada a amplitude cronológica proporcionada pelas bases de dados escolhidas e pela dimensão dos registos recuperados ($n = 2544$), restringimos a publicações entre 1801 a 2019, que cobrem diversos períodos e contextos históricos desejados para esta pesquisa. Desta forma, devido ao âmbito cronológico, a pesquisa de legislação portuguesa incidirá essencialmente sobre os quadros jurisdicionais de âmbito subnacional, tanto em contexto colonial e imperial, como pós-colonial, com particular incidência em torno dos arquivos.

4.1.4. Critérios de seleção

Os textos recuperados nas bases de dados foram iterativamente realizados entre abril e julho de 2020. Os dados foram individualmente analisados item a item em conformidade com os parâmetros de inclusão lançados no Quadro 13. Do conjunto de itens recuperados, utilizamos a ferramenta *EPPI-Reviewer* (Thomas *et al.*, 2010) por nos proporcionar um ambiente controlado para auxiliar o processo de seleção para exclusão e inclusão, detecção de duplicados e análise de conteúdo desta sumarização. O Quadro 13 identifica os critérios de inclusão e de exclusão de textos.

Quadro 13 – Critérios de seleção de textos

<i>Estratégia PICO</i>	<i>Critérios de inclusão</i>	<i>Critérios de exclusão</i>
<i>P</i>	Textos acessíveis em modo integral; Textos pesquisáveis com OCR; Textos do <i>Diário do Governo</i> e do <i>Diário da República</i> , I Série.	Textos não devolvidos por limitações de OCR. Textos do <i>Diário do Governo</i> e do <i>Diário da República</i> , da II Série.
<i>I</i>	Ocorrências dos descritores empregues no texto, quando: (i) ponto de vista formal: devolva título do diploma, súmula, fonte e visualização de texto integral; (ii) ponto de vista do conteúdo: (a) mencionem e/ou justifiquem decisões de transfêrencia, especialmente as que implicam a deslocalização de fundos; (b) criem ou extingam instituições arquivísticas e destino da documentação; (c) determinem ações para a recuperação de arquivos; (d) definam bases do património arquivístico; (e) façam remissões explícitas a diplomas que incidam sobre (a), (b) e/ou (c) e que não foram recuperados pelos motores de pesquisa. Textos em vigor e revogados.	Duplicação de registos, <i>background</i> do texto e os que não cumpram com os critérios de inclusão da coluna à esquerda deste quadro. Excluídos assuntos sobre: administração de pessoal, financeira, patrimonial, empreitadas de obras públicas, formação profissional.
<i>Co</i>	Âmbito territorial: Portugal e domínios territoriais sob jurisdição portuguesa. Âmbito cronológico: 1801-2019.	Elementos não requeridos dentro dos critérios de inclusão.

Fonte: dados da investigação.

Dois etapas foram realizadas na operacionalização do processo de seleção, conforme Quadro 13: (i) leitura dos sumários onde se manifestem os descritores aplicados; (ii) entre os diplomas incluídos em (i), realizámos a leitura integral dos textos, procurando verificar até que ponto o seu conteúdo responde ao fenómeno de interesse exposto no quadro supramencionado. O recurso aos sumários, conforme as normas de legística, possibilita extrair “os elementos necessários e suficientes para transmitir, de modo sintético e rigoroso, a noção do conteúdo do diploma” (Presidência do Conselho de Ministros, 2015c, p. 9470(12)). Aos diplomas que citam diplomas não devolvidos

automaticamente pelas bases de dados escolhidas, mas dentro dos critérios de pesquisa, foi realizada uma pesquisa e integração manual no registro. Além disto, integramos não só diplomas em vigor, como também os diplomas revogados ou extintos (por motivo de transição de regime político).

4.1.5. *Análise agregativa de resultados*

Uma vez que não se dispõe de um modelo de avaliação de legislação em revisões sistemáticas de literatura, considerando que o processo de seleção, foi conduzido de forma individual, não foi aplicado qualquer critério de avaliação dos textos incluídos (Sandelowski & Barroso, 2010).

A abordagem, conforme já declarado acima, segue o método de Sandelowski e Barroso (2010), em três das cinco etapas previstas pela estratégia: extração de resultados, sumarização e cálculo do tamanho do efeito. A abordagem agregativa constitui a característica diferenciadora da metassumarização face a outros tipos sínteses de literatura, dado que, como já referimos, aponta para uma lógica quantitativa aplicada na análise de dados qualitativos, sugerindo, assim, o recurso a métodos mistos.

Extração de resultados. De acordo com Sandelowski e Barroso, os resultados consistem em “researchers’ interpretations of the (...) data (...) collected or generated in their studies” (Sandelowski & Barroso, 2010, p. 152). Este processo de extração constitui uma abordagem orientada para os dados, recorrendo a métodos de análise dos conteúdos como parte inerente desta etapa. A extração de dados no conjunto de textos incluídos visa identificar aspetos materiais da amostra (*u. g.*, tipologias de diplomas) e contextuais (regimes régio e republicano). Mais do que uma datação de eventos políticos, importa focalizar nas etiologias e nas consequências da remoção de arquivos dos seus contextos originários em contexto subnacional. Não é propósito desta metassumarização realizar uma interpretação jurídica sobre a amostra de documentos incluídos, por extravasar o âmbito deste estudo e da própria estratégia metodológica. Os desafios principais deste processo de extração não só residem na variação ortográfica do português, que condiciona a escolha de descritores nos motores de pesquisa nas bases de dados, mas também nas idiossincrasias dos diplomas. Tivemos, deste modo, em consideração não só para as características genológicas dos diplomas jurídicos em termos da sua relação e força na hierarquia das leis como também os movimentos retóricos característicos dos textos jurídico-normativos (Bhatia, 1993, 2017). No sentido de manter a integridade das evidências recolhidas, não efetuamos seleção em função do tamanho dos textos, decisão que está em linha com a preservação das unidades de análise em estudos qualitativos. Os resultados desta extração consistem na geração de temas que se vinculam ao teor de cada diploma, o que possibilita apresentar os dados que suportam os achados desta revisão, relacionar vínculos entre os achados, descrever procedimentos de codificação que possibilitaram a obtenção de resultados e discutir o significado destes achados para a presente revisão.

Agrupamento e sumarização de resultados. Para a sumarização de resultados aplicámos as categorias e subcategorias da metassíntese realizada na secção anterior (3.3.3 *Descrição dos temas e apresentação da teoria*): “anarquivismo”, “arquivo do arquivo” (“meta-arquivo” e “arqui-arquivo”) e cânone(s) arquivístico(s) e respetivas subcategorias (*u. g.*, reapropriação, recetação, reconfiguração, restauração, revidação, reunificação e revitalização). Atendendo à dimensão geográfica, especialmente para o período colonial e imperial, acrescentámos três categorias – manutenção *in situ*, remoção *e situ* e criação *extra situs* – que possibilitam o interrelacionamento com os fatores incoativos dos fenómenos de remoção física de arquivos dos seus contextos originários ou, em contrário, a sua manutenção. Estas categorias e subcategorias possibilitam realizar a constituição de *clusters* em função da sua similaridade, vinculando-as aos incidentes, e, com isto, produzir súmulas.

Quadro 14 – Roteiro temático

<i>Tema</i>	<i>Sub-tema</i>	<i>Descrição</i>
Anarquivismo	Reapropriação	Conteúdo que aponte para mecanismos de (não) representação da informação arquivística como forma de empossamento por via da remoção da custódia dos arquivos à entidade custodiante originária (instituição, comunidade ou indivíduos), tomando-os como se fossem próprios.
	Reconfiguração	Respeitante a estratégias de alteração da organicidade dos fundos e da sua representação.
	Recetação	Conteúdo que aponte para mecanismos de aquisição de conjuntos documentais por vias extra-legais ou ilegais.
Arquivo do Arquivo	Restauração	Elementos que apontem para a produção de ferramentas ou de políticas facilitadoras para o acesso à informação
	Revidação	Elementos que apontem para o papel das instituições arquivísticas na coordenação do sistema arquivístico, independentemente do âmbito institucional e cobertura territorial.
	Arqui-arquivo	Referente ao papel de organismos na definição de políticas para os arquivos, exercendo superintendência ou concentração de serviços e bens documentais.
	Meta-arquivo	Respeitante aos mecanismos de identificação, representação e regimes de acesso aos arquivos.
Cânone arquivístico	Reunificação	Estratégias que visem recuperar arquivos através da produção/disponibilização de instrumentos de acesso à informação.
	Revitalização	Ações ou determinações que visam reparar erros no tratamento dos arquivos ou reforçar a posição ou opções tomadas na gestão dos arquivos.
Proveniência territorial	Manutenção <i>in situ</i>	Medidas que visem a regulação de organismos/serviços especializados, restituição à entidade originária ou de concentração de arquivos.
	Remoção <i>e situ</i>	Estratégias que apontem para a dinamização das instituições custodiantes de acervos, por motivo dos custos da custódia, criação de instituições ou de produtos (bens ou serviços).
	Criação <i>extra situs</i>	Estratégias que apontem para a manutenção dos arquivos nos contextos originários

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados da investigação.

Atendendo à dimensão cronológica, entendemos constituir quatro conjuntos correspondentes ao Período Régio e I, II e III Repúblicas, apesar de decisões tomadas num determinado contexto poder repercutir-se noutros subsequentes.

Cálculo do tamanho do efeito. Para a extração de significados com expressão quantitativa, aplicámos o cálculo do tamanho do efeito (Onwuegbuzie, 2003). O cálculo do tamanho do efeito possibilita exprimir índices de magnitude como forma de extração de significado “to unite the empirical precision of quantitative research with the descriptive precision of qualitative research” (Sandelowski & Barroso, 2010, pp. 159–160). Para aferir sobre a similaridade/dissimilaridade entre os textos codificados, constituímos uma matriz binária⁴² em folha de cálculo a partir dos textos codificados em *EPPI-Reviewer*.

O tamanho do efeito possibilita calcular o peso de um tema emergente. O valor do tamanho do efeito é calculado pela divisão do número de diplomas que contêm um código (ao nível de subcategoria) específico pelo número total de estudos incluídos ($n= 183$), apresentando um resultado expresso em percentagem. Embora o cálculo da intensidade do efeito seja obtido através do número total de códigos atribuídos a um documento dividido pelo total de estudos incluídos, substituímos esta abordagem pela visualização de *clusters* em mapas de “calor”. Para a obtenção de ponderações e a visualização entre as categorias em relação aos textos incluídos, recorreremos à ferramenta *web ClustVis* (Metsalu & Vilo, 2015) que possibilita um cálculo automatizado através da análise de componentes principais (ACP) e constituição de *clusters* de textos e de códigos. Esta abordagem não é incompatível com a proposta de Sandelowski e Barroso (2010), baseada no cálculo da frequência do tamanho do efeito e da intensidade do tamanho do efeito. *ClustVis* (Metsalu & Vilo, 2015) proporciona um fluxo de trabalho que permite (i) importar ficheiro em .txt contendo uma matriz binária de textos incluídos e codificados, (ii) pré-processamento, (iii) visualização gráfica e (iv) exportação de resultados. Para a visualização hierarquizada de itens aglomerados, recorreremos aos algoritmos de aglomeração de distâncias euclidianas e de hierarquização através do método Ward, disponibilizadas na aplicação (Metsalu & Vilo, 2015).

4.2. Resultados

4.2.1. Seleção de textos

A Figura 10 apresenta o fluxo PRISMA do processo de seleção. Dos 2544 registos recuperados, foram incluídos 184, produzidos entre 1802 e 2019, correspondendo aos parâmetros estipulados

⁴² Por exemplo, através de um exercício de codificação de conteúdo, constitui-se uma matriz binária em folha de cálculo em que, nas colunas das coordenada X, se dispõem os códigos presentes no Quadro 14 e, na coluna Y, os diplomas. Se um diploma manifestar a presença de uma das categorias constantes da coordenada X, recebe o valor de 1 (um); a sua ausência corresponde a 0 (zero). O número de códigos depende das ocorrências sugeridas pelo diploma. Esta matriz binária é indispensável para a geração de mapas de calor.

no Quadro 13 *supra*. Cerca de 92% de registos foi excluída pelo facto de a base de dados ter devolvido textos da II Série do *Diário da República*, duplicações e devido ao âmbito dos diplomas.

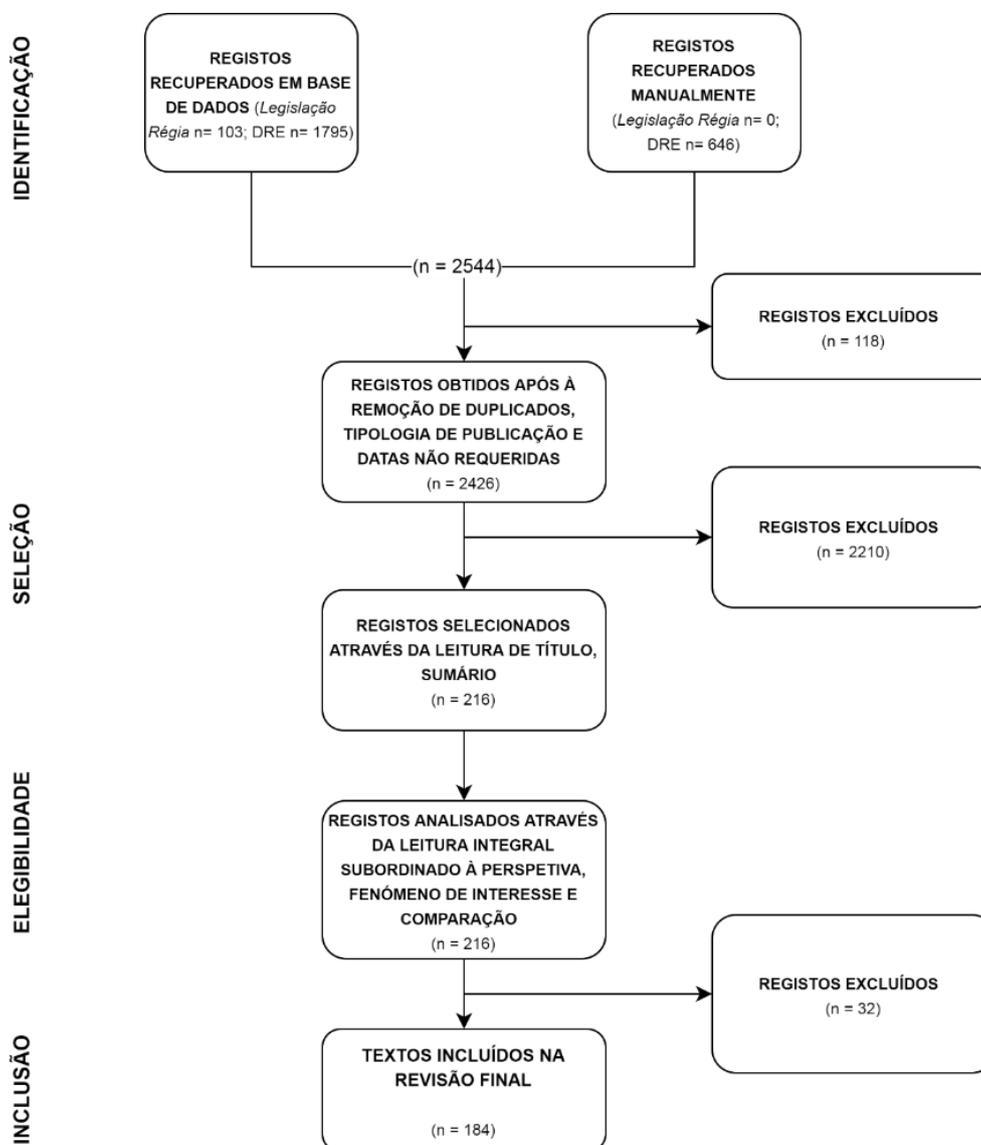


Figura 10 – Fluxo de pesquisa

Fonte: dados da investigação, adaptado de PRISMA (Tricco *et al.*, 2018). Dados da investigação: <<https://osf.io/rta2x>>.

4.2.2. Características dos textos incluídos

Entre os 184 textos incluídos, verifica-se uma diversidade tipológica de diplomas, com objetivos e âmbitos distintos de aplicação, correspondente a um período de produção de 219 anos, como a Tabela 8 sintetiza. Esta dimensão temporal possibilita obter uma perceção evolutiva em torno dos fenómenos de remoção de arquivos dos seus contextos sociais e territoriais originários ao longo

de diversos contextos políticos em Portugal. Se bem que os diplomas tenham um âmbito de aplicação nacional, tanto em contexto colonial e imperial como pós-colonial, importa averiguar as suas etiologias.

Tabela 8 – Diplomas incluídos sobre arquivos em Portugal entre 1801 e 2019 (n=184)

Contexto	Tipologia documental	Total (n = 184)	%
<i>Período Régio (1801-1910)</i>	Alvará	1	0,5
	Decreto	16	8,7
	Lei	3	1,6
	Ordem	1	0,5
	Portaria	23	12,5
	Regulamento	1	0,5
<i>I República (1910-1926)</i>	Decreto	22	12,0
	Portaria	5	2,7
	Retificação	2	1,1
<i>II República (1926-1974)</i>	Decreto	29	15,8
	Decreto-Lei	17	9,2
	Portaria	13	7,1
	Retificação	3	1,6
<i>III República (1974- [2019])</i>	Aviso	1	0,5
	Decreto	4	2,2
	Decreto Legislativo Regional	3	1,6
	Decreto Regional	1	0,5
	Decreto Regulamentar	1	0,5
	Decreto Regulamentar Regional	2	1,1
	Decreto-Lei	19	10,3
	Despacho Normativo	2	1,1
	Lei	2	1,1
	Portaria	3	1,6
	Resolução da Assembleia da República	6	3,3
	Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira	1	0,5
	Resolução do Conselho de Ministros	2	1,1
	Retificação	1	0,5

Fonte: Elaboração do autor. Dados da investigação: cf. Figura 10.

Assim, dentro dos parâmetros de seleção, o conjunto de diplomas obtidos que respondem à questão de investigação (Quadro 11) aponta para um *corpus* textual significativo: 24% de textos incluídos provém da *Legislação Régia*; relativo ao período da *I República* (*Diário do Governo*), 16%; da *II República* (*Diário do Governo*), 34%; e da *III República* (*Diário da República*), 26%. Esta abordagem não diverge significativamente da estratégia adotada por F. Ribeiro, ao “analisar o que foi incorporado, primeiramente, na Torre do Tombo e, mais tarde, em outros arquivos” (1998, p. 144). Para além da análise aos diplomas incluídos, considera-se pertinente complementar a interpretação com informações a partir da literatura científica disponível. Verifica-se uma diversificação tipológica de diplomas legais ao longo da III República, em boa parte por motivo da produção legislativa e regulamentar das Regiões Autónomas. Do ponto de vista da vigência dos diplomas, cerca de 73,9% encontra-se extinta, especialmente todos os diplomas incluídos e anteriores a 1974. Somente 24,6 % dos textos pós-1974 se encontra em vigor, exceto 1,6%, que

se encontra revogada⁴³. O teor dos textos incluídos encontra-se desenvolvido individualmente no Apêndice 2.

4.2.3. Análise dos temas

Os resultados obtidos a partir da estratégia de codificação (Apêndice 2) permitiu quatro períodos através das categorias mais frequentes em cada um deles. Assim, temos quatro períodos de produção de textos legais e quarenta e quatro categorias. As categorias encontram-se ordenadas por frequências (por ordem decrescente) por cada período. A Tabela 9 apresenta o cálculo de frequência por subcategoria.

Tabela 9 – Síntese de frequência dos temas

Categorias	Textos que corroboram	Frequência (%)
Período 1: Legislação Régia (1801-1910)		
<i>Remoção e situ</i>	#42, #32, #15, #31, #9, #33, #28, #27, #21, #7, #17, #34, #13, #19, #5, #30, #40, #45, #43, #41, #3, #22, #14	10,4
<i>Reapropriação</i>	#35, #37, #6, #12, #42, #32, #15, #31, #9, #33, #28, #27, #21, #7, #17	6,8
<i>Manutenção in situ</i>	#8, #4, #10, #29, #23, #39, #24, #25, #35, #37, #6, #12	5,4
<i>Arqui-arquivo</i>	#1, #18, #44, #38, #16, #36, #45, #43, #41, #26, #22	5,0
<i>Recetação</i>	#25, #24, #39, #23, #34, #13, #19, #5, #30, #40	4,5
<i>Restauração</i>	#35, #45, #43, #26, #22, #14, #11, #29, #10, #4	4,5
<i>Reunificação</i>	#36, #16, #38, #44, #45, #43, #41, #3	3,6
<i>Meta-arquivo</i>	#9, #14, #11, #29, #10, #8, #2	3,2
<i>Revidação</i>	#23, #34, #13, #8	1,8
<i>Reconfiguração</i>	#22, #11, #8	1,4
<i>Revitalização</i>	#20	0,5
<i>Criação extra situs</i>	#2	0,5
Período 2: I República (1810-1926)		
<i>Arqui-Arquivo</i>	#46, #52, #53, #56, #57, #58, #59, #60, #61, #63, #65, #66, #67, #68, #69, #71, #73	4,8
<i>Reunificação</i>	#49, #52, #53, #57, #58, #59, #60, #61, #63, #64, #65, #66, #68, #69, #70, #71, #73	4,8
<i>Restauração</i>	#46, #47, #48, #53, #59, #60, #61, #63, #64, #65, #66, #67, #69, #70, #71, #73	4,5
<i>Remoção e situ</i>	#50, #51, #52, #53, #62, #64, #66, #69, #70, #72, #73	3,1
<i>Meta-arquivo</i>	#47, #48, #54, #55, #69, #70, #73	2,0
<i>Manutenção in situ</i>	#48, #47, #46, #54, #55, #70, #49	2,0
<i>Reapropriação</i>	#51, #50, #62, #72	1,1
<i>Revitalização</i>	#48, #47, #46	0,8
<i>Revidação</i>	#54, #55, #68	0,8
<i>Recetação</i>	#54, #55	0,6
Período 3: II República (1926-1974)		
<i>Reunificação</i>	#74, #75, #78, #79, #80, #81, #82, #83, #84, #86, #90, #92, #94, #95, #96, #98, #99, #100, #101, #102, #103, #104, #106, #113, #114, #120, #124, #125, #126, #129, #130, #131, #132, #133, #134, #135, #136	22,9
<i>Manutenção in situ</i>	#74, #75, #76, #82, #84, #85, #87, #89, #90, #91, #92, #93, #94, #95, #96, #97, #99, #100, #102, #103, #104, #105,	22,9

⁴³ Alguns diplomas têm sido revogados recentemente por motivo de modernização e simplificação administrativa no que concerne ao sistema regulatório. Cf. Decreto-Lei n.º 32/2018, de 8 de maio (Presidência do Conselho de Ministros, 2018), e Decreto-Lei 49/2019, de 15 de abril (Presidência do Conselho de Ministros, 2019a).

Categorias	Textos que corroboram	Frequência (%)
<i>Arqui-Arquivo</i>	#106, #109, #111, #114, #122, #125, #126, #128, #129, #130, #131, #132, #133, #134, #136	21,1
<i>Restauração</i>	#74, #78, #79, #80, #82, #83, #85, #86, #87, #88, #89, #90, #91, #92, #93, #94, #95, #96, #97, #99, #100, #102, #113, #114, #120, #124, #125, #126, #129, #130, #131, #132, #134, #136	19,8
<i>Remoção e situ</i>	#74, #76, #79, #82, #83, #84, #86, #87, #89, #90, #92, #94, #95, #96, #98, #99, #101, #106, #111, #112, #114, #120, #123, #125, #126, #127, #129, #130, #131, #132, #134, #135	12,4
<i>Meta-Arquivo</i>	#78, #79, #80, #81, #83, #86, #88, #107, #108, #110, #113, #115, #116, #117, #118, #119, #120, #121, #124, #129	11,2
<i>Reapropriação</i>	#85, #81, #100, #97, #134, #105, #83, #76, #88, #86, #128, #127, #121, #132, #108, #104, #126, #122	8,1
<i>Revidação</i>	#75, #88, #104, #107, #108, #110, #115, #116, #117, #118, #119, #121, #129	6,8
<i>Revitalização</i>	#78, #80, #85, #88, #91, #93, #97, #100, #102, #105, #124	5,0
<i>Extra Situs</i>	#87, #89, #91, #93, #97, #123, #127, #131	1,9
<i>Recetação</i>	#127, #123, #112	1,2
Período 4: III República (1974-[2019])		
<i>Arqui-Arquivo</i>	#124, #112	20,2
<i>Reunificação</i>	#137, #138, #139, #140, #142, #143, #144, #145, #146, #147, #148, #149, #150, #151, #152, #154, #155, #156, #157, #158, #161, #162, #163, #164, #165, #166, #167, #168, #169, #170, #171, #172, #173, #174, #175, #178, #179, #180, #181, #182, #183, #184	20,2
<i>Restauração</i>	#138, #139, #140, #142, #143, #144, #145, #147, #149, #150, #151, #152, #153, #154, #156, #157, #158, #159, #160, #161, #162, #163, #164, #165, #166, #167, #168, #169, #170, #171, #172, #173, #174, #175, #176, #177, #178, #179, #180, #181, #182, #184	15,4
<i>Manutenção in situ</i>	#138, #139, #140, #142, #144, #145, #149, #152, #153, #157, #158, #159, #160, #162, #163, #164, #165, #166, #167, #168, #169, #170, #171, #172, #173, #174, #175, #178, #180, #181, #182, #184	12,5
<i>Remoção e situ</i>	#137, #138, #139, #140, #142, #144, #148, #149, #150, #152, #155, #157, #160, #162, #163, #164, #165, #166, #168, #170, #171, #173, #174, #175, #177, #184	10,6
<i>Revitalização</i>	#137, #141, #143, #145, #146, #151, #153, #154, #156, #158, #160, #161, #164, #167, #169, #170, #172, #176, #178, #179, #180, #182	7,7
<i>Meta-arquivo</i>	#148, #155, #159, #160, #165, #167, #169, #170, #171, #172, #173, #174, #175, #177, #183, #184	6,2
<i>Revidação</i>	#179, #168, #169, #158, #172, #170, #173, #174, #165, #159, #152, #176, #175	6,2
<i>Reapropriação</i>	#153, #159, #160, #166, #169, #170, #171, #173, #174, #175, #176, #177, #180	3,4
<i>Recetação</i>	#137, #141, #143, #154, #156, #158, #182	2,9
<i>Reconfiguração</i>	#139, #140, #151, #161, #176, #179	0,5

Fonte: Elaboração do autor. Dados da investigação: <<https://osf.io/yfn85/>>.

Com base nos elementos sumarizados na Tabela 9, procedemos à caracterização dos diplomas por períodos. Esta divisão periodológica apenas serve propósitos operacionais na apresentação de resultados e não pode ser vista como um contexto isoladamente: eventos ou decisões tomadas num determinado período podem ter consequências nos períodos seguintes.

4.2.3.1. *Período I: Legislação Régia (1802-1910)*

O conjunto de eventos ocorridos na primeira metade do século XIX – invasões napoleónicas e a saída estratégica do príncipe regente D. João VI e da família real portuguesa para o Brasil, a guerra civil entre liberais e absolutistas (1832-1834) – conduziu à modificação de paradigma em Portugal com a ascensão do regime liberal e com maior incidência no pós-1834. A legislação produzida neste período em torno dos arquivos não está necessariamente relacionada com a eficácia da sua execução, porque é difícil aferir não só sobre a exequibilidade de muitas das medidas tomadas como também muitas das ações realizadas nos arquivos durante o período em estudo não teve associado qualquer diploma emanado. Exemplo disto, Ribeiro (1998) apontou para diversos aspetos sobre (des)continuidades e (in)consistências na produção de instrumentos de acesso à informação a partir de dados extraídos em Azevedo e Baião (1905), Marques (1935) e Serrão *et al.* (1984). Além disto, Ribeiro conclui que “os arquivos portugueses (não constituindo exceção, relativamente, pelo menos, a outros países da Europa que seguiram o modelo francês surgido em 1789) vão sofrer, na sua maioria, alterações estruturais que abalam a linha evolutiva natural que os caracterizara desde a origem” (1998, p. 498).

Para esta análise, a tendência que se verifica consiste na remoção de arquivos *e situ, i. e.*, dos seus contextos (sociais e territoriais) originários como estratégia de reapropriação. Podemos encontrar tais características com o alvará que determinou a devolução do cartório à Ordem de S. João de Jerusalém que permaneceu na custódia do Conselho da Fazenda (Ministério dos Negócios da Fazenda, 1830), e no destino a dar a um conjunto de arquivos procedentes de entidades extintas, especialmente os cartórios dos órfãos (Sem entidade, 1835); dos conventos e provedorias (Tesouro Público, 1835a, 1835b); relocação e redistribuição ou concentração de diversos cartórios extintos, tendencialmente dentro da mesma jurisdição territorial, como os juízos de Direito (Ministério da Fazenda, 1863; Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, 1837c, 1839b, 1842; Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, 1837a, 1837b), ou por motivo de alteração da reorganização territorial não só do mapa judiciário (Ministério da Guerra, 1854; Ministério da Justiça, 1855), mas também da administração local (Ministério do Reino, 1867). Por exemplo, sobre o Cartório dos Órfãos foi determinado que “o Juiz que serve de Presidente da Relação de Lisboa, faça constar às Justiças dos seus Districtos, que devem logo realizar a entrega dos Cartorios dos Orfãos, transmittindo-se os autos findos para o archivo da Camara Municipal” (Sem entidade, 1835). A reapropriação e remoção *e situ* de cartórios de diversas comarcas de Juízos de Direito foram concentradas dentro da jurisdição distrital, como a Portaria do Ministério da Justiça de 18 de abril de 1842, que determinou a recolha para o “Archivo geral dos Cartorios findos desta Cidade os Livros da porta, os Protocollos, e os papeis que constituíam o Archivo do extincto Juizo de Direito da Comarca exterior de Lisboa” (Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, 1842).

Na sequência da extinção das ordens religiosas ordenada por D. Pedro, Duque de Bragança, através do Decreto de 28 de maio de 1834, que determinou, também, que os bens procedentes de “Conventos, Mosteiros, Collegios, Hospícios, e quaisquer Casas de Religiosos das Ordens Regulares” fossem “incorporados nos próprios da fazenda Nacional” (Ministro dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, 1834, p. 70), o confisco dos cartórios eclesiásticos processou-se, ao que tudo indica, de forma desordenada. A Portaria de 10 de julho de 1835 deu conta “da falta dos cartórios e inventários dos extinctos Conventos, no archivo do Thesouro Publico” (Tesouro Público, 1835a, p. 190), o que trouxe inconvenientes na prossecução da arrecadação de receitas resultantes da venda do património eclesiástico confiscado. Para suprir estas lacunas, a inventariação constituía um mecanismo para assegurar a remoção *e situ* de forma ordenada, como mandado pela Portaria de 19 de setembro de 1835, onde refere: “Attendendo a que é da maior importância que os livros e mais papeis relativos á Fazenda Publica, em que se compreendem os cartórios dos extinctos Conventos e antigas Provedorias das Comarcas, se não damnifiquem ou sofram extravios, de que resultaria lezão á mesma fazenda (...), sendo necessário proceder, com a maior brevidade e regularidade possível, ao indispensável inventario desses livros e papeis” (Tesouro Público, 1835b). Neste diploma, determinava-se, entre outros, “que os Cartorios dos extinctos Conventos que ainda não tiverem sido removidos das respectivas Casas, sejam entregues aos Governadores Civis dos Districtos em que estavam os mesmos Conventos” (Tesouro Público, 1835b). Verifica-se, através deste passo, que a remoção *e situ* de cartórios de entidades eclesiásticas extintas tendencialmente ficava dentro da mesma circunscrição territorial.

Outro aspeto resultante do processo de repropriação de arquivos removidos dos seus contextos originários aponta para os custos da custódia, presente em diplomas que estipulam a previsão orçamental indispensável para a alocação de recursos necessários para o transporte e reacondicionamento dos arquivos de organismos extintos (Ministério da Marinha, 1856; Ministério do Reino, 1863b, 1863a; Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, 1839b).

Ainda assim, considerando o ambiente “anarquívico” que resultou da extinção massiva de diversos organismos durante a monarquia constitucional e sua relocação, um dos aspetos mais relevantes do processo de reapropriação e remoção *e situ* consiste no reforço do papel do *arqui-arquivo*. Desta forma, o “Arquivo da Torre do Tombo, que começou por ser o repositório da documentação da Casa da Coroa, com o decorrer dos tempos veio a transformar-se (...) no arquivo geral do Reino” (F. Ribeiro, 2020), passando a incorporar cartórios, o Decreto de 2 de outubro de 1862, determinou que os “archivos ou cartórios de todas as igrejas e corporações religiosas, compreendidas no artigo 5.º da lei de 4 de abril de 1861, serão transferidos para o archivo nacional da torre do tombo e n’elle incorporadas” (Ministério da Justiça, 1862, p. 303). O relatório da autoria de Anselmo José Braamcamp e de Gaspar Pereira da Silva, que fundamenta o Decreto de 2 de outubro de 1862, justificou a concentração de arquivos eclesiásticos no ANTT devido ao “numero

avultado de documentos valiosíssimos, principalmente para a história de Portugal, dos quaes, se assim não fôra, uma grande parte se teria perdido, como aconteceu a muitos outros que já antes da criação do archivo geral, existiam em diferentes archivos públicos parciais, dispersos pelas províncias do reino” (Ministério da Justiça, 1862, p. 305). Também, este relatório menciona a Portaria de 11 de setembro de 1875, que “ordenou a remessa ao archivo nacional da torre do tomo dos documentos escolhidos dos archivos das mitras, cabidos, conventos e collegiadas por ordem da segunda classe da academia real das sciencias para formarem parte da publicação dos *Monumentos históricos*” (Ministério da Justiça, 1862, p. 305). Apesar deste diploma não ter sido recuperado nas bases de dados escolhidas, assume especial importância por ser uma recomendação lançada por Alexandre Herculano, conhecedor da situação precária em que os arquivos eclesiásticos se encontravam por todo o país, para que se concentrassem em Lisboa e que “fossem depositados no Arquivo geral do reino, aonde os académicos encarregados da publicação dos Monumentos Históricos podiam, sem incomodo grave, ir fazer a escolha e os mais trabalhos necessários acerca dos que se achasse que deviam entrar naquela colecção” (Herculano, 1982, p. 136). Porém, o relatório refere também as resistências ao processo de reapropriação e remoção *in situ* suportadas por decisões *ope legis* por parte das entidades custodiantes originárias, que se opunham aos argumentos da Academia Real da Ciências, que defendia a necessidade da organização, conservação, segurança e acessibilidade dos arquivos eclesiásticos. No entanto, se a concentração de arquivos no ANTT foi proposta pela Academia Real da Ciências como forma de assegurar a sua conservação, também a restituição constituía uma prática que dependia de decisões da mais elevada instância, cabendo ao “prudente arbítrio do Governo ponderar se conviria mais restituir os documentos enviados à Torre do Tombo, se conservá-los ali” (Herculano, 1982, p. 137). Esta situação, de qualquer forma, não impediu o reforço do papel do ANTT a servir de “arqui-arquivo”, especialmente na concentração de arquivos com o objetivo de constituir um cânone arquivístico institucional, desta vez para suportar a construção da história da Nação. Exemplo desta constituição de cânones arquivísticos consiste nos volumes dos *Portugaliae Monumenta Historica* (Academia Scientiarum Olisiponensis, 1856), organizados inicialmente por Alexandre Herculano.

Assim, com base no exposto, o Decreto de 2 de outubro de 1862 foi um dos diplomas responsáveis pela “avalanche das incorporações de arquivos, quer de organismos oficiais, quer de entidades privadas (especialmente da Igreja)” (F. Ribeiro, 1998, p. 142). Apesar de o processo de incorporação ter sido conduzido de forma parcelar e incompleta, Ribeiro refere que “adulterou muitos cartórios, desorganizou e cindiu outros e juntou de forma incorrecta documentação de proveniências distintas” (1998, p. 144).

A situação originada pelo Decreto de 28 de maio de 1834 e pelo Decreto de 2 de outubro de 1862 teve consequências negativas em termos de acesso que se projetaram e persistiram nos séculos

seguintes. Devido à situação caótica, não só entre os arquivos mas também nas bibliotecas⁴⁴, em 1887 é criada a Inspeção Geral dos Arquivos e Bibliotecas (Ministério do Reino, 1887a, 1901, 1902b) que constituirá um outro nível de “arqui-arquivo”, mantendo sob a sua tutela a superintendência dos arquivos e bibliotecas do Reino. O Decreto de 29 de dezembro de 1887 constitui um documento axial, realçando o papel instrutivo das bibliotecas e arquivos, proibindo-se, conforme expresso no seu artigo 9.º, “as alienações por venda, troca, doação ou outro qualquer título, de livros, documentos ou demais objetos existentes nos arquivos e bibliotecas do estado” (Ministério do Reino, 1887a). Porém, se o Decreto de 29 de dezembro de 1887 reconhece um conjunto de requisitos sobre o perfil académico dos profissionais especializados em arquivos e bibliotecas, este diploma continha inconsistências do ponto de vista da estrutura orgânica, conduzindo a conflitos de competências (F. Ribeiro, 2008b).

Entre 1901 até a implantação da República, a atividade da Inspeção Geral dos Arquivos e Bibliotecas limitou-se à produção regulatória do sector, apesar de na situação dos arquivos removidos dos seus contextos originários não ter sido respeitado o princípio amplamente em voga na Europa do *respect des fonds*, tornando o acesso à informação dependentes da existência de instrumentos de acesso à informação (F. Ribeiro, 2008b). Na sequência da publicação da reorganização de serviços da Inspeção Geral dos Arquivos e Bibliotecas (Ministério do Reino, 1901) e do “Real Archivo da Torre do Tombo” (Ministério do Reino, 1902a), a tarefa maior na Torre do Tombo seria reconstituir “o respeito pelas origens dos cartórios lá depositados” (P. de Azevedo & Baião, 1905, p. 188). Ainda assim, a abordagem dada pela Torre do Tombo foi a de constituir fundos em função de um cânone temático, divididos por “Histórica; Administrativa e contenciosa; Legislativa e judiciaria; Litteraria; Bibliotheca”⁴⁵ (Ministério do Reino, 1902a).

Embora o ANTT (então, Real Archivo da Torre do Tombo) (Ministério do Reino, 1902a) constitua o paradigma do “arqui-arquivo”, outros arquivos em Portugal foram constituídos neste período com o mesmo propósito. Exemplo disto, foram criados e reorganizados os arquivos do universo militar (Ministério da Guerra, 1850, 1868; Ministério das Obras Públicas, 1869; Ministério dos Negócios da Guerra, 1802), arquivos gerais que visavam a concentração de cartórios (Ministério dos Negócios do Reino, 1840; Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, 1837c;

⁴⁴ Atendendo ao universo e escopo desta metassumariação, o caso das bibliotecas eclesíásticas não será abordado, remetendo-se a título complementar para Barata (2003, 2004, 2005, 2011).

⁴⁵ No diploma, o teor de cada uma das secções encontra-se desdobrado, que se transcreve a seguir: “Art. 2.º A secção histórica conserva as peças manuscriptas que especialmente se referirem á historia política, militar e religiosa de Portugal e suas colonias, as cartas, cartulários, bullas, livros genealogicos, sellos históricos ou seus modelos, e tudo quanto especialmente tiver o caracter histórico. Art. 3.º A secção administrativa e contenciosa conserva tudo que manuscripto se referir á administração financeira e contenciosa, como por exemplo: chancelarias, diplomas emanados das secretarias da Puridade, do Desembargo do Paço, da Real Mesa Censoria, tombo da Cada do Infantado e das antigas Commendas; livros das alfandegas, cobrança de impostos, Casa da Índia, e todos quantos se relacionarem com administração e contencioso. Art. 4.º A secção legislativa e judiciaria conserva as leis e tratados, não só da antiga monarchia, como as leis e actos das côrtes políticas desde 1820 para cá, e autographos de todas as leis publicadas a partir d’aquella epoca. Art. 5.º Na secção litteraria tem cabimento todas as peças manuscriptas de character puramente litterario, incluindo remissões dos pareceres da Real Mesa Censoria, quando se recomendem pela sua forma. Art. 6.º Na secção da biblioteca comprehendem-se todos os volumes impressos que constituem a actual livreria, e os que de futuro se adquirirem, catalogados em conformidade com o artigo 40.º do decreto de 24 de dezembro de 1901” (Ministério do Reino, 1902a).

Sem entidade, 1835, 1836a), tendencialmente concentrados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, 1843). O propósito destas concentrações consistia numa estratégia de reunificação com vista não só à reorganização física dos conjuntos documentais (Ministério da Guerra, 1868) mas também institucional (Ministério das Obras Públicas, 1869). Como já vimos, a reunificação de arquivos para reforço do papel dos “arqui-arquivos” teve uma série de medidas *ope legis* durante este período, como a organização de um organismo que superintende a política nacional para os arquivos e bibliotecas (Ministério do Reino, 1887b, 1901, 1902b).

A inventariação constitui um aspecto “meta-arquivístico” resultante deste processo de remoção de arquivos *e situ* e concentração. Por mando de D. Maria II foi designado um perito em paleografia para realizar os “Catalogos dos extinctos Conventos, que existem no repectivo^[sic] Deposito” (Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, 1837e, p. 257), por motivo da extinção massiva de ordens religiosas pelo Decreto de 28 de maio de 1834. O reporte também constitui uma outra abordagem “meta-arquivística”, como o caso dos cartórios dos extintos juízos em que se elaborou um mapa estatístico sobre a estratégia adotada para a distribuição de processos entre entidades sucessoras (Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, 1837a). Também, a constituição de serviços ou de coleções nos arqui-arquivos constituem unidades “meta-arquivísticas” que visam servir de suporte à instituição custodiante. Por exemplo, a remoção *e situ* e reapropriação encontram-se ilustradas na portaria que determina ao Depósito geral das Livrarias dos Conventos Extintos o envio de “Chronicas, e de mais Livros impressos da Historia do Reino, e seus Dominios; e outra dos Livros de Diplomatica”, com o objetivo de constituir a “Bibliotheca especial do Real Archivo” (Sem entidade, 1836b), ou seja, servir de “meta-arquivo” ao “arquivo do arquivo”. De igual forma, criou-se um Gabinete de Moedas e Medalhas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo para suportar as “prelecções da Cadeira de Diplomatica” e o “ensino de Numaria, Numismatica, e Lapidaria” e a constituição de um cânone arquivístico por via da concentração “de uma Collecção bem ordenada de Moedas e Medalhas” (Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, 1836, p. 69). Muitos dos propósitos associados aos “meta-arquivos” que emergiram da leitura dos diplomas consiste na restauração da ordem dos arquivos. A extinção de organismos em todo um território marcado por descontinuidades geográficas obrigou a que, por exemplo, a Prefeitura da Província Ocidental dos Açores estivesse incumbida de inventariar os “Cartorios dos Residuos e Capellas” (Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, 1834). Outra forma de incumbência na restauração da ordem dos arquivos removidos está patente na nomeação de José Feliciano de Castilho, incumbido por D. Maria II a dirigir os “trabalhos de concernentes á classificação dos documentos, e mais papeis dos extinctos Cartorios (...) e dos que alli se fõem

recolhendo” para se “formarem os competentes catálogos, e synopses indispensaveis para poderem ser successivamente examinados os que contiverem objecto de interesse público, ou seja em relação á Historia Geral do Reino” (Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, 1843, p. 1).

Outra estratégia de restauração está relacionada com a extinção de unidades territoriais, determinando que os concelhos extintos deverão entregar “por inventario os archivos às camaras municipaes dos concelhos a que as sedes dos concelhos supprimidos ficarem pertencendo” (Ministério do Reino, 1867, p. 740). À restauração está associada, também, a necessidade de uma melhor articulação não só entre serviços de bibliotecas e arquivos dispersos pelo país, através da sua centralização na figura da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos, mas também na criação de cânones arquivísticos na custódia de serviços bibliotecários, como a criação na Biblioteca Nacional de Lisboa a “secção denominada *Archivo de marinha e ultramar*, formada pelos documentos do extinto Conselho Ultramarino, do Archivo de Marinha, que ali se teem conservado em deposito, e por todos aquelles, já recolhidos, ou que de futuro o sejam, relativos ás nossas colonias” (Ministério do Reino, 1901, p. 1183). Pelo que é possível perceber, a restauração de arquivos removidos do seu contexto originário, através das evidências citadas a partir destes diplomas, está mais associada à constituição de cânones arquivísticos do que propriamente a adequação dos fundos às entidades competentes.

Os extravios, as incúrias ou as resistências na entrega de arquivos às entidades sucessoras integram os fenómenos de recetação. Este tipo de fenómenos têm consequências não só em termos de acesso à informação mas também na integridade dos conjuntos documentais. Por exemplo, o problema das lacunas detetadas no arquivo do Tesouro Público por motivo da extinção de ordens religiosas pelo Decreto de 28 de maio de 1834 gerava “muito grave inconveniente” (Tesouro Público, 1835a, p. 190) no processo de desamortização de bens de raiz eclesiástica, atribuindo às autarquias locais tal incumbência de remoção e custódia de fundos. No entanto, alguns funcionários das autarquias locais adotavam práticas de conservar “nas casas da sua residencia os Cartorios pertencentes ás mesmas Camaras”, pondo em causa a sua integridade, “tanto pelo extravio de documentos importantes, como pelo risco em que se acham de serem roubados, e inutilizados por algum incendio, ou qualquer outro accidente por falta de segura arrecadação” (Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, 1841, p. 35). Tal foi o caso, por exemplo, com o incêndio que destruiu o cartório que estava na casa do regedor de paróquia de Nossa Senhora da Graça de Porto Formoso (ilha de S. Miguel, Açores) (Sem entidade, 1844), com a custódia da coleção de legislação (Ministério da Justiça, 1850; Sem entidade, 1845) ou dos arquivos da câmara nas residências particulares dos funcionários (Ministério do Reino, 1863b, 1882). Também as entidades autárquicas dos concelhos extintos manifestavam resistências na entrega do seu arquivo ao concelho sucessor, como a anexação do extinto concelho de Garvão ao concelho de Ourique, dado que aqueles

se recusavam “ a concluir o inventario e entrega do Cartorio e da Alfayas” (Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, 1837d, p. 48).

Em síntese, Ribeiro realçou que os “regulamentos promulgados destinam-se à defesa dos arquivos no seu habitat de origem, ou seja, representam uma tomada de consciência da sua importância para a respectiva entidade produtora, procurando aperfeiçoar o seu funcionamento e organização” (1998, p. 526). No entanto, confluindo com o paradigma que Ribeiro denomina de “historicista, custodial e tecnicista” (2018, p. 23) ou “custodial, patrimonialista, historicista y tecnicista” (2013a, p. 90) – ao qual acrescentaríamos, também, colonialista⁴⁶ – a prática sistemática consistirá na remoção de arquivos de organismos extintos dos seus contextos originários, seja para reforçar o papel do arqui-arquivo, na figura do ANTT ou na Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos, seja para fundamentar os seus cânones arquivísticos institucionais.

De acordo com o Quadro 13 *supra*, foram incluídos 45 diplomas produzidos entre 1802 e 1902 (#1-#45), que responderam aos critérios de seleção. A Figura 11 representa a síntese a partir da qual elaboramos esta síntese.

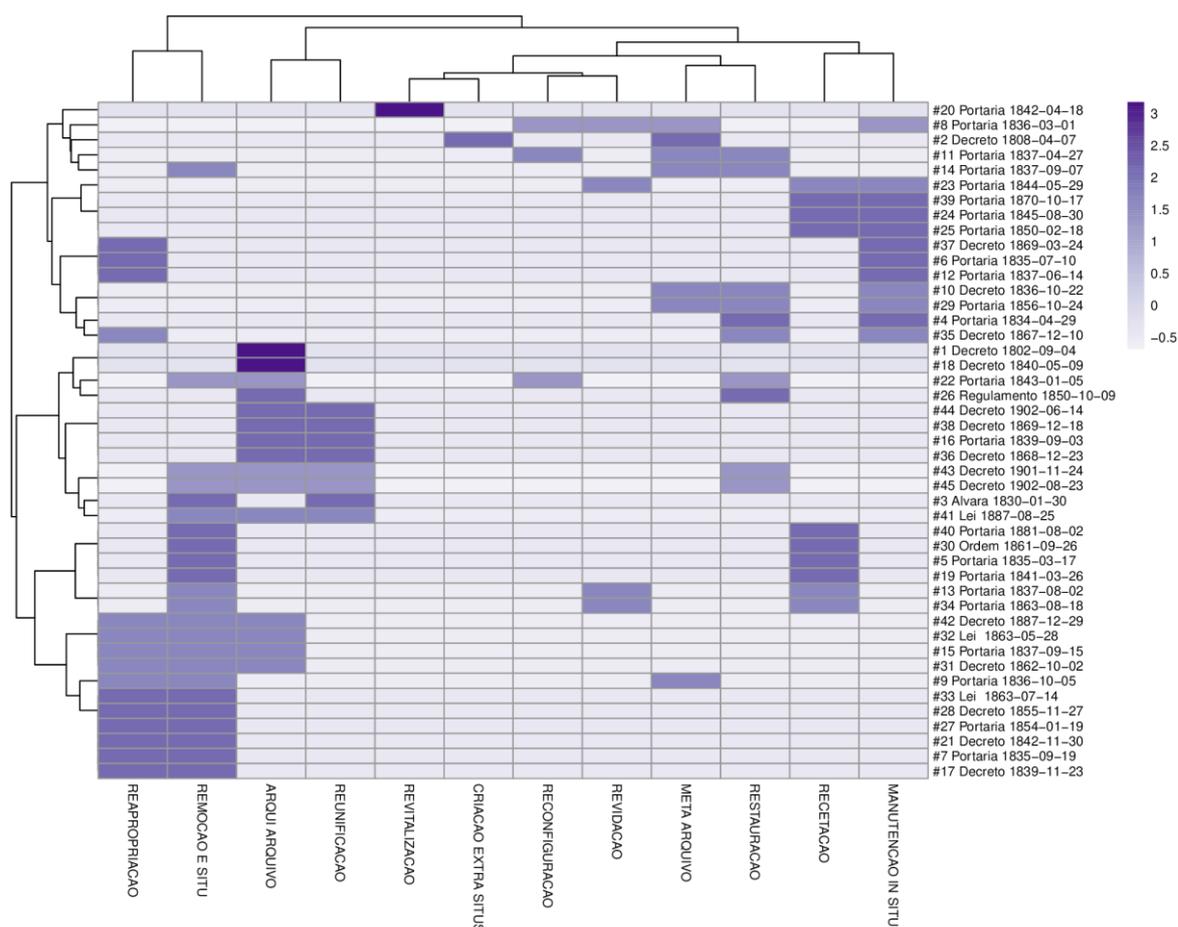


Figura 11 – Heatmap de diplomas da Legislação Régia (n = 45)

Fonte: Elaboração do autor. Dados da investigação: <<https://osf.io/2uk7a/>>.

⁴⁶ Tendo em consideração para o contexto histórico em apreço, Ribeiro não aborda o contexto colonial como elemento relevante do paradigma que caracterizou a Arquivística desse período. Realçamos *passim* este aspeto que está associada à dimensão territorial e institucional do império colonial português.

4.2.3.2. *Período II: I República (1910-1926)*

Sobre diplomas relativos à I República, foram recuperados 28 documentos produzidos entre 1911 a 1924. A I República portuguesa surge com a queda da Monarquia Portuguesa e com a revolução de 5 de outubro de 1910, constituindo-se um período conturbado social e politicamente e com uma ativa participação na I Guerra Mundial. Alguns historiadores caracterizaram a I República como um regime que recupera os ideais liberais vividos durante a Monarquia Constitucional, mas que conduzirá a um nacionalismo radical e memorialista, ideário centrado em torno de “conceitos-chave como *civilização, progresso, decadência, nação, carácter nacional, povo, raça e revolução*, numa narrativa laica e anticlerical que antecipava a evolução considerada necessária para alcançar uma república redentora” (S. C. Matos, 2018, p. 577). Se o desenvolvimento da historiografia portuguesa cresceu consideravelmente graças à política concentracionista protagonizada pela Torre do Tombo durante a Monarquia Constitucional, a I República gerou um “novo surto incorporacionista (...) abarcando também instituições extintas pela 1ª República” (F. Ribeiro, 1998, pp. 142–143), não só para o Arquivo Nacional, mas também com a criação de arquivos especializados em algumas sedes de distrito. Este aspeto encontra-se reforçado com o sub-tema “manutenção *in situ*”.

As tendências reformistas das bibliotecas e dos arquivos em Portugal terão como timoneiros Júlio Dantas, António Ferrão e Raul Proença na Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos (F. Ribeiro, 2008b).

A legislação arquivística deste período caracteriza-se pelo reforço do papel do “arqui-arquivo” com vista não só à constituição de cânones arquivísticos por via da reunificação, mas também do desenvolvimento de políticas para a restauração de arquivos removidos dos seus contextos originários. Entre as principais medidas que corroboram esta ideia está a subordinação das bibliotecas e arquivos na dependência da Direção-Geral de Instrução Secundária, Superior e Especial do Ministério do Interior, atribuindo à *Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Archivos* a função a função de “estudar a situação dos arquivos existentes fora de Lisboa e propor a sua integração no Arquivo Nacional, nas Bibliotecas do Estado ou em arquivos districtaes” (Ministério do Interior, 1911). Esta medida consubstanciava-se largamente com os objetivos do regime republicano não só de acesso ao conhecimento mas também de atribuir, em termos ideológicos, “às Bibliotecas e Archivos uma das mais elevadas missões na revolução nacional” (Ministério do Interior, 1911), apesar de esta legislação ter privilegiado mais ao sector das bibliotecas do que ao dos arquivos (F. Ribeiro, 2008b). A função dos arquivos limitou-se “à conservação e valorização dos manuscritos, considerados como elemento útil e precioso para o estudo da historia” (Ministério do Interior, 1911) e à consagração do Arquivo Nacional da Torre do Tombo como o lugar por excelência para a constituição do cânone arquivístico nacional. Além disto, foram constituídos arquivos especializados, não só na criação de serviços de âmbito distrital – como Bragança (Ministério de

Instrução Pública, 1916c), Évora (Ministério de Instrução Pública, 1916d, 1916e), Leiria (Ministério de Instrução Pública, 1916b)⁴⁷ e Braga (Direcção Geral do Ensino Superior, 1919; Ministério de Instrução Pública, 1917a; Secretaria de Estado de Instrução Pública, 1918), incluindo Coimbra, que funcionou junto da Universidade homónima – mas também na criação (ou reestruturação) de serviços centralizados em Lisboa, como a biblioteca e arquivo geral da Direcção Geral das Colónias (Ministério das Colónias, 1911a), o “Arquivo Geral e Biblioteca do Ministerio do Fomento” (Ministério do Fomento, 1911), o Arquivo das Congregações (Ministério de Instrução Pública, 1917b), o Arquivo de Identificação (Secretaria de Estado da Justiça e dos Cultos, 1918), o Arquivo do Estado Maior da Armada (Ministério da Marinha, 1921) e o Arquivo Histórico Militar (Ministério da Guerra, 1921, 1924; Ministro da Guerra, 1921). Ainda assim, alguns destes serviços acabaram concentrados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde, no parágrafo único, é referido que os “Arquivos dos Feitos Findos, do Registo Paroquial e das Congregações, (...) ficam administrativamente subordinados ao Arquivo Nacional” (Ministério de Instrução Pública, 1918, p. 838), enquanto outros permaneceram na custódia da Biblioteca Nacional. Transferências de arquivos para o Arquivo Nacional foram determinadas pelos Decretos de 16 de outubro de 1912, especialmente “todos os documentos pertencentes a tribunais, repartições e estabelecimentos do Estado que não forem necessários ao respectivo serviço e expediente” (Ministério da Justiça, 1912a), “de todos os livros de notas dados por findos em 31 de Dezembro de 1870 existentes nos cartórios dos notários de Lisboa e seu termo” (Ministério da Justiça, 1912a), da anexação do “Arquivo dos Feitos Findos” ao Arquivo Nacional (Ministério de Instrução Pública, 1915b), criação do arquivo de registos paroquiais (Ministério de Instrução Pública, 1916a) e do Arquivo das Congregações (Ministério de Instrução Pública, 1917b). Além disto, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo adquire maior peso como “arqui-arquivo” ao ter-lhe sido atribuída a autonomia administrativa (Ministério de Instrução Pública, 1918), apesar de esta medida não ter resolvido significativamente o problema do acesso a vastos volumes documentais (F. Ribeiro, 2008b).

Para além das orientações específicas sobre o funcionamento do Arquivo Nacional e do seu vínculo à Inspeção Superior de Bibliotecas e Arquivos, os diplomas supramencionados determinavam critérios para a constituição de cânones arquivísticos institucionais de âmbito regional. No caso do Arquivo Distrital de Bragança, tinha por incumbência “recolher mediante os processos legais necessários: a) O cartório do cabido; b) Os documentos provenientes dos extintos mosteiros de S. Bento e Santa Clara de Bragança e Santa Clara de Vinhais, existentes na Repartição de Finanças do distrito; c) Os documentos provenientes das casas congreganistas extintas, Asilo de S. Bento, Casa Franciscana de Izeda, Oblatas de Fornos de Ledra e de Mofeita; d) Os cartórios paroquiais do distrito, nos termos do decreto de 9 de junho de 1915; e) Os cartórios notariais do

⁴⁷ O diploma citado não foi recuperado através dos critérios de pesquisa adotados.

distrito; f) Os processos crimes julgados, prescritos e arquivados; g) Todos os processos e documentos provenientes de repartições extintas e de serviços cessantes, que nos termos da legislação em vigor devessem dar entrada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo” (Ministério de Instrução Pública, 1916c, p. 1096).

No caso do Arquivo Distrital de Évora, é referido no diploma que o “fundo será constituído pelas seguintes colecções de proveniência distrital ou diocesana: a) Cartório do cabido o qual continuará instalado na casa capitular da Sé, considerada dependência da Biblioteca Pública de Évora, nos termos da portaria de 20 de Outubro de 1913⁴⁸; b) Cartórios da extinta provedoria e mosteiros da arquidiocese de Évora (já incorporados); c) Papéis da câmara eclesiástica (já incorporados); d) Papéis da mitra (já incorporados); e) Cartórios paroquiais do distrito, nos termos do decreto n.º 1630, de 9 de Junho de 1915 (já incorporados); f) Cartórios notariais do distrito, nos termos do decreto n.º 2607⁴⁹, de 2 de Setembro de 1916 (em via de incorporação); g) Processos crimes, cíveis e orfanológicos dados por findos antes dos últimos cinquenta anos; h) Todos os documentos e processos provenientes de repartições extintas e de serviços cessantes do distrito, que, nos termos da lei geral, devessem dar entrada no no Arquivo Nacional da Torre do Tombo” (Ministério de Instrução Pública, 1916d, p. 1097). O Arquivo Distrital de Braga, por seu turno, detinha um “fundo constituído pelas seguintes colecções: a) Cartório do cabido bracarense, com o corpo de armários em que se encontra instalado; b) Arquivo da Sé (já incorporado); c) Cartório da Mitra (já incorporado); d) Cartório da Câmara Eclesiástica; e) Documentos dos extintos mosteiros, existentes na Inspeção de Finanças (já incorporados); f) Documentos da antiga provedoria e resíduos; g) Documentos da antiga prefeitura do Minho; h) Cartórios dos hospitais, confrarias e misericórdias do distrito, na parte desnecessária à sua administração; i) Cartórios paroquiais do distrito, nos termos do decreto n.º 1630, de 9 de Junho de 1915; j) Cartórios notariais do distrito, nos termos do decreto n.º 2607, de 2 de Setembro de 1916; l) Processos crimes, cíveis e orfanológicos, dados por findos antes dos últimos trinta anos; m) Todos os documentos e processos provenientes de repartições extintas e serviços cessantes do distrito, que, nos termos da lei geral, devessem dar entrada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo” (Ministério de Instrução Pública, 1917a, pp. 647–648). Trata-se de um modelo de cânone arquivístico desenvolvido por Dantas (1916) por transposição do modelo prosseguido pela Torre do Tombo. Além disto, a criação de arquivos distritais advinha de uma necessidade não só de prosseguir a constituição de cânones arquivísticos nacionais mantendo-os *in situ* a partir de um critério de jurisdição territorial (capital de distrito) mas também da impossibilidade de deslocar documentação concentrando em Lisboa no Arquivo Nacional. Dantas reconhecia que a concentração de arquivos em Lisboa levantava “reclamações de interesses locais e a congestão dos Arquivos de Lisboa determinada pelo afluxo incessante de

⁴⁸ A Portaria de 20 de Agosto de 1913, não recuperada nos critérios de pesquisa, determinou a “entrega à Biblioteca Pública de Évora de certos documentos e objectos que se encontram no cartório do cabido da Sé de Évora” *in integro* (Ministério da Justiça, 1913).

⁴⁹ O diploma citado não foi recuperado através dos critérios de pesquisa adotados.

novas livrarias e cartórios da província, a inconveniência e a dificuldade de persistir no regime centralista” (1917, p. 2). O modelo de criação de arquivos distritais baseava-se na co-tutela administrativa entre a Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos e as autarquias locais e/ou das Juntas Gerais dos Distritos, através da “descentralização em relação a Lisboa e na centralização em relação às sedes de distrito” (1917, p. 2).

Para além do universo distrital, também se criaram bases para a constituição de cânones arquivísticos institucionais de âmbito colonial, como o Decreto de 13 de novembro de 1913, que nomeou “uma comissão para coligir todos os documentos que interessem à história e à administração colonial existentes no arquivo do Ministério das Colónias” (Ministério das Colónias, 1911b). Esta estratégia terá importantes consequências na criação de serviços de arquivo não só por todos os distritos do país mas também nas províncias ultramarinas, que se incrementarão a partir da II República.

A reorganização do modelo de incorporações constituiu um passo indispensável para tornar acessível vastos conjuntos documentais na custódia de serviços públicos especializados (Dantas, 1914, 1916). Apesar da dependência dos arquivos distritais à Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos ter permitido um melhor conhecimento sobre a dimensão dos conjuntos documentais incorporados e a incorporar (Dantas, 1919), a remoção de arquivos dos seus contextos originários, determinada por motivo de extinção de serviços, sacrificou, por vezes, a unicidade do fundo em prol da sua distribuição segundo a pertinência funcional e/ou territorial (Direcção Geral do Comércio e Indústria, 1912; Ministério da Justiça, 1912b; Ministério do Comércio e Comunicações, 1924; Ministério do Fomento, 1917), ou por motivo de sindicâncias realizadas a serviços onde se verificaram má governança dos arquivos (Ministério do Interior, 1913b, 1913a).

À pujança que os serviços bibliotecários obtiveram no ponto de vista do desenvolvimento de políticas de acesso aos recursos informacionais, a situação dos arquivos, em especial da Torre do Tombo, “permanecia num marasmo quase total” (F. Ribeiro, 2008b, p. 75), apesar de a orientação em matéria de incorporações obrigatórias não ter passado necessariamente pela obrigatoriedade em centralizar documentação arquivística em Lisboa (Dantas, 1917).

Ainda assim, a remoção de arquivos dos seus contextos originários foi um processo que se realizou de forma sistemática em Portugal. A criação de arquivos nas sedes de distrito constituiu uma estratégia de minimização do impacto negativo da centralização de fundos no ANTT. Deve realçar-se, em última análise, que os critérios de pesquisa adotados não devolveram qualquer processo de restituição de arquivos aos seus contextos originários.

Importa referir que o *Código de Registo Civil* de 1911, não recuperado nos motores de pesquisa, secularizou os serviços de registo civil (anteriormente atribuído às paróquias) criados em cada sede de concelho. Tal implicou a remoção dos arquivos paroquiais para as conservatória de registo

civil, determinando que “os livros do registo parochial existentes em poder dos parochos serão por estes encerrados no estado em que se encontrarem” e “serão transferidos, no prazo máximo de três meses (...), mediante inventario e auto de entrega, dos actuaes arquivos para os dos competentes conservadores do registo civil, ou provisoriamente para os dos governos civis” (Ministério da Justiça, 1911, pp. 653–654). Esta situação terá maior ênfase com a criação de arquivos distritais. A síntese dos aspetos atrás sumarizados pode ser visualizada na seguinte Figura 12.

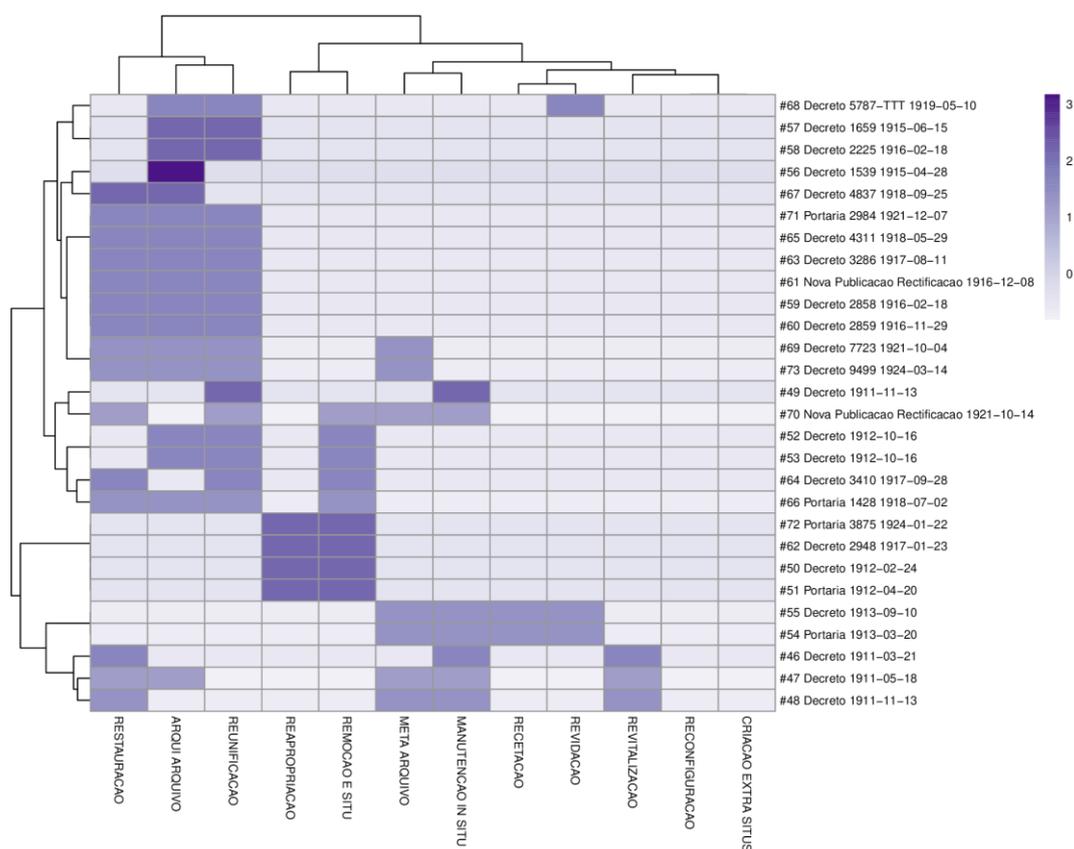


Figura 12 – Heatmap de diplomas da I República (n = 28).

Fonte: Elaboração do autor. Dados da investigação: <<https://osf.io/vgz72/>>.

4.2.3.3. Período III: II República (1926-1974)

O golpe militar de 28 de maio de 1926 trouxe consequências significativas tanto para as bibliotecas como para os arquivos. Ribeiro considerou que o período de 1926 até 1974 foi marcado por um “estado de torpor” que, apesar da dinâmica protagonizada por Júlio Dantas enquanto esteve à frente dos destinos da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos, “vai esmorecer, em favor da rotina e da apatia que passam a caracterizar aquele organismo estatal” (2008b, p. 111). Ao ímpeto reformista dos timoneiros da I República, a reforma trazida pelo Decreto n.º 13724, de 27 de maio de 1927 (Ministério de Instrução Pública, 1927) focalizou-se na contenção orçamental, como o preâmbulo atesta: “A Inspeção é dotada duma rêde de arquivos e delegados distritais, sem novos encargos para o Estado” (Ministério de Instrução Pública, 1927, p. 881). Os custos da custódia de

arquivos sob a tutela pública encontram-se presentes em diversos diplomas ao longo deste período. Exemplo disto, temos os problemas de localização de espaços para a implantação do Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto, inicialmente proposto para o pavimento superior do Claustro da Sé (Ministério da Justiça e dos Cultos, 1926b) e depois rejeitado pela própria cessionária (Ministério da Justiça e dos Cultos, 1930). Outro exemplo, consiste na instalação provisória no Asilo dos Velhos da Junta Geral do Distrito à Biblioteca Erudita e Arquivo Distrital de Leiria (Ministério de Instrução Pública, 1928) e nas instalações do Liceu Alexandre Herculano do Arquivo Distrital do Porto (Ministério de Instrução Pública, 1931g). Porém, os problemas de prossecução de trabalhos de incorporação eram de ordem orçamental, tendo sido necessário inscrever rubricas específicas no orçamento destinados ao Arquivo Distrital do Porto (Ministério das Finanças, 1931) e à Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora (Ministério de Instrução Pública, 1931d).

No que respeita aos arquivos especializados já constituídos no contexto da Monarquia Constitucional e da I República, a tendência consistirá no reforço dos cânones arquivísticos institucionais desses organismos. O Decreto n.º 16261 de 18 de dezembro de 1928, por exemplo, determinou a incorporação do fundo do Corpo Expedicionário Português, que se encontrava “na dependência da 3.ª Direção Geral do Ministério da Guerra” para a “responsabilidade do Arquivo Histórico Militar” (Ministério da Guerra, 1928, p. 2565) e, mais tarde, a reorganização do Arquivo Histórico-Militar (Ministério do Exército, 1973).

Outro exemplo de remoção *e situ* foi o Arquivo das Congregações Religiosas, criado pelo Decreto n.º 3410 de 28 de setembro de 1917, então instalado à rua do Quelhas, onde foi estabelecido a sua transferência para o Palácio da Ajuda (Ministério de Instrução Pública, 1930a). Posteriormente, este diploma foi corrigido, considerando apenas a transferência dos “documentos manuscritos de merecimento histórico” (Ministério de Instrução Pública, 1930b, p. 1714) para o ANTT.

A tendência, contudo, é a implantação de serviços de arquivo nas sedes de distrito, visando a criação de “arqui-arquivos” com um modelo de cânone arquivístico similar ao já praticado pelo ANTT. O Decreto n.º 13724, de 27 de maio de 1927 (Ministério de Instrução Pública, 1927), consagrou tal modelo ao prescrever a criação “em cada sede de distrito do continente e ilhas adjacentes, com exceção de Lisboa e Coimbra, um arquivo distrital, de organização idêntica aos já criados em Braga, Évora, Leiria e Bragança, destinados a recolher, instalar, inventariar e facultar à consulta dos estudiosos os núcleos de documentos dispersos no distrito respectivo: a) Cartórios paroquiais; b) Cartórios notariais; c) Cartórios das sés, colegiadas e cabidos; d) Processos, cíveis, crimes e orfanológicos findos; e) Papéis dos extintos mosteiros, existentes nas inspeções e repartições de finanças; f) Papéis das repartições extintas e serviços cessantes; g) Documentos das congregações religiosas extintas em 1911, ainda que em poder das comissões locais de administração dos bens das igrejas; h) Todos os outros documentos que, nos termos da lei geral do

País, devam recolher aos arquivos do Estado”, acrescentando a isto a faculdade de as câmaras municipais, confrarias, misericórdias e hospitais depositarem “no todo ou em parte, os documentos dos seus cartórios nos arquivos distritais da sede do respectivo distrito” (Ministério de Instrução Pública, 1927, p. 882). Apesar de assegurada a superintendência da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos sobre os arquivos distritais, os recursos para a instalação de arquivos distritais e despesas de manutenção tiveram de ser proporcionados pelas juntas gerais dos distritos ou pelas comissões executivas dos municípios. Esta estratégia de contenção de custos, contudo, “inviabilizou a aplicação prática do diploma, no que respeitava à criação generalizada dos arquivos distritais” em todo o país (F. Ribeiro, 2008b, p. 115). O Decreto n.º 13724, de 27 de maio de 1927 (Ministério de Instrução Pública, 1927), foi poucos anos depois substituído por uma nova “lei de bases”: o Decreto n.º 19952, de 27 de junho de 1931 (Ministério de Instrução Pública, 1931a), com retificações (Ministério de Instrução Pública, 1931f, 1932c). O objetivo do diploma consistiu em “garantir, o mais eficazmente possível, a guarda e conservação dos manuscritos e impressos dos nossos arquivos e bibliotecas e valorizar os seus recheios pelo inventário e catalogação das espécies” (Ministério de Instrução Pública, 1931a). Constituindo-se num dos diplomas axiais que perduraram por mais de três décadas em Portugal, instituições arquivísticas que apenas existiam *de facto*, passaram a ter existência *de iure*. Como tal, para além da rede de bibliotecas, constituíram-se novos “arqui-arquivos”, reforçando não só o Arquivo Nacional da Torre do Tombo com a anexação do Arquivo dos Registos Paroquiais e dos Feitos Findos, como também uma rede de arquivos distritais, como Porto, Coimbra (anexo ao Arquivo da Universidade), Braga, Évora, Leiria, Bragança e Ponta Delgada. A retificação ao Decreto n.º 19952, de 27 de junho de 1931 (Ministério de Instrução Pública, 1931f), incluiu posteriormente o Arquivo Distrital do Funchal. Como corolário disto, regulamentaram-se arquivos distritais nas ilhas adjacentes, especificamente nos distritos açorianos de Ponta Delgada (Ministério de Instrução Pública, 1931b) e de Angra do Heroísmo (Ministério da Educação Nacional, 1956; Ministério da Marinha, 1948) e no distrito do Funchal (Ministério de Instrução Pública, 1931e); Viseu (Ministério de Instrução Pública, 1932a); Portalegre (Ministério de Instrução Pública, 1933a); arquivos municipais, especialmente o de Guimarães (Ministério de Instrução Pública, 1931c, 1932d). Além disto, o Decreto n.º 19952, de 27 de junho de 1931, atribui à Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos a superintendência e “alvitres” sobre a constituição de arquivos municipais e paroquiais (art.ºs 137.º-138.º), dos institutos científicos do Estado e estabelecimentos de ensino superior (art.ºs 139.º-144.º), do ensino secundário, artístico, técnico, profissional e especial (art.ºs 145.º-147.º), ministérios, tribunais, hospitais e outros serviços do Estado (art.ºs 148.º-150.º). Este diploma não só consagrou uma rede de arquivos e de bibliotecas, mantendo-os *in situ*, mas também reforçar o papel de “arqui-arquivo” na figura da Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos. Exemplo disto temos a criação do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, que detinha sob a sua custódia não só conjuntos documentais gerados pelos organismos antecessores como também aqueles que foram removidos

dos seus contextos originários. Tais fundos consistem em “cartórios e núcleos documentais de diversa proveniência recolhidos no Arquivo da Direcção Geral da Fazenda Pública [que] contêm, além dos elementos necessários à administração do património do Estado, abundantes fontes para a história da sociedade portuguesa, da administração pública, da economia nacional, das instituições políticas, jurídicas, militares e religiosas, das relações diplomáticas, do fomento colonial e das belas artes durante os séculos XVII, XVIII e XIX” (Ministério das Finanças, 1937b, p. 1217). Além disto, o diploma consagrou ao Arquivo Histórico do Ministério das Finanças um cânone arquivístico de que já era detentor, distribuído por três secções “1.^a secção. – Cartórios antigos dos próprios nacionais, compreendendo códices e documentos avulsos da seguinte proveniência: a) Tribunal das capelas da Coroa; b) Junta da Casa do Infantado; c) Mesa da Consciência e Ordens (comendas); d) Ordem de Malta; e) Conselho da Fazenda; f) Mosteiro suprimidos, 2.^a secção. – Arquivo da extinta Casa Real, incluindo os seguintes cartórios e núcleos documentais: a) Administração da Fazenda da Casa Real (tesouraria, almoxarifados, tombo dos bens da Coroa, guarda reposte, teatros reais, ucharia, reais cavalaria, etc.); b) Casa do Infantado; c) Casa de Palhavã; d) Negócios gerais; e) Companhias do comércio e navegação do Grão-Pará e Maranhão, Paraíba e Pernambuco. 3.^a secção. – Livros, documentos e processos de interesse meramente administrativo, provenientes do antigo Tribunal do Tesouro, da Junta do Crédito Público e Próprios Nacionais, da Direcção Geral de Estatística e Próprios Nacionais, da Direcção Geral da Tesouraria e da actual Direcção Geral da Fazenda Pública, além de outros documentos de serviços actuais ou cessantes que interessem à administração do património do Estado e cuja reversão para êste Arquivo seja julgada conveniente” (Ministério das Finanças, 1937b, p. 1218). Outras formas de constituição de cânones arquivísticos passou pela obtenção do direito de preferência na aquisição de documentos no mercado (Ministério das Colónias, 1934a; Ministério de Instrução Pública, 1933b, 1934).

A reorganização e descentralização constituíram, assim, o critério dominante para serviços de arquivo em fase administrativa, como o Arquivo de Identificação (Ministério da Justiça, 1962; Ministério da Justiça e dos Cultos, 1926b); a atribuição do destino de conjuntos documentais de entidades ministeriais extintas (Ministério das Finanças, 1926); a reorganização do serviço do Arquivo Geral da Marinha (Ministério da Marinha, 1929, 1971); a regulamentação dos serviços do Arquivo Geral do Ministério da Guerra (Ministério da Guerra, 1930); a incumbência na reconstituição do arquivo da Inspeção do Círculo Escolar da Horta, “destruído por incêndio” (Ministério de Instrução Pública, 1930c, p. 2143); a determinação de critérios de remessa de arquivos administrativos da frota da Marinha (Ministério da Marinha, 1948), e a criação de uma central de informações e arquivo junto das secretarias-gerais dos tribunais das comarcas de Lisboa e do Porto (Ministério da Justiça, 1965). No entanto, não se consegue extrair em alguns diplomas até que ponto houve o acompanhamento de serviços sob a superintendência da Inspeção Geral

das Bibliotecas e Arquivos nos casos de extinção e de remoção *e situ* – denominados assepticamente de “transferência” – de arquivos notariais, judiciais e alfandegários, apesar de a rede constituída ter aliviado de alguma forma a concentração de fundos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Uma vez que as alterações ao Decreto n.º 19952, de 27 de junho de 1931, só foram realizadas com o Decreto-Lei n.º 46350 (Ministério da Educação Nacional, 1965), foram instituídos novos serviços de bibliotecas públicas e arquivos distritais para completar a rede. Este diploma concebeu os arquivos distritais de Aveiro, Beja, Castelo Branco, Faro, Guarda, Horta, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo e Vila Real. No entanto, algumas destas entidades só serão constituídas *de facto* alguns anos após à promulgação deste diploma.

Outro modelo de “arqui-arquivo” distinto do modelo de rede nacional de arquivos preconizado pelo Decreto n.º 19952, de 27 de junho de 1931, surge no mesmo ano com a criação do Arquivo Histórico Colonial. Este organismo, dependente do Ministério das Colónias, concebeu um cânone arquivístico constituído “a) Pelos documentos manuscritos de natureza histórico-colonial actualmente na posse do Ministério das Colónias e suas dependências; b) Pelos documentos de idêntica natureza que existirem nos arquivos dos governos coloniais, pelos que hajam pertencido a tribunais, repartições e estabelecimentos do Estado nas colónias, já extintos, e por todos os que o Ministro das Colónias ou os respectivos governadores entendam dever incorporar neste Arquivo; c) Pela cartografia portuguesa (mapas e cartas, plantas, roteiros, guias, mapas náuticos, etc.); d) Pelos documentos que de futuro derem entrada no Ministério das Colónias, depois de decorrido o período de dez anos; e) Pelos documentos obtidos por aquisição a particulares, por oferta destes, cedidos para depósito ou de que se tenham alcançado cópias; f) Pelos livros impressos e publicações de carácter colonial; g) Pela iconografia do nosso esforço colonial. § único. Serão incorporados no Arquivo os documentos históricos do extinto Conselho Ultramarino, do Arquivo da Marinha e outros relativos às colónias, cujo conjunto forma o Arquivo da Marinha e Ultramar, confiado à guarda da Biblioteca Nacional de Lisboa” (Ministério das Colónias, 1931, pp. 1080–1081). Instalado no Palácio da Ega, à Junqueira, o Arquivo Histórico Colonial surgiu por iniciativa de António José Pires Avelanoso, então bibliotecário-arquivista do Ministério das Colónias, ideia que se consubstanciava ao ideário do novo regime político “de enaltecer a grandeza do império português” (F. Ribeiro, 2008b, p. 121). De mais a mais, o Arquivo Histórico Colonial estava incumbido de publicar a “*Colecção dos clássicos da expansão portuguesa no mundo*”⁵⁰, como instrumento canónico que materializava os objetivos do regime do Estado Novo em “prosseguir activamente na obra de propaganda colonial” (Ministério das Colónias, 1934b, p. 443). O Ministério das Colónias (através das suas direcções gerais) teve, também, uma atuação interventiva nos

⁵⁰ A estrutura desta coleção encontra-se delimitada na Portaria n.º 7802 (Ministério das Colónias, 1934c), constituída por três séries: a) “A exploração do Atlântico”, b) “O Império de Marrocos”, c) “O Império do Oriente”; d) “O Império do Brasil”, e) “O Império Africano” e f) “Providências governativas”.

arquivos das colónias, atendendo a dimensão territorial constante da *Carta Orgânica do Império Colonial Português* (Ministério das Colónias, 1933). A intervenção passava pela “reconstituição do Arquivo do Registo Criminal, destruído por um incêndio” na comarca de Sotavento da colónia de Cabo Verde (Ministério das Colónias, 1945, p. 240) à tomada de “providências especiais para a reconstituição rápida e eficiente dos arquivos da colónia de Timor, destruídos por efeito da ocupação estrangeira (...) de 1942 a 1945” (Ministério das Colónias, 1947, p. 385). Além disto, as instituições do Estado Novo criaram arquivos históricos nas colónias, apesar dos diplomas publicados nos *Boletins Oficiais* das colónias não terem sido integradas no *Diário de Governo*. Foram instituídos *extra situs* arquivos históricos, por iniciativa dos governos da administração colonial, como em Angola; em Moçambique, através da Portaria Provincial n.º 2267, de 27 de Junho de 1934, e integrado no Museu Histórico Militar (Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, Lourenço Marques) (Ministério do Ultramar, 1958); em Cabo Verde, com a criação de um Arquivo Geral de Cabo Verde, dependente do Centro de Estudos de Cabo Verde na cidade da Praia (Santiago, Cabo Verde) e de uma secção no Mindelo, sob tutela da Junta de Investigações do Ultramar (Ministério do Ultramar) (Ministério do Ultramar, 1961); em São Tomé e Príncipe, com a institucionalização de um Arquivo Histórico (Ministério do Ultramar, 1969)⁵¹. A reorganização da estrutura orgânica da Junta de Investigações Científicas do Ultramar reforçou o papel do Arquivo Histórico Ultramarino como o arqui-arquivo dos “arquivos históricos provinciais” dependentes dos centros de estudos provinciais, para além da possibilidade de os institutos provinciais terem autonomia para “criar e manter núcleos, estações, centros, museus, arquivos, bibliotecas, aquários e jardins botânicos e zoológicos em diversas localidades” (Ministério do Ultramar, 1973, p. 2111). Além da institucionalização de arquivos históricos, foram também estabelecidos secções de Arquivo de Identificação nas colónias e províncias ultramarinas portuguesas (Ministério da Justiça, 1962; Ministérios da Justiça e do Ultramar, 1952).

Num outro conspecto, o Arquivo Histórico Ultramarino proporcionou o acesso a serviços para a reprodução de “fotografia, fotocópia e microfilmagem” (Ministério das Colónias, 1951, p. 225), porém esta estratégia não foi de todo um recurso acessível, dados os custos associados à sua produção. Além disto, se a produção de substitutos se constituiu como um mecanismo fungível à restituição física dos arquivos, veja-se, por exemplo, o Decreto-Lei n.º 39444 de 21 de novembro de 1953, que determinou o regresso “ao património do Ministério da Marinha os livros de inscrição de oficiais da Armada (livros-mestres) anteriores a 1874 que foram incorporados no Arquivo Histórico Colonial” (Ministério da Marinha, 1953) por motivo do Decreto com força de lei n.º 19.868, de 9 de Junho de 1931 (Ministério das Colónias, 1931). Um dos fundamentos para a sua restituição consistiu no facto de os documentos que “interessam fundamentalmente ao Ministério

⁵¹ Apesar de não recuperado nos critérios de pesquisa, o Arquivo Geral de Macau foi instituído pelo Diploma Legislativo Ministerial n.º 5 de 28 de Junho de 1952.

da Marinha e que da situação criada têm resultado, com frequência, dificuldades e demoras na pesquisa dos elementos respeitantes aos oficiais que neles figuram” (Ministério da Marinha, 1953, p. 143).

Com o mesmo ímpeto de constituição de cânones arquivísticos, o Decreto n.º 25044, de 13 de fevereiro de 1935 (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1935) criou uma Comissão dos Arquivos Diplomáticos Portugueses, inspirada na sua congénere francesa instituída em 1874. Embora a ação desta comissão consista em publicar instrumentos de acesso sobre “documentos existentes nos arquivos nacionais e estrangeiros interessante à história da diplomacia portuguesa” (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1935, p. 270), para fazer face à acumulação de fundos no Ministério dos Negócios Estrangeiros, foi determinada a transferência “para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, à medida que as circunstâncias o permitirem, as colecções e códices anteriores a 1852 existentes no arquivo geral desta Secretaria e mais documentos que forem considerados desnecessários aos serviços deste Ministério” (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1950, p. 261).

Outro elemento que emergiu entre os diplomas incluídos consiste nas disposições específicas para a normalização da descrição arquivística. Tal incumbência foi atribuída à Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos, devendo para esse efeito elaborar “os princípios, as normas, as regras e instruções a seguir no inventário e na catalogação de impressos, manuscritos, estampas, cartas geográficas, moedas, medalhas e outras espécies que constituem os recheios das bibliotecas e arquivos” (Ministério de Instrução Pública, 1932b, p. 1936). A normalização dos instrumentos de acesso à informação encontra a sua primeira garantia literária com a Portaria n.º 7588 (Ministério de Instrução Pública, 1933c). Este diploma reconhece a importância dos instrumentos de acesso como ferramentas para a reunificação de conjuntos documentais, especialmente quando “núcleos ou fundos de uma grande coleção se encontrem dispersos pelas diversas salas ou outros locais de um arquivo” ou quando “sejam encontradas dispersas partes de um mesmo núcleo ou coleção” (Ministério de Instrução Pública, 1933c, pp. 923–924). As diversas tipologias de instrumentos de acesso – roteiros, guias, inventários, catálogos, índices, etc. – exigiam um nível de coerência e de congruência na representação de unidades, preferencialmente de “maneira uniforme, seqüente e metódica (...) tudo o que convenha marcar e inscrever no inventário, seja êle, tanto quanto possível, elaborado por um mesmo grupo de funcionários e empregados, ou, pelo menos, chefiado por um mesmo funcionário superior” (Ministério de Instrução Pública, 1933c, p. 924). No entanto, o acesso aos instrumentos de acesso, se não for prática institucional de publicar em boletins e revistas, a Portaria n.º 481/73, de 13 de julho, determinou aos arquivos distritais do País a publicação de um guia, como um “instrumento útil de trabalho e pesquisa ao dispor do público” (Ministério da Educação Nacional, 1973, p. 1221).

A acumulação e a ausência de medidas legislativas para a transferência de suporte (sistemas micrográficos) e “inutilização dos originais” (Presidência do Conselho, 1972, p. 93) deu origem a diversas portarias, cujo teor será abordado na secção relativa à III República.

Conforme exposto, em síntese, a criação de arquivos durante o Estado Novo deu especial realce não só ao reforço dos arqui-arquivos em função da sua jurisdição territorial (nacional, distrital, municipal provincial), sugerindo a sua manutenção *in situ* em vez da centralização para a metrópole, mas também no desenvolvimento de ferramentas “meta-arquivísticas”, especialmente aquelas que descrevam os conjuntos documentais integrantes do cânone arquivístico institucional. No entanto, os conflitos armados entre as forças da metrópole e as províncias ultramarinas tiveram consequências devastadoras durante as lutas pela autodeterminação. As medidas legislativas para a remoção de arquivos das províncias ultramarinas não são conhecidas ou, pelo menos, só o serão *a posteriori*, através de processos de incorporação ocorridos durante a III República.

A Figura 13 sintetiza as relações entre os diplomas e os temas sumarizados, com 62 diplomas que responderam aos critérios de inclusão, produzidos entre 1926 e 1973.

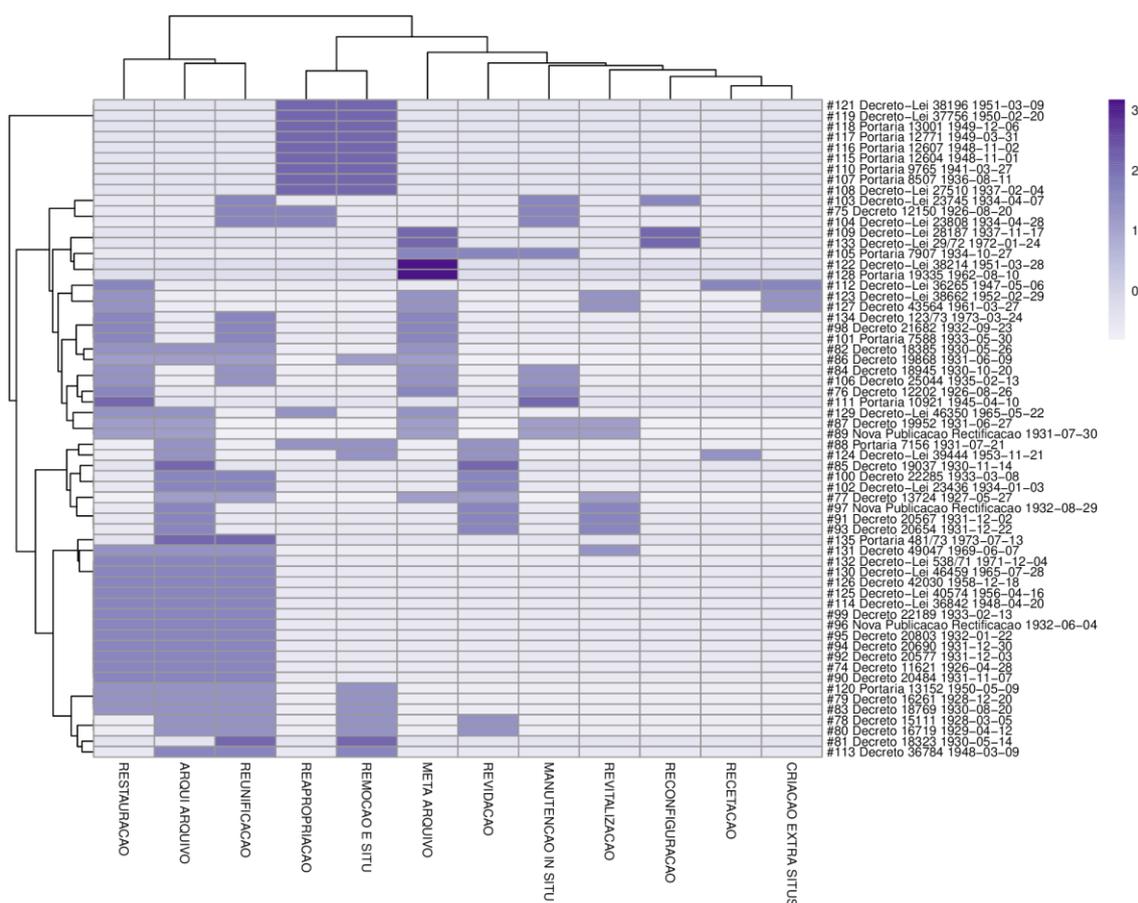


Figura 13 – Heatmap de diplomas da II República (n = 62)

Fonte: Elaboração do autor. Dados da investigação: <<https://osf.io/cp8ma/>>.

4.2.3.4. *Período IV: III República (1974-[2019])*

A Revolução dos Cravos (1974) trouxe uma profunda mudança para Portugal, significando uma ruptura com o regime político anterior. Muitas das instituições arquivísticas herdadas da I e II Repúblicas continuaram ao longo da III República, caracterizando-se, desta vez, pela mutabilidade das instituições e tutelas administrativas. Com o processo de descolonização, verificou-se a necessidade de uma reorganização territorial, transformando as ilhas adjacentes em Regiões Autónomas (Madeira e Açores) (1976) e cedendo a soberania de Macau à China (1999).

Um dos impactos que afetaram no destino dados aos arquivos está relacionado com os efeitos da descolonização. Se houve decisões para a remoção dos arquivos das ex-colónias, o processo terá ocorrido de forma tácita e com o auxílio das forças militares portuguesas. Deve realçar-se, a título de exemplo, o arquivo da PIDE-DGS, atualmente sob custódia do ANTT. No entanto, ressalve-se para o facto de terem existido serviços em Portugal continental especializados sobre as colónias portuguesas, como os *Serviços de Centralização e Coordenação de Informação de Angola* (Almeida, 2016).

O principal *cluster* de diplomas que caracteriza uma tendência do período em estudo corresponde aos temas de arqui-arquivo e restauração (arquivo do arquivo) e de reunificação (cânone arquivístico). Em primeiro lugar, a determinação do destino dos arquivos das ex-colónias constituiu uma das preocupações do IV Governo Provisório, expresso no Decreto n.º 206/75, de 17 de abril (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1975; Presidência do Conselho de Ministros, 1975), que ratificou o Tratado entre a Índia e Portugal Relativo ao “Reconhecimento da Soberania da Índia sobre Goa, Damão, Diu, Dadrá e Nagar Aveli e Assuntos Correlativos”. No acordo de reciprocidade constante do Artigo V, ficou estabelecido que “Portugal concorda, em princípio, na entrega à Índia de todos os arquivos, registos, papéis, documentos e outros materiais (...) incluindo aqueles que possam ter sido transferidos para qualquer lugar fora destes territórios”, enquanto que “a Índia concorda, em princípio, na transferência para Portugal de todos os arquivos, registos, papéis, documentos e outros materiais que se possam encontrar nos territórios mencionados no artigo I”, *i. e.*, “Goa, Damão, Diu, Dadrá e Nagar Aveli” (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1975, p. 579). O texto, contudo, veio a ser retificado, propondo que os “arquivos, registos, papéis, documentos e outros materiais originários dos territórios mencionados no artigo I do Tratado e outros territórios na Índia, poderão ser retidos na Índia mesmo que se refiram a outros territórios portugueses” e que “os arquivos, registos, papéis, documentos e outros materiais originários de Portugal poderão ser retidos Portugal mesmo que se refiram aos territórios mencionados no artigo I do Tratado e a outros territórios na Índia” (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1975, p. 658). No entanto, estes diplomas não fazem referência a qualquer tratado internacional na base deste acordo de reciprocidade, apesar de Portugal ter assinado a Convenção de Haia de 1954 a 14 de maio desse ano e só ratificado anos mais tarde (Assembleia da República, 2000; Presidência da

República, 2000). A manutenção *in situ* dos arquivos produzidos pelas entidades coloniais portuguesas teve como princípio, de acordo com a carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Índia, Yashwantrao Balwantrao Chavan (1913-1984), “to maintain the organic unity of their respective archives as well as to protect the interests of historical research and science” (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1975, p. 659).

Integrado neste *cluster* está o Decreto-Lei n.º 429/77, de 15 de outubro (Presidência do Conselho de Ministros, 1977), que foi, também, transposto para ordenamento jurídico na Região Autónoma da Madeira (Assembleia Regional da Região Autónoma da Madeira, 1978), relativo à salvaguarda de arquivos e bens culturais pertencentes a empresas privadas. O diploma incidiu sobre os arquivos das empresas privadas “em particular das de maior antiguidade, relevância económica ou influência política, para o correto conhecimento histórico da época contemporânea”, considerando que “são “inalienáveis e insusceptíveis de saírem de território nacional” as “empresas privadas, nacionais ou estrangeiras, que (...) hajam tido grande projecção na vida nacional em qualquer tempo” (Presidência do Conselho de Ministros, 1977, p. 2498). A manutenção *in situ*, neste caso, teve como princípio a inalienabilidade. Ainda assim, os pressupostos para a constituição de cânones arquivísticos – “empresas que estejam constituídas há mais de vinte e cinco anos e tenham um capital social superior a 50 000 contos” (Presidência do Conselho de Ministros, 1977, p. 2498) – não permitem conhecer não só a dimensão dos arquivos privados deslocados para o exterior do país como também os que foram abandonados pelos seus proprietários.

Ainda no âmbito deste *cluster*, assiste-se à transformação, em contexto pós-colonial, das *ilhas adjacentes* em Regiões Autónomas, Madeira (Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Administração Interna, 1976b, 1976c) e Açores (Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Administração Interna, 1976a). Esta nova configuração político-administrativa implicou a transferência de serviços integrantes do perímetro da administração central do Estado para a administração regional autónoma. Assim, uma das medidas tomadas foi a transferência do Arquivo Distrital do Funchal para o Governo Regional da Madeira (convertido como Arquivo Regional), como forma de “concretização da autonomia no domínio cultural” (Presidência do Conselho de Ministros, 1980, p. 2203)⁵². Embora a transferência de competências da administração central para a administração regional autónoma não tenha resolvido o problema da restituição dos arquivos madeirenses custodiados pela Arquivo Nacional Torre do Tombo (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), os arquivos regionais converteram-se em arqui-arquivos na sua jurisdição territorial (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 1998; Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, 2007; Presidência do Governo Regional dos Açores, 2008).

⁵² Na Região Autónoma dos Açores, esta medida de regionalização ocorreu dois anos antes, com o Decreto-Lei n.º 408/78, de 19 de dezembro (Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Educação e Cultura, 1978).

Similarmente, os arquivos distritais, constituídos pelo Decreto n.º 19952, de 27 de junho de 1931, e ampliados pelo Decreto-Lei n.º 46350 (Ministério da Educação Nacional, 1965), sofrem uma alteração com o Decreto-Lei n.º 149/83, de 27 de abril (Ministério da Cultura e Coordenação Científica, 1983a), que definiu o regime jurídico dos arquivos distritais e das bibliotecas públicas, com algumas alterações (Ministério da Cultura, 1985a, 2003). Conforme já apontado, o preâmbulo deste diploma reconheceu que “nunca chegaram a funcionar” serviços “como a Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Bragança e os Arquivos Distritais de Beja, Castelo Branco, Guarda e Viana do Castelo, por falta de estruturas locais de apoio” (Ministério da Cultura e Coordenação Científica, 1983a, p. 1150). De facto, a inexistência de um serviço desta natureza em certos distritos conduziu à “dispersão dos fundos arquivísticos, que, chegado o prazo de transferência das conservatórias dos registos civil e do notariado e das secretarias judiciais”, levando a que os fundos tivessem sido “incorporados, por força de despacho ministerial, no arquivo distrital que os pode recolher e geograficamente mais próximo” (Ministério da Cultura e Coordenação Científica, 1983a, p. 1150). A criação e integração dos arquivos distritais na tutela do Instituto Português do Património Cultural (Ministério da Cultura e Coordenação Científica) constitui um marco jurídico que possibilitou a estes serviços atuarem como “arqui-arquivos”, como “centro coordenador de todos os arquivos da zona: os estatais, os concelhios, os de demais instituições e até, se possível, os particulares” (Ministério da Cultura e Coordenação Científica, 1983a, p. 1150). A constituição de cânones arquivísticos pouco diferiu do modelo que vigorou desde a I Primeira República: “Serão obrigatoriamente incorporados nos arquivos distritais (...): a) A documentação das conservatórias do registo civil e os livros de registo paroquiais; b) A documentação das conservatórias dos registos do notariado; c) A documentação dos tribunais; d) Os documentos de serviços cessantes; e) Todos os outros documentos que, nos termos da lei, devam recolher aos arquivos distritais ou se venha a reconhecer que convém neles recolher” (Ministério da Cultura e Coordenação Científica, 1983a, p. 1151).

No entanto, face à crónica exiguidade de espaços para armazenamento e a necessidade da construção de um imóvel de raiz (Presidência do Conselho de Ministros, 1984), o Arquivo Nacional Torre do Tombo não perdeu relevância como “arqui-arquivo” e tem sido a instituição incumbida de integrar no seu cânone arquivístico conjuntos documentais respeitantes ao regime antecessor e de transição, especialmente o “Arquivo Salazar” e “Arquivo Marcelo Caetano”, inicialmente transferido para a Biblioteca Nacional (Presidência do Conselho de Ministros, 1981), depois para o Arquivo Nacional Torre do Tombo (Presidência do Conselho de Ministros, 1991a); o arquivo do Conselho da Revolução (Ministério da Cultura e Coordenação Científica, 1983b); o arquivo do extinto Serviço da Coordenação da Extinção da PIDE/DGS e LP (Assembleia da República, 1991) e os processos individuais dos funcionários e agentes da ex-administração ultramarina e do ex-Ministério do Ultramar (Ministério das Finanças, 1991). Além disto, o reforço de papel dos

arqui-arquivos nacionais, decorrente de uma indefinição legislativa no pós-1974, terá expressão com a institucionalização de serviços como o Instituto Português de Arquivos (Presidência do Conselho de Ministros, 1988a), o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Ministério da Cultura, 1997b), a Direção-Geral dos Arquivos (Ministério da Cultura, 2007) e, mais recentemente, a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2015; Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças, 2012). O que estas instituições em comum partilham é o de terem exercido sucessivamente como órgãos de coordenação da política arquivística nacional⁵³, embora as Regiões Autónomas tenham competências regionalizadas sobre esta matéria (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 1998; Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, 2007; Presidência do Governo Regional dos Açores, 2008, 2014).

Outros serviços de arquivo especializado foram regulamentados, como a Biblioteca Geral e de Arquivo da Universidade do Porto, cujo cânone arquivístico se constituiria por “todo o espólio dos organismos públicos e privados do Norte do País”, para converter-se “em Arquivo Histórico Regional do Norte, sem prejuízo das competências próprias dos arquivos distritais” (Ministério da Educação e Cultura, 1986a, p. 1481); a regulamentação dos serviços do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2001); a dependência definitiva e exclusiva da Biblioteca Geral e do Arquivo à Universidade de Coimbra (Ministério da Educação e Cultura, 1986b); a criação do Arquivo Geral da Alta Autoridade contra a Corrupção (Presidência do Conselho de Ministros, 1991b), e a institucionalização do Arquivo Nacional do Som (Assembleia da República, 2018b; Presidência do Conselho de Ministros, 2019c), com um cânone arquivístico baseado em “documentos sonoros de arquivos de instituições públicas e privadas, que permitam a salvaguarda e projeção nacional do património sonoro, musical e radiofónico português” (Assembleia da República, 2018b, p. 1402).

Outro traço distintivo integrante do *cluster* de diplomas diz respeito a estratégias para a manutenção de arquivos *in situ*, realçando a importância dos “meta-arquivos” como forma de revitalização dos cânones arquivísticos. Entre os principais diplomas estão, por um lado, a regulação da pré-arquivagem, *i. e.*, a avaliação arquivística (Presidência do Conselho de Ministros, 1988b) e, por outro, o regime geral dos arquivos e do património arquivístico (Assembleia da República, 1992; Presidência do Conselho de Ministros, 1993). A avaliação arquivística, que revogou o Decreto-Lei n.º 29/72, de 24 de janeiro, constituiu um importante instrumento que visava não só fazer face

⁵³ Com a criação do Instituto Português de Arquivos, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo permaneceu fora desta estrutura administrativa “o que desde logo se considerou uma anomalia, uma vez que deixava fora da rede e da política arquivística nacional o mais importante de todos os arquivos portugueses” (Ministério da Cultura, 1997b) e “a recuperação da identidade própria do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, enquanto arquivo central do Estado que preserva documentos originais desde o séc. IX até à actualidade, bem como a inclusão dos novos arquivos electrónicos no âmbito de actuação do organismo” (Ministério da Cultura, 2007).

à acumulação de documentos que as administrações públicas enfretavam (e enfrentam) mas também possibilitar a constituição de um cânone arquivístico baseado em critérios axiológicos que determinavam que séries documentais a conservar e a eliminar ao longo do seu ciclo vital.

No que respeita ao regime geral dos arquivos e do património arquivístico, sistematizaram-se os “princípios que devem presidir à sua organização, inventariação, classificação e conservação, ou seja, às operações que permitem a guarda, o acesso e o uso desse património, sem as quais permanecerá inútil, bem como a punição de actos de destruição, alienação, exportação ou ocultação, tendo em vista a sua defesa” (Presidência do Conselho de Ministros, 1993, p. 264). Incompreensivelmente, o Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de janeiro, que definiu arquivo como “conjunto de documentos, qualquer que seja a sua data ou suporte material, reunidos no exercício da sua actividade por uma entidade, pública ou privada, e conservados, respeitando a organização original” e como “instituição cultural ou unidade administrativa” (Presidência do Conselho de Ministros, 1993, p. 264), manteve os arquivos áudio-visuais fora do âmbito de aplicação deste diploma. O que esta base legal prescreve consiste na transposição para o ordenamento jurídico nacional a Teoria das Três Idades (materializado em arquivos corrente, intermédio e definitivo ou histórico), a delimitação territorial (nacional, regional e municipal) e titularidade (público ou privado). Além disto, o diploma determina regimes de classificação/desclassificação (art.º 21.º-30.º), alienação (art.º 31.º), permuta (art.º 33.º), direito de preferência (art.º 32.º) e importação/exportação (art.º 34.º-38.º) de bens arquivísticos classificados, onde o órgão de política arquivística nacional (arqui-arquivo) está mandatado para exercer arbitragem sobre o destino dos conjuntos documentais. Exemplo da aplicação deste diploma diz respeito à classificação “meta-arquivística” para a constituição de cânones arquivísticos, como o apoio aos arquivos e património de fotografia pelo Centro Português de Fotografia⁵⁴ (Ministério da Cultura, 2001), o arquivo da Companhia das Lezírias do Tejo e Sado (Ministério da Cultura, 2002), o arquivo da Tobis Portuguesa, S. A. (Presidência do Conselho de Ministros, 2012b) e os 11 livros de *Atas de Vereação do Concelho de Loulé* (séculos XIV-XV) na custódia do Arquivo Municipal de Loulé (Presidência do Conselho de Ministros, 2019b). Além disto, o Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de janeiro, estabeleceu que a importação de bens arquivísticos a serem integrados no património arquivístico português deve privilegiar a relação com a “história pátria ou reproduzirem a cultura nacional” (Presidência do Conselho de Ministros, 1993, p. 268).

Outro elemento associado a este *cluster* diz respeito à organização do sistema arquivístico das Regiões Autónomas. No caso da Madeira, o papel de “arqui-arquivo” tem sido atribuído ao Arquivo Regional da Madeira (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 1998), com superintendência sobre os arquivos administrativos dos órgãos da administração regional

⁵⁴ Organismo criado pelo Decreto-Lei n.º 160/97, de 25 de junho, cujo cânone arquivístico se sustenta a partir da “obras nacionais ou de temática nacional e a fotografia contemporânea, tendo em conta a necessidade de dar continuidade à colecção nacional de fotografia” (Ministério da Cultura, 1997a).

autónoma (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2001), com o suporte legal para a constituição de cânones arquivísticos a partir dos mecanismos de avaliação arquivística⁵⁵. No caso dos Açores, por seu turno, o regime dos arquivos e do património arquivístico desse arquipélago é mais abrangente (Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, 2007; Presidência do Governo Regional dos Açores, 2008, 2014), conferindo à Comissão Coordenadora para os arquivos da Região Autónoma dos Açores o papel de arqui-arquivo, com superintendência sobre os arquivos da administração regional autónoma, administração local e arquivos regionais (com sede em Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada).

Conquanto a rede de arquivos esteja presente, em maior ou menor grau, em diversos âmbitos territoriais, um dos problemas consiste na delimitação da jurisdição dos arquivos definitivos territoriais (nacional, distrital, regionais ou municipal) na constituição de cânones arquivísticos. Ao Arquivo Nacional Torre do Tombo, devem ser incorporados “a) A documentação produzida pelos serviços da administração central do Estado; b) A documentação produzida por empresas públicas de âmbito nacional; c) A documentação produzida por empresas públicas em processo de privatização ou de cisão de âmbito nacional; d) Os arquivos de serviços extintos e a documentação proveniente de funções extintas em organismos e serviços da administração central” (Ministério da Cultura, 2004, p. 1161). Aos arquivos distritais e equiparados (*u. g.*, arquivos regionais), por seu turno “a) A documentação produzida pelos serviços da administração central desconcentrada da respectiva área; b) A documentação produzida por empresas públicas situadas na área geográfica correspondente à sua sede; c) A documentação produzida por empresas públicas em processo de privatização ou de cisão da área geográfica correspondente à sua sede; d) Os arquivos de serviços extintos e documentação proveniente de funções extintas em organismos e serviços da administração central desconcentrada da respectiva área” (Ministério da Cultura, 2004, p. 1161). Ainda, os critérios de “interesse histórico” para a constituição de cânones arquivísticos devem aplicar os procedimentos de avaliação arquivística, como estipulado pelo artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 47/2004, de 3 de março. No entanto, este diploma não resolveu fundos incorporados (*i. e.*, deslocados) para fora da jurisdição arquivística a que pertenciam. É possível perceber a ambiguidade existente entre custódia e propriedade praticada pelos arquivos definitivos públicos, para além dos princípios jurídicos de não retroatividades das leis que limitam a possibilidade de correção de casos ocorridos no passado.

Um novo *cluster* diz respeito a fenómenos “anarquívicos” associados à remoção *e situ*, reapropriação e revidação. A extinção de serviços e repartição dos bens documentais entre entidades sucessoras ocorreu, por exemplo, com a Comissão Nacional para o Ano Internacional da Criança (Presidência do Conselho de Ministros e Ministério dos Assuntos Sociais, 1980). O acesso aos

⁵⁵ Entre os diplomas não recuperados pelos motores de pesquisa diz respeito ao Decreto Legislativo Regional n.º 26/99/M, de 27 de agosto (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 1999) e ao Decreto Legislativo Regional n.º 15/2004/M, de 14 de julho (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2004).

arquivos de Salazar e de Marcelo Caetano custodiados na Biblioteca Nacional (Presidência do Conselho de Ministros, 1981) apenas foi tornado acessível à Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, com competência para “promover e centralizar a investigação, recolha e análise de documentos pertencentes ao Estado e demais entidades públicas, publicações de imprensa diária e não diária, filmes, registos sonoros, documentos particulares (...), de um modo geral, os elementos susceptíveis de contribuir para o esclarecimentos e elucidação do que foi o regime fascista em Portugal” (Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da Justiça e da Cultura, 1985, p. 246). No âmbito temático da revidação, existem diplomas relativos aos custos da custódia, especialmente na conservação dos arquivos audiovisuais (Assembleia da República, 2018a, 2019b; Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças, 1991) e dos arquivos do Fundo de Defesa Militar do Ultramar e criação de um arquivo sobre o caso de Camarate acessível no portal institucional do Parlamento nacional (Presidência do Conselho de Ministros, 2015b).

Associado a este *cluster* estão casos relativos à repatriação ou restituição de arquivos deslocados. O Aviso de 9 de dezembro de 1987 do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal estabeleceu um convénio com o Ministério dos Negócios da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas sobre a “Procura e Devolução de Materiais de Arquivo das Antigas Representações de Portugal na Rússia e das Antigas Representações da Rússia em Portugal” (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1987). Outra medida tomada pela Assembleia da República tem a ver com a constituição da comissão de inquérito parlamentar da iniciativa do Partido Social Democrata sobre o desvio dos arquivos da PIDE/DGS para o KGB (Assembleia da República, 1995). Esta situação teve origem nos casos reportados pelos serviços noticiosos do canal 1 da RTP emitido a 27 de setembro de 1994 e do jornal *Público* de 28 de setembro de 1994 em que “foram divulgadas revelações de um ex-general do KGB, em Moscovo, que apontam para a suspeita de que «importantes documentos sobre a PIDE/DGS, bem como dados sobre relações e contactos com a CIA e a NATO, teriam sido desviados da sede daquela polícia, em Lisboa, após a Revolução de 25 de Abril de 1974, pelo KGB com a ajuda de elementos portugueses»” (Assembleia da República, 1994). O autor desta revelação foi general Oleg Kalugin, que alegou em diversas entrevistas e no seu livro *Spymaster: My Thirty-two Years in Intelligence and Espionage Against the West* (1995) a remoção dos arquivos da PIDE/DGS de Portugal: “One night, with the help of moles and sympathizers in-side the security apparatus, Portuguese working for the KGB drove a truck to the Security Ministry and hauled away a mountain of classified intelligence data, including lists of secret police agents working for the Salazar regime. The truck load of documents was delivered to our embassy in Lisbon, then sent by plane to Moscow, where analysts spent months poring over the papers” (Kalugin, 2009). A proposta de comissão de inquérito parlamentar foi discutida e aprovada com o objetivo de averiguar “a) Do eventual desvio de informações e documentos dos arquivos da PIDE/DGS para o KGB; b) Que tipo de informações e quais os documentos que foram

desviados; c) Quem foram os responsáveis pelo desvio desses documentos e informações; d) Quem foram os políticos e os militares sujeitos a chantagem, em consequência do desvio de tais documentos” (Assembleia da República, 1995). Sobre o desaparecimento de arquivos do Estado, foram constituídas outras comissões de inquérito parlamentares, relativo ao desaparecimento de documentos do Estado Maior General das Forças Armadas, Ministério da Defesa Nacional e Ministério dos Negócios Estrangeiros e da correspondência oficial entre estes organismos com referência à exportação de material de guerra para o Irão, ocorrido entre 2 e 9 de dezembro de 1980 e 22 de janeiro de 1981 (Presidência do Conselho de Ministros, 2015b). A mais recente medida partiu da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, recomendando “ao Governo da República que tome as diligências necessárias para proceder à transferência dos documentos produzidos por instituições regionais que se encontram na Torre do Tombo, para o Arquivo Regional da Madeira” (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), objeto deste estudo, resolução discutida na Assembleia Legislativa da Região em contexto de XI Legislatura (2016/2017) (Reunião Plenária Da Assembleia Legislativa Da Região Autónoma Da Madeira, XI Legislatura, II Sessão Legislativa (2016/2017), 2016). Esta medida, objeto de estudo desta tese, constitui um pedido de restituição de arquivos removidos para o Arquivo Nacional Torre do Tombo, relativo aos bens dos organismos extintos pelo Decreto de 28 de maio de 1834 e pelo Decreto de 2 de outubro de 1862.

Embora a III República constitua um período rico em termos de produção de legislação, o perfil da política arquivística nacional é fortemente pautada pela inalienabilidade dos bens integrantes dos seus cânones arquivísticos, como o conceito de “tesouro nacional” sugere, sustentado num sistema axiológico presente no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 148/2015, de 4 de agosto. Além disto, os instrumentos de acesso produzidos pelas diversas entidades custodiantes e integrados na Rede Portuguesa de Arquivos torna, por definição, “património arquivístico de interesse nacional” (Presidência do Conselho de Ministros, 2015a). No entanto, a autorização para a exportação ou expedição ou outras formas de alienação de bens móveis culturais classificados ou em vias de classificação constitui um monopólio dependente da Administração Central do Estado. Noutro conspecto, a avaliação arquivística constitui outra estratégia para a constituição de cânones arquivísticos institucionais, onde, para além da eliminação, se determinam transferências que podem ser físicas.

Em síntese, os fenómenos de deslocamento de arquivos em contexto subnacional foram frequentes, motivados muitas vezes pelos custos da sua custódia, alterações do mapa administrativo e por motivos de ordem política. Assiste-se também ao surgimento, por um lado, de casos internacionais por motivo de descolonização e de transição de regime político e, por outro, a casos subnacionais de atos ocorridos no passado. A Figura 14 efetua uma representação sintética sobre as características dos diplomas analisados.

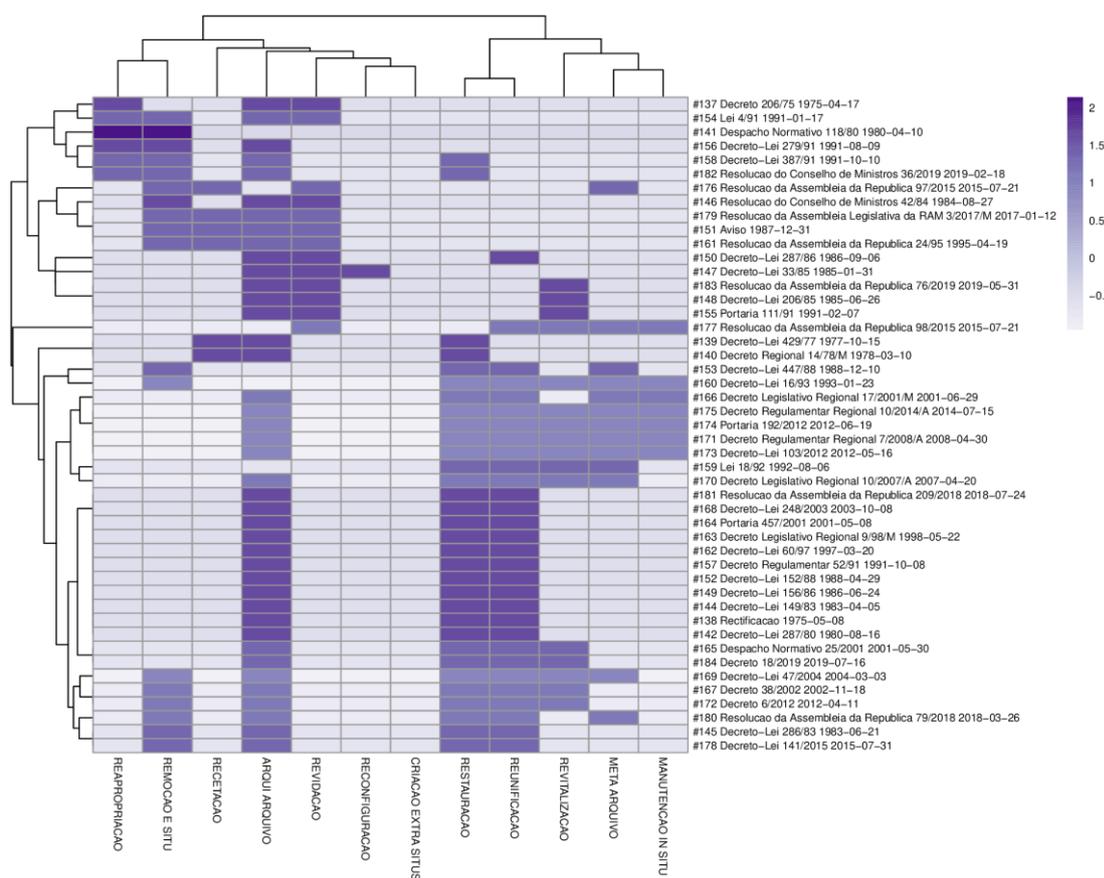


Figura 14 – Heatmap de diplomas da III República (n = 47).
 Fonte: Elaboração do autor. Dados da investigação: <<https://osf.io/k79dn/>>.

4.3. Discussão

4.3.1. Seleção de textos

Esta metassumarização analisou 184 diplomas incluídos de acordo com os critérios adotados no Quadro 13. Constituímos quatro períodos de produção de diplomas jurídicos – período régio (1801-1902), I República (1910-1926), II República (1926-1974) e III República (1974-2019) – de acordo com os limites temporais estabelecidos. De igual forma, aplicámos uma análise temática a partir do Quadro 14 *supra*, especialmente na identificação de fenómenos “anarquívicos”, função dos “arquivos dos arquivos” e objetivos de constituição de cânones arquivísticos institucionais, especialmente como os arqui-arquivos definem o seu cânone arquivístico e até que ponto a constituição de cânones arquivísticos implica a remoção de arquivos dos seus contextos originários.

Desta forma, esta metassumarização procurou efetuar uma análise qualitativa de diplomas relacionados com os arquivos de Portugal no sentido de se poderem desenvolver em termos teóricos

novas formas de análise em torno dos fatores incoativos de remoção de arquivos dos seus contextos originários. Foi possível verificar como fenómenos ocorridos no passado se repercutem em contextos sociais e temporais subsequentes. Eventos originados pelos decretos de 28 de maio de 1834 e de 2 de outubro de 1862, conduziram, quase um século depois, a que determinadas comunidades reivindicassem a restituição de fundos custodiados na Arquivo Nacional Torre do Tombo, como é exemplo a Resolução da Assembleia Legislativa da Madeira n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017).

Os temas mais frequentes na legislação do período régio relativa aos arquivos consistem na “remoção *e situ*” (13%) e “reapropriação” (8%) como fenómeno “anarquívico”, com implicações no esboroamento da organicidade dos fundos e no obscurecimento da proveniência, com impacto para os períodos subsequentes. Entre os temas mais frequentes da I República e II República, o sub-tema “arqui-arquivo” ocupa um volume de diplomas significativo (9% e 18%, respetivamente). Ainda, relacionado com a representação de arquivos removidos dos seus contextos originários em instrumentos de acesso à informação, o sub-tema “reunificação” (9% e 18%, respetivamente), integrado no tema do “cânone arquivístico”, constitui o tópico dominante destes períodos. Em contexto de III República, os sub-temas “arqui-arquivo” (22%) e “restauração” (17%) apontam para o reforço de políticas públicas para o acesso à informação e a atribuição de novos papéis aos “arqui-arquivos” em contexto pós-colonial.

Apesar de a evolução tecnológica ser indissociável da própria evolução dos arquivos, a legislação analisada sugere a sua aplicação para reduzir volume físico e destruição dos artefactos originais (Presidência do Conselho, 1972; Presidência do Conselho de Ministros, 1988b). A relevância do conteúdo sobre o suporte para promover maior acesso à informação constituirá o argumento forte, também para casos de não restituição dos suportes originais. As novas tecnologias constituem uma característica subliminar dos “arqui-arquivos”, uma vez que a adoção de métodos “meta-arquivísticos” para a representação da informação (*u. g.*, garantias literárias) visa reforçar a constituição de cânones arquivísticos institucionais. Em casos de arquivos deslocados e reivindicados pelas comunidades originárias, as novas tecnologias (microfilmagem, digitalização, acesso *web* e/ou futuros tecnológicos) são apresentadas na legislação pela sua capacidade de fungibilidade, de modo a não desestruturar cânones arquivísticos institucionais em entidades a quem se lhes contesta a custódia de arquivos. A legislação analisada sobre a III República aponta a tensão entre entidades da administração central do Estado e entidades da administração regional e local, indicando que existem casos de conflitos de custódia de arquivos em contexto subnacional, embora nem todos os casos ganhem expressão sob forma de diploma legal. Uma vez que as entidades públicas concentram o monopólio da decisão sobre a representação da informação arquivística e regime de acesso, incluindo sobre arquivos deslocados, o conjunto de diplomas pouco evidenciou sobre o papel das comunidades na resolução de conflitos.

Em última análise, a constituição de cânones arquivísticos institucionais pode indiciar fenômenos de remoção de arquivos dos seus contextos originários. Uma das possibilidades de análise consiste em aferir nos instrumentos de acesso à informação o seu grau de execução, até que ponto a sua organicidade foi ou não respeitada. Não obstante, esta metassumarização, como proposto por Sandelowski e Barroso, possibilita explorar mais aprofundadamente em diversos *corpora* de legislação sobre arquivos (*u. g.*, legislação colonial) e generalização de resultados (Herber & Barroso, 2019; Sandelowski *et al.*, 2007; Sandelowski & Barroso, 2010).

4.3.2. Limitações

O objetivo desta metassumarização não consiste em assegurar a exaustividade de textos incluídos sobre um determinado tópico nem realizar uma interpretação jurídica. Porém, atendendo às características genológicas, deparámo-nos com várias limitações.

Em primeiro lugar, as estratégias de recuperação de informação relativa a diplomas indexados em bases de dados especializadas estiveram condicionadas aos conteúdos dos metadados descritos. Por exemplo, verificámos que alguns diplomas não foram recuperados nos sistemas de informação selecionados, por exemplo, o “Regulamento provisional para o regimen e direcção do Archivo Nacional da Torre do Tombo” (Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, 1823), o lugar de “Cartório Paleógrafo incumbido do arranjo do Cartório”, por Alvará de 14 de Dezembro de 1825. Em segundo lugar, excluímos à partida as portarias de gestão de documentos por não acrescentarem elementos significativos ao diploma que lhes deu origem (Presidência do Conselho, 1972; Presidência do Conselho de Ministros, 1988b).

Ainda assim, as bases de dados selecionadas encontram-se limitadas não só porque os motores de pesquisa não possibilitam realizar uma prospeção ao conteúdo, mas também por não disponibilizarem vínculos e relações com outros diplomas. De igual forma, não foram incluídos outros Boletins Oficiais, porque se encontram limitados pela acessibilidade (*u. g.* Boletins Oficiais das colónias, Jornais Oficiais das Regiões Autónomas). Os problemas de acesso digital a este tipo de literatura jurídica poderão ter conduzido à exclusão de textos relevantes para esta metassumarização.

Como qualquer revisão sistemática de literatura segundo critérios qualitativos, os resultados correspondem a reflexões do revisor em todas as etapas.

4.4. Considerações finais

Como já referido, Ketelaar apontou que “archives are always displaced, that is (in day-to-day language), removed from place A to place B” (2017b, p. viii). No entanto, a remoção de arquivos

dos seus contextos originários, não só territoriais, mas também sociais, deve ser vista a partir das suas etiologias. Reorganização de fronteiras ou do mapa administrativo, confisco de bens, custos de manutenção da custódia *in situ*, fenómenos de recetação entre outros aspetos, conduzem na maior parte das vezes a que os arquivos sejam “desalojados do seu *habitat* original” (Ribeiro 1998, p. 522).

Esta metassumarização integrou 184 textos, os quais foram analisados tematicamente a partir das categorias analisadas na metassíntese do capítulo anterior.

Os diplomas do período régio em matéria de arquivos apontam para eventos “anarquívicos” e formação de “arqui-arquivos” institucionais (Arquivo Nacional Torre do Tombo e Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos). Os eventos “anarquívicos” apontam para fenómenos de deslocamento massivo de arquivos removidos dos seus contextos originários e centralizados com o objetivo de constituição de cânones arquivísticos institucionais. Estas características subsistem ao longo da I e da II Repúblicas, especialmente na forma como a rede de arquivos públicos adquire forma, não só em Portugal, mas também nas antigas colónias. Durante a III República, não só diversas estruturas subsistem, mas também emergem fenómenos de arquivos deslocados, e não só aqueles que foram removidos durante o período monárquico, mas também durante a transição para a III República.

Esta metassumarização possibilitou extrair resultados úteis em torno de fenómenos de remoção de arquivos dos seus contextos territoriais e sociais originários para fundamentar cânones arquivísticos e reforçar estruturas organizacionais de natureza “arqui-arquivística”. Os conceitos derrideanos (“arqui-arquivo”, “meta-arquivo”, “anarquivo”) revelaram-se úteis na medida em que possibilitaram a categorização de fenómenos subjacentes aos arquivos deslocados. No entanto, convém ter presente que não é possível aferir sobre o impacto das medidas constantes dos articulados dos diplomas analisados ou até que ponto foram executados, dado que implica realizar uma prospeção a um outro tipo de *corpora*.

Em conclusão, os fenómenos de remoção de arquivos em Portugal e nos seus antigos domínios ultramarinos foram uma prática sistemática, salvo raras exceções. Uma vez que o acesso aos arquivos depende inequivocamente da existência de instrumentos de acesso à informação, a representação da informação sobre arquivos deslocados não pode ser aferida apenas através dos seus diplomas, o que requer um outro modelo de análise.

5. Síntese da Parte I

Os capítulos integrantes da Parte I analisaram, a partir da literatura e em diversas etapas, questões conceptuais, teóricas e etiológicas relativas ao fenómeno dos arquivos deslocados e, em específico, a sua representação em instrumentos de acesso à informação. Esta revisão de literatura proporciona uma base estruturante para esta tese, designadamente no que concerne ao reconhecimento do terreno de investigação. Foi possível verificar que, apesar de um número de textos relacionados com o fenómeno dos arquivos deslocados estar a crescer, as questões relativas à representação da informação arquivística permanecem incipientes. Foram realizados três tipos de revisões de literatura, que se relacionam entre si sequencial e cumulativamente: (i) uma revisão de escopo, que incide numa abordagem exploratória em torno da natureza, dimensão e características de 70 artigos em inglês recuperados na *Web of Science*, produzidos entre 1962 a 2018; (ii) uma metassíntese qualitativa de literatura composta por 155 textos em inglês (artigos e capítulos de livro) produzidos entre 1962 a 2019 e (iii) uma metassummarização baseada na análise de literatura jurídica, composta por 184 diplomas produzidos em Portugal entre 1802 e 2019.

Na revisão de escopo (cf. capítulo 2), o conceito de arquivo deslocado possui diversas denominações em diversas tradições terminográficas arquivísticas. Esta inconsistência terminológica encontra-se associada à diversidade de áreas disciplinares que concorrem na abordagem deste tema (Karabinos, 2018b; Lowry, 2017a, 2019b; Ngoepe & Netshakhuma, 2018). Além disto, verifica-se a prevalência de casos internacionais relativos a casos derivados do conflito armado e da descolonização.

A revisão de escopo deu bases para realizar uma metassíntese qualitativa de literatura focalizada nas questões de representação da informação arquivística sobre arquivos deslocados (cf. capítulo 3). Esta metassíntese possibilitou explorar temas que emergiram do conjunto de textos incluídos. Os temas foram constituídos a partir dos conceitos de “anarquivo”, “arqui-arquivo” e “meta-arquivo” de Derrida (1995b, 1995a) e de “cânone arquivístico” a partir de Harris (2004), de Assmann (2008) e de Matienzo (2008). Estes conceitos permitiram explorar dinâmicas e linhas de força subjacentes aos mecanismos de (não) representação da informação arquivística relativo aos arquivos na condição de deslocados.

O quadro temático da metassíntese possibilitou a realização de uma metassummarização (cf. capítulo 4), desta vez incidindo sobre a realidade portuguesa. Apesar de não se dispor de literatura científica relevante sobre este tópico em Portugal, optámos por realizar uma análise aos diplomas jurídicos de diversas épocas. A metassummarização realizada confere que os fenómenos de remoção de arquivos dos seus contextos territoriais e sociais originários tinham como propósito cons-

tituir cânones arquivísticos institucionais e o reforço do papel dos “arqui-arquivos”. Estes elementos são importantes porque as estratégias de representação dos arquivos deslocados conformam-se aos interesses dos “arqui-arquivos” e dos seus cânones arquivísticos.

Apesar de esta revisão estar configurada em diversos tipos de sínteses de conhecimento de literatura, procurámos superar as limitações encontradas em cada uma das secções através de uma abordagem incremental e orientada para a reprodutibilidade. Ainda que as questões conceptuais possam permanecer em aberto, a estratégia de revisão adotada possibilitou mapear um quadro complexo, embora sem ser exaustivo. Além das questões conceptuais, outros temas permanecem em aberto, como a questão ética da fungibilidade proporcionada pelas tecnologias de informação em relação ao acesso aos arquivos deslocados. Este é um tema que toca diretamente na forma como são produzidos os instrumentos de acesso à informação e como os fundos se encontram representados.

Parte II

Metodologia e métodos

The catalogue is the key.

(Lowry, 2017a, p. 8)

1. Apresentação

Os capítulos integrantes desta parte descrevem os pressupostos metodológicos para o estudo da representação da informação arquivística relativa aos arquivos reivindicados pela Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro, *i. e.*, a reivindicação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira sobre os arquivos custodiados pelo Arquivo Nacional Torre do Tombo, “nomeadamente, os documentos do Cabido da Sé do Funchal, do Convento de Santa Clara, do Convento da Encarnação, da Provedoria da Real Fazenda e da Alfândega do Funchal” (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017, p. 409), parte dos quais se encontram custodiados pelo Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira.

Na *Introdução geral*, avançamos que este trabalho realizaria um estudo crítico-realista de tipo misto ou multi-metodológico em torno da representação da informação arquivística nos instrumentos de acesso à informação relativo aos fundos referenciados pela Resolução supracitada. Nesta Parte III, pretende-se desenvolver e justificar mais detalhadamente as estratégias de investigação e opções que pesaram na decisão por uma abordagem focalizada no Realismo Crítico.

Em primeiro lugar, consideramos que a *Revisão de Literatura* (Parte I) possibilitou recensear as abordagens metodológicas mais comuns em torno dos arquivos deslocados. O mapeamento de literatura demonstrou como este fenómeno tem sido abordado não só em termos teórico-conceituais e metodológicos, mas também na sinalização de lacunas, perspetivas distintas e problemáticas subsistentes resultantes da experiência de investigação da comunidade científica que se debruçou sobre este fenómeno. Realizámos uma abordagem de revisão sistemática de literatura em três blocos e de forma incremental. Começámos por extrair um conjunto de evidências a partir da revisão de escopo (capítulo 2, Parte I), onde foi possível verificar, para além das questões conceituais, a prevalência de métodos qualitativos, com incidência para métodos baseados em análises históricas e estudos de caso. Em relação à metassíntese de literatura qualitativa (capítulo 3, Parte I), foi possível averiguar que os estudos relativos à representação da informação arquivística sobre os arquivos deslocados constitui um tema incipiente no domínio da Ciência da Informação e, mais especificamente, da Arquivística, mas, ainda assim, possibilitou fazer emergir algumas pistas temáticas em torno do problema em análise. Depois, a metassumarização (capítulo 4, Parte I), amparando-se nos temas que emergiram da metassíntese, cingiu-se a um *corpus* de legislação portuguesa, onde a representação arquivística sobre arquivos removidos dos seus contextos originários tende a servir propósitos para a constituição de cânones arquivísticos institucionais e para o reforço do papel dos “arqui-arquivos”.

Todavia, a diversidade de casos que potencialmente poderiam integrar o conceito de arquivo deslocado, com características e contornos muito particulares e diversificados no tempo e no espaço,

não permite obter um padrão único sobre o fenómeno. São muito poucos os estudos sobre casos de arquivos deslocados em contexto subnacional, além do mais a investigação disponível não denomina os casos estudados como um fenómeno ocorrido em contexto “subnacional” pelos seus autores (u. g., Balcells, 2014; Bastian, 2001). Esta realidade traz à colação a perpetiva de Giraudy, Moncada e Snyder ao considerarem que problemas de âmbito subnacional tendem a permanecer “obscured by a national-level focus” (2019, p. 5) e, como tal, “national-level theories can be ill equipped to explain subnational outcomes” (2019, p. 17). Importa ter presente até que ponto a questão da subnacionalidade pode constituir-se como uma variável a considerar no desenvolvimento deste estudo, atendendo ao *Relatório* de Lowry (2020).

Desta maneira, os objetivos, as questões de investigação e as escolhas conceptuais, que explanámos na *Introdução geral*, precisam de ser entendidos na sua relação com o paradigma, o desenho e a seleção de métodos de investigação. No entanto, estes pressupostos não significam que possamos ter alguma liberdade na seleção de métodos de investigação empírica para o estudo de um fenómeno pouco conhecido na literatura. Diversos exercícios experimentais prévios, quando da condução desta investigação (Macedo, 2017c, 2019c), foram realizados no sentido de refinar a exequibilidade dos métodos de recolha de dados e das estratégias de análise adequadas para este estudo. Um dos problemas colocados consistiu no tipo de dados a recolher. Por exemplo, o recurso à entrevista à comunidade para um estudo fenomenológico-hermenêutico foi equacionado durante a conceção do projeto de investigação, no sentido de recolher perceções das partes conflituantes sobre como interpretam os instrumentos de acesso à informação disponibilizados pelas entidades custodiantes relativos aos fundos constantes do diploma supramencionado. Tal opção, contudo, constituiria uma abordagem dispendiosa em termos de recursos e de tempo, com a possibilidade de os resultados não serem suficientemente significativos para a compreensão do fenómeno⁵⁶. Além disto, foi também ponderado o recurso ao método autoetnográfico (Fourie, 2021; Pensoneau-Conway *et al.*, 2017), proposto por Lowry (2019b), ou auto-hermenêutico (Gorichanaz, 2017), em alternativa. Não obstante, como Creswell (2014) asseverou, a experiência pessoal e conhecimento do investigador deste estudo pesou na rejeição desta estratégia, uma vez que o ambiente social e político do arquipélago da Madeira relativo ao tema em estudo não só poderia vulnerabilizar a credibilidade ou validade do estudo, mas também por estarmos na presença de uma *uexata quaestio*, conforme alertado por Auer (1998) e por Lowry (2017a, 2019b, 2020).

A opção que se adota neste estudo consiste numa focalização para os instrumentos de acesso à informação produzidos pelas entidades custodiantes que representam os fundos mencionados pela

⁵⁶ Do contacto empírico que o investigador manteve com a comunidade reivindicante (u. g., habitantes, arquivistas, historiadores e docentes que vivem no arquipélago da Madeira) foi possível perceber que havia discrepâncias quanto ao conhecimento sobre a reivindicação de fundos ao Arquivo Nacional Torre do Tombo. Do contacto com alguns membros da comunidade insular em geral, foi possível perceber que esta não demonstrou conhecer que fundos são reivindicados e o seu porquê, apesar de considerarem que “o que é da Madeira é da Madeira”. A comunidade científica e profissional (arquivistas, historiadores e docentes), pelo contrário, demonstrou algum conhecimento sobre o teor desta disputa, reconhecendo ser uma questão politizada, mas não é consensual quanto à restituição dos arquivos por parte do Arquivo Nacional da Torres do Tombo.

Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017). Desta forma, este capítulo incidirá numa descrição detalhada sobre as opções metodológicas que melhor quadram em relação à natureza deste estudo.

1.1. Objetivos dos capítulos integrantes da Parte II

Em linha com os objetivos de investigação formulados no sub-capítulo introdutório (*Objetivos de investigação*), os propósitos dos capítulos integrantes da presente Parte II consistem:

- (a) analisar o quadro referencial da investigação, através da revisão das dimensões metateóricas em Ciência da Informação e da Arquivística;
- (b) identificar o quadro metateórico da presente investigação (Realismo Crítico), analisando os conceitos nucleares e pressupostos filosóficos ao nível ontológico, epistemológico e axiológico;
- (c) definir o modelo de investigação no quadro do Realismo Crítico, em termos da transposição dos seus pressupostos teóricos para o âmbito deste estudo;
- (d) descrever o quadro metodológico em termos de estratégia, procedimentos e técnicas de investigação transversais ao desenho de investigação;
- (e) descrever os procedimentos de recolha de dados, mensuração de variáveis e métodos de análise alinhados às questões de investigação;
- (f) justificar os métodos de recolha e análise de dados, identificando possibilidades e limitações em torno do desenho desta investigação.

1.2. Estruturas dos capítulos

Nesta Parte II, amparando-nos em Cotos, Huffman e Link (2017), de um modo genérico, estrutura-se numa (i) contextualização dos métodos de estudo, (ii) descrição dos procedimentos metodológicos, (iii) estabelecimento dos parâmetros para a análise de dados e (iv) justificação das escolhas metodológicas. Adicionámos considerações éticas na condução deste estudo.

Para o âmbito da contextualização dos métodos, propõe-se situar o quadro metateórico de investigação subjacente a este estudo (2.1 *Quadro referencial de investigação*), que fornecem os subsídios teórico-metodológicos que o fundamentam; identificar a abordagem metodológica (2.2 *Desenho de investigação*); descrever as características do contexto de investigação e apresentar dados sobre seleção da amostra (2.3 *Descrição dos procedimentos de recolha de dados, mensuração das variáveis e de análise de dados*) e justificar opções metodológicas (2.4 *Justificação dos métodos de recolha e análise de dados*).

No conspecto da descrição dos procedimentos metodológicos, identifica-se o processo de recolha de dados; a descrição das suas características, e das etapas procedimentais associadas ao processo de recolha, como a caracterização das ferramentas, a identificação de variáveis e justificação das decisões feitas durante a realização do estudo.

Por fim, são, também, estabelecidos os parâmetros que assegurem a confiabilidade e a replicabilidade mínima dos dados da investigação, especialmente na descrição de como os dados foram processados, nos procedimentos de interpretação dos mesmos e justificação dos elementos que assegurem a confiabilidade dos dados processados e, ainda, algumas considerações éticas, em capítulo isolado. Os aspetos enunciados aqui são a seguir explicitados mais detalhadamente.

2. Configuração da investigação

Neste capítulo pretende-se descrever os elementos metodológicos constitutivos deste estudo. Contextualizam-se os pressupostos e escolhas metodológicas da presente investigação, em termos de enquadramento de domínio e paradigma(s) de investigação, assim como uma explicitação sobre a conceção do processo de investigação e escolhas de métodos de recolha e de análise.

2.1. Quadro referencial de investigação

Esta tese inscreve-se nos estudos de doutoramento em Ciência da Informação na Universidade de Coimbra (Universidade de Coimbra, 2016). Pretende-se situar o quadro referencial de investigação ou âmbito disciplinar desta tese através do relacionamento entre o espaço epistémico e o tema deste estudo, designadamente como a Ciência da Informação, a Arquivística (e outras disciplinas), “arquivos deslocados” e “representação da informação arquivística” se interrelacionam. Não se pretende dissertar em detalhe sobre estes campos e disciplinas, mas tão-só estabelecer uma contextualização sobre os vínculos disciplinares e o tema em estudo e de como se pretende construir uma abordagem metodológica viável.

Consideramos que, para a contextualização dos métodos da presente investigação, é indispensável esclarecer que visões do mundo, orientações filosóficas, paradigma ou natureza de investigação se pretende trazer para este estudo (Creswell, 2014). A investigação científica implica o reconhecimento de um conjunto de pressupostos de natureza ontológica e epistemológica sobre a natureza do mundo e as suas formas de conhecê-lo (Creswell, 2014). Considerando os paradigmas como “universally recognized scientific achievements that for a time provide model problems and solutions to a community of practitioners” (Kuhn, 1970, p. viii) ou como “a set of assumptions and perceptual orientations shared by members of a research community” (Donmoyer, 2008, p. 591), podem coexistir visões distintas, até antitéticas, num mesmo campo de estudos.

A investigação disponível sobre Ciência de Informação e Arquivística realçou a importância da análise das suas bases metateóricas (Dow, 1977; Hjørland, 1998; Vickery, 1997). De acordo com Wagner e Berger, a metateoria “is discussion *about* theory - about what concepts it should include, about how those concepts should be linked, and about how theory should be studied” (D. G. Wagner & Berger, 1985, p. 700). A esta perspectiva confluem igualmente Vakkari (1997) e Vickery (1997), especialmente na compreensão da morfologia dos quadros teóricos e conceptuais que alicerçam este campo científico ou, como Dow sugere, “metatheory is required to deepen the understanding of theory by providing perspective from a systemic whole and by permitting and encouraging meaningful comparison of parts within the whole” (1977, p. 323). Bates, por seu turno, considera que metateoria encontra-se estreitamente relacionada com o conceito de paradigma: “Metatheory can

be seen as the philosophy behind the theory, the fundamental set of ideas about how phenomena of interest in a particular field should be thought about and researched (...). So paradigm would have a broader meaning than metatheory” (2005a, p. 257). Hjørland recomenda que a investigação em Ciência da Informação deve partir “from *implicit* philosophical assumptions that can be uncovered by relating them to philosophical traditions” (2014a, p. 228).

Este capítulo propõe uma incursão sobre as bases metateóricas desenvolvidas no âmbito da Ciência da Informação e da Arquivística, especialmente no conspecto das teorias pós-modernas (Lyotard, 1979). Susen considera que as teorias sociais pós-modernas sustentam-se num esforço interdisciplinar, “by the conviction that we need to overcome disciplinary boundaries and crossfertilize the knowledge generated within different epistemic comfort zones” (2015, p. 6), e como tal “different academic disciplines and different intellectual traditions generate different standards of validity” (2015, p. 8). Além disto, as teorias pós-modernas assumem configurações muito diversas do ponto de vista epistemológico, metodológico, sociológico, historiográfico e político (Susen, 2015). As principais características ou desafios das teorias sociais pós-modernas são: tendência não universalista (*foundationless*), coexistência de diversas formas de compreensão da realidade através de diversos critérios; natureza não orientada (*directionlessness*), por coexistirem diversos quadros conceptuais para compreender os mesmos fenómenos; focalização em públicos diversos (*publicness*), por os mesmos problemas poderem tomar contornos distintos na vida social; dependente do contexto (*situatedness*), por os problemas terem manifestações em ambientes espaço-temporais diferenciados; pragmatismo (*usefulness*), por os problemas poderem ter abordagens diversas de resolução por diferentes atores (peritos e leigos); “etnoconsciente” (*ethno-conscious*), porque atende a diversidade cultural e todas as formas de compreensão da realidade são influenciadas por preconceitos, juízos de valor e pressuposições; “sócio-consciente” (*socio-conscious*), devido ao confronto epistémico entre comunidades específicas face as critérios normativos de validade de outra comunidade epistémica; pluralismo, por centrar-se na exploração crítica de múltiplas variáveis sociais sem a obsessão pela construção de teorias generalistas; “historicista”, pela dependência a quadros epistémicos anteriores que constituíram teorias gerais e quadros conceptuais focalizados no etnocentrismo, evolucionismo e dicotomismo.

Ainda, Susen (2015) articula a sua análise das teorias pós-modernas a partir de dicotomias, como no quadro epistemológico (verdade *uersus* perspectiva, certeza *uersus* incerteza e universalidade *uersus* particularidade), metodológico (explanação *uersus* compreensão, mecânica *uersus* dialética e ideologia *uersus* discurso), sociológico (sociedade industrial *uersus* pós-industrial, produção *uersus* consumo e economia *uersus* cultura), historiográfico (necessidade *uersus* contingência, “méta-récit” *uersus* “petits récits”, continuidade *uersus* descontinuidade) e política (igualdade *uersus* diferença, sociedade como projeto *uersus* projetos na sociedade, clareza *uersus* ambiguidade).

Num contexto em que proliferam visões do mundo sob o prefixo “pós” para indicar uma “post-something era” (P. Wagner, 1992, p. 467), a Ciência da Informação emerge, por definição, como uma “ciência pós-moderna” (A. M. C. Pereira, 2008; E. V. dos Santos, 2018; Wersig, 1993), enquanto a Arquivística subsiste numa tensão epistémica entre os paradigmas positivistas e interpretivistas na sua relação com a Ciência da Informação.

Apesar de o conceito de paradigma de Kuhn (1962) ser mais divulgado do que os “mundos” de Popper (1978) no estabelecimento de marcos epistémicos na evolução das ciências (Budd & Hill, 2013), Saldanha recomenda que o uso do conceito de paradigma deve ser feito com contenção, uma vez que a Ciência da Informação não se desenvolveu com base “na concorrência científica, mas (...) na solidariedade teórica” (2008, p. 75).

Analisaremos a seguir as perspetivas paradigmáticas na Ciência da Informação e na Arquivística e das opções decorrentes da delimitação filosófico-paradigmático da presente investigação. Posteriormente, traçaremos as bases metateóricas desta investigação que recorre ao Realismo Crítico como ferramenta interpretativa deste estudo.

2.1.1. Dimensões metateóricas na Ciência da Informação

É extensa e diversificada a produção científica sobre Ciência de Informação. Por um lado, houve muitos estudos que debateram *ad haustum* sobre o seu estatuto onto-epistemológico e científico (Bates, 1999; Belkin & Robertson, 1976; Borko, 1968; B. C. Brookes, 1980; Buckland, 2012; Capurro, 2007; Debons *et al.*, 1988; Eugênio *et al.*, 2008; Farradane, 1980; Francelin, 2018; Furner, 2015; Hawkins, 2001; Hjørland, 1998; Hjørland & Albrechtsen, 1995; Ibekwe *et al.*, 2019; Le Coadic, 1994; Neill, 1992; Pinheiro, 2006; Saldanha, 2008; Saracevic, 1999; A. M. da Silva & Ribeiro, 2002; Smit *et al.*, 2003; Vickery, 1997; Vickery & Vickery, 1987; Wersig & Neveling, 1975; Wu, 2015; Zins, 2007b, 2007d); sobre os seus pressupostos fundacionais e percurso evolutivo (Buckland, 1999; Buckland & Liu, 1998; Ingwersen, 1992; Marcondes, 2009; Pinheiro, 2005; Rayward, 1996; Shapiro, 1995; Shera & Cleveland, 1977; J. L. C. Silva & Freire, 2012); sobre as limitações do seu quadro conceptual (Capurro & Hjørland, 2005; Hjørland, 2014a; Norton, 2008; Rabello, 2008; Stodola, 2019; Yuexiao, 1988) e teórico (Araújo, 2009, 2017; Cornelius, 2005; Gnoli, 2018; Pettigrew & McKechnie, 2001; Stonier, 1991; Talja *et al.*, 2005); sobre os seus vínculos trans e interdisciplinares com outros domínios, campos ou disciplinas científicas e inflexões paradigmáticas (Bawden, 2008; B. C. Brookes, 1981; J. J. Brown, 1983; Fernandes & Cendon, 2009; Holland, 2008; Kankam, 2019; Pinheiro, 2006; Robinson & Karamuftuoglu, 2010; A. M. da Silva & Ribeiro, 2020; J. L. C. Silva, 2013; E. D. de Souza & Dias, 2009; Vega-Almeida *et al.*, 2009; Wersig, 1993). Também, estas questões encontram-se discutidas em torno das variações e especificidades da investigação em Ciência da Informação de âmbito regional (Araújo, 2019; Araújo & Valentim, 2019; Borges *et al.*, 2019; Fernandez & Moreno, 1997; Griesbaum *et al.*, 2019;

Ibekwe-SanJuan, 2012; Ibekwe, 2019; Vargues & Costa, 2020; Webber, 2003; Williams *et al.*, 1997). Faremos uma breve incursão sobre Ciência da Informação, cingindo-nos aos problemas conceptuais e reconhecimento disciplinar na literatura.

Coexistem diversas perspectivas sobre o objeto científico da Ciência da Informação: a informação. Devido à natureza polissémica que o conceito “informação” encerra (Araújo, 2010a, 2014b; Smit *et al.*, 2003), coexistem não só diferendos de perspectivas, como, por exemplo, o caso Bates (2005b, 2006, 2008, 2011) vs. Hjørland (2007, 2009, 2011), mas também diversas definições e análises conceptuais (Bawden, 2001; Bawden & Robinson, 2012; Belkin, 1978; Braman, 1989; Callaos & Callaos, 2002; Capurro, 1996; Capurro & Hjørland, 2005; Correia & Zandonade, 2018; Floridi, 2010, 2011; Furner, 2015; Houser, 1988; Ingwersen, 1992; Ma, 2012; Madden, 2000; Menezes, 2015; Qvortrup, 1993; Rabello, 2008; Rascão, 2019a; Robinson & Bawden, 2014; Schrader, 1984; Vreeken, 2008; Zins, 2007a, 2007d) e evolução histórica (Stevens, 1986). Por exemplo, outros autores identificaram seis matizes associadas ao conceito de informação: a abordagem estrutural ou orientada à matéria (*structures approach/matter oriented*), a abordagem do conhecimento (*knowledge approach*), a abordagem da mensagem (*message approach*), a abordagem do significado (*meaning approach*), a abordagem do efeito/orientada para o receptor (*effect approach/recipient-oriented*) e a abordagem do processo (*process approach*) (Wersig & Neveling, 1975). Buckland (1991), por seu turno, atribuiu três significados associados ao conceito de informação: informação como processo (*information-as-process*), relacionado com o ato de informar; a informação como conhecimento (*information-as-knowledge*), como um elemento intangível e não mensurável, e informação como coisa (*information-as-thing*), que se materializa em artefactos tangíveis e mensuráveis, substituto físico do conhecimento. Newman (2001) realçou a função retórica do conceito através de distintos enfoques: a abordagem probabilística, a abordagem processamento de informação, a abordagem ecológica e a abordagem social e organizacional. Araújo (2014b) identificou outras sistematizações conceptuais: os modelos sintático, semântico e pragmático (Rendon Rojas, 1996); os sentidos específico de “signals or messages for decisions”, genérico de “cognitive processing and understanding” e, num sentido mais lato, de “context” (Saracevic, 1999); de um pré-paradigma e de três paradigmas do campo, sendo estes o físico, a escola cognitiva e as abordagens alternativas (Ørom, 2000); o modelo positivista, cognitivo e sociológico de Fernández Molina e Moya-Anegón (2002); a informação que se caracteriza pelos seus aspetos físicos, semânticos e pragmáticos (A. M. da Silva & Ribeiro, 2002, 2020); os paradigmas físico, cognitivo e social (Capurro, 2003, 2007) e as dimensões de forma, conteúdo e meio dos documentos (Salaün & Arsenault, 2010). Floridi (2003) apresentou um outro enfoque para dados, informação (no sentido de conteúdo semântico) e informação factual (*i. e.*, verdadeira, significativa ou bem formada). Marchionini (2010) reconhece cinco sentidos para o conceito de “informação”: informação como pensamento e memória, informação como processo comunicacional, informação como artefacto, informação como energia e informação como identidade no ciberespaço. O mais recente contributo advém de

Díaz Nafría (2010), através do grau de objetividade da informação (objetivo-relacional-subjetivo), tipo de propriedade (sintático-semântico-pragmático) e fonte disciplinar (disciplina técnica-ciência-filosofia).

Conforme exposto, alguns autores apresentaram entendimentos distintos sobre os conceitos de dado e informação, entendidos como força, energia ou coisa, como unidades tangíveis e mensuráveis (Bates, 2005b, 2006; Stonier, 1990, 1992, 1997). Outros rejeitaram esta perspectiva, considerando a dimensão social, subjetiva e incomensurável inerente ao conceito (Cole, 1994; Hjørland, 2009; Le Coadic, 1987; Ma, 2012; Pando, 2018). Kobashi e Tálamo realçaram que “a informação documentada é objeto material da Ciência da Informação, enquanto os processos de sua estruturação para o fluxo e a recepção são seu objeto formal” (2003, p. 10). Araújo (2013) referiu-se à tríade dados-conhecimento-informação, conceptualização que se formou a partir das décadas de 1970 e seguintes, suportando o seu argumento com base na ideia de Capurro de que “el conocimiento es información potencial” (2007, p. 23), ou seja, “a informação é a medida da alteração que os dados provocam numa estrutura de conhecimento” (Araújo, 2013, p. 16). Araújo (2010a) analisou, também, as manifestações do conceito de informação, amparando-se nos modelos físico, cognitivo e social lançado por Capurro (2003), em diversas subáreas da Ciência da Informação, especialmente a representação da informação e representação do conhecimento, mediação da informação, gestão da informação e do conhecimento, política e economia da informação, produção e comunicação da informação científica e tecnológica.

Dada a dificuldade de encontrar-se uma definição consensual, não nos deteremos nas (in)consistências conceptuais sinalizadas por alguns autores (Nhacuongue & Ferneda, 2015; Robinson & Bawden, 2014; A. M. da Silva & Ribeiro, 2020; Zins, 2007d). Capurro e Hjørland (Capurro & Hjørland, 2005) reconhecem, contudo, que o conceito de informação pode ter tanto aplicações distintas entre diversas disciplinas científicas para explicar contextos ou fenómenos particulares, como dispor de uma rede conceptual idiossincrasicamente diversa. Robinson e Bawden confluem com esta ideia de que o conceito de informação pode revestir-se “with different connotations in various domains” (2014, p. 121), especialmente com abordagens diversas em disciplinas distintas, que estabelecem os perímetros possíveis da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade na Ciência da Informação (Bicalho & Oliveira, 2011; Cabra-Torres *et al.*, 2020; Gerlin & Simeão, 2017; Holland, 2008; M.-H. Huang & Chang, 2011; Madsen, 2016; Neto *et al.*, 2017; Pinheiro, 1998, 2006; Rascão, 2019b; Saracevic, 1995; J. G. da C. G. Silva, 1999; E. D. de Souza, 2011; E. D. de Souza & Dias, 2009; M. da P. N. de Souza, 2007).

As percepções sobre o estatuto científico da Ciência da Informação variam também, considerada como “disciplina científica e social” (Mikhailov *et al.*, 1968), “discipline” (Borko, 1968; Goffman, 1970; Yovits, 1969), ciência com aspectos básicos (orientados para a teoria) e aplicados (orientados para os sistemas, técnicas e equipamentos) (G. Braga, 1973; Pinheiro & Loureiro, 1995), “purpose-

oriented discipline” (Belkin & Robertson, 1976; Wersig & Neveling, 1975), “disciplina empírica” (Zunde & Gehl, 1979), “disciplina prática e tecnológica” (Boyce & Kraft, 1985), ciência “proveniente da Ciência das Bibliotecas” (Le Coadic, 1994), “metascience” (Bates, 1999), “a field of professional practice and scientific inquiry” (Saracevic, 1999), “applied philosophy of information” (Floridi, 2002), “post-modern science” (Tálamo & Smit, 2007), “applied science” (Bereijo, 2011) e “disciplina científica” (Araújo, 2018a), entre outras. Se o conceito “informação” concita uma variedade de perspectivas, as definições de “Ciência da Informação” não são também consensuais (Zins, 2007c).

A definição mais conhecida é a de Borko (1968), que expande as definições de Crosland (1962a) e de Taylor (1966), apesar de o conceito de “ciência da informação” estar atestado anteriormente (Farradane, 1955):

Information science is that discipline that investigates the properties and behavior of information, the forces governing the flow of information, and the means of processing information for optimum accessibility and usability. It is concerned with that body of knowledge relating to the origination, collection, organization, storage, retrieval, interpretation, transmission, transformation, and utilization of information. This includes the investigation of information representations in both natural and artificial systems, the use of codes for efficient message transmission, and the study of information processing devices and techniques such as computers and their programming systems. It is an interdisciplinary science derived from and related to such fields as mathematics, logic, linguistics, psychology, computer technology, operations research, the graphic arts, communications, library science, management, and other similar fields. It has both a pure science component, which inquires into the subject without regard to its application, and an applied science component, which develops services and products. (Borko, 1968, p. 3)

O que é interessante na definição de Borko (1968) consiste na menção da natureza interdisciplinar da Ciência da Informação, especialmente dos influxos teórico-disciplinares que contribuíram para a sua formação como disciplina científica (Araújo, 2009, 2014b; Stock & Stock, 2013).

Diversos autores apontam para duas origens possíveis da Ciência da Informação como campo científico. Capurro (2003, 2007) realçou para duas bases fundacionais: a biblioteconomia clássica, focalizada no conceito de documento e a outra mais relacionada com as tecnologias de informação e de comunicação, de onde emerge o conceito de informação.

Se, por um lado, a Ciência da Informação emergiu segundo alguns autores como campo científico (Bourdieu, 1976), no pós-guerra (Bush, 1945; N. R. Johnson, 2017) e com maior incidência para a década de 1960 (Borko, 1968; Crosland, 1962b, 1962a; Rees & Saracevic, 1968; Shera, 1968; R.

S. Taylor, 1966), uma boa parte manifestou inclinação para o papel que as conferências de 1961 e 1962 do *Georgia Institute of Technology* (Estados Unidos da América) tiveram como marco fundacional da disciplina (Barreto, 2008; G. Braga, 1995). Outros reconhecem, também, o papel do Instituto Russo de Informação Científica e Técnica da Academia Russa de Ciências (Всероссийский Институт Научной и Технической Информации, vulgo VINITI) da antiga União Soviética com a vulgarização do conceito *informatika* (информатика) (Mikhailov *et al.*, 1968; Santos Junior & Pinheiro, 2010), no contexto da Guerra Fria. Se bem que as conferências do *Georgia Tech* e a investigação no VINITI se cingiam em torno de questões sobre a proliferação da “informação científica” (Goffman, 1970), tal possibilitou estabelecer uma trajetória decisiva para os estudos em Ciência da Informação (N. R. Johnson, 2017). Por exemplo, o corpo de participantes das conferências do *Georgia Tech*, onde confluíram diversos especialistas da área da Biblioteconomia, Engenharia, Matemática, Linguística, Ciências da Computação, constitui um bom indicador sobre a formação interdisciplinar da Ciência da Informação (Garcia, 2002; Harmon, 1971).

Outros autores, por outro lado, inclinaram-se para o contributo da Biblioteconomia clássica ou da *Documentation*, propalada por Otlet (1934) e La Fontaine, de tradição positivista e europeia, como substrato fundacional da Ciência da Informação (Bezerra & Saldanha, 2013; Hayes, 1969; Ibekwe, 2019; Le Coadic, 1994; Shera, 1973). A denominação varia igualmente de região para região, por vezes equivalente a *Library and Information Science* (Bereijo, 2011), embora Saracevic (1992) e Buckland (2012) considerem como disciplinas diferenciadas; às vezes próxima da Gestão da Informação nas organizações (Wilson, 1997, 2011) ou em confluência com a Ciência da Comunicação (Paisley, 1986; Ruben, 1992) e Sistemas de Informação (Davis, 2000), entre diversas aproximações. Em comum, as diversas disciplinas e linhas teóricas partilham entre si problemas de análise empírica e teórica sobre questões de captura, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão e uso da informação.

Alguns autores procuraram mapear bases filosóficas, teóricas e metodológicas (Hjørland, 2000), correntes teóricas (Araújo, 2009), domínios (Robinson & Bawden, 2014), teorias e perspectivas (Araújo, 2017), subáreas e paradigmas (Araújo, 2018b), movimentos epistemológicos (Araújo, 2018a; Francelin, 2018) ou paradigmas (Cabra-Torres *et al.*, 2020) da Ciência de Informação. De-ter-nos-emos, muito superficialmente, sobre cada um deles, adotando operacionalmente o conceito de paradigma de acordo com os autores selecionados, como o Quadro 15 ilustra.

Quadro 15 – Perspetivas paradigmáticas da Ciência da Informação

Autor/ano	Foci	Paradigma I	Paradigma II	Paradigma III
(D. Ellis, 1992)	Kuhn	Físico	Cognitivo	–
(Rendon Rojas, 1996)	Kuhn	Sintáctico	Semântico	Pragmático
(Saracevic, 1999)	Popper	Sentido específico (<i>narrow sense</i>)	Sentido amplo (<i>broader sense</i>)	Sentido mais amplo (<i>broadest sense</i>)
(Ørom, 2000)	[Kuhn?]	Físico	Cognitivo	Alternativo
(Fernández Molina & Moya Anegón, 2002)	[Kuhn?]	Físico	Cognitivo	Social
(Capurro, 2003, 2007)	Kuhn, Popper	Físico	Cognitivo	Social
(Capurro & Hjørland, 2005)	Popper	Físico	Cognitivo	Social
(Cronin, 2008)	[Kuhn, Popper?]	Físico	Cognitivo	Social
(Hjørland, 2014b)	Kuhn	Físico, centrado em sistemas	Subjetivo e cognitivo	Social e cultural
(Gnoli, 2018)	Popper	Vida, matéria, forma	Mente	Cultura
(Cabra-Torres <i>et al.</i> , 2020)	Kuhn	Físico	Subjetivo/cognitivo	Sócio-cognitivo
(A. M. da Silva & Ribeiro, 2020)	Kuhn	Historicista, tecnicista e custodial	Dinâmico, científico e informacional	Político-ideológico e sociocultural

Fonte: adaptado a partir de Cabra-Torres *et al.* (2020).

No que respeita ao Paradigma I, que se pode inscrever no paradigma positivista, diversos estudos realçaram a importância dos estudos de Szilard (1929), de Shannon (1948), Wiener (1948), Shannon e Weaver (1949) e Rapoport (1955). Tais estudos consistiam na abordagem física e matemática para o processo comunicacional da informação mediada por máquina, especialmente na quantificação, processamento e transmissão de sinais. Estas investigações contribuíram decisivamente para o desenvolvimento da Ciência da Computação ou Tecnologias de Informação e Comunicação. Outras abordagens consistiram no desenvolvimento de estudos bibliométricos (Bradford, 1934; Garfield, 1955; Lotka, 1926), que possibilitaram uma base quantitativa para o estudo da comunicação científica. Dentro deste paradigma, importa realçar os contributos de Stonier (1990, 1991, 1992, 1997, 1986), que expandiu a teoria de Shannon-Weaver para a ideia de que a informação é uma entidade física que faz parte da estruturação do universo, como a matéria e a energia. A esta abordagem, podemos incluir a perspetiva evolucionista e cognitiva (Bates, 2005b), que considera a informação como padrão de organização da matéria e energia, ao qual um ser vivo atribui significado. Associado ao modelo evolutivo-cultural está a perspetiva de Bentley e O'Brien (2012), que aborda o fenómeno da informação em três grandes processos: comunicação entre cérebros, armazenamento fora do cérebro e manipulação de informação por não-humanos. Outra abordagem distinta é a de Silva e Ribeiro que, para além do “paradigma físico’ou otletiano” (A. M. da Silva & Ribeiro, 2020) de Capurro (2003), denominam como “paradigma custodial, historicista, patrimonialista e tecnicista” (A. M. da Silva & Ribeiro, 2020)⁵⁷, para caracterizar uma base empírico-positivista que se constituiu como substrato da Ciência da Informação.

⁵⁷ Silva e Ribeiro caracterizam este paradigma como: “sobrevvalorização da custódia ou guarda, conservação e restauro do suporte como função basilar da atividade profissional de arquivistas e bibliotecários; identificação do serviço/missão custodial e público de Arquivo e de Biblioteca com a preservação da cultura “erudita” ou “superior” (as artes, as letras, a ciência) de um Povo em antinomia mais ou

O paradigma seguinte (II), onde predominam as teorias cognitivas, constitui uma evolução epistémica em relação às abordagens positivistas que formaram a Ciência da Informação. Esta viragem paradigmática faz ênfase para os processos comportamentais do uso e interpretação da informação, confluindo disciplinas como a psicologia, a filosofia (lógica), a linguística, a terminologia, a antropologia, a inteligência artificial e a neurociência e a ciência cognitiva, especialmente na relação entre conhecimento e informação. Diversos autores exploraram a perspetiva cognitiva da informação (Belkin, 1990; B. Brookes, 1977; D. Ellis, 1992; Ingwersen, 1994; Israel & Perry, 1990; G. Lima, 2018; A. M. da Silva *et al.*, 2010; Varela & Barbosa, 2016). De Mey definiu a ciência cognitiva como “science that deals with the study of knowledge: *i. e.*, what knowledge is and how it can be represented, how it can be handled by transforming it from one form to another” (1982, p. 3). A relação das teorias cognitivas com a Ciência da Informação pode ser traçada com os estudos de recuperação de informação na década de 1970. Entre as abordagens teóricas, refiram-se, por um lado, os estudos centrados no utilizador (Daniels, 1986; Sugar, 1995) e, por outro, a abordagem sócio-cognitiva (Hjørland, 2002b) – por exemplo, a análise de domínio (Hjørland, 2002c, 2005a; Hjørland & Albrechtsen, 1995) e a teoria do conceito de Dahlberg (1974, 1979) – e comportamento informacional (Dervin & Nilan, 1986; D. Ellis, 1989; Kuhlthau, 1991; Wilson, 1981, 1999). No entanto as críticas a este paradigma cognitivo realçaram a tendência para uma análise predominantemente computacional e focalizada na recuperação da informação (Hjørland, 2014b, 2019; Wersig, 2003).

O paradigma III inscreve-se numa evolução das teorias cognitivas para uma abordagem social. Entre os principais contributos temos a epistemologia social lançado por Egan e Shera (1952) e por Shera (1972). Este marco paradigmático, que emerge das décadas de 1960 e de 1970, defende como a sociedade, mais do que o indivíduo, produz, interage, usa ou transforma a informação e o conhecimento: “Social epistemology (...) deals with the impact of knowledge upon society – not the influence of society upon knowledge” (Shera, 1972, pp. 107–108). Diversos autores exploraram as relações entre a epistemologia social e a ciência da informação (Froehlich, 1989; Furner, 2002; Wong, 2011). Porém, Floridi (2002, 2004) vai mais longe ao reclamar que a Filosofia da Informação pode oferecer uma base mais sólida para a Ciência da Informação do que a epistemologia social. Noutro conspecto, outros autores há que consideraram que a perspetiva cognitiva evoluiu de uma perspetiva individualista para a uma perspetiva social (Ingwersen & Järvelin, 2005). Hjørland (2014b) – em que há autores que inscrevem a sua perspetiva sócio-cognitiva como integrante deste paradigma (Gnoli, 2018) – acrescenta uma vertente sócio-cultural. Esta orientação para a

menos explícita com a cultura popular, “de massas” e os “produtos de entretenimento”; ênfase da memória como fonte legitimadora do Estado-Nação e da cultura como reforço identitário do mesmo Estado, sob a égide de ideologias de pendor nacionalista; importância crescente do acesso a “conteúdo” através de instrumentos de pesquisa (guias, inventários e catálogos) de documentos percecionados como objetos patrimonializados, permanecendo, porém, mais forte o valor patrimonial do documento que o imperativo informacional; - prevalência da divisão e assunção profissional decorrente da criação e desenvolvimento dos serviços/instituições Arquivo e Biblioteca, indutora de um arreigado espírito corporativo que fomenta a confusão entre profissão e ciência (persiste a ideia equívoca de que a profissão de arquivista ou bibliotecário gera, naturalmente, disciplinas científicas autónomas como a Arquivística e a Bibliotecologia)” (A. M. da Silva & Ribeiro, 2020), ideia já presente em Silva e Ribeiro (2002) e Silva (2006).

informação como fenómeno social tem sido apresentado como uma viragem epistémica por Cronin (2008) e Cibangu (2010), correspondendo à tendência de inscrever-se a Ciência da Informação no *cluster* científico das Humanidades e Ciências Sociais. Silva e Ribeiro divisam um possível terceiro paradigma na Ciência da Informação que denominam de “político-ideológico e sociocultural”, que se caracteriza pela:

substituição da égide científica da História, da Filologia e das Humanidades pela Sociologia e a Antropologia; alteração no tipo de mediação praticado, que deixa de ser passivo, custodial e elitista para se tornar ideológico e sociocultural, interventivo com base na premissa neo-marxista de colocar a cultura ao serviço de uma sociedade emancipada do capital e sem classes; desvalorização da mediação técnica assente nos instrumentos de pesquisa e olhar crítico face às novas Tecnologias da Informação e Comunicação, usadas preferencialmente para a animação sociocultural; aposta prioritária na Biblioteca Pública e no Museu (sobretudo regional e local) e em estratégias de rede centradas tanto na Leitura Pública, como na Memória Coletiva, em detrimento do papel dos Arquivos (vistos lucidamente como “reservas logísticas” do(s) Poder(es)) e dos Centros de Documentação Científica e Tecnológica (A. M. da Silva & Ribeiro, 2020, pp. 47–48).

Apesar do mérito dos autores na tentativa de discernimento deste novo paradigma, consideramos que, contudo, não está suficientemente maduro, por carecer de fundamentação sustentada na literatura, como que para poder afirmar-se como viragem paradigmática na Ciência da Informação.

Estas discussões entre paradigmas na Ciência da Informação podem configurar-se como opositoras, como vimos e de forma muito *en passant*. Hjørland criticou estas discussões como “a badly managed chatroom in which all participants are speaking in the mouth of each other with first listening to what has already been said”, alertando que “the goal of a scholarly field is to provide theoretical clarity and that such a clarification is a collective responsibility” (2014b, p. [38]).

O que podemos extrair como relevante para os nossos pressupostos metodológicos consiste num elemento contido na definição de Borko, a questão das “information representations in both natural and artificial systems” (1968, p. 3). Alguns estudos sobre representação da informação na Ciência da Informação foram realizados sob um prisma filosófico (J. T. e Silva, 2016; L. E. F. Silva, 2017) e conceptual (J. L. O. Lima & Álvares, 2012). Como já referido na *Introdução geral*, a representação da informação constitui um elemento crítico não só para a organização como também para a recuperação e acesso à informação, designadamente artefactos informacionais (Brascher & Café, 2008; Hjørland, 2002a; Sales *et al.*, 2018; Svenonius, 2000). Além disto, a representação da informação suscitam, como verificado na metassíntese (capítulo 3, Parte I), questões éticas sobre as representações em ambiente digital (Beghtol, 2005) e sobre os argumentos relativos à imparcialidade dos profissionais da informação no âmbito da organização e descrição. Tais aspetos, contudo,

não explicitam como a “tendenciosidade na representação do conhecimento” pode ser identificado “desde o momento da criação de sistemas” (Guimarães & Pinho, 2007, p. 3), especialmente como essa tergiversação pode configurar, por um lado, um “desrespeito entre diferentes culturas, reforçando a ideia de preponderância ou revelando de certa maneira proselitismo” (Guimarães & Pinho, 2007, p. 5) e, por outro, resultar na “vigilância, censura, falta de garantia cultural, negligência, direcionamento informacional, ineficiência profissional, má representação, racismo, falta de clareza, marginalização, crença na neutralidade, difamação, idiosincrasia, inacessibilidade informacional, terminologia preconceituosa e traduções inadequadas” (Guimarães *et al.*, 2015, p. 21). Estas perspectivas revelam como a apropriação de perspectivas teórico-conceituais podem ser manipuladas ideologicamente, como o recurso de alguns autores à perspectiva da “epistemologia social” de Shera para fundamentar a naturalidade da segregação social no caso do *Apartheid* (Dick, 2002).

Apesar de as questões sobre a representação da informação nos instrumentos de acesso à informação referentes a arquivos na condição de deslocados ser um tópico pouco frequente na literatura, as múltiplas abordagens paradigmáticas no quadro da Ciência da Informação não possibilitam (devido à sua configuração compartimentada), ainda assim, realizar um enquadramento consistente face a um problema de investigação que é intrinsecamente dependente do contexto.

2.1.2. Dimensões metateóricas na Arquivística

Diversos autores abordaram os paradigmas (*u. g.*, custodial *uersus* pós-custodial) e princípios (*u. g.*, proveniência, ordem original, pertinência, etc.) da Arquivística. Sobre estes aspetos não nos deteremos sobre a evolução histórica da Arquivística. No entanto, importa reconhecer as origens pragmáticas da Arquivística.

Há, no entanto, que ter presente que Borko não estabeleceu uma coalescência clara entre a Arquivística e a Ciência da Informação na sua relação de afinidades disciplinares, pelo menos não de uma forma explícita, possivelmente relegada para “and other similar fields” (1968, p. 3). Esta pretensa ausência foi notada por diversos investigadores, designadamente na tentativa de consignar as contiguidades teórico-conceituais, disciplinares e paradigmáticas resultantes da fertilização cruzada entre a Arquivística e a Ciência da Informação (Anna, 2018; Fonseca, 2004, 2008; Gilliland-Swetland, 2000; J. M. Jardim & Fonseca, 1992; A. A. da C. Marques, 2016, 2017; Rendon Rojas, 2017; F. Ribeiro, 2011; G. M. Rodrigues & Marques, 2006; I. de O. S. Silva *et al.*, 2009; Smit, 2017) ou entre a Arquivística, Biblioteconomia, Documentação, Museologia e Ciência da Informação, na sua relação com as denominadas “instituições de memória” (Araújo, 2010b, 2011a, 2011b, 2014a; Araújo *et al.*, 2018; L. Machado *et al.*, 2017; A. M. da Silva, 2002). Esta ausência também foi perceptível em alguns autores (Zins, 2007c), que concluíram que somente 35% dos respondentes incluíram “Archival Science” no âmbito disciplinar da Ciência da Informação.

Marques reconheceu três perspectivas sobre a relação entre a Arquivística e a Ciência da Informação: (1) “autores que ignoram a trajetória histórica dos arquivos e da Arquivologia e nem a consideram cientificamente” (A. A. da C. Marques, 2017), dando como exemplo Le Coadic (1994); (2) “autores que concebem a Arquivologia como uma parte da Ciência da Informação” (2017, 18), exemplificado com Pinheiro (1998) e Silva *et al.* (1998), e (3) “autores que demarcam a autonomia da Arquivologia e reconhecem, em níveis e graus diversos, as suas relações com a Ciência da Informação” (2017, 18), apontando como exemplo Jardim e Fonseca (1992), Araújo (2010b) e Cruz Domínguez (2017). Acrescentaríamos uma quarta variante: os que consideram a Arquivística (*Archival Science*) como um campo disciplinar autónomo por direito próprio (Duranti, 1996; Heredia Herrera, 1991; A. A. da C. Marques, 2016; Thibodeau, 2019), “both a pure and an applied science (...) as a distinct and autonomous scientific discipline (...) in terms of its epistemological characteristics, particularly in terms of its object, its theory, and its methodology” (Thomassen, 2015, pp. 84–85). Gilliland e McKemmish referem que a Arquivística “has emerged as a meta-field that cuts across so-called ‘content disciplines’” (2018, p. 86). Vários autores realizaram estudos sobre o estatuto epistemológico da Arquivística (Araújo, 2015; Couture & Doucharme, 2005; A. J. Gilliland & McKemmish, 2004, 2018; Lövblad, 2003; Muñoz, 1994) e estudos quantitativos sobre a investigação realizada (Hernández Olivera *et al.*, 2012). Alguns autores sugerem que a Arquivística corresponde a uma “multiplex discipline that includes several branches or directions” (Fredriksson, 2003, p. 178) e que não se circuncreve apenas a ser uma disciplina aplicada da Ciência da Informação, como sugerido por Ribeiro (2011, 2013a).

Para além do profícuo debate em torno dos paradigmas da Arquivística (Anna, 2018; Bastian, 2001; Belton, 2010; Brito, 2005; Cook, 1984, 1993, 2001, 2013; Cunningham, 2011; Filho, 2016; M. C. V. de Freitas, 2018; Ham, 1981; Kelleher, 2017; Mortensen, 1999; F. Ribeiro, 2008b, 2013b; E. V. dos Santos, 2018; A. M. da Silva & Ribeiro, 2011a; L. E. F. Silva & Silva, 2017; Soares *et al.*, 2016), importa questionar em que ponto de situação estamos nesta visão binária de paradigmas (custodial *uersus* pós-custodial, positivista *uersus* interpretivista) (A. J. Gilliland & McKemmish, 2004).

Teddle e Tashakkori (2009) reconhecem que a abordagem por paradigmas de investigação tem evoluído consideravelmente desde os dois últimos decénios do século XX, graças a teóricos da Ciência como Kuhn (1962), Popper (1978) ou Lakatos (1978), entre outros. Alguns autores que se versaram na área das Ciências Sociais inclinaram-se para quatro paradigmas (Guba & Lincoln, 1994; Lincoln *et al.*, 2018) – Positivismo, Pós-positivismo, Teoria Crítica e Construtivismo – ou cinco (Creswell, 2014) – Positivismo, Pós-positivismo, Construtivismo, Transformativo, Pragmatista. Reconhecendo a utilidade operacional desta abordagem por paradigmas, não existe propriamente um consenso entre os autores sobre o seu número e diferenças em termos de características

ontológicas, epistemológicas, axiológicas e metodológicas de cada um dos paradigmas, bem como os seus níveis de integração ou cruzamento teóricos (Lincoln *et al.*, 2018).

Com base na Parte I, suportando-nos em parte nos indícios apresentados pela literatura sobre “arquivos deslocados”, identificámos algumas abordagens metateóricas na Arquivística: Positivismo/Historicismo, Pós-positivismo, Construtivismo, Pragmatismo, Emancipatório / Transformativista e Performativo, caracterizado no seguinte Quadro 16 e que explanaremos a seguir.

Quadro 16 – Viragens metateóricas em torno da Arquivística

Enquadramento metateórico	Autores de referência	Autores representativos	Programas teóricos-metodológicos	Abordagens metodológicas predominantes	Princípios arquivísticos	Relacionado com o tópico “arquivos deslocados”
Positivista / Historicista	(Comte, 1830, 1844; Popper, 1934)	(Brenneke, 1953; Casanova, 1928; Jenkinson, 1922; Muller <i>et al.</i> , 1898)	Diplomática, História, Paleografia, Custodialismo	Quantitativo, experimental, hipotético-dedutivo	Proveniência; Ordem Original, <i>Respect des Fonds</i>	(Adams, 1939, 1940; Posner, 1942, 1944)
Pós-positivista	(Carnap, 1929; Popper, 1978)	(Bautier, 1961; Delmas, 1996; Duranti, 1993; Heredia Herrera, 1991; Katuu, 2015; Pérotin, 1966)	Diplomática contemporânea; Realismo Crítico; Teoria Fundamentada (Corbin e Strauss); Dupla Hermenêutica; Fenomenologia; Teoria Sistémica	Qualitativo/misto; hipotético-dedutivo	Patrimonialidade retroativa; Inalienabilidade; Imprescritibilidade; Direito à continuidade histórica; Direito à informação; Pertinência funcional; Herança conjunta	(Auer, 1998; D. Cox, 2010, 2017; Grimsted, 1998, 2010b, 2012; Kecskeméti, 1977, 1985; Leisinger, 1982; Montgomery, 2015a; Pandžić, 1999)
Construtivista/Pós-estruturalista	(Cetina, 1999; Deleuze & Guattari, 1980; Derrida, 1967, 1995b; Foucault, 1969; Lyotard, 1979; Spivak, 1999)	(Brothman, 1993, 1999; R. Brown, 1991; Caswell <i>et al.</i> , 2017; Cook, 2001; Cook & Schwartz, 2002; Duff & Haskell, 2015; Echevarria, 1998; Ernst, 2016; Ham, 1981; Ketelaar, 1999, 1997; Richards, 1993; Stoler, 2008)	Teoria Crítica; Teoria Fundamentada (Charmaz); Etnometodologia; Pós-custodialismo; pós-Estruturalismo; Multiverso arquivístico; Desconstrucionismo	Qualitativo, indutivo	Múltiplas proveniências; proveniência social	(Bastian, 2001, 2002; Bastian <i>et al.</i> , 2018; Lowry, 2019a, 2019b)
Pragmatista	(Dewey, 1949; C. Peirce, 1958; William, 1909)	(Bearman, 1995; Couture <i>et al.</i> , 1988; Duchein, 1977, 1992;	<i>Records continuum</i> ; Avaliação Arquivística	Mistos; indutivo e/ou hipotético-dedutivo; abduutivo	Valor contínuo dos documentos; “records as logical entities”;	(Frings-Hessami, 2019a, 2019b; Karabinos, 2018b, 2020)

Enquadramento metateórico	Autores de referência	Autores representativos	Programas teóricos-metodológicos	Abordagens metodológicas predominantes	Princípios arquivísticos	Relacionado com o tópico “arquivos deslocados”
		Greene & Meissner, 2005; Menne-Haritz, 2001; Schellenberg, 1956a, 1956b; Upward, 1996, 2015)			“records as actions”	
Emancipatório/Transformativista	(Mertens, 2007, 2012)	(Caswell et al., 2018; Duff et al., 2013; Flinn & Stevens, 2009; A. J. Gilliland, 2011; Punzalan & Caswell, 2016; Wallace, 2020; Wood et al., 2014; Wurl, 2005a)	Teoria da Ética do Cuidado; Teoria Crítica; Arquivística participada; História oral; Teoria da reconciliação	Mistos; indutivo e/ou hipotético-dedutivo	Comunidade como proveniência	(Caswell, 2012; Cushing, 2018; McKemmish et al., 2019; Wurl, 2005b)
Performativo	(Haseman, 2006; Pickering, 1995; Schechner, 1988)	(Bastian, 2009; Bismarck et al., 2002; A. J. Gilliland & Caswell, 2016; Jones et al., 2009; Reason, 2003; D. Taylor, 2003; Yeo, 2010b)	Atos discursivos; Estudos Artísticos; (auto)etnografia; <i>storytelling</i>	Qualitativo, mistos; indutivo e/ou abduutivo	Representação Valor estético Autenticidade	(Crichton, 2013; Vö, 2014)

Fonte: elaboração própria.

Com base no Quadro anterior, sem ensejo determinista, exaustivo, compartimentado e sem incorrer em simplismo (até porque diversos autores perfilham diversos paradigmas), traçaremos uma sinopse indicativa sobre as relações entre as viragens metateóricas e o tema de estudo:

Positivismo/historicismo. Os desenvolvimentos teóricos que marcaram a Arquivística como disciplina científica ocorreram sob a matriz do positivismo/historicismo. O positivismo, vulgarizado por Comte (1830, 1844), apoia-se na investigação científica baseada na decrição da evidência empírica, na observação, na experimentação a partir de elementos objetivos que existem no mundo e de forma analítica, e nas noções de falseabilidade, testabilidade empírica, generalização, com ênfase predominantemente quantitativa, nomotética e/ou preditiva (Paley, 2008; Susen, 2015). De acordo com esta doutrina, o conhecimento científico é um processo evolutivo, cumulativo e progressista, evitando confiar no conhecimento fictício e nos julgamentos éticos ou subjetivos. Associado a este paradigma, o historicismo, como corrente de pensamento que se desenvolveu a partir dos século

XVIII e XIX de influência italiana (Vico, 1725) e alemã (Chladni, 1752; Ranke, 1824), exerceu um papel importante na afirmação dos Estados-Nação na Europa. A abordagem desta corrente analisa “sets and sequences of empirical events to explain particular historical outcomes” (Turner, 2006, p. 461), sendo os arquivos as fontes privilegiadas de informação, considerada imparcial e verídica. Embora a Arquivística tenha emergido como “disciplina auxiliar da História” após à Revolução Francesa, onde os arquivos serviram de pilares de formação do Estado-Nação, há um consenso entre os diversos autores que a autonomização da Arquivística em relação à História se deu em finais do século XIX. A produção de manuais de Arquivística, com uma visão predominantemente eurocêntrica (Brenneke, 1953; Casanova, 1928; Jenkinson, 1922; Muller *et al.*, 1898; Posner, 1940), caracterizavam-se por “a markedly technical character, although still characterised by a historicist “format”” (F. Ribeiro, 2001, p. 297) e por um forte pendor para a formulação de princípios e regras nomotéticos (Proveniência, Ordem Original, *Respect des Fonds*). Além disto, os positivistas “tend to espouse notions of the record and the archive(s) associated with ideas about the objective and fixed nature of records, and the impartial and neutral roles played by archivists in their preservation” (A. J. Gilliland & McKemmish, 2018, p. 97). A relação entre o fenómeno dos arquivos deslocados e a formação dos Estados-Nações está em grande parte evidenciada na estratégia das “mass transfers of documentation from private archives and extinct organisms into the new services of the State archives, a process which was accelerated during the whole of the 19th century and a large part of the 20th, stimulated by other factors, such as the development in history science and positivism” (F. Ribeiro, 2001, p. 296). As conflagrações bélicas, as crises económicas, o colonialismo e as alterações das fronteiras políticas, eventos que se verificaram intensamente ao longo da primeira metade do século XX, moldaram a forma como os teóricos da arquivística entenderam ser um imperativo deontológico a defesa física e moral dos arquivos (Jenkinson, 1922). Tal defesa moral dos arquivos não só se manifestava em contexto nacional como também internacional. O furto de documentos que integravam o património nacional e que se encontravam na condição de “stray archives” ou “fugitive archival materials” (Adams, 1939, p. 90) constituía um aspeto que não se cingia apenas ao problema de falta de segurança das instituições custodiantes mas às consequências que as apropriações de documentos traziam, seja para fins de comércio ilícito seja de colecionismo, em termos de vulnerabilização da importância simbólica das instituições arquivísticas. O confisco de arquivos em contexto de conflito armado tinha propósitos não só para fins de inteligência militar pela força ocupante (Posner, 1944), mas também como a restauração ou mudança de soberania não mudava o valor simbólico dos arquivos como fundamento do Estado-Nação. Sobre isto, Posner referiu: “the archives share the fate of the territory; the records follow the flag” (1942, p. 142). A Arquivística sob o paradigma positivista/historicista, em última análise, suportou em larga medida a narrativa patrocinada pelo Estado-Nação através da figura do Arquivo Nacional: “it is not surprising that revolutions are often associated with the destruction and reorganization of archives. As one national regime replaced the other, one authenticated national master

narrative is supplanted with a different one, and this often involves violence to the places (and its contents), which symbolizes the old master narrative and has served its authentication” (Berger, 2013, p. 15).

Pós-positivismo. O paradigma pós-positivista desenvolveu-se como uma reação crítica ao paradigma positivista (Fox, 2008). Importa ter presente que existem pontos de divergência dentro do pensamento pós-positivista, o que possibilitou o desenvolvimento das teorias pós-modernas, onde se inscreve o pós-positivismo (Bhaskar, 1975; Kuhn, 1970; Lakatos, 1978; Popper, 1978; Susen, 2015; Toulmin, 1953). Os pós-positivistas advogam um conhecimento da realidade baseado na observação experiencial e experimental, que é contextualmente dependente, reconhecendo que as abordagens epistemologicamente reflexivas e metodologicamente rigorosas estão condicionadas por estruturas mentais que variam em termos simbólicos, culturais, subjetivos, emocionais e interpretativos (Susen, 2015) e que não podem ser reproduzidos mimeticamente. O pós-positivismo reconhece, também, o pluralismo discursivo e o relativismo epistemológico, em vez do dogmatismo ideológico de que o conhecimento científico é universalizável e objetivo (*i. e.*, não contaminado por juízos de valor). As perspectivas pós-positivistas no quadro disciplinar da Arquivística têm sido desenvolvidas como forma de explorar a dimensão social e política dos arquivos, versando questões sobre boa governança da informação e reinterpretando os princípios arquivísticos na sua relação com a sociedade. Se no paradigma positivista os arquivos serviam os interesses do Estado-Nação, o paradigma pós-positivista aponta para a importância social dos arquivos em torno de novos valores como a transparência, a autenticidade e a proteção de direitos (privacidade, acessibilidade, etc.). Apesar da vertente tecnicista da Arquivística como disciplina científica (Bautier, 1961; Delmas, 1996; Duranti, 1993; Heredia Herrera, 1991; Pérotin, 1966), acreditamos que o debate sobre os paradigmas custodial *versus* pós-custodial emergiu da discussão pós-positivista e que foi apropriado mais intensamente pelos que perfilham o paradigma construtivista/pós-estruturalista. Consideramos que o paradigma que Silva e Ribeiro (2020) denominam de “pós-custodial, informacional e científico”, ao inscreverem a Arquivística como disciplina aplicada da Ciência da Informação (F. Ribeiro, 2011, 2013a), aproxima-se mais aos pressupostos do paradigma pós-positivista do que a tradição construtivista. Diversa literatura sobre o debate dos paradigmas epistemológicos da Arquivística omite, porém, a identificação de autores que perfilham a perspectiva pós-positivista. O que é de realçar a formulação de princípios arquivísticos, não como leis universais, é que são interpretados como *guidelines* que apontam para formas de conhecer realidades complexas. No caso dos arquivos deslocados, é possível perceber uma vertente que se aproxima ao Realismo Crítico (Bhaskar, 1975), em que podemos ter aproximações sucessivas e diversos níveis de profundidade para conhecer a realidade, não apenas ao nível material, mas também social, ideológico e discursivo como partes integrantes da construção da realidade. Os estudos de Kecskeméti (1977, 1985, 1992, 2017), embora não se tenha baseado no Realismo Crítico *stricto sensu*, analisou a complexa reali-

dade dos arquivos deslocados *vis-à-vis* com a falibilidade de alguns princípios tradicionais da Arquivística (como a pertinência territorial). No seu estudo, foram incorporados conceitos diplomáticos como a inalienabilidade e a imprescritibilidade, incluindo a herança conjunta, decorrente dos conflitos de secessão e de sucessão de Estados levantados durante o processo de concepção da *Convenção de Viena* de 1983 (Montgomery, 2015a). Apesar da diversidade terminológica subsistente em torno dos arquivos deslocados, Leisinger (1982) estabeleceu um quadro conceptual sobre as manifestações dos arquivos removidos dos seus contextos originários, sem ensejo de estabelecer padrões generalistas. Auer (1998) teve o mérito de identificar estatisticamente as dimensões complexas deste fenómeno no âmbito internacional, conferindo consistência para um problema que não se restringe ao universo material mas que é também de ordem política e social.

Construtivismo/pós-estruturalismo. O construtivismo constitui uma corrente de pensamento em que a investigação científica “is context sensitive, engaged with the practical needs of the subjects of research, and committed to supporting resistance to power and authority” (Fox, 2008, p. 663), considerando, também, que “we [researchers] do not have direct access to the world, because all our perceptions are symbolically mediated and, therefore, our conceptions of reality are culturally specific” (Susen, 2015, p. 95). O pós-estruturalismo, por seu turno, “tend to concentrate on the operation of language, the production of meaning, and the ways in which knowledge and power combine to create accepted or taken-for-granted forms of knowledge and social practices” (Fawcett, 2008, p. 666). Estas concepções deram enorme força ao pensamento pós-moderno, com teóricos como Foucault (1969) e Derrida (1995b), que deram importantes influxos teóricos que enformaram a Arquivística pós-custodial. Para Foucault, os arquivos não são apenas artefactos como “the mass of texts which have been collected at a given period, or chanced to have survived oblivion from this period” (1978, p. 14), mas uma forma de construção discursiva de poder. Grande parte deste influxo desenvolveu-se no quadro da Teoria Crítica, que se suporta no Marxismo e na Escola de Frankfurt, que se pode caracterizar, em termos gerais, por uma crítica às ideologias ou formas de poder que obscurecem e influenciam a compreensão do mundo em que vivemos. Trata-se de uma corrente de pensamento que privilegia “extreme context-specificity of knowledge, suggesting that truth depends entirely upon point of view and that multiple truths may be said to exist concurrently within groups or communities” (Fox, 2008, p. 663). Esta corrente, também denominada de interpretivista (A. J. Gilliland & McKemish, 2018), interessou particularmente a uma geração de teóricos da Arquivística, especialmente na incapacidade de a tradição positivista poder responder problemas arquivísticos contemporâneos, como Cook refere: “evolving, ever mutating, continually adapting, because of radical changes in the nature of records, record-creating structures, organizational and work cultures, societal and institutional functions, individual and personal record-keeping predilections, institutional record-keeping systems, contemporary record uses, and the wider cultural, legal, technological, social, and philosophical trends in society” (2001, p. 17). Esta crítica concitou à comunidade arquivística para a necessidade de uma mudança paradigmática (Brothman,

1993, 1999; Cook, 2001, 2013; Ham, 1981; Hardiman, 2009; Ketelaar, 1997, 2012, 2017a; Schwartz & Cook, 2002), com um enfoque mais centrado na diversidade do tecido social e sua relação com os arquivos. Os resultados foram o desdobramento para diversas linhas teóricas da Teoria Crítica, como a crítica pós-feminista (Cifor & Wood, 2017), os estudos indigenistas (Ghaddar, 2016; Ghaddar & Caswell, 2019; Thorpe, 2016), a teoria crítica da raça (Dunbar, 2006), a teoria *queer* (J. A. Lee, 2015), o pós-colonialismo (Echevarria, 1998; Ernst, 2016; Richards, 1993; Stoler, 2008, 2010), entre outras. Podemos considerar que os problemas relacionados com os arquivos deslocados encontraram no paradigma construtivista/pós-estruturalista a sua maior expressão nos últimos 50 anos. A título de exemplo, os estudos pós-coloniais possibilitaram estabelecer um quadro teórico para o problema dos *migrated archives*, *i. e.*, não só para os arquivos removidos da ex-colónias (Banton, 2012a, 2012b, 2017; Rawlings, 2015; Sato, 2017), mas também para as perspetivas e representações pós-coloniais entre colonizados *uersus* colonizador (Agostinho, 2019; Bastian, 2001; Delva, 2018; Karabinos, 2018a, 2019). Além disto, a interpretação dos arquivos removidos em contexto de conflito armado ou pós-colonial aparece refletido nas perspetivas feminista (Coeuré, 2017), indigenista (Delva, 2018; Iacovino, 2010), das comunidades migrantes (Chebotarev, 2005; Wurl, 2005b), comunidades etno-religiosas (Hennerbichler & Montgomery, 2015; Montgomery, 2001, 2013) ou comunidades originárias (Namhila, 2004, 2016), entre outros grupos sociais. Lowry, por exemplo, propôs uma linha de investigação específica que denominou como *critical displaced archives theory* (2019b, p. 353), que constitui um desdobramento da proposta de *critical archival studies* (Caswell *et al.*, 2017). Como já dissemos mais acima, consideramos que a proposta de Lowry carece de amadurecimento teórico e conceptual, além de a sua proposta se enquadrar mais no paradigma de tipo emancipatório⁵⁸.

Pragmatismo. O pragmatismo constitui uma linha de pensamento desenvolvido nos Estados Unidos da América por filósofos como William (1909), Dewey (1949) e Peirce (1958), que se baseia na ideia de que a verdade e a realidade dependem no que funciona (McCaslin, 2008). Constitui uma perspetiva alternativa entre o dogmatismo e o cepticismo filosóficos; rejeita perspetivas dualistas (*u. g.*, racionalismo vs. empiricismo, factos vs. valores, subjetivismo vs. objetivismo, etc.); assume que o conhecimento é socialmente construído e baseado na realidade do mundo em que os indivíduos vivem e experienciam; valoriza o pluralismo e o ecleticismo de forma cuidadosamente integrada, e valoriza a pragmaticidade das teorias e dos métodos orientados a resolver problemas concretos (Teddlie & Tashakkori, 2009). Portanto, o enfoque é centrado na compreensão da natureza do problema, em que o investigador pragmatista adota as abordagens metodológicas que considere relevantes para a compreensão do fenómeno de interesse. Para alguns autores, os métodos mistos constituem a abordagem mais apropriada no quadro do pragmatismo (Creswell, 2014; Teddlie &

⁵⁸ Lowry refere: “A critical theory for displaced archives would be critical in its aim to *explain injustices* in cases of archival displacement, *posit practical goals for their resolution*, and *provide a set of norms* for achieving those aims—preliminarily affect, the imaginary and radical empathy” (2019b, p. 198).

Tashakkori, 2009). No quadro teórico da Arquivística, seria estranho não reconhecer as suas origens pragmáticas muito antes do seu reconhecimento como disciplina científica (Horsman, 2002). Schellenberg (1956a, 1956b) é considerado por diversos autores como um pragmatista, especialmente no desenvolvimento de um quadro axiológico para a avaliação arquivística (Boles & Greene, 1996; Duranti, 1994; Tschan, 2002). A teoria do *records continuum* (Upward, 1996, 2000) também é considerada como uma abordagem pragmática baseada no espaço-tempo (Upward, 2017). Por exemplo, o recurso ao modelo de *records continuum* foi utilizado para compreender dimensões não consideradas pelo modelo original no caso dos arquivos deslocados (Frings-Hessami, 2019a, 2019b; Karabinos, 2018b, 2020), ampliado como *shadows continuum* e *appropriate dimension*. Embora o paradigma pragmático tenha sido explorado recentemente como uma abordagem válida para a Ciência da Informação (Kankam, 2019; Revez & Borges, 2018), o reconhecimento deste paradigma no quadro da Arquivística não tem sido epistemologicamente explorado com profundidade.

Transformativismo/Emancipacionismo. O paradigma emancipatório (também denominado como transformativista/transformacional, revolucionário ou de resistência) foi proposto por Mertens (2007, 2009, 2010), que se focaliza nos princípios de justiça social, problemas éticos e no estudo de grupos sociais sub-representados. Este paradigma visa promover uma mudança positiva na sociedade. As características deste tipo de investigação consistem no enfoque a aspetos subjetivos, relacionais, colaborativos, interpretativos e performativos que evidenciem formas de relação de poder geradoras de injustiças e medidas que apontem para a sua minimização ou erradicação. Embora alguns teóricos da ciência reconheçam este paradigma como distintivo do paradigma pragmático, o paradigma emancipatório possui muitos pontos de conexão com o paradigma construtivista/pós-estruturalista, pela presença de diversas linhas de investigação da Teoria Crítica, investigação participativa, crítica feminista, teoria crítica da raça, teoria *queer*, estudos indigenistas, pós-colonialismo, justiça restaurativa ou transicional (Creswell, 2014). A diferença entre o paradigma construtivista/pós-estruturalista e o paradigma emancipatório consiste na tendência interpretivista ou qualitativo do primeiro enquanto o segundo privilegia métodos mistos (Creswell, 2014; Mertens, 2010, 2012; Sweetman *et al.*, 2010; Teddlie & Tashakkori, 2009). O interesse por temas relacionados com a justiça social em torno de grupos sociais desfavorecidos tem sido objeto de investigação na Arquivística (Duff *et al.*, 2013), especialmente nos “their connections to the concepts of *social and political legitimacy* (...) in relation to power, compliance, and social change” (Wallace, 2020). Modelos como arquivística participada (da descrição, gestão, avaliação, etc.) ou de co-gestão responsável (*stewardship*) (Wurl, 2005a), acresce a proposta de Caswell (2009) de *archival inclusion*, como forma de envolver comunidades marginalizadas na proteção de repositórios documentais e de promover uma melhor representação da comunidade nas instituições custodiantes de modo a evitar a sua destruição ou dispersão. Também, medidas participadas com as comunidades indígenas nos processos de representação da informação junto das entidades custodiantes (Barwick, Green,

Vaarzon-Morel, *et al.*, 2019; Hilder, 2012; McKemmish *et al.*, 2019) ou no desenvolvimento de modelos participados de “arquivos comunitários” entre comunidades migrantes (Wurl, 2005b). No que respeita às questões de representação da informação, especialmente no conspecto dos arquivos deslocados, diversos autores exploraram métodos de descolonização (L. T. Smith, 2012), em específico nas questões de representação da informação arquivística (Chilcott, 2019; Genovese, 2016; Ghaddar & Caswell, 2019; Karabinos, 2019). A repatriação ou restituição de arquivos removidos dos seus contextos originários às comunidades reivindicantes explora metodologias que não incidem só em torno do acesso à informação mas também como forma de reconciliação e de revitalização de práticas culturais em situação de vulnerabilidade (Barwick, Green, Vaarzon-Morel, *et al.*, 2019; E. M. Ellis *et al.*, 2019; Emberly, 2015; Gibson, 2019; Thorner *et al.*, 2019; Treloyn & Emberly, 2013).

Performativismo. O paradigma performativo tem como foco a ação e associa-se à ontologia e epistemologia construtivista. Tem como referência o *Manifesto for Performative Research* (Haseman, 2006) para as Artes Criativas (Teatro, Dança, Música, Artes Plásticas, etc.). Valoriza-se o movimento e a transformação como objeto de investigação, ao contrário das abordagens tradicionais qualitativas e quantitativas. Este paradigma pressupõe a existência de múltiplas realidades que podem ser estudadas de diversas maneiras, devido ao seu dinamismo, mutabilidade, singularidade, multidimensionalidade e i(n)teratividade (Bolt, 2016; Schoonenboom, 2019). A diferença deste paradigma em relação aos anteriores consiste na capacidade de analisar mundos distintos sem necessariamente ter de alternar de posição ontológica e/ou epistemológica na condução da investigação. Embora este paradigma não se esgote no universo dos Estudos Artísticos, assiste-se a um crescente interesse multidisciplinar, denominado de *performative turn* (Ketelaar, 2017a) na produção científica sobre Arquivística (Bastian, 2009; Bismarck *et al.*, 2002; A. J. Gilliland & Caswell, 2016; Jones *et al.*, 2009; Kaleva, 2015; Reason, 2003; D. Taylor, 2003; Yeo, 2010b). Trata-se de uma abordagem que rompe os conceitos tradicionais da Arquivística, especialmente nas manifestações performativas da sociedade que constituem o seu património (i)material. No caso dos arquivos deslocados, Crichton (2013) explorou abordagens performativas centradas na comunidade LGBTIQ+ de como a migração (por necessidade económica ou forçada por exílio) se materializa do ponto de vista arquivístico: “I create situations in which archives can morph into multiple forms, migrate through social exchanges, and be returned to their shelves intact” (2013, p. 52). Võ (2014) analisou diversas instalações artísticas de emigrantes vietnamitas relativas à memória do pós-guerra. Estas abordagens exploram aspetos estéticos sobre a representação (pré-verbal, sensorial, cinestésico ou imaginário) da emoção ou afetividade como forma de conhecimento.

Conforme exposto, as diversas perspetivas metateóricas analisadas apontam para diversos compromissos epistémicos no quadro da investigação da Arquivística, que são dinâmicos e com pressupostos filosóficos que atravessam uma ou várias dimensões paradigmáticas. Reconhecemos que a

compartimentação de autores por paradigmas pode não gerar um consenso compartilhado, dado que diversos autores exploraram abordagens multiparadigmáticas. Por exemplo, ainda que Silva e Ribeiro (2020) tenham lançado um possível novo paradigma (no quadro da Ciência da Informação) que denominam de “político-ideológico e sociocultural”, a relação deste com os paradigmas construtivista/pós-estruturalista, emancipatório ou performativo no quadro da Arquivística não é clara nem consensual.

Como nesta subsecção colocamos em perspetiva as orientações paradigmáticas em torno da Ciência da Informação e abordagens metateóricas na Arquivística, daremos a seguir uma fundamentação sobre o enquadramento metateórico da presente investigação.

2.1.3. Enquadramento metateórico desta investigação

A incursão que realizámos acima em torno das dimensões paradigmáticas ou metateóricas da Ciência da Informação e da Arquivística e da revisão de literatura (cf. Parte I *Revisão de literatura*) permite-nos considerar que o enquadramento que melhor se ajusta ao nosso fenómeno de interesse – representação da informação arquivística em instrumentos de acesso à informação relativo aos fundos reivindicados pela Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017) – deve adotar um corte metateórico alternativo.

Compreender a natureza do(s) fenómeno(s) relacionado(s) com os arquivos deslocados implica explorar dimensão(ões) da sua realidade. Diversos estudos se focalizaram no estudo da realidade, como o realismo (Maxwell, 2011; Pawson, 2006), realismo científico (Harré, 1970; Harré & Madden, 1975), realismo subtil (Hammersley, 1998) e realismo hermenêutico (Ginev, 2016).

A perspetiva metateórica adotada para este estudo baseia-se no Realismo Crítico (Bhaskar, 1975, 1979, 1989)⁵⁹. O Realismo Crítico constitui um movimento filosófico que, ao amparar-se Bhaskar (1944/2014) em Locke (1632-1704), opera como um “trabalhador dos subterrâneos” (*underlabourer*) ou como uma “‘parteira’ ocasional” (Bhaskar, 2011, p. 24), ao serviço da Ciência, cuja função consiste em “in clearing the Ground a little, and removing some of the Rubbish, that lies in the way to Knowledge” (Locke, 1690, p. xiv). Esta imagem é aproveitada por Bhaskar para o seu programa filosófico, como uma via distinta às abordagens empiricistas/objetivistas e interpretativas/relativistas, cuja polarização tem condicionado e dominado durante muito tempo o pensamento científico ocidental (Bhaskar, 1975, 2008b).

⁵⁹ No seu livro seminal, *A Realist Theory of Science* (1975) (Bhaskar, 1975), Bhaskar denominou originalmente o seu pensamento filosófico como “Realismo Transcendental” e, posteriormente, como “Naturalismo Crítico” em *The Possibility of Naturalism* (Bhaskar, 1979). O Realismo Crítico provém da elisão das duas denominações, como o próprio Bhaskar elucidou: “The term ‘critical realism’ arose by elision of the phrases ‘transcendental realism’ and ‘critical naturalism’, but Bhaskar and others in this movement have accepted it since ‘critical’, like ‘transcendental’, suggested affinities with Kant’s philosophy, while ‘realism’ indicated the differences from it” (Bhaskar, 2013, p. ix). A obra de Bhaskar sobre Realismo Crítico é extensa e complexa, que se desdobra em temas relacionados com o realismo crítico básico, o realismo crítico dialético e a teoria da meta-Realidade (Bhaskar, 1989, 1993, 2008a, 2009). Sobre aspectos relativos à sua vida e percursos profissional e científico, cf. Bhaskar e Hartwig (2010). Sobre outros teóricos representativos do Realismo Crítico, apoiamo-nos também em Archer (1995), Collier (1994), Hartwig (2015), Sayer (2010), Porpora (2015), entre outros.

Além disto, o Realismo Crítico é considerado, também, como uma filosofia pós-positivista para o âmbito das Ciências Sociais, procurando extrair os elementos mais significativos das tensões entre os paradigmas positivistas e interpretivistas (Clark, 2008; Houston, 2014). Alguns autores consideram que o Realismo Crítico se distingue do Pós-positivismo pelo seu enfoque em fenómenos não observáveis e dos seus mecanismos causais (Beach & Pedersen, 2016). Ora esta via alternativa ajusta-se ao nosso tema de estudo, uma vez que tanto Harris (2001) como Gilliland e McKemmish consideraram a necessidade de a Arquivística (e, por extensão, à Ciência da Informação) precisar de libertar-se “beyond the binary oppositions” (2004, p. 170, 2018, p. 98), *i. e.*, a polarização entre o positivismo/objetivismo *uersus* interpretivismo/relativismo.

A aplicação do Realismo Crítico na Ciência da Informação e na Arquivística conta com produção científica relevante (Carlsson, 2012; Dobson, 2002; Hjørland, 2004; Koponen, 2009; Mingers *et al.*, 2013; Sanderson, 2017; M. L. Smith, 2006; Sundqvist, 2009; Volkoff & Strong, 2013; Wikgren, 2005; Wynn & Williams, 2020). Apesar de Sundqvist (2009) e Sanderson (2017) se terem apoiado no Realismo Crítico como fundamento metateórico para o estudo da representação da informação arquivística, desconhece-se, contudo, aplicações desta abordagem para explorar o fenómeno dos arquivos deslocados e suas representações em instrumentos de acesso à informação. Somos a crer que a transposição das perspetivas metateóricas do Realismo Crítico para a Ciência da Informação e para a Arquivística constitui a primeira abordagem, que se tenha conhecimento, aplicada num estudo sobre arquivos deslocados em contexto subnacional.

Desta forma, o Realismo Crítico, de acordo com Sayer, não incide apenas na crítica em torno do “what *is* with criticism of what is” (2010, p. 172) mas na crítica que explica os mecanismos dos fenómenos a partir das suas “underlying causal structures” (Bhaskar, 2008b, p. 25). Analisaremos a seguir alguns dos seus pressupostos mais representativos.

Tida como uma filosofia (crítica) da Ciência (Porpora, 2015), Bhaskar é considerado como fundador do movimento filosófico que denominou de Realismo Crítico⁶⁰. O pensamento bhaskariano evoluiu em diversos estádios, primeiramente, em torno do “realismo transcendental” (Bhaskar, 1975) e, posteriormente, do “naturalismo crítico” (Bhaskar, 1979), aplicado no âmbito das Ciências Sociais. Podemos considerar que o último estádio do pensamento filosófico de Bhaskar (1993, 2008a) incidiu no “realismo crítico transcendental” e na “teoria da meta-Realidade”, que, em conjugação com os estádios anteriores, funcionam como *building blocks* que configuram um quadro integrador do Realismo Crítico.

O Realismo Crítico constitui, como dissemos, uma reação crítica aos paradigmas positivistas e interpretivistas, ou como Vandenberghe sugeriu, “enters the ‘science wars’ by fighting two fronts”

⁶⁰ O Realismo Crítico de facto tem raízes muito diversas, que parte dos estudos filosóficos de tradição kantiana (*der kritische Realismus*) desenvolvido por filósofos como Herbart (1776-1841), Riehl (1844-1924), Wundt (1832-1920), e de tradição anglo-americana, como Sellars (1880-1967), Santayana (1863-1952) e Bunge (1919-2020), entre outros. Cf. verbete “critical realism” em Hartwig (2015).

(2013, p. 4). Podemos considerar que a compreensão sobre as características distintivas do Realismo Crítico se processa através da comparação em relação às perspectivas positivistas e interpretivistas, de modo a perceber-se os seus contrastes metateóricos entre estas perspectivas. Porém, este movimento filosófico não se caracteriza por uma unidade de pensamento, dado que coexistem diversos pontos de confluência e de divergência, possui um quadro conceptual diverso e *sui generis*, e focalizações em disciplinas ou teorias em particular (Cruickshank, 2002; Danermark *et al.*, 2005; Hartwig, 2015).

Longe de pretender-se esgotar todos os aspetos relativos ao Realismo Crítico⁶¹, cingir-nos-emos às características mais representativas que consideramos serem as mais pertinentes para o enquadramento metateórico deste estudo. Para este efeito, exploraremos apenas seis dimensões metateóricas que consideramos úteis para a sua caracterização: ontologia, epistemologia, metodologia, etiologia, axiologia e teleologia, amparando-nos em Guba e Lincoln (1994), Lincoln, Lynham e Guba (2018), Mouton e Marais (1990) e Lor (2019). Dentro de cada uma das dimensões, assinalaremos os tópicos ou conceitos e fundamentos teóricos que consideramos ser os mais representativos do Realismo Crítico e de onde podemos extrair elementos que melhor se ajustam ao nosso fenómeno de interesse e desenho da investigação.

Ontologia. Apesar de o conceito de realidade ser muito amplo, que pode referenciar-se não só a categorias concretas mas também abstratas, o enfoque principal do Realismo Crítico de Bhaskar (1975, 1979, 1989) é na ontologia (estudo sobre a natureza do ser ou da realidade, possuidores de características intrínsecas e propriedades). A *realidade* que se presume *conhecer* encontra-se moldada por perspectivas e experiências influenciadas por teorias, perceções ou construtos. Bhaskar (1975, 1979, 1989) distingue aquilo que denomina de dimensão intransitiva (*i. e.*, dimensão ontológica ou a realidade) e dimensão transitiva (*i. e.*, dimensão epistemológica ou formas de conhecer a realidade). Para o Realismo Crítico, conhecer a realidade implica perscrutar estruturas, em princípio, não observáveis, que são geradores de eventos empiricamente observáveis. O Realismo Crítico reflete sobre aspetos metateóricos da Ciência, contrariamente ao positivismo, que evita uma discussão metateórica, e ao interpretivismo, que substitui a crítica metateórica por uma crítica sócio-política da ciência (Danermark *et al.*, 2005; Sayer, 2010). Caracterizaremos a seguir as principais linhas de força dos conceitos básicos do Realismo Crítico:

- **Realismo ontológico.** Para os realistas críticos, a realidade existe independentemente da nossa capacidade de conhecer a sua existência ou presença no mundo (Archer *et al.*, 2013; Bhaskar, 1975, 1979). As entidades ontológicas (*i. e.*, ideal, material, artefactual, social) constituem

⁶¹ A obra bhaskariana não permite realizar uma leitura linear nem aproveitar todas as curvas e subtilezas do seu pensamento filosófico para os propósitos deste estudo, uma vez que dispõe de um quadro conceptual muito denso e diverso (Hartwig, 2015). Para a compreensão dos pressupostos filosóficos do Realismo Crítico, sugerimos o aprofundamento, para além de Bhaskar (1989, 1993, 2008a, 2009), em autores como Archer (1995), Collier (1994), Hartwig (2015), Sayer (2010) e Porpora (2015).

“modos” ou “dimensões da realidade”, que podem assumir configurações distintas e percecionadas de modo diverso. O Realismo Crítico opõe-se às perspectivas positivistas que subjagam a ontologia à epistemologia, como algo implícito ou como se a realidade fosse unicamente percecionável e experimentável apenas ao nível empírico. Também, os realistas críticos opuseram-se às perspectivas interpretivistas (construtivistas, pós-estruturalistas, hermenêutica e fenomenologia) ou pós-modernistas de misturarem entidades ontológicas (ideias, matérias, artefactos, fenómenos sociais) entre si no sentido de tergiversar a interpretação a uma ideia, resultando numa visão fragmentada e particular de representar a(s) dimensão(ões) da realidade. Todavia, os realistas críticos reconhecem que entidades não-discursivas (*u. g.*, árvore), que fazem parte do domínio intransitivo, podem gerar uma ou diversas dimensões discursivas (*u. g.*, teoria evolucionista, classificação de espécies, etc.), que pertencem ao domínio do transitivo.

- ***Necessidade/contingência, entidades e estruturas.*** Os realistas críticos reconhecem dois tipos de relações das entidades ontológicas: necessidade e contingência. As relações necessárias entre entidades significam que uma categoria não pode existir sem a outra, sem a qual não teria sentido ou poderia existir. As relações por contingência, pelo contrário, consistem na possibilidade de as entidades do mundo poderem relacionar-se entre si sem estarem vinculadas por uma relação de necessidade (Sayer, 2010). Tais relações de necessidade e de contingência podem ser de natureza material ou lógica, que podem ter implicações (*i*) na composição de estruturas, (*ii*) nas relações de poder entre entidades, (*iii*) nos resultados (eventos) derivados dessa relação de poder e (*iv*) nas relações entre entidades e o contexto em que se insere (Sayer, 2010). As estruturas das entidades ontológicas não subsistem isoladamente entre si e podem ter relações e mutações com outras estruturas em níveis distintos (micro, meso e macro-estruturas). Estes vínculos de “necessidade”/“contingência” e de “estrutura” apontam para outro conceito importante para o Realismo Crítico: a causalidade (Harré & Madden, 1975). Embora o conceito (dedutivo-nomológico) de causalidade de tradição humeana diga respeito a sistemas fechados – que considera as entidades do mundo como indiferenciados, imutáveis, não estruturados – Bhaskar, em sentido oposto, analisa a causalidade numa ótica de “explanation of events and the production of things in open systems” (2011, p. 16), que podem ser diversos e complexos. O objetivo do Realismo Crítico consiste na identificação das propriedades geradoras de eventos que derivam das propriedades ou “poderes causais” inerentes às entidades ontológicas.
- ***Domínios de realidade, estratificação e poderes emergentes.*** Uma vez que as entidades do mundo podem ter configurações diversas, os realistas críticos reconhecem que a realidade se manifesta de forma estratificada. De acordo com Bhaskar, as entidades ontológicas podem ser analisadas por dimensões entre o “real” (*i. e.*, estruturas e mecanismos causais que podem existir independentemente do conhecimento humano), o “atual” (*i. e.*, eventos ou atos gerados por

mecanismos) e o “empírico” (*i. e.*, eventos experienciados e observados, direta ou indiretamente) (Bhaskar, 2008b). Compreender a natureza complexa das entidades que existem no mundo implica explorar as partes que as constituem, não por via de uma abordagem reducionista⁶², mas através das particularidades dos seus “poderes emergentes” e suas manifestações em diferentes estratos (Collier, 1994). Porém, nem todas as entidades que potencialmente partilhem as mesmas propriedades possuem os mesmos poderes gerativos de eventos nos diversos estratos. Certas entidades podem agir *transfactualmente*, *i. e.*, os resultados que seriam, em princípio, expetáveis podem ter manifestações diferentes. Este aspeto aponta para o reconhecimento das dimensões condicionais da causalidade, entendido como “the conditions for something – a social relationship, an action, an institution or a social structure – to be what it is and not something completely different” (Danermark *et al.*, 2005, p. 78). Os estratos e os poderes geradores podem operar em sistemas fechados ou controlados (isolada e independentemente dos mecanismos geradores). Porém, a atividade científica não pode estar desligada do mundo, uma vez que os fenómenos sociais operam em sistemas abertos, *i. e.*, opera em ambientes complexos e de forma interativa com outros mecanismos (Danermark *et al.*, 2005).

Quadro 17 – Ontologia estratificada segundo o Realismo Crítico

		Domínios			
		Real	Atual	Empírico	
Entidades	Mecanismos	•			Estruturas e mecanismos com propriedades duradouras
	Eventos	•	•		Eventos que são gerados por estruturas e mecanismos
	Experiências	•	•	•	Eventos que são observados e experienciados

Fonte: adaptado de Bhaskar (1975).

- **Mecanismos, agência-estrutura e configurações causais.** Bhaskar (1975) postula a ideia de que se a realidade é estratificada, os mecanismos são-no também. Se na perspetiva dos positivistas a explanação em torno da causalidade se centra em torno da relação entre eventos que se manifestam no domínio do empírico, no caso dos realistas críticos o enfoque da causalidade sustenta-se nos mecanismos e estruturas em sistemas abertos. As coisas que existem no domínio do real não se alteram aleatoriamente ou sem razão (Danermark *et al.*, 2005). Bhaskar refere que os mecanismos causais resultam de “overlapping domains of the empirical, the actual and the real” (Bhaskar, 2008b, p. 46). Entre as dimensões do real, do atual e do empírico operam “mecanismos ou poderes causais” que podem ter configurações diversas e devem ser analisadas a partir das suas “underlying causal structures” (Bhaskar, 2008b, p. 25). Sayer refere que as

⁶² A abordagem do reducionismo clássico consiste num enfoque para um único fenómeno. Sayer sobre este aspeto argumentou: “Reductionist research overlooks stratification and finds itself drawn into such regresses. Disregard of stratification and emergent powers is also evident in research which investigates relationships (usually quantitative) between objects which are treated merely as ‘factors’ or ‘variables’ and which may belong to quite different strata. Such indifference to stratification (and structures) invites misidentifications of causality” (Sayer, 2010, p. 81). Por esta razão, Sayer considera que os “poderes emergentes” são “powers or liabilities which cannot be reduced to those of their constituents” (Sayer, 2010, p. 80).

estruturas subjacentes aos mecanismos causais podem operar de forma contingencial: “causal powers exist independently of their effects, unless they derive from social structures whose reproduction depends on particular effects resulting” (2010, p. 73). Os realistas críticos consideram que o mundo é uma teia de relações estratificadas de eventos, entidades e poderes ou coisas, propriedades e poderes (Fleetwood, 2009), que possuem inerentemente mecanismos e configurações causais ou poderes. Bhaskar define mecanismo como “the ways of acting of things” (1975, p. 14). Enquanto um poder causal (ou mecanismos) pode ser exercido ou não, os realistas críticos usam o conceito de “tendência” como uma instância que opera como poder causal exercido de forma eficaz (Hartwig, 2015). As tendências – como “allegedly regular sequences of events, that is, about what on average ‘tends’ to happen” (Sayer, 2010, p. 72) – podem advir de condições ou estímulos (intrínsecos ou extrínsecos), e podem manifestar-se em diversas acepções, como poder efetivamente exercido, atualizado, propenso, motivado, temporalmente atrasado ou a tempo, realizado em sistemas abertos ou fechados (Fleetwood, 2011; Hartwig, 2015). Poderes e tendências explicam, assim, os mecanismos e estruturas das entidades (Bhaskar, 1975). Ainda, as relações entre os mecanismos e configurações causais podem ter vínculos de intensidade (forte/fraca, aberta/fechada) e de hierarquia que operam interrelacionada e interdependentemente, tanto simbiótica como concorrencialmente. A realidade social também pode ser estratificada, considerando que os agentes sociais não são criadores de mecanismos e de estruturas *ab ovo*, mas (re)produzem (dimensão “morfo-estática”) ou transformam (dimensão “morfo-genética”) estruturas e mecanismos pré-existentes no mundo (Archer, 1995), *u. g.*, o controlo do fogo pelo *Homo erectus*. Os realistas críticos reconhecem o papel da agência (humana) na capacidade reproduzir ou transformar eventos.

Epistemologia. O Realismo Crítico privilegia a ontologia como integrante do domínio intransitivo e a epistemologia (teoria geral do conhecimento) como pertencente ao domínio do transitivo. Bhaskar (1975, 2008b) assume uma posição epistemologicamente relativista, *i. e.*, assume o mundo como carregado de teorias mas não necessariamente determinado por elas. O relativismo epistémico do Realismo Crítico “insists only upon the impossibility of knowing objects except under particular descriptions” (Bhaskar, 2008b, p. 241), *i. e.*, o conhecimento é social e contextualmente construído, historicamente transitório e contingente, coexistindo estratégias múltiplas para a interpretação da realidade. Por esta razão, o conhecimento pode ser “activity-dependent, concept-dependent, space–time dependent, and social relation-dependent” (Morrow, 2007, p. 426). Para o Realismo Crítico, o domínio epistemológico subordina-se à ontologia, dado que as diversas formas de gerar-se conhecimento podem ser falíveis. Para Danemark *et al.*, “critical realism involves a switch from epistemology to ontology, and within ontology a switch from events to mechanisms” (2005, p. 5). Realçaremos a seguir alguns dos aspetos que mais se destacam:

- **Rejeição do realismo empírico.** O positivismo empírico advoga a ideia de que se a realidade existe, deve ser observável e testável. Para os realistas críticos, o critério de “observabilidade” e, por extensão, de “experimentalidade” não é suficientemente válido, uma vez que as entidades e eventos podem existir realmente e não serem empiricamente observáveis. A principal crítica de Bhaskar (1975) incide naquilo que denominou de “falácia epistêmica”, ou seja, a tendência do positivismo subordinar a ontologia à epistemologia, i. e., a limitação da “realidade” em função da capacidade de percepção empírica. Para os realistas críticos, o conhecimento da realidade pode não ser captada somente pela via empírica, seja através de uma perspectiva objetivista (dedutiva, empiricista, positivista) seja subjetivista (interpretativa, dedutiva, sócio-construcionista). Os realistas críticos advogam, ainda, por um realismo transcendental, i. e., a existência de um conjunto de estruturas e mecanismos causais que geram eventos empiricamente observáveis. As abordagens em torno de formulação de hipóteses e demonstrações de evidências de tradição positivista encontram-se condicionadas pelas regras do domínio epistêmico onde se desenvolve a investigação, porém não deixa de estar sujeita à revisão ou à refutação. Também, o relativismo crítico perfilhado entre os interpretivistas, em que assumem que qualquer crítica, teoria ou crença é tão válida como outra qualquer (Bhaskar, 2011), impede uma racionalização da explicação científica ontologicamente sustentada.
- **Conceitos e discursos como construções sociais.** Bhaskar postula que as relações e “social practices are concept-dependent” (2011, p. 4), “but not merely conceptual” (2011, p. 174). As entidades do mundo real podem existir independentemente da nossa capacidade de conhecê-las empiricamente, mas se o mundo é dependente do conceito, o acesso ao conhecimento é parcial e mediado por meio de conceitos e de quadros discursivos. Collier (1994), contudo, argumenta que o domínio social não se esgota apenas no domínio conceptual, uma vez que os conceitos utilizados pela sociedade podem não ser criados deliberadamente e de modo consciente e podem estar conceptualmente errados. Ao contrário do mundo natural, que não constrói conceptualizações para poderem existir, os realistas críticos reconhecem que o conhecimento não é objetivo nem neutro, por as observações dos fenômenos se encontrarem conceptual e teoricamente dependentes de visões do mundo e, como tal, poderem ser falíveis (Sayer, 2010).
- **Atualismo e relativismo epistêmico.** Como já dissemos, Bhaskar e os realistas críticos identificaram inconsistências entre os argumentos dos positivistas e dos pós-modernistas ao considerarem, respetivamente, que o conhecimento do mundo, por um lado, como algo redutível à observação e à experimentação empírica e, por outro, como uma construção discursiva e social. Além disto, Bhaskar denominou de “atualismo”⁶³, que se pode entender como a tendência de assumir-se o domínio do real como algo que se esgota ao resultado dos eventos ou estados das

⁶³ Bhaskar define como “the doctrine of the actuality of causal laws; that is, to the idea that laws are relations between events or states of affairs (which are thought to constitute the objects of actual or possible experiences” (2008b, p. 54).

coisas, ignorando os mecanismos subjacentes às suas estruturas (Hartwig, 2015). Para os realistas críticos, o conhecimento pode ser obtido através de “of actually existing structures and generative mechanisms (...) in terms of theories, which are more or less truthlike” (Danermark *et al.* 2005, 10). Assim, o relativismo epistémico no Realismo Crítico reconhece que “our beliefs are socially produced, transient and fallible” (Collier, 1994, p. 90). O conhecimento sobre o mundo não se processa como uma questão de “correspondência” ou de “representação” absoluta da realidade. O relativismo epistémico “states that all beliefs are socially produced, so that all knowledge is transient, and neither truth-values nor criteria of rationality exist outside historical time” (Bhaskar, 2011, pp. 23–24). Os realistas críticos reconhecem a importância do pluralismo teórico, assim como a sua falibilidade, atendendo que “the nature of the world is largely independent of an observer’s ideas about it, and it is this that explains both the adequacy and fallibility of our knowledge, such as it is” (Sayer, 2010, p. viii).

- **Pluralismo científico e fertilização cruzada.** Para os realistas críticos, o conhecimento científico não se configura de forma compartimentalizada. A criticidade do Realismo Crítico incide nos limites da ciência, designadamente na excessiva pretensão de universalidade e verdade, como defendido pelos positivistas, e no relativismo advogado pelos pós-modernistas: “knowledge, irrespective of object, must be viewed as a social process irreducible to a purely individual acquisition” (Bhaskar, 2005, p. 125). As disputas interdisciplinares em torno de ideias “must also have certain terms in *common*, over which they can contradict one another, and they must be mutually intelligible” (Sayer, 2010, p. 50).

Metodologia. Embora o Realismo Crítico não tenha como seu principal enfoque um programa empírico ou o desenvolvimento de uma abordagem metodológica em particular, Bhaskar insistiu que “if C[ritical] R[ealism] is to be ‘serious’, it must be applicable” (2014, p. xv). No âmbito do Realismo Crítico, se a metodologia, como estudo teórico dos métodos aplicados de um domínio científico, necessita “to be critical and not merely descriptive” (Sayer, 2010, p. 3), no âmbito dos métodos, “must be appropriate to the nature of the object we study and the purpose and expectations of our inquiry” (Sayer, 2010, p. 3). O Realismo Crítico, como ferramenta metateórica que incide nos mecanismos causais dos fenómenos ontológicos, caracteriza-se por abordagens orientadas para a explanação causal (Sayer, 2010). Realçaremos a seguir alguns dos seus aspetos mais significativos:

- **Abstração e análise estrutural.** Os realistas críticos utilizam o conceito de abstração como processo de “individuating objects, and of characterizing their attributes and relationships” (Sayer, 2010, p. 58) ou “separate or isolate one particular aspect of a concrete object or phenomenon” (Danermark *et al.*, 2005, p. 42). Trata-se de um exercício indispensável uma vez que os fenómenos no domínio do “atual” (*i. e.*, dos eventos) podem ter configurações muito diversas. Não se cinge apenas à seleção do objeto científico, mas reconhecer a dimensão estrutural

(material, conceptual) e suas relações de necessidade (relação interna) e de contingência (relação externa), no sentido de se identificar (as)simetrias relacionais. Se as abstrações permitem identificar estruturas, Sayer refere que “these [structures] can be defined as sets of internally related objects or practices” (2010, p. 63). Esta análise estrutural importa para a identificação de estruturas, agência e reprodução, ou seja, implica perscrutar papéis, funções, regras, que podem induzir comportamentos, ações ou efeitos. A análise estrutural implica conhecer relações que podem ser substantivas (de dependência ou de hierarquia, externa ou interna) e formais (características comuns) (Danermark *et al.*, 2005).

- **Abdução, retrodução e “retrodição”**. Um dos elementos distintivos do Realismo Crítico consiste no seu enfoque em torno da causalidade. Bhaskar assume uma posição contrária à tradição positivista da causalidade de Hume (1711-1776), uma vez que esta se sustenta na ideia de que os eventos empiricamente suportados pela observação possibilitam o estabelecimento de leis universais, como o princípio de causa-efeito. Os realistas críticos postulam que a realidade pode não ser diretamente observável, mas pode gerar um padrão de eventos que derivam de mecanismos e estruturas que se manifestam a partir do domínio do “real”. Sayer refere que perscrutar causas das coisas “is to ask what “makes it happen”, what ‘produces’, ‘generates’, ‘creates’ or ‘determines’ it, or, more weakly, what ‘enables’ or ‘leads to’ it” (2010, p. 71). Por outras palavras, a estratégia para a identificação de fatores incoativos incide na compreensão daquilo que os realistas críticos denominam de “necessidade natural”, *i. e.*, a presença de uma relação necessária e intrínseca entre um objeto e seus poderes e tendências causais (Danermark *et al.*, 2005). Para os realistas críticos, a análise causal visa explicar a razão por que as coisas acontecem da forma como acontecem. A noção de causalidade no Realismo Crítico encontra-se vinculada em torno de poderes causais ou responsabilidades (*liabilities*) dos objetos ontológicos e os seus mecanismos subjacentes. Para a realização de uma análise etiológica de fenómenos sociais em torno de estruturas, poderes, mecanismos geradores e tendências encontram muitas limitações com o recurso a métodos de inferência mais comuns: dedutiva e indutiva. Enquanto as inferências dedutivas constituem modos de reflexão que partem de princípios gerais até aos dados por via do teste de hipóteses e da predição, as inferências indutivas partem dos dados como base para a construção de generalizações. Ambas constituem modelos de inferência radicada na tradição empiricista, como forma de construção de explanações e predições, como o modelo formal do método hipotético-dedutivo (Danermark *et al.*, 2005). Em alternativa a estes modos de inferência, Bhaskar recorre a abordagens derivadas da abdução⁶⁴ peirceana, como a “retrodução” (*retroduction*) e a “retrodição” (*retrodition*). A “retrodução” – denominada

⁶⁴ A inferência por abdução é entendida como inferência que analisa como “individual phenomena are recontextualized with the help of general concepts and categories” (Danermark *et al.*, 2005, p. 113). A abdução é entendida como um processo de redescrção ou recontextualização, que consiste numa reinterpretação com recurso a uma lente teórica alternativa.

também como “movimento retrodutivo” – consiste num tipo de argumento ou raciocínio inferencial em que “moves from a description of some phenomenon to a description of something which produces it or is a condition for it” (Bhaskar, 2009, p. 7). A retrodução visa descrever e analisar as causas dos fenómenos concretos numa ótica de “reconstruct the basic conditions for these phenomena to be what they are”, proporcionando uma “knowledge of transfactual conditions, structures and mechanisms that cannot be directly observed in the domain of the empirical” (Danermark *et al.*, 2005, p. 80). Parte da observação empírica de eventos (*u. g.*, o que faz um fenómeno X ser possível?) e termina numa asserção ou argumento transfactual ou contrafactual⁶⁵ em torno dos condicionalismos subjacentes ao fenómeno observado: “accidental circumstances are abstracted in order to arrive at the general and universal” (Danermark *et al.*, 2005, p. 113). A “retrodição” incide em fenómenos conhecidos, “inference from present effects to prior (perhaps hidden, perhaps just unrecorded) causes, via the application of normic statements” (Bhaskar, 2008b, p. 125). Bhaskar (2005) indicou dois modelos de explanação: (i) a explanação teórica, que denominou como DREI (descrição, retrodução, elaboração e identificação) e (ii) a explanação prática ou aplicada em torno de um fenómeno particular que ocorre em sistemas abertos, denominada RRRE (resolução, redescrção, “retrodição”, eliminação). Os realistas críticos adicionaram outras formas de inferência causal como a “transducção” (inferência que parte de sistemas fechados para os sistemas abertos) e a “transdição” (inferência que parte dos fenómenos observados para os não observados) (Psillos, 2015). Para os realistas críticos, a retrodução e “retrodição” constituem modos de inferência que melhor explicam os mecanismos subjacentes aos poderes causais, estruturas e eventos. Cada uma destas abordagens inferenciais (dedução, indução, abdução, retrodução/”retrodição”) podem ser complementares, pois “together they constitute the foundation of different scientific working procedures” (Danermark *et al.*, 2005, p. 113). Estas abordagens inferenciais constituem uma abordagem alternativa aos critérios de validade inferenciais tradicionalmente enfocada na dedução ou na indução.

- **Abordagens qualitativas ou mistas.** Os realistas críticos não prescrevem abordagens metodológicas em particular, por dependerem do domínio do transitivo. Fenómenos complexos que ocorrem em sistemas abertos não podem ser induzidos ou deduzidos de forma lógica ou predizível como as abordagens empiricistas segundo abordagens quantitativas. O recurso à retrodução constitui uma abordagem que pode integrar uma variedade de métodos que expliquem eventos atuais aos seus mecanismos causais. A escolha de métodos qualitativos, quantitativos ou mistos depende dos objetivos e natureza do objeto de estudo, especialmente aqueles que melhor fundamentem a explanação dos mecanismos geradores em torno de eventos observados. Apesar de os realistas críticos rejeitarem esta dicotomização entre métodos quantitativos e métodos

⁶⁵ Sobre o raciocínio contrafactual, Danermark *et al.* referem como “what something is in relation to what it is not” (2005, p. 101).

qualitativos (Danermark *et al.*, 2005), diversos autores inclinam-se para os métodos qualitativos, atendendo que fenômenos complexos e multidimensionais (como fenômenos sociais) podem não ser redutíveis a uma quantificação (Fletcher, 2017; Sayer, 2010). Se recurso a métodos quantitativos é pouco considerado no quadro do Realismo Crítico, dado que providencia uma análise que por vezes não é compatível com a análise estrutural e etiológica, exceto se os mecanismos causais fornecerem elementos que expliquem fenômenos em sistemas fechados (Danermark *et al.*, 2005), os métodos qualitativos podem não ser consistentes se não houver recurso à triangulação como forma de aplicar diversas técnicas de aferição de validade (Sayer, 2010). O recurso a métodos mistos ou multimetodológicos constitui uma abordagem alternativa (Zachariadis *et al.*, 2013), uma vez que os realistas críticos suportam abordagens em torno de um “pluralismo crítico-metodológico” que potencie uma “relationship between metatheory and method” (Danermark *et al.*, 2005, p. 152).

Etiologia. O estudo sobre as origens ou causas subjacentes aos fenômenos constitui o objeto da Etiologia. Para o positivismo, por um lado, o estudo das causas reside na observação de eventos encadeados e empiricamente observáveis. Para os interpretivistas, por outro lado, a causalidade é entendida como um construto social. A causalidade é um tópico central no Realismo Crítico. A análise etiológica visa, como já aludido, identificar estruturas que possuem poderes causais (ou responsabilidades) e tendências que constituem mecanismos geradores de eventos (próximo do conceito aristotélico de entelêquia). Considere-se os seguintes aspetos:

- **Causalidade como poder/responsabilidade.** Para os realistas críticos, a causalidade consiste em “the power to bring about change” (Hartwig, 2015, p. 57). Para Sayer (2010), a análise causal incide mais nos mecanismos subjacentes à mudança do que propriamente do processo. Contrariamente aos positivistas, que vêem a causalidade como eventos regulares e predizíveis ou controláveis em sentido humeano, os realistas críticos entendem a causalidade na capacidade de explicar os mecanismos subjacentes dos fenômenos através da identificação das suas estruturas, poderes e tendências que existem não só no mundo natural mas também no universo social (Danermark *et al.*, 2005). Os realistas críticos consideram que os objetos da realidade possuem poderes causais ou mecanismos geradores. Poder e responsabilidade (*liability*) constituem os elementos que funcionam de forma correlata, ou seja, são simultaneamente “the ‘active’ and ‘passive’ sides of the same coin” (Hartwig, 2015, p. 57). Enquanto os poderes constituem a capacidade de fazer ou de se tornarem, as responsabilidades correspondem a capacidade de sofrer ou de ser afetado (Sayer, 2010).
- **Causalidade em sistemas abertos/fechados.** As dimensões da causalidade podem ser complexas, que podem co-ocorrer em ambientes incoativos muito diversos, operar de forma simultânea e não sequencial. Enquanto os fenômenos que ocorrem em sistemas fechados poderem ser analisados sem interferência de outros mecanismos geradores, como nas ciências da natureza,

os fenómenos sociais ocorrem em sistemas abertos, onde interagem diversos mecanismos causais e condições. A análise da cadeia de causalidade visa explicar como os eventos “are causally explained by retroducing and confirming the existence of mechanisms, and in turn the existence of mechanisms is explained by reference to the structure and constitution of the objects which possess them” (Sayer, 2010, p. 158).

Axiologia. Considerando a Axiologia (âmbito da Ética) como o estudo da teoria do valor, os realistas críticos têm refletido sobre a relação entre factos e valores como crítica à cientificidade da relação entre objetividade e subjetividade (Collier, 1994; Sayer, 2010). Esta relação, contudo, é considerada artificial pelos realistas críticos, uma vez que os factos são também valores. A escolha por um pressuposto teórico não é isento dos valores ou suposições morais e podem ter implicações epistémicas distintas, como ilustrado por Bhaskar ao referir-se que “theory fuses into practice, as facts about values, mediated by theories about facts, are transformed into values about facts” (2011, p. 87). A posição dos realistas críticos é que os valores devem ser objeto de reflexividade e que as explanações não são neutras. Realçamos alguns dos seus aspetos mais representativos:

- **Factos/objetividade uersus valores/subjetividade.** Os fenómenos sociais manifestam-se através de ideias, crenças e conhecimentos socialmente compartilhados (Sayer, 2010). Os realistas críticos consideram que factos e valores não se encontram dissociados entre si (Collier, 1994). A construção do conhecimento científico e a noção de objetividade positivista não se encontram isentos de valores (Bhaskar, 1979, 2005). Deste modo, os valores não diminuem o teor de objetividade que se pretende imprimir no desenvolvimento do conhecimento científico: “social reality are not only value-impregnated but value-impregnating, not only practically-imbued but practically-imbuing” (Bhaskar, 2009, p. 113). Se a objetividade e neutralidade reclamada pelos positivistas, por um lado, e a subjetividade como condição do discurso pelos interpretivistas, por outro, conduziram a uma dicotomização epistemológica irreconciliável, Bhaskar entendeu a dimensão da subjetividade como “(an essential part of) the datum” (2011, p. 112). Portanto, todo o conhecimento científico (ou leigo) encontra-se dependente do valor, o que não significa necessariamente que seja falso ou subjetivo.
- **Críticidade no Realismo Crítico.** O que é crítico no Realismo Crítico não consiste apenas numa posição sobre o realismo, mas numa postura que se desempenha na explanação e na reflexão sobre realidades (mecanismos, poderes e estruturas) que emergem do processo de investigação científica. O Realismo Crítico assume que a dimensão ontológica, como elemento base da sua filosofia, não é neutra e que se encontra atrelada às dimensões axiológicas, morais e políticas. A prevalência de dicotomias entre factos e valores, objetividade e subjetividade, teoria e prática, têm condicionado a forma como se constroem teorias nas Ciências Sociais. Para Bhaskar, a crítica explanatória constitui “the kernel of the emancipatory potential of the human sciences”

(2011, p. 102) e “is conjoined with a very radical emancipatory axiology turning on the theoretico-practical duality of every judgement and act” (Archer *et al.*, 2013, p. xx).

Teleologia. As posições teóricas ou filosóficas em torno da finalidade ou objetivos do conhecimento científico constituem o domínio da Teleologia (Hartwig, 2015). O Realismo Crítico tem como finalidade compreender a natureza multifacetada, mutável e complexa da realidade e das coisas (materiais e não materiais) que fazem parte do mundo. A maturidade do conhecimento científico não se reduz a predicibilidade mas à capacidade de explanação de fenómenos complexos, cuja explicação será sempre incompleta e sujeita à revisão científica. Também, o Realismo Crítico tem como propósito a emancipação da sociedade em torno de estruturas, que são reproduzidas ou transformadas intencionalmente por agentes, numa ótica de “to identify mechanisms that tend to create and also justify dominance relationships and social inequality” (Danermark *et al.*, 2005, p. 118). Os realistas críticos aspiram “to promote the cause of TRUTH and FREEDOM, hence the transformation of social structures and other constraints that impede that cause and their replacement with wanted and needed ones, or emancipation” (Hartwig, 2015, p. 96). A explanação no Realismo Crítico constitui a abordagem *crítica* em torno das causas dos fenómenos sociais, possibilitando o desenvolvimento de políticas ou recomendações orientadas para a resolução de problemas sociais (Fletcher, 2017). Realçamos alguns dos seus elementos mais importantes:

- **Explicação.** Fenómenos sociais que ocorrem em sistemas abertos “cannot be predictive and so must be exclusively explanatory” (Bhaskar, 2011, p. 5). As perspetivas empiricistas no âmbito das ciências sociais – designadamente os modelos de Hume e de Popper-Hempel⁶⁶ – têm assumido que a finalidade da explanação como um processo de identificação de regularidades dos fenómenos sociais. Os realistas críticos consideram que esta perspetiva não tem sustentação, sobretudo no âmbito das Ciências Sociais, substituindo a questão da regularidade pela ideia de que os poderes causais podem ou não se manifestar sob forma de eventos regulares (Danermark *et al.*, 2005; Sayer, 2010). Conforme já referimos, o Realismo Crítico aspira ser “a Lockean underlabourer and occasional Leibnizian midwife to the various sciences” (Bhaskar, 2009, p. 67). Embora não exista uma observação neutra e/ou não condicionada pela teoria de acordo com os realistas críticos, a explanação possibilita extrair conhecimento não se cingindo só a uma perspetiva descritiva, mas também pode ser “evaluative, critical and emancipatory” (Sayer, 2010, p. 29).
- **Generalização.** Os diversos domínios do conhecimento suportam-se em métodos como forma de aferição da validade das generalizações ou de aplicabilidade universal (Danermark *et al.*, 2005). Para os empiricistas, a generalização corresponde a uma extrapolação suportada nas

⁶⁶ Hume assume que as explanações derivam da observação de fenómenos causais que se repetem regularmente e configurarem-se como leis universais. Popper-Hempel refere que o conhecimento se suporta de acordo com leis ou regularidades, que pode ser descrito como um *explanans* (leis, condições, fatores incoativos) e o seu *explanandum* (a descrição do *explanans*) (Danermark *et al.*, 2005). Bhaskar substituiu estes modelos pelo de DREI e RRRE, descrito na parte da metodologia nesta secção.

regularidades observadas nos fenómenos. No entanto, os realistas críticos consideram que esta estratégia de generalização ignora as estruturas subjacentes (*i. e.*, as condições transfactuais) dos fenómenos por se limitar ao domínio do empírico. Sayer refere que “generalizations which concern properties allegedly common to different societies at different times may mislead by ‘dehistoricizing’ their objects” (2010, p. 68). Para os realistas críticos, a generalização emerge das propriedades e dos mecanismos subjacentes aos fenómenos que possibilitam construir teorias, contrariamente à abordagem positivista-empiricista que realiza generalizações a partir de populações e amostras (Danermark *et al.*, 2005; O’Mahoney & Vincent, 2014).

Conforme exposto, o Realismo Crítico aponta para uma abordagem alternativa às dicotomias metateóricas entre positivistas e interpretivistas. No entanto, existem objeções em relação aos pressupostos do Realismo Crítico, embora não nos deteremos em detalhe sobre todos os aspetos da crítica suscitados por “não-realistas críticos”. Fay (1990), por exemplo, considerou o Realismo Crítico, por reivindicar a ontologia como a sua base fundacional, como uma abordagem que aspira ser uma espécie de “olho de Deus”. Cruickshank, contudo, contra-argumentou que o papel do Realismo Crítico consiste numa “rational critique of the precepts that inform research” (2002, p. 64). Patomäki apontou que os problemas da ciência “are in part empirical questions” (2010, p. 75), criticando a preferência dos realistas críticos em desenvolver mais teorias filosóficas do que “substantive research” (2010, p. 60). Mingers (2014) apontou que a inferência por retrodução constitui um processo mais criativo e intuitivo do que lógico. Bhaskar reconheceu que uma das críticas ao Realismo Crítico consiste no recurso a “transcendental arguments used to establish critical realism (...) thrown up by existing reflections on (theories of) science” (2008a, p. 13). Bhaskar considerou, também, que a ciência não visa esgotar a capacidade de se conhecer a realidade, pois se limita “only a particular angle or slant on reality, picked out precisely for its explanatory scope and power” (2008a, p. 13). Isto quer dizer que os realistas críticos reconhecem que qualquer estratégia para conhecer-se os mecanismos causais dos fenómenos observados empiricamente são teórica e conceptualmente dependentes e, como tal, dependem de abordagens interpretivistas (Sayer, 2010).

Estas críticas contudo não diminuem a inclinação deste estudo para o Realismo Crítico. Pelo contrário, consideramos que o Realismo Crítico oferece as ferramentas teórico-conceptuais adequadas para um desenho da investigação que incida na exploração dos mecanismos causais que subjazem na representação da informação arquivística relativos aos fundos reivindicados pela Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017).

Os pressupostos deste estudo incidem na análise de duas entidades que integram o domínio do intransitivo, *i. e.*, entre os “arquivos deslocados” (dimensão material ou artefactual) e a “representação da informação arquivística” (dimensão intelectual), para o domínio do transitivo, através de descrições que expliquem mecanismos causais, entidades e poderes, e agência e estrutura relacionados com o nosso fenómeno de interesse. Esta base metateórica proporciona uma abordagem que

diverge consideravelmente dos diversos estudos analisados na Parte I, possibilitando uma base para uma crítica imanente aos pressupostos teóricos aplicados ao fenómeno dos arquivos deslocados, seja eles derivados de abordagens positivistas, seja interpretivistas. Três exemplos ilustrativos que podem sustentar esta posição:

- o argumento subjacente ao poder repristinador ou conciliador dos princípios arquivísticos para a resolução de casos de contencioso arquivístico sugerido por Kecskeméti (1977) partiu de uma abordagem nomológico-dedutiva. Esta abordagem acabou por revelar-se inadequada, face à diversidade e complexidade de casos muito distintos de remoção de arquivos dos seus contextos sociais, históricos e espaço-temporais originários. Apesar do mérito desta estratégia, teoricamente bem sustentada na Arquivística, a sua transposição para o plano normativo não foi bem sucedida, como foi o caso da inexpressiva adesão de países na ratificação da *Convenção de Viena* de 1983 (Kecskeméti, 2017).
- Auer (1998) recorreu a uma abordagem sustentada em métodos quantitativos que serviu de base para uma explanação causal em torno da natureza das disputas pela posse e propriedade dos arquivos. No entanto, esta estratégia limitou-se a uma interpretação dos dados com um enfoque mais centrado em casos internacionais. A mera transposição deste método para casos intranacionais ou subnacionais pode gerar possíveis enviesamentos de interpretação (Giraudy *et al.*, 2019), como se pode depreender nos únicos casos subnacionais⁶⁷ reportados por Lowry (2020). A escassa adesão da comunidade arquivística internacional na apresentação de casos deriva, em parte, não só do carácter sensível do tema mas também dos métodos e estratégia de recolha aplicados.
- As abordagens interpretivistas e pós-modernas (maioritariamente influenciadas pela Escola de Frankfurt, pelo pós-estruturalismo, pela fenomenologia-hermenêutica e pela etnologia) configuram um panorama muito fragmentado e particularizado, mais focalizado na interpretação do que na explanação, sendo exemplo disto os diversos títulos constantes do Quadro 16 *supra*. Por exemplo, as teorias pós-coloniais (Spivak, 1999; Stoler, 2008) ou métodos de descolonização arquivística (Genovese, 2016; L. T. Smith, 2012), onde se inscreve grande parte da produção científica sobre arquivos deslocados, podem não ajustar-se no enquadramento teórico em torno de fenómenos de arquivos deslocados em contexto subnacional, em específico em regiões arquipelágicas não-soberanas (Baldacchino, 2008, 2010).

Conforme se pôde averiguar, as dimensões metateóricas entre a Arquivística e a Ciência da Informação encontram-se num processo dialético que possibilita o enriquecimento entre ambos os do-

⁶⁷ O *Relatório* de Lowry (Banton, 2020; Liverpool University Centre for Archive Studies & International Council on Archives, 2019) apresentado ao Grupo de Peritos para o Património Arquivístico Partilhado integra dois casos subnacionais (Região Autónoma da Groenlândia vs. Dinamarca e Região Autónoma da Madeira vs. Portugal). Este relatório, que segue a mesma abordagem de Auer (1998), é muito limitado quanto à realidade complexa deste fenómeno, devido à pouca adesão de respondentes.

mínios. No entanto, consideramos, por uma questão de rigor, cingir-nos à terminologia arquivística que se conforma à natureza deste estudo, reconhecendo que esta opção possa ser suscetível a debate.

Com base nestas suposições, apresentaremos a seguir as bases do desenho de investigação deste estudo.

2.2. Desenho de investigação

O desenho da investigação consiste num “plan that provides the logical structure that guides the investigator to address research problems and answer research questions” (DeForge, 2012, p. 1252). Constitui uma espécie de “‘blueprint’ for empirical research” (Bhattacharjee, 2012, p. 35) ou “the overall strategy of research” (Ackroyd & Karlsson, 2014, p. 23).

No processo de conceção e apresentação do projeto de investigação (Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, 2018), inscrevemos inicialmente este estudo no âmbito do paradigma transformativo ou emancipatório (Creswell, 2014; Mertens, 2007, 2010, 2012) e no paradigma pragmático (Creswell, 2014; Mackenzie & Knipe, 2006; Teddlie & Tashakkori, 2009). Considerá-mos, também, que o problema de investigação poderia encontrar na Teoria Crítica (Corradetti, 2018) uma base de sustentação teórica, como sugerido mais tarde por Lowry (2019b). No entanto, amparando-nos na revisão de literatura (cf. Parte I), foi necessário proceder ao refinamento de opções. Tais opções conduziram-nos a escolher o Realismo Crítico como base metateórica que se melhor ajusta na conceção de um desenho de investigação aplicado ao fenómeno de interesse deste estudo.

À percepção de flexibilidade que, em princípio, o Realismo Crítico pode sugerir, há, contudo, que ter presente para a falibilidade das teorias e dos métodos, ainda que ajustados à natureza do objeto de estudo (Danermark *et al.*, 2005). Os métodos constituem ferramentas que se limitam apenas uma parte do processo de investigação empírica e podem não ser suficientemente precisos para identificar todos os mecanismos e poderes causais do fenómeno estudado de forma holística, sob prejuízo de se incorrer naquilo que Bhaskar (1975) denominou de “falácia epistémica”.

O nosso fenómeno de interesse opera num tipo de sistema aberto distinto dos sistemas abertos analisados por Auer (1998), *i. e.*, arquivos deslocados como um problema internacional. Pelo contrário, o fenómeno de interesse em análise opera em contexto subnacional, constituindo-se como um cenário emergente no quadro dos arquivos deslocados (Lowry, 2020). Como os fenómenos dos arquivos deslocados em contexto internacional constituem posições nacionais a respeito da restituição ou repatriação dos seus arquivos, esta visão obscureceu a existência de fenómenos de arquivos deslocados em contexto subnacional. De acordo com Giraudy *et al.* (2019), teorias concebidas

para explicar fenómenos nacionais não são adequadas para explicar fenómenos subnacionais, especialmente em torno de arquivos removidos a comunidades oriundas de ilhas não soberanas (Baldacchino, 2004, 2008), que configura o caso da Região Autónoma da Madeira.

Os realistas críticos consideram, além disto, que as discussões polarizantes entre abordagens qualitativas ou quantitativas são pouco relevantes, que o objeto de investigação não se condiciona apenas à validade de um único método e que os métodos pluralistas ou multimetodológicos constituem abordagens emergentes (Danermark *et al.*, 2005). Apesar de o recurso a métodos quantitativos para explanar relações causais ter sido matéria de objeção entre os realistas críticos, por se suportarem na tradição causal humeana, os métodos quantitativos não se circunscrevem necessariamente a uma visão exclusiva do pensamento positivista (Danermark *et al.*, 2005). Os métodos qualitativos, por seu turno, apoiam-se em abordagens interpretivistas (fenomenologia, hermenêutica, etnografia, etc.) em torno de fenómenos particulares, mas a componente subjetiva ou intersubjetiva da interpretação encontra-se condicionada contextual e conceptualmente a casos ou fenómenos específicos.

Posto isto, consideramos que o fenómeno de interesse escolhido para este estudo – representação ou representações da informação arquivística em instrumentos de acesso relativos aos arquivos reivindicados pela Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017) – requer a explanação das estruturas e mecanismos causais. Trata-se de identificar os mecanismos que expliquem a(s) etiologia(s) deste fenómeno. Tal implica analisar os fatores que levaram à remoção (total ou parcial) dos conjuntos documentais dos seus contextos (sociais, territoriais, históricos) originários, que se encontram atualmente dispersos ou em custódia repartida, e as estratégias que cada uma das entidades custodiantes desenvolveram ao longo do tempo em termos de representação dos conjuntos documentais em instrumentos de acesso à informação. Portanto, esta escolha é consistente com o que os realistas críticos defendem: o desenho da investigação deve ser consistente com a natureza do fenómeno de interesse a conhecer, tolerando o recurso a diversos métodos. Como apontado por Sayer, “compared to positivism and interpretivism, critical realism endorses or is compatible with a relatively wide range of research methods, but it implies that the particular choices should depend on the nature of the object of study and what one wants to learn about it” (2000, p. 19).

Desta forma, adotando o Realismo Crítico como a base metateórica e metodológica, estabelecemos uma estrutura axial, que corresponde a uma representação sintética das opções metodológicas que configuram o desenho de investigação (cf. Quadro 18 *infra*) e que serão objeto de uma justificação em secções próprias.

Importa realçar que, para responder as questões de investigação formuladas na *Introdução geral*, o objetivo deste capítulo visa desenvolver uma base metodológica para responder a duas questões de investigação centrais deste estudo: “QIG2 Quais são os instrumentos de acesso à informação rela-

tivos aos conjuntos documentais reivindicados pela Resolução da Assembleia Legislativa da Madeira n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro?”, “QIG3 Como é que os conjuntos documentais reivindicados pela Resolução da Assembleia Legislativa da Madeira n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), foram representados nos instrumentos de acesso à informação em termos evolutivos?” e “QIG4: Quais os factores incoativos que conduziram à remoção dos conjuntos documentais reivindicados pela Resolução da Assembleia Legislativa da Madeira n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro?”. A questão de investigação *QIG1* encontra-se fundamentada na Parte I *Revisão de literatura*.

Quadro 18 – Desenho da investigação

Camadas	Escolhas	Secções deste estudo
Objetivo	OE2, OE3	<i>Objetivos de investigação (Introdução geral)</i>
Fenómeno de interesse	Resolução da Assembleia Legislativa da Madeira n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017, p. 409)	<i>Apresentação e delimitação deste estudo, significado e implicações (Introdução geral)</i>
Abordagem filosófica	<i>Ontologia</i>	Realismo Crítico 2.2.1.1
	<i>Epistemologia</i>	Intepretivista: Teoria do Cânone Arquivístico 2.2.1.2
	<i>Axiologia</i>	Fronese 2.2.1.3
Modelo de investigação	Abstração conceptual	2.2.2.1
	Modelo de explanação causal	2.2.2.2
Quadro metodológico	<i>Estratégia de investigação</i>	Estudo de casos múltiplos crítico-realista, modelo COV-CPT (Beach & Pedersen, 2013, 2016; Blatter & Haverland, 2014) 2.2.3.1
	<i>Modelo/Framework</i>	Danermark <i>et al.</i> (2005), Wynn e Williams (2012) 2.2.3.1
	<i>Métodos</i>	Métodos mistos ou multimétodos (Zachariadis <i>et al.</i> , 2013) 2.2.3.3
		Métodos não reativos, retrospectivo, <i>ex post facto</i> 2.2.3.3
Procedimentos	<i>Identificação e seleção dos casos e dos instrumentos de acesso à informação: análise covariacional</i>	Questão de investigação: QIG2 <i>Questões de investigação (Introdução Geral)</i>
		Localização, tamanho e descrição da amostra e critérios de seleção ($n=5$) 2.3.1.1
		Análise genológico-documental aos instrumentos de acesso à informação 2.3.1.2
	<i>Representação dos arquivos em instrumentos de acesso à informação: análise de rastreamento processual (etapa abdutiva)</i>	Questão de investigação: QIG3 <i>Questões de investigação (Introdução Geral)</i>
		Seleção de casos ($n=2$) 2.3.2.1
	Análise Estemática 2.3.2.2	
	<i>Cânone arquivístico como estrutura de representação da informação: análise de rastreamento processual (etapa retrodutiva)</i>	Questão de investigação: QIG4 <i>Questões de investigação (Introdução Geral)</i>
		Identificação, recolha e seleção de informação nos “arquivos dos arquivos” ($n=3$) 2.3.3.1
Análise arquivística 2.3.3.2		

Fonte: elaboração própria.

A seguir trataremos de desenvolver em detalhe os elementos identificados no Quadro 18, designadamente a abordagem filosófica, modelo de investigação, o quadro metodológico e os métodos utilizados, pela sua relação direta com o fenómeno de interesse escolhido.

2.2.1. Abordagem filosófica

Esta subsecção visa clarificar as escolhas metateóricas que dão forma a este estudo. Creswell (2014) define “mundividência” (*worldview*) como “as a general philosophical orientation about the world and the nature of research that a researcher brings to a study”. Consideramos, assim, que o fenómeno de interesse deste estudo concita um estudo etiológico e, como tal, o Realismo Crítico constitui a base metateórica que melhor se ajusta ao nosso propósito para este capítulo.

Como as principais linhas metateóricas do Realismo Crítico foram introduzidas na secção correspondente em 2.1.3 *Enquadramento metateórico desta investigação*, esta subsecção pretende fundamentar através de uma coalescência entre o fenómeno de interesse em estudo e as dimensões ontológica, epistemológica e axiológica.

2.2.1.1. Dimensão ontológica

Este estudo perfilha o Realismo Crítico (Bhaskar, 1975, 1979, 1989) devido ao seu enfoque ontológico (Danermark *et al.*, 2005; Sayer, 2010).

Neste estudo, a perspetiva ontológica segundo o Realismo Crítico implica responder não a questões do tipo “o que são arquivos deslocados?”, mas “que propriedades devem existir para que os arquivos sejam identificados como estando na condição de deslocados?”⁶⁸. Por outras palavras, esta questão implica identificar quais são os mecanismos geradores deste(s) evento(s) em particular.

Conforme exposto, um dos problemas reside na diversidade de conceitos para denominar arquivos removidos dos seus contextos sociais, territoriais e históricos originários, “where the ownership of the archives is disputed by two or more parties” (Lowry, 2020, p. 5). As definições de arquivo deslocado e variantes (cf. *supra* Quadro 2) contém três dimensões importantes, que denominamos por (1) dimensão cronotópica, (2) dimensão processual e (3) dimensão consequencial, ilustrado na figura seguinte.

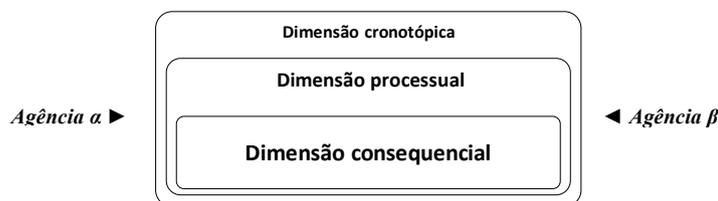


Figura 15 – Dimensões estratificadas aplicadas aos arquivos deslocados.

Fonte: elaboração própria.

⁶⁸ Esta questão foi reformulada a partir da famosa questão ontológica de Bhaskar: “what properties do societies and people possess that might make them possible objects for knowledge?” (1979, p. 13).

De acordo com a figura acima, os arquivos deslocados podem ser submetidos a uma análise estratificada, com dimensões diferenciadas, mas concatenadas entre si. O que torna um arquivo como estando deslocado requer a identificação dos mecanismos, estruturas e poderes causais responsáveis pela geração de eventos entre as dimensões acima assinaladas.

As dimensões expostas na Figura 15 são ontologicamente relevantes para a compreensão do nosso fenômeno de interesse. A dimensão cronotópica refere-se à relação entre os arquivos e o tempo-lugar de produção e/ou de acumulação junto das entidades custodiantes originárias. Não podemos entender o tempo-lugar como desvinculado dos indivíduo(s) ou comunidade(s) que operaram ou operam como agência (Archer, 1995) na formação da custódia/propriedade dos arquivos. A dimensão processual corresponde à alteração do estado (*u. g.*, transferência, remoção, confisco, etc.) da dimensão cronotópica para uma nova dimensão consequencial, ativados por uma estrutura ou agência, normalmente externa (*u. g.*, confisco de arquivos por forças militares ou para-militares ou remoção de arquivos por entidades coloniais, etc.), mas que pode ser também interna (*u. g.*, deslocamento voluntário de arquivos). A dimensão consequencial aponta para o(s) efeito(s) resultante(s) da dimensão processual (*u. g.*, (des)possessão, aquisição, disputa/reivindicação, regimes de acessibilidade, etc.), o que configura um novo cenário cronotópico. Ainda, reconhecemos a presença de agências que operam contingencialmente sobre as dimensões assinaladas. As agências α e β correspondem ao conjunto de entidades ou estruturas sociais (indivíduos, comunidades, instituições, etc.), que operam concorrencial ou simbioticamente ao longo destas dimensões.

Esta abordagem encontra-se associada aos modelos de “morfogênese” e “morfo-estática” (*morphostasis*) de Archer (1995). Por morfogênese, entende-se como “those processes which tend to elaborate or change a system's given form, state or structure” (Buckley, 1967, p. 58). Morfo-estática corresponde a “those processes in complex system-environmental exchanges which tend to preserve or maintain a system's given form, organisation or state” (Archer, 1995, p. 166). Embora as dimensões constantes da Figura 15 constituam apenas uma configuração estratificada elaborada a partir das definições de arquivo deslocado, Archer separa agência de estrutura como forma de facilitar a análise das interações entre estas noções, que denominou de “dualismo analítico” (*analytical dualism*). Em termos práticos, Archer considera que o dualismo analítico opera em diferentes estádios temporais. Este aspeto possibilita explicar a sequência de eventos de como a realidade muda (morfogênese) ou se reproduz (morfo-estática) por ação de estruturas sociais ou de agentes humanos, ou “to explain *how* structure actually does impinge upon agency (who and where) and *how* agents in turn react back to reproduce or transform structure” (1995, p. 152). Esta perspectiva permite perscrutar como agência determina ou influencia a forma como os conjuntos documentais removidos dos seus contextos originários foram representados em instrumentos de acesso à informação.

No entanto, as dimensões expostas na Figura 15 não correspondem respetivamente aos estratos do real, do atual e do empírico proposto por Bhaskar (1975, 2008b), ilustrado acima no Quadro 17, uma vez que cada uma destas dimensões podem conter mecanismos, eventos e experiências que podem integrar poderes causais, que emergem de forma distinta em cada uma delas. Por exemplo, a dimensão consequencial pode não ser percebida como interligada ou simultânea à dimensão cronotópica, pelo facto de a realidade dos arquivos deslocados (dimensão intransitiva) estar condicionada aos conceitos, teorias ou normas (dimensão transitiva) que podem limitar a capacidade de perceção do fenómeno. De acordo com o Realismo Crítico, a realidade não pode ser reduzida às nossas perceções ou experiências, reduzindo o fenómeno dos arquivos deslocados apenas à dimensão consequencial. Importa compreender os mecanismos e as estruturas que podem emergir entre estas dimensões e que tornam os arquivos como deslocados.

A representação da informação arquivística em instrumentos de acesso à informação tem a ver com a forma como os objetos ou artefactos arquivísticos foram descritos em cada uma das dimensões e como as tensões resultantes entre agências (entidades custodiantes vs. entidades reivindicantes) intervieram em cada uma destas dimensões. Constitui uma espécie de *blueprint* dos mecanismos e estruturas de configuração dos conjuntos documentais atribuídos pelas entidades custodiantes.

Transpondo estas asserções em relação ao nosso fenómeno de interesse, a Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, enumera cinco fundos objeto de disputa pela custódia: “os documentos do Cabido da Sé do Funchal, do Convento de Santa Clara, do Convento da Encarnação, da Provedoria da Real Fazenda e da Alfândega do Funchal” (2017, p. 409). Numa primeira instância, os conjuntos documentais reclamados dizem respeito a “documentos produzidos por instituições regionais” (2017, p. 409), *i. e.*, instituições insulares que ao longo dos séculos produziram e acumularam documentos sob a sua custódia, em princípio, ininterrupta (dimensão cronotópica). A alteração do seu estado decorreu com a transferência dos fundos em “finais do século XIX”, os quais “foram levados para Lisboa vários documentos produzidos na Região Autónoma da Madeira” (2017, p. 409)⁶⁹ (dimensão processual). Os problemas do acesso aos arquivos limitaram “o contacto da população «originária» com os documentos que construíram a sua própria história” (2017, p. 409) (dimensão consequencial). Além disto, existem dois tipos de agências que se operam nesta disputa: por um lado, o Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira e instituições insulares como a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira e, por outro, o Arquivo Nacional Torre do Tombo, organismo da administração central do Estado. Temos aqui uma configuração possível de arquivo deslocado em contexto subnacional, como reportado por Lowry (2020). O que o diploma supramencionado pede é a inversão do processo através da restituição, dentro do mesmo quadro dimensional proposto, mas que não é objeto e propósito deste estudo. O enfoque ontológico consiste na análise dos fatores incoativos

⁶⁹ Note-se para o lapso do legislador, uma vez que a Região Autónoma da Madeira não existia no século XIX.

desta remoção, onde os instrumentos de acesso e suas representação da informação podem conter os elementos indispensáveis da análise causal.

Esta análise que implica realizar uma abstração conceptual do fenómeno (ver ponto 2.2.2.1), *i. e.*, compreender a natureza das estruturas, mecanismos e poderes causais subjacentes à representação da informação em instrumentos de acesso à informação.

2.2.1.2. Dimensão epistemológica

Atendendo que o estudo sobre arquivos deslocados e sobre as suas representações em instrumentos de acesso à informação pode ser suscetível de diversas abordagens teóricas para a compreensão da natureza do fenómeno, a base epistemológica deste estudo baseia-se no interpretivismo. A epistemologia interpretivista – ou hermenêutica (Sayer, 2000) – postula que “knowledge is a social and historical product and that “facts” come to us laden with theory” (Miles *et al.*, 2013, p. 7).

Quando Bhaskar (1975; 1979) associou a epistemologia como integrante da dimensão transitiva, portanto um conhecimento que pode ser falível na tentativa de se conhecerem os objetos ou fenómenos da dimensão intransitiva, Danermark *et al.* referem que não precisamos de realizar um estudo baseado no Realismo Crítico *ex nihilo*: “in concepts and theories there is accumulated knowledge, which ought to be utilized” (2005, p. 137). Sayer refere que os fenómenos sociais “are intrinsically meaningful, and hence that meaning is not only externally descriptive of them but constitutive of them” (Sayer, 2000, p. 17). A Arquivística e a Ciência da Informação dispõem de um corpo de conceitos e de teorias, que permitem compreender o fenómeno dos arquivos deslocados e das suas representações em instrumentos de acesso à informação. Apesar de os arquivos deslocados terem sido escassamente abordados na literatura da especialidade e nem sempre de forma consistente, os conceitos e as teorias arquivísticos constituem objetos transitivos que podem informar sobre o nosso fenómeno de interesse, *i. e.*, constituem “the raw materials used in the construction of new theories” (Bhaskar, 2005, p. 37).

Como tal, o Realismo Crítico aplica uma abordagem epistemológica centrada na explanação causal dos fenómenos, através da identificação dos mecanismos responsáveis pela geração de eventos particulares. As teorias arquivísticas podem oferecer as ferramentas para a explanação de mecanismos e estruturas que identifiquem as condições mais relevantes geradoras de um ou vários tipos de resultados. Porém, um mesmo fenómeno pode conter diversas formas de explanação. Sobre isto, Sayer refere que “observability may make us more confident about what we think exists, but existence itself is not dependent on it” (2000, p. 12). As teorias e os métodos que suportam a análise de um fenómeno social podem ser substituídas por outras, pois o conhecimento pode ser substituído por uma outra perspectiva teórica mais consistente e coerente (Bhaskar, 1975; Sayer, 2000). A melhor explanação derivará de um raciocínio crítico como forma de selecionar a teoria “by com-

paring the explanatory power of alternative theories in the transitive dimension instead of attempting to compare these theories with real entities in the intransitive dimension” (Wynn & Williams, 2012, p. 795).

Algumas das teorias aplicadas na exploração do fenómeno dos arquivos deslocados foram apresentadas no quadro do *records continuum*, por Frings-Hessami (2019a, 2019b) e Karabinos (2018b, 2020). Embora estes autores considerem que o modelo de *records continuum* tenha falhas, que limitam a compreensão dos arquivos deslocados, as propostas de adendas ao modelo são suscetíveis de debate, uma vez que estas não se apoiaram nos pressupostos do Realismo Crítico.

Entre as teorias arquivísticas, que consideramos relevantes para a compreensão da representação da informação arquivística aplicada ao nosso fenómeno de interesse, pretendemos contrastar não apenas as teorias de representação da informação arquivística em arquivos deslocados, mas em associar como estas se consubstanciam com o conceito de cânone arquivístico (Assmann, 2008; V. Harris, 2004; Matienzo, 2008), que ampliamos aqui como “teoria do cânone arquivístico”. Não negando a importância dos princípios arquivísticos como a base epistémica da Arquivística, reconhecemos que o conceito de cânone arquivístico se encontra pouco desenvolvido neste domínio. Por exemplo, Assmann inscreve o conceito de cânone como um processo de lembrança ativa da memória cultural, enquanto arquivo pertence ao processo de lembrança passiva (cf. Figura 16). Apesar de o enfoque teórico de Assmann se centrar nas dinâmicas da Memória Cultural, o conceito de canonização é entendido como “rigorous processes of selection, which secure for certain artifacts a lasting place in the cultural working memory of a society (...) marked by three qualities: selection, value, and duration” (2008, p. 100).

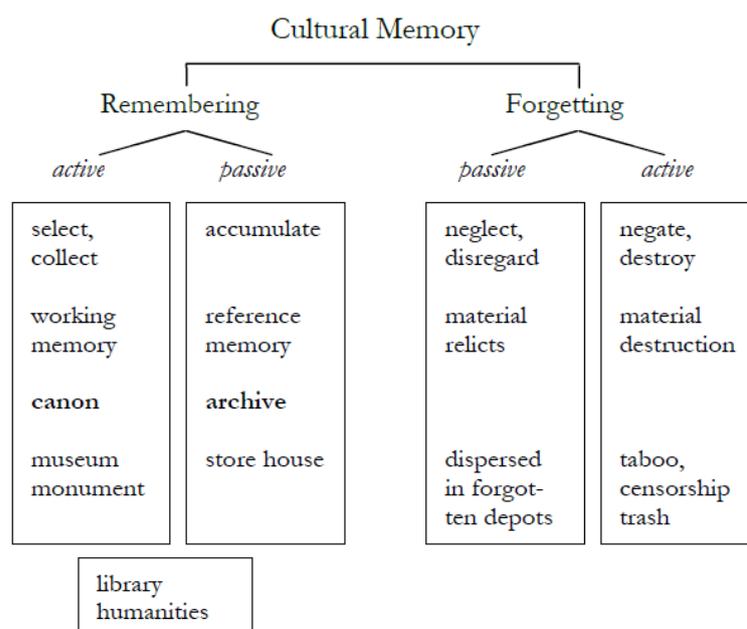


Figura 16 – Quadro conceptual de “memória cultural”.
 Fonte: Assmann (2008, p. 99).

Uma das ideias de Assmann consiste no lugar do arquivo (acepção de instituição) entre o cânone e a dimensão do esquecimento (*forgetting*), realçando a importância de “to explore the history and function of the archive” (Assmann, 2008, p. 102), sejam com função política (*i. e.*, administrativa) ou histórica (*i. e.*, definitiva). Apesar da utilidade deste quadro conceptual possibilitar uma análise sobre as tensões entre cânone (dimensão ativa) e arquivo (dimensão passiva), discordamos da perspectiva de que o “canon is not a hit-list; it is instead independent of historical change and immune to the ups and downs of social taste”, acrescentando que o cânone “is not built up anew by every generation; on the contrary, it outlives the generations who have to encounter and reinterpret it anew according to their time” (2008, p. 100). Discordamos, também, da posição que Assmann atribui ao arquivo (dimensão passiva) em relação a museu/monumento (dimensão ativa), até porque esta perspectiva não é consistente com as dinâmicas sociais que podem descanonizar os artefactos como referentes culturais de uma comunidade e por ação desta. Como Brothmann referiu “individuals are not the ultimate source of value and order creation (...) social communities create and destroy value” (1991, p. 81). Além disto, Assmann coloca, implicitamente, os arquivos e os arquivistas dentro da dimensão custodial de tradição jenkinsoniana (de objetividade ou neutralidade e de verdade)⁷⁰, rejeitada por diversos teóricos da arquivística pós-moderna.

Num outro conspecto, Matienzo (2008), numa abordagem teórica mais próxima dos conceitos da arquivística pós-moderna, relaciona o processo de canonização e de “arquivização”⁷¹ com a *archivicity*, neologismo que significa a forma como “a record depends on whether or not it can be treated as archival” (2008, p. [6]). Amparando-se em Gillory (1991), Matienzo considera que “the canon never exists as a concrete or whole list even at a particular time and place, but rather as idealized subsets or representations as lists” (2008, p. [9]). A associação entre cânone e representação estabelece uma conexão necessária que permite explorar até que ponto as representações da informação sobre arquivos deslocados constituem ou não uma tensão entre cânones arquivísticos institucionais.

Os estudos sobre representação da informação arquivística, como visto no capítulo de *Introdução Geral*, concentraram-se em aspetos técnicos de descrição como função indispensável para a organização e recuperação da informação. Contudo, estas abordagens construídas da experiência empírica do processo de descrição apenas consideram o acesso dos utilizadores e a construção ou a valorização da memória social como fim último e, raramente, como uma narrativa de legitimação da custódia por parte das entidades arquivísticas. Compreender os mecanismos e as estruturas do fenómeno dos arquivos deslocados podem indiciar até que ponto as representações em instrumentos

⁷⁰ Esta perspectiva encontra-se no seguinte passo: “As part of the passive dimension of cultural memory, however, the knowledge that is stored in the archive is inert. It is stored and potentially available, but it is not interpreted. This would exceed the competence of the archivist. It is the task of others such as the academic researcher or the artist to examine the contents of the archive and to reclaim the information by framing it within a new context” (2008, p. 103).

⁷¹ O autor recorre ao conceito de Ketelaar de *archivalization* como um processo distinto e não tão rigoroso como a avaliação arquivística, como “conscious or unconscious choice (determined by social and cultural factors) to consider something worth archiving” (1999, 2001).

de acesso à informação, como condição necessária para a sua identificação, têm como poder causal a formação de cânones arquivísticos institucionais. Os princípios arquivísticos, como proveniência e ordem original, podem ser representados de diversas formas em função de como as entidades custodiantes estabelecem os seus cânones arquivísticos.

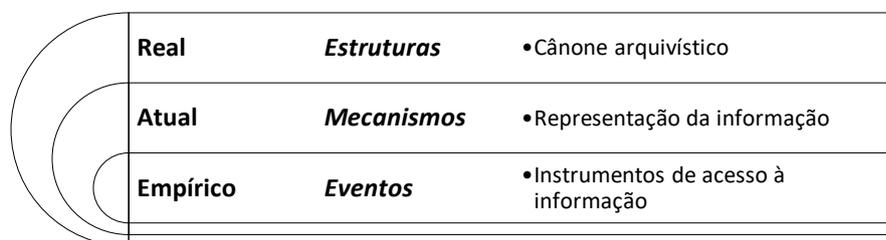


Figura 17 – Dimensões estratificadas aplicadas à representação da informação em arquivos deslocados.

Fonte: elaboração própria, a partir de Bhaskar (1975).

De acordo com a Figura 17, os instrumentos de acesso à informação constituem a base principal da nossa pesquisa empírica, que permitem a observação e a caracterização da estrutura e dimensão dos conjuntos documentais descritos. Neles se encontram materializadas representações dos arquivos, que constituem manifestações de poderes causais quando são ativados (dimensão do atual). Por último, o cânone arquivístico corresponde a escolhas institucionais (*u. g.*, aquisição/alienação, políticas internas, agentes institucionais, etc.), que operam como mecanismos geradores e estruturas que podem existir independentemente do observador. O cânone arquivístico consubstancia-se, como estrutura, com a missão das entidades custodiantes, que operam como agências a quem a sociedade lhes consagra essa função. Sela-Sheffy refere que o processo de formação do cânone não é pacífico, uma vez que implica uma “*consolidating and sanctioning an existing repertoire (...), and the other is that of prefiguring a new repertoire and sanctioning it from the outset*” (2002, p. 153). A Figura acima permitir-nos-á relacionar com as dimensões expostas na Figura 15 *supra*.

A orientação epistémica, que o Realismo Crítico providencia, consiste em ligar como estas dimensões a partir da identificação das estruturas e mecanismos geradores responsáveis pelos eventos observados. Do ponto de vista empírico, deve procurar-se sustentar, por via da explanação causal, quais os dados que melhor suportem os mecanismos, as estruturas e os poderes causais de um fenómeno observado. Para poder sustentar-se a teoria do cânone arquivístico como mecanismo de representação em torno de um fenómeno particular (arquivos na condição de deslocados), Danermark *et al.* afirmam que “*theories should be close to observable data*” (2005, p. 126).

2.2.1.3. Dimensão axiológica

A dimensão axiológica diz respeito ao conjunto de valores que guiaram esta investigação e ao nosso papel neste processo. A investigação científica no domínio das Ciências Sociais caracteriza-se por

ser “inherently value-charged world of social phenomena, positions, roles, identities and relations” (Danermark *et al.*, 2005, p. 38).

A motivação que nos impele a desenvolver um tema desta natureza deve-se ao direto interesse do investigador – nado no arquipélago e exercendo profissionalmente como arquivista – ao fenómeno em estudo veiculado pela Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017). Apesar de o ponto 2 do *Código de Ética* (International Council on Archives, 1996) e os *Princípios Básicos sobre o Papel dos Arquivistas na Defesa dos Direitos Humanos* (International Council on Archives, 2016a) do Conselho Internacional de Arquivos recomendarem aos profissionais dos arquivos um posicionamento ético e deontológico face ao problema dos arquivos deslocados, para além da produção de ferramentas de acesso (Ketelaar, 2017b), a investigação científica pode assumir um papel relevante na construção de conhecimento em torno de fenómenos complexos.

O conhecimento prático do investigador sobre o tema em estudo consubstancia-se com a noção aristotélica de fronese (do grego *φρόνησις*, *phronēsis*), distinto do conhecimento puramente teórico (*ἐπιστήμη*, *epistēmē*) e do puramente técnico (*τέχνη*, *tékhnē*) ou metodológico (Hammersley, 2015). Flyvbjerg (2006) aplica o conceito de fronese para explicar aquilo que “concerns the analysis of values”, *i. e.*, “requires an interaction between the general and the concrete; it requires consideration, judgment, and choice” (2001, p. 57). Este conhecimento prático é guiado por questões que se unem às bases metateóricas do Realismo Crítico: “Where are we going? Is this desirable? What should be done? Who gains and who loses; by which mechanisms of power?” (Flyvbjerg, 2001, p. 60).

No caso concreto do fenómeno subjacente ao diploma supramencionado, consideramos que não extrairíamos informação relevante se o desenho deste estudo fosse conduzido de forma interventiva (questionários, entrevistas, método (auto-)etnográfico, etc.), uma vez que o contexto de remoção dos arquivos ocorreu em finais do século XIX. Considera-se que a abordagem mais consentânea consiste em recorrer a abordagens não-reativas (cf. 2.2.3.3), *i. e.*, o estudo deste fenómeno encontrará na investigação documental a informação necessária para suportar um estudo etiológico. Reconhecendo que o tema em estudo se encontra condicionado por valores e poderes que operam de forma antagonónica, não aplicamos aqui a abordagem metodológica (Flyvbjerg, 2006) para a análise do nosso fenómeno de interesse, mas utilizamos o conceito como princípio que move esta investigação.

2.2.2. Modelo de investigação

O Realismo Crítico tolera abordagens metodológicas pluralistas. Porém, os realistas críticos realçam que o Realismo Crítico “is not a method” (Danermark *et al.*, 2005, p. 150). De qualquer modo,

diferentes modelos de investigação procuraram transpor o Realismo Crítico para o plano metodológico. Num âmbito mais genérico, Danermark *et al.* (2005) e Sayer (2010) constituem as principais referências na conceção de uma abordagem metodológica estruturada, capturando os traços essenciais do Realismo Crítico de Bhaskar (1975, 1978, 1989). Num âmbito disciplinar mais específico, só para referir alguns, Ackroyd e Karlsson (2014) adaptaram um modelo para o estudo organizacional e Wynn e Williams (2012) e Bygstad *et al.* (2016), para o âmbito dos sistemas de informação. Estes autores constituirão a base referencial para o presente modelo de investigação empírica.

Assim, esta secção visa explicar dois modelos, que se consubstanciam entre si: a abstração conceptual e o modelo de explanação causal. Apresentaremos as suas características presentes na literatura e a sua aplicação para o nosso fenómeno de interesse.

2.2.2.1. Abstração conceptual

Estudos no quadro do Realismo Crítico são “necessarily deeply conceptual” (O’Mahoney & Vincent, 2014, p. 13). Portanto, a abstração constitui um processo de conceptualização, uma vez que a configuração da realidade se encontra mediada por conceitos. Assim, a conceptualização ou abstração “should take its starting point in a critical realist ontology and epistemology” (Danermark *et al.*, 2005, p. 16).

A abstração consiste em decompor o fenómeno de interesse pelas suas partes componentes, *i. e.*, visa identificar estruturas internas (relações necessárias) e externas (relações contingentes) (Sayer, 2010). Tanto Danermark *et al.* (2005) como Sayer (1992; 2010) realçaram a importância de se focalizar em aspetos particulares ou concretos de um fenómeno, começando por caracterizar as suas propriedades constitutivas, *i. e.*, “sets of internally related objects or practices” (Sayer, 2010, p. 63). As abstrações conceptuais são indispensáveis, uma vez que possibilitam “to explain and understand concrete phenomena” (Danermark *et al.*, 2005, p. 50).

Para realizar uma abstração conceptual, Sayer (1992; 2010) propôs um movimento duplo que vai do concreto ao abstrato e do abstrato ao concreto. O movimento do concreto para abstrato implica partir de “objects are likely to be superficial or chaotic” (Sayer, 2010, p. 59) a uma representação simplificada por decomposição das partes constituintes do fenómeno e das suas relações internas e externas (Danermark *et al.*, 2005; Sayer, 2000, 2010). A identificação das propriedades constitutivas de um objeto ou fenómeno consiste num princípio fundamental do Realismo Crítico denominado de necessidade natural (Danermark *et al.*, 2005). Conforme já exposto, as relações internas são marcadas por uma condição de necessidade, que pode ser simétrica ou assimétrica. Uma relação necessária simétrica implica que as partes constituintes do objeto ou fenómeno dependam um do outro (*u. g.*, um arquivo histórico pressupõe que a sua existência exige a custódia de fundos documentais); uma relação necessária assimétrica pressupõe que uma das partes pode existir sem a outra, mas não o contrário (*u. g.*, os fundos documentais podem existir sem necessidade de custódia por

um arquivo histórico). As relações externas constituem relações contingenciais, uma vez que os objetos ou fenómenos podem existir independentemente entre si, mas quando entram em contacto podem gerar novos mecanismos (Danermark *et al.*, 2005; Sayer, 2000, 2010).

O movimento do abstrato para o concreto no sentido de “partly to see whether the expected connection exists, partly to then see the nature of it” (Danermark *et al.*, 2005, p. 51). O exercício fundamental destes movimentos visa “to move on from structural analysis to causal analysis” (Danermark *et al.*, 2005, p. 52), com vista a identificar semi-regularidades, *i. e.*, elementos que aparentemente se apresentam de uma forma percecionável do ponto de vista empírico, e, a partir daqui, estabelecer hipoteticamente mecanismos e estruturas subjacentes, que terão conduzido a que o(s) evento(s) se manifestem da forma como se manifestam (Lawson, 1989; Sayer, 2010). O exercício de movimentos entre o concreto e o abstrato possibilita descobrir uma dimensão estratificada (eventos observados, mecanismos geradores e estruturas) e proporciona, ainda, um enfoque vertical ou horizontal entre estas dimensões na conceção do desenho de investigação, como a figura seguinte ilustra.

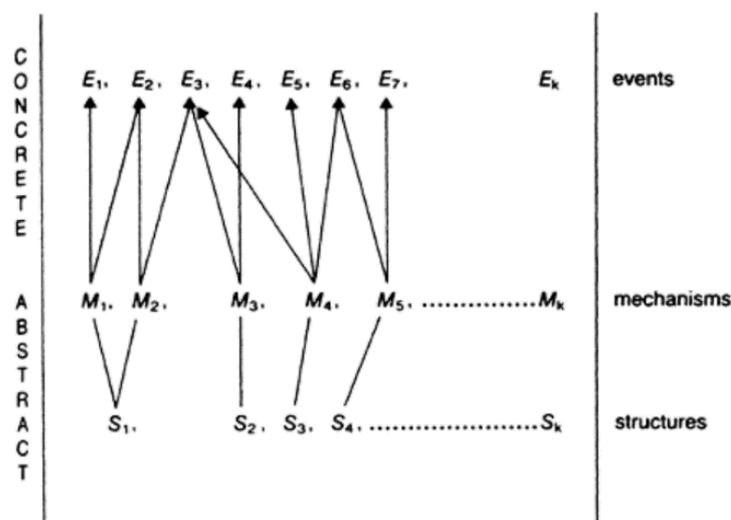


Figura 18 – Modelo de análise do concreto para o abstrato entre estratos.
 Fonte: Sayer (2010, p. 79).

Partindo da Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), a abstração conceptual pode ser formalizada como a Figura 19 *infra*.

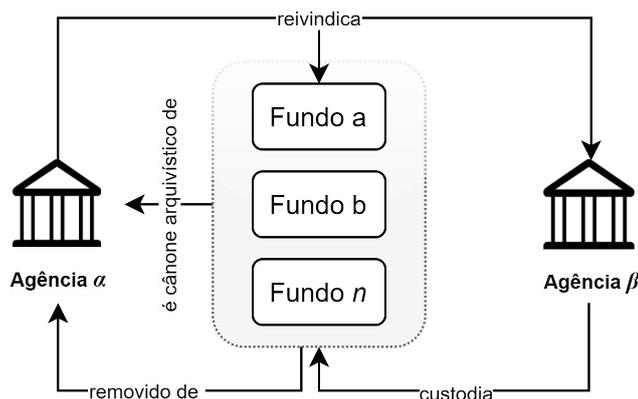


Figura 19 – Abstração a partir da Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro.

Fonte: elaboração própria. Dados da investigação: <<https://osf.io/a3f82/>>.

Efetuada um exercício do concreto para o abstrato, o diploma aponta para um conjunto de fundos (a, b, n), que constituem o objeto da disputa, mais concretamente “documentos do Cabido da Sé do Funchal, do Convento de Santa Clara, do Convento da Encarnação, da Provedoria da Real Fazenda e da Alfândega do Funchal” (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017, p. 409).

Estes conjuntos documentais foram removidos do arquipélago da Madeira no século XIX, conforme referido “foram levados para Lisboa” (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017, p. 409). A disputa ocorre atualmente entre dois tipos de agência: a agência α (que representa o conjunto de entidades como Arquivo Regional da Madeira, Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, Região Autónoma da Madeira, de âmbito insular e regional) e a agência β (representado pelo Arquivo Nacional Torre do Tombo, Governo da República, de âmbito nacional). O motivo desta disputa consiste no facto de os fundos reivindicados à agência β serem parte integrante do cânone arquivístico da agência α , porque “integram o Património Cultural da Região Autónoma da Madeira, na sua vertente de Património Arquivístico” e a sua transferência facilitaria o “contacto da população «originária» com os documentos que construíram a sua própria história” (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017, p. 409).

Conforme exposto, existe uma relação necessária que diz respeito ao facto de os fundos estarem sob custódia da agência β , gerando um evento que é a reivindicação feita pela agência α sobre fundos removidos pela agência β . Os elementos contingenciais do fenómeno dizem respeito ao facto de a remoção ter ocorrido num tempo distinto da reivindicação, que ocorre após à remoção. No entanto, o objeto da disputa exposto na Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), diz respeito a um evento que se situa entre os domínios do atual e empírico, mas que revela muito pouco não só relativamente aos mecanismos e estruturas subjacentes à remoção dos arquivos, mas também à fonte com que a agência α se baseou para poder identificar os fundos existentes na agência β e expressos na Resolução n.º 3/2017/M, de

12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017). Para que a agência α identifique precisamente os fundos custodiados pela agência β , considera-se que tal só é possível com o recurso a instrumentos de acesso à informação. Esta hipótese é plausível, uma vez que uma das principais incumbências das entidades que prestam serviço de arquivo, especialmente aquelas que funcionam como arquivo histórico ou definitivo, consiste em comunicar aos utilizadores os recursos informacionais de que são custodiantes, materializados em instrumentos de acesso à informação. Além disto, se a agência β custodia os conjuntos documentais reclamados pela agência α , isto significa que, em determinado momento, os conjuntos documentais passaram a constituir parte integrante do cânone arquivístico da agência β . Importa indagar, para além dos mecanismos subjacentes à remoção de arquivos de α para β , mas como as agências α e β representaram os conjuntos documentais objeto de disputa em instrumentos de acesso à informação. De igual forma, importa perscrutar até que ponto a Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), é rigorosa na sua pretensão de considerar os conjuntos documentais removidos como parte integrante do cânone arquivístico da agência α . Conforme revelado preliminarmente por Macedo (2017c, 2019c), a Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), omite a existência dos mesmos fundos reclamados à agência β na custódia da agência α . A representação da informação em instrumentos de acesso à informação constitui uma condição necessária para a identificação e o acesso aos arquivos. Como tal, esta asserção aponta para a necessidade de um nível de análise mais aprofundado de explanação causal sobre os mecanismos adotados pelas agências α e β na representação dos conjuntos documentais em instrumentos de acesso à informação em termos diacrónicos.

Perante esta situação, Sayer recomendou que explanação de fenómenos ou objetos concretos “requires additional empirical knowledge to provide a description of how and in what conditions *these* mechanisms exist and how they interact in *this* particular system” (2010, p. 90). Para explicar os mecanismos e as estruturas subjacentes ao fenómeno apresentado pela Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), implica o recurso a um modelo de explanação dentro dos pressupostos do Realismo Crítico, que visa expor mecanismos, estruturas e poderes causais, que a seguir se descrevem.

2.2.2.2. Modelo de explanação causal

A explanação visa expor o como e o porquê de as coisas acontecerem da forma como se apresentam (Maxwell & Mittapalli, 2008a). Um modelo de explanação consiste “an attempt to define, or explicate, explanation, or a related concept, such that putative examples of explanations can be either ruled out or shown to be real explanations” (Hällsten, 2007, p. 13). Uma investigação focalizada na causalidade dos fenómenos implica responder a questões de investigação orientadas à descrição e à explanação (Maxwell & Mittapalli, 2008b).

Embora a tradição científica tenha considerado as investigações explanatórias como característica das investigações quantitativas (Maxwell & Mittapalli, 2008b), os realistas críticos consideram que a explanação causal tem sido reduzida pelos positivistas como uma forma de expor eventos regulares (ou predizíveis) e observáveis, em vez de “tell us what makes things happen” (Sayer, 2010, p. 90), especialmente em torno de fenómenos sociais complexos. Este modelo positivista de explanação científica tem sido sustentado na teoria de Hume e no modelo dedutivo de Popper-Hempel (Hempel, 1965; Popper, 1934) e tem sido criticado pelos realistas críticos, considerando que estes modelos “reduces reality to the domains of events and empirical observations” (Danermark *et al.*, 2005, p. 108).

Os fenómenos sociais, porque operam em sistemas abertos, requerem um outro nível de análise que “must be explanatory and non-predictive” (Bhaskar, 2005, p. 50). Para Bhaskar, “to *explain* an event or a regularity is to bring it under a new scheme of concepts, designating the structures, generative mechanisms or agents producing it” (2011, p. 90). Sayer acrescenta que a “relationship between causal powers or mechanisms and their effects is therefore not fixed, but contingent” (2010, p. 73), para referir-se que a explanação causal não se cinge apenas ao estabelecimento de um vínculo entre um poder causal e as condições responsáveis pelos seus efeitos, mas atender ao facto de as condições poderem conter mecanismos distintos que podem originar efeitos diversos, ilustrado *infra* na Figura 20. Por exemplo, os arquivos públicos incorporam conjuntos documentais através de processos de transferência, uma vez que podem estar legalmente habilitados para executar este procedimento; contudo, as comunidades podem opor-se a estes procedimentos, podendo operar contingencialmente contra a sua execução, ativando assim um conjunto de eventos (*u. g.*, manifestações, boicotes, etc.) que derivam de condições e mecanismos não percecionados.

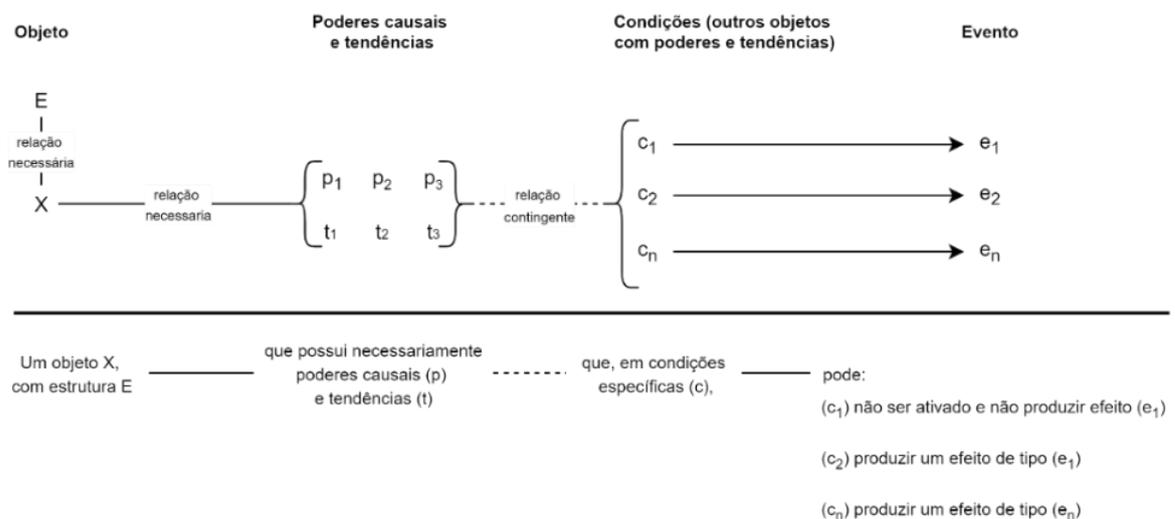


Figura 20 – Estrutura de explanação causal no âmbito do Realismo Crítico.

Fonte: adaptado de Sayer (2010, p. 74).

Embora existam distintos de desenhos de investigação aplicados à explanação causal especificamente desenvolvido no quadro do Realismo Crítico (Ackroyd & Karlsson, 2014; Radescu &

Vessey, 2008), as abordagens mais referidas, de acordo com Raduescu e Vessey (2008), são o ciclo morfogênético de Archer (1995), a avaliação realística de Pawson e Tilley (1997) e o Modelo de Explicação em Ciências Sociais (*Explanatory Model of Social Science*) de Danermark *et al.* (2005). Acrescentamos o método de explicação de construção de teoria (*explanatory theory building method*) de Eastwood *et al.* (2014). A particularidade destes modelos de explicação procuram transpor o esquema DREI e RRREI lançado por Bhaskar, que se caracteriza a seguir:

- (a) O esquema ou modelo DREI consiste num modelo de explicação teórica ou “análogo-retrodutiva”, com a seguinte sequência: “*description* of law-like behaviour; *retroduction*, exploiting analogies with already known phenomena, to possible explanations of the behaviour; *elaboration* and elimination of alternative explanations; issuing (ideally) in the empirically-controlled *identification* of the causal mechanism(s) at work” (Bhaskar, 1989, p. 68).
- (b) O esquema RRREI, por seu turno, é apresentado como um modelo de explicação prática ou “decompositório-retrodutiva”, com a seguinte sequência: “*resolution* of a complex event (situation, etc.) into its components; *redescription* of these components in theoretically significant terms; *retrodiction*, via independently validated normic or tendency statements, to possible antecedents of the components; and *elimination* of alternative possible causes” (Bhaskar, 1989, p. 68).

Dos quatro modelos de explicação desenvolvidos no quadro do Realismo Crítico acima referidos, não nos deteremos na descrição das suas características, remetendo, para esse efeito, aos seus autores. Para os propósitos deste estudo, focalizar-nos-emos apenas em Danermark *et al.* (2005), que caracterizaremos a seguir.

Modelo de Explicação em Ciências Sociais. O modelo, denominado *Explanatory Model of Social Science*, desenvolvido por Danermark *et al.* (2005), proporciona uma abordagem prática para a realização de um estudo empírico baseado no Realismo Crítico. É considerado como o mais aceite e o mais consistente pela comunidade científica (Raduescu & Vessey, 2008, 2009), assentando em seis etapas que operacionalizam “guidelines for how to relate in research practice the concrete to the abstract and the abstract to the concrete” (2005, p. 109). Consiste numa abordagem que expande a proposta de Sayer (1992) relativa aos movimentos “concreto → abstrato → concreto” (cf. *infra* Figura 21). Esta abordagem é consistente com a ideia de que “events are causally explained by retroducing and confirming the existence of mechanisms, and in turn the existence of mechanisms is explained by reference to the structure and constitution of the objects which possess them” (Sayer 2010, p. 158). Tal inicia com um estudo empírico sobre como os eventos se manifestam; segue-se um exercício de abstração, que implica a identificação das estruturas, mecanismos e poderes causais que produziram os eventos observados; depois, aproxima-nos ao concreto, que implica um exercí-

cio de síntese na identificação de qual/quais o(s) mecanismo(s) responsável(eis), através do confronto entre os dados empíricos e a(s) teoria(s). Para tal, o modelo consiste em seis etapas, que não constitui uma sequência rígida entre etapas, que a seguir se descrevem:

- (i) **Descrição.** O objetivo desta etapa consiste em partir da dimensão do concreto, através da descrição dos elementos constitutivos do fenómeno a partir dos seus eventos. A identificação do fenómeno no âmbito do Realismo Crítico sustenta-se no princípio da necessidade natural, uma vez que visa determinar a natureza do objeto de investigação caracterizando estruturas e propriedades causais (Raduescu & Vessey, 2008). Esta abordagem requer um estudo de natureza exploratória (por vezes associada à revisão de literatura), de base quantitativa e/ou qualitativa (Raduescu & Vessey, 2009).
- (ii) **Resolução analítica.** Esta etapa concentra-se na identificação dos componentes, aspectos ou dimensões importantes do fenómeno de interesse. Implica decompor o fenómeno com vista à identificação de causas potenciais.
- (iii) **Abdução/redescrição teórica.** Esta etapa visa redescrever as componentes constitutivas do fenómeno a partir da associação ou da comparação de estruturas e quadros conceptuais disponíveis na teoria. Esta abordagem visa estabelecer uma ligação entre o fenómeno descrito ao nível do concreto em (i) e (ii) e a sua comparação com possíveis mecanismos geradores informados na revisão de literatura.
- (iv) **Retrodução.** Esta etapa constitui o modelo inferencial considerado o traço distintivo do Realismo Crítico. Incide na identificação dos mecanismos causais plausíveis que providenciem uma explanação consistente.
- (v) **Análise contrastiva entre diferentes teorias e abstrações.** Esta etapa visa sustentar o poder explicativo dos mecanismos e estruturas descritos nas etapas (iv) e (v). Consiste em trazer uma crítica imanente, que possibilita fazer emergir a(s) teoria(s) que melhor explicam o fenómeno analisado.
- (vi) **Concretização e conceptualização.** Esta última etapa implica examinar como diferentes estruturas e mecanismos se manifestam em situações concretas e em condições específicas. Visa essencialmente expor como os mecanismos analisados produziram o evento observado.

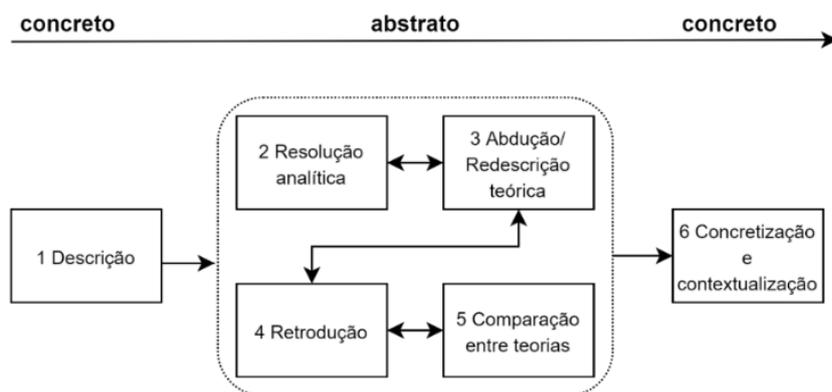


Figura 21 – Modelo de Explicação das Ciências Sociais

Fonte: adaptado de Raduescu e Vessey (2008, p. 20), baseado em Danermark *et al.* (2005).

De seguida, efetuaremos uma transposição deste modelo ao nosso desenho de investigação, considerando as etapas acima descritas.

Transposição do modelo para o desenho da presente investigação. Uma vez que esta tese se focaliza nos aspetos etiológicos da representação da informação em instrumentos de acesso à informação relativo à condição particular dos fundos mencionados na Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), pretende-se transpor o modelo de Danermark *et al.* (2005) como estratégia de configuração do desenho de investigação. De acordo com Danermark *et al.* (2005), o modelo não exige uma transposição rígida que deve ser cumprida de etapa a etapa e nem sequer se encontra condicionado a uma sequência cronológica. Pelo contrário, algumas etapas podem ser sobrepostas ou de modo interpolado.

A transposição que se pretende realizar constitui a parte mais relevante que consiste no alinhamento das questões de investigação (cf. *supra* *Questões de investigação* em *Introdução Geral*) com o modelo adotado que configura o presente desenho da investigação. Este aspeto é indispensável, uma vez que DeForge refere que as questões de investigação possibilitam determinar “the specific type research design that will be used in the scientific inquiry” (2012, p. 1253). Assim, em complemento ao Quadro 18 *supra*, o quadro seguinte pretende alinhar o modelo multietápico de Danermark *et al.* (2005) com as questões de investigação e capítulo/(sub)secções deste estudo.

Conforme exposto abaixo, o recurso ao modelo de explicação de Danermark *et al.* (2005) aplicado ao fenómeno de interesse proporciona uma base clara, concisa e empiricamente sustentada, com enfoque na causalidade. Consideramos que a transição entre os movimentos e as etapas representados no Quadro 19 pode ter incidências distintas entre as questões gerais de investigação e suas materializações em secções e capítulos e, também, nos métodos.

Quadro 19 – Modelo de investigação

Modelo de Danermark <i>et al.</i> (2005) Modelo de investigação	Etapa 1 Descrição	Etapa 2 Resolução analítica	Etapa 3 Abdução/ redes- criação teórica	Etapa 4 Retrodução	Etapa 5 Comparação entre teorias	Etapa 6 Concretiza- ção/ Contextua- lização
Movimento (Sayer, 2010)	Concreto	Abstrato			Concreto	
Questões de inves- tigação	QIG1	QIG2	QIG3	QIG4	[QIG1-QIG4]	
Capítulo/secção	Parte I Revisão de	Subsecção 2.3.1 (Parte II Metodologia e métodos); Capítulo 2 (Parte III Resultados e discussão)	Subsecção 2.3.2 (Parte II Metodologia e métodos); Capítulo 3 (Parte III Resultados e discussão)	Subsecção 2.3.3 (Parte II Metodologia e métodos); Capítulo 4 (Parte III Resultados e discussão)	2.3; 3.3;4.3 (subsecção de Discussão)	
Tipo de estudo de casos múltiplos (Blatter e Haverland, 2014)	Síntese de literatura	Análise de covariação (COV)	Rastreamento processual (CPT)		[cruzamento dos resultados e dos problemas com os resultados e os problemas da Revisão da Literatura]	
Métodos	Análise documental		Método estemático	Método arquivístico		

Fonte: elaboração própria, tendo como referência Danermark *et al.* (2005). N.B.: as áreas a sombreado correspondem a questões de investigação e métodos que se encontram abordados nos respetivos capítulos.

Tais incidências permitem, além disto, estabelecer conexões entre dimensões estratificadas, representadas *supra* na Figura 18, partindo do concreto através da análise dos instrumentos de acesso à informação, passando, depois, para o domínio do abstrato, através da identificação dos mecanismos e das estruturas das representações dos cânones arquivísticos, que estão na base da disputa da Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017). O modelo de explanação não se circunscreve a uma única parte, mas perpassa ao longo de todo o estudo.

Etapa 1: Identificação e descrição. Este estágio parte de objetos concretos, empiricamente observáveis ou não observáveis. Estão em causa não só as materializações associadas ao fenómeno observado como também os conceitos e as teorias que os sustentam para que se possa realizar abstração (Sayer, 2010). Esta etapa respondeu à **QIG1**, fundamentada na Parte I, e pretende responder parcialmente à **QIG2**, *i. e.*, “De que modo os conjuntos documentais reivindicados foram representados pelas entidades custodiantes nos instrumentos de acesso à informação?”. Para tal, desdobramos a questão em duas sequências:

- (a) **Sequência 1.** Pretende-se efetuar a identificação dos instrumentos de acesso à informação, independentemente da tipologia genológica, produzidos (e na custódia) do Arquivo Nacional Torre do Tombo e do Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. Reconhecendo que a Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), refere que o processo de transferência ocorreu em finais do século XIX, temos

uma dimensão temporal considerável (>100 anos). É indispensável reconhecer que os instrumentos de acesso à informação relativo aos fundos objeto de estudo constituem artefactos produzidos em contextos históricos distintos.

- (b) **Sequência 2.** Esta sequência diz respeito à descrição da estrutura (interna e externa) e tipologia dos instrumentos de acesso à informação que respondam à Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017). Esta etapa visa identificar a população e os critérios de seleção das amostras de fundos, os quais constituem elementos essenciais para o estudo de casos múltiplos, que mais à frente analisaremos.

Etapa 2: Resolução analítica. Este estágio implica realizar uma decomposição das amostras selecionadas pelas suas partes componentes e a identificação das suas relações internas. Pretende-se responder à questão *QIG2*, mas desta vez num processo de abstração. Implica analisar genologicamente os instrumentos de acesso à informação que representam os conjuntos documentais objeto de disputa. Implica distinguir, como recomendam Danermark *et al.* (2005), as componentes, as dimensões ou os aspetos relativos às configurações, ordens ou estruturas descritas pelas entidades custodiantes nos instrumentos de acesso à informação relativos aos fundos objeto de representação. No entanto, deve reconhecer-se que nem todas as componentes integrantes dos instrumentos de acesso à informação são relevantes para a identificação de potenciais mecanismos de representação da informação e propriedades dos poderes causais. Para tal, importa concentrarmo-nos em algumas componentes da representação, designadamente como as unidades documentais objeto de disputa têm sido descritas entre os instrumentos de acesso à informação pelas entidades custodiantes, uma vez que, se estas entidades custodiantes operaram contingencialmente na adoção de critérios de descrição arquivística, existem elementos necessários que ligarão os artefactos arquivísticos aos metadados (explícitos ou implícitos) descritivos dos instrumentos de acesso à informação (*u. g.*, cota, título, datas). Esta etapa encontra-se materializada em capítulo 2 (Parte III *Resultados e discussão*).

Etapa 3: Abdução/redescrição teórica. Esta etapa consiste em realizar um processo de inferência não-dedutiva em função dos dados que melhor expliquem causalmente a natureza do fenómeno de interesse, *i. e.*, a representação da informação arquivística em instrumentos de acesso à informação respeitante à condição peculiar de uma amostra de fundos. A abdução implica, dentro do espírito peirceano, reinterpretar as componentes selecionadas na Etapa 2 e transpor para uma lente teórica distinta, através da redescrição ou recontextualização, *i. e.*, “move from a conception of something to a different, possibly more developed or deeper conception of it” (Danermark *et al.* 2005, p. 91). Esta abordagem é congruente com a perspetiva de pluralismo metodológico na condução de um estudo causal que reconhece as diferenças ontológicas e epistemológicas subjacentes aos diversos métodos (Beach & Pedersen, 2016; Danermark *et al.*, 2005). Pretende-se, desta forma, transpor conceitos e teorias da Arquivística e da Ciência da Informação para o âmbito da Filologia e, em

específico, da Crítica Textual, como o “estudo do texto escrito na perspectiva de sua produção material, da sua transmissão através do tempo e da sua edição” (Marquilhas & Ceia, 2009). A aplicação dos métodos da Crítica Textual visa estabelecer uma relação “genealógica” entre os diversos instrumentos de acesso à informação produzidos em torno da amostra selecionada. Esta relação procura reconstruir que vínculos existem entre os instrumentos de acesso à informação mais recentes e os instrumentos de acesso à informação mais antigos. A abordagem teórica e metodológica que melhor responde a esta etapa consiste no método estemático (Philipp Roelli, 2020; van Reenen et al., 1996, 2004), *i. e.*, “the study of the relations between texts” (van Reenen *et al.* 1996, vii). A abordagem genealógica ou estematológica é consistente com o exercício abdutivo, uma vez que “proceeds from effects to their causes (singular abduction) or from surprising observations to their tentative explanation (theoretical abduction)” (Niiniluoto, 2018, p. 52). A relação entre a organização e descrição arquivística e a Crítica Textual tem sido explorada por MacNeil (2005, 2008, 2017), o que possibilita realizar uma transposição teórica e metodológica consistente para este estudo. Esta etapa encontrar-se-á materializada no capítulo 3 (Parte III *Resultados e discussão*), que possibilitará responder à questão *QIG2*.

Etapa 4: Retrodução. Esta etapa constitui uma operação inferencial⁷², que tem como objetivo “a description and analysis of concrete phenomena to reconstruct the basic conditions for these phenomena to be what they are” (Danermark *et al.*, 2005, p. 80). Consiste em identificar os mecanismos que produziram os eventos em torno do fenómeno observado (Sayer, 2010), ou seja, como “past events leave traces as their causal effects, and from these traces we make retroductive inferences to the past” (Niiniluoto, 2018, p. 52). O estabelecimento dos vínculos genealógicos entre instrumentos de acesso à informação pode não ser suficiente para identificar que mecanismos, poderes causais e tendências que, sob condições específicas, despoletaram o(s) evento(s) que atualmente observamos. A estratégia que se pretende realizar no processo retrodutivo consiste em identificar traços entre eventos e mecanismos que expliquem o papel da agência no processo de transferência e de descrição arquivística em torno dos fundos acima referenciados. Tal exercício poderá sustentar-se através do método arquivístico aplicado empiricamente aos “arquivos dos arquivos” das entidades custodiantes – Arquivo Nacional Torre do Tombo e Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira – como “source for tracking changes in organizational responses to their situations” (Edwards *et al.*, 2014, p. 229). Os “arquivos dos arquivos” constituem, na acepção derrideana, materializações dos “arqui-arquivos”, uma vez que estes operam como agências com capacidade para enformar cânones arquivísticos institucionais. Mutch refere que “the existence of an archive of papers, in the sense of a significant body of material, deliberately preserved, can shed some light on the nature of an organization and the broader context in which it exists” (2014, p. 236). Desta forma, o processo

⁷² Danermark *et al.* realçaram que a retrodução não constitui um processo inferencial baseado na lógica, como os processos de inferência dedutiva, indutiva e abdutiva, mas “about advancing from one thing (empirical observation of events) and arriving at something different (a conceptualization of transfactual conditions)” (2005, p. 96).

retrodotivo com recurso aos “arquivos dos arquivos” pretende identificar as informações disponíveis onde se encontram materializadas as decisões e as condições pelas quais os instrumentos de acesso à informação relativo aos fundos em disputa foram descritos da forma como atualmente se encontram. Esta etapa encontrar-se-á materializada no capítulo 4 (Parte III *Resultados e discussão*), que possibilitará responder à questão *QIG3*.

Etapa 5: Comparação entre teorias. Este estágio visa discutir o poder de explanação dos mecanismos e estruturas descritos nas etapas 3 e 4. Pretende-se adicionar elementos teóricos aos dados, no sentido de acrescentar “a reconceptualization of the subject and the processes in which it is connected” (O’Mahoney & Vincent, 2014, p. 19). Pretende-se explorar uma dialectização entre os princípios subjacentes aos processos de representação da informação arquivística em instrumentos de acesso à informação e à formação de cânones arquivísticos institucionais como mecanismos e estruturas possivelmente associados aos arquivos deslocados em contexto subnacional. Esta etapa encontrar-se-á materializada nas secções de *Discussão* em 2.3, 3.3 e 4.3 (Parte III *Resultados e discussão*).

Etapa 6: Concretização e contextualização. Nesta etapa, Danermark *et al.* referem que a concretização pressupõe uma análise de “how different structures and mechanisms manifest themselves in concrete situations (...) at different levels, under specific conditions” (Danermark *et al.*, 2005, p. 110). Esta etapa deve providenciar, por um lado, uma interpretação dos mecanismos e condições estruturais tal como eles se manifestam em contextos específicos e, por outro, explicar as causas dos fenómenos tal como se manifestam em eventos concretos. A contextualização visa realçar as implicações que o modelo de análise pode ter na identificação de casos de arquivos deslocados em contexto subnacional e das particularidades de que estes se revestem como fenómenos. Esta etapa corresponde às *Conclusões*.

Com base neste modelo de explanação de Danermark *et al.* (2005), avançaremos a seguir para a caracterização dos métodos que suportarão este estudo, atendendo à estratégia, procedimento e técnicas de recolha e de análise de dados.

2.2.3. *Quadro metodológico*

Os métodos constituem meios ou técnicas através dos quais recolhemos e apresentamos os dados, que permitem responder às questões de investigação deste estudo (Kothari, 2019; Pruzan, 2016b; Schensul, 2008a, 2008b). Embora o problema do vínculo entre a questão de investigação e os métodos, que Tashakkori e Teddlie denominaram como “‘dictatorship’ of the research question” (1998, p. 20), exija uma postura pragmática na seleção dos métodos, Danermark *et al.* enfatizam a importância no “ontological-methodological link” (2005, p. 152), uma vez que “there is always an implicit or explicit conception of the nature of reality which has generated this particular research

question” (2005, p. 153). Assim os métodos “are the medium and outcome of research practice” (Sayer, 2010, p. 2).

Para o presente quadro metodológico, de modo a integrar o modelo de explanação de Danermark *et al.* (2005), seguimos Ackroyd (2009, 2010) e Ackroyd e Karlsson (2014), os princípios de Wynn e Williams (2012) e as três abordagens de explanação para estudo de caso de Blatter e Haverland (2014) como estratégia materialização do desenho da presente investigação:

- (i) do ponto de vista da estratégia de investigação, o estudo de caso é considerado como “the basic design for realist research” (Ackroyd e Karlsson, 2014, p. 23); como tal, adotamos um estudo de casos múltiplos de tipo crítico realista, detalhado em 2.2.3.1 desta Parte II;
- (ii) do ponto de vista dos métodos, Ackroyd (2009, 2010) e Ackroyd e Karlsson (2014) adotam Sayer (2010) e Danermark *et al.* (2005) no que diz respeito às dimensões intensiva (qualitativa) e extensiva (quantitativa); no entanto, seguimos a proposta de Zachariadis *et al.* (2013) para uma abordagem mista e multimetodológica crítico-realista, especificado em 2.2.3.2 desta Parte.
- (iii) no que concerne ao procedimento ou técnica, Ackroyd (2009, 2010) e Ackroyd e Karlsson (2014) referem duas abordagens: não participante (*passive ou detached study*) e participante (*active intervention ou engaged study*); a nossa abordagem será uma investigação de tipo *ex post facto* (C. N. Silva, 2012) e não reativa (Baker, 2008; Berg & Lune, 2012b; Bouchard, 1976; Marrelli, 2007; Webb *et al.*, 1966), aspeto a ser abordado em 2.2.3.3 desta Parte.

Da intersecção entre os aspetos (i), (ii) e (iii) aplicado ao nosso fenómeno de interesse, na ótica de Ackroyd (2009, 2010) e Ackroyd e Karlsson (2014), este estudo situar-se-ia entre um estudo de caso comparativo – se o objetivo for responder “how do context and mechanism typically interact?” (2014, p. 27) – e a análise generativo-institucional – se o propósito consistisse em responder “how do context and mechanism historically intersect?” (2014, p. 27). No entanto, a abordagem proposta por Ackroyd (2009, 2010) e Ackroyd e Karlsson (2014) não é suficiente em si do ponto de vista da seleção dos métodos de recolha e de análise de dados aplicados no estudo de caso. Tal implica precisar mais o tipo de estudo de caso que melhor se ajuste à *framework* proposta por Danermark *et al.* (2005) em relação ao nosso fenómeno de interesse. Consideramos a abordagem de Blatter e Haverland (2014) mais adequada para a condução de um estudo de casos múltiplos de tipo crítico realista, por proporcionar uma transposição consistente do quadro metateórico selecionado ao plano metodológico, pois o Realismo Crítico “strive for explaining specific cases or for contingent generalizations instead of universal laws” (Blatter e Haverland, 2014, p. 12).

O propósito desta subsecção consiste em descrever as estratégias, os procedimentos e as técnicas de investigação, que darão forma a este estudo, especialmente como o caso veiculado pela Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira,

2017), pode ser analisado, desvelando as diversas camadas ou estratos que encobrem a natureza do nosso fenómeno de interesse.

2.2.3.1. Estratégia de investigação

O estudo de caso possui diversas definições na literatura, em função das disciplinas e escolhas metateóricas que lhes são subjacentes (Blatter, 2008; Blatter & Haverland, 2014; Gerring, 2006; Harrison *et al.*, 2017; Mills *et al.*, 2012). As definições mais conhecidas são as de Yin (1984, 2018), Stake (1995) e Merriam (2009). No entanto, diversos autores apontaram o estudo de caso por vezes como desenho ou estratégia de investigação, metodologia ou método, subsistindo divergências quanto à sua natureza (VanWynsberghe & Khan, 2007; Verschuren, 2003). Inclínamos para a ideia de que o estudo de caso pode envolver “any combination of methodologies and methods and so is perhaps better described as a strategy to capture the decision making that goes into developing a particular case study” (Mills *et al.*, 2012, p. xxxii).

Um caso pode ser um fenómeno, uma unidade narrativa ou uma instância de uma sequência de eventos (Dumez, 2015) ou “empirical units or theoretical constructs” (Ragin, 1992). Mas o que torna um caso susceptível de ser um estudo de caso consiste no seu vínculo com a realidade, especialmente na pesquisa de “a contemporary phenomenon (the “case”) in depth and within its real-world context”, designadamente quando “the boundaries between phenomenon and context may not be clearly evident” (Yin, 2018, p. [45]). No conspecto do estudo de caso causal, o caso corresponde “an instance of a causal process playing out, linking a cause (or set of causes) with an outcome” (Beach & Pedersen, 2016, p. 5). A acessibilidade ao caso é condição necessária para a condução da investigação (Blatter & Haverland, 2014).

Apesar de existirem diversas estratégias de configuração de estudos de caso, Yin (2018) identifica três tipos: exploratório, descritivo e causal. Um estudo de caso exploratório visa realizar um estudo em torno de fenómenos desconhecidos e sobre os quais não se dispõe de investigação relevante (Streb, 2012). Um estudo de caso de tipo descritivo visa “to assess a sample in detail and in depth, based on an articulation of a descriptive theory” (Tobin, 2012, p. 288). Um estudo de caso causal ou explanatório incide na análise de “sequence of events or processes and thus lend themselves to building explanatory theories” (Woiceshyn, 2012, p. 137).

A estratégia de investigação desta tese adota a combinação do estudo de caso causal e do estudo de casos múltiplos (Stake, 2006; Yin, 2018), mais especificamente o estudo de casos múltiplos de tipo crítico-realista. O estudo de caso tem sido considerado como o meio preferencial para diversos trabalhos no âmbito do Realismo Crítico (Ackroyd & Karlsson, 2014; Christie *et al.*, 2000; Danermark *et al.*, 2005; Easton, 2010; Elger, 2010; Tsang, 2014; Wynn & Williams, 2008, 2012, 2020), designadamente para compreender os mecanismos e estruturas de fenómenos pouco conhecidos, os quais operam em sistemas abertos. A adoção desta estratégia é consistente, por um lado,

com a revisão de literatura (cf. Parte I *Revisão de literatura*), que permitiu evidenciar que o estudo de caso constitui uma das estratégias de investigação mais utilizadas para analisar casos de arquivos deslocados. Por outro lado, uma vez que a cada fundo ou arquivo⁷³ se lhe atribui como características, *inter alia*, a unicidade (Duranti, 2015b; O’Toole, 1994) e a organicidade (Duranti, 2015a), a condição particular dos conjuntos documentais mencionados na Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), constitui não só casos distintos mas também com características que são apresentadas como desviantes ou peculiares em relação a outros conjuntos documentais custodiados normalmente pelas entidades arquivísticas. Os fundos e os instrumentos de acesso à informação constituem casos delimitados temporal e espacialmente (dimensão cronotópica) não só em relação à entidade produtora dos fundos mas também às entidades custodiantes. A organicidade e unicidade dos conjuntos documentais mencionados na Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), dependerão de como as entidades custodiantes as representaram nos instrumentos de acesso à informação.

Para o propósito do desenho da estratégia de investigação, tratamos de realizar uma descrição das escolhas, caracterizando os estudo crítico-realista de casos múltiplos e a sua transposição para os propósitos desta tese. Não é propósito identificar aqui todas as tipologias, os conceitos e a diversidade de estudos de caso, direcionando a atenção apenas ao que é pertinente para este estudo. O objetivo essencial consiste em definir critérios suportados numa base teórica que possibilite a replicação deste estudo de caso a fenómenos congéneres.

Estudo crítico-realista de casos múltiplos. Esta epígrafe tem como propósito descrever as bases teóricas e metodológicas que conduziram à seleção de uma estratégia de investigação em particular. A tipologia de estudo de caso que se adota resulta da combinação do estudo de caso causal de Yin (2018) e de Blatter e Haverland (2014), do estudo de casos múltiplos (Stake, 2006), dos princípios para um estudo de caso crítico-realista (Wynn & Williams, 2012, 2020). Apesar de o enfoque causal em estudos de caso ter recebido denominações distintas, quer como estudo de caso causal (Beach & Pedersen, 2016; Woiceshyn, 2012), quer como estudo de caso explanatório (Blatter & Haverland, 2014; Harder, 2010), ambas as tipologias constituem variantes, porém mais genéricas, do estudo de caso crítico-realista (Ackroyd & Karlsson, 2014; Danermark *et al.*, 2005; Easton, 2010; Tsang, 2014; Wynn & Williams, 2008, 2012, 2020).

Os estudos de casos explanatórios ou causais visam “to explain how and why event x led to event y” (Yin, 2018). Permitem, como Harder sugere, “not only explore and describe phenomena but can also be used to explain causal relationships and to develop theory” (2010, p. 370). Os estudos de

⁷³ Entendido canonicamente pela terminologia da especialidade como “conjunto de documentos de arquivo, independentemente da sua forma ou suporte, organicamente produzido e/ou acumulado e utilizado por uma pessoa singular, família ou pessoa colectiva, no decurso das suas actividades e funções” (Conselho Internacional dos Arquivos, 2002, p. 13).

casos múltiplos, também denominado como *multi-site*, implica, por seu turno, o recurso a mais de um caso, com o propósito de comparar casos entre si em termos de similaridade ou dissimilaridade (Stake, 2006) relativo a “contemporary phenomenon that is common to two or more real-world or naturalistic settings” (Bishop, 2010, p. 587). O estudo de caso crítico realista caracteriza-se por “to identify the causes behind why something happened in terms of the structure and mechanisms that enabled the actions to occur” (Wynn & Williams, 2020, p. 60).

Apesar de a combinação entre os estudos de casos múltiplos causais ou crítico-realistas existirem na literatura em outros domínios (Perversi *et al.*, 2018), coexistem diversas tipologias de explanação em estudo de caso (Beach & Pedersen, 2016; Blatter & Haverland, 2014; J. G. Eastwood et al., 2014). Os estudos de caso causal ou explanatório, de acordo com Beach e Pedersen, podem ter três tipos de configurações metodológicas: “small-N comparative methods, congruence methods, and process-tracing methods” (2016, p. 3). A estratégia baseada na abordagem comparativa de casos simples (ou *small-N*, sendo *n* o número de casos observados) consiste numa “focused comparison of a small number of cases using designs such as the method of agreement or a most-similar-system comparison that enable disconfirming inferences to be made about conditions” (Beach & Pedersen, 2016, p. 10). O método de análise de congruência (CON) consiste em demonstrar se “a theory is congruent (or not congruent) with the outcome in a case” (George & Bennett, 2007), que tem por base, também, uma abordagem *small-N* (Blatter & Haverland, 2014). O método de análise de rastreio processual (*process-tracing* ou CPT) (Beach & Pedersen, 2013; George & McKeown, 1985) consiste numa “procedure for identifying steps in a causal process leading to the outcome of a given dependent variable of a particular case in a particular historical context” (George & Bennett, 2007). Blatter e Haverland incluem outra abordagem denominada por análise covariacional (COV), mais focalizada no efeito provocado “between an independent variable X and a dependent variable Y to infer causality” (2014, p. 33).

Para além destes aspetos, a possibilidade de combinar-se um estudo de caso de corte crítico-realista com um desenho de estudos casos múltiplos tem implicações em torno dos critérios de seleção das unidades (e subunidades) de análise e das unidades de observação. As unidades de análise podem ser globais ou justapostas de um caso, as quais, também, podem ser “qualitative or quantitative, experimental or observational, synchronic or diachronic” (Gerring, 2006, p. 65). As unidades de observação são “pieces of information that are located on the lowest level of abstraction” (Blatter & Haverland, 2014).

A seleção das características mais relevantes para a condução de um estudo crítico-realista de casos múltiplos são fundamentais tanto para o processo de recolha de dados como para a sua análise. Tal permitiria extrair “a comprehensive overview over the temporal unfolding of the causal-process, the ability to provide a dense description of critical moments, and the possibility of gaining deep insights into the perceptions and motivations of important actors, the accessibility of a case is the

primary precondition for investigation” (Blatter & Haverland, 2014, p. 25). Assim, os estudos de casos múltiplos dependem da(s) configuração(ões) do fenómeno e do(s) nível(eis) de profundidade passíveis de serem delimitados em termos de número de casos, de unidades de análise e de observação. No caso dos arquivos deslocados, particularmente aqueles que decorrem em contexto subnacional⁷⁴, a delimitação do fenómeno de interesse depende do grau de decomposição entre a dimensão e/ou o enfoque em torno dos artefactos removidos, do(s) papel(éis) dos agentes intervenientes na(s) disputa(s) e das condições subjacentes ou meios disponíveis de acessibilidade à informação.

No que diz respeito à mostra intencional (ou não probalística), Gerring (2006) distingue diversos critérios de seleção, como a seleção típica, diversa, extrema, desviante, influente, crucial, direcionada, maior similaridade ou maior dissimilaridade. Não discorreremos sobre estas características, uma vez que, sendo formas de descoberta, a questão da representatividade dos casos poderia ser enviesada se o recurso a um destes critérios fosse determinado *a priori*. Selecionar um caso ou vários casos de arquivos deslocados com base nestas técnicas incorrer-se-ia numa “falácia epistémica”, uma vez que estes conjuntos documentais podem ser objeto de análise e de interpretação sob diversas lentes teóricas e metodológicas.

A opção mais consistente deverá desenvolver-se de forma mais pragmática, que faça emergir dados significativos ao longo do curso da investigação. Tal estratégia possibilitará que o método de explanação de Danermark *et al.* (2005) se materialize numa abordagem multimetodológica e sequencial de estudos de casos causais múltiplos de tipo COV-CPT-CON, como Blatter e Haverland propuseram: “1. complementing the co-variational approach (COV) with causal process tracing (CPT) and 2. using causal-process tracing (CPT) as an integral element of or as a complement to a congruence analysis (CON)” (2014, p. 206). O resultado expectável desta estratégia consiste, não a comparação *tout court*, mas a formas de aproximação às dimensões do real que é, dentro dos pressupostos do Realismo Crítico, ontologicamente estratificado. Para a condução de um estudo de caso crítico-realista, Wynn e Williams (2012) realçaram, além disto, cinco princípios: (i) explicação dos eventos, (ii) explicação da estrutura e do contexto, (iii) retrodução, (iv) corroboração empírica e (iv) triangulação e multimétodos, que a seguir se descreve:

- (i) **Explicação dos eventos.** Este princípio requer uma identificação detalhada sobre os eventos empiricamente observados, que são submetidos a um processo de abstração. Este princípio coincide com a etapa 1 do modelo de explanação de Danermark *et al.* (2005), no plano do concreto. Consideramos que para conhecer os eventos que se situam no domínio do empírico podemos aplicar a abordagem covariacional de Blatter e Haverland (2014), delimitando os casos, as unidades de análise e de observação.

⁷⁴ Os contextos subnacionais ou intranacionais podem ser muito diversos.

- (ii) **Explicação da estrutura e do contexto.** De acordo com Wynn e Williams, este princípio visa identificar estruturas físicas ou sociais, agência e contexto, que podem ser etiológicamente relevantes para a compreensão do fenómeno. Consiste na descrição das entidades estruturais, partes constituintes e condições contextuais existentes. Este princípio é consistente com as etapas 1 e 2 do modelo de explanação de Danermark *et al.* (2005) e com a abordagem covariacional de Blatter e Haverland (2014), mediante uma descrição densa (Geertz, 1973), com a decomposição do fenómeno pelas suas partes constituintes.
- (iii) **Retrodução.** Este princípio constitui o processo central do estudo de caso crítico-realista. Este princípio visa estabelecer uma ligação entre os poderes causais ou tendências existentes numa estrutura (que podem ou não serem observados empiricamente) e os eventos que configuram o fenómeno de estudo. Sendo a retrodução um subtipo de inferência abdutiva, que consiste numa “movement from the events and observations of the case towards a hypothesized solution”, a retrodução “includes the abductive movement, plus deductive reasoning that enables the hypothesis (here, a newly conceptualized mechanism) to be tested” (Wynn & Williams, 2020, p. 52)⁷⁵. Este princípio é congruente com as etapas 3 e 4 de Danermark *et al.* (2005) e com a abordagem de explicação através do *process-tracing* de Blatter e Haverland (2014) e de Beach e Pedersen (2013, 2016).
- (iv) **Corroboração empírica.** O objetivo deste princípio visa assegurar que a explanação dos mecanismos causais se sustentem em dados empiricamente recolhidos de modo a obter-se “the full spectrum of data describing the social structures, conditions, agency, and events” (Wynn & Williams, 2012, p. 801). Este princípio encontra-se vinculado com as etapas 5 e 6 de Danermark *et al.* (2005) e com a análise de congruência de Blatter e Haverland (2014), pois implica uma validação dos mecanismos e estruturas que emergiram do processo retrodutivo através de dados empíricos.
- (v) **Triangulação e multimetodologia.** Este princípio encontra-se associado à ideia de que o pluralismo metodológico é indispensável para dar consistência na análise causal “based on a variety of data types and sources, analytical methods, and theoretical perspective” (Wynn & Williams, 2012, p. 803). A triangulação visa “the combination of methodologies in the study of the same phenomenon” (Denzin, 2009, p. 297). Este princípio encontra-se associado aos princípios suprarreferenciados (i) e (ii).

Transposição do estudo crítico-realista de casos múltiplos ao fenómeno de interesse. O propósito desta epígrafe consiste em descrever os elementos constituintes da Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), que constituem a

⁷⁵ Não aplicamos nesta tese o método da “retrodição”, como “the application of previously identified mechanisms to the explanation of an outcome in a new setting, whereas retroduction refers to efforts to identify new mechanisms” (Wynn & Williams, 2012, p. 799). Logicamente, tal implicaria a existência de um estudo de caso crítico-realista sobre o nosso fenómeno de interesse que possibilitasse a replicação do método de retrodução previamente analisado.

base do estudo crítico-realista de casos múltiplos. O problema que circunda os arquivos deslocados em contexto subnacional consiste em identificar até que ponto os instrumentos de acesso à informação são concebidos pelas entidades custodiantes com vista a uma representação orgânica e íntegra dos conjuntos documentais objeto de disputa. De acordo com a Figura 22, constituímos três níveis de análise, que configuram no seu conjunto um estudo de casos múltiplos:

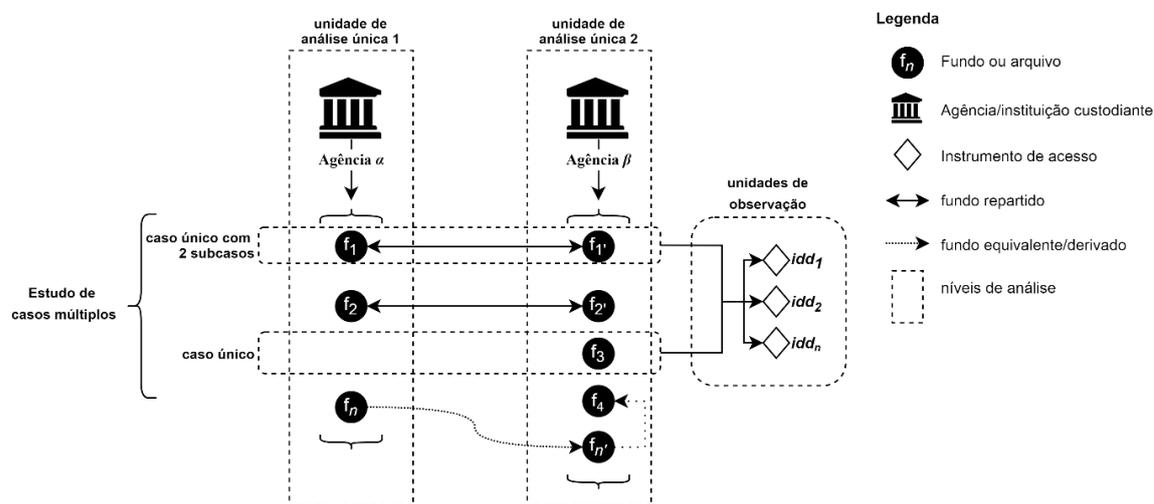


Figura 22 – Estratégia de seleção de casos.

Fonte: elaboração própria.

- (i) **Unidades de análise.** Como já referimos, a Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), identifica precisamente que a disputa pelos conjuntos documentais removidos do arquipélago da Madeira envolve duas entidades custodiantes, que pertencem, por um lado, ao perímetro da administração pública regional autónoma e, por outro, ao perímetro da administração pública central: o Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira (ABM) e o Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT). O percurso histórico-institucional pode indicar múltiplos aspectos indispensáveis sobre as motivações e as estratégias de aquisição de conjuntos documentais, não só documentados nos seus “arquivos dos arquivos”, mas nos instrumentos de acesso à informação produzidos por cada uma destas entidades. O papel destas entidades pode ser determinante na forma como os conjuntos documentais foram adquiridos e representados em instrumentos de acesso à informação. Em termos crítico-realistas, estas unidades de análise colocam ênfase na agência, porque esta tem a capacidade de poder alterar a estrutura e a forma como os fenómenos se manifestam no domínio do empírico (Archer, 1995; Danermark *et al.*, 2005; Sayer, 2010).
- (ii) **Seleção de casos.** A Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), identifica cinco fundos, assim denominados: Cabido da Sé do Funchal, Convento de Santa Clara, Convento da Encarnação, Provedoria da Real Fazenda e Alfândega do Funchal. No entanto, a dimensão dos conjuntos documentais – cerca de

12776 unidades de instalação (Macedo, 2019c) e suscetível de alteração – não é exequível de ser conduzido num estudo desta natureza. É preciso aferir, em primeiro lugar, se o número de fundos enumerados pela Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), é correto e, em segundo lugar, proceder à seleção dos casos. Atendendo à diversidade dos conjuntos documentais – fundos produzidos e acumulados por instituições eclesiásticas extintas e instituições régias do Antigo Regime no arquipélago da Madeira – cingimo-nos a uma amostra representativa, que proporciona uma análise dos mecanismos, das estruturas e dos poderes causais, com possibilidade de generalização aplicável a outros contextos. De acordo com a Figura 22 *supra*, a seleção da amostra será de tipo intencional ou não probabilístico em torno de, pelo menos, dois casos: (1) conjuntos documentais do mesmo produtor repartidos entre o ABM e o ANTT, os quais configuram dois subcasos, e (2) conjuntos documentais na custódia total de uma entidade (*i. e.*, ANTT). Os critérios da amostragem intencional visam selecionar os casos que são suficientemente ilustrativos para perscrutar os mecanismos de representação adotados pelas entidades custodiantes. A amostragem intencional permite-nos cingir à condição, à estrutura e às características dos conjuntos documentais. O enfoque da seleção deverá incidir, por um lado, em casos extremos e, por outro, em casos cruciais ou críticos. Os casos extremos correspondem àqueles que são considerados como “prototypical or paradigmatic of some phenomena of interest” como “prototypical or paradigmatic of some phenomena of interest” (Gerring, 2006, p. 101), enquanto os casos críticos tem como objetivo confirmar ou refutar a teoria (Eckstein, 1975; Gerring, 2007), *i. e.*, até que ponto os arquivos deslocados baseados em casos internacionais diferem/se assemelham aos casos subnacionais em termos de representação da informação em instrumentos de acesso à informação, como analisado na Parte I *Revisão de literatura*. Para este efeito, consideramos que (a) o caso crítico pode corresponder a um fundo reclamado por uma entidade a outra que detém a sua custódia total e (b) o caso extremo pode consistir num fundo do mesmo produtor repartido entre entidades custodiantes distintas. A diferença entre estes dois critérios reside no facto de a representação da organicidade em torno de fundos, que se encontram globalmente numa entidade a quem se lhe contesta a custódia, ter uma incidência menor – dado que a produção dos instrumentos de acesso à informação dependem das políticas de descrição da entidade custodiante – do que aqueles casos em que os conjuntos documentais do mesmo produtor se encontram repartidos entre entidades custodiantes distintas. O processo de seleção de casos encontra-se explicitado e fundamentado em 2.3 deste capítulo.

- (iii) **Unidades de observação.** De modo a sustentar empiricamente a presente investigação, as unidades de informação correspondem aos objetos de onde se recolhem dados relevantes relativos ao fenómeno de interesse (Boyd, 2008). No presente caso, estabelecemos dois níveis de unidades de observação: (1) os instrumentos de acesso à informação, independentemente da sua

variedade tipológica (guia, roteiro, inventário, catálogo, base de dados, etc.), relativos aos fundos mencionados pela Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017); e (2) “arquivos dos arquivos”, designadamente do ABM e do ANTT.

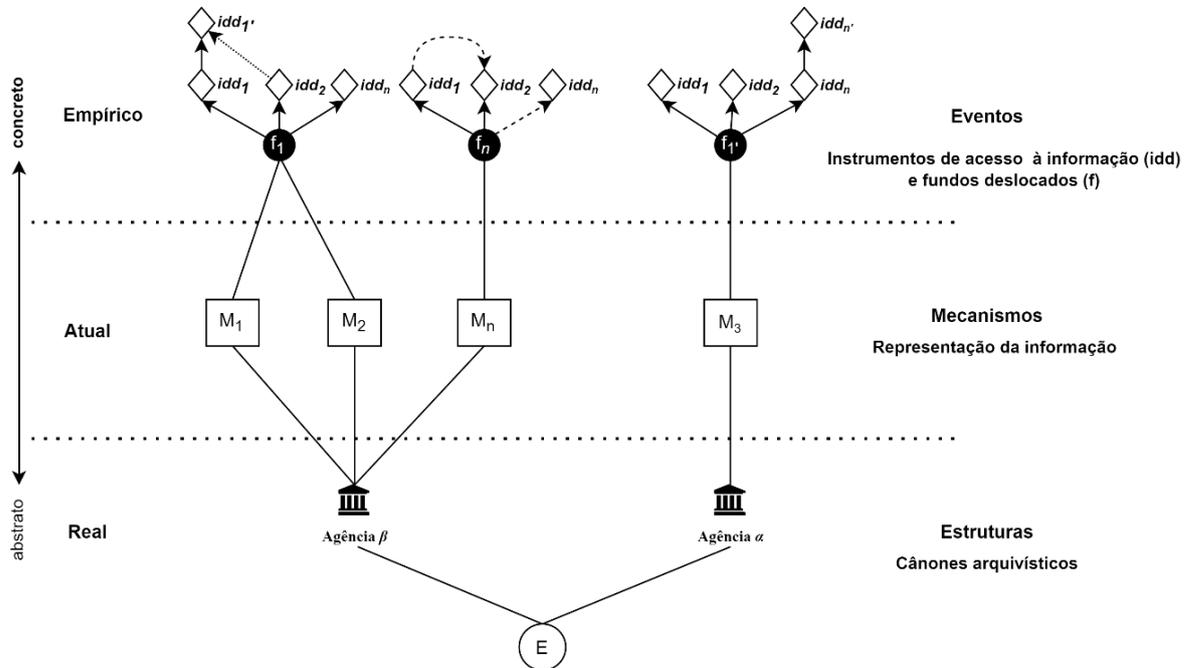


Figura 23 – Hipótese de representação ontologicamente estratificada.
Fonte: elaboração própria, a partir de Sayer (2010).

A combinação dos casos e das unidades de análise e de observação poderão ter níveis de profundidade distintos segundo as abordagens de explanação causal de tipo COV-CPT de Blatter e Haverland (2014). Esta estratégia de explanação em estudo de casos múltiplos de tipo crítico realista é consistente com o processo de análise entre os diversos estratos da realidade proposto por diversos realistas críticos, como representado na Figura 22 *supra*.

Conforme exposto, os instrumentos de acesso à informação constituem eventos do domínio do empírico que foram produzidos para representar fundos e que podem existir entre uma ou várias versões, materializados em diversas tipologias genológicas e com níveis de profundidade distintos. Os instrumentos de acesso à informação podem desvelar mecanismos subjacentes à representação da informação em torno dos fundos documentais, que podem depender de estruturas e de agências com poderes ou tendências para a constituição de cânones arquivísticos institucionais.

Posto isto, apresentamos as bases procedimentais para a recolha e análise de dados empíricos, que permitem explorar diversos níveis de profundidade em torno do fenómeno de interesse em estudo.

2.2.3.2. Métodos de investigação

O propósito desta subsecção consiste em alinhar as questões de investigação com a natureza dos dados a recolher, a seleccionar e a analisar consistentemente neste estudo. Referimos que a natureza do fenómeno subjacente à Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), possibilita o recurso aos métodos mistos ou multimétodos, uma vez que a representação da informação arquivística em instrumentos de acesso à informação congrega inerentemente informação quantitativa (dimensão documental, número de classes, etc.) e qualitativa (representação textual do conteúdo). Esta dimensão, quantitativa e qualitativa, não pode ser dissociada nem segmentada, uma vez que ontologicamente existe uma relação de necessidade entre os fundos e os instrumentos de acesso à informação em termos de representação da sua dimensão e estrutura interna e externa para fins de controlo e de recuperação de informação. Além disto, os métodos mistos aplicados em estudos de caso crítico realistas constituem abordagens emergentes (Hurrell, 2014; Zachariadis *et al.*, 2013), congruente com o pluralismo metodológico proposto por Danermark *et al.* (2005).

Os métodos mistos implicam, desta forma, a combinação de métodos de recolha e de análise de dados qualitativos (QUAL) e quantitativos (QUAN), com o objetivo de fazer emergir novos construtos teóricos que sejam significativos para a compreensão de fenómenos pouco conhecidos (Creswell, 2016; Creswell & Creswell, 2014; R. B. Johnson & Onwuegbuzie, 2004; Teddlie & Tashakkori, 2009).

Uma vez que definimos que a estratégia para a seleção de casos se suporta numa amostragem intencional de um caso crítico e de um caso extremo de fundos sob custódia do ANTT e/ou do ABM, os casos seleccionados têm como condição necessária a existência de instrumentos de acesso à informação onde constem dados de natureza qualitativa e quantitativa. Tal seleção concita uma investigação multimetodológica: por um lado, temos diversos instrumentos de acesso à informação com configurações genológicas distintas (QUAL) e níveis de profundidade de análise diferenciada (QUAN) produzidos em contextos distintos para representar um caso (ou fundo); por outro, temos os fundos produzidos pelas entidades custodiantes (vulgo, “arquivo do arquivo”), que permitirão esclarecer as circunstâncias de remoção/reivindicação e as orientações internas em torno das políticas de acesso e de descrição arquivísticas adotadas.

Dado que cada uma destas fontes de informação pode requerer mais do que um método para análise e interpretação de dados, esta abordagem multimetodológica visa a triangulação de métodos, que constitui um dos princípios para a condução de um estudo de caso crítico (Wynn & Williams, 2012).

Exporemos a seguir as opções em torno da combinação dos métodos mistos e multimetodológicos aplicados no desenho de investigação em torno do fenómeno de interesse em estudo.

Métodos mistos e multimétodos em investigação crítico-realista. Esta epígrafe visa expor as escolhas teóricas e metodológicas baseadas em métodos mistos que integram o desenho do procedimento de investigação.

A dicotomização entre métodos qualitativos e métodos quantitativos tem sido tradicionalmente associada, respetivamente, à tradição interpretivista e positivista. Esta dicotomização, como já referido *passim* atrás, demonstrou ser insuficiente para explicar causalmente fenómenos em profundidade, designadamente aqueles que operam em sistemas abertos.

Entre as diversas tipologias de desenho de métodos mistos (Teddlie & Tashakkori, 2009), Creswell e Clark (2017) distinguem três tipologias: convergente, explanatória e exploratória. A abordagem convergente combina resultados derivados da aplicação simultânea de métodos quantitativos e qualitativos, com vista à comparação ou combinação (notação QUAN + QUAL). A abordagem explanatória sequencial visa explicar qualitativamente dados quantitativos com a sequência QUAN → qual. A abordagem exploratória visa explicar quantitativamente dados qualitativos com a sequência QUAL → quan. No entanto, o procedimento QUAN → qual, ao que parece, remete para a perspectiva de causalidade de Popper-Hempel, que os realistas críticos consideraram ser insuficiente por basear-se na sequencialidade de eventos que se situam no domínio do empírico para inferir a causalidade (Bhaskar, 1979; Danermark *et al.*, 2005).

Para Sayer (2010), Danermark *et al.* (2005), Ackroyd (2009, 2010) e Ackroyd e Karlsson (2014), as abordagens intensivas são tendencialmente qualitativas, enquanto as abordagens extensivas são tendencialmente quantitativas. As abordagens extensivas e intensivas encontram-se relacionadas com a natureza dos dados recolhidos empiricamente. Danermark *et al.* referem que a abordagem intensiva “focuses on generative mechanisms” (2005, p. 166), com incidência para um ou poucos casos. A abordagem extensiva ou quantitativa “studies a larger population and tries to find regularities and patterns” (Danermark *et al.*, 2005, p. 206).

A transposição dos métodos qualitativos e quantitativos num estudo crítico-realista tem sido explorado, como já apontado acima e ilustrado na Figura 24 (*infra*), através de dois procedimentos: abordagens intensivas e extensivas.

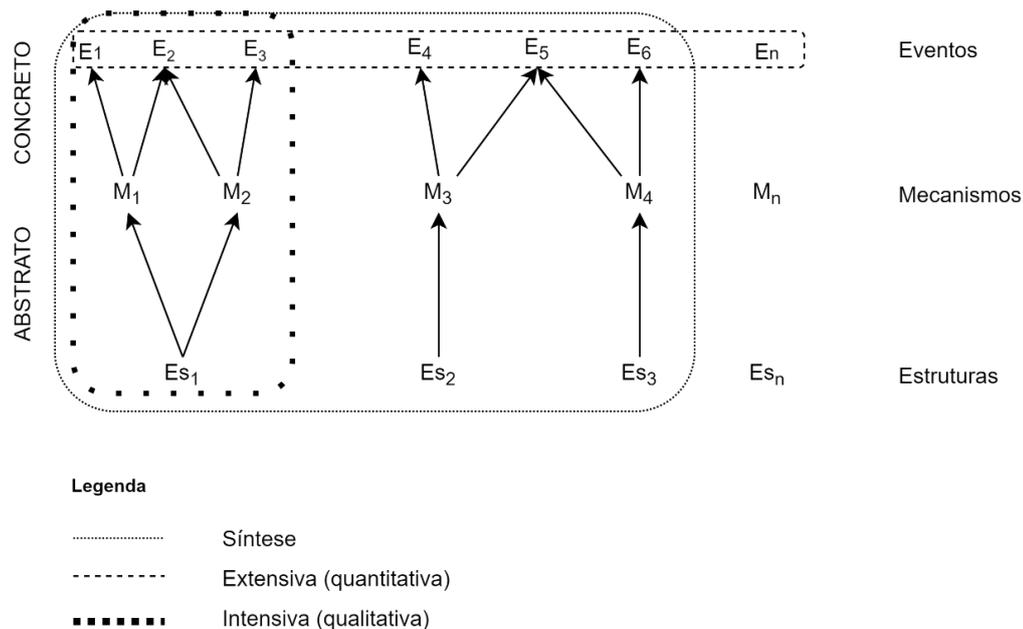


Figura 24 – Modelo de análise intensiva e extensiva entre estratos.

Fonte: adaptado de Sayer (2010, p. 159).

Os métodos mistos constituem, assim, uma abordagem emergente em estudos baseados no Realismo Crítico (Hurrell, 2014; Maxwell & Mittapalli, 2015; Zachariadis *et al.*, 2013). O pluralismo metodológico defendido pelos realistas críticos é consistente com o recurso a métodos mistos, designadamente para o processo retrodutivo, uma vez que possibilita “to use extensive methods to identify and establish demi-regularities with data patterns, which are then used to guide intensive research that will uncover the mechanisms, agencies, and social structures that produce the behavior observed” (Zachariadis *et al.*, 2013, p. 864). Ora esta abordagem assemelha-se aos métodos mistos explanatórios de tipo sequencial (QUAN → qual) (Creswell *et al.*, 2017; Teddlie & Tashakkori, 2009), com a diferença de o processo de inferência abduativa e retrodutivo não ser claro em grande parte dos estudos mistos que adotaram a estratégia explanatória.

Zachariadis *et al.* (2013) referem que as motivações para realizar um estudo crítico-realista de base mista têm como características os seguintes aspetos:

- Complementaridade: os métodos mistos possibilitam realizar uma análise aprofundada em torno de fenómenos;
- Completude: os métodos mistos proporcionam uma perspetiva não só abrangente e profunda no estudo do fenómeno de interesse, com recurso a considerações metateóricas, que permitam enquadrar sob que ângulo tal fenómeno pode ser analisado;
- Evolução: as inferências podem conduzir a novos tipos de investigação, uma vez que o processo retrodutivo pode apontar para novas hipóteses de investigação;

- Expansão: os métodos mistos de tipo explanatório permitem expandir o conhecimento em torno do fenômeno de interesse, especialmente como abordagens extensivas possibilitam expandir o estudo intensivo em torno dos mecanismos geradores;
- Corroboração: os resultados podem ser confirmados em outro tipo de fontes de informação;
- Compensação: métodos que demonstrem ser insuficientes para a compreensão do fenômeno podem ser compensados por outros métodos;
- Diversidade: os métodos mistos proporcionam diferentes *insights* em torno do mesmo fenômeno, pelo que diferentes métodos podem ser utilizados para realizar uma prospeção entre diversos estratos da realidade.

Apesar de as abordagens intensivas e extensivas se encontrarem relacionadas com a questão da validade e da qualidade das inferências, inclinamo-nos para a definição de Zachariadis *et al.*, ao definir validade como “the level of quality and rigor of research and can have a significant impact on the quality of inferences that are generated from a study” (2013, p. 858). Para estes autores, a validade em estudos mistos de tipo crítico-realista emerge da combinação entre as abordagens extensiva (ou quantitativa) e intensiva (ou qualitativa), conforme a Figura 25 sintetiza.

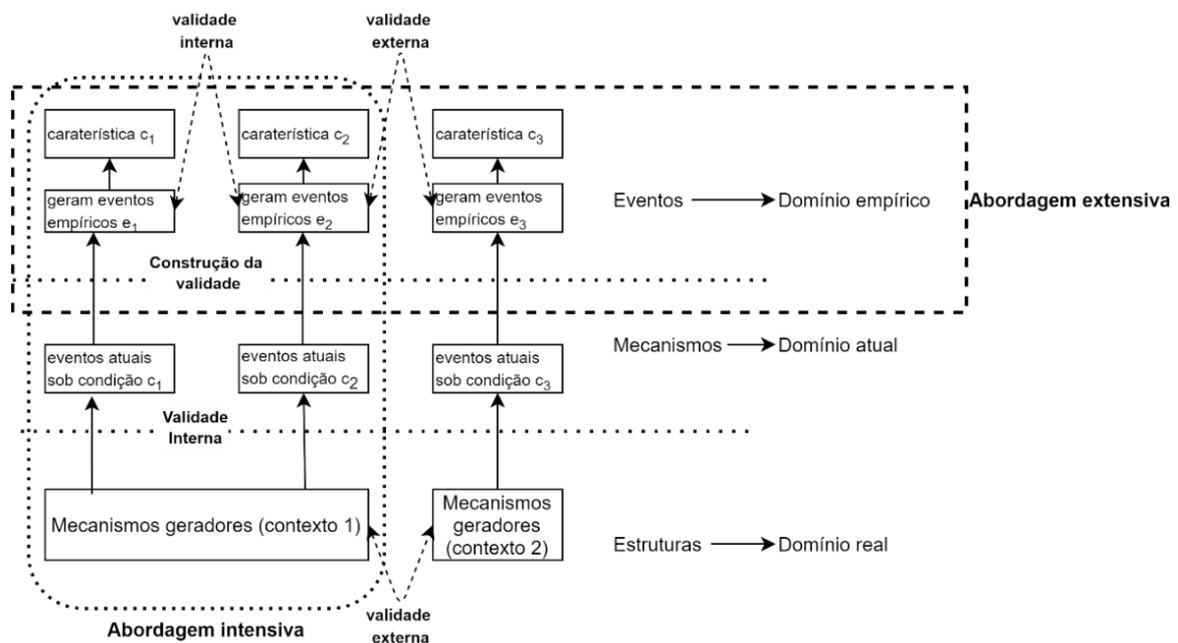


Figura 25 – Aferição da validade entre estratos.

Fonte: adaptado de Zachariadis *et al.* (2013, p. 861).

- Abordagens extensivas.** Em termos de validade do desenho, os eventos que ocorrem no domínio do empírico estão teoricamente vinculados a mecanismos geradores que operam num determinado contexto (validade interna). Há probabilidade de certos eventos, que ocorrem

noutros contextos (validade externa), poderem ter sido gerados pelo mesmo ou outros mecanismos que causaram eventos similares. A validade dos critérios de mensuração deve ser rigorosos e inequívocos em torno dos eventos observados no domínio do empírico, amparando-se em critérios quantitativos. A validade das inferências a partir de métodos quantitativos possibilitam constituir descrições em torno das relações entre os eventos observados no domínio do empírico. Contudo, eventos analisados quantitativamente “do not reveal causal mechanisms” (Hurrell, 2014, p. 243).

- (ii) **Abordagens intensivas.** No que concerne à validade do desenho, a validade das descrições e a credibilidade das fontes de informação providenciam explicações em torno dos mecanismos e das condições que geraram determinados eventos. Os resultados podem ser generalizados para outros contextos com eventos e mecanismos geradores similares. Do ponto de vista da validade analítica, a teoria permite providenciar explicações consistentes se sustentadas em dados que expliquem eventos e potenciais mecanismos. Os resultados dependem da consistência do processo retrodutivo, especialmente se os fatores contingentes emergirem no curso da investigação. Os dados empiricamente sustentados providenciam conhecimento válido e plausível em torno dos mecanismos geradores dos eventos observados. A validade das inferências deve descrever quais os mecanismos responsáveis pelos eventos observados no domínio do empírico.

Transposição dos métodos mistos para o estudo crítico-realista de casos múltiplos. Conforme exposto acima, pretende-se justificar como os métodos mistos constituem o procedimento mais adequado ao nosso fenómeno de interesse. Uma vez que no estudo de casos múltiplos selecionamos como estratégia de amostragem casos extremos e casos cruciais, a amostragem em métodos mistos segue o mesmo critério não probabilístico. Seguindo Zachariadis *et al.* (2013), realizar uma operação de análise extensiva e, depois, um enfoque intensivo possibilita realizar *insights* distintos entre diversos níveis de realidade. Para efeitos práticos, como ilustrado na Figura 26 *infra*, consideramos:

- (1) **Abordagem extensiva.** Os instrumentos de acesso à informação, que representam os fundos referidos na Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), podem ser quantitativamente diversos tanto do ponto de vista das tipologias como da extensão das unidades de instalação descritas tanto pelo ANTT como pelo ABM. Dado que um fundo repartido entre entidades custodiantes corresponde a um caso extremo, a abordagem quantitativa deve incidir particularmente na dimensão ou extensão de unidades documentais custodiadas entre estas entidades. Permite aferir o grau de dispersão de unidades de instalação. Na situação do caso crucial, que corresponde a um fundo na custódia global da entidade arquivística sobre a qual recai a disputa pela sua custódia, segue igualmente o critério anterior. Se estivermos a considerar instrumentos de acesso à informação – como eventos que operam no domínio do empírico – produzidos entre finais do século XIX e os mais

recentes, a abordagem quantitativa deverá ter em conta as transformações no cômputo de unidades de instalação em cada fundo. O estudo de casos múltiplos de corte crítico-realista encontra na análise covariacional (procedimento 1, Figura 26) de Blatter e Haverland uma base que permita identificar “empirical evidence of the existence of co-variation between an independent variable X and a dependent variable Y to infer causality” (2014, p. 33). Por outras palavras, considerando os instrumentos de acesso à informação como eventos que se manifestam no domínio do empírico, pretende-se averiguar a partir da amostra de fundos que representem um caso extremo e um caso crítico (1) quais os instrumentos de acesso à informação foram produzidos pelas entidades custodiantes (variável independente) e (2) qual a relação entre estes e os fundos representados (variável dependente). A relação causal resultante deste procedimento consiste em estabelecer uma relação determinística entre as variáveis dependentes e independentes (Blatter e Haverland, 2014), embora a abordagem covariacional se centre em “only variable-scoring observations, not causal-process observations as the CPT and the CON approaches do” (Blatter e Haverland, 2014, p. 63).

- (2) **Abordagem intensiva.** Conforme exposto, a dimensão quantitativa não é por si só suficiente para explicar causalmente os mecanismos que subjazem na construção de representações em torno dos conjuntos documentais disputados pela Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017). Não se trata apenas de quantificar as unidades de instalação, que se encontram parcialmente repartidas entre o ABM e o ANTT ou totalmente no ANTT, mas sobre como são denominadas ao longo do tempo nos instrumentos de acesso à informação produzidas por estas entidades. Além disto, os instrumentos de acesso à informação descritos conforme (ou não) com as garantias literárias para a descrição arquivística podem conter, explícita ou implicitamente, mecanismos que podem explicar as condições ou opções que as entidades custodiantes adotaram para a representação de fundos tal como se encontram configurados. A metainformação (como título, âmbito e conteúdo, história custodial e arquivística, fonte imediata de aquisição, relações com outras unidades e notas) pode conter informação relevante para a análise abductiva e retrodutiva. Esta abordagem encontra-se condicionada em função dos resultados da abordagem extensiva, de modo a desencadear a partir da amostra de fundos que representem um caso extremo e um caso crítico um estudo crítico-realista de casos múltiplos de tipo intensivo. Tal se baseia em (a) no rastreamento processual (Beach & Pedersen, 2013; Blatter & Haverland, 2014), *i. e.*, como as unidades de instalação de um fundo foram descritas diacronicamente em diversos instrumentos de acesso à informação, sendo a Estemática o método que mais se aproxima a este procedimento 2; e (b) na análise de congruência (Blatter e Haverland, 2014), *i. e.*, até que ponto as informações dos “arquivos dos arquivos” permitem fundamentar com maior plausibilidade as decisões ou motivações das entidades custodiantes em matéria de (não) representação da in-

formação sobre os fundos disputados, correspondendo ao procedimento 3. A Figura 26 delimita os procedimentos de análise extensiva e intensiva entre as diversas abordagens de estudos de casos múltiplos.

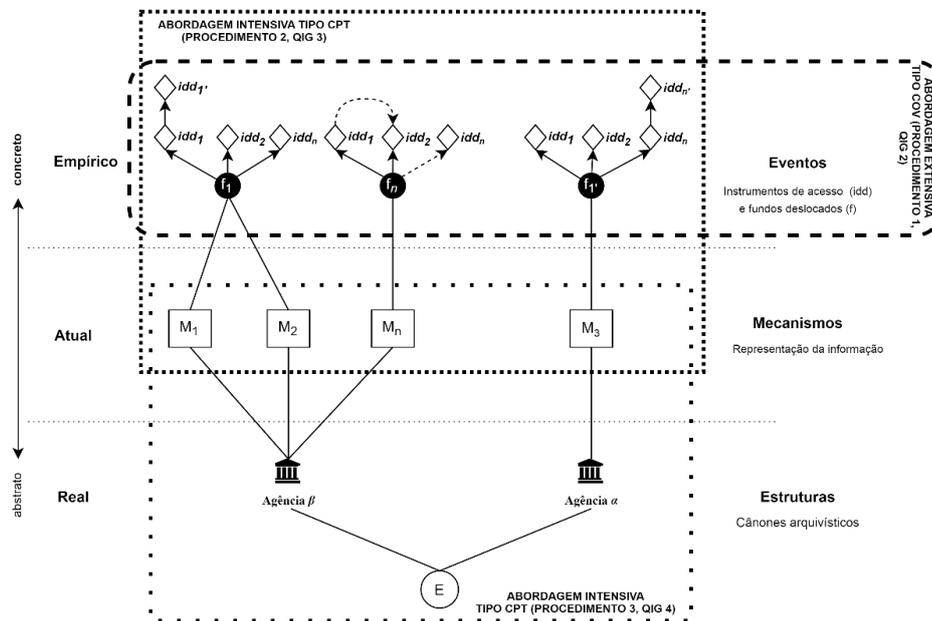


Figura 26 – Delimitação dos procedimentos de análise extensiva e intensiva.

Fonte: elaboração a partir de Sayer (2010). Dados da investigação: <<https://osf.io/bekdp/>>.

2.2.3.3. Métodos para recolha de dados

Esta subsecção visa expor técnicas de investigação, que orientam no processo de recolha e análise de dados e que suportam as escolhas expostas nas estratégias e nos procedimentos de investigação acima exarados. Embora os conceitos de método e técnica de investigação sejam utilizados, por vezes, de forma equivalente, inclinamo-nos para a distinção que Kothari estabelece entre técnica de investigação, como “behaviour and instruments we use in performing research operations such as making observations, recording data, techniques of processing data and the like” (2019, p. 7), e método de investigação, como “behaviour and instruments used in selecting and constructing research technique” (2019, p. 7).

Considerando para os aspetos já atrás anunciados, incidimos o enfoque para as representações da informação arquivística nos instrumentos de acesso relativos à condição particular em que se encontram os fundos mencionados na Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017). Tal enfoque por si só demonstra que o desenho desta investigação se baseia na observação como estratégia principal para a recolha de dados, com especial realce para técnicas não reativas de tipo arquivístico (Baker, 2008; Berg & Lune, 2012b; Bouchard, 1976; Marrelli, 2007; Page, 2004; Webb *et al.*, 1966), de carácter retrospectivo (Song, 2012) e *ex post facto* (C. N. Silva, 2012).

No quadro global das técnicas empregues nesta investigação, desde a recolha até a análise dos dados, este estudo emprega técnicas e ferramentas computacionais desenvolvidas no âmbito das Humanidades Digitais (Sabharwal, 2018; Schreibman, Siemens, & Unsworth, 2004; Terras *et al.*, 2013), não só com recurso a diversos sistemas de informação *web* para a prospeção e recolha de dados, mas também a ferramentas desenvolvidas no âmbito, por exemplo, da estemática (Philipp Roelli, 2020; van Reenen *et al.*, 1996, 2004).

Um dos aspetos que tornam o presente estudo como uma investigação de tipo não reativo consiste no facto de os dados não advirem da observação dos comportamentos ou perceções humanas ou do investigador mas dos artefactos. Berg e Lune referem que a recolha dos dados se centra em “social artifacts, traces, or other materials or events that were first created for some other reason prior to our examining them as data” (Berg & Lune, 2012b, p. 146). Tal abordagem “neither depend on nor seek the active involvement or consent of human research participants and frequently are undertaken without participants’ awareness” (Page, 2004, p. 1163). Entre as técnicas não reativas de recolha de dados, os arquivos (como repositórios) constituem um recurso considerado como não reativo (Webb *et al.*, 1966), *i. e.*, o investigador não interveio diretamente na produção dos dados. A acessibilidade aos recursos informacionais (indispensável para a replicabilidade da investigação), tanto *in loco* como virtualmente, e a confiabilidade dos dados são requisitos indispensáveis para assegurar uma investigação deste tipo. Além disto, o recurso a documentos e dados de arquivo pode não estar isento de erros que podem enviesar a interpretação da informação, mas, como Webb *et al.* reiteraram, “if they are recognized and accounted for by multiple measurement techniques, the errors need not preclude use of the data” (1966, p. 63). Para os efeitos desta investigação, tanto os instrumentos de acesso à informação como os fundos – os reclamados pela Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), e os “arquivos dos arquivos” – congregam as características de uma investigação baseada em técnicas não reativas. Porém, no caso dos “arquivos dos arquivos”, nem sempre os conjuntos documentais se encontram acessíveis e alguns processos documentais podem estar ao abrigo de cláusulas de segurança e de proteção de dados, o que deixaria de ser uma investigação não reativa, por depender da autorização institucional no acesso a informação confidencial. A avaliação das possibilidades de acesso serão levantadas no curso da investigação.

Para além da natureza da investigação de tipo não reativa, este estudo caracteriza-se por técnicas de análise de coorte retrospectiva, uma vez que “the outcome of interest has already occurred at the time the study is initiated”, especialmente no “the study of a rare outcome” (Song, 2012, p. 1282). Os instrumentos de acesso relativo aos arquivos removidos dos contextos originários representam não só informação que descreve a dimensão e estrutura do conjunto documental em si mas também pode conter informação que explique retrospectivamente o seu percurso custodial. No que diz respeito aos fundos identificados na Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa

da Região Autónoma da Madeira, 2017), uma vez que a remoção dos arquivos para o ANTT em finais do século XIX, a pesquisa retrospectiva de instrumentos de acesso pode ser feita a partir dos mais recentes para os mais antigos. Associado a esta técnica, deve-se referir que este estudo é de tipo *ex post facto*, uma vez que “the investigation starts after the fact has occurred without interference from the researcher” (C. N. Silva, 2012, p. 465). Além disto, Silva refere que o investigador “looks first to the effects (dependent variable) and tries afterward to determine the causes (independent variable)” (C. N. Silva, 2012, p. 465). Em princípio, um conjunto documental passa à condição de deslocado *depois* de consumada a remoção. O papel do investigador cingir-se-á na recolha de evidências empíricas que permitam sustentar as causas do fenómeno retrospectivamente.

Em síntese, esta subsecção incidiu na caracterização e na justificação das escolhas metodológicas em termos de técnicas de investigação aplicadas ao nosso fenómeno de interesse. A orientação para métodos de tipo não reativo, retrospectivo e *ex post facto* têm entre si em comum a pesquisa documental de tipo arquivístico (instrumentos de acesso à informação e processos documentais dos “arquivos dos arquivos”), que implica uma delimitação temporal com um âmbito diacrónico.

2.3. Descrição dos procedimentos de recolha de dados, mensuração das variáveis e de análise de dados

Esta secção visa estabelecer um alinhamento entre os pressupostos metodológicos indicados na subsecção anterior e as questões de investigação.

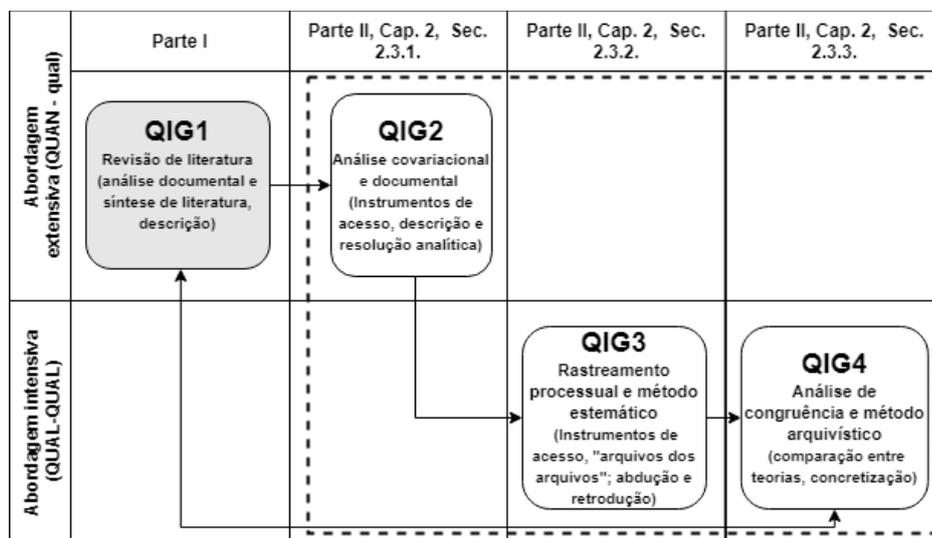


Figura 27 – Alinhamento das questões de investigação aos métodos.

Fonte: elaboração própria⁷⁶. Dados da investigação: < <https://osf.io/m6e8y/>>

⁷⁶ As caixas a sombreado correspondem a questões de investigação e métodos que se encontram abordados nos respetivos capítulos introdutórios. A delimitação em pontilhado corresponde ao âmbito de incidência deste capítulo.

Como exemplificado na Figura 27, que sintetiza os elementos que exporemos nesta subsecção, pretende-se imprimir um estudo crítico-realista de casos múltiplos sobre a representação da informação em torno do fenómeno veiculado pela Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017). Apesar de a questão geral de investigação 1 (*QIG1*) ter sido respondida na Parte I, esta subsecção propõe justificar as escolhas em torno de recolha e análise de dados, que permitem responder às restantes questões de investigação formuladas na *Introdução Geral* desta tese. Ainda, pretende-se discorrer sobre os métodos mais específicos. A organização desta secção incidirá em três questões gerais de investigação e sua materialização nos capítulos e secções desta tese. Pretende-se explicar quais os métodos que melhor respondem a cada uma destas questões, que integram o estudo crítico-realista de casos múltiplos de tipo misto.

2.3.1. *Identificação e seleção dos casos e dos instrumentos de acesso à informação: análise covariacional*

A questão de investigação (*QIG2*) consiste em identificar quais os instrumentos de acesso à informação que representaram os conjuntos documentais reivindicados pela Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017). Tal questão implica, como proposto por Danermark *et al.* (2005), um exercício de descrição (etapa 1) e de resolução analítica (etapa 2), que parte do concreto (a identificação e a descrição dos instrumentos de acesso à informação) para o abstrato (decomposição dos elementos que integram os instrumentos de acesso à informação).

A escolha de uma abordagem covariacional num estudo crítico-realista de casos múltiplos cinge-se à necessidade de realizar uma recolha empírica de instrumentos de acesso à informação no sentido de poder, por um lado, gerar uma amostra intencional de um caso extremo e de um caso crítico e, por outro, estabelecer uma primeira aproximação de explicação causal na camada bhaskariana correspondente ao domínio do empírico. Implica estabelecer a relação entre a variável dependente (fundo arquivístico) e a variável independente (instrumentos de acesso à informação), uma vez que os fundos arquivísticos podem existir sem *instrumenta*, mas o acesso aos conjuntos documentais encontra-se condicionado pela existência de instrumentos de acesso à informação. Sobre isto, Blatter e Haverland referem que a abordagem covariacional “is X-centered in the sense that it focuses on the effects of causes and not on the causes of effect (...) primarily interested in the ‘independent variable’ and not in the ‘dependent variable’” (2014, p. 41).

A seguir estabelecemos os parâmetros para a localização, a descrição e a seleção da amostra, assim como a sua justificação, especialmente em torno da análise documental em instrumentos de acesso à informação de onde se extrai informação relevante para a condução de um estudo crítico-realista

de casos múltiplos, segundo uma abordagem QUAN-qual, aplicando uma abordagem covariacional.

2.3.1.1. *Localização, tamanho, descrição da população e critérios de seleção da amostra*

De acordo com a Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), são identificados cinco fundos, a saber: “Cabido da Sé do Funchal, do Convento de Santa Clara, do Convento da Encarnação, da Provedoria da Real Fazenda e da Alfândega do Funchal” (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017, p. 409). A questão de investigação *QIG2* implica a identificação dos instrumentos de acesso à informação respeitantes aos fundos atrás mencionados. Para este efeito, tivemos de recorrer a diversas estratégias para a localização dos instrumentos de acesso à informação respeitantes aos fundos em apreço. Atendendo que podem existir diversos instrumentos de acesso à informação, com níveis de profundidade descritivos diversos relativos a um fundo, optámos pelas seguintes etapas, conforme se ilustra a seguir:

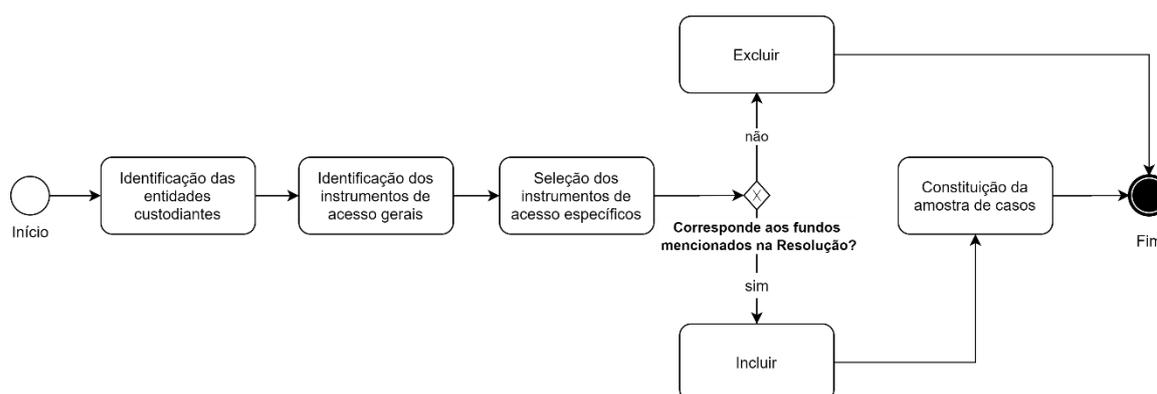


Figura 28 – Etapas de localização e recolha de instrumentos de acesso à informação

Fonte: elaboração própria. Dados da investigação: <<https://osf.io/6ds8a/>>.

- (1) **Identificação das entidades custodiantes.** A Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), refere o Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT) como a principal entidade custodiante dos fundos disputados. O ANTT é uma instituição que atualmente constitui, em termos orgânicos, uma unidade nuclear da Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB)⁷⁷, por sua vez integrado no Ministério da Cultura do Governo da República de Portugal. O ANTT constitui uma das instituições arquivísticas mais antigas em funcionamento em Portugal, com origens desde o último quartel do século XIV durante o reinado de D. Fernando (1345-1383), que serviu diretamente as instituições da monarquia portuguesa. Ao longo dos séculos, esta instituição foi

⁷⁷ A estrutura orgânica desta instituição encontra-se regulada pelo Decreto-lei n.º 103/2012, de 16 de maio (Presidência do Conselho de Ministros, 2012a), com estrutura nuclear aprovada pela Portaria n.º 192/2012, de 19 de junho (Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças, 2012) e estrutura flexível publicada no Despacho n.º 9339/2012, de 11 de julho (Direção-Geral do Livro dos Arquivos e das Bibliotecas, 2012).

denominada de diversas formas⁷⁸ e com configurações diversas, sendo hoje uma instituição integrada no perímetro da administração central direta do Estado. Do outro lado da disputa, temos o Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira (ABM), hoje Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. Esta entidade é sucessora do Arquivo Distrital do Funchal, criado pelo Decreto n.º 19952, de 30 de julho de 1931 (Ministério de Instrução Pública, 1931f) e regulado pelo Decreto n.º 20690, de 30 de dezembro (Ministério de Instrução Pública, 1931e), e do Arquivo Regional da Madeira, após transferência em 1980 do Arquivo Distrital ao Governo Regional da Madeira (Presidência do Conselho de Ministros, 1980). A diferença consiste no facto do Arquivo Distrital do Funchal ter sido um serviço periférico da administração central do Estado, ao passo que a Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira (e designações anteriores) pertence à administração regional autónoma direta. Uma vez que tanto o ANTT como o ABM são entidades da administração pública, com âmbitos jurisdicionais distintos, o que em si configura uma disputa pela custódia de arquivos em contexto subnacional, excluimos entidades privadas que potencialmente poderão custodiar parte de alguns dos fundos mencionados na Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), designadamente instituições eclesíásticas. Conforme vimos, a descrição evolutiva das entidades custodiantes tem implicações na identificação dos instrumentos de acesso à informação, uma vez que estes derivam de representações da estrutura de objetos internamente interrelacionados, representações estas que dependem da(s) intencionalidade(s) da agência que custodia os artefactos informacionais.

- (2) **Identificação dos instrumentos de acesso à informação gerais.** Sendo previsível dispor-se de diversos instrumentos de acesso à informação, seja em suporte analógico seja digital, publicados ou não, a abordagem para a sua identificação passará por uma pesquisa a partir das bases de dados institucionais acessíveis em ambiente *web*. Para efeitos operacionais, entendemos como instrumentos de acesso à informação gerais como ferramentas de representação descritiva da informação arquivística onde constam registados os conjuntos documentais sob custódia de uma entidade para efeitos de divulgação ou controlo e recuperação de informação, como por exemplo guias, roteiros, bases de dados ou plataformas agregadoras de conteúdos. Recorremos à seguinte abordagem:

- numa primeira instância, pesquisa no *Portal Português de Arquivos* (PPA) da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (Direção-Geral do Livro dos Arquivos e

⁷⁸ Ao longo dos séculos, a Torre do Tombo foi denominada de formas diversas. No período régio, aparece como Arquivo Nacional (na grafia antiga, *Archivo Nacional*) ou Real Arquivo da Torre do Tombo; no período republicano, como Arquivo Nacional da Torre do Tombo, registado no Decreto de 18 de março de 1911; no período do Estado Novo, recebe a denominação de Arquivo Geral no Decreto n.º 19592, de 31 de Junho; no pós-1974, como o ANTT não se integrou no Instituto Português de Arquivos, criado pelo Decreto-Lei n.º 152/88, de 29 de abril, a sua fusão concretizou-se sob a denominação de Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, pelo Decreto-Lei n.º 106-G/92, de 1 de Junho; Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, pelo Decreto-Lei n.º 60/97, de 20 de Março. Posteriormente, o ANTT foi integrado como unidade nuclear da Direção Geral de Arquivos, pelo Decreto-Lei n.º 93/2007, de 29 de março; com última modificação ocorrida no Decreto-lei n.º 103/2012, de 16 de maio.

das Bibliotecas, 2017), que agrega conteúdos de instrumentos de acesso à informação disponibilizados por 41 arquivos aderentes, onde constam mais de cinco milhões de registos, e agrega meta-informação procedente de “registos de descrição arquivística aos quais podem estar associados conteúdos de imagem” (Direção-Geral do Livro dos Arquivos e das Bibliotecas, 2017) mantidos pelas entidades aderentes;

- numa segunda instância, o PPA funciona como “plataforma de redireccionamento para os repositórios das referidas entidades aderentes” (Direção-Geral do Livro dos Arquivos e das Bibliotecas, 2017), sendo estas ferramentas complementares de pesquisa, cingindo-nos, para os propósitos desta tese, apenas às bases de dados do ANTT (*DigitArq*TM) e do ABM (*Archeevo*TM);
- numa terceira e última instância, pesquisa nos portais *web* de cada uma das instituições. A pesquisa incide em instrumentos de acesso à informação disponibilizados quer em formato de documento portátil (.pdf), quer em páginas estáticas (.html), quer, ainda, publicados em boletins oficiais institucionais, em versão digital ou impressa.

Os instrumentos de acesso à informação gerais devem dispor de motores de pesquisa avançados de modo a potenciar não só a replicabilidade do processo aqui descrito como também a triangulação dos dados obtidos, uma vez que poderão emergir diversos instrumentos de acesso à informação relativos ao mesmo fundo documental.

- (3) **Seleção dos instrumentos de acesso à informação específicos.** Esta etapa visa identificar nos instrumentos gerais de acesso à informação respeitantes aos fundos mencionados na Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017). A seleção requer critérios de inclusão e de exclusão de instrumentos de acesso à informação que respondam ao fenómeno de interesse. Para efeitos de seleção, os elementos da pesquisa devem incluir o vínculo entre o efeito, do domínio do empiricamente observável, e a causa, que se situa nos domínios do atual e do real. Uma vez que não dispomos de estratégias normalizadas para pesquisa sistemática e rigorosa de dados em sistemas de informação de arquivo – semelhante às estratégias PICO, SPIDER, SPICE, entre outros, aplicados a diversos domínios (Booth, 2003, 2004, 2006a, 2006b; Booth *et al.*, 2016, 2019; A. Cooke *et al.*, 2012; Eriksen & Frandsen, 2018; Methley *et al.*, 2014) – geramos uma abordagem *à notre besoin*, no sentido de imprimir precisão em termos de semântica inquisitiva a aplicar nos motores de pesquisa, como exposto no quadro seguinte:

Quadro 20 – Formato de pesquisa em bases de dados de arquivo *Septem Circumstantiae*⁷⁹

<i>Septem Circumstantiae</i>			<i>Parâmetros</i>
<i>Quaestiones</i>	<i>Naturae</i>	<i>Siglae</i>	
<i>Quis?</i> (Quem?)	<i>Persona</i>	<i>P</i>	Pesquisa num campo que identifique inequivocamente a entidade produtora. O metadado que inclui este requisito é o <i>Título</i> .
<i>Quid?</i> (O quê?)	<i>Factum</i>	<i>Fm</i>	Pesquisa que incida sobre o nível de descrição arquivística e a dimensão física. De modo a recuperar conjuntos documentais do mesmo produtor o nível de <i>Fundo</i> satisfaz este critério, assim como os níveis inferiores, se pertinente.
<i>Vbi?</i> (Onde?)	<i>Locus</i>	<i>L</i>	Critério de pesquisa que identifique a <i>Entidade Detentora</i> do conjunto documental. Também este critério pode ser extensível a outras entidades detentoras em <i>Unidades de Descrição Relacionadas</i> .
<i>Quando?</i> (Quando?)	<i>Tempus</i>	<i>T</i>	Elemento de pesquisa relativa ao âmbito cronológico do conjunto documental, com recurso às <i>Datas Extremas</i> .
<i>Cur?</i> (Porquê?)	<i>Causa</i>	<i>C</i>	Critério de pesquisa que identifique elementos erotéticos associados ao percurso custodial do conjunto documental, como causa ou motivo (<i>u. g.</i> , medidas <i>ope legis</i>). O metadado que proporciona esta informação poderá encontra-se na <i>História Custodial e Arquivística ou História Administrativa</i> .
<i>Quemadmodum?</i> (Como?)	<i>Modus</i>	<i>M</i>	Critério de pesquisa que identifique elementos justificativos associados ao percurso custodial do conjunto documental, envolvendo sucessão de entidades custodiantes. O metadado que proporciona esta informação encontra-se na <i>História Custodial e Arquivística</i> ou <i>Fonte Immediata de Aquisição</i> .
<i>Quibus adminiculis?</i> (Por que meios?)	<i>Facultas</i>	<i>Fs</i>	Critério de pesquisa que identifique outros <i>Instrumentos de acesso à informação</i> , incluindo referências respeitantes à produção ou ao acesso aos substitutos (analogicos/digitais).

Fonte: elaboração própria, adaptado a partir de Halm (1863, p. 207).

A opção mais pragmática deverá ter em consideração para as limitações das bases de dados escolhidas, como a não permissão de truncaturas, o número limitado de campos pesquisáveis, o problema da reprodutibilidade da sintaxe de pesquisa, a dificuldade de exportação dos registos em formatos abertos e a não disponibilização da trilha de auditoria que detalhe todas as alterações realizadas na ficha descritiva respeitante ao fundo.

No caso do PPA, os motores de pesquisa limitam-se a poucos metadados (título, âmbito e conteúdo, história custodial e código de referência, datas, nível de descrição, entidade custodiante, língua e recurso digital) e a apresentação dos resultados limita-se a poucos metadados (título, âmbito e conteúdo, datas extremas e entidade custodiante), embora remeta para as bases de dados *web* das respetivas entidades aderentes. As restrições apontadas exigem uma seleção de descritores e de metadados, que permita obter resultados significativos, devendo o processo de pesquisa ser iterativo.

Uma vez que a Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), já identificou pelo menos cinco fundos, tal não significa, como já dissemos, que a quantidade de conjuntos documentais removidos do arquipélago da Madeira veiculada por este diploma seja precisa.

⁷⁹ Tal abordagem é baseada nas *septem circumstantiae* aristotélicas (Sloan, 2010), apoiando-nos no esquema de Victorino (275?-363?) extraído do seu *Explanationum in Rhetoricam M. Tulli Ciceronis Libri Duo* editado por Halm (1863), permitindo-nos focalizar nos elementos a recuperar nas bases de dados a partir da metainformação ISAD(G).

A estratégia, assim, passará pela adoção da sequência *CLFm* para obterem-se elementos correspondentes *PMTFs* (cf. Quadro 20).

Quadro 21 – Formato de pesquisa *CLFm*

<i>Circumstantiae</i>	<i>Parâmetros</i>	<i>Metadados</i>
<i>C</i>	Etapa 1: “9 Junho 1886” (Portaria de 9 de Junho de 1886); Etapa 2: “Repartição Fazenda Funchal” (Repartição de Fazenda do Distrito do Funchal)	História Custodial
<i>L</i>	ANTT, ABM	Entidade Aderente
<i>Fm</i>	Fundo	Nível de Descrição

Fonte: elaboração própria.

Os descritores a incluir para *C* partirão da seleção de um fundo *pivot*, mais precisamente a partir do metadado *História custodial*, extraindo, em etapas distintas, um diploma (mecanismo) ou entidade custodiante antecessora (agente), eliminando da expressão recolhida *stop words* (preposições e conjunções). O fundo *pivot* escolhido corresponde à primeira referência da Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), *i. e.*, o “Cabido da Sé do Funchal”. Já *L* diz respeito às duas entidades custodiantes – ANTT e ABM – e *Fm*, ao nível de Fundo. A seleção dos descritores para *C* encontra no metadado *História Custodial* os elementos justificativos das “transferências de propriedade, responsabilidade e/ou custódia da unidade de descrição” (Conselho Internacional dos Arquivos, 2002, p. 26). Pode incidir em medidas *ope legis* ou em entidades anteriores ao ANTT de onde foram recolhidos os conjuntos documentais. A pesquisa será realizada iterativamente nas bases de dados mencionadas acima (ponto (2)). Os resultados da pesquisa serão configurados num modelo de reporte adaptado do PRISMA (Moher *et al.*, 2009), onde se encontrará representado o processo de seleção de instrumentos de acesso à informação mais pertinentes.

- (4) **Descrição da população.** Esta etapa visa descrever o conjunto de instrumentos de acesso à informação que descrevem os fundos recuperados na etapa anterior. Para proceder-se à descrição, recorre-se às garantias literárias para a descrição arquivística, como forma de aferir sobre a qualidade dos instrumentos de acesso à informação coligidos. O enfoque da análise dos instrumentos de acesso à informação visa a comparação entre os dados reportados pelo ANTT e os do ABM. Para este efeito, a análise é conduzida por zonas do ISAD(G) (Conselho Internacional dos Arquivos, 2002), recorrendo aos requisitos obrigatórios que devem conter cada metadado de cada zona de descrição indicados pelas *Orientações para a Descrição Arquivística* (2.ª versão) (Direção-Geral dos Arquivos, 2007)⁸⁰. A análise suportada em garantias

⁸⁰ A escolha por esta versão prende-se com o facto de, apesar de existir a 3.ª versão (Direção-Geral dos Arquivos, 2011), não se encontrar acessível na listagem de documentos normativos do órgão de gestão da política nacional de arquivos, a Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (Ministério da Cultura, 2008b). Para os efeitos deste estudo, cingir-nos-emos aos materiais que a entidade disponibiliza.

literárias para a descrição arquivística cinge-se à sinalização do cumprimento ou não cumprimento dos requisitos mínimos obrigatórios, aplicados a instrumentos de acesso à informação que seguem ou não as normas de descrição do ISAD(G). No caso dos instrumentos de descrição recuperados na etapa anterior que não cumpram com os requisitos supramencionados, procuraremos deduzir a metainformação implícita nas descrições. Desta maneira, os requisitos a aplicar encontram-se descritos no Quadro seguinte.

Quadro 22 – Requisitos para a descrição arquivística (nível de fundo)

Zona	Metadado	Código ODA/Descrição	
Identificação	Código de referência	1.1.A1. O código de referência é um elemento de informação de preenchimento obrigatório em todos os níveis de descrição.	
		1.1.A2. O código de referência deve integrar os seguintes elementos, na sequência indicada: Código do país; Código da entidade detentora; Código da unidade de descrição.	
		1.1.A3. O código de referência do país é obrigatório para a troca de informação internacional.	
		1.1.A4. O código de referência da entidade detentora é obrigatório.	
		1.1.A5. O código de referência é preferencialmente alfabético, podendo corresponder a uma sigla ou acrónimo.	
		1.1.A6. Quando a unidade de descrição apresenta uma codificação original, atribuída pelo produtor, esta pode ser mantida, desde que unívoca.	
		1.1.A7. Quando a unidade de descrição apresenta uma codificação atribuída pela entidade detentora ou serviço de arquivo, esta pode ser mantida, desde que unívoca.	
		1.1.A8. Quando for necessário atribuir um novo código de referência, recomendam-se as orientações específicas para os níveis de descrição, a seguir enunciadas.	
	Título		1.2.A1. O título é um elemento de informação de preenchimento obrigatório em todos os níveis de descrição.
			1.2.A2. Deve optar-se pelo título formal, da responsabilidade do produtor, quando a unidade de descrição apresenta um título coerente, completo e adequado ao conteúdo da unidade de descrição.
			1.2.A3. Pode optar-se por um título atribuído consagrado pelo uso em detrimento de um título formal menos conhecido ou pouco adequado à unidade de descrição.
			1.2.A4. Quando for necessário atribuir um título, este deve ser claro, conciso e incluir a informação essencial.
			1.2.A5. Quando se optar pela indicação de mais do que um título, registar apenas um deles no elemento de informação <i>Título</i> .
	Datas		1.3.A1. Datas é um elemento de informação de preenchimento obrigatório em todos os níveis de descrição.
			1.3.A2. Registrar de forma clara o tipo de datas utilizado.
			1.3.A3. Registrar as datas apropriadas à unidade de descrição, enquanto data singular ou datas extremas.
			1.3.A4. As datas extremas devem ser registadas, ainda que a unidade de descrição esteja aberta, estando previstos novos ingressos. Neste caso, registar as datas e os ingressos previstos no elemento de informação <i>Ingressos adicionais</i> .
			1.3.A5. Quando forem indicadas as datas extremas, registar, se pertinente, as datas predominantes e as lacunas significativas da unidade de descrição.
			1.3.A6. Registrar a eventual existência de documentos com data fora do âmbito cronológico predominante da unidade de descrição. Esta informação pode ser registada a seguir às datas extremas, e delas separada por um sinal de pontuação.
			1.3.A7. Quando as datas de produção e de acumulação não coincidirem, registar os dois tipos de datas, em sub-elementos de informação separados.
			1.3.A8. Se a unidade de descrição não apresenta data, registar uma data aproximada ou provável, ou seja, uma data crítica ou inferida.
			1.3.A9. Quando a unidade de descrição corresponde a cópias, registar as datas das cópias.
	Nível de descrição		1.4.A1. O nível de descrição é um elemento de informação de preenchimento obrigatório em todos os níveis de descrição.
			1.4.A2. Devem ser criados apenas os níveis de descrição estritamente necessários para espelhar a realidade documental a descrever.

Zona	Metadado	Código ODA/Descrição
	Dimensão e suporte	1.4.A3. Cada nível de descrição pode subdividir-se nos subníveis considerados necessários para espelhar as diferentes realidades documentais.
		1.5.A1. Dimensão e suporte é um elemento de informação de preenchimento obrigatório em todos os níveis de descrição.
		1.5.A2. Registrar a extensão da unidade de descrição, indicando o número de unidades físicas ou lógicas, sua designação específica e a respectiva unidade de medida.
		1.5.A3. Pode, em alternativa ou como complemento, registrar-se os metros lineares da unidade de descrição.
		1.5.A4. Quando a dimensão da unidade de descrição é registada em metros lineares, pode ser acrescentada informação adicional.
		1.5.A5. Podem diferenciar-se dois tipos de menções de extensão, uma relativa ao número de unidades físicas, outra relativa ao tipo dessas unidades.
		1.5.A6. Quando a dimensão da unidade de descrição não é precisa, registar uma dimensão aproximada, precedida da abreviatura de cerca (c.).
		1.5.A7. Indicar os suportes específicos da unidade de descrição.
		1.5.A8. Quando a unidade de descrição é constituída por cópias (fotocópia, fotografia, microfilme, digitalização, etc.), registar a dimensão e o suporte da cópia.
		1.5.A9. Quando a unidade de descrição é constituída por cópias (fotocópia, fotografia, microfilme, digitalização, etc.), registar a dimensão e o suporte dos originais no elemento de informação <i>Existência e localização dos originais</i> .
Contexto	Nome do produtor	2.1.A1. O nome do produtor é um elemento de informação de preenchimento obrigatório ao nível do fundo e suas subdivisões, e obrigatório se aplicável em todos os demais níveis de descrição.
		2.1.A2. Os restantes níveis de descrição herdam, geralmente, o nome do produtor do nível fundo.
		2.1.A3. Quando a unidade de descrição tem diferentes produtores, podem ser registados na sua totalidade.
	História administrativa	2.2.A1. A história administrativa / biográfica / familiar pode, quando pertinente, ser registada em todos os níveis de descrição.
		2.2.A2. Os níveis abaixo do fundo herdam geralmente a história administrativa / biográfica / familiar do produtor do fundo.
		2.2.A3. Registrar informação sobre a origem, evolução, e desenvolvimento do produtor, da actividade ou função que estão na base da criação da unidade de descrição, sobre a data de eventuais transferências dessas funções, ou de extinção ou fim de actividade do produtor
	História custodial e arquivística	2.3.A1. A história custodial e arquivística é um elemento de informação de preenchimento obrigatório ao nível do fundo, podendo, quando pertinente, ser registada em todos os demais níveis de descrição
		2.3.A2. Registrar as transferências sucessivas de propriedade, responsabilidade, custódia, controlo ou localização da unidade de descrição.
		2.3.A3. Registrar as datas dessas mudanças, quando conhecidas.
		2.3.A4. Registrar as perdas documentais significativas relacionadas com causas naturais, incúria e abandono, ou qualquer outro tipo de acção que afecte a integridade da documentação, como subtração, fragmentação, mutilação, dispersão, etc
		2.3.A5. Quando a unidade de descrição é constituída por cópias, registar, se conhecida, na História custodial e arquivística, informação sobre a custódia dos originais antes de copiados, e sobre a custódia das cópias, antes de adquiridas pela entidade detentora ou serviço de arquivo.
		2.3.A6. Quando a história custodial for desconhecida, tal facto deve ser registado.
		2.3.A7. Registrar explicitamente todos os aspectos relacionados com a história da organização, ou das sucessivas organizações, de que foi alvo a unidade de descrição.
		2.3.A8. Registrar a história de produção de instrumentos de descrição para a unidade de descrição.
		2.3.A9. Registrar a reutilização da unidade de descrição para outros fins.
		2.3.A10. Registrar as migrações de <i>software</i> , reformatações, respectivas especificações e propriedades relativas à unidade de descrição.
		2.3.A11. Registrar quaisquer outras acções que tenham contribuído para a actual estrutura e organização da unidade de descrição.
		2.3.A12. Registrar as datas dessas acções, quando conhecidas.
	Fonte imediata de aquisição ou transferência	2.4.A1. A fonte imediata de aquisição ou transferência é um elemento de informação de preenchimento obrigatório ao nível do fundo, podendo, quando pertinente, ser registada em todos os demais níveis de descrição, desde que não confidencial.
		2.4.A2. Registrar a entidade ou indivíduo a quem a unidade de descrição foi adquirida.
2.4.A3. Registrar as datas de aquisição da unidade de descrição.		

Zona	Metadado	Código ODA/Descrição	
		2.4.A4. Registrar a forma de aquisição (compra, doação, depósito, incorporação, herança, legado, permuta, reintegração, dação) da unidade de descrição.	
		2.4.A5. Registrar, se considerada pertinente, a relação existente entre a unidade de descrição e a entidade ou indivíduo a quem a foi adquirida, a morada deste último, e qualquer outro tipo de informação, desde que não confidencial.	
		2.4.A6. Quando a unidade de descrição é adquirida através de diferentes fontes, registá-las na totalidade, indicando, se possível, a documentação específica adquirida a cada uma delas.	
		2.4.A7. Quando a fonte imediata de aquisição ou transferência não for conhecida, registar esse facto.	
		2.4.A8. Registrar o número de controlo de entrada da unidade de descrição na entidade detentora ou serviço de arquivo.	
Conteúdo e estrutura	Âmbito e conteúdo	3.1.A1. O âmbito e conteúdo é um elemento de informação de preenchimento obrigatório ao nível do fundo, podendo, quando pertinente, ser registado em todos os demais níveis de descrição.	
		3.1.A2. Registrar, de acordo com o nível de descrição, um sumário relativo à unidade de descrição que contemple: Âmbito – Períodos cronológicos, áreas geográficas e topónimos. O âmbito cronológico, quando contemplado neste elemento de informação, deve ser específico, ou seja, reportar-se às partes constitutivas da unidade de descrição e não à unidade de descrição como um todo. Estas últimas devem ser registadas no elemento de informação Datas, respeitando a regra da não repetição da informação. Conteúdo – Tipologias e tradições documentais, assuntos, cargos, funções, actividades, procedimentos administrativos, eventos, pessoas colectivas, pessoas singulares e famílias, etc.	
		3.1.A3. Quando a unidade de descrição inclui uma tipologia documental uniforme, pode registar-se o tipo de informação contida nos documentos que a compõem.	
		3.1.A4. Quando a unidade de descrição corresponde a uma cópia, esse facto deve ser indicado, caso a tradição documental não conste no título, bem como, se considerada pertinente, a data da cópia.	
	Avaliação, seleção e eliminação	3.2.A1. A avaliação, selecção e eliminação é um elemento de informação de preenchimento obrigatório se aplicável ao nível do fundo e da série, podendo, quando pertinente, ser registado em todos os demais níveis de descrição.	
		3.2.A2. Registrar quaisquer acções de avaliação, selecção e eliminação ocorridas ou a ocorrer sobre a unidade de descrição, sobretudo se essas acções são importantes para a interpretação e uso da documentação.	
		3.2.A3. Registrar, sempre que possível, as datas em que ocorreram essas acções.	
		3.2.A4. Registrar, sempre que possível, a autoridade responsável por essas acções.	
		3.2.A5. Registrar, sempre que possível, o dispositivo legal ou regulamentos que autorizam essas acções (portarias de gestão de documentos, relatórios de avaliação e respectivos despachos e pareceres, regulamentos de conservação arquivística, etc.).	
	Ingressos adicionais	3.3.A1. Ingressos adicionais é um elemento de informação de preenchimento obrigatório se aplicável ao nível do fundo e da série, podendo, quando pertinente, ser registado em todos os demais níveis de descrição.	
		3.3.A2. Registrar se estão ou não previstos ingressos adicionais relativos à unidade de descrição.	
		3.3.A3. Registrar, se adequado, a quantidade e a frequência dos ingressos adicionais previstos, bem como o dispositivo legal ou regulamento que os determinam.	
	Sistema de organização	3.4.A1. O sistema de organização é um elemento de informação de preenchimento obrigatório ao nível do fundo, podendo, quando pertinente, ser registado em todos os demais níveis de descrição	
		3.4.A2. Registrar a estrutura interna ou critérios de organização, classificação e ordenação actuais da unidade de descrição.	
		3.4.A3. Registrar se se trata da estrutura ou organização, classificação e ordenação de origem, atribuídas pelo produtor, se correspondem a uma reconstituição por parte do arquivista ou, na impossibilidade de reconstituição, quais as que lhe foram atribuídas.	
		3.4.A4. Registrar as características ou critérios da organização, classificação e ordenação da unidade de descrição.	
		3.4.A5. Registrar, para documentos electrónicos, informação sobre a arquitectura do respectivo sistema.	
	Condições de acesso e utilização	Condições de acesso	4.1.A1. Condições de acesso é um elemento de informação de preenchimento obrigatório se aplicável em todos os níveis de descrição.
			4.1.A2. Registrar a informação relativa ao estatuto legal da unidade de descrição, e alterações que este possa ter sofrido.
4.1.A3. Registrar a informação relativa às restrições de acesso à unidade de descrição ou a parte dela, se for o caso: condições impostas pela entidade que entrega a documentação à			

Zona	Metadado	Código ODA/Descrição
		entidade detentora ou serviço de arquivo, restrições impostas pela entidade detentora ou serviço de arquivo, bem como a natureza da restrição legal (legislação, contratos, regulamentos, normas, etc.), que a justifica.
		4.1.A4. Registrar a entidade que impõe as restrições de acesso, respectivo contacto, pessoas autorizadas a aceder à unidade de descrição, se essa informação não for confidencial.
		4.1.A5. Registrar as datas de permanência da restrição de acesso.
	Condições de reprodução	4.2.A1. Condições de reprodução é um elemento de informação de preenchimento obrigatório se aplicável ao nível do fundo e do documento, podendo, quando pertinente, ser registado em todos os demais níveis de descrição.
		4.2.A2. Registrar informação relativa a direitos de autor e direitos conexos, condições de reprodução, publicação e uso da unidade de descrição.
		4.2.A3. Quando a unidade de descrição está protegida por direitos de autor e direitos conexos, registar o detentor desses direitos, o respectivo contacto e a data de cessação desses direitos, se conhecidos, e se essa informação não for confidencial.
		4.2.A4. Quando a unidade de descrição deixa de estar protegida por direitos de autor e direitos conexos, indicar esse facto.
		4.2.A5. Quando se desconhece a existência de direitos de autor e direitos conexos, ou quando a sua formulação é pouco clara, registar esse facto.
		4.2.A6. Registrar informação sobre as condições que possam restringir a reprodução da totalidade ou de parte da unidade de descrição, desde que as mesmas não tenham sido especificadas a propósito dos direitos de autor e direitos conexos. Indicar os motivos da restrição, a entidade que a impõe, respectivo contacto e a duração da restrição, se essa informação não for confidencial.
		4.2.A7. Registrar informação sobre as condições que possam restringir a publicação da totalidade ou de parte da unidade de descrição. Indicar os motivos da restrição, a entidade que a impõe, respectivo contacto e a duração da restrição, se essa informação não for confidencial.
	Idioma / Escrita	4.3.A1. Idioma / escrita é um elemento de informação de preenchimento obrigatório se aplicável ao nível do fundo e do documento, podendo, quando pertinente, ser preenchido para os demais níveis de descrição.
		4.3.A2. Quando a unidade de descrição integra apenas documentação em português não é necessário referi-lo.
		4.3.A3. Registrar os idiomas utilizados na unidade de descrição quando estes diferem do idioma em que é feita a descrição, sobretudo quando podem condicionar o uso da referida unidade de descrição.
		4.3.A4. Registrar as escritas presentes na unidade de descrição, especificando qualquer tipo de alfabeto, escrita, sistema de símbolos ou abreviaturas utilizados.
		4.3.A5. Opcionalmente registar os correspondentes códigos ISO para idiomas e escritas: ISO 639-2, ISO 15924.
	Características físicas e requisitos técnicos	4.4.A1. Características físicas e requisitos técnicos é um elemento de informação de preenchimento obrigatório se aplicável ao nível do fundo, da série e do documento, podendo, quando pertinente, ser preenchido para os demais níveis de descrição.
		4.4.A2. Registrar qualquer característica física ou condição que afecte, restrinja, dificulte ou impossibilite o uso da unidade de descrição, como, por exemplo, o estado de conservação dos documentos, e pode obrigar à consulta de cópias, caso existam.
		4.4.A3. Registrar qualquer requisito técnico que afecte a utilização da unidade de descrição, tal como o equipamento específico, software ou hardware, necessários para o acesso: características do computador a partir do qual se deve processar o acesso, memória necessária, sistema operativo, etc
	Instrumentos de descrição	4.5.A1. Instrumentos de descrição é um elemento de informação de preenchimento obrigatório ao nível do fundo, obrigatório se aplicável ao nível da série, podendo, quando pertinente, ser preenchido para os demais níveis de descrição.
		4.5.A2. Registrar informação relativa a quaisquer instrumentos de descrição necessários à recuperação da documentação, elaborados pelo produtor, pela entidade detentora ou serviço de arquivo, em qualquer tipo de suporte, que facultem informação relativa ao contexto de produção e / ou ao conteúdo da unidade de descrição.
		4.5.A3. Registrar o tipo de instrumento de descrição, o respectivo título, e os elementos necessários para proceder à sua recuperação: número atribuído no serviço de referência da entidade detentora ou serviço de arquivo, cota, caso sejam parte integrante da unidade de descrição, <i>website</i> , etc.
		4.5.A4. Registrar se se trata de um instrumento de descrição completo ou parcial, bem como o tipo de suporte em que se encontra (papel, informático ou outro).
		4.5.A5. Se a unidade de descrição não se encontra arquivisticamente tratada e descrita, registar a existência dos instrumentos de descrição relevantes para o controlo administrativo e

Zona	Metadado	Código ODA/Descrição
		intelectual existentes quando da entrada da unidade de descrição na entidade detentora ou serviço de arquivo e que se encontrem disponíveis para consulta: guias de remessa ou outros.
Documentação associada	Existência e localização de originais	5.1.A1. Existência e localização dos originais é um elemento de informação de preenchimento obrigatório se aplicável ao nível do fundo, podendo, quando pertinente, ser registado em todos os demais níveis de descrição.
		5.1.A2. Registrar, quando a unidade de descrição é uma cópia, a existência e localização dos originais, caso estejam disponíveis noutra entidade detentora, noutra unidade de arquivo ou noutra local que não o detentor das cópias, se essa não for uma informação confidencial.
		5.1.A3. Registrar a morada ou o contacto da pessoa ou da entidade detentora dos originais, se essa não for uma informação confidencial.
		5.1.A. Registrar quaisquer números de controlo significativos relativos a esses originais.
		5.2.A1. A existência e localização de cópias pode, quando pertinente, ser registada em todos os níveis de descrição.
	Existência e localização de cópias	5.2.A2. Quando, para além do original, existe cópia disponível da unidade de descrição, seja na entidade detentora ou serviço de arquivo ou noutra local, independentemente do tipo de suporte em que se encontra, registar a sua localização.
		5.2.A3. Registrar a pessoa ou a entidade detentora de cópias e a respectiva morada ou contacto, se essa não for uma informação confidencial.
		5.2.A4. Registrar qualquer tipo de condição definida para o acesso à cópia.
		5.2.A5. Registrar quaisquer números de controlo significativos relativos à cópia, ou qualquer informação necessária à sua recuperação.
		5.2.A6. Quando as cópias são acedidas por acesso remoto, registar a informação necessária ao acesso.
		5.2.A7. Registrar, se pertinente, as datas de elaboração das cópias.
		5.2.A8. Registrar o tipo de suporte em que se encontra a cópia.
		5.2.A9. Quando apropriado, registar a informação relativa às diferentes gerações das cópias.
		5.2.A10. Quando existe disponível a cópia de apenas parte da unidade de descrição, registar de forma exacta qual.
		Unidades de descrição relacionadas
	5.3.A2. Registrar informação relativa às unidades de descrição relacionadas existentes na entidade detentora ou no serviço de arquivo, ou em qualquer outro local, inclusive o produtor, que com ela estejam relacionadas, seja pela proveniência ou por outro qualquer tipo de associação.	
	5.3.A3. Explicitar sempre a localização exacta da unidade de descrição relacionada, se essa não for uma informação confidencial.	
	5.3.A4. Explicitar, se conveniente, o tipo de relação existente, ou qualquer outra informação adicional relevante.	
	5.3.A5. Registrar o título da unidade de descrição relacionada, bem como qualquer informação significativa de identificação e de recuperação.	
	Nota de publicação	5.4.A1. A nota de publicação pode, quando pertinente, ser registada em todos os níveis de descrição.
5.4.A2. Registrar referências e/ou informações sobre publicações, em qualquer suporte, que tratem ou se baseiem na utilização, estudo ou análise da unidade de descrição, independentemente de ser constituída por originais ou cópias, fornecendo todos os elementos necessários à sua recuperação.		
5.4.A3. Registrar o tipo de publicação, como fac-símiles, transcrições, resumos ou estudos relativos à unidade de descrição, deixando clara a relação existente entre a publicação e a unidade de descrição.		
5.4.A4. Registrar, se pertinente, informação que permita avaliar ou interpretar o conteúdo e a relevância das publicações referenciadas.		
Notas	Notas	6.1.A1. As notas, quando pertinentes, podem ser registadas em todos os níveis de descrição.
		6.1.A2. Registrar informação especializada ou outra informação significativa não incluída em nenhum dos outros elementos de informação.
		6.1.A3. Registrar os diferentes títulos da unidade de descrição não seleccionados para constar no elemento de informação Título.
		6.1.A4. Transcrever o termo ou termos originais que integram o título, quando a actualização da grafia resultar muito diferente do termo ou termos originais.
		6.1.A5. Registrar informação complementar considerada pertinente relativa a títulos atribuídos a unidades de descrição cujos títulos formais incluem informação não comunicável.
		6.1.A6. Registrar informação relativa a detalhes de quaisquer tipos e especificações de datas da unidade de descrição que não constem no elemento de informação Datas: discrepância entre datas ou tipos de datas, datas adicionais.

Zona	Metadado	Código ODA/Descrição
		6.1.A7. Registrar informação relativa ao tipo de calendário e proceder à transcrição exacta da data, tal como consta na unidade de descrição, caso conste noutro calendário.
		6.1.A8. Registrar informação complementar da registada no elemento de informação <i>Dimensão e suporte</i> .
		6.1.A9. Registrar informação sobre qualquer tratamento de preservação e/ou restauro específicos efectuado sobre a unidade de descrição.
		6.1.A10. Registrar informação complementar sobre a presença em exposições da unidade de descrição.
Controlo da descrição	Nota do arquivista	7.1.A1. A nota do arquivista é um elemento de preenchimento obrigatório ao nível do fundo, podendo, quando pertinente, ser registado em todos os demais níveis de descrição.
		7.1.A2. Registrar a informação sobre as fontes consultadas.
		7.1.A3. Registrar, de forma clara e sem recurso a abreviaturas, o nome ou nomes dos responsáveis pela elaboração e/ou revisão da descrição e o respectivo serviço em que se integram.
	Regras ou convenções	7.2.A1. Regras ou convenções é um elemento de preenchimento obrigatório ao nível do fundo, podendo, quando pertinente, ser registado em todos os demais níveis de descrição.
		7.2.A2. Registrar as regras ou convenções internacionais, nacionais ou locais utilizadas na elaboração da descrição.
	Data da descrição	7.3.A1. Data da descrição é um elemento de preenchimento obrigatório ao nível do fundo, podendo, quando pertinente, ser registado em todos os demais níveis de descrição.
		7.3.A2. Registrar a data da descrição e se corresponde a uma elaboração ou revisão.

Fonte: Extrato das *Orientações para a Descrição Arquivística* (2.ª versão) (Direção-Geral dos Arquivos, 2007).

(4) Constituição da amostra de casos. O universo de fundos resultante do processo de inclusão permitirá explorar não apenas a dimensão quantitativa dos conjuntos documentais removidos ou dispersos numa ou entre as entidades custodiantes, mas também aferir sobre vínculos em torno das informações contidas nos instrumentos de acesso à informação que conferem a estes fundos uma condição particular. A constituição da amostra implicará a listagem dos instrumentos de acesso à informação e descritos em sistema de informação de gestão bibliográfica. A abordagem covariacional num estudo de casos múltiplos possibilita a seleção de um caso extremo e de um caso crítico, seleção que deriva do conhecimento direto do investigador sobre os fundos mencionados pela Resolução supracitada. Embora a seleção de casos constitua um processo subjetivo, à replicabilidade preferimos a transparência da abordagem, uma vez que as entidades custodiantes têm o poder de decidir sobre os instrumentos de acesso à informação que disponibilizam, em termos de inserção, modificação ou eliminação de dados. A constituição do tipo de caso está associada à variável independente e, em particular, às variáveis de controlo, que, neste caso, correspondem à meta-informação (indicadas no Quadro 22) e suas descrições, elementos que são inerentes aos instrumentos de acesso à informação (Blatter e Haverland, 2014). A variável de controlo mais relevante é a do nível de descrição de fundo e respetiva dimensão, pelo que serão identificadas por entidades custodiantes (ANTT e ABM). A melhor forma de veicular o exposto deriva numa tabela que sintetiza os elementos descritos. A seleção da amostra atende a critérios de volume, dimensão cronológica, número de classes

representadas em cada fundo e existência de instrumentos de acesso à informação⁸¹. O quadro seguinte sintetiza os critérios de constituição da amostra de fundos:

Quadro 23 – Amostragem e critério de seleção de casos múltiplos COV

<i>Tipo de amostragem</i>	<i>Tipo de caso</i>	<i>Critério de seleção</i>	<i>Critério de exclusão</i>
Intencional	Extremo	Fundo do mesmo produtor repartido entre entidades custodiantes.	Dimensão: ≤ 10 u. i. (ou $\leq 0,1\%$) e ≥ 100 u. i. (ou $\geq 0,8\%$). ≥ 2 instrumentos de acesso à informação por fundo.
	Crítico	Fundo na custódia total de uma entidade.	

Fonte: elaboração própria.

2.3.1.2. Análise genológico-documental dos instrumentos de acesso à informação

Os instrumentos de acesso à informação, presentes também na terminologia arquivística como instrumentos de descrição documental, encontram-se abordados na *Introdução geral*. Estes instrumentos constituem o produto final da função da representação arquivística, que Yakel identificou como principais atividades “arrangement and description, processing, and occasionally archival cataloging” associadas a tarefas de “(re)ordering, interpreting, creating surrogates, and designing architectures for representational systems” (2003, p. 2). Aceder, controlar e recuperar informação constitui um dos principais objetivos da produção de instrumentos de acesso à informação.

Os instrumentos de acesso à informação podem ter materializações tipológicas ou genológicas diversas (*i. e.*, catálogos, índices, inventários, guias, roteiros, bases de dados, etc). Os estudos genológicos centram-se não só na análise dos produtos discursivos – textos – derivados da comunicação profissional, mas também do contexto de produção (Bhatia, 1993, 1997, 2017; Swales, 1990). Género (*genre*) é entendido como “set of communicative purpose(s) identified and mutually understood by the members of the professional or academic community in which it regularly occurs” (Bhatia, 1993, p. 49). No entanto, o método de análise que se pretende realizar visa combinar aspetos de análise genológica com a análise documental. A análise documental, como método não reativo, baseia-se em informação existente e acessível, como pré-requisito para “an appreciation and understanding of their purpose(s) and usage(s)” (Tight, 2019). Consiste uma “systematic procedure for reviewing or evaluating documents – both printed and electronic (computer-based and Internet-transmitted) material” (Bowen, 2009, p. 27) e uma “insightful and thick description of academic and professional texts” (Bhatia, 1997, p. 47). Sendo um método de análise que se caracteriza, como pontos forte, pela eficiência, disponibilidade, baixo custo, não-reatividade, estabilidade, exatidão e cobertura, podem conter, não obstante, insuficiências ao nível do detalhe, da acessibilidade, da autenticidade, da proveniência e do enviesamento resultante de uma seleção pouco rigorosa (Bowen, 2009; Tight, 2019).

⁸¹ Outros instrumentos de acesso à informação serão recolhidos a partir dos metadados “Instrumentos de acesso à informação” e “Notas”, que contenham dados sobre outros instrumentos de acesso à informação (inventários, catálogos, bases de dados, guias de remessa, etc.).

Embora existam procedimentos distintos (por vezes sobrepostos) de análise documental, Bowen sugere três etapas iterativas: “skimming (superficial examination), reading (thorough examination), and interpretation” (Bowen, 2009, p. 32). Esta análise documental pode integrar a análise temática, a análise de conteúdo e a análise do discurso ou genológica, sendo esta última abordagem a que nós nos deteremos.

Do conjunto de estudos genológicos, que se debruçaram sobre os instrumentos de acesso à informação (Bahde, 2017; Freund & Toms, 2016; MacNeil, 2012; MacNeil & Douglas, 2015), Trace e Dillon realçaram que a sua principal função consiste em estabelecer uma “representation to the outside world of what the archivist wishes to communicate and share about their work on a collection” (2012, p. 214). Os instrumentos de acesso à informação, qualquer que seja a sua tipologia, destinam-se a estabelecer uma comunicação entre arquivistas e os utilizadores da informação (MacNeil, 2012), no sentido de mediar o acesso aos recursos informacionais. No entanto, os instrumentos de acesso à informação podem estabelecer uma relação de hierarquia entre a entidade custodiante e o utilizador da informação arquivística. Tal relação está vinculada ao processo de descrição arquivística, suportada por meta-géneros, que, de acordo com Giltrow, equivalem a “written regulations for the production of a genre” (2002, p. 190). As garantias literárias para a descrição arquivística constituem uma forma de meta-género, como, por exemplo, as normas internacionais (International Council on Archives, 2000, 2004b, 2011a, 2011b, 2016d). Apesar de a estratégia uniformizadora das normas de descrição arquivística ter como fito diminuir as idiosincrasias das representações da informação em instrumentos de acesso entre diversas tradições de descrição, estes meta-géneros concebidos para a produção de instrumentos de acesso, “constrain writers and readers and implicate them in institutional systems” (MacNeil, 2012, p. 492).

Para uma análise genológico-documental dos instrumentos de acesso, MacNeil sugere, com base em Paré e Smart (1994), uma abordagem focalizada em “their structure and content (textual features); the procedures associated with their production and transmission (composing processes); their use and interpretation by users (reading practices); and the socio-historical, disciplinary, and institutional framework in which they have been prepared (social roles)” (2012, p. 493). Para a investigadora, as características textuais têm como foco “the organization and structure of a finding aid, its descriptive and visual elements, its use of terminology, and its explicit and implicit modes of argument” (MacNeil, 2012, p. 494). Os processos composicionais dizem respeito em como “those regularities are codified, either implicitly or explicitly” (MacNeil, 2012, p. 494), com alusão para a influência das garantias literárias para a descrição arquivística na estruturação das representações. As práticas de leitura estão relacionadas ao modo como os destinatários identificam, localizam, interagem, negociam, constroem significado ou reutilizam o conhecimento veiculado pelos instrumentos de acesso à informação nas suas múltiplas materializações (Freund & Toms, 2016; MacNeil, 2012; Nimer & Daines, 2008; Yakel & Torres, 2003). No que concerne aos papéis sociais,

o enfoque incide “on the roles of writers and readers within organizations and in the creation and use of texts” (MacNeil, 2012, p. 494), especialmente ao longo de diversos contextos históricos.

Assim, atendendo aos aspetos atrás abordados, propõe-se realizar uma análise genológica-documental aos instrumentos de acesso à informação respeitantes à amostra selecionada que, no quadro do estudo crítico-realista de casos múltiplos de tipo covariacional, corresponde à parte qualitativa de um estudo misto. Desta forma, focalizaremos apenas num dos aspetos propostos por MacNeil (2012), baseado em Paré e Smart (1994), e na abordagem metodológica de Bathia (1993)⁸², que consiste nas características textuais e nos processos composicionais, descritos a seguir:

Caraterísticas textuais. Incidiremos em instrumentos de acesso à informação que atendam a descrições de nível de fundo, que contenham subdivisões até nível de unidade de instalação ou documento simples/composto, materializados como inventário, catálogo, guia de remessa, base de dados ou índice. Ficam excluídos instrumentos de acesso à informação mais genéricos (de tipo guia ou roteiro). A dimensão cronológica das datas de produção dos instrumentos de acesso à informação deverá incidir entre 1886 (relativa à Portaria do Ministério do Reino, de 9 de junho de 1886) e 2018. O conjunto dos instrumentos de acesso à informação relativos à amostra selecionada deverá permitir identificar quais as suas relações no sistema genológico da descrição arquivística, atendendo a elementos que permitam identificar biunivocamente unidades documentais entre os instrumentos de acesso à informação mais antigos e os mais recentes.

Processos composicionais. O processo de seleção de instrumentos de acesso à informação deverá atender não só aqueles que se encontram conformes às normas de descrição arquivística (como ISAD(G)), mas também os que adotaram outras convenções, caso existam. A análise incidirá (1) na identificação e recolha de instrumentos de acesso à informação dos mais recentes para os mais antigos e (2) na recolha de elementos que representem uma descrição contextualizadora dos fundos. A concretização da estratégia (1) deverá permitir recolher a partir do metadado de *Instrumentos de descrição* das bases de dados acima indicadas outros *instrumenta*. Pesquisas em páginas estáticas institucionais são realizadas também, recolhendo instrumentos de descrição em suporte ficheiro eletrónico (.doc, .rtf, .pdf). No que concerne à pesquisa bibliográfica, incidimos em instrumentos de acesso à informação publicados em boletins institucionais, como *Arquivo Histórico da Madeira*, *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*, entre outros textos identificáveis nos metadados integrantes da zona da documentação associada. Para a estratégia (2), extrairemos todos os elementos que apontem para, em cada um dos instrumentos de acesso à informação recolhidos, conformes ou não à ISAD(G), descrições e meta-informação relativas à identificação, ao contexto, ao conteúdo

⁸² Bathia (1993) sugere uma análise genológica em sete etapas: situar a tipologia genológico-textual num contexto situacional; levantamento da literatura existente; refinamento da análise situacional/contextual; seleção do *corpus*; análise do contexto institucional; estudo linguístico por níveis de análise, e confirmação com especialistas.

e à estrutura produzida pelas entidades custodiantes. Incidaremos, em particular, em dados que apontem para processos custodiais e critérios de organização dos conjuntos documentais.

Em síntese, cada um dos aspetos acima descritos, que integram a análise covariacional em estudo misto e crítico-realista de casos múltiplos, encontra-se alinhado à *framework* de Danermark *et al.* (2005) (descrição e resolução analítica) e aos princípios de Wynn e Williams (2012) (explicação dos eventos e da estrutura e contexto), no sentido de que partimos da recolha empírica de dados que se situam no domínio dos eventos (abordagem extensiva) e da decomposição da amostra pelas suas partes constitutivas.

2.3.2. *Representação dos arquivos deslocados em instrumentos de acesso à informação: análise de rastreamento processual (etapa abductiva/redescrição teórica)*

Esta subsecção tem como objetivo descrever os métodos que apoiarão na resposta à questão de investigação *QIG3*, *i. e.*, como é que os conjuntos documentais reivindicados pela Resolução da Assembleia Legislativa da Madeira n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), foram representados nos instrumentos de acesso à informação?

A abordagem de rastreamento processual (*process-tracing analysis*) encontra-se alinhada com as etapas de inferência abductiva de Danermark *et al.* (2005) e associada ao princípio de retrodução de Wynn e Williams (2012). Um estudo crítico-realista de casos múltiplos com esta abordagem possibilita a identificação dos mecanismos subjacentes ao processo de representação da informação em instrumentos de acesso à informação. O objetivo da análise de rastreamento processual consiste em identificar como as unidades documentais têm sido representadas entre diversos *instrumenta* ao longo do tempo de modo a poder inferir-se quais os mecanismos adotados pelas entidades custodiantes na representação da sua organicidade. O método que melhor exprime a abordagem de rastreamento processual na representação da informação em instrumentos de acesso à informação consiste nos métodos de genealogia textual ou método estemático.

O rastreamento processual aplicado a estudos de caso causal coloca ênfase nos mecanismos geradores de um determinado efeito (Beach & Pedersen, 2013, 2016; Blatter & Haverland, 2014; E. S. M. Cunha & Araújo, 2018). Incide na identificação de “necessary and sufficient conditions that lead to a specific type of outcome” (Blatter & Haverland, 2014, p. 80) ou “mechanisms as a system that transfer causal forces from C[ause] to O[utcome]” (Beach & Pedersen, 2016, p. 305). Assim, o rastreamento causal de processos visa realizar “the unpacking of causal mechanisms into their constituent parts, which are then traced using in-depth case studies” (Beach & Pedersen, 2016, p. 302). O rastreamento causal de processos são “a within-case technique of causal inference” (Blatter

& Haverland, 2014, p. 82), que proporcionam “to craft sufficient explanations of particular historical cases” (Beach & Pedersen, 2016, p. 307). A recolha empírica de elementos que possibilitem a realização de inferências causais deverá incidir na observação em torno da “temporal order, spatiotemporal density and analytic depth” (Blatter & Haverland, 2014, p. 81). Sobre isto, Beach e Pedersen (2016) distinguem dois tipos de análise de rastreamento processual: (1) orientado para a construção de teoria e (2) orientado para o teste/refinamento de teoria ou de hipóteses. O primeiro tipo está orientado para realizar inferências sobre “mechanisms linking causes with outcomes through the collection of mechanistic evidence of the operation of each of the parts of a causal mechanism in a case study” (Beach & Pedersen, 2016, p. 307). O segundo tipo está relacionado sobre “an existing mechanism is tested to determine whether it can account for the outcome” (Beach & Pedersen, 2016, p. 311). Embora o nosso fenómeno de interesse concentrado nos casos escolhidos se orientem para uma abordagem de construção de teoria (*theory-building process-tracing*) – não se dispo de estudos análogos que possibilitem o seu teste – adotamos as etapas sugeridas por Beach e Pedersen (2016):

- **Etapa 1: recolha empírica de dados.** Esta etapa requer “an intensive and wide-ranging search of the empirical record” (Beach & Pedersen, 2016, p. 315). A abordagem deve ter em consideração a observação de dados críticos para a etapa seguinte. Embora os instrumentos de acesso à informação sejam considerados como fontes de informação secundária (por representarem fontes primárias), tais *instrumenta* podem integrar em fontes de informação primária, *i. e.*, através da análise arquivística nos “arquivos dos arquivos” das entidades custodiantes. Esta etapa será descrita *infra* em “Seleção de unidades de análise”.
- **Etapa 2: análise crítica dos dados.** Esta etapa visa “to examine the fingerprints that the mechanism should have left in the empirical record” (Beach & Pedersen, 2016, p. 44). Esta etapa propõe analisar como os instrumentos de acesso à informação, que representam cada um dos casos (fundos), se encontram ou não relacionados entre si. Esta etapa corresponde à análise Estemática, descrita *infra*.
- **Etapa 3: inferência da existência de mecanismos causais.** Esta etapa resulta da inferência em torno de mecanismos subjacentes que justifiquem “existence of a causal process(es) linking C and O because evidence is provided for each pan of the causal process” (Beach & Pedersen, 2016, p. 176). A justificação das evidências deverá centrar-se no aspeto evolutivo das representações das unidades nos instrumentos de acesso à informação, em termos de inserção, modificação ou eliminação de dados (*i. e.*, denominações atribuídas às classes). Esta etapa con-substancia-se na análise Estemática, descrita *infra*.

A seguir, descrevemos os procedimentos de recolha, de análise e de interpretação no quadro do estudo crítico realista de casos múltiplos baseado no rastreamento processual.

2.3.2.1. *Seleção de unidades de análise*

Referimos anteriormente que, após o cumprimento das etapas de constituição da amostra de casos constante da Figura 28, a seleção dos casos (crítico e extremo) deverão ter mais do que dois instrumentos de acesso à informação que representem entre < 50 u. i. e >500 u. i. por fundo. Uma vez realizada a seleção dos instrumentos de acesso à informação obtida a partir da análise covariacional, o conjunto de instrumentos de acesso à informação incluídos para os propósitos de rastreamento processual tem como objetivo estabelecer que vínculos existem entre eles.

Para o processo de seleção de unidades de análise, que corresponde à recolha empírica de dados, aplicamos as seguintes sub-etapas:

- ***Extração ou transcrição de dados.*** A extração de dados é realizada a partir de meios eletrônicos e manuais. A recolha por meios eletrônicos pode concretizar-se através das funcionalidades de exportação de registos em bases de dados para .csv ou .xlsx; da migração de um suporte eletrónico para outro (u. g., .pdf para .csv/.xlsx), e do recurso ao *web-crawler Octoparse™* (Octopus Data, 2020), através da recolha de resultados de URI das pesquisas efetuadas nas bases de dados, da seleção e exportação para formatos abertos. A recolha manual de dados decorrerá por via da transcrição, especialmente quando os instrumentos digitalizados não permitam um reconhecimento ótico de caracteres (OCR) para textos manuscritos e dactiloscritos. Esta recolha será processada em ficheiro de formato Excel™ para Windows™ (.xlsx) por instrumento de acesso, atribuindo uma sigla de referência.
- ***Processamento e armazenamento de dados.*** O processamento de dados extraídos dos instrumentos de acesso à informação visa não só recuperar a meta-informação constante em cada um dos instrumentos de acesso à informação incluídos, mas também selecionar qual a meta-informação mais relevantes para realizar um de rastreamento processual da representação das unidades descritas ao longo do tempo. A seleção da meta-informação terá como suporte as garantias literárias para a descrição arquivística (Barité, 2017; Bountouri, 2017; Tognoli & Guimarães, 2012), atendendo tanto para os instrumentos de acesso que cumprem os requisitos constantes destas garantias como aqueles que não cumprem (designadamente os instrumentos de acesso anteriores à promulgação das normas internacionais de descrição arquivística). As garantias literárias para a descrição arquivística são as emanadas por organismos internacionais (Conselho Internacional dos Arquivos, 2001; International Council on Archives, 2000; Pitti, 1997) e nacionais (Direção-Geral dos Arquivos, 2007). Para este efeito, elegemos como meta-informação crítica os diversos tipos de título, de datas e de identificadores das classes de nível de série/subsérie e de unidade de instalação, incluindo cota. Subdivisões como secção/subsecção e documento simples/composto podem não ser relevantes para todos os instrumentos de acesso se não tiverem como base de representação uma estrutura hierarquizada e multinível, devidamente descrito no estudo covariacional de casos múltiplos. Os dados serão armazenados

em ficheiros .csv e .txt como dados da investigação que complementam este estudo, acessível em *Open Science Framework*, através deste endereço <<https://osf.io/c8ev5/>>.

Este método permitirá abrir caminho para o aprofundamento dos mecanismos de representação através do método de rastreamento processual em estudo de casos múltiplos. A materialização da inferência abduativa e retrodutiva será realizada através do método estemático, a seguir descrito.

2.3.2.2. *Análise Estemática*

O objetivo desta subsecção consiste em explicar a escolha de um método de análise que melhor se associa à abordagem abduativa/redescritão teórica aludida na etapa proposta por Danermark *et al.* (2005). Conforme dissemos, esta etapa ocupa um dos espaços centrais na transposição do Realismo Crítico para o âmbito metodológico. Como indicado acima no desenho da investigação, recorreremos ao método estemático – método oriundo da Crítica Textual ou Ecdótica – como a melhor estratégia para o exercício de inferência abduativa (Niiniluoto, 2018). Esta escolha deriva do elevado potencial epistemológico que se pode extrair no estudo dos vínculos genealógicos entre textos, designadamente nos mecanismos subjacentes à representação das unidades documentais em diversos instrumentos de acesso à informação. A relação entre o método estemático e a análise de rastreamento processual aplicado a estudos de casos múltiplos reside no enfoque em “observable traces” (George & Bennett, 2007, p. 217), *i. e.*, como a inserção, modificação ou eliminação de elementos que descrevem as unidades documentais permitem estabelecer vínculos genealógicos entre os instrumentos de acesso.

Devido à especificidade deste método, importa determo-nos um pouco sobre o seu quadro teórico-conceptual e metodológico antes de avançar para a sua transposição para os propósitos deste estudo, apoiando-nos, para este efeito, na literatura especializada (Macé & Heikkilä, 2006; Philipp Roelli, 2020; Philipp Roelli & Macé, 2015; van Reenen *et al.*, 1996, 2004).

O conceito de estema provém da expressão latina *stemma codicum* ou, simplesmente, *stemma*, equivalente à palavra grega *στέμμα*, que significa, no singular, grinalda ou coroa e, no plural, árvore genealógica. Portanto, o estema constitui uma representação gráfica de vínculos genealógicos de tipo de relação ascendente-descendente. Este conceito foi aplicado por analogia à Crítica Textual como a relação entre testemunhos, que correspondem a instâncias entre textos existentes e que no seu conjunto formam a tradição textual (Philipp Roelli & Macé, 2015).

A Estematologia ou Estemática⁸³ tem sido considerada como um ramo da Crítica Textual, que versa sobre “the scientific study of the origins and development of texts in general” (Philipp Roelli, 2020,

⁸³ Embora ambas as formas sejam utilizadas de forma equivalente por diversos autores, Roelli sugere que “‘stemmatology’ tends to be the wider term, whereas ‘stemmatics’ may be confined to the method of genealogical reconstruction” (2020, p. 4). Usamos aqui método estemático e estemática ao longo do texto com sentidos equivalentes. Quando nos referirmos a métodos estemáticos, referimo-nos a abordagens metodológicas tanto manuais ou tradicionais como computacionais.

p. 4). A Estemática, por seu turno, tem como foco o estudo genealógico⁸⁴ das tradições textuais, que visa imprimir objetividade no processo de edição crítica, baseada em regras e princípios orientadores (Chiesa, 2020). O produto do método estemático visa a produção de estemas (*stemma* ou *stemma codicum*), que consistem numa hipótese de representação esquemática dos testemunhos (textos) dentro de uma tradição textual. Este método tem sido denominado, mas de modo impreciso, como método lachmanniano, derivado dos estudos de edição de textos desenvolvido pelo classicista alemão Karl Lachmann (1793-1851) (Timpanaro, 1963, 2005; Trovato, 2014) e refinado posteriormente por diversos estudiosos (Maas, 1927, 1958; Paris & Pannier, 1872; West, 1973). Esta abordagem de genealogia textual tem como objeto o estudo da tradição textual, que “consists of all the facts and objects that have transmitted the work through time, from its origin to us” (Chiesa, 2020, p. 75). Estes objetos são denominados por testemunhos (*testimonia*) e mantêm entre si vínculos ou relações que se exprimem na metáfora da árvore genealógica, onde existe um texto (pai) que dá origem a outros textos (filhos). A representação estemática não é mais do que uma representação gráfica de uma genealogia entre testemunhos dentro de uma tradição (Chiesa, 2020).

Este método desenvolvido no âmbito da Crítica Textual⁸⁵ suporta-se em dois princípios orientadores: (1) o valor da lição (*lectio*) depende do valor dos testemunhos (*testimonia*) e (2) só no estabelecimento das relações de dependência ou de autonomia entre testemunhos é que se pode reconstituir o texto (Chiesa, 2020). Por exemplo, um estema, como indicado abaixo na Figura 29, é convencionalmente representado por letras e linhas, que representam vínculos de tipo ascendente-descendente: Ω , significando um original perdido (em grego), testemunhos existentes em letras maiúsculas latinas (*A, B, C, D*) e testemunhos perdidos (arquétipo) em letra grega minúscula (α).

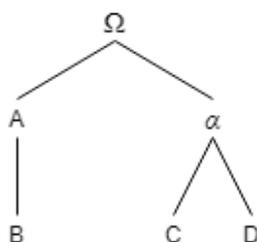


Figura 29 – Exemplo de estema.

Fonte: adaptado de Chiesa (2020, 76). **Legenda:** Ω , original; α , arquétipo; ABCD, testemunhos.

Assim, *B* corresponde a uma cópia de *A*; α gerou duas cópias sobreviventes (*C, D*) e existem dois ramos diferenciados (*A, B*) e (α, C, D). O estema é uma representação diacrónica, que representa

⁸⁴ O método genealógico encontra-se presente em diferentes domínios científicos. Este método tem como principal *output* uma classificação de entidades em que a partilha de “a common ancestry are grouped together” (Gnoli, 2020). Embora existam muitas representações pictóricas de relações e vínculos genealógicos desde a Antiguidade até a atualidade, como a metáfora da árvore (M. Lima, 2014; Morrison, 2014), o método genealógico teve desenvolvimentos, ora divergentes ora confluentes, em diversos domínios (Howe & Windram, 2011; Macé & Baret, 2006; Mace & Holden, 2005; Mesoudi, 2007b, 2016; Mesoudi et al., 2004, 2006; Retzlaff & Stadler, 2018; Van Wyhe, 2005).

⁸⁵ A terminologia da Crítica Textual é maioritariamente em Latim, pelo que sempre que possível será definida à medida que se expõe o método.

uma sequência histórica do testemunho mais antigo para o mais recente (Chiesa, 2020). Uma vez que o objetivo consiste em reconstituir o original (por convenção, representado pela letra grega Ω ou pela letra latina O), o testemunho B (denominado pela terminologia filológica como *codex descriptus*) é inútil por constituir uma inovação derivada de A . A presença de C e D indica que α e A partilham hipoteticamente as mesmas lições, mas na transição de Ω para A e para α poderão ter decorrido inovações em que os textos apresentam divergências. Portanto, o valor dos testemunhos A e α é elevado para a reconstituição de Ω . Como se pode verificar, as representações Estemáticas têm sido consideradas como “a powerful guide for textual reconstruction” (Chiesa, 2020, p. 78).

Para realizar um exercício desta natureza e apoiando-nos no método estemático de Lachmann-Maas (1927, 1958) e de Blecua (1983), existem duas fases distintas na Crítica Textual: (1) determinar os vínculos genealógicos entre os testemunhos, processo denominado por *recensio* e (2) reconstituir o texto crítico, denominado por *constitutio textus*, descritos a seguir:

(1) *Recensio*: processo preparatório que visa “the enumeration and examination of the material” (Philipp Roelli & Macé, 2015, p. 164). Esta fase suporta-se no princípio do erro, onde os testemunhos são avaliados e escalonados pelo número de erros comuns, *i. e.*, “by creating a deviation from the original form, indisputably reveals a connection among the witnesses that report it” (Chiesa, 2020, p. 79). Lições corretas são, por seu turno, irrelevantes para o estabelecimento de relações entre testemunhos. Esta abordagem deriva do método denominado de lachmanniano de *recensio sine interpretatione* (sem subjetividade), contrariamente aos métodos filológicos anteriores baseados no critério de *iudicium* (subjetividade). Porém, nem todos os erros ou desvios podem ser tidos em conta na composição de um estema, pelo que o principal requisito do erro deve cingir-se ao seu caráter único e irreversível em determinados testemunhos (Chiesa, 2020; Trovato, 2014). Entre diversas tipologias de erros, os que mais importam são aqueles que diretamente são percecionáveis na comparação entre textos, especialmente os que são realizados por adição (*adiectio*), *u. g.* por ditografia; por omissão (*detractatio*), *u. g.* haplografia; por alteração da ordem (*transmutatio*), *u. g.*, metátese ou transposição; e por modificação (*immutatio*), *u. g. lectio difficilior/facilior*. Erros podem caracterizar-se por poligenéticos, *i. e.*, produzido independentemente em diferentes partes da transmissão de um texto, e monogenéticos, que se baseiam em erros significativos (também conhecido como *Leitfehler* ou *errores significativi*) (Pasquali, 1934; Philipp Roelli & Macé, 2015; Trovato, 2014). Estas tipologias de erros podem incidir numa palavra, em expressões ou frases (Blecua, 1983), pois, na sua raiz, se encontram processos cognitivos geradores deste tipo de fenómenos. Dentro do processo de *recensio*, existem sub-etapas: *fontes critici*, *collatio*, *eliminatio codicum descriptorum*, *examinatio*, *selectio* e *constitutio stemmatis*. Os *fontes critici* consistem na análise heurística, histórica e material dos testemunhos de tradição direta e/ou indireta, que não incide apenas na análise dos textos em si mas em elementos que “explicitly state what their sources were, when and

where they wrote” (Andrews, 2020a, p. 213). A *collatio* (de *collatio codicum* ou *collatio uariarum lectionum*, colação) implica um processo de transcrição e de comparação dos testemunhos de modo a poder-se aferir sobre as similaridades e divergências entre eles a partir das suas variantes (*lectiones uariae*) (Andrews, 2020b). Os testemunhos (representados por siglas) são transcritos e alinhados, palavra com palavra ou expressão com expressão, em sequência numa tabela, que pode ser realizado manualmente ou com suporte a ferramentas computacionais. Trata-se de um processo delicado, uma vez que “un deficiente cotejo puede provocar errores irremediables en la filiación” (Blecu, 1983, p. 45). A *eliminatio codicum descriptorum* ou eliminação de cópias resulta do processo intensivo de *collatio* (Blecu, 1983; Philipp Roelli & Macé, 2015), em que são removidos os testemunhos que não são relevantes por não acrescentarem informação substantiva para a composição do estema. A *examinatio e selectio* incidem na análise valorativa e global das variantes em partes essenciais do texto (*loci critici*) resultantes do processo de identificação de erros ou de inovações presentes em testemunhos que se desviaram em relação ao original ou ao arquétipo ou hiparquétipo. Por fim, a *constitutio stemmatis* incide na elaboração do estema e o objetivo final da *recensio*, que parte de “las relaciones que se establecen entre *n* elementos y los niveles de dependencia” (Blecu, 1983, p. 62), com vista a estabelecer uma “oriented tree-like graph representing a hypothesis about genealogical relationships between witnesses of a text” (Andrews, 2020a, p. 212).

- (2) *Constitutio textus*: este processo visa reconstruir o texto crítico. Trata-se de uma fase que inclui várias sub-etapas, como a *examinatio* e a *selectio, emendatio e dispositio textus*. De acordo com Blecu (1983), enquanto a noção de erro constituía uma etapa importante para a *recensio* e para a elaboração do estema, nesta fase tal noção deixa de ter relevância, passando o texto a ser reconstruído a partir de lições comuns ou de boas lições. A etapa de *examinatio e selectio* corresponderia nesta fase ao processo de reconstrução (*restitutio*) do original X, onde o editor crítico tomaria decisões de reconstituir ou mecanicamente o texto através do estema, como propõe o método lachmanniano, ou recorrer ao *iudicium, i. e.*, realizar a análise sobre o texto e não a partir do estema, considerando “aquella lección que sea más verosímil y relegar las otras lecciones al aparato crítico” (Blecu, 1983, p. 89). Quando estamos na presença de tradições com contaminações (*contaminationes*), resultantes de combinações híbridas de textos dentro ou fora da tradição textual (Blecu, 1983; Haugen, 2020), Timpanaro (1963, 2005) sugere a identificação da ocorrência desses processos seja em contexto “intra-estemático” (dentro de uma mesma tradição textual) seja “extra-estemático” (por influência de outras tradições). A *emendatio* diz respeito à correção do texto (Philipp Roelli & Macé, 2015). Tecnicamente, corresponde aos processo de correção a partir dos testemunhos identificados no estema (denominado como *emendatio ope codicum*, por consistir numa *selectio* dentro do processo de *constitutio textus*) ou a partir de conjecturas (*diuinatio*) escolhidas pelo editor (denominado como *emendatio ope ingenii*, elaborado sem qualquer base testemunhal). Portanto, o papel do estema

neste processo é o de orientar o processo de reconstituição do texto, que permitirá corroborar o comportamento das lições (inovações, contaminações, erros) em cada porção de texto (*locus*) (Blecu, 1983). Por fim, temos a etapa de *dispositio textus*, que corresponde à etapa final da edição crítica, contendo o texto, o aparato crítico e outra informação complementar (introdução, descrição dos testemunhos e notas).

A tendência dos estudos sobre Estemática visava aproximar métodos computacionais com os da Biologia Sistemática, mais concretamente da fenética e da filogenética⁸⁶ (van Zundert & Hoenen, 2020), experimentados desde finais da década de 1960 e seguintes (Barbrook *et al.*, 1998; Cameron, 1987; Griffith, 1969; A. R. Lee, 1989; Spencer & Howe, 2001). Na base da construção de estemas a partir de métodos filogenéticos estão modelos matemáticos, estatísticos e algorítmicos (como máxima parcimónia, *split decomposition*, união de vizinhos, *bootstrapping*, máxima verossimilhança, inferência bayesiana, etc.) que visam exprimir modelos evolucionistas baseados na ideia de “descendência com modificação” proposto por Darwin (1859, 1871) e no método cladístico de Hennig (1950). O propósito destes modelos visava produzir árvores filogenéticas, que, devido à sua similaridade com as representações estemáticas, constituem hipóteses de representação genealógica (Lai *et al.*, 2010; Philipp Roelli & Bachmann, 2010; Roos *et al.*, 2006; Roos & Heikkilä, 2009; Roos & Zou, 2011). Modelos algorítmicos e matemáticos inspirados na filogenética foram transpostos para o âmbito da estemática computacionalmente assistida⁸⁷, apesar de os algoritmos especificamente desenvolvidos para o âmbito da estemática digital ser uma área ainda muito recente e em desenvolvimento, comparativamente com os métodos filogenéticos, que contam com investigação muito mais avançada (Hoenen, 2018, 2020b). Por exemplo, um dos problemas na representação de tradições com elevada contaminação diz respeito à escolha da representação estemática que melhor exprima esse processo. A melhor estratégia consiste em “not a tree, but a network would have to be assumed the appropriate graph theoretical model for representation” (Hoenen, 2018, p. 27). Portanto, a representação estemática não necessita de ser necessariamente configurada numa estrutura gráfica arborescente mas pode sê-la graficamente numa estrutura reticulada. Apesar de qualquer uma destas representações estemáticas não serem mais do que hipóteses que estimam

⁸⁶ Não obstante, a aplicação de métodos inspirados na filogenética para explicar fenómenos de genealogia textual conta com diversos críticos, tanto detratores (Robins, 2007; Alexanderson, 2018) como defensores (Macé e Baret, 2006; Howe *et al.*, 2012; Bordalejo, 2016; Macé, 2019). O diferendo incide entre métodos procedentes de domínios epistémicos distintos (Biologia e Humanidades), especialmente em torno de processos de cópia de textos, que não têm qualquer paralelo com a evolução das espécies bióticas. Por exemplo, a única forma de transposição dos métodos filogenéticos para o estudo de genealogia textual passava pela conversão de “words in texts” (Windram e Howe, 2020, p. 540) em sequências de ADN ou de proteínas, emulando o processo de *collatio*, de modo a compatibilizarem-se com as ferramentas computacionais de análise filogenética, com vista a produzir diagramas arborescentes (não estemas).

⁸⁷ A título de exemplo: (a) *Semstem* (Roos & Zou, 2011), para a análise de estruturas arborescentes latentes aplicadas à variação textual; (b) *RHM* (Roos *et al.*, 2006), baseado na máxima parcimónia e na similaridade entre textos, o qual “measures the amount of change in terms of textual similarity instead of the number of different characters (...) this means that changes that are smaller according to the compression measure are more likely than bigger changes” (Roos, 2020, p. 325); (c) *Leitfehler* (Philipp Roelli & Bachmann, 2010), recorrendo a ponderações que visavam “to weight the variants and to compute pairwise distances between each pair of witnesses” (Roos, 2020); (d) “Método Genealógico Baseado na Coerência” (CBGM), aplicado a tradições de textos bíblicos com elevada contaminação, baseia-se na técnica de coerência pré-genealógica (acordo percentual entre dois testemunhos) e coerência genealógica (baseando-se no rastreamento das decisões dos editores) (Mink, 2003).

vínculos genealógicos entre textos, o recurso a ferramentas computacionais proporciona um ambiente controlado melhor do que os processos manuais, pelo que a decisão de optar-se por determinada abordagem de análise estemática suportada por meios computacionais depende dos objetivos formulados previamente pelo investigador.

O que é importante realçar consiste na ênfase em torno das analogias baseadas em processos evolucionistas que favoreceram à aproximação de disciplinas epistemicamente distintas (Crítica Textual, Ciências da Computação e Biologia Sistemática) para encontrarem novas abordagens de convergência metodológica para o desenvolvimento de uma estemática digital (Guillaumin, 2020). Tal convergência já ocorre em outros âmbitos disciplinares, que transpuseram métodos filogenéticos para o universo artefactual e cultural (Cameron, 1987; Mace & Holden, 2005; Mesoudi, 2007a, 2011, 2016; Mesoudi *et al.*, 2006; O’Hara, 1996; Platnick & Cameron, 1977) – que alguns autores sugerem, como disciplina emergente, a denominação de “filomemética” (Dawkins, 1976; Howe & Windram, 2011)⁸⁸ – com aplicações, por exemplo, na arqueologia (García Rivero, 2013; O’Brien & Lyman, 2005), na linguística histórica (Atkinson & Gray, 2005; Foster & Renfrew, 2006; List, 2016), em textos de tradição oral (S. G. da Silva & Tehrani, 2016; Tehrani, 2013), na musicologia (Liebman *et al.*, 2012; Pamjav *et al.*, 2012; Tëmkin & Eldredge, 2007), na ciência da informação (Gnoli, 2020; Macedo, 2017b; Thomer & Weber, 2014), entre muitos outros âmbitos disciplinares das Humanidades e Ciências Sociais. Embora a Crítica Textual tenha incidido particularmente na edição crítica de textos literários, associada ao estudo de textos manuscritos e apoiada por “disciplinas auxiliares” como a paleografia e a codicologia (Buzzoni, 2020b; Macé *et al.*, 2015; Viehhauser, 2020), a Estematologia (ou Estemática) evoluiu consideravelmente graças ao desenvolvimento de ferramentas computacionais para o processamento, análise e difusão automatizada de textos, que constitui uma das componentes mais importantes na formação dos estudos em Humanidades Digitais (Bode & Arthur, 2014; Busa, 2004; Schreibman, Siemens, & Unsworth, 2004).

Aproximações teóricas entre a Crítica Textual e a descrição arquivística têm sido, por analogia, exploradas por MacNeil (2005, 2008, 2017, 2019). O ponto de convergência reside no ensejo de a Crítica Textual pretender “to restore a literary text as closely as possible to its original, authentic form, while archival arrangement seeks to reconstruct the “authentic,” meaning original, order of a body of records” (2008, p. 3). Apesar de ambas as disciplinas estarem, na opinião da autora, “rooted in a shared tradition of philological criticism, albeit different branches” (MacNeil, 2005, p. 269), esta investigadora limitou-se a uma comparação teórico-conceptual entre a Crítica Textual e a Arquivística, sem contudo fazer o mesmo exercício de analogia em torno das potencialidades do método estemático como ferramenta heurística sobre a representação da ordem e organicidade dos conjuntos documentais.

⁸⁸ Sobre isto, “the term “meme” used by Dawkins as a “unit of cultural transmission”, the term “phylomemetics” has been proposed to refer to the phylogenetic analysis of non-biological data” (Windram & Howe, 2020, p. 540).

A conexão entre o método estemático e o estudo de casos múltiplos baseado no rastreamento processual – uma vez que o enfoque nesta fase não é na construção ou no teste de teoria, mas nos casos – visa suportar uma explanação causal minimamente consistente (Beach e Pedersen, 2013)⁸⁹ dos mecanismos de representação da informação. Tais mecanismos de representação da informação arquivística derivam dos mecanismos institucionais (entidades custodiantes), mecanismos estes que tomam forma como “formal or informal rules, conventions or practices, together with the organizational manifestations these patterns of group behavior sometimes take on” (Parsons, 2007, p. 70). Como tal, os mecanismos de representação da informação podem materializar-se através de poderes causais, que podem manifestar-se através de processos de adição, eliminação, substituição ou alteração não só do conteúdo dos instrumentos de acesso à informação, mas também do próprio conjunto documental, que depende, em boa parte, dos poderes das entidades custodiantes. Embora o exercício abduativo consista numa estratégia de combinação dialética entre a inferência dedutiva e a inferência indutiva (C. S. Peirce, 1955), o método estemático caracteriza-se por ser uma abordagem indutiva, porque parte do processo de *recensio* (manual ou digital) e que pode providenciar uma explanação sustentada nos dados que informam os processos genealógicos da transmissão textual, manifesto nos processos assim indicados. Porém, a abordagem dedutiva exigiria o teste de perspectivas teóricas existentes sobre o uso do método estemático para a identificação de mecanismos de representação da informação em instrumentos de acesso à informação relativos a arquivos deslocados, de que ora não se dispõe, conforme acima revisto na literatura e nesta epígrafe.

Em síntese, o recurso ao método estemático constitui uma estratégia de materialização de um estudo crítico-realista com vista a um rastreamento processual focado em casos múltiplos, visando uma explanação suficiente sobre os vínculos entre o domínio do empírico (eventos reificados em instrumentos de acesso à informação) e o domínio do atual (mecanismos subjacentes à representação da informação em torno dos arquivos deslocados). O rastreamento processual de um caso corresponde ao estabelecimento de vínculos genealógicos entre instrumentos de acesso à informação, que representam determinados fundos, recorrendo, abdutivamente, ao método estemático como a estratégia que melhor possibilita a realização de uma explicação mínima em torno das causas por que os *instrumenta* diferem ou se assemelham entre si. A seguir, expomos os parâmetros que transpõe o exposto aos propósitos desta tese.

Transposição do método estemático. O propósito desta epígrafe consiste em estabelecer os parâmetros para a aplicação do método estemático em ambiente computacionalmente assistido em torno de uma amostra de fundos representados em instrumentos de acesso à informação. Referimos a

⁸⁹ Os autores referem que a explanação do rastreamento do processo com enfoque em resultados (explaining-outcome process-tracing) caracteriza-se por ser “an iterative research process where theories are tested to see whether they can provide a minimally sufficient explanation of the outcome. Minimal sufficiency is defined as an explanation that accounts for an outcome, with no redundant parts” (Beach e Pedersen, 2013, p. 63).

Estemática como método devido às especificidades procedimentais acima tratadas tanto para o processo de recolha como de análise de dados. O recurso a este método possibilita a configuração de um estudo crítico-realista de casos múltiplos baseado no rastreamento processual, *i. e.*, traçar até que ponto os instrumentos de acesso à informação mais recentes se baseam nos mais antigos e quais os mecanismos subjacentes na sua representação que permita traçar vínculos genealógicos entre os instrumentos de acesso à informação da mesma tradição de representação.

Importa realçar que o recurso ao método estemático não tem como propósito reconstituir o texto original dos instrumentos de acesso à informação relativos aos fundos descritos e muito menos a reconstituição da ordem original dos fundos propriamente ditos. Em primeiro lugar, os instrumentos de acesso à informação, que descrevem um fundo em particular, podem ser genologicamente muito diferentes entre si. A única exceção seria inferir hipoteticamente a presença de arquétipos ou hiparquétipos que apontem para a existência de instrumentos de acesso à informação desaparecidos ou não recuperados no processo de recolha de *fontes críticas*. Em segundo lugar, a reconstituição de um fundo através do método estemático, que está para além do âmbito deste estudo, implicaria testar até que ponto os princípios arquivísticos, como a ordem original, no sentido de “final order in which the records were actively maintained by that creator” (MacNeil, 2008, p. 10), poderiam ser demonstrados através deste método. Quando muito, o método estemático aplicado aos instrumentos de acesso à informação poderá indicar reorganizações/reordenações dos fundos, mas a focalização na última ordem atribuída pela entidade produtora conduziria a uma representação simplista que obliteraria dinâmicas de produção da informação contidas nos conjuntos documentais. O recurso a este método poderá indicar quais os mecanismos de representação da organicidade e da unicidade dos fundos representados na amostra de instrumentos de acesso à informação, os quais podem ser muito relevantes no caso dos arquivos deslocados.

Face aos condicionalismos expostos, a opção mais consistente consiste em recorrer ao método estemático, limitando-nos ao processo de *recensio* e à seleção dos *loci críticos* a extrair da amostra de instrumentos de acesso à informação recuperados, que possibilitem um rastreamento processual sobre a representação da informação.

Desta forma, consideramos que o processo de *recensio* será melhor desenvolvido em ambiente computacionalmente assistido. Tal implica o estabelecimento de um fluxo de trabalho em torno de cada uma das etapas, a saber: *fontes críticas*, *collatio*, *examinatio/selectio* e *constitutio stemmatis*. Apoiamo-nos nas etapas de *recensio* propostas por Bleucia (1983) e Macé *et al.* (2015) e na Estemática computacionalmente assistida (Andrews, 2020b; Buzzoni, 2020b; Roos, 2020; Roos & Heikkilä, 2009; van Zundert & Hoenen, 2020; Viehhauser, 2020), a seguir descritos:

- (1) **Fontes críticas**. Esta etapa encontra-se vinculada com o estudo causal de casos múltiplos de tipo covariacional descrito na subsecção respetiva (2.3.1 *Identificação e seleção dos casos e dos instrumentos de acesso à informação: análise covariacional*), interligando este processo

heurístico com o estudo causal de casos múltiplos baseado no rastreamento processual (Blatter & Haverland, 2014). Trata-se de uma etapa que amplia a análise genológico-documental, não só através da descrição material dos testemunhos (instrumentos de acesso) que integram a amostra de um caso extremo e de um caso crítico, distinguindo tradições (manuscritas ou impressas/digital) e tipos de tradição (minutas, originais e cópias autógrafas), mas também das autorias, acessibilidade, conformidade com as garantias literárias para a descrição arquivística e contextualização histórica dos exemplares (Macé *et al.*, 2015). Esta informação é indispensável para uma classificação preliminar dos testemunhos, atendendo à sua estrutura externa e interna, podendo conter dados relevantes para a análise retrodutiva em estudos de casos múltiplos.

(2) **Collatio**. Esta etapa constitui uma das fases mais intensivas da *recensio*. Deve delimitar quais os *loci critici* (partes de textos) a extrair dos instrumentos de acesso à informação, de modo a possibilitar a sua comparação em termos de similaridade e dissimilaridade entre os instrumentos de acesso à informação (Macé *et al.*, 2015). Uma vez que esta etapa deve desenvolver-se em ambiente computacionalmente assistido, existem sub-etapas que implicam uma abordagem mista (manual e/ou computacional) a ter em consideração, a saber:

i. **Loci critici**. Constituído o *corpus* de instrumentos de acesso à informação em (1), esta sub-etapa visa selecionar “those places that show ‘significant’ variation” (Andrews, 2020b, p. 171). Para este efeito, atendendo à diversidade genológica de instrumentos de acesso à informação que podem assumir configurações distintas em termos de apresentação dos conteúdos, cingir-nos-emos na seleção de um conjunto de dados correspondentes à meta-informação de título, cota e datas extremas. Apesar de outros metadados serem relevantes para a compreensão dos mecanismos de representação, consideramos particularmente estes para o exercício de *collatio*. Como garantia literária para a descrição arquivística, apoiamo-nos nas *Orientações para a Descrição Arquivística* (Direção-Geral dos Arquivos, 2007) que especificam as regras adotadas da norma ISAD(G) (Conselho Internacional dos Arquivos, 2002):

- **Título**. O metadado “título” pode ser representado através de material lexical que exprima uma unidade semântica, como “a palavra, frase, carácter ou grupo de caracteres que designa uma unidade de descrição” (Direção-Geral dos Arquivos, 2007, p. 32). Constitui um dos pontos de acesso obrigatórios a constar nos instrumentos de acesso à informação, independentemente dos níveis de descrição. Títulos podem ser de diversa natureza (formal, paralelo, atribuído, controlado)⁹⁰ e devem ser assinalados

⁹⁰ De acordo com as normas, o título pode ser formal “quando corresponde ao nome oficial ou legal de uma unidade de descrição, ou nela aparece proeminente ou explicitamente, transcrito sem modificações substanciais” (Direção-Geral dos Arquivos, 2007, p. 32); paralelo “quando corresponde ao nome formal que se encontra em diferentes idiomas na fonte principal de informação” (Direção-Geral dos Arquivos, 2007, p. 32); atribuído “quando corresponde ao nome dado por um arquivista à unidade de descrição que não dispõe de

como elementos críticos na sub-etapa de *transcriptio* (ver *infra*). Os níveis de descrição onde o título se expressa e os que mais nos interessam são os de fundo⁹¹ e de unidade de instalação⁹².

- **Cota.** Este identificador não possui claramente um metadado específico de acordo com a norma supramencionada. Segundo esta garantia literária, a cota constitui uma referência de localização, que corresponde a um “código numérico, alfabético ou alfanumérico que identifica a localização das unidades de instalação” (Direção-Geral dos Arquivos, 2007, p. 299). Cotas podem constar em metadados de código de referência ao nível de unidade de instalação, de história custodial e arquivística, da menção de outros instrumentos de descrição e, recursivamente, da zona da documentação associada, o que implica um exame cuidadoso no sentido de se capturarem reconduções de unidades de um fundo para outro e geração de substitutos micrográficos. À inexistência de cotas, atribuímos um identificador único entre [] (parêntesis retos).
- **Datas extremas.** Este metadado visa “identificar e registar as datas da unidade de descrição” (Direção-Geral dos Arquivos, 2007, p. 48). Constitui um dos elementos obrigatórios a constar nos instrumentos de acesso à informação independentemente do nível de descrição. Datas podem ser de produção ou de acumulação, podendo estar associadas a outros atributos como datas singulares, extremas, exatas, predominantes, inferidas ou tópicas⁹³. As datas podem ter aqui um elemento indispensável de desam-

título formal, ou cujo título formal não é pertinente, ou quando corresponde ao nome consagrado pelo uso” (Direção-Geral dos Arquivos, 2007, p. 32), que pode ser atribuindo o nome do produtor, natureza da unidade de descrição, tipo de transação ou atividade; e controlado, “quando elaborado segundo regras ou convenções específicas” (Direção-Geral dos Arquivos, 2007, p. 32), como títulos controlados em planos/quadros de classificação, tabelas de seleção, listagens, etc..

⁹¹ A atribuição de título de fundo, nos termos da garantia literária referenciada, em regra, corresponde ao título formal que corresponde ao “nome da pessoa singular, da família ou da pessoa colectiva predominantemente responsável pela produção, acumulação e manutenção do fundo como um todo” (Direção-Geral dos Arquivos, 2007, p. 34); em alternativa, se “o nome do produtor não for conhecido, optar por um título atribuído, construído com base na natureza da documentação que integra o fundo” (Direção-Geral dos Arquivos, 2007, p. 34) ou “ao nome do produtor consagrado pelo uso” (Direção-Geral dos Arquivos, 2007, p. 35). No caso de fundos abertos, a prevalência recai por títulos formais; porém no caso de fundos fechados, o título formal deve corresponder para a última denominação do produtor, independentemente se este “mudou de nome ao longo do tempo” (Direção-Geral dos Arquivos, 2007, p. 34). Outras especificações são apresentadas nesta norma para atribuição de títulos à pessoa singular, à família ou à pessoa coletiva, mas em termos práticos tais orientações têm pouca aplicabilidade em relação aos instrumentos de acesso produzidos antes da adoção da norma supramencionada.

⁹² Citando as normas de descrição arquivística, o título da unidade de instalação pode apresentar-se com “um título formal, que aparece destacado e se reporta ao conjunto da documentação que a constitui, designando-a de forma coerente, completa e adequada ao conteúdo da unidade de instalação, deve optar-se pelo título formal” (Direção-Geral dos Arquivos, 2007, p. 40) ou através de um título atribuído, que corresponde “a um elemento cronológico, geográfico, alfabético ou qualquer outro relativo à ordenação e/ou assunto da série, ou especificidade da unidade de instalação” (Direção-Geral dos Arquivos, 2007, p. 40). Embora estas normas se encontrem orientadas para a produção de instrumentos de acesso de acordo com a convenção ISAD(G), tais pressupostos têm pouca aplicabilidade em relação aos instrumentos de acesso produzidos antes da adoção da norma supramencionada. As unidades de instalação são definidas como “conjunto de documentos agrupados ou conservados numa mesma unidade física de cotação, instalação e inventariação. Não corresponde a uma unidade intelectual. São unidades de instalação: caixas, maços, livros, rolos, cadernos, pastas, disquetes, bobinas, cassetes, capa ou dossier, disco óptico, volume, etc” (Direção-Geral dos Arquivos, 2007, p. 56).

⁹³ Nos termos das *Orientações para a Descrição Arquivística*, as datas de produção correspondem às “datas em que os documentos da unidade de descrição foram produzidos” (Direção-Geral dos Arquivos, 2007, p. 48), enquanto as datas de acumulação dizem respeito “às datas em que os documentos da unidade de descrição foram reunidos, acumulados, mantidos e usados por um produtor, enquanto todo, no decurso das suas actividades e funções, todas inter-relacionadas”, considerando que “alguns documentos podem ter sido produzidos antes de acumulados pelo produtor do fundo em que estão inseridos e do qual fazem parte” (Direção-Geral dos Arquivos, 2007, p. 48). São datas singulares quando se regista apenas um elemento cronológico; extremas, quando delimitam a data inicial e data final da unidade; exatas, por conter ano, mês e dia; predominantes, quando se infere, para além das datas extremas, as de maior incidência; críticas ou inferidas, quando as datas sobre as quais não se dispõe de elementos expressos nas unidades de descrição, mas que são

biguação, pois permite contextualizar não só cronologicamente as unidades de instalação, mas também indicar dinâmicas de descrição entre os diversos instrumentos de acesso à informação.

ii. **Transcriptio.** Esta sub-etapa visa a transcrição de texto, a qual consiste num “act of transferring a text from one carrier to another (...) this refers to a transfer from one medium to another” (Andrews, 2020b, p. 161). A transcrição será realizada não só por processos manuais (*u. g.*, leitura paleográfica) mas também por processos automatizados (*web-crawlers*, leitura OCR e HCR). Incidirá na extração dos *loci critici* não só dos instrumentos de acesso à informação como também das classes correspondentes às unidades de instalação. Os dados recolhidos são codificados ou convertidos em ficheiros em suporte digital e em código aberto (*u. g.*, .csv e .txt). Este exercício é indispensável para que os dados possam ser interoperavelmente interpretados pelos sistemas de informação escolhidos. No caso de documentos digitalizados a partir de textos manuscritos (obtidos pelos sistemas de informação escolhidos no processo de análise covariacional), esta sub-etapa implica tarefas de pré-processamento e pós-processamento, que a seguir se descrevem:

- **Pré-processamento.** As tarefas de pré-processamento dizem respeito à transcrição dos *loci critici* de maneira precisa, atribuindo siglas correspondentes aos testemunhos coligidos nos metadados de título do ficheiro e processando a transcrição em ficheiro de texto (.txt). É produzido um ficheiro de texto por testemunho, indicado por uma sigla de local (*u. g.*, L de Lisboa, que corresponde ao ANTT, e F de Funchal, ao ABM), seguido de letra minúscula e número, se se tratar parte de um instrumento de acesso. Nos documentos digitalizados a partir de textos manuscritos ou dactiloscritos, o pré-processamento corresponde à segmentação do texto a partir do reconhecimento ótico de *layout* do texto, seguido de reconhecimento de linhas e regiões. No caso de textos extraídos automaticamente dos sistemas de gestão de arquivos, via *web-crawling* e exportados em formato de ficheiro de texto, os dados são selecionados a partir da meta-informação acima estabelecida.
- **Pós-processamento.** Esta tarefa incide na conferição global de todos os ficheiros transcritos, constituindo um exercício iterativo de confronto de dados e metadados dos ficheiros que constituem os dados de investigação. A normalização é indispensável nesta fase no sentido de dispor os *loci critici* numa sequência, tendo em consideração para questões de ortografia, pontuação, desenvolvimento de abreviaturas, elementos paratextuais (paginação, correções, lacunas, mudança de mãos, etc.), entre outros elementos, uma vez que “will greatly affect the possible results of collation

deduzidas a partir do conteúdo dos documentos ou de fontes externas; e tópicas, quando incluem o local de produção (Direção-Geral dos Arquivos, 2007). A norma indica orientações específicas, para a qual se remete.

and identification of variants, which will in turn have an impact on any stemmatic analysis to be done” (Andrews, 2020b, pp. 165–166). Após a conferição dos ficheiros, os dados e *outputs* das aplicações são armazenados na plataforma OSF, os quais constituem parte integrante deste estudo, acessível no repositório através deste endereço <<https://osf.io/c8ev5/>>.

iii. **Collatio.** Uma vez cumprida a etapa de *transcriptio*, encetamos a etapa de *collatio*, que consiste em “the act of comparing different instances of a text” (Andrews, 2020b, p. 161). Pode corresponder tanto ao ato de comparação como ao seu resultado, mas o objetivo consiste no alinhamento dos *loci critici* de cada testemunho, colocando palavra a palavra ou expressão a expressão, lado a lado (horizontal ou verticalmente), em sequência. Uma vez que a construção de estemas dependem desta etapa crucial, a *collatio* visa “to find patterns of agreements or disagreements between those witnesses, which can indicate how they are related to each other” (Nury, 2019, p. 76). No entanto, alguns autores não concidem sobre se devemos escolher no conjunto de dados transcritos um *locus criticus* que possa servir de texto base (Nury, 2018, 2019) ou simplesmente deixar que a ferramenta computacional proceda à comparação automática (Macé *et al.*, 2015). Inclinamo-nos a favor dos argumentos de Macé *et al.* (2015), uma vez que a aplicação processará os dados com vista a identificar similaridades/dissimilaridade na sequência entre os *loci critici*. Para este efeito, o recurso a uma *collatio* automatizada implica a adoção do modelo de Gotemburgo (Andrews, 2020b; Nury, 2018; Text Encoding Initiative Consortium, 2011), que se baseia no seguinte fluxo de trabalho: toquenização, normalização, alinhamento e visualização. Uma vez que existe *software* específico para a condução da etapa de *collatio*⁹⁴, escolhemos a *Stemmaweb* (Andrews, 2012, 2016; Andrews *et al.*, 2012), por disponibilizarem um interface em ambiente *web* e por demonstrar com pulcritude a adequação da ferramenta ao modelo de Gotemburgo. Descrevemos a seguir o fluxo de trabalho de *collatio* automática, para o propósito deste estudo:

- **Parsing e toquenização.** Esta tarefa diz respeito à importação dos ficheiros em formatos abertos (.txt, .csv) diretamente na *Stemmaweb*, devendo para este efeito os *loci critici* estarem agrupados em sequência. Implica a subdivisão do texto em unidades discretas para possibilitar a comparação entre os *loci critici*. Para este efeito, realizamos um *parsing*, *i. e.*, processamento do texto “into a list of parallel sentences” (Yousef & Palladino, 2016, p. 202), devendo este processo ser prévio ao *input*. De

⁹⁴ Existem diversos produtos para o processamento da *collatio*, como CollateX, Juxta e CTE. No entanto, alguns destes programas informáticos requerem a instalação de aplicações no servidor local e exigem uma arquitetura aplicacional relativamente complexa, exigindo adicionalmente conhecimentos especializados de programação. Ainda, alguns destes programas já se encontram obsoletos. Sobre estas aplicações, cf. Nury (2018, 2019) e Nury e Spadini (2020).

seguida, é processada a toquenização, através da separação entre palavras, dependendo das características gramaticais da língua (morfo-sintáticas) em que o texto se encontra codificado. Embora o *Stemmaweb* não processe uma *collatio* automática (Hoenen, 2020a), tal processo será feito manualmente em ficheiro .csv, onde se dispõem os dados verticalmente (a sigla do testemunho, identificador de referência, correspondendo à cota e datas extremas, e título da unidade de instalação).

- **Normalização.** Esta tarefa implica, como indica Andrews, “the decision, for each token in the text, about whether to compare it to other tokens in its precise literal form, or whether to treat it as being a version of another known word for the sake of alignment” (2020b, p. 169). Isto significa que o processo de normalização pode ser iterativo, mas opcional, por exemplo, se se justifica recorrer a técnicas de processamento de linguagem natural (*u. g., stemming*) para auxiliar um melhor alinhamento computacional do texto. A normalização pode ser requerida na fase de pós-processamento da *transcriptio* para poder utilizar-se convenientemente o *Stemmaweb*, designadamente com o tipo de codificação padrão (Unicode, UTF-8) em ficheiro .csv.
- **Alinhamento e visualização.** Para o processamento do alinhamento, a visualização que melhor o exprime é conseguida através de grafos, como produto final do processo de *collatio*. O recurso à *Stemmaweb* proporciona uma visualização baseada em grafos (Andrews & Macé, 2013; van Zundert & Hoenen, 2020) e possibilita a exportação em diversos formatos como dados da investigação. Esta funcionalidade possibilita, por exemplo, alinhar os títulos das unidades de instalação entre os diversos testemunhos (instrumentos de acesso à informação), o que propicia uma interpretação com elevado potencial hermenêutico para a fase de *examinatio*, designadamente na avaliação e na identificação precisas em torno de inserções, eliminações e modificações de texto, como a Figura 30 exemplifica. Embora a *Stemmaweb* disponibilize um conjunto limitado de funcionalidades (modelo de grafos e serviço de exportação), a aplicação encontra-se descontinuada, impossibilitando usufruir dos algoritmos estematológicos disponíveis, designadamente o RHM (Roos *et al.*, 2006), para a produção do estema.

Testemunhos	A	B	C	D
<i>Loci critici</i>	Isto	Isto		
		não		Não
	é	é	É	é
	um	um	um	um
		bom		
	exemplo	exemplo	exemplo	método

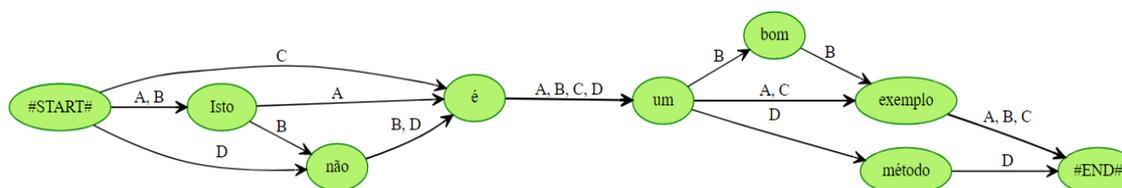


Figura 30 – Modelo de *collatio* assistido por computador.

Fonte: Colaço manual e tabular elaborada pelo autor (em cima); excerto de grafo (em baixo) extraído de *Stemmaweb* (Andrews, 2012).

- ***Examinatio e selectio.*** Estas etapas visam a análise global de todas as variantes de modo a assinalar as tipologias de erros e contaminações ou inovações, de modo a decidir (*selectio*) sobre a necessidade da sua correção (*emendatio*)⁹⁵ e de que forma o resultado desta decisão influencia a composição do estema. É um processo que visa identificar se os erros, contaminações ou inovações são de natureza intra-Estemática ou extra-Estemática, ou seja, identificar a proveniência etiológica entre os testemunhos e os mecanismos subjacentes à transmissão textual. O objetivo desta fase consiste em reconstruir o texto que mais se aproxima ao original, designadamente “to ascertain whether it is possible to establish some either archetypal or original readings only on the basis of the stemma, using a simple calculus of shared readings” (Buzzoni, 2020a, p. 390). Embora esta etapa seja apontada nesta sequência, consiste num exercício iterativo, que pode incidir em diversas etapas e sub-etapas do processo de *re-censio*, consoante o grau de complexidade dos mecanismos subjacentes à transmissão textual. A *examinatio* apoia-se na análise através da visualização de grafos em ambiente *Stemmaweb*, possibilitando a visualização e a classificação dos segmentos textuais colacionados de modo a perceber mecanismos de manutenção, inserção, eliminação ou modificação das denominações atribuídas às unidades de instalação. Nesta etapa, sendo um processo iterativo, pretende-se refinar a matriz de variantes em ficheiro tabular, a partir das tradições (ANTT e ABM) de testemunhos (instrumentos de acesso à informação).

⁹⁵ A etapa de *emendatio* também se integra no processo de *constitutio textus*, como “the second major step in textual restoration, whereby the editor tries to restore “archetypal” or “original” readings where no mechanical choice is possible” (Buzzoni, 2020b, p. 393). Como estipulado, este processo não se integra nos objetivos deste estudo.

(3) *Constitutio stemmatis*. Esta etapa visa a elaboração do(s) estema(s) computacionalmente assistido(s), que representa(m) uma ou várias hipóteses de genealogia textual entre os instrumentos de acesso à informação. A representação Estemática dos testemunhos, que representam os fundos integrantes da amostra, é concebida da seguinte forma:

- os testemunhos (representados por letras latinas, seguido de numeração) são relacionados entre si por ordem cronológica ascendente, tendo como referência a data de publicação;
- os arquétipos e subarquétipos (representados por letras em grego) são criados a partir das referências indicadas pelos testemunhos (metadados de instrumentos de descrição, notas, etc.) para representar testemunhos eventualmente perdidos ou não disponíveis;
- os originais (representados pela letra O, seguida de letra latina em maiúsculas com referência ao lugar onde se encontram) são constituídos a partir dos conjuntos documentais digitalizados ou compulsados *in loco*;
- o estema é elaborado manualmente a partir da linguagem *dot* em software *graphviz* (Ellson *et al.*, 2021), que constitui um grafo acíclico dirigido, estruturado por grafos $G = (V, E)$, que V corresponde ao conjunto de vértices ou nós e E correspondente a arestas:

Quadro 24 – Constituição de estema em linguagem *dot*.

<i>Script</i>	<i>Comentários</i>
digraph "nome da tradição" {	Especificação de abertura
α [class=hypothetical]	Indicação dos nós, com atributos entre parêntesis retos.
C [class=extant]	
α -> C	Estabelecimento de vínculos entre nós
}	Fecho da especificação

Fonte: Ellson *et al.* (2021).

Em síntese, a transposição deste método estemático para o estudo das representações da informação em instrumentos de acesso à informação relativos à amostra de fundos mencionados pela Resolução da Assembleia Legislativa da Madeira n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), visa identificar, ao nível dos mecanismos, que intervenção foi realizada pelas entidades custodiantes em termos da representação da organicidade de um fundo. O método estemático, limitado ao processo de *recensio*, possibilita realizar uma vinculação genealógica entre instrumentos de acesso à informação. Tal método permite fazer emergir, a partir do processo que o Realismo Crítico denomina de abstração ou conceptualização, mecanismos e poderes causais subjacentes à representação da informação arquivística, designadamente no modo como operações de inserção, eliminação, modificação das classes (neste caso títulos das unidades de instalação) resultam de um poder causal que radica nos poderes das entidades custodiantes. No entanto, importa ressaltar que esta abordagem está limitada às funcionalidades que as ferramentas computacionais proporcionam, devendo-se manter uma postura de relativismo epistémico quanto

ao modo de interpretação dos mecanismos de modo a evitar vieses interpretativos. Tal informação deve ser considerada na apresentação dos resultados.

2.3.3. *Cânone arquivístico como estrutura de representação da informação: análise de rastreamento processual (etapa retrodutiva)*

Esta subsecção tem como objetivo descrever os métodos que apoiam a resposta à questão de investigação *QIG4*, *i. e.*, quais os factores incoativos que conduziram à remoção dos conjuntos documentais reivindicados pela Resolução da Assembleia Legislativa da Madeira n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017) e à forma como têm sido representados?

O propósito desta secção visa estabelecer os parâmetros para uma análise de rastreamento processual para o estudo crítico-realista de casos múltiplos, alinhada às etapas de retrodução de Danermark *et al.* (2005) e ao princípio de retrodução de Wynn e Williams (2012). Propõe-se estabelecer conexões entre os mecanismos, as agências e as estruturas subjacentes à representação da informação arquivística e às condições por que os arquivos reivindicados pela supracitada resolução se encontram deslocados. A análise baseada no rastreamento processual segue as mesmas indicações metodológicas descritas acima (cf. 2.3.2), com a diferença de incidir numa descrição densa sobre os mecanismos subjacentes à aquisição dos arquivos até aos contextos de produção dos instrumentos de acesso à informação pelas entidades custodiantes. Se o recurso ao método estemático visa estabelecer potenciais vínculos genealógicos entre os instrumentos de acesso à informação e a representação da organicidade dos fundos removidos, a retrodução – uma abordagem metaprocessual que visa explicar fenómenos particulares ocorridos *ex post facto* a partir da identificação dos seus mecanismos geradores e estruturas (Bhaskar, 2008b; Collier, 1994; Sayer, 2010) – incide particularmente nos factores incoativos e nas transições que culminam com a produção dos diferentes instrumentos de acesso à informação em diversos períodos. Esta abordagem inferencial é consistente com a análise baseada no rastreamento processual, porque esta visa “to make inferences about the presence/absence of hypothesized causal mechanism” (Beach & Pedersen, 2013, p. 72), designadamente como condições causais (variável/eis independente(s)) tiveram impacto nos mecanismos (variável dependente). A retrodução, assim, requer dois momentos inferenciais, dedutiva e indutiva: “the deductive moment involves soft hypotheses from existing theoretical concepts (...) with the aim of putting them into ‘dialogue’ with observations made in the field. The inductive moment involves the researchers’ immersion in the field working initial data into emerging conceptualizations, refining initial proto-theories or preconceptions and deepening understanding” (Chihadeh, 2020, p. 85). Desta forma, o exercício retrodutivo num estudo crítico-realista de casos múltiplos (casos extremo e crítico) baseado no rastreamento processual apoia-se nas orientações de Beach e Pedersen (2013), que a seguir se descrevem:

- **Enfoque centrado nos casos e nos seus *outcomes*.** Atendendo que os casos selecionados (críticos e extremos) referenciados pela Resolução da Assembleia Legislativa da Madeira n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), constituem fenómenos pouco conhecidos (arquivos deslocados em contexto subnacional), não sendo possível uma abordagem baseada na construção/teste de teoria no âmbito do rastreamento processual, a abordagem indutiva constitui o movimento mais adequado, “using empirical evidence to build a better explanation” (Beach & Pedersen, 2013, p. 20). Nesta etapa, os casos selecionados na análise covariacional são reaproveitados para aprofundamento nesta etapa retrodutiva. A análise de rastreamento processual focalizada nos *outcomes* proporciona uma base de explicação focalizada nos resultados informados pelos próprios casos, fornecendo uma explanação suficientemente mínima sobre especificidades dos mecanismos causais envolvidos em cada um dos casos.
- **Conceptualização dos mecanismos causais.** Nesta etapa, os mecanismos causais são conceptualizados, identificando as suas partes componentes, descrevendo como os poderes causais e tendências são transmitidos através de mecanismos causais com condições suficientes ou necessárias para poderem gerar um determinado resultado. Neste contexto, a conceptualização deve incidir na terminologia e teoria arquivísticas respeitantes às funções de aquisição/custódia e de descrição de arquivos – bem como à sua associação ao conceito de cânone arquivístico institucional – identificando agentes, atividades e *outputs* envolvidos. Estes elementos proporcionam ferramentas heurísticas sobre como estes mecanismos e os seus resultados se configuram em sentido diacrónico. A apresentação da conceptualização deve integrar as proposições teóricas relativas à amostra de casos complementada com dados da observação empírica. As proposições teóricas incidem nos processos de aquisição de arquivos (*u. g.* “Os fundos A e B foram removidos devido a medidas *ope legis* emanadas pelo poder central”) e nos processos de representação (*u. g.*, “Os instrumentos de acesso à informação que representaram os fundos A e B (não) tiveram como propósito uma representação orgânica”).
- **Aferição da explanação suficientemente mínima.** Nesta etapa, visa avaliar se é possível construir uma base teórica sobre cânone arquivístico como estrutura de representação da informação em arquivos deslocados. A avaliação centra-se na precisão dos dados observados, que possam servir de evidência para determinar a presença/ausência de mecanismos que se manifestaram em determinados contextos. Os dados da observação empírica partem não só dos instrumentos de acesso à informação coligidos, mas também dos “arquivos dos arquivos” das entidades custodiantes (ANTT e ABM), baseando-nos para este efeito no método arquivístico.

Posto assim, esta subsecção desdobra-se em duas partes:

- estabelecimento dos parâmetros para a identificação, a seleção e a recolha de informação a partir dos “arquivos dos arquivos” das entidades detentoras dos fundos em disputa (*cf.* 2.3.3.1),

como “source for tracking changes in organizational responses to their situations” (Edwards *et al.*, 2014, p. 229);

- método de análise arquivística (cf. 2.3.3.2), que, de acordo com Beach e Pedersen (2013, 2016) e Blatter e Haverland (2014) constitui um dos métodos que melhor suporta a análise de rastreamento processual em estudo de casos causal, por suportar-se em documentos e dados de arquivo.

2.3.3.1. Identificação, recolha e seleção de informação nos “arquivos dos arquivos”

Esta subsecção tem como propósito estabelecer os parâmetros para a identificação, a recolha e a seleção de informação procedente dos denominados “arquivos dos arquivos” das entidades detentoras dos fundos mencionados pela Resolução da Assembleia Legislativa da Madeira n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), como exercício preliminar. Em primeiro lugar, pretende-se definir o conceito de “arquivo do arquivo”, explicitando a sua função na construção de narrativas mestras, que se consubstanciam no cânone arquivístico institucional, e, depois, descrever os parâmetros acima indicados.

Os “arquivos dos arquivos”, denominação que sugere uma espécie de diáfora ou antanáclase, podem corresponder aos fundos gerados pelas entidades prestadoras de serviços de arquivo e/ou por entidades que exercem superintendência da política nacional de arquivos, produzidos e/ou recebidos “no exercício da sua actividade e conservados a título de prova ou informação” (Biblioteca Nacional de Portugal, 2010, p. 379), com responsabilidade no âmbito da “custódia, conservação e comunicação dos documentos de arquivo” (Biblioteca Nacional de Portugal, 2010, p. 385). Apesar de haver muitos estudos teórico-praxeológicos sobre Arquivística, os “arquivos dos arquivos” constituem uma dimensão pouco explorada na literatura (Henry, 2009). É nos “arquivos dos arquivos” que se pode encontrar “the key to the accountability of archives” (Henry, 2009, p. 7). Por exemplo, a aquisição de fundos pelas instituições arquivísticas consubstancia-se com a missão institucional de escolher quais os conjuntos documentais que serão os mais representativos para integrar no acervo institucional, postergando outros por, possivelmente, estarem fora do seu escopo canónico. Assim é para qualquer entidade arquivística de qualquer âmbito ou jurisdição territorial, público ou privado.

Aceder aos instrumentos de acesso à informação sobre os “arquivos dos arquivos” constitui, assim, o principal ponto de partida. Porém, Mutch realçou, apoiando-se em Cox (2008), que os instrumentos de acesso à informação devem apoiar-se “in conjunction with the implicit knowledge of the archivist and so often incomplete as a guide to collections” (Edwards *et al.*, 2014, p. 235). Tal se deve ao facto de a pesquisa empírica nos fundos documentais depender de técnicas heurísticas que se caracterizam pela sua iteratividade.

Atendendo que os aspetos relativos ao método arquivístico são descritos no ponto a seguir, o raciocínio que fizemos até aqui permite-nos definir os procedimentos de identificação e recolha dos instrumentos de acesso à informação e da informação a recolher. Os procedimentos de identificação e recolha de dados para o âmbito desta secção são idênticos aos descritos na análise covariacional (cf. 2.3.1), a saber:

- (1) **Identificação das entidades custodiantes.** A identificação dos fundos dos “arquivos dos arquivos”, conforme veiculado pela Resolução da Assembleia Legislativa da Madeira n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), envolve duas entidades, o Arquivo Nacional Torre do Tombo e o Arquivo Distrital do Funchal/Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, e um período específico, do último quartel do século XIX até 2018. No entanto, é importante ter presente, amparando-nos na metassumariação acima tratada (cf. capítulo 4, Parte I *Revisão de literatura*), que estas entidades públicas se encontravam tuteladas ao longo do tempo por diversas estruturas supra-institucionais. Tal é o caso da Inspeção Superior da Bibliotecas e Arquivos, criada em 1887 e extinta em 1965, que superintendeu entidades como o Arquivo Nacional Torre do Tombo e o Arquivo Distrital do Funchal, até este ser transferido em 1980 para a Região Autónoma da Madeira, convertendo-se em Arquivo Regional da Madeira e tutelado por entidades da administração regional direta com a função da Cultura ao longo de diversos ciclos do Governo Regional da Madeira. Portanto, os fundos a aceder são os do (1) Arquivo Nacional Torre do Tombo, do (2) Arquivo Distrital do Funchal/Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira e da (3) Inspeção Superior da Bibliotecas e Arquivos. Possivelmente pode ser necessário recorrer a outros fundos documentais que envolvam outras entidades, designadamente aquelas que estiveram no processo de desamortização de bens culturais (*u. g.*, Ministério do Reino, Ministério das Finanças e Biblioteca Nacional de Portugal).
- (2) **Identificação dos instrumentos de acesso à informação.** Aqui a pesquisa é direcionada para a identificação de instrumentos de acesso à informação relativos às entidades identificadas em (1), seja em suporte analógico seja digital. A abordagem passa pela pesquisa, em primeiro lugar, no *Portal Português de Arquivos* (PPA) da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (Direção-Geral do Livro dos Arquivos e das Bibliotecas, 2017). Em função dos resultados, os registos são filtrados para nível de descrição de fundo e fazemos uma leitura das descrições contidas nos metadados disponibilizados, das bases de dados do ANTT (*DigitArch*TM) e do ABM (*Archeevo*TM). Quando as entidades custodiantes não disponibilizam os instrumentos de acesso à informação, é feito um pedido por escrito às direções no sentido de facultar o acesso aos fundos.

- (3) **Seleção das classes/unidades de instalação.** Esta etapa visa selecionar a partir do quadro/plano de classificação as classes documentais e respetivas unidades de instalação que incidam sobre: (a) mecanismos de aquisição de bens documentais (*u. g.*, guias de remessa, autos de entrega, autos de incorporação, etc.); (b) produção de instrumentos de acesso à informação; e (c) correspondência institucional. Embora o âmbito temporal para a consulta da documentação se encontre delimitado entre o último quartel do século XIX e 2018, a extensão do âmbito cronológico só é realizada para expandir a data mais antiga a um período anterior à segunda metade do século XIX.
- (4) **Acesso aos documentos e procedimentos recolha de dados.** Em função da existência de recursos digitalizados e disponibilizados pelas plataformas *web* de arquivo, a compulsão dos documentos implicará de algum modo a pesquisa presencial. A recolha de informação a partir dos “arquivos dos arquivos” não é propriamente um processo direto, mas algo que se concretiza de modo iterativo. As limitações e as condicionantes de ordem circunstancial e económica⁹⁶ podem interferir no desiderato de se pretender compulsar toda a documentação selecionada em (3), pelo que a opção mais consistente, que compreende em restringir-nos pelo menos a três fundos (ADF/ABM, ANTT e ISBA). A recolha de dados passa pela leitura e transcrição paleográfica dos documentos com informação relevante (como indicado acima no ponto (3)) para os casos em estudo, processados em gestor bibliográfico (*Mendeley* e/ou *Zotero*) para facilitar a sua recuperação e referência. Uma vez que a Lei n.º 31/2019, de 3 de maio (Assembleia da República, 2019a) possibilita a utilização de dispositivos digitais de uso pessoal para a fotografia digital em bibliotecas e arquivos públicos, utilizaremos um *smartphone* pessoal para auxiliar a recolha de imagens de textos e armazenamento na plataforma OSF⁹⁷.

2.3.3.2. *Método de análise arquivística aos “arquivos dos arquivos”*

De acordo com Beach e Pedersen, o estudo de casos de tipo causal baseados no rastreamento processual tem como propósito “to account for why a particular historical outcome occurred” (2016, p. 275). Os realistas críticos encontram na informação arquivística uma das estratégias de investigação empírica que melhor se associa ao exercício de retrodução (Chihadeh, 2020; Edwards *et al.*, 2014).

Sendo o método de análise arquivística um dos procedimentos de investigação de tipo não reativo (Baker, 2008; Berg & Lune, 2012b; Bouchard, 1976; Marrelli, 2007; Page, 2004; Webb *et al.*, 1966), Duranti e Michetti (2016) consideram que este método tem sido entendido de diversas formas por outros domínios epistémicos, mais do que na Arquivística *per se*. Um exemplo disto é o crescente interesse de diversas disciplinas sobre o método que denominam por *archival research*,

⁹⁶ A pesquisa presencial implica a viagem e estada no Funchal e em Lisboa, tornando-se um processo oneroso, especialmente se os fundos em apreço não se encontram digitalizados. As pesquisas foram realizadas, intermitentemente entre 2017 e 2021.

⁹⁷ Cf. através deste endereço <https://osf.io/c8ev5/>.

archival methods ou *archival strategies* (Corti, 2004; Das *et al.*, 2018; Godfrey, 2014; M. Hill, 1993; Jennings, 2012; Lobo-Guerrero & Groenewout, 2020; Mills & Mills, 2018; M. Smith, 2012; Ventresca & Mohr, 2017). Porém, Duranti e Michetti reconhecem que a investigação arquivística “is an integral component of archival work” (2016, p. 78), que incorpora saberes de outros domínios (conceitos, teorias e métodos), adequando-os de forma consistente com os princípios da disciplina. O método arquivístico por vezes se confunde com os métodos de investigação documental e de investigação histórica, porque, em certa medida, estes constituem variantes de investigação não reativa (Tight, 2019). Alguns investigadores consideram, ainda, que o método arquivístico é indissociável do método histórico (Berg & Lune, 2012a; Tight, 2019), o que de facto não deixa de ser verdade, pois tal associação tem as suas raízes na própria Arquivística, como Duranti e Michetti (2016) sugeriram, no *metodo storico* de Bonaini e, mais tarde, vulgarizado por Cencetti como *metodo archivistico*. Embora o método arquivístico possa englobar o uso de fontes primárias e secundárias, o objeto de análise é a informação arquivística materializada em artefactos informacionais (analógico ou digital), vinculado organicamente a uma estrutura de produção informacional, gerada em contextos específicos por indivíduos ou grupos e com um propósito comunicacional (Raptis, 2013).

O método de análise arquivística depende de uma componente heurística, por um lado, da qualidade e granularidade descritiva dos instrumentos de acesso à informação e, por outro, das condições de acessibilidade estipuladas pelas entidades custodiantes. Corti compara as técnicas de localização de informações arquivísticas como um processo de escavação, “what you can analyze depends on what you can find” (2004, p. 21). Embora a tendência de produção de instrumentos de acesso à informação se processe em plataformas acessíveis na *web*, permitindo a exploração do conteúdo dos metadados, com ou sem objetos digitais associados, e a realização de pesquisas em diversos níveis de classificação, nem todos os conjuntos documentais se encontram descritos até ao nível de documento ou acessíveis nestas plataformas. Por vezes, em casos extremos, a pesquisa das fontes só poderá ser consumada presencialmente e mediada pelo conhecimento implícito dos profissionais de arquivo. Portanto, a recuperação de informação arquivística relevante para os propósitos de investigação e os critérios de análise adotados – sendo os mais comuns a análise de conteúdo, Teoria Fundamentada nos dados e métodos biográficos, análise genológica, diplomática documental ou o recurso a ferramentas assistidas por computador – são processos iterativos e de descoberta.

Os conjuntos documentais de arquivo – seja fundos seja coleções – devem, de acordo com Scott (1990), ser avaliados segundo critérios de autenticidade, fidedignidade, representatividade e compreensibilidade. A autenticidade diz respeito a se as evidências documentais são genuínas, certificando a sua relação com o(s) produtor(es)/custodiante(s) em termos de elaboração, forma, tramitação e validação. Embora a autenticidade da informação arquivística não signifique que o seu con-

teúdo seja verdadeiro, a fidedignidade visa aferir se o conteúdo “é digno de crédito enquanto representação completa e fiel das transações, actividades ou factos que atesta” (Biblioteca Nacional de Portugal, 2010, p. 490). A representatividade diz respeito a se a informação espelha a atividade da entidade produtora como “dona” ou participante do processo. A compreensibilidade refere-se à clareza do conteúdo dos documentos, de modo a facilitar a sua interpretação. Deveríamos acrescentar a integridade dos conjuntos documentais, atendendo à completude e à inalteração da ordem, e utilização, como requisito do conjunto documental poder “ser localizado, recuperado, apresentado e interpretado” (Biblioteca Nacional de Portugal, 2010, p. 491).

Independentemente de se as características acima indicadas estarem presentes globalmente num conjunto documental ou parte dele, os arquivos “are the materialization of power relations, not sources of truth” (Lobo-Guerrero & Groenewout, 2020, p. 247). Para Foucault, os arquivos não se circunscrevem apenas à sua dimensão artefactual mas constituem, também, representações discursivas do poder, naquilo que o autor denomina por um conjunto de regras ou “le système de son énonçabilité” de uma episteme particular (Foucault, 1969, p. 170). Esta distinção é importante por os arquivos conterem discursos de poder (*u. g.*, nacional vs. regional) relativamente à forma como estas entidades constroem (e legitimam) os seus cânones arquivísticos institucionais. Sobre isto, Foucault oferece ferramentas para a prospeção do arquivo como representação discursiva do poder, que denomina como métodos “arqueológico” e “genealógico”, referindo que “archaeology is the method specific to the analysis of local discursivities, and genealogy is the tactic which, once it has described these local discursivities, brings into play the desubjugated knowledges that have been released from them” (Foucault, 1997, pp. 10–11). Esta abordagem pode ser útil para a compreensão do conceito de cânone arquivístico institucional, como um sistema de representação em que as entidades arquivísticas não só se apoiam para legitimar a posse ou a custódia dos bens documentais mas também para estabelecer uma lógica de hierarquização, de subordinação ou de inclusão/exclusão, segundo propósitos não apenas de ordem operacional mas também ideológico.

Na revisão de literatura, associámos os conceitos de *archi-archive* e *meta-archive* (Derrida, 1995a, pp. 44–45) como conceitos operatórios, que permitem desambiguar os denominados “arquivos dos arquivos”, ou seja, fundos produzidos por entidades que superintendem a política arquivística na jurisdição territorial onde elas operam e/ou pelas entidades custodiantes (*archi-archive*) e os mecanismos de representação da informação, que informam sobre sua estrutura (*meta-archive*).

A transposição do método de análise arquivística aos “arquivos dos arquivos” corresponde a uma prospeção sobre “the acquisition of a specific body of records, the arrangement given to the records in a fonds, the attribution of previously unidentified documents, the selection conducted on a fonds, the determination of what social media products have a record nature, the development of a preservation policy” (Duranti & Michetti, 2016, p. 69). No caso dos arquivos públicos, dado que a aqui-

sição de arquivos deve ter o amparo de bases legais que legitimem a sua função de entidade custodiante, uma das formas de aquisição processa-se através da “compra, dação, depósito, depósito legal, doação, incorporação, ingresso, legado, permuta ou reintegração legal” (Biblioteca Nacional de Portugal, 2010, p. 386). Embora a remoção dos arquivos dos seus contextos originários possa assumir uma destas formas de aquisição, quando passam para a custódia ou a posse das instituições arquivísticas receptoras, tais denominações, por vezes assépticas, não elucidam se os contextos de remoção derivaram de evicções, confiscos, desamortizações, expropriações, alienações e outros mecanismos *ope legis* (ou não) de desposseção. Informações desta natureza devem fazer parte dos “arquivos dos arquivos”, uma vez que aquelas contêm traços (dados contidos nos documentos) sobre a atividade de aquisição de arquivos praticada pelas entidades custodiantes, que podem ser refletidos nos instrumentos de acesso à informação como informação da história custodial e arquivística e fonte imediata de aquisição, como sugere Troitiño Rodriguez (2018). Da mesma forma, os “arquivos dos arquivos” devem conter informações relativas à produção de instrumentos de acesso à informação e outras representações substitutas (micrografias e digitalizações) respeitantes ao conjunto de fundos e coleções custodiados.

Assim, atendendo à especificidade subjacente aos fundos mencionados pela Resolução da Assembleia Legislativa da Madeira n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), devemos focalizar, como exercício de triangulação, a identificação de evidências (fontes primárias ou secundárias) nos “arquivos dos arquivos” relativamente à informação contida nos metadados história custodial e arquivística e fonte imediata de aquisição da amostra dos instrumentos de acesso à informação mais recentes, exercício já efetuado na análise covariacional. Para tal, é indispensável o recurso às garantias literárias⁹⁸ para a descrição arquivística (Duff & Cumming, 2016), que explicitem os critérios sobre os quais devem ser representados os metadados de história custodial e arquivística e fonte imediata de aquisição. O metadado “história custodial e arquivística” informa sobre processos genésicos e evolutivos de “transferências de propriedade, responsabilidade e/ou custódia da unidade de descrição” (Conselho Internacional dos Arquivos, 2002, p. 26), com o objetivo de “facultar informação sobre a história da unidade de descrição que seja significativa para a sua autenticidade, integridade e interpretação” (Conselho Internacional dos Arquivos, 2002, p. 26). O metadado “fonte imediata de aquisição ou de transferência” visa “registar a fonte, a data e/ou modalidade de aquisição da unidade de descrição” (Conselho Internacional dos Arquivos, 2002, p. 28), preferencialmente se a unidade de descrição foi “adquirida directamente ao produtor” (Conselho Internacional dos Arquivos, 2002, p. 26). Em instrumentos de acesso à informação que adotem esta garantia literária para a descrição arquivística,

⁹⁸ As garantias literárias são um conjunto de instrumentos (materializados em normas, legislação, terminologias, boas-práticas, etc.) validados por uma instituição, grupos profissionais, indivíduos ou comunidades de prática a quem se lhes atribui consensualmente autoridade sobre uma determinada área de atuação. As características das garantias literárias não se manifestam através “their scale or breadth of impact, but their authority, importance and resonance within the culture, jurisdiction, location, country, environment, community, profession, or society where they have applicability or relevance” (Duff & Cumming, 2016) .

os metadados “história custodial e arquivística” e “fonte imediata de aquisição ou de transferência” são obrigatórios em descrições de nível de fundo (sub-fundo) ou coleção, enquanto os níveis inferiores podem ter carácter opcional. Estes metadados integram a Zona de Contexto, cujo objetivo consiste em descrever “a informação sobre a origem e custódia da unidade de descrição” (Direção-Geral dos Arquivos, 2007, p. 65). É importante evidenciar que estas informações são produzidas pelas entidades custodiantes, pelo que, se tal informação não emergir do conjunto documental descrito, pelo menos deverá ser conferido nos “arquivos dos arquivos”. Uma vez que os metadados “história custodial e arquivística” e “fonte imediata de aquisição ou de transferência” são apresentados por texto narrativo, as garantias literárias adotadas pelo órgão de gestão da política arquivística nacional estipulam um conjunto de requisitos, exarados no Quadro 25 e Quadro 26.

Quadro 25 – Requisitos para a descrição do metadado “história custodial e arquivística”

<i>Código ODA</i>	<i>Requisito</i>	<i>Descrição</i>
2.3.A1	Geral	A história custodial e arquivística é um elemento de informação de preenchimento obrigatório ao nível do fundo, podendo, quando pertinente, ser registada em todos os demais níveis de descrição.
2.3.A2.	Geral	Registar as transferências sucessivas de propriedade, responsabilidade, custódia, controlo ou localização da unidade de descrição.
2.3.A3.	Geral	Registar as datas dessas mudanças, quando conhecidas.
2.3.A4.	Geral	Registar as perdas documentais significativas relacionadas com causas naturais, incúria e abandono, ou qualquer outro tipo de acção que afecte a integridade da documentação, como subtração, fragmentação, mutilação, dispersão, etc.
2.3.A5.	Geral	Quando a unidade de descrição é constituída por cópias, registar, se conhecida, na História custodial e arquivística, informação sobre a custódia dos originais antes de copiados, e sobre a custódia das cópias, antes de adquiridas pela entidade detentora ou serviço de arquivo.
2.3.A6.	Geral	Quando a história custodial for desconhecida, tal facto deve ser registado.
2.3.A7.	Geral	Registar explicitamente todos os aspectos relacionados com a história da organização, ou das sucessivas organizações, de que foi alvo a unidade de descrição.
2.3.A8.	Geral	Registar a história de produção de instrumentos de descrição para a unidade de descrição.
2.3.A9.	Geral	Registar a reutilização da unidade de descrição para outros fins.
2.3.A10.	Geral	Registar as migrações de software, reformatações, respectivas especificações e propriedades relativas à unidade de descrição.
2.3.A11.	Geral	Registar quaisquer outras acções que tenham contribuído para a actual estrutura e organização da unidade de descrição.
2.3.A12.	Geral	Registar as datas dessas acções, quando conhecidas.
2.3.B1.	Específico	Registar a história custodial e arquivística do fundo no seu conjunto.
2.3.B2.	Específico	Registar a história custodial e arquivística específica da unidade de descrição, seguindo a regra de não repetição da informação: registá-la apenas quando diferir da do nível imediatamente superior.
2.3.C1.	Específico	As fontes de informação para a história custodial e arquivística são constituídas pela documentação administrativa de entrada da unidade de descrição na entidade detentora ou serviço de arquivo: guias de remessa, contratos de depósito e doação, autos de entrega, livro de registo de entrada de documentação, recibos de compra, estudos institucionais, históricos, biográficos e os instrumentos de descrição.
2.3.C2.	Específico	Quando considerado pertinente as fontes de informação podem ser registadas no elemento de informação Nota do arquivista.
2.3.D1.	Específico	A informação relativa à história custodial e arquivística pode, se pertinente, ser apresentada de forma organizada (por tipos ou classes) e seguindo sempre a mesma ordem. Cabe a cada entidade detentora ou serviço de arquivo a definição da política de descrição a adoptar.

Fonte: Extrato do documento de Direção-Geral de Arquivos (2007, pp. 73–77).

Quadro 26 – Requisitos para a descrição do metadado “fonte imediata de aquisição ou de transferência”

<i>Código ODA</i>	<i>Requisito</i>	<i>Descrição</i>
2.4.A1.	<i>Geral</i>	<i>A fonte imediata de aquisição ou transferência é um elemento de informação de preenchimento obrigatório ao nível do fundo, podendo, quando pertinente, ser registada em todos os demais níveis de descrição, desde que não confidencial</i>
2.4.A2.	<i>Geral</i>	<i>Registar a entidade ou indivíduo a quem a unidade de descrição foi adquirida.</i>
2.4.A3.	<i>Geral</i>	<i>Registar as datas de aquisição da unidade de descrição.</i>
2.4.A4.	<i>Geral</i>	<i>Registar a forma de aquisição (compra, doação, depósito, incorporação, herança, legado, permuta, reintegração, dação) da unidade de descrição.</i>
2.4.A5.	<i>Geral</i>	<i>Registar, se considerada pertinente, a relação existente entre a unidade de descrição e a entidade ou indivíduo a quem a foi adquirida, a morada deste último, e qualquer outro tipo de informação, desde que não confidencial.</i>
2.4.A6.	<i>Geral</i>	<i>Quando a unidade de descrição é adquirida através de diferentes fontes, registá-las na totalidade, indicando, se possível, a documentação específica adquirida a cada uma delas.</i>
2.4.A7.	<i>Geral</i>	<i>Quando a fonte imediata de aquisição ou transferência não for conhecida, registar esse facto.</i>
2.4.A8.	<i>Geral</i>	<i>Registar o número de controlo de entrada da unidade de descrição na entidade detentora ou serviço de arquivo.</i>
2.4.B1.	<i>Específico</i>	<i>Registar a fonte imediata de aquisição e transferência do fundo no seu conjunto.</i>
2.4.B2.	<i>Específico</i>	<i>Registar a fonte imediata de aquisição e transferência específica da unidade de descrição, ou seja, registá-la apenas quando diferir da do nível imediatamente superior.</i>
2.4.C1.	<i>Específico</i>	<i>As fontes de informação para a fonte imediata de aquisição ou transferência são constituídas pela documentação administrativa de entrada da unidade de descrição na entidade detentora ou serviço de arquivo: guias de remessa, contratos de depósito e doação, autos de entrega, livro de registo de entrada de documentação, recibos de compra, entre outros.</i>
2.4.C2.	<i>Específico</i>	<i>Quando considerado pertinente as fontes de informação podem ser registadas no elemento de informação Nota do arquivista.</i>
2.4.D1.	<i>Específico</i>	<i>A informação relativa à fonte imediata de aquisição ou transferência pode ser registada na ordem seguinte: forma de aquisição, entidade ou indivíduo a quem a unidade arquivística foi adquirida, data.</i>
2.4.D2.	<i>Específico</i>	<i>Registar as formas de aquisição, através do recurso a uma terminologia uniforme</i>
2.4.D3.	<i>Específico</i>	<i>Quando o termo utilizado na fonte de informação for incorrecto ou ambíguo, esse facto deve ser assinalado.</i>
2.4.D4.	<i>Específico</i>	<i>As datas podem ser registadas de acordo com a norma ISO 860147, na versão actualizada de 2000, e a correspondente NP EN 2860148.</i>
2.4.D5.	<i>Específico</i>	<i>As informações ou explicações complementares, as especificações, as correcções, podem ser registadas entre parênteses rectos ([]).</i>

Fonte: Extrato do documento da Direcção-Geral de Arquivos (2007, pp. 78–81).

Desta forma, desencadeamos as seguintes etapas de recolha e de análise dos dados:

- Extração de dados respeitantes aos metadados “história custodial e arquivística” e “fonte imediata de aquisição ou de transferência” da amostra constituída em instrumentos de acesso à informação que cumpram os requisitos de descrição arquivística;
- Pesquisa de fontes primárias nos “arquivos dos arquivos”, que atestem documentalmente procedimentos ou decisões institucionais sobre a aquisição e a descrição de arquivos (ou outra informação complementar) que emerja significativamente das unidades documentais;

- Pesquisa de fontes secundárias nos “arquivos dos arquivos”, que confirmem a existência de medidas *ope legis*, designadamente de legislação ou de boletins emanados das entidades arquivísticas envolvidas nos casos em estudo, especialmente o *Arquivo Histórico da Madeira* e os *Anais das Bibliotecas e Arquivos*;
- Análise genológica às unidades documentais recuperadas nos “arquivos dos arquivos”, incidindo em tipologias documentais “embedded in their construction and the linguistic devices which not only mediated but shaped action” (Edwards *et al.*, 2014, p. 234).

Em síntese, nesta subsecção definem-se os parâmetros metodológicos para uma análise de rastreamento processual baseada na inferência retrodutiva, que configura a camada mais aprofundada do estudo crítico-realista de casos múltiplos. Pretende-se perscrutar até que ponto os mecanismos de representação da informação têm como estrutura a constituição de cânones arquivísticos institucionais pelos agentes intervenientes. São ainda estabelecidos dois momentos: a identificação, a recolha e a seleção dos instrumentos de acesso à informação respeitantes aos “arquivos dos arquivos” (*i. e.*, arquivos das entidades custodiantes) e uma descrição dos procedimentos metodológicos de análise arquivística. A seguir, justificam-se as decisões e as limitações do desenho de investigação e dos procedimentos adotados.

2.4. Justificação dos métodos de recolha e análise de dados

Os casos constantes da Resolução da Assembleia Legislativa da Madeira n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), requerem um enfoque nas etiologias que conduziram à remoção dos arquivos dos contextos territoriais e sociais originários e nas estratégias de representação dos fundos.

Iniciamos com uma revisão das perspetivas metateóricas dominantes na Ciência da Informação e na Arquivística. Verificámos que as correntes positivistas e interpretativas dominavam em ambas as disciplinas (A. J. Gilliland & McKemmish, 2004), revelando-se pouco adequadas tanto teórica como metodologicamente para aprofundar o nosso fenómeno de interesse. A inclinação deste estudo orientou-se para o Realismo Crítico, por fornecer bases onto-epistemológicas e metodológicas para uma prospeção de um fenómeno pouco conhecido – representação da informação sobre arquivos deslocados em contexto subnacional – com um enfoque na causalidade em torno de uma realidade complexa e estratificada. Desde modo, o desenho de investigação configurou-se num estudo de casos múltiplos de tipo causal e multimetodológico, que não só é compatível com as orientações do Realismo Crítico (Danermark *et al.*, 2005; Sayer, 2000, 2010) mas também possibilita uma análise estratificada de casos por diversos níveis de análise causal: a análise covariacional e o rastreamento processual (Beach & Pedersen, 2013, 2016; Blatter & Haverland, 2014). Os procedimentos para a análise covariacional no âmbito do estudo crítico-realista de casos múltiplos possibilitam a

seleção de dois casos, crítico e extremo, correspondendo, respetivamente, a um fundo na custódia global de uma entidade arquivística e a um fundo documental repartido entre entidades custodiantes. A seleção dos casos, nesta fase, incide a partir dos instrumentos de acesso à informação mais recentes. Através dos métodos de análise genológico-documental, são coligidos e caracterizados os instrumentos de acesso à informação respeitantes aos casos selecionados. No caso da análise baseada no rastreamento processual, existem dois momentos que, de acordo com Danermark *et al.* (2005), correspondem às etapas abdução/redescrição teórica e retrodutiva. Na etapa abdução, recorreremos ao método estemático, com os objetivos de estabelecer uma análise de genealogia textual entre os instrumentos de acesso à informação correspondentes à amostra de fundos documentais e de identificar os mecanismos subjacentes à sua representação. Na etapa retrodutiva, pretende-se analisar aspetos para reconstituir as condições básicas e necessárias que façam com que os eventos se manifestem de determinada forma, com recurso ao método de análise arquivística nos “arquivos dos arquivos” para identificar possíveis fatores incoativos. Assim, as questões de investigação (QI2, QI3 e QI4) encontram-se alinhadas com o quadro metodológico de Danermark *et al.* (2005) e com os métodos, permitindo, assim, apresentar os resultados no capítulo correspondente.

Estes procedimentos metodológicos constituem uma aproximação possível à ontologia estratificada de Bhaskar (1975, 1979, 1989) e à *framework* de Danermark *et al.* (2005). O enfoque na causalidade em torno do fenómeno da representação da informação em instrumentos de acesso à informação respeitantes aos fundos mencionados na Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), da Assembleia Legislativa da Madeira, constitui uma abordagem consistente com os pressupostos do Realismo Crítico.

As escolhas metodológicas acima descritas procuraram apoiar-se em métodos predominantemente não reativos, alguns dos quais processados com recurso a meios computacionais para proporcionar um ambiente controlado na obtenção de *outputs*, como o método estemático computacionalmente assistido. No entanto, como lidamos com um fenómeno que opera em sistemas abertos, é expectável que os resultados incidam apenas num mecanismo em particular e não em todos os mecanismos e seus poderes causais/tendências que terão influído no resultado dos eventos da forma como eles se manifestam. Portanto, as escolhas multimetodológicas incidem na identificação de um mecanismo em particular em torno da representação da informação em instrumentos de acesso à informação relativa a uma amostra de casos de arquivos deslocados indicados na Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), da Assembleia Legislativa da Madeira. Desvelar todos os mecanismos de um fenómeno particularmente complexo não é propósito de um estudo baseado no Realismo Crítico, porque não é compatível com o princípio do relativismo epistémico postulado por Bhaskar (1979), *i. e.*, o conhecimento da realidade é contingente, pois o mesmo fenómeno pode ser interpretado sob diferentes lentes teóricas e metodológicas. Por exemplo, o método arquivístico depende de um factor crítico que é a serendipidade

(Ezell & Rosenbloom, 2020), *i. e.*, fatores casuais e subjetivos de descoberta, como, por exemplo, a identificação da informação que ateste clara e iniludivelmente ser a condição por determinado(s) evento(s) que se manifestam sob determinada forma.

O que se pretende alcançar com esta abordagem metodológica consiste em identificar até que ponto as entidades custodiantes procuram descrever os arquivos de acordo com os princípios e regras da própria disciplina, *i. e.*, uma representação científica da organicidade em torno dos conjuntos documentais, designadamente aqueles em cuja custódia se encontra dispersa entre entidades custodiantes. De igual forma, pretende-se explorar, com dados empíricos, se a disputa pela custódia de arquivos deriva de um confronto entre cânones arquivísticos institucionais, *i. e.*, representações materializadas em instrumentos de acesso à informação.

3. Considerações éticas

Esta secção aborda as questões éticas subjacentes ao processo de investigação em torno deste tema. Antecipamos tais considerações para assegurar a autenticidade e a credibilidade deste estudo, em todas as suas etapas (Creswell, 2014). Ao investigador imputam-se responsabilidades éticas na condução da investigação (Oliver, 2010; Pruzan, 2016a), especialmente quando lidamos com casos politizados e controversos, que envolvem as comunidades desapossadas dos seus bens culturais e instituições implicadas (Boardman, 2016; Ireland & Schofield, 2015; Matthes, 2018). Reiteramos que este estudo não tem como objetivo resolver a restituição de arquivos reclamados pela Resolução da Assembleia Legislativa da Madeira n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017). O contributo que se pretende oferecer com este estudo consiste, no conspecto da Ciência da Informação, numa abordagem crítica que possibilite a identificação de indícios de “arquivos deslocados” a partir dos “arquivos dos arquivos” e dos instrumentos de acesso à informação produzidos pelas entidades públicas envolvidas na disputa. Assumimos como compromisso o cumprimento das seguintes considerações éticas em torno desta investigação:

Garantia de qualidade e integridade. Este estudo foi preliminarmente avaliado e aprovado pelo Conselho Científico da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra através da apresentação do projeto de investigação, registado sob o identificador 101579284 no sistema de informação nacional RENATES da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência do Governo Português. Apesar de os dados de investigação se suportarem em dados abertos da administração e em documentos de arquivo, reutilizados nos termos gerais da legislação nacional, estas fontes de informação não reativas podem ser modificadas pelas entidades custodiantes (Baker, 2008; Bouchard, 1976; Marrelli, 2007), sobre os quais não temos total controlo (Broom *et al.*, 2009; Feldman & Shaw, 2019; Parry & Mauthner, 2004). Para assegurar a reproducibilidade dentro do contexto deste estudo, os dados de investigação encontram-se em volume e anexo apropriado.

Consentimento informado, confidencialidade e comunicabilidade. O estudo não contém dados de natureza pessoal (biológica, fiscal, criminal, judicial, estatística), segredo de Estado ou de informação ambiental. Apesar de os dados terem sido publicados voluntariamente pelas entidades custodiantes (consubstanciado na missão das entidades) na qualidade de dados abertos da administração, a consulta de documentos de arquivo relativos a fundos respeitantes ao Arquivo Nacional Torre do Tombo e ao Arquivo Distrital do Funchal (na custódia do Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira) foi efetuada dentro dos procedimentos gerais de acesso providenciados pelas instituições (Moore, 2012).

Independência, integridade académica e responsabilidade. Koepsell refere que “the primary duty of authorship in science is to the truth” (2017, p. 26). O autor compromete-se a cumprir com

o código de Ética da Universidade de Coimbra, mantendo uma conduta reflexiva e crítica no processo de investigação. Neste sentido, reflexividade consiste numa “deep reflection not only on the social categories within which the researcher is located vis-à-vis the participants, but also to the unfolding dynamics that take place in research spaces” (Treharne *et al.*, 2018, p. 439). Tivemos em consideração que a disputa intranacional envolve toda uma comunidade insular que procura reaver os seus bens culturais como parte inerente da sua identidade.

4. Síntese da Parte II

Os capítulos integrantes da Parte II apresentam as bases metodológicas para a recolha e a análise de dados respeitantes ao fenómeno de interesse deste estudo, *i. e.*, a representação da informação em instrumentos de acesso à informação relativos aos arquivos indicados na Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), da Assembleia Legislativa da Madeira, ou seja, fundos documentais do “Cabido da Sé do Funchal, do Convento de Santa Clara, do Convento da Encarnação, da Provedoria da Real Fazenda e da Alfândega do Funchal” ” (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017, p. 409) custodiados pelo Arquivo Nacional Torre do Tombo. Consideramos que o nosso fenómeno de interesse corresponde a um caso de arquivos deslocados em contexto subnacional, como reportado por Lowry (2020).

Atendendo que os arquivos deslocados são tendencialmente analisados sob a forma de estudo de caso, como a revisão de literatura feita na Parte I demonstrou, optamos por realizar um estudo de casos múltiplos com um enfoque causal. Apesar de as bases metateóricas sobre as quais os arquivos deslocados tinham sido analisados limitarem-se entre perspetivas positivistas e interpretivistas, o Realismo Crítico constitui uma base metateórica consistente com nosso fenómeno de interesse escolhido (cf. 2.1 e 2.2.1). Tal consistência se exprime não só através do enfoque em torno dos fatores incoativos subjacentes à promulgação da Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), mas também em desvelar mecanismos subjacentes em torno das representações da informação em instrumentos de acesso à informação.

A transposição do Realismo Crítico para os propósitos metodológicos deste estudo tem como orientação o modelo de Danermark *et al.* (2005) e de Sayer (2010) (cf. 2.2.2), complementado com os princípios de estudo de caso de Wynn e Williams (2012) e modelo de estudo de caso causal de Blatter e Haverland (2014) (cf. 2.2.3.1). Esta estrutura exige, por definição, o recurso a métodos mistos ou multimetodológicos adequados a um estudo de caso crítico-realista (Zachariadis *et al.*, 2013) (cf. 2.2.3.2) e a uma investigação predominantemente de tipo não reativo (cf. 2.2.3.3).

Uma vez que a dimensão dos fundos ($n = 12776$ u. i.) identificados na Resolução n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro (Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, 2017), não é exequível de ser conduzida num estudo de caso *small-N*, reduzimos a amostra a dois fundos correspondentes a um caso extremo (fundo repartido entre o ANTT e ABM) e um caso crítico (fundo na custódia total no ANTT) (cf. 2.3), correspondendo a ca. 1,26% ($\pm n = 161$ u. i.). Os instrumentos de acesso à informação respeitantes a estes fundos foram coligidos dentro de um período de referência (da segunda metade do século XIX até 2017) para análise covariacional e análise de rastreamento processual, com vista à identificação dos mecanismos subjacentes, respetivamente, à representação do

ponto de vista genológico-documental (cf. 2.3.1) e do ponto de vista estemático (cf. 2.3.2). A análise dos casos é ampliada, ainda, com um exercício retrodutivo baseado no rastreamento processual, identificando nos “arquivos dos arquivos” (*i. e.*, entidades custodiantes envolvidas na presente disputa) evidências empíricas que sustentem a razão por que estes arquivos foram removidos do seu contexto originário e quais foram os mecanismos de descrição dos conjuntos documentais adotados pelas entidades custodiantes (cf. 2.3.3). O quadro seguinte sintetiza a estrutura sinótica deste estudo, através do alinhamento das questões de investigação, objetivos gerais, métodos e partes de textos e suas relações:

Quadro 27 – Estrutura sinótica da investigação

Questão de investigação	Objetivos gerais	Métodos	Resultado plasmado em
QIG1: Como é que a literatura científica abordou os tópicos arquivos deslocados e (em relação à) representação da informação arquivística?	(OE1) Identificar contextos de utilização dos arquivos deslocados na literatura científica e técnica.	Etapa 1 – Descrição (Danermark <i>et al.</i> 2005): análise documental, métodos quantitativos (bibliometria) e qualitativos (análise de conteúdo)	<i>Parte I Revisão de literatura</i>
QIG2: Quais são os instrumentos de acesso à informação relativos aos conjuntos documentais reivindicados pela Resolução da Assembleia Legislativa da Madeira n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro?	(OE2) Analisar e comparar os instrumentos de acesso à informação que descrevem os arquivos referidos na Resolução da Assembleia Legislativa da Madeira n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro.	Etapas 1 e 2: Descrição e Resolução analítica (Danermark <i>et al.</i> 2005): análise genológico-documental, análise covariacional aplicada a estudo de casos múltiplos	<i>2.3.1 Identificação e seleção dos casos e dos instrumentos de acesso à informação: análise covariacional</i> <i>2</i> <i>Identificação, análise e seleção dos casos: análise covariacional</i>
QIG3: Como é que os conjuntos documentais reivindicados pela Resolução da Assembleia Legislativa da Madeira n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro, foram representados nos instrumentos de acesso à informação em termos evolutivos?	(OE3) Investigar aspetos etiológicos que conduziram à transferência dos conjuntos documentais do arquipélago da Madeira para o Arquivo Nacional Torre do Tombo atendendo às consequências supervenientes deste processo	Etapa 3 Abdução/Redescrição teórica (Danermark <i>et al.</i> 2005): análise Estemática, análise de rastreamento processual aplicada a estudo de casos múltiplos.	<i>2.3.2 Representação dos arquivos deslocados em instrumentos de acesso à informação: análise de rastreamento processual (etapa abdução/redescrição teórica) Representação dos arquivos deslocados em instrumentos de acesso à informação: análise de rastreamento processual (etapa abdução/redescrição teórica)</i> <i>3 Representação da informação em instrumentos de acesso à informação: análise de rastreamento processual segundo o método estemático</i>
QIG4: Quais os factores incoativos que conduziram à remoção dos conjuntos documentais reivindicados pela Resolução da Assembleia Legislativa da Madeira n.º 3/2017/M, de 12 de janeiro?		Etapa 4: Retrodução (Danermark <i>et al.</i> 2005): análise arquivística, análise de rastreamento processual aplicada a estudo de casos múltiplos.	<i>2.3.3 Cânone arquivístico como estrutura de representação da informação: análise de rastreamento processual (etapa retrodutiva)</i> <i>4 Cânone arquivístico como estrutura de representação: análise de rastreamento processual (etapa retrodutiva)</i>

Fonte: elaboração própria.

Estabelecidas estas bases metodológicas, realçamos as possibilidades e limitações de um estudo de casos múltiplos baseado nos pressupostos metateóricos do Realismo Crítico (cf. 2.4), considerando

o princípio do relativismo epistémico (Bhaskar, 1979), uma vez que nem todos os arquivos deslocados em contexto subnacional podem ser suscetíveis de serem analisados com a mesma lente metodológica aqui adotada.

